



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
CAMPUS DE MARÍLIA  
Faculdade de Filosofia e Ciências

Alessandro de Moura

**MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICALISMO EM  
OSASCO, SÃO PAULO E ABC PAULISTA:  
RUPTURAS E CONTINUIDADES**

**Marília  
2015**

**MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICALISMO EM  
OSASCO, SÃO PAULO E ABC PAULISTA:  
RUPTURAS E CONTINUIDADES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em “Ciências Sociais” da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi.

Moura, Alessandro de.  
M929m Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC paulista: rupturas e continuidades / Alessandro de Moura. – Marília, 2015  
434 f. ; 30 cm.

Orientador: Francisco Luiz Corsi.  
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.  
Bibliografia: f. 414-434

1. Movimento operário – Osasco (SP). 2. Sindicalismo – 1968-1980. 3. Movimento operário – ABC Paulista. 4. Movimento operário - São Paulo (SP). 5. Oposição sindical metalúrgica. 6. Comissões de fábrica. I. Título.

*CDD 331.88*

MOURA, Alessandro de,

Membros da Banca Examinadora:

---

Dr. Francisco Luiz Corsi (orientador- Unesp/Marília)

---

Dra. Paula Marcelino (USP)

---

Dr. Antonio Carlos Mazzeo (USP)

---

Dr Everaldo de Oliveira Andrade (USP)

---

Dr. Agnaldo dos Santos (UNESP)

## RESUMO

O trabalho aborda as atividades do movimento operário e sindical na Grande São Paulo no período 1968-1980, analisando as greves de Osasco em 1968 e as comissões de fábricas São Paulo nos anos 1970 e o ciclo de greves no ABC paulista nos anos 1978-1980. Após o golpe militar de 1964, as comissões assumem nova importância para a reorganização do movimento sindical e operário, os processos de Osasco e o surgimento da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo são experiências significativas desse processo. Realizamos uma série de entrevistas com alguns dos principais dirigentes da greve de 1968 em Osasco, militantes da Oposição Sindical Metalúrgica e militantes do movimento operário do ABC paulista. O movimento operário e sindical de São Paulo foi impactado pelos processos desdobrados em Osasco nos anos 1967-1968, sobretudo pela formação das comissões e grupos clandestinos. Sob influência desses processos desenvolveu-se em São Paulo a Oposição Sindical Metalúrgica, que inspirada nas greves de Osasco, organizará comissões de fábricas e grupos clandestinos. A expressão maior da Oposição Sindical Metalúrgica se dá em sua terceira fase, de 1975 a 1980. Por fim traçamos um paralelo com a forma de organização e linha sindical praticada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Esta opõe-se em muitos aspectos àquela "tradição" que, desde o golpe militar-burguês, vinha se desenvolvendo de Osasco a São Paulo. Apoiando-se na estrutura sindical estatal/oficial, opõem-se a criação de comissões independentes do Sindicato e centraliza toda a orientação das greves nas mãos da Diretoria do Sindicato do ABC.

**Palavras-chave:** Movimento operário em Osasco: Comissões de fábrica: Movimento operário em São Paulo: Oposição Sindical Metalúrgica: Movimento operário no ABC paulista.

## RESUMEN

El trabajo enfoca las actividades del movimiento obrero y sindical, en la Gran San Pablo, en el período 1968-1980, analizando las huelgas de Osasco en 1968 y las comisiones de fábricas en San Pablo durante la década de 1970 y el ciclo de huelgas en el ABC en los años 1978-1980. Después del golpe militar de 1964, las comisiones adquieren nueva importancia para la reorganización del movimiento sindical y obrero, los procesos de Osasco y la emergencia de la Oposición Sindical Metalúrgica de San Pablo son experiencias significativas de este proceso. Realizamos una serie de entrevistas con algunos de los principales líderes de la huelga de 1968 en Osasco, militantes de la Oposición Sindical Metalúrgica de San Pablo y militantes del movimiento obrero del ABC paulista. El movimiento obrero y sindical en São Paulo fue influenciado por los procesos desplegados en Osasco de los años 1967-1968, especialmente para la formación de las comisiones y grupos clandestinos. Bajo la influencia de estos procesos, desarrollase en São Paulo la Oposición Sindical Metalúrgica, que se basando en las huelgas Osasco, organiza comisiones de fábricas y grupos clandestinos. La máxima expresión de la Oposición Sindical Metalúrgica se produce en su tercera fase, de 1975 a 1980. Finalmente trazamos un paralelo con la forma de organización con la línea practicada por la dirección del Sindicato Metalúrgicos de San Bernardo. Esta se opone en muchos aspectos a la "tradicción" que desde el golpe de Estado burgués-militar, se había desarrollado en Osasco y São Paulo. Apoyado en la estructura sindical estatal/oficial, se oponen a la creación de comisiones independientes de lo Sindicato y centraliza toda la orientación de las huelgas en las manos de la dirección del Sindicato de San Bernardo.

**Palabras clave:** Movimiento obrero en el Osasco: Comisiones de fábricas: Movimiento obrero en el San Pablo: Oposición Sindical Metalúrgica: Movimiento obrero en el ABC paulista.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	p. 9
Como fizemos esta pesquisa	
Como selecionamos os entrevistados	
<b>CAPÍTULO I - MOVIMENTO OPERÁRIO EM OSASCO E SÃO PAULO DURANTE A DÉCADA DE 1960: EXPERIÊNCIAS DO SINDICALISMO DE BASE</b> -----	p. 24
1942-1964: auto-organização operária e o PCB	
Lutas operárias na década de 1950 - o movimento operário ultrapassa suas direções	
Governo Kubitschek: intensificação da exploração do trabalho e abertura para as multinacionais	
Mobilizações operárias massivas durante a década de 1960	
Golpe militar burguês como resposta à ameaça operária	
Do reformismo pacífico ao reformismo armado	
A perseguição ditatorial aos operários	
Os sindicatos são convertidos em órgãos paraestatais	
Uma resposta operária ao golpe - surgem as oposições sindicais	
Oposição Metalúrgica em Osasco	
Movimento operário em Osasco	
Organização a partir do chão das fábricas	
A comissão de Fábrica da Cobrasma	
As greves de abril de 1968 em Contagem	
Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA): Osasco e São Paulo	
O Primeiro de Maio na Praça da Sé	
A conjuntura internacional contribui com a agitação política e sindical no Brasil	
A greve na Cobrasma: estratégia e seu legado ao movimento operário	
O primeiro dia de greve - 16 de julho	
As mobilizações do dia 17 de julho - segundo dia de greve	
Dia 18 de julho - o terceiro dia de mobilizações	
Por que as greves de 1968 em Osasco não foram totalmente vitoriosas?	
Importantes "quadros" dirigentes se apartam do movimento operário	
A auto-organização de Osasco como exemplo ao movimento operário brasileiro	

**CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A DÉCADA DE 1970 NA GRANDE SÃO PAULO ----- p. 167**

Quem se beneficiou com o AI5?

1969-1974: refluxo e reorganização

Interfábricas: embriões de conselhos operários

Crise pós "milagre" e a reorganização do movimento sindical e operário

Da militância clandestina à retomada das mobilizações públicas: 1974-1978

Movimento sindical no ABC - luta econômico-corporativa consentida pela ordem ditatorial

Manipulação dos dados inflacionários de 1973 e o Movimento pela Reposição dos 34,1%

**CAPÍTULO III - 1978: O ANO DA RETOMADA DAS LUTAS OPERÁRIAS MASSIVAS ----- p. 241**

1978 - mobilizações, paralisações e greves no ABC

A greve na Scania em 1978

O ascenso operário de 1978 em São Paulo: o desenvolver da maré montante

Eleições sindicais de 1978 em São Paulo

Novembro de 1978 em São Paulo - a primeira greve geral pós-golpe militar

Sindicato de São Bernardo e o trabalho no interior das fábricas

Início da greve de 1979 no ABC paulista

A trégua de 45 dias em São Bernardo

Em meio à trégua, dezenas de milhares de operários comparecem ao 1º de maio de 1979

O fim da trégua de 45 dias - o Sindicato é contrário a retomada da greve

O 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

A greve geral em São Paulo em 1979

Sobre a greve de 1980 no ABC paulista

De 1978 a 1980: o peso do Sindicato de São Bernardo sobrepõe-se à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

A desintegração da Oposição Sindical Metalúrgica durante a década de 1980

Os pelegos vencem a Chapa da *CUT pela base* e a Chapa da *CUT-Articulação*

A Oposição e a formação do PT

**Considerações finais ----- p. 409**

**Referências ----- p. 414**

## **Agradecimentos**

Agradeço aos operários e operárias que concederam as entrevistas que possibilitaram a realização dessa pesquisa. Agradeço também ao professor Francisco Luiz Corsi, com que tive a feliz oportunidade de trabalhar durante os quatro anos desse trabalho, sou grato pelas reuniões, leituras críticas sobre o trabalho e indicações bibliográficas que me possibilitaram melhorar, aprofundar e aperfeiçoar vários aspectos da pesquisa. Agradeço aos membros da banca de qualificação, Ruy Braga, Lincoln Secco e Arakin Monteiro, que mediante um imprevisto na banca aceitou substituir um dos seus membros na última hora. Também aos membros da banca de defesa da tese, Paula Marcelino, Antônio Carlos Mazzeo, Everaldo Oliveira Andrade e Agnaldo dos Santos. Agradeço a Andréia Cordeiro Mecca e Gabriela Urbano pelos estímulos, auxílios e revisões nos manuscritos durante a execução do trabalho. Agradeço os amigos: Dalmir Solimenes Forni (Bill), Fábio Nunes, Antônio Augusto Quiozini, Thiago Gindro (Flamé), Eduardo Parra, Claudinei Cássio de Rezende e Euber Fernando pelos estímulos, debates, considerações críticas e o prazer da convivência. Agradeço aos trabalhadores da seção de Pós-Graduação da Unesp-Marília pela disponibilidade e encaminhamentos sempre que solicitado. Por fim agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esta pesquisa durante 3 anos.

## Introdução

Em março de 2011 defendi a dissertação de mestrado *Movimento operário no ABC e na Volkswagen (1978-2010)*. O trabalho que apresentamos aqui é continuidade dos esforços para compreender o movimento operário na Grande São Paulo. Ao propor tal investigação pretendemos fornecer elementos para construção de explicações sobre os caminhos e descaminhos da atuação sindical e política no pós golpe militar-burguês. Para refletir sobre esses aspectos, coletamos uma série de entrevistas<sup>1</sup> com militantes operários que trabalharam na zona fabril da Grande São Paulo. Escolhi regiões que havia experienciado importantes processos de atuação política e sindical, Osasco, São Paulo e ABC paulista. Dentro dessa perspectiva, buscamos investigar processos que até então são pouco abordados na bibliografia sociológica, marcadamente as greves de Osasco de 1968 e a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica. Abordamos tais aspectos como desdobramento de um processo mais longo da esquerda sindical e operária que se abre pós-golpe militar até o ciclo de greves 1978-1980.

Os processos desdobrados entre 1978-1980 marcaram o protagonismo da classe operária no cenário nacional. Isso mexeu com o bloco do poder estabelecido até então. O movimento operário intervém massivamente durante a abertura lenta, gradual e segura, fazendo acelerar sua dinâmica. Junto com o ascenso das lutas operárias e a construção de novas instituições sindicais e políticas, marcadamente a CUT e PT, floresce uma série de alternativas explicativas. Nessa rica onda de produção historiográfica de disputas explicativas, predomina uma leitura hegemônica que as lutas proletárias, pós-golpe militar, ressurgem apenas em 1978. Com isso intenta-se lançar à escuridão os processos e experiências que não podem ser capitalizadas diretamente pela corrente interpretativa hegemônica.

É justamente sobre as explicações não hegemônicas que nos debruçamos. Nesse campo ainda há muito o que ser feito. É necessário vasculhar os arquivos produzidos pela classe operária para compreender nossa própria formação sócio política. Importante aspecto é que, diferente dos milhares de dirigentes sindicais e políticos que se enfrentaram na arena da luta de classe, alguns dos principais protagonistas dos processos que abordamos, publicaram suas perspectivas sobre sua própria história.

José Ibrahim e José Campos Barreto, operários da Cobrasma e militantes da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, ainda em 1968, assinam o documento: *Manifesto de balanço da greve de julho*, importante balanço sobre aspectos centrais daquela greve. Dez

---

<sup>1</sup> As entrevistas podem ser conferidas no sitio da pesquisa: <http://www.memoriasoperarias.blogspot.com.br/>

anos depois, em 1978, Ibrahim publica em coletânea chamada *Cadernos do Presente* outro balanço sob o título *A história do movimento de Osasco*. Em 1986 publicou *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. Antônio Roberto Espinosa, que foi operário na Cobrasma e também militante da VPR, na mesma coletânea, publicou o texto *Dois relâmpagos na noite do arrocho*. Roque Aparecido da Silva, que também era operário da Cobrasma e militante da VPR, publicou em 2008 o artigo: *Osasco 1968: história de um movimento*. João Joaquim, também operário da Cobrasma e militante da esquerda católica publicou em 2006, importante artigo na *Revista Revés do Avesso*, sob o título *As greves de 1968 - intervenção em Osasco*. Na mesma publicação, João Batista Cândido, também operário na Cobrasma e militante histórico da esquerda católica, escreveu o artigo *Pioneira no Brasil, a comissão de fábrica da Cobrasma*. Orlando Miranda, também ex-operário da Cobrasma publicou em 1987, o livro *Obscuros heróis de capricórnio*, que narra aspectos da vivência da greve. Esse conjunto de artigos oferece elementos importantes para a compreensão daquele movimento e foram importantes para a construção desse trabalho que apresentamos.

No campo acadêmico é indispensável consultar:

Além do referido livro *Obscuros heróis de capricórnio*, tem-se o estudo *Greve na Cobrasma - história de luta e resistência*, de Ari Marcelo Macedo Couto. Uma coletânea de ensaios de Roberto Espinosa *Abraços que Sufocam*, nessa coletânea encontra-se o texto *Dois relâmpagos na noite do arrocho*. Ainda, outra coletânea de documentos de militantes e organizações políticas, foi organizada por Celso Frederico *A esquerda e o Movimento Operário* (vol. I), nela encontra-se três textos importantes, o já referido de Espinosa, mas também o *Manifesto de balanço da greve de julho*, assinado por Ibrahim e Barreto e também uma longa, e muito explicativa, entrevista com Ibrahim datada de 1972. Na Revista Ensaio, n.º 6, de 1980, publicou-se um debate com intervenções de Ibrahim acerca do processo de Osasco. Cabe consultar a dissertação de Sérgio Luis Santos de Oliveira: *O grupo (de esquerda) de Osasco – movimento estudantil, sindical e guerrilha (1966-1971)*. Dissertação de mestrado. USP, 2011. Quando já havia concluído a redação final do meu trabalho, chegou em minhas mãos a tese de doutorado de Marta Gouveia de Oliveira Rovai: *1968: a greve no masculino e no feminino*, no entanto não houve tempo hábil para sua apreciação e incorporação.

Após o golpe militar de 1964, as comissões assumem nova importância para reorganização do movimento sindical e operário. Na ausência de sindicatos que representem

seus interesses, comissões e grupos de fábrica serão canais de auto-organização operária, funcionarão como espaços de contraposição aos imperativos patronais. A ditadura intervém nos organismos sindicais cassando e perseguindo centenas de militantes. O governo indica interventores que têm como função principal converter os sindicatos em órgão de colaboração com o Estado militarizado. Desta forma, a serviço da dominação militar-burguesa de caráter bonapartista, os sindicatos funcionam essencialmente como organismos para-estatais.

A militância operária em Osasco ganha maior importância durante a década de 1960. Operários passam a formar comissões internas clandestinas. As comissões juntam-se e formam uma chapa para disputar as eleições para o Sindicato Metalúrgico de Osasco. São realizadas novas eleições sindicais na grande São Paulo em 1967, dentro desse processo surgem duas chapas que se contrapõem aos interventores, a Chapa Verde de Osasco e a Chapa Verde de São Paulo. A Chapa Verde de Osasco será formada a partir da fusão entre duas comissões internas que existiam no interior da Cobrasma. O presidente dessa chapa será José Ibrahim. Chegando ao Sindicato, a gestão trabalhará para construir comissões em fábricas de Osasco, como a Lonaflex, Braseixos, Brown Boveri, Fósforos Granada, entre outras. Formam também uma *Frente de Trabalhadores*, que discutia organização política e sindical, oferece cursos de formação teórica e política. Várias correntes políticas participam dessa *Frente*. Um dos nossos entrevistados, Roberto Espinosa, relatou que cerca de mil pessoas participavam da *Frente de Trabalhadores*. Além da *Frente* e do trabalho para formar outras comissões e grupos de fábrica clandestinos, entre os principais feitos dessa gestão está a participação no Movimento Intersindical Anti-Arrocho, também a atuação no primeiro de maio de 1968 na Praça da Sé e a greve realizada em julho de 1968.

O Movimento Intersindical Anti-Arrocho foi formado ainda em 1967, englobava os principais dirigentes sindicais da grande de São Paulo. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, dirigido por Ibrahim, mas amparado pela organização basista de Osasco, representou o setor combativo no interior do MIA. No final de 1967, o MIA delibera pela realização de um ato no Primeiro de Maio na Praça da Sé. O Sindicato de Osasco, a partir das fábricas, organiza um grande grupo para intervir na atividade e impedir que Abreu Sodré, representante da ditadura militar, participe do ato. Por fim, cerca de mil militantes de Osasco intervêm no ato, apedrejam Sodré e incendeiam o palanque. Levavam bandeiras como "Só a greve derruba o arrocho", "abaixo a ditadura" e "Minas é exemplo de luta"

Essa intervenção naquele evento moraliza a militância de Osasco e também a Diretoria do Sindicato. A greve realizada em Contagem também influencia sobre os ânimos do operariado de Osasco. No dia 16 e 17 de julho de 1968 os operários de Osasco saem em greve. Ocupam duas fábricas da região, a Cobrasma, que era a mais importante dali, e a Lonaflex. A repressão ditatorial chega no mesmo dia, ocupa militarmente a cidade, intervém nas fábricas e a cidade fica sitiada durante 5 dias. Centenas de operários são presos.

Para avançar em relação a esses trabalhos referidos, além de nos somarmos à reconstrução daqueles processos, da comissão de fábrica, frente de trabalhadores, da chapa verde de 1967, o primeiro de maio de 1968 e a comissão de fábrica da Cobrasma, buscamos analisar como os principais elementos políticos e organizacionais puderam ser transmitidos ao meio sindical e operário pós-greve de 1968. Buscamos elementos de continuidade entre a oposição formada em Osasco e a Oposição Metalúrgica de São Paulo. As entrevistas, com alguns dos principais protagonistas dessas mobilizações, foram fundamentais para isso, uma vez que a bibliografia sobre o sindicalismo no Brasil dedica poucas páginas à transmissão dessa herança histórica.

As experiências que foram desenvolvidas ali não ficaram circunscritas. O movimento operário e sindical foi impactado pelos processos desdobrados em Osasco nos anos 1967-1968, sobretudo pela formação das comissões, grupos clandestinos, independência em relação ao governo e aos patrões. Exemplo mais destacado dessa influência foi a Oposição Sindical Metalúrgica que se formou em São Paulo para disputar eleições em 1967. Assimilou como item programático a formação de comissões, grupos clandestinos e *Frente de Trabalhadores* que englobava operários de diversas correntes políticas e sindicais.

Os militantes da Oposição Metalúrgica de São Paulo também escreveram sobre sua história e experiências. Entre as publicações indispensáveis estão: a já citada *Revista Revés do Avesso* de 2006 contém um apanhado de artigos escritos por alguns dos principais dirigentes da Oposição. Em 2014, sob edital da Comissão Nacional da Verdade, um grupo de militantes da Oposição, organizado em torno do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - <http://www.iiep.org.br/index1.html>), desenvolveu uma profunda pesquisa sobre a trajetória e ação da Oposição, o texto final foi publicado com o título *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. Também da Oposição, o caderno *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição metalúrgica de São Paulo*, publicado em 1982. No campo acadêmico, tem-se a coletânea de documentos de militantes e

organizações políticas, organizada por Celso Frederico *A esquerda e o Movimento Operário* (vol. II e III). Outro trabalho imprescindível é a dissertação de mestrado de Hamilton Faria *A experiência operária nos anos da resistência - A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário - 1964-1978*, (1986). Outro trabalho imprescindível é a tese de doutorado de Maria Rosângela Batistoni, *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*, de 2001.

A partir dessa base analítica, buscamos identificar os elementos "ancestrais da oposição" incorporados da experiência das mobilizações decorridas em Osasco e que deram coesão à proposta da Oposição Metalúrgica de São Paulo: as comissões, grupos de fábrica e as interfábricas. Por fim, fazemos uma contraposição da experiência da Oposição de São Paulo à experiência do movimento operário no ABC e do Sindicato Metalúrgico do ABC paulista. Dessa forma, o trabalho traça um panorama da atuação sindical e política do sindicalismo nos principais centros industriais da Grande São Paulo.

A Oposição em São Paulo dá seus primeiros passos entre 1967 e 1972. Sua primeira fase, de aglutinação inicial, se deu para as disputas eletivas para o Sindicato de São Paulo, quando é derrotada pela primeira vez. Na segunda fase, 1972-1975, disputa pela segunda vez as eleições do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, sendo novamente derrotada. Nessa segunda fase, cria as interfábricas, uma espécie de conselho operário que interliga operários militantes de diversas fábricas em São Paulo. No entanto, a expressão maior da Oposição Sindical Metalúrgica é verificada em sua terceira fase 1975-1980. Com o ascenso das lutas operárias em 1978, formam-se centenas de comissões em São Paulo. Será o auge da Oposição Sindical, que além de disputar as eleições sindicais para o Sindicato paulista em 1978, organizará a primeira greve geral pós-ditadura militar em 1978.

Em 1979 organiza a segunda greve geral metalúrgica em São Paulo, estará à frente de piquetes móveis que chegaram a contar com cerca de 15 mil operários. Tanto em São Paulo como no ABC as lutas operárias assumem projeção de luta de massas naqueles anos, convergindo com o ascenso das lutas em Osasco, Guarulhos e diversas outras cidades do interior. O ascenso das lutas operárias de massa se desdobra em meio a profunda crise econômica e política da ditadura militar. Em crise, a ditadura é obrigada a fazer concessões, decreta a Lei de Anistia e põe em prática uma nova política salarial. As greves de São Paulo e ABC portam a potencialidade latente de impor uma ruptura efetiva com os planos de abertura orquestrados pelos militares e setores das classes dominantes.

Considerando as imbricações desses processos, por fim, traçamos um paralelo com a forma de organização e linha sindical praticada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Sendo que, na atuação da Diretoria desse Sindicato é possível identificar uma marcante resistência às formas de representação por locais de trabalho, comissões e grupos internos. O Sindicato busca afirmar-se reivindicando uma forma de exclusividade de representação. Nela, reafirma-se uma forma de monopólio da representação em contraposição à organização a partir dos locais de trabalho, sobretudo à demanda de comissões independentes.

Em meio ao ascenso grevístico, o operariado busca apoiar-se no Sindicato como órgão de unificação e representação de massas. A Diretoria do Sindicato de São Bernardo interage com essa demanda e busca fortalecer o poder da entidade, centralizando o poder político na gestão e estabelecendo a exclusividade de representação. Dessa forma, constrói e reforça uma linha sindical *relativamente resistente às pressões da base*. Apoiando-se no "peso do aparato sindical", na inexperiência dos novos e massivos setores em movimento, e mesmo no temor à ditadura nutrido por parcela da classe, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo consegue sobrepor-se aquelas experiências de organização pela base que vinha sendo experimentada a partir das greves em Osasco em 1968 e pelas comissões de fábrica na cidade de São Paulo. A linha sindical da Diretoria de São Bernardo reforçava a atuação supraestrutural como forma de preservar sua hegemonia e arbitrar entre a classe operária e a ditadura militar burguesa. O grupo dirigente, que compunha e se nucleava em torno da Diretoria do Sindicato de São Bernardo, terá esta forma de atuação com sua característica estrutural, rompendo assim com aquela "tradição" que se desenvolveu em Osasco e São Paulo.

No que tange a bibliografia específica sobre o movimento operário no ABC e as greves de 1978-1980, tomaremos por base entrevistas concedidas por Luís Inácio Lula da Silva no período 1978-1981, a compilação *Lula - entrevistas e discursos* (1981), e também a entrevista *Lula - retrato de corpo inteiro* (*Revista Ensaio*, 1982), e a entrevista: *São Bernardo: uma experiência de sindicalismo "autêntico"* (*Revista Cara a Cara*, 1978), bem como documentos publicados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Na revista *História Imediata*, nº2, publicou-se uma série de entrevistas com operários que atuaram nas greves de 1978 no Estado de São Paulo. Na *Revista Escrita Ensaio* de abril de 1980, publicou-se uma importante entrevista com dirigentes operários do ABC. Na coletânea de documentos de

militantes e organizações políticas, organizada por Celso Frederico *A esquerda e o Movimento Operário* (vol. III) encontra-se documentos importantes sobre esse processo.

Também realizamos cinco entrevistas com operários que trabalharam e militaram em São Bernardo do Campo durante a década de 1970. Além dessa bibliografia "clássica" e entrevistas, tomaremos como importante fonte primária uma das principais publicações oficiais do Sindicato de São Bernardo e dos Autênticos do ABC, o livro *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo (1977-1979)*, publicado pelo próprio Sindicato de São Bernardo sob autoria de Luís Rainho e Osvaldo Bargas. Destacando que Osvaldo Martines Bargas foi Secretário Geral do Sindicato de São Bernardo de 1981 a 1983, período em que publica o livro. Como sabido, o cargo de Secretário Geral é o mais importante depois do cargo de presidente. Isso faz do livro, recomendado na contracapa pelo próprio Lula, um diário de bordo oficial da atuação do Sindicato. Entre os livros destacamos a publicação de Celso Frederico (1979), Abramo (1999), Antunes (1988), Moisés (1982), Chasin (2000), Correia (1980), Ianni (1980) e Humphrey (1982).

Na análise de Frederico destaca-se que a superexploração fabril, repressão no local de trabalho, deterioração das condições de vida e erosão salarial durante a década de 1970 combinaram-se, criando condições para a eclosão da revolta operária daquele período. Certamente esses variados exercícios de resistência individuais e coletivos, expressos nas operações tartaruga, estavam presentes na formação da vanguarda operária, tanto no ABC como nas fábricas em São Paulo. Focado nas ações no interior da fábrica, o autor acaba não analisando o contexto externo ao qual estavam inseridas essas formas de resistência. Escapa à sua análise a evolução da luta operária e sua evolução ao longo da década de 1970. Mas, no que se propõe, o livro é importante para análise das ações operárias no interior das fábricas.

José Chasin, como editor da *Revista Ensaio*, publicou três importantes contribuições para auxiliar na compreensão da eclosão das greves no ABC paulista: *Conquistar a democracia pela base*, publicado em 1979, *As máquinas param, germina a democracia*, publicado em 1980 e *Lula versus Luís Inácio da Silva* publicado em 1982 (reunidos em: CHASIN, 2000). Nesses artigos, interpreta aquelas mobilizações no marco do esgotamento do ciclo de crescimento econômico da década de 1970 e da luta pela democracia, auxiliando assim na compreensão dos determinantes para eclosão daqueles processos no ABC. Escapa ao foco de Chasin a auto-organização do movimento operário ao longo de toda a década de 1970. No artigo *As máquinas param...* a reorganização da classe operária é retomada apenas a partir

da campanha pela reposição dos 34,1% em 1977. Esse último, assim como o artigo *Lula versus Luís Inácio da Silva* têm o mérito de criticar a perspectiva da Diretoria do Sindicato de deflagrar uma greve daquelas dimensões sem procurar expandir a base de apoio da greve para além das fábricas do ABC. No entanto não chega à formulação de que tal opção feita pelo grupo de Lula foi produto da luta por hegemonia no movimento operário paulistano.

Outra importante interpretação foi realizada por Ricardo Antunes (que pertencia ao mesmo grupo de Chasin) no livro *A rebeldia do trabalho* (1988), trabalhando centralmente com os artigos e entrevistas da *Revista Ensaio*, argumenta que os principais motivos daquelas mobilizações foram a luta contra o arrocho salarial e a superexploração. Antunes, defensor da Diretoria de Lula, toma as greves do ABC como algo completamente novo no cenário nacional, ao mesmo tempo analisa as greves como conduzidas por forte ímpeto espontaneísta das massas, considerando esse como o principal elemento que levou o ciclo grevista à derrota. Sua análise ignora totalmente as principais mobilizações decorridas durante a década de 1970. Não dedica uma página sequer às mobilizações protagonizadas pelo operariado de São Paulo, nem mesmo as greves de 1978 e 1979 ocorridas nessa cidade. Tal interpretação conduz o leitor à impressão de que não havia organização operária antes da greve da Scania. Além disso, buscando construir uma imagem de Lula e dos Autênticos de São Bernardo como os elementos mais combativos da classe operária, ameniza as manobras e capitulações operadas pela Diretoria do Sindicato de São Bernardo e Diadema na greve de 1979, assim como diminui a responsabilidade política da mesma na derrota da greve de 1980. Nem sequer cita a perseguição que essa exercia sobre as comissões de fábrica.

Em 1978 a gestão do Sindicato do ABC ficou para trás do movimento grevista. Em 1979 entregou a greve e abriu mão das principais demandas reivindicadas para poder retornar à gestão do Sindicato, aceitando 6% de aumento, negando-se a reorganizar a greve depois da trégua de 45 dias descumprindo, assim, o que tinha acordado com o operariado. E, por fim, em 1980, buscando recuperar-se do desgaste sofrido pela capitulação de 1979, em uma "rústica e bizarra encenação de resistência" (nos dizeres de Chasin) manteve a greve até o seu esgotamento último. Enforcou a classe operária na corda da resistência. Além disso, Antunes não admite que o setor de Lula era na verdade uma fração reformista da auto-reforma da transição pactuada operada durante a crise agônica da ditadura militar burguesa. Ao invés de canalizar as demandas mais radicais para empreender a derrota da ditadura, a linha sindical praticada via Diretoria do Sindicato de São Bernardo, foi na verdade uma forma de desvio das

possibilidades de auto-organização e de transformação profunda da sociedade brasileira naquele ciclo 1978-1980.

Hércules Correia, militante e dirigente do PCB, no trabalho *O ABC de 1980*, publicado em 1980, afirma que as greves de 1978 foram produto do acúmulo de forças da resistência à ditadura. Sua análise está focada sobre os motivos da derrota da greve de 1980. Seu ponto central é a crítica à estratégia protagonizada pela gestão do Sindicato de São Bernardo em 1980, para o autor a greve deveria ter sido terminada entre o dia 26 de abril e o Primeiro de Maio daquele ano. O debate com as posições do PCB deve levar em conta que o Partido entendia aquelas greves do ABC como muito radicalizadas e que elas colocavam em risco a transição democrática. No mesmo período o Partido (em conjunto com PMDB, MR8 e PCdoB) estava alinhado à Diretoria de Joaquinão pelego no Sindicato de São Paulo, atacando a Oposição Sindical Metalúrgica por entender que ela colocava em risco a transição pactuada. (Confira esse debate em ANTUNES, 1988). Ainda, sua análise não aborda mais profundamente as greves de 1978 e 1979. Assim, fica fora de sua análise a organização do movimento operário ao longo da década de 1970 bem como os determinantes da crise do regime naquela década. Apesar disso, trata-se de um trabalho importante para compreender o debate acerca da greve de 1980.

José Álvaro Moises, escreve uma série de artigos ao final da década de 1970 e início da década de 1980 sobre as greves no ABC paulista. Esses foram reunidos no livro *Lições de liberdade e de opressão* (1982). Moisés é também defensor da atuação do sindicato do ABC, suas análises apontam uma série de motivos para as greves, tanto a luta pela liberdade de organização, contra a opressão da ditadura e do patronato como a luta pela cidadania. Sua análise tem o mérito de abordar aspectos das lutas operárias durante a década de 1970 em São Paulo. Debate de forma mais profunda a posição do sindicato de São Bernardo em relação às comissões de fábrica e delegados sindicais. Para o autor, ao invés de combater as comissões de fábrica como fez o sindicato, era necessário organizar as comissões de fábrica, delegados sindicais e sindicato para com isso construir um movimento operário mais democrático e organizado pela base contornando os limites e imobilismo da estrutura sindical vigente.

Annéris Maroni, no livro *A estratégia da recusa* (1982), interpreta as greves de 1978 como uma forma de resistência às determinações organizacionais do sistema produtivo, compreendendo o surgimento das comissões de fábrica em São Paulo como aspecto da luta pelo controle do processo produtivo. Nesse livro, a luta operária é explicada centralmente

como decorrente do contra-poder no local de trabalho. As lutas sociais e políticas decorridas fora do espaço da fábrica, a atuação de setores de vanguarda é silenciada. Seu material de análise são os artigos da *Revista Oboré*, intitulada *História imediata* (1979), no entanto a autora não cita devidamente a revista ficando a impressão de que foi ela quem coletou as entrevistas.

Lélia Abramo publicou um dos livros mais importantes e sérios sobre as greves no ABC, cujo maior mérito é a qualidade de seu material empírico. *O resgate da dignidade* (1999), como explicita o título do livro, denota como elemento principal daquelas greves, admitindo o caráter político que assumiam, a luta pela "recuperação da dignidade dos trabalhadores" vilipendiada pela perda salarial, intensificação do ritmo de trabalho, rotatividade no emprego, péssimas condições de trabalho e despotismo patronal. Embora nossa interpretação destoe da tese central da autora, sua consulta é indispensável. A autora analisa que: "a eclosão das greves de 1978 foi resultado de um complexo processo em que se destacam três elementos principais". Destacando: "a contraditória vivência das condições de trabalho e as múltiplas práticas de resistência desenvolvidas no interior das empresas durante os anos 70", bem como: "o surgimento de um novo tipo de ação sindical", e "uma conjuntura política marcada por aguda crise de legitimidade do regime militar que potencializou a força e a capacidade expressiva do movimento". (ABRAMO, 1999, p. 179). Esse livro, embora a autora também seja defensora da atuação do Sindicato do ABC durante toda a década de 1970, tem o mérito de apresentar dados significativos de pesquisa de campo, detalhes das greves nas fábricas do ABC no ano de 1978. Analisa que as greves foram "resultado do surgimento de um novo tipo de ação sindical que, embora não tivesse sido responsável direto e explícito pela sua organização e deflagração, teve um papel fundamental em todo o processo que culminou na sua eclosão". (ABRAMO, 1999, p. 37). Essa é, na verdade, uma perspectiva comprometida com a ação dos Autênticos da Diretoria do Sindicato de São Bernardo. Pois esses não inauguraram "um novo tipo de ação sindical" no cenário da história da luta operária no Brasil. Também não tiveram papel fundamental na eclosão do ciclo grevista. Embora o cotidiano das salas do Sindicato possa dizer muito sobre as lideranças que se formam na Diretoria, diz pouco ou quase nada sobre a eclosão daquele movimento.

Segundo nossa interpretação, enquanto a ditadura entrava em uma crise econômica profunda a partir de 1973, o movimento operário e popular acumulava forças em lutas cotidianas intra e extra-fábrica ao longo de toda a década. Não foi o Sindicato do ABC o

responsável por fazer as lutas operárias virem à tona. Nem mesmo foi a combativa Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo a responsável por fazer eclodir as greves de massa e os piquetes com milhares de pessoas em 1979. Mesmo com tais especificidades, o livro de Abramo contém importante análise das greves nas fábricas auxiliando de forma imprescindível na compreensão daquele movimento. Esse trabalho, assim como o de Humphrey, *Fazendo o Milagre* (1982) e *Operários da indústria automobilística* (1979) estão entre os mais importantes trabalhos empíricos sobre as greves do ABC.

O trabalho de Humphrey publicou um importante relatório de pesquisa: *Operários da indústria automobilística no Brasil: Novas tendências no movimento trabalhista*. Este foi ampliado e publicado em livro sob o título: *Fazendo o Milagre*, embora contendo boa base empírica e sendo de leitura indispensável, assim como os de Abramo, Antunes, Moisés e Chasin, é muito comprometido com uma defesa acrítica das políticas aplicadas pelo Sindicato de São Bernardo, em especial das gestões de Lula. Entre os elementos problemáticos do livro estão: negar que o sindicato sobre gestão de Lula se colocava como apolítico; ao mesmo tempo identificar uma combatividade nessas gestões que elas de fato nunca tiveram (conforme podemos observar pelas intervenções nas assembleias no Estádio Vila Euclides) e por fim; construir uma ideia de que o ascenso das lutas sindicais do final da década de 1970 no ABC se devem ao tipo de intervenção do Sindicato do ABC. Por mais que a opinião do autor busque construir uma ideia de combatividade das gestões de Lula no Sindicato, em seu próprio artigo e também no livro fica evidente o interesse dessa diretoria sindical de diferenciar-se do restante do operariado para conseguir acordos e reajustes melhores apenas para os operários das grandes montadoras. Claro que a gestão de Lula e sua Diretoria não eram idêntica a de "Joaquinzão Pelego", que era um interventor direto da ditadura.

A Diretoria de Joaquinção recusava-se inclusive a encaminhar os índices de reajustes reivindicados pelos operários de São Paulo. A Diretoria de Lula não agia como Joaquinção. Diferenciava-se por reivindicar os reajustes que eram desejados pela base e, já no início de 1978, passa a defender a deflagração de greves como forma de pressão por melhores reajustes salariais. Criticava direta e publicamente a política salarial da ditadura e do patronato. Isso por sua vez, era uma forma de reposicionar-se dentro do novo período de mobilizações que decorre a partir de 1975 e para legitimar seu poder sindical.

Ao mesmo tempo, essa diretoria não pode ser caracterizada como de enfrentamento com a ditadura militar, em suas entrevistas Lula por várias vezes elogia figuras

comprometidas com a ditadura (LULA, 1981). Além disso, negociava sempre dentro das prerrogativas permitidas pela ditadura, dentro das exigências patronais, dos lucros do setor, etc. Sua atuação e resultados denotam fortemente sua opção de trilhar por dentro das determinações e necessidades da burguesia e das forças armadas e da democratização por dentro da ditadura militar burguesa. Nos anos 1978, 1979 e 1980 isso fica muito claro, quando a Diretoria do Sindicato de São Bernardo aceitou as prerrogativas patronais em detrimento das demandas daquele operariado. Invertendo o processo real, Humphrey, assim como faz Antunes (1988), põe todo o acento na gestão do sindicato. Ela é vista como responsável pelo desencadeamento do ascenso operário massivo, como se aquela diretoria, em seu ímpeto e determinação, estivesse à frente dos anseios de suas bases, animando-as e fazendo-as avançar para além de seus limites. O protagonismo das dezenas de milhares de operários não encontram espaço em sua análise.

A tese central do nosso trabalho é que existia uma forma alternativa de organização sindical, que em muitos aspectos, se opunha à perspectiva que se desenvolveu a partir do ABC pós 1978. No período 1978-1980, dois modelos de ação sindical se chocam. Uma proposta com maior enraizamento nas bases operárias, que se opunha à estrutura sindical vigente, reivindicando um sindicalismo independente, desatrelado do Estado, sustentado em comissões e grupos de fábrica, e outra que se desenvolve por dentro da estrutura sindical opondo-se frontalmente a auto-organização pela base. Embora o chamado "novo sindicalismo", hegemônico pelos Autênticos<sup>2</sup> de São Bernardo, tenha sido o modelo que teve maior vigência e ocupou maior espaço no sindicalismo brasileiro de 1978 em diante, esse modelo de ação sindical não era o único existente. O sindicalismo do eixo industrial Osasco-São Paulo era, em certa medida, uma via que concorria com o modelo praticado pela Diretoria do Sindicato de São Bernardo.

---

<sup>2</sup> Chamou-se de "Autênticos" os militantes que não eram completamente alinhados com as diretrizes políticas da ditadura militar burguesa. O termo popularizou-se durante a década de 1970. Inclusive, dentro do MDB, formou-se um grupo de "políticos autênticos", que não se alinhavam completamente com a linha central do partido e da ditadura, eram chamados, na primeira metade da década de 1970, de "Autênticos do MDB". Também o *Movimento pela Reposição Salarial*, de 1977, que congregava uma variada gama de sindicalistas ("pelegos" de maior ou menor adesão à ditadura e "não-pelegos"), reivindicava-se como um movimento de "sindicalistas autênticos". Em julho de 1978, pós as greves do ABC, no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro, é lançada uma carta de princípios denominada *Carta dos dirigentes Autênticos*. No entanto, o termo ganhará ainda mais notoriedade a partir do ciclo de greves de 1978-1980, sendo o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo o que mais capitalizará os aspectos positivos desse termo.

A execução da pesquisa envolveu entrevistas semi-estruturadas com operários que militaram nas greves de Osasco em 1968, e que, posteriormente vieram a integrar-se na construção de atividades do movimento operário ao longo da década de 1970.

Realizamos 23 entrevistas com operários e operárias que participaram ativamente das greves de Osasco de 1968 e construíram o Movimento de Oposição Sindical de São Paulo, articularam e militaram nas greves metalúrgicas durante a década de 1970. Trabalhamos a base operária que construí e atuou nos principais processos grevistas do final da década de 1960 até as greves do ABC de 1978-1980. Essa mesma base operária e militante é que construirá o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos trabalhadores durante a década de 1980, 1990 e 2000. Com base nessas entrevistas e bibliografia especializada, construímos uma explicação teórica sobre a trajetória e desenvolvimento político do movimento operário.

O objetivo específico da tese é analisar os elementos históricos e sociais que condicionaram e deram corpo político à atuação do movimento operário e sindical de 1968 até 1980. Para isso, discutimos distintas estratégias e táticas que coabitaram o movimento operário pós-golpe militar. Aqui o acento recaiu sobre as estratégias de enfrentamento e conciliação com o Estado burguês e o patronato, mas também sobre a forma de organizar a classe operária em um projeto sindical, político e social. Por fim, chocam-se duas estratégias políticas: a oriunda do movimento operário de Osasco e São Paulo, contra a estratégia dos Autênticos de São Bernardo.

Cabe diferenciar aqui movimento operário de movimento sindical. Por movimento operário entendemos atuação organizada que vai para além da atividade sindical. O movimento operário engloba a totalidade das atividades políticas, sociais, teóricas e sindicais expressas pelo conjunto do proletariado<sup>3</sup>, extrapolando os limites reivindicativos de valorização e adequações do regime burguês. Entendemos por movimento operário a atuação

---

<sup>3</sup> Friedrich Engels no trabalho *Princípios básicos do comunismo* de 1847, define o proletariado como a classe em relação à divisão hierárquica do trabalho. “[...] que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada”. (Engels, 1982). Também Marx n’O capital, afirma que por proletário “deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do “*monsier capital*”. (MARX, 1989, p. 714, nota 70). No relançamento do Manifesto do partido comunista, em 1888, Engels introduz uma nota para precisar a definição de proletariado, nas palavras do autor, por proletariado entendia-se “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. (p. 40). Entendemos então que incluem-se na categoria de proletariado todos os despossuídos de meios de produção, tais como os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, campenses, trabalhadores e trabalhadoras das cidades, donde se inclui os operários fabris, terceirizados etc... Na concepção de Marx, 2004: Marx e Engels, 2005, Lênin, 2010, Trotsky, 2005: 2007a, todas estes segmentos da classe trabalhadora, despossuídos de meios de produção, necessitam ser organizados pelo partido revolucionário para superação do capitalismo.

organizada da classe trabalhadora que questiona a dominação de classe. Já por movimento sindical compreendemos a atuação sindical por meio de instituições reconhecidas pelo Estado, tal como os sindicatos, as centrais sindicais, as federações e confederações que reivindicam reajustes salariais e a valorização da força de trabalho, melhores condições de trabalho etc.

### **Como fizemos esta pesquisa**

Para promover *coleta de dados* utilizei técnicas de pesquisa qualitativa, buscando apreender os principais elementos da *experiência vivida, percebida e compartilhada* por grupos de operários e operárias que se organizaram em grupos de fábricas, comissões de fábrica e em torno de sindicatos de suas categorias, realizei vinte e três (23) entrevistas, com operários e operárias no período de 10 de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015. Por meio do estudo bibliográfico, documental e das entrevistas, caracterizamos os principais processos e debates desenvolvidos no meio sindical e operário.

### **Como selecionamos os entrevistados**

Em fevereiro de 2012 em uma atividade sindical que tinha como objetivo central a reintegração de um sindicalista demitido por ser militante da Caixa Econômica Federal, descobri que o mesmo era da Região de Osasco. Um amigo em comum nos apresentou. A partir desse contato, expliquei que estava interessado em entrevistar operários de Osasco. Bastava que fossem operários ou ex-operários que tivessem história de militância no movimento sindical e de alguma forma tivessem contatos com greves, CUT e PT. Assim cheguei ao primeiro entrevistado Albertino Oliva, que trabalhava como advogado da Cobrasma em 1968 e que integrou a Frente Nacional do Trabalho, uma organização católica. A partir disso segui indicações dos entrevistados para chegar a outros nomes de militantes que participaram daquele processo. Assim entrevistei Octaviano, (conhecido no meio sindical como "Tigrão"), José Pedro da Silva ("Zé Pedro"), Antonio Vieira de Barros ("Toninho três oitavos"). Na sequência de indicações cheguei até João Joaquim. Por sua vez, João Joaquim me indicou o nome de Joaquim Miranda. Entrevistei Roberto Espinosa em julho de 2013, Stanislaw Szermeta ("Stan"), Waldemar Rossi, Jorge Luiz Santos Oliveira ("Jorge Preto"). Com base nas indicações, cheguei também a Anízio Batista, Cloves Castro, Sebastião Lopes Neto, Maria do Carmo Gomes, Sofia Dias Batista, Maria José Soares ("Mazé"), Elias Stein, Alberto Eulálio ("Betão"), que foi diretor do Sindicato de São Bernardo em 1981, Francisco Carlos de Souza ("Chico gordo"). Além desses, foram entrevistados: Gilson Menezes,

principal articulador da greve da Scania em 1978 e diretor do Sindicato de São Bernardo em 1978. João Paulo de Oliveira, que foi operário na Mercedes Bens de 1970 a 1974 e membro da Diretoria do Sindicato de São Bernardo em 1981. Ivan José Maciel (militante, bancário), Rosa Maria Eleutério (militante, que trabalhou como jornalista da Folha de São Paulo e Estado de São Paulo).

Por conta da importância daqueles processos vividos, todos os entrevistados tornaram-se pessoas públicas, existem muitas entrevistas com os mesmos em livros e em meios digitais.

De acordo com as leituras feitas durante a pesquisa bibliográfica chegamos à formulação de algumas questões. Estas serviam como um roteiro, mas as entrevistas eram abertas semi-estruturadas para novas questões que surgiam durante o relato da experiência do entrevistado. Ainda, muitos dos elementos colocados pelos operários nas entrevistas foram reformulados em novas questões.

1) Onde nasceu? 2) Qual foi seu primeiro emprego? 3) Qual foi a primeira experiência de militância? 4) Qual foi a primeira greve que participou? 5) Como se aproximou do movimento sindical? 6) Qual a participação em eleições sindicais? Participou do Primeiro de Maio na Praça da Sé? Participou de comissão de fábrica ou grupos de trabalho clandestino? 7) Participou de greves durante a década de 1970? 8) Como foram as greves de 1978-1980 em São Paulo e no ABC? Participou da fundação do PT? Participou da fundação da CUT? Quais os principais processos que participou durante a década de 1980? Quando se deram as principais mudanças no PT e na CUT? Como avaliou o governo Lula?

## CAPÍTULO I - MOVIMENTO OPERÁRIO EM OSASCO E SÃO PAULO DURANTE A DÉCADA DE 1960: EXPERIÊNCIAS DO SINDICALISMO DE BASE

É lugar comum afirmar que o golpe militar-burguês de 1964 teve como objetivo principal findar a disputa entre dois blocos políticos que defendiam projetos distintos para o Brasil. Essa análise pode ser verificada, por exemplo, nas *Resoluções Políticas da Conferência Nacional de 1962*, do PCB. De acordo com o documento, aquela conjuntura era caracterizada: "por um contínuo aguçamento da luta entre as forças nacionalistas e democráticas, de um lado, e as reacionárias e entreguistas, de outro". (PCB, 1962, p. 198). O que demandaria ao Partido, com toda sua força militante, fazer-se escudeiro da burguesia nacional, defendendo um programa de reformas burguesas na sociedade brasileira. Segundo essa visão, o *bloco Nacionalista* seria formado pelo PCB, PTB, burguesia nacional, industriais, parte dos latifundiários, setores dos movimentos populares e sindicais e setores da Igreja. A este bloco nacional reformista, opunha-se um *bloco entreguista* que englobava setores dos latifundiários ligados ao imperialismo e articulados em torno do PSD e UDN. (Confira: VINHAS, 1982; MAZZEO, 1999).

Na perspectiva do PCB, antes de fazer a sua revolução, o proletariado deveria juntar-se com setores da burguesia nacional para ajudá-la a fazer uma revolução democrático-burguesa. Tal estratégia de colaboração de classes, pautada na "teoria" do *socialismo em um só país* e na "teoria" da *revolução por etapas*, foi sumarizada pelo grupo articulado em torno de Stalin no VI Congresso da Internacional Comunista de 1928<sup>4</sup>. Nesse Congresso definiram-se os países maduros e não-maduros para o socialismo. Apenas em 3 países do mundo o proletariado poderia desencadear um processo revolucionário tendo como objetivo direto a

---

<sup>4</sup> Cabe acrescentar que a "teoria" do *socialismo em um só país* e da *revolução por etapas* não em 1928. Elas são elaboradas logo após a morte de Lênin, no interregno de 1924 a 1926. Opera significativos giros à direita para atacar os setores revolucionários do Partido Bolchevique e do movimento operário e camponeses. As primeiras formulações desta nova linha do Partido Comunista da União Soviética vêm a público em 18 de maio de 1924, por meio do texto intitulado *Sobre os fundamentos do Leninismo* (<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>), assinado por Stalin, mas publicado durante sua primeira atuação em conjunto com Zinoviev e Kamenev, na direção do Partido Comunista Russo conhecida como *troika*. O texto busca consubstanciar as propostas de orientação que seriam apresentadas no V Congresso da Internacional Comunista que seria realizado no mês seguinte. Desta forma, o documento é, na prática, uma tese pré-congressual. É uma amalgama de citações de Marx e Lênin, misturando posições corretas dos revolucionários às necessidades da burocracia soviética e sua nova linha. Define a revolução russa como um caso único, em que uma pequena classe operária conseguiu acaudilhar a maioria campesina para a tomada do poder. Em 25 de janeiro de 1926, vem a público o texto *Questões do leninismo*. (<https://www.marxists.org/espanol/stalin/obras/oe1/Stalin%20-%20Obras%20escogidas.pdf>). Neste texto, também assinado por Stalin, publicado durante sua aliança com Bukharin e Richov na direção do Partido Comunista Russo (conhecida como *triumvirato*), reforça-se as justificativas para a "teoria" do *socialismo em um só país* e a *revolução por etapas*. Operando outro giro à direita, são criticadas inclusive às formulações expressas no texto *Sobre os fundamentos do Leninismo*.

construção do socialismo, podia “passar direto à ditadura do proletariado” os Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. No segundo bloco estavam: *Países de desenvolvimento capitalista médio* (Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, Balcãs, etc.), países que “não têm ainda concluída a sua transformação democrática-burguesa”. Por fim defini-se um terceiro bloco de países ainda mais atrasados, onde se inclui o Brasil, onde não seria possível a edificação independente do socialismo:

*Países coloniais e semicoloniais* (China, Índia, etc) e *países dependentes* (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc, se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária. (Resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista - 1928).

Aplicando tal estratégia no Brasil, o PCB abria mão da defesa da independência de classe preconizada por Lênin: "A salvaguarda da independência ideológica e política do partido do proletariado é obrigação constante, invariável e incondicional dos socialistas". (LÊNIN, 1979, p. 102). Lembremos ainda que o capitalismo<sup>5</sup> brasileiro é amplamente aberto ao capital internacional sob a égide do governo de Juscelino Kubitschek, quando opta por desenvolver o D3 - Departamento de bens de consumo em lugar do D1 - bens de produção via indústria nacional. (OLIVEIRA, 1976). A burguesia reafirmava sua opção de ser sócia menor das multinacionais e do imperialismo norte-americano e europeu.

---

<sup>5</sup> Conforme resumiu Lênin: "Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e os industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos, que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário imprescindível para que estes e sua família mal possam subsistir, e tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária para a sua manutenção o patrão embolsa; isso constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem sempre de reduzir o salário; quanto menos entreguem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível, para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos, mas como se veste todo mundo. (...). (LÊNIN, 1979, pp. 36-37).

Segundo esta visão de dois blocos, o golpe militar-burguês destinava-se “a derrotar o modelo nacionalista de desenvolvimento, enquanto estrutura de poder política e econômica. Simultaneamente, derrotam-se as classes assalariadas e parte do empresariado nacional”. (IANNI, 1987, p. 204: Confira também o relatório da Comissão Nacional da Verdade, GT-13, 2014). Esta visão compreende o golpe de 1964 como produto de disputas parlamentares supra-estruturais. Entendendo que os distintos setores da classe trabalhadora do campo e das cidades, que se insurgiam em variadas e radicalizadas lutas e enfrentamentos de classe, eram apenas um elemento que "temperava" as disputas entre nacionalistas e entreguistas<sup>6</sup>.

Aqui trabalhamos com outra corrente interpretativa, segundo a qual havia um *terceiro bloco*, formado pelo proletariado do campo e das cidades. Esse bloco ganha coesão e força desde a década de 1940 até o pré-golpe. Esse era o bloco central que rompia a ordem de dominação burguesa, que para preservar sua dominação lançou mão de um golpe preventivo contra-revolucionário como forma de conter a situação potencialmente pré-revolucionária que se delineava no início de 1964. (FERNANDES, 2009). Assim, o golpe burguês-militar teve como objetivo central derrotar o ascenso da classe trabalhadora brasileira do campo e das cidades que viam intensificando suas formas de auto-organização desde a crise da ditadura de Getúlio Vargas. No início da década de 1960 tinha-se um proletariado forte e uma burguesia em crise de hegemonia.

Era necessário derrotar a classe trabalhadora para recompor a dominação burguesa, as taxas de exploração de mais valor e as margens de lucro. Como apontou Moisés: "De fato, na conjuntura de profunda crise política e institucional do início dos anos 60, o movimento sindical aparecia como um ator decisivo e, mesmo perigoso, capaz de levar milhares de trabalhadores à ação coletiva, através das greves. (MOISÉS, 1982, p. 85). O golpe de 1964 impunha uma forma de dominação política ditatorial e policialesca como forma de recompor o conjunto heterogêneo das frações da burguesia interna e externas em um novo bloco do poder. (FERNANDES, 2009). Conforme veremos, para se rearticular e recompor suas margens de lucro e de dominação sobre o proletariado do campo e das cidades, era necessário fazer refluir a *fórceps* a crise profunda aberta desde a renúncia de Jânio Quadros<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> No cinema, tal visão pode ser observada no documentário de Silvio Tendler: *Jango*. Também no documentário *O dia que durou 21 anos*, dirigido por Camilo Galli Tavares (Cidade do México, 1971). E no documentário *Dossiê Jango - o golpe de Estado de 1964 no Brasil* (2013), dirigido por Paulo Henrique Fontenelle.

<sup>7</sup> Nesse sentido, confira dois trabalhos de Moniz Bandeira: *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. Editora brasiliense. São Paulo. 1979 e *Brizola e o trabalhismo*. Ed. Civilização brasileira, 1979b.

Assim, o motivo do golpe não foi a "disputa entre dois programas" da burguesia, não foram as propostas das "reformas de base" e seu anúncio público por João Goulart em 13 de março de 1964 em frente à Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro. Antes disso, as propostas organizadas como reformas de base, debatidas entre setores do governo, eram, na verdade, uma forma de responder às demandas da classe trabalhadora do campo e das cidades que tomava as ruas e paralisavam a produção desde a década de 1940. Em mais de 20 anos de experimentação e auto-organização, polarizava-se a luta de classe no país, ganhando, logicamente, expressões parlamentares. Assim, concordamos com Murilo Legal quando analisa que o golpe de 1964: "foi um golpe de classe contra todas as conquistas que já haviam sido obtidas pelos trabalhadores no campo material, político e simbólico desde o pós-guerra" (LEAL, 2011, p. 461). Foi sobretudo, um golpe contra a classe operária. (BANDEIRA, 1977: ANTUNES, 1988: CHASIN, 2000: LEAL, 2004: 2011). Vejamos concretamente os elementos centrais desse processo.

### **1942-1964: auto-organização operária e o PCB**

Para uma leitura mais expandida sobre o protagonismo objetivo da classe trabalhadora em luta, é importante empreender esforço para analisar as mobilizações operárias não apenas nas iniciativas do sindicato ou de suas direções, mas também em seu ativismo expresso em formas de auto-organização, tanto no chão de fábrica como nos piquetes e em movimentações de bairros de trabalhadores e periferias, uma vez que as questões de trabalho e demandas urbanas (habitação, saúde, transporte, etc.) se interligam objetivamente.

Já em 1942, em meio à entrada do Brasil na II Guerra (Missão Aranha) e os consequentes "esforços de guerra" com suspensão do direito de férias e aumento das jornadas de trabalho, os operários são designados como "soldados da produção". Floresce o descontentamento, intensificam-se as atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora, nos locais de trabalho surgem comissões de fábricas (LEAL, 2011, p. 331), tem-se o início de um período de fortalecimento da classe operária nos principais centros urbanos do país. (MATTOS, 2009, p. 74).

No mesmo período, com o despontar de uma redefinição do novo equilíbrio de poderes na política internacional em favor dos Aliados contra o nazi-fascismo, a questão da democracia ganha vigor determinante para as conjunturas nacionais. O Brasil passa a sofrer pressões externas, sobretudo dos EUA (que passou a principal aliado econômico), para findar a ditadura varguista. No período 1943-1945, o apoio das classes dominantes à ditadura vive

crescente erosão. (CORSI, 2000). Vargas então passou ao discurso mais nacionalista e tentou aproximar-se da classe trabalhadora como forma de recompor sua base de sustentação política e social. Essa era uma forma de assegurar a sua própria sobrevivência política, substituir o apoio da burguesia pelo apoio da classe trabalhadora. A CLT, que unificava uma série de conquistas trabalhistas, foi promulgada em 1943 e constitui parte importante dessa política. (CORSI, 2000).

De início, o meio principal para desenvolver esses vínculos com o movimento sindical será os sindicatos oficiais. No final de 1945 Vargas criará o PTB como forma de organizar sua base entre trabalhadores e preparar sua eleição em 1950. O PTB *não era* um *partido de trabalhadores*, mas um *partido para trabalhadores*, fundado para englobar industriais, latifundiários e trabalhadores, posteriormente contará com apoio patronal e de industriais que dirigirão o partido. (BENEVIDES, 1989). As mudanças da política internacional e a realocação de Vargas, somadas às determinações de Stalin na URSS levam o PCB para a base de apoio do ditador. Conforme registrou Moisés Vinhas, militante e dirigente do PCB:

No Brasil, estudantes e trabalhadores ganham as ruas em manifestações contra o Eixo e cresceram as insatisfações contra o custo de vida, baixos salários, etc. Em processo de reorganização, os comunistas adotaram a linha da União Nacional contra o fascismo, oferecem apoio a Vargas e impulsionam os movimentos de massa pelo envio de uma Força Expedicionária Brasileira aos campos de batalha na Europa. Da prisão, Luis Carlos Prestes lança apelo aos tenentistas, à União Nacional dos Estudantes (UNE), à Ação Católica Brasileira e outros organismos, para que se irmanassem ao governo no esforço de guerra. Comunistas apresentam-se como voluntários e alguns, como Jacob Gorender, integram a FEB. Na volta, assim como Salomão Malina, outros se tornam comunistas. (VINHAS, 1982, pp. 73-74).

O PCB alia-se ao ditador e a seu novo partido o PTB, criado em 15 de maio de 1945. Juntam-se na "campanha pela permanência de Vargas no poder, sob a divisa "Constituinte com Getúlio". (LÖWY, 1980, p.50). Seguindo as diretrizes de Stalin, o PCB, "como todos os partidos comunistas que participavam do bloco dos aliados, faz uma política de 'União Nacional', apoiando o governo e rejeitando como 'esquerdista' e 'sectária' toda crítica à Vargas, ao Estado Novo e suas instituições". (LÖWY, 1980, pg. 47-48). Com as ações de Getúlio de legalização dos partidos e anistia aos presos políticos, aprofundam-se as alianças do PCB com o ditador. De acordo com Vinhas: "Os comunistas apoiaram decididamente Getúlio e saíram às ruas para lutar pela 'constituinte com Getúlio' ao lado dos 'queremistas' (Como eram chamados os partidários de Vargas, em decorrência do *slogan* 'queremos

Getúlio', utilizado na campanha)". (VINHAS, 1982, p. 86). Também neste momento, o PCB abre mão do princípio da independência em relação ao Estado burguês. Aplicando a política e estratégia de Stalin, opõem-se aos princípios básicos do marxismo revolucionário, expressos por Lênin, segundo o qual: "O princípio fundamental, o primeiro preceito de todo movimento sindical, consiste no seguinte: não confiar no Estado, confiar unicamente *na força de sua classe*. O Estado é a organização da classe dominante. Não confieis nas promessas, confiai unicamente na força da união e da consciência de vossa classe". (LÊNIN, 1979, 169). O PCB segue caminho oposto ao apontado por Lênin<sup>8</sup>, acaba ajudando Vargas na "estabilização da estrutura sindical controlada pelo Estado". (LÖWY, 1980, p. 47). Conforme analisou Gorender:

Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria. Continuou a se orientar pelo enfoque da união nacional contra o fascismo, sem perceber as alterações na disposição das forças de classe dentro do País. (GORENDER, 1987, p. 20).

O Partido, seguindo a linha internacional do Partido Comunista Russo, firmada em Yalta e Potsdam de convivência pacífica entre capitalistas e comunistas, destaca-se como defensor da "ordem e tranquilidade". No Discurso de Luís Carlos Prestes no Estádio de São Januário, Rio de Janeiro, em 1945, o Secretário Geral do PCB, defendendo a conciliação de classes, afirma que: "a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional". (PRESTES, 1945, p. 100). Em outro trecho do mesmo discurso, defendendo "o caminho da ordem e da tranquilidade" afirma que: "É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o Governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia". (Idem, p. 107).

Em comício realizado em Recife, em 26 de novembro de 1945, Prestes, maior autoridade do PCB, afirma que: "é preferível, companheiros, apertar barriga, passar fome, do que fazer greve a criar agitações - porque agitação e desordem na etapa histórica que estamos atravessando só interessa ao fascismo. O Partido Comunista foi, durante esses 6 meses o

---

<sup>8</sup> Lênin destaca: "O velho Estado (...) nunca foi nem pode ser outra coisa a não ser a ditadura da burguesia, isto é, daqueles que têm em suas mãos as fábricas, os instrumentos de produção, a terra, as estradas de ferro, em resumo, todos os meios materiais, todos os instrumentos de trabalho, sem cuja posse o trabalho continua escravizado". (LÊNIN, 1979, p. 173).

esteio máximo da ordem em nossa terra". (PRESTES, 26/09/1945, p. 116). Em seu brevíssimo período de legalidade (1945-1947), afirma-se como guardião da ordem burguesa. Na II Conferência Nacional do PCB, de agosto de 1943, chamada *Conferência da Mantiqueira*, o PCB passa a defender o pacifismo frente ao governo, de acordo com Gorender<sup>9</sup>

(...) Prestes e os principais dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira (Diógenes de Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois) se entregaram à pregação de um trivial pacifismo. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de "progressista", e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira. (p. 20-21).

Porém, o PCB encontrará pós 1943, um proletariado pouco disposto à tranquilidade, como se pode observar por meios das mobilizações operárias e populares, com no caso dos quebra-quebras dos ônibus da CMTC em 1947, os saques e prisões nesse ano. Era uma forma de rebelião popular que não encontrava qualquer canal partidário organizado pelo qual pudesse se expressar. (MOISÉS, 1983). O PCB, na busca pela "ordem e tranquilidade" se aliará com o PTB buscando chegar à crista das mobilizações para controlá-las como forma de construir-se. Em conjunto com o PTB constrói o MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores. São esforços para se ligar ao operariado que adentra em uma onda crescente de mobilizações que, com avanços e recuos, fará importantes experiências de auto-organização e enfrentamento com as forças estatais. A queda daquela ditadura libertará ainda mais as atividades reivindicativas do proletariado urbano e rural. Conforme recorda Singer (1982), a ditadura Vargas

(...) adotou medidas de 'mobilização bélica da mão de obra, que naturalmente serviram para barateá-la, tais como prolongar a jornada de trabalho, reduzir os padrões sanitários, impedir a mobilidade entre empregos dos que trabalham em estabelecimentos considerados de importância militar (nos quais se incluíam as tecelagens, entre outras) etc. Terminada a guerra, a exigência de cumprimento das disposições legais trabalhistas se impôs, amparada numa maior autonomia (e combatividade) sindical, decorrente da liberalização política. Era lógico que o impacto do aumento do custo da força de trabalho fosse repercutir nos preços e que a elevação do custo de vida consequentemente viesse a fundamentar novas reivindicações salariais. (SINGER, 1982, p. 31).

Assim que tomou posse em 1946, o General Dutra: "assistiu a cerca de 60 greves apenas nos seus primeiros dois meses, cerca de 100 mil operários decretam greve no Rio de Janeiro; Em São Paulo se assistirá mais seis paralisações nesse ano. (MATTOS, 2009, p. 83).

---

<sup>9</sup> Importante destacar que Jacob Gorender, além de estudioso do tema também foi um dos membros dirigentes que compunha o Comitê Central do PCB.

Os militantes do PCB ficam em um impasse, entre atender às orientações da direção do partido de "paz e tranquilidade" ou ligar-se à onda de mobilizações nas bases. Já nos primeiros meses de 1946, o governo Dutra responde à onda de mobilizações com o decreto 9.070, de 16 de março de 1946, que investe contra o direito de greve. Com base nesse decreto é reprimida a greve dos portuários no Rio de Janeiro no mesmo mês. Utilizará os mecanismos repressivos conservados da ditadura de Vargas para tentar conter o ressurgimento das atividades sindicais e políticas do proletariado. Além de poder julgar as greves como ilegais, os comícios passam a ser reprimidos, voltam a ocorrer prisões de trabalhadores, os sindicatos sofrerão intervenção e os salários serão congelados. O PCB, buscando manter-se na legalidade, mantém-se ainda como base de apoio do governo Dutra. (SANTANA, 2001: MAZZEO, 1998). O apelo de Luis Carlos Prestes, um dos principais dirigentes do PCB, buscando construir uma união nacional para a defesa da ordem, expressa com profundidade a estratégia do partido:

Lutamos, antes de tudo, por ordem e tranquilidade. Não cessamos de explicar ao povo que, no período histórico que atravessamos, de desenvolvimento pacífico, só aos fascistas e reacionários interessa a desordem. Por isso, defendemos, intransigentemente, a posse do candidato eleito e reconhecido pelo Tribunal, particularmente diante da maneira como se realizou o pleito, num clima de liberdade. Frente ao governo do general Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos do sr Vargas e Linhares: apoio a todas as medidas democráticas, contra agitadores, demagogos e salvadores que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo democrático com novos golpes armados. ("Prestes faz novo apelo pela União Nacional e para a defesa da ordem. Tribuna Popular, 12 dez. 1945". Apud BIANCHI, 2001, p. 107).

O PCB será o paladino da conciliação de classes. Isso não quer dizer que não houvesse atrito entre a cúpula do partido e suas bases proletárias. O comitê central e os demais órgãos orientadores do Partido buscavam aplicar as diretivas de apoio à burguesia, mas encontrava resistência por parte dos trabalhadores. De acordo com Mazzeo (1998):

(...) No período Dutra (1946-1951). O PCB procurará reforçar a imagem de partido da ordem e da tranquilidade, defensor do "apertar o cinto", chegando a colocar-se, em muitas ocasiões, contra os movimentos grevistas, para "evitar as provocações". *Sem dúvida, nessa nova política implementada pelo núcleo dirigente do PCB estão as raízes históricas que irão determinar a política de conciliação imposta muitas vezes sectariamente pelo Comitê Central às bases do partido*, como demonstravam as preocupações em expurgar do partido os "elementos sectários ainda existentes" e reforçar a "democracia interna" em suas fileiras. O eixo da ação do PCB era permeado por uma *política taticista*, que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta "ordeira e pacífica". (p. 73).

No entanto, mesmo sob a repressão de Dutra e os apelos conciliatórios do PCB, as mobilizações operárias não refluem ao nível da ditadura Vargas. Continuam a afluir as demandas operárias que até então estavam reprimidas, a auto-organização se reconstituí. O movimento operário era oriundo centralmente de duas categorias: alimentícia e têxtil. De acordo com a economista Maria da Conceição Tavares: "Em 1949 duas indústrias eram responsáveis, em conjunto, por mais de 50% do valor total da produção total das indústrias de transformação: a de alimentos e a têxtil". (TAVARES, 1975, p. 92). Será nestes setores que se darão as principais mobilizações durante a primeira metade da década de 1950. A industrialização ampliava-se continuamente e com elas ampliavam também os sindicatos e os contingentes da classe operária urbana. No estudo *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, Heloisa Helena de Souza Martins (1979) destaca que de 1945 a 1964 o número de sindicatos multiplica-se, registra um aumento de 139% no número de sindicatos no Brasil. (1979, p. 75).

A autora aponta ainda que nesse período o movimento sindical passou a abordar temas como inflação, desemprego, custo de vida e os problemas de abastecimento. (MARTINS, 1979, p. 77). Ou seja, o fim da ditadura Vargas é marcado não só pelo aumento das atividades sindicais, mas também pelo aumento do número de entidades representativas e novas pautas. Mesmo a onda repressiva deflagrada por Dutra, não foi capaz de derrotar o movimento sindical e político. Com a liberdade de organização, não só a atividade sindical ganha novo vigor, mas também os partidos que atuam no movimento operário recrutam novos contingentes de trabalhadores, amplia-se o quadro de militantes do PCB. Em meio ao clima crescente de mobilizações, o Partido trabalha pela filiação de novos membros, conforme registrou Moisés Vinhas, militante e dirigente do PCB:

O recrutamento de novos militantes era feito de forma simples. Em São Paulo, reuniam-se centenas de trabalhadores em clubes esportivos ou sedes de outras entidades, geralmente em dias de folga do trabalho, e se fazia uma exposição da política dos comunistas, seguida de debates. Encerrado o debate, pedia-se aos que queriam ingressar no PCB que permanecessem no recinto, e aos demais que se retirassem. Por vezes, permaneciam centenas de trabalhadores, que eram então divididos em grupos, segundo as empresas em que trabalhavam. Preenchiam-se então as fichas de filiação, sendo imediatamente organizada a célula e eleita uma direção (secretariado), composta, em geral, por sindicalistas ou elementos com liderança na empresa. Era naturalmente difícil aos membros dessa célula, a função específica de cada secretário. Recorriamos então a comparações com a família, considerando o primeiro-secretário uma espécie de chefe de família, o segundo a dona de casa etc. Esse modo de estruturar centenas de bases e recrutar milhares de trabalhadores para as fileiras do PCB não era exclusivo de São Paulo. Em Pernambuco, onde atuei como delegado do Comitê Central, tivemos oportunidade de

fazer o mesmo nas camadas populares do Recife e entre os camponeses. Gregório Bezerra fazia discursos de agitação e nós filiávamos os assistentes dos comícios ao PCB. Trabalhávamos também da mesma forma em Curitiba, Londrina e outras cidades do País. (VINHAS, 1982, p. 90).

O fato de centenas de trabalhadores mostrarem-se dispostos a filiar-se ao partido, é exemplo concreto da fase de intensificação das lutas sindicais e políticas do período. No entanto, a forma de filiação adotada pelo PCB colocava-lhe importante desafio. Pois a ampliação repentina do número de militantes nesses anos de legalidade (1945-1947) gerava maiores atritos entre as bases e o Comitê Central e secretariado do PCB. Chegando a cifra de cerca de 200 mil militantes em 1947 (VINHAS, 1982, p. 89), chegou-se a falar da existência de “dois PCs”, um nucleado em torno das orientações do Comitê Central e outro de base que queria seguir as mobilizações. (MAZZEO: 1998: SANTANA, 2001: MATTOS, 2009). Embora consiga ampliar seus quadros militantes, mobilizações continuam sendo deflagradas por fora do partido: "Diante da passividade dos comunistas, muitas greves surgiram à margem dos sindicatos, por meio das comissões por locais de trabalho". (MATTOS, 2009, p. 84).

Em meio as mobilizações operárias e camponesas, o PCB atinge êxitos eleitorais, conquistando a legalidade e cargos parlamentares, sendo 14 deputados federais, 41 deputados estaduais e 1 senador. O Partido crescia mas matinha sua linha de conciliação de classes. Luis Carlos Prestes defendia que "Por intermédio de suas organizações sindicais a classe operária pode ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje" (In: LÖWY, 1980). Mesmo defendendo a moderação e a ordem, o crescimento do PCB com ampliação de sua base de votos revertida em conquista eleitoral incomodam o governo Dutra, que cassará a legalidade do partido em maio de 1947. Os órgãos máximos do PCB não acreditavam que a legalidade do partido pudesse ser cassada, acredita que "setores progressistas" da burguesia não o permitiriam. De acordo com Gorender:

Ao abrir-se o processo judicial de cassação do seu registro de partido legal, a direção do PCB não levou a sério. Prestes em particular. Um mês antes do julgamento, o secretário-geral fez uma conferência para militantes comunistas na Casa do Estudante e ali tranquilizou os presentes (entre os quais me encontrava): a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia "progressista" não tinha interesse em tamanho disparate. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação. (GORENDER, 1987, p. 21).

O PCB, acreditando ter respaldo da burguesia nacional e "progressista", aferrando-se a estratégia reformista de conciliação de classes, acreditava estar intocável frente ao governo

Dutra, e que este não cassaria seu registro. De acordo com Vinhas: "A cassação pega os comunistas desprevenidos - havíamos subestimado essa possibilidade - e não conseguem articular nenhuma reação de massa à arbitrariedade do ato". (VINHAS, 1982, p. 94). Frente à cassação e a onda repressiva que se abriu contra o movimento operário durante o governo Dutra, o PCB decide-se por abandonar os sindicatos oficiais em 1947 e construir centros operários "fora da estrutura submetida ao enquadramento do Ministério do Trabalho. A experiência dos centros operários - algumas dezenas em São Paulo - foi estéril". (GORENDER, 1987, p. 23). Aqui também, o PCB dissocia-se da estratégia marxista revolucionária, segundo a qual deve-se atuar no sindicatos sempre, por mais conservadores e reacionários que possam ser suas direções. (LENIN, 1979). Essa linha sindical leva o partido a afastar-se do espaço onde se reuniam os trabalhadores militantes e ativistas. Esses elementos, somados à mudança conjuntura, perseguição aos sindicalistas e militantes, bem como a cassação do seu registro, o PCB perde a maioria de seus filiados: "Dos 200.000 inscritos em 1947, o Partido Comunista se vê reduzido, no início da década de 50, a cerca de 20.000, ou seja, a 10% dos seus efetivos". (VINHAS, 1982, p. 130).

A cassação do PCB e sua ausência dos sindicatos oficiais, abrirá maior espaço sindical e político para o PTB, que atuando na legalidade e na estrutura sindical estatal, buscará capitalizar o vácuo político deixado pelo PCB. O PTB procurará colocar-se como o partido da reforma social, colando-se nas mobilizações dos trabalhadores. A política sindical do PCB foi chamada de "sindicatos vermelhos", por não ter tido êxito, delibera-se por sua extinção em 1952, de acordo com Gorender: "Em princípios de 1952, uma Resolução da Comissão Executiva, aprovada em julho pelo Comitê Central, determinou a dissolução dos centros operários e a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais". (GORENDER, 1987, p. 23). As bases operárias atuarão ora com maior, ora com menor autonomia em relação aos esforços desses partidos, como se pôde observar na greve geral de 1953. Nesse processo foram criadas comissões de fábrica independentes que se mobilizam por fora e por dentro dos sindicatos. (C.f: MOISÉS, 1978: LEAL, 2011).

### **Lutas operárias na década de 1950 - o movimento operário ultrapassa suas direções**

Entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953, no Rio de Janeiro, operários da indústria têxtil desencadeiam uma greve massiva que envolve cerca de 30 mil trabalhadores (MATTOS, 2009, p. 88-89). Em 1953 em São Paulo será deflagrada a greve dos 300 mil. Em 26 de março, de 1953 (uma segunda-feira) a partir de comissões de fábricas de trabalhadores

têxteis do Brás e Mooca. Esta greve envolveu têxteis, metalúrgicos, gráficos, vidreiros e marceneiros, estende-se até o dia 23 de abril, sendo que a categoria dos gráficos mantém-se em greve até o dia 27 de abril. (LEAL, 2011, p. 239). Centrada sob "comissões de empresa", acabou "atropelando a agenda de suas direções". (Idem). De acordo com Leal, a greve espalha-se pela categoria "pela base", frente a isso o Sindicato, correndo atrás de suas bases, antecipa sua assembleia e decreta a greve oficialmente. (LEAL, 2011, p. 239). Interessante observar que, nas assembleias dos têxteis podiam votar todos os trabalhadores que portassem carteira de trabalho, independente de ser ou não sócio do sindicato.

A greve difunde-se por São Paulo e paralisa a produção em 276 empresas só na capital paulista, por fim: "O movimento conquistou 32% de reajuste, a libertação dos grevistas presos e o compromisso de não descontar os dias parados". (LEAL, 2011, p. 239). O movimento ocupou as ruas da capital paulista com marchas, passeatas, manifestações e piquetes. Ainda: "A greve associou a luta pelos salários à luta contra a carestia [encarecimento dos preços], tocando no nervo de uma reivindicação geral". (LEAL, 2011, p. 241). Diversas direções disputam o movimento, que por fim é capitalizado pelo PCB (MOISES, 1976).

No primeiro dia de greve, dia 26 de março, 30 mil metalúrgicos aderiram às mobilizações, somam-se ainda às paralisações dos metalúrgicos, mais 30 mil trabalhadores têxteis. São 60 mil em greve. A categoria metalúrgica contava com cerca de 96 mil operários e o setor da indústria têxtil contava com mais de 120 mil. (MOISES, 1976, p. 82). Os operários grevistas, além dos comitês de empresa, utilizaram largamente de piquetes desde às 5 horas da manhã nas portas das fábricas. Moises destaca a espontaneidade daquele movimento grevista que se antecipa às lideranças sindicais, segundo o autor "os líderes eram surpreendidos pela antecipação do movimento, que revelava a existência, na base do movimento operário, de uma tendência espontânea da classe ir à ação". (MOISES, 1976, p. 83).

Outras categorias passaram à adesão às greves, aderiram os carpinteiros e gráficos, sendo que: "A 28 de março, a greve atingiu Osasco, onde os trabalhadores de quatro empresas metalúrgicas aderiram ao movimento" (MOISES, 1972, p. 84). Em 31 de março os grevistas fazem uma manifestação massiva na Praça da Sé. A polícia política, DOPS, cavalaria da Força Pública, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Civil são acionados para reprimir os manifestantes, centenas são presos. (MOISES, 1976, p. 85). Na semana seguinte os sindicatos

da indústria de papel e de gorduras comestíveis também aderiram à onda grevista. No dia 2 de abril de 1953 já estavam em greve 100 mil operários da indústria têxtil, estes se somavam a mais 75 mil metalúrgicos de 200 fábricas. Em Osasco chegava-se a 3 mil metalúrgicos em greve. (MOISES, 1976).

No dia 7 de abril são desencadeadas greves em Taubaté, Santos e Sorocaba. As mobilizações em São Paulo confluem com o Movimento contra o alto custo de vida que fazem manifestação envolvendo cerca de 20 mil pessoas na Mooca. A polícia dispersa os manifestantes com tiros de metralhadora, os manifestantes revidam com paus e pedras. Enfrentamentos decorrem também em Osasco. A greve geral de 1953 estende-se por 29 dias paralisando São Paulo. Nessa ocasião o Ministério do Trabalho congelou as contas bancárias dos sindicatos envolvidos, o que, por sua vez, reafirma a importância de ser ter sindicatos independentes do Estado. Vive-se uma onda de antagonismo de classes. Sobre tal contexto João Goulart é designado para a pasta do Ministério do Trabalho e propõe 100% de aumento para os trabalhadores urbanos, aumento que será decretado no dia Primeiro de maio de 1954. (LEAL, 2011: MOISES, 1976).

A onda grevista de 1953 não foi capaz de satisfazer as demandas da classe trabalhadora. Por isso, já em junho de 1954 é discutida uma nova campanha grevista a partir das categorias de metalúrgicos e têxteis. Entre os principais motivos do descontentamento estava a não aplicação do reajuste de 100% dos salários. Em assembleia realizada em 1º de agosto de 1954 foi marcada uma greve de 24 horas no dia 2 de setembro como forma de pressionar pelo reajuste salarial. (LEAL, 2011, p. 255). O governo de Getúlio Vargas, de 1950-1954, abandonado crescentemente por setores da burguesia, continuava buscando apoio no proletariado, tentava construir a imagem de "pai dos pobres", fazendo concessões parciais à classe trabalhadora como forma de conseguir ampliar a base de sustentação de seu governo. Seu suicídio em 1954 marcará o ápice das disputas desenvolvidas durante seu governo, fato que golpeará fortemente a oposição anti-varguista. Com isso ganha maior força o PTB, que garante a eleição de Juscelino Kubitschek na aliança PSB-PTB e com apoio do PCB da "semilegalidade" (GORENDER, 1987, p. 23: MAZZEO, 1998). Já a partir do dia 25 de agosto, uma série de paralisações é deflagrada. A mobilização é crescente e, com isso, acaba por concretizar-se, às pressas, a proposta de greve geral marcada para o dia 2 de setembro de 1954.

Nesta conjuntura, o PCB que, em seus zigue-zagues, foi do *queremismo* para a caracterização do governo Vargas como "de traição nacional", reconcilia-se com o varguismo, abandona a perspectiva crítica e busca maior aproximação do PTB, reivindicando: "um governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional" (VOZ OPERÁRIA, Outubro de 1954, p. 4<sup>10</sup>). Ainda assim, o movimento sindical em sua crescente mobilização vai para as ruas e o governo de Café Filho reprime-o, intervém nos sindicatos e efetua prisões. Em volta Redonda os operários expulsam os interventores do governo Café Filho. Trabalhadores do setor vidreiro e cortadores de cana de Pernambuco fazem greves.

O Governo de Juscelino Kubitschek encontrará mobilizações crescentes dos trabalhadores que lutam pela manutenção do valor de compra de seus salários. A produção e os lucros do patronato aumentavam significativamente, a indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico aumentaram "sua participação de 22% em 1949 para 38% em 1958 e 41% em 1961". (TAVARES, 1975). Frente a isso, a classe trabalhadora pressiona por reajustes salariais. Ainda, estas indústrias ocupam progressivamente maior peso na produção total, atraindo mais mão de obra. Com isso, avoluma-se a classe operária urbana, acumulando cada vez mais capacidade de pressão social. A mobilização operária é uma resposta às precárias condições de vida a qual estão submetidas, mas também é uma forma de protesto ao aumento do ritmo do trabalho, da produtividade e dos lucros patronais. Conforme aponta um boletim do DIEESE de 1961:

(...) o lucro bruto da produção industrial elevou-se ininterruptamente de 1955 a 1959, crescendo de 76%; enquanto a produtividade do operário aumentou também ininterruptamente, crescendo 37% nesse mesmo período; o salário real (ou seja, o poder aquisitivo do operário) sofreu apenas um ligeiro incremento de 1955 a 1958 (18%) e caindo de 6,7% em 1959. (Apud: MARTINS, 1979, p. 81).

O operariado produzia cada vez mais em ritmos mais intensos de trabalho, ao mesmo tempo, observava que os níveis salariais não acompanhavam o aumento da produtividade. A questão salarial, bem como as condições de vida do operariado nas periferias, constituirá os principais elementos de descontentamento e de mobilizações daquele período. O PCB, por sua vez, continuava a defender a conciliação de classes por meio da aliança do proletariado com o

---

<sup>10</sup><http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=154512&pagfis=3296&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acessado em 13/08/2014. O mesmo chamado consta na "Plataforma para união de todos os patriotas" de setembro de 1954.

patronato nacional, industriais e latifundiários. Conforme podemos observar no informe oficial sobre o IV Congresso do Partido, realizado em novembro de 1954:

(...) As reivindicações específicas da pequena-burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer por parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação aos latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos do nosso povo. (Reportagem sobre o IV Congresso do PCB, dezembro de 1954. p. 167).

A realidade social e política não converge com as determinações do PCB. O proletariado entraria em uma nova batalha de classe que envolveria centenas de milhares de operários que lutarão contra o patronato nacional e internacional. Em 15 de outubro 1957 eclode em São Paulo a greve dos 400 mil. De acordo com Murilo Leal (2011), essa greve provocou "a combustão de muitas lutas inesperadas" que "só a custo" foram controladas pelas direções sindicais. (2011, p. 264). Esse movimento envolve mais categorias do que a greve dos 300 mil: metalúrgicos, têxteis, gráficos, trabalhadores de curtumes, da indústria de papel e papelão, mestres e contramestres das indústrias de fios e tecelagem, teve a adesão ainda de vidreiros, operários da Nitro Química e trabalhadores do refino de açúcar. (Ibidem, p. 268). O movimento encerrou-se no dia 24 de outubro, estendendo-se portanto por 10 dias. Uma diferença importante é que essa greve de 1957 não foi deflagrada apenas a partir das comissões de fábrica como em 1953. Desta vez, ganhara notoriedade a organização de piquetes autônomos. Conforme analisa Murilo Leal (2011): "Como em 1953, baseou-se em forte mobilização de organizações de base: comissões de fábrica, de greve e de solidariedade. Mas em 1957 os piquetes desempenharam um papel não visto em 1953". (Ibidem, p. 269).

Essa greve foi preparada com antecedência. Em 3 de outubro 1957, por meio de uma assembleia intersindical é marcada a greve para o dia 15 do mesmo mês caso não se atendesse a reivindicação de reajuste salarial e ao congelamento do preço de determinados gêneros alimentícios. As Sociedades Amigos de Bairro e o movimento estudantil apoiaram o movimento. (LEAL, 2011, p. 269). De acordo com Leal, embora a produção industrial estivesse em franca expansão em 1957, "o desemprego atípico naquele ano" atingiu cerca de 100 mil trabalhadores da indústria. (Ibidem, p. 266). O desemprego fundiu-se com as altas inflacionárias, que segundo Baer (1996, p. 401), foram de 22,6% para o ano de 1956 e de 12,7% para 1957. Por isso, um dos pontos principais das reivindicações era o congelamento dos preços de gêneros alimentícios. Assim, também a greve assumiu "Traços de 'motim de

fome', galopando pela cidade junto com os piquetes, ocorrendo, então, vários conflitos violentos". (LEAL, 2011, p. 271).

As ações dos piquetes escapavam do controle das direções sindicais, por isso o autor afirma que "os limites e o controle da greve foram parcialmente rompidos". (Ibidem, p. 327). A atmosfera torna-se ainda mais tensa a partir do segundo dia de greve, quando "patrões passaram a receber os piquetes a tiros". (Ibidem, p. 281). Segundo Castro (1980), Jânio Quadros, então governador do Estado de São Paulo, destaca 11 mil policiais para guardar as fábricas e reprimir o operariado. Os operários grevistas, por sua vez, chegam a organizar assembleias que reúnem 100 mil operários (CASTRO, 1980, p. 69).

De acordo com Leal (2011), o movimento grevista ganha aspectos de rebelião popular. Na greve de 1957: "confluíram a revolta contra o desemprego, a percepção do aumento da inflação e da necessidade de repor as perdas salariais, a experiência da superexploração da força de trabalho e escassez de gêneros de primeira necessidade, carregando a atmosfera de tensão". (LEAL, 2011, p. 267). Além de gráficos, têxteis e metalúrgicos, trabalhadores da indústria de papelão, trabalhadores de curtumes. No dia 22 aderem os vidreiros, no dia 23 aderem mais 6 mil operários da Nitro Química e mais 3 mil operários das refinarias de açúcar União e Tupi. (Idem, p. 272). A greve também chegou ao ABC paulista.

O descontrole sobre os piquetes era patente, setores dirigentes da greve formaram comissões para tentar conter os piquetes espontâneos. (LEAL, 2011, p. 274). Assembleias diárias foram realizadas nos dias 21, 22 e 23 de outubro no Hipódromo na Mooca, congregando entre 20 e 50 mil cada uma delas. (Idem, p. 280). Por fim a greve conquista 25% de reajuste. Assim terminou aquela greve. No entanto, em janeiro o patronato recorre e reduz o reajuste para 18%. As mobilizações de metalúrgicos não foram privilégio de São Paulo, pois também no Rio de Janeiro: "vivenciaram pelo menos 20 paralisações por empresas entre 1953 e 1964, graças aos 'conselhos sindicais'". (MATTOS, 2009, p. 95). Além das lutas e conquistas salariais no período, o que destacamos são as variadas experiências de luta do operariado que intensifica sua radicalização durante as décadas de 1940 e 1950, expressando-se por meio de comissões de fábricas e piquetes, rompem com o controle de direções sindicais e partidárias e enfrentam-se com o patronato e as forças repressivas do Estado. Na tabela a seguir, podemos conferir os índices salariais e o aumento do custo de vida:

**Tabela I - Salários na indústria: Brasil 1949-1959**

Ano	Salário anual médio (Cr\$ antigos)	Índices(1949 = 100)			% Salários VTI <sup>2</sup>
		Salário	Custo de vida (Rio)	Salário real	
1949	11 800	100	100	100	27,8
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
1952	17 550	149	143	104	31,6
1953	20 000	170	164	104	31,7
1954	26 500	225	200	113	32,2
1955	32 500	275	247	112	31,9
1956	42 300	359	298	121	31,5
1957	53 000	450	347	130	32,3
1958	61 400	520	399	130	30,8
1959	85 000	720	651	131	26,5

FONTES: 1949 e 1959 — Censos Industriais de 1950 e 1960.  
1952 a 1958 — Registro Industrial.  
OBS. 1. Empresas com cinco ou mais pessoas (exceto em 1949).  
2. Porcentagem dos salários pagos no valor de transformação industrial.

Apud SINGER, 1982, p. 42.

Durante toda a década de 1950 são constituídas associações de bairro que se interligam com comissões de fábrica, eclodem as "marchas da fome" contra o aumento do custo de vida. Experiências de auto-organização confluem. No seio do movimento sindical, constituem alianças, organizações e programas para enfrentar questões trabalhistas, lutar por direitos sociais, liberdades políticas, contra a carestia, para resolução de problemas de moradia e representação política. (SINGER, 1980). Como vimos, esse processo ganha maior densidade durante a década de 1950 por dois motivos principais: intensifica-se a industrialização e a concentração de trabalhadores ao redor dos centros produtivos urbanos, trabalhadores rurais migram para as cidades e tornam-se operários. O contingente de operários industriais é adensado, organizam-se cada vez mais e constroem em conjunto interesses de classe, sintetizam demandas operárias e dos distintos setores do proletariado e subproletariado.

Os trabalhadores produziam em escala crescente, no entanto, os reajustes salariais não acompanhavam os aumentos da produtividade. E ainda, as altas inflacionárias corroíam os pequenos ganhos salariais reais. Em meio as propaganda do *Brasil que cresce*, a classe trabalhadora se perguntava onde estaria a sua parte do bolo. O governo de Juscelino Kubitschek enfrentará um clima de mobilizações constantes oriundas das classes trabalhadoras, pois durante seu governo, como aponta Oliveira: "Os salários reais cresceram a taxas insignificantes no período. Por outro lado, a produtividade do trabalho na economia em

geral, e especificamente nos novos setores e ramos, experimentava avanços inusitados". (OLIVEIRA, 1976, pg. 88-89).

### **Governo Kubitschek: intensificação da exploração do trabalho e abertura para as multinacionais**

Durante o governo Kubitschek rompe-se com o padrão de acumulação fundado numa previa expansão do setor produtor de bens de produção, forma que havia sido empreendida durante a ditadura Vargas e durante a primeira metade da década de 1950. (OLIVEIRA, 1976). Dessa forma, o governo Kubitschek muda o padrão de desenvolvimento da economia brasileira em relação à "era Vargas", passa da busca do desenvolvimento de uma indústria pesada nacional (Departamento 1- bens de produção) financiada via Estado, para a abertura às indústrias de capital internacional. Abre campo para instalação de indústrias estrangeiras no país para a produção de bens de consumo (D3), marcadamente a produção de veículos. Com isso o D3 é implantado em um só golpe, e em um curto espaço de tempo. Abandona-se assim aqueles projetos varguistas de fortalecimento da industrialização de base nacionalizada. Se por um lado isso barateava esses bens no país, por outro lado, as empresas que auferiam grandes massas de lucros em moedas nacionais, recorriam ao Estado para convertê-las em dólares para poder investi-los no mercado internacional. O governo assumia o compromisso na conversão da moeda nacional em dólar e, para isso, recorria a empréstimos em dólares para saldar os lucros e fazer a conversão para moeda internacional, o que por sua vez incrementava a dívida internacional. Conforme analisou Chasin:

Quanto a este setor produtivo há que ressaltar ainda sua condição de propriedade dos capitais estrangeiros. E, em decorrência, que a realização final da mais valia por ele apropriada só se efetiva na sua remessa para o exterior. Ou seja, produzindo para consumo do mercado interno brasileiro, realiza sua mais valia em cruzeiros, que precisam ser convertidos em dólares quando se trata de remeter o produto de suas operações para os centros que o comandam e determinam. Além disso, o desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis implica, nas condições do subdesenvolvimento brasileiro, a importação de bens de produção e insumos básicos. O que significa, no conjunto, a necessidade de obter volumosas quantidades de divisas. Daí o chamado "esforço exportador" para obter dólares. Todavia, por mais forte que ele tenha sido, por mais incentivado que ele seja, nunca foi capaz de atender às necessidades na geração de tais recursos. Daí o crônico e crescente desequilíbrio da balança comercial e correlativamente da balança de pagamentos. Como consequência foi-se compondo com grande velocidade o endividamento externo, que atinge hoje, mesmo em cifras oficiais, a casa dos 30 bilhões de dólares, devendo alcançar em 1980 algo em torno de 45 bilhões. O que significa em 1978 só com o serviço da dívida (juros e amortizações) os cofres nacionais terão de desembolsar aproximadamente 7,5 bilhões de dólares, e mais de 8 bilhões em 1979. O que implica dizer que só com o serviço da dívida o Brasil absorveria 55% de suas exportações prováveis. E, mesmo segundo técnicos a serviço do capital estrangeiro, uma evolução insuportável da dívida externa. (CHASIN, 2000, p. 70).

Desta forma o Brasil tornou-se dependente de um maior fluxo contínuo de capitais internacionais para fechar suas contas (OLIVEIRA, 1976). Conforme analisava Oliveira:

(...) a expansão baseada no Departamento III [bens de consumo duráveis] sob controle forâneo recria a tradicional crise de balanço de pagamentos na conta de transação de mercadorias, na forma de uma pressão crescente para a importação de bens de capital e bens intermediários de produção, e cria um novo tipo de crise na conta de serviços, na forma de uma crescente pressão para a remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros de empréstimos (no mais das vezes, apenas aparente); esse novo tipo de crise é contraditório com o fato de que a realização da produção é sobretudo interna. A solução encontrada no período foi uma expansão da dívida externa, como forma de financiar as crescentes remessas. (...). (p. 103).

De acordo com Francisco de Oliveira o padrão de acumulação empreendido pelo governo Juscelino "pretendia fundar de golpe o Departamento III" para a produção de bens de consumo duráveis. (OLIVEIRA, 1976, p. 85). A solução encontrada para esta nova fase "foi o recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, de capital de risco". (Idem). As políticas fiscal e monetária, ao mesmo tempo em que funcionaram como poderoso mecanismo de acumulação de capital, produziram uma espiral inflacionária durante o período. (OLIVEIRA, 1976). Essa espiral inflacionária "não apenas contribuiu para erosionar poderosamente o poder aquisitivo dos salários, mas funcionou, pelo menos nos primeiros anos, como poderoso mecanismo adicional de acumulação, perdendo eficácia apenas nos últimos anos do período". (OLIVEIRA, 1976, p. 89).

Além dos níveis salariais não acompanharem os ganhos de produtividade, denotando a intensificação da superexploração do trabalho no chão de fábrica, as altas inflacionárias que haviam ficado em 11,80% em 1950, praticamente dobraram no ano seguinte, alcançando 22,60% em 1956. Tem-se nova queda para 12,70% em 1957, ficando na casa dos 12,40% em 1958 e novamente multiplica-se para 35,80% em 1959, (BAER, 1996, p. 401). A inflação corroía rapidamente o poder de compra dos salários. Com isso intensifica-se a concentração de renda e a desigualdade social. Para Oliveira (1976), a concentração de renda e as altas inflacionárias constituíam contradições do modelo de crescimento econômico baseado na produção de bens para os capitalistas. Uma pequena porção de grandes grupos apropriava-se de importantes setores produtivos em uma forma de oligopolização da economia.

As características centrais do padrão de acumulação fundado numa predominância do Departamento III [bens de consumo duráveis], além disso, na forma com que foi financiada a acumulação de capital, contribuíram poderosamente para moldar uma das mais negativas faces da economia brasileira de nossos dias: a extremada concentração de renda, que deriva imediatamente da forma de concentração de

capital que o padrão de acumulação propiciou. Sem dúvida, a estruturação oligopolística dos novos setores e ramos, de que os casos da indústria automobilística e construção naval são extremamente marcantes, já contribuiria, decisivamente, para resultados posteriores. Essa oligopolização, potenciada por saltos na produtividade do trabalho, e em presença de salários reais constantes, quando não declinantes em alguns setores, e ainda mais, alimentada pela transferência de produtividade do trabalho das empresas estatais, não poderia dar senão na característica antes assinalada; realmente esperar o contrário é que teria sido milagroso. A simples existência de um Departamento III numa economia subdesenvolvida já é, em si mesma, sinal de concentração da renda; as dimensões do Departamento III na economia brasileira, cujo tamanho inicial foi recriadamente ampliado em parte pelos próprios resultados da concentração de renda que criou um mercado altamente seletivo, indicam, mais que qualquer estudo de distribuição de renda, o grau extremamente concentrado da riqueza na economia brasileira. (OLIVEIRA, 1976, p. 89-90).

Foi com base na política de fortalecimento do Departamento III, de bens de consumo duráveis, que se buscou atrair fabricantes e montadoras de veículos. Assim é criado o GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística. O GEIA "criou metas para uma rápida mudança visando o emprego de peças de fabricação local nos veículos e criou incentivos para que as empresas estrangeiras produzissem e montassem no Brasil". (HUMPHREY, 1982, p. 54). Com isso fortaleceu-se a rede de autopeças, produção e as montadoras.

Entre as montadoras que migram para o país estão: Mercedes – Benz (1956), Volkswagen (1956/57), Ford (1957), Toyota (1958), Karmann-Ghia (1960), Scania (1962). Além dessas, outras grandes corporações internacionais fizeram o mesmo movimento durante aquela década, como: Daimler-Benz, Boch, NGK, Bendiz, Fiat, ASEA, Carterpillar, Dresser, Brow Boveri, Olivetti, Osram, Whirlpool, ESB, Mannesmann, Krupp, Nippon Steel, Rheem, etc. A economista Maria da Conceição Tavares, em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1975), aponta que essa fase do desenvolvimento nacional (de 1956 a 1961), caracteriza-se por dois fatores: "o aumento da participação direta do governo nos investimentos, e a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar parcela substancial do investimento em certos setores". (p. 72). Para a autora é a ação governamental que confere certo grau de planejamento à expansão industrial. Assim, o produto industrial bruto alcança novos patamares de incremento, atingindo índices muito superiores ao aumento da produção agrícola. Conforme analisa Baer (1996)

A taxa média de crescimento real anual entre 1947-62 foi superior a 6% e, durante o período mais intenso de industrialização, 1956-1962, chegou a 7,8%. Enquanto o produto real aumentou 128% de 1947 a 1961, o produto agrícola real aumentou apenas 87%; o produto industrial, entretanto, aumentou 262%. A agricultura foi responsável por somente 18% do crescimento absoluto do produto interno bruto, enquanto que o setor não agrícola contribuiu com o restante. Os elementos-chave

foram os efeitos diretos e indiretos que chegaram além da triplicação no setor industrial. (BAER, 1996, p. 79).

Dentro da produção industrial, a posição mais importante era ocupada pela indústria automobilística, que no período, passa a ser "uma das dez maiores do mundo, e sem dúvida a maior da América Latina, ultrapassando de longe a Argentina e o México". (HUMPHREY, 1982, p. 55). A implantação de novas indústrias de grande porte para o país, abrindo maior espaço para que as multinacionais do setor automotivo instalassem-se em território nacional, o que acabou fortalecendo ainda mais a classe operária urbana. Este novo e robusto campo produtivo será o principal propulsor de migrações para as áreas que se industrializavam e estavam ávidas por absorver mão de obra disponível. Os novos setores proletários que afluem para as cidades, para o trabalho fabril, compõem também o contingente para novas mobilizações sindicais e políticas. Conforme apontava Paul Singer (1982):

A partir de 1952 se assiste a uma nova ascensão do movimento sindical, que readquire pouco a pouco maior autonomia, multiplicando-se as greves e movimentos reivindicatórios, particularmente após a ampla greve de trabalhadores das indústrias em São Paulo, em março e abril de 1953. Em 1954, o governo volta a elevar o salário mínimo de 100% (...). A retomada das lutas de classes no início da década de 50 está na base de uma nova fase da vida política nacional, marcada pela crescente participação eleitoral e extra-eleitoral das massas urbanas, cujo sentido mais geral era o de um desafio ao modo de acumulação de capital e concentração da riqueza estabelecido pela Revolução de 1930. Os acontecimentos daqueles anos – a ascensão fulminante de Jânio Quadros, a nova política trabalhista inaugurada por João Goulart no Ministério do Trabalho, a deposição de Getúlio – demonstram a crise geral, social e política, desencadeada pela irrupção das massas num cenário onde, até então, apenas seletos representantes dos vários grupos dominantes tomam decisões. (SINGER, 1982, p. 38).

Embora o principal protagonista das mobilizações durante a década de 1950 seja o proletariado urbano, dada a intensa migração do campo para os centros industriais, isso não significa que não estivessem ocorrendo ao mesmo tempo mobilizações de trabalhadores rurais. As mobilizações no campo convergiram com as dos centros urbanos industrializados contribuindo para a agitação política daquela década. Já no início da década de 1950, parte significativa do *proletariado agrícola* se organiza por meio das Ligas Camponesas. De acordo com Gorender, dirigentes das Ligas Camponesas chegam a adotar perspectiva socialista: "Os dirigentes das Ligas Camponesas adotaram a perspectiva socialista imediata alheia à sua experiência prática". (GORENDER, 1987, p. 38).

Em fins dos anos 1950, as Ligas Camponesas contavam com 35 mil associados em Pernambuco e 70 mil em todo o Nordeste. (BANDEIRA, 1977). Dentre os principais conflitos no campo, destaca-se a guerrilha de Porecatu em 1950, a revolta de Dona Noca (no interior do

Maranhão, em 1951) e a implantação do Território Livre de Tromba- Formoso em 1953, o mais importante deles. Tromba-Formoso (Goiás) criou um governo paralelo, baseado em comitês e milícias armadas e promoveu, em toda a região ocupada, uma reforma agrária. As Ligas Camponesas, em 1953 organizaram a 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. E, em agosto de 1954, em Limoeiro, Pernambuco, o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais. Em 1955, no interior de Pernambuco, no Engenho da Galiléia, é fundada a Liga Camponesa da Galiléia. As Ligas Camponesas expandirão seus contingentes até o momento do golpe, tornar-se-á cada vez mais determinada na luta pela reforma agrária "Na lei ou na marra". (SALES e MATTOS).

Neste período de 1943 a 1964, as lutas operárias e camponesas ganham cada vez maior expressão. Nesse processo ganha centralidade a auto-organização proletária no campo e nas cidades. Ano a ano as lutas sociais encontrarão novos graus de antagonismo de classe até culminar no seu período mais agudo de 1962 a 1964. A revolução cubana de 1959 determinará um novo grau na luta de classe em nível internacional, contribuindo para o fortalecimento da perspectiva de luta de classes e da possibilidade revolucionária em países semi-coloniais.

**FOTO 1 - Abril de 1961 - manifestação em favor de Cuba - Rio de Janeiro**



No cartaz: "os operários navais com Fidel Castro". Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 38.

No Brasil, embora o proletariado estivesse cada vez mais organizado e demonstrando maior de combatividade, os esforços do PCB, continuavam buscando o entendimento nacional entre o proletariado e setores da burguesia e do patronato. Buscando sua legalização, o Partido convergirá com os interesses da burguesia nacional e internacional apoiando a candidatura de Juscelino Kubitschek para presidente. (VINHAS, 1982; MAZZEO, 1999). Isso porque, conforme expresso na *Declaração política de março de 1958*<sup>11</sup>, o Partido continuava identificando a existência de setores da burguesia interessados no desenvolvimento independente do país. No mesmo documento define que: "A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática". Nessa perspectiva, o PCB defendia uma ampla aliança que englobasse camponeses, pequena burguesia urbana, burguesia, latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas que se opunham aos EUA. De acordo com a declaração:

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. (PCB - Declaração política de março de 1958).

Segundo essas diretivas, na atuação concreta, o partido buscava manter o proletariado sob o arco de alianças estabelecido e construir a união nacional entre trabalhadores e setores da burguesia. (Confira: GORENDER, 1983, p. 30). Esta perspectiva é reafirmada por Luis Carlos Prestes, secretário geral do PCB, em junho de 1959:

Vimos que, como resultado do desenvolvimento econômico do país, a contradição que se acentuava cada vez mais era aquela que opunha a nação brasileira ao imperialismo estadunidense e aos seus agentes internos. Essa contradição passou a ser a principal e a dominante, e determinava o processo de transformação na disposição das forças sociais. Condições cada vez mais favoráveis surgiram para unificar amplas forças contra o imperialismo estadunidense, o inimigo principal da nação. Objetivamente, acumulavam-se fatores que levavam à formação de uma frente única contra o imperialismo estadunidense e os seus agentes internos, frente que pode englobar o proletariado, os camponeses, a pequena-burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que estão em desacordo com o imperialismo estadunidense e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios estadunidenses (...) (PRESTES, 1959. Apud LÖWY, 1999, p. 105-106).

---

<sup>11</sup> Disponível no sítio: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>

O PCB aparece novamente como partido de colaboração de classe mesmo no momento de uma inflexão da luta de classes em nível internacional, com destaque para América Latina. Nas eleições internas o Partido apoiará, para presidente, o anticomunista General Henrique Teixeira Lott e o vice João Goulart. (VINHAS, 1982; MAZZEO, 1999). Desde a revolução cubana de janeiro de 1959, o operariado internacional demonstrara grande combatividade e disposição de enfrentamento, é o que podemos ver pelas greves na Argentina, bem como sua Jornada de lutas na primeira metade da década de 1960. Na França será deflagrado *maio francês* como tomada de fábricas ocupações e sequestro de gerentes. A revolução cubana e os novos contornos da década de 1960 influenciarão diretamente a conjuntura brasileira.

Na Argentina, a década de 1950 foi de intensa agitação política; Perón foi derrubado por um golpe militar, em meio a uma série de sucessões militares no governo gestou-se um novo movimento operário, por um lado grupos ligaram-se à guerrilha, por outro cresceu uma vigorosa auto-organização pela base que se desabrochou e mostrou toda sua vitalidade ao longo da década de 1960, encontrando seu ponto alto durante a primeira metade da década de 1970. No início da década de 1960 o movimento operário ferroviário impõe duas paralisações nacionais de quarenta e oito horas, uma greve é deflagrada no dia 21 de agosto e outra em 26 de outubro de 1961. (SCHNEIDER, 2007, p. 172). Os enfrentamentos do governo contra os 200 mil operários ferroviários polarizaram a luta de classes no país. Em meio à onda de protestos, abandono das fábricas e locais de trabalho, o patronato suspende e demite operários, o que por sua vez gera mais protesto e ocupações fabris, inclusive tomam parte da gerência como reféns. Em 1964 a CGT lança uma nova etapa do plano de lutas que teve como consequência altos níveis de atuação autônoma proletária, com a ocupação de milhares de fábricas pelo operariado em rebelião.

O operariado argentino envolve-se no plano de luta em uma proporção nunca vista. Cerca de um milhão de operários toma parte daquelas mobilizações de forma muito radicalizada e independente das direções sindicais. Registra-se muitos sequestros de diretores, capatazes e pessoal do administrativo, que eram trancados pelos operários em salas e vigiados por uma comissão de segurança. (SCHNEIDER, 2007, p. 211). Também operários da Construcción Electromecánicas Especiales de San Marín decidiram pela ocupação de sua planta com a tomada de reféns. Nessa empresa, operários da eletricidade, como medida para se proteger da invasão das forças militares, utilizaram os geradores da fábrica para eletrificar

os alambrados ao redor das instalações da fábrica, soldaram as portas de acesso, fabricaram coquetéis *molotovs* e utilizaram caminhões da empresa como barreira. As ocupações ocorreram antes, durante e depois do Plano de Lutas e tinham autonomia por fábrica. "Tarefas como a guarda, autodefesa, busca de alimentos e posterior distribuição, a divulgação dos acontecimentos e pedido de apoio às fábricas e aos bairros adjacentes, foram trabalhos imprescindíveis". (SCHNEIDER, 2007, 227). Para o patronato brasileiro, a situação na Argentina era exemplo perigosíssimo, uma vez que a classe operária no Brasil dava exemplos de combatividade e de auto-organização contínuos desde as décadas de 1950 e 1960.

Por isso, considerar que o golpe tinha como motivo central as disputas do bloco nacionalistas e entreguistas é subestimar o papel ativo da classe operária e o desenvolvimento de suas organizações nas bases durante o período 1943-1964. Foram mais de 20 anos de intensa organização e de experimentações, ricas experiências vividas, percebidas e compartilhadas. Por outro lado, não se trata de negar as fissuras expressas no bloco de poder da classe dominante. No entanto, é equivocado centrar-se nas disputas parlamentares e compreender as mobilizações da classe trabalhadora como mero apêndice daquelas. Também neste caso, a luta de classes não é expressão da luta parlamentar, e sim o oposto, a luta parlamentar supra-estrutural é uma forma de desdobramento da luta de classes, uma forma de institucionalização dos conflitos sociais.

### **Mobilizações operárias massivas durante a década de 1960**

As mobilizações e processos grevistas no Brasil nesse período são influenciados pela demandas internas e pela conjuntura internacional. Internamente, a própria migração do campo para as cidades é elementos que coloca novos contingentes de trabalhadores em contato com a militância política. A maior parte dos principais dirigentes das greves de Osasco, São Paulo e ABC paulista eram migrantes, isso se refletiu nas entrevistas que realizamos. Interessante observar como esse cenário político impacta nos trabalhadores que migram do campo para a cidade e encontram nos centros urbanos intensos debates e agitação política. Este processo pode ser percebido no relato de Elias Stein<sup>12</sup>, que migrou do interior de

---

<sup>12</sup> Elias Stein, nasceu em Capivari, Estado de São Paulo, região próxima a Campinas. Migrou para São Paulo em 1957. Empregou-se na metalúrgica Walita em 1958, Vila Mariana, que contava com 3.000. Sua militância inicia-se em 1961 junto a JOC. Após o golpe de 1964 passa a articular-se na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Em 1968 passa a compor as fileiras da Ala Vermelha, organização onde milita até 1972. Foi bancário e em seguida empregou-se na Hobart Dayton, fábrica onde manteve um grupo clandestino e organizou uma greve em 1973, motivo pelo qual foi demitido. Participou da Chapa Verde da Oposição de São Paulo em 1972. Em 1974 foi preso pelo DOPS juntamente com mais 30 membros da Oposição Sindical metalúrgica, sob tortura,

São Paulo para a capital paulistana em busca de emprego na indústria em 1957. Conforme nos relatou em entrevista:

(...) São Paulo foi mudando a minha cabeça, aquele lugar ali... Olha cara, em 8 meses, um ano, toda aquela base que eu tinha, religiosa, intelectual, cultural, do interior... Tudo aquilo desabou, né... E eu fiquei meio perdido (...). Aqui em São Paulo, eu ia na Praça da Sé, tinha comícios... Aí vem a Revolução Cubana em 1959... A Praça da Sé fervia de debates, discussão... E eu ali, no meio... Curioso, olhando... Aquilo começou a mexer muito comigo e tal... Falei: "Caramba!". (Entrevista - Elias Stein).

Elias decidirá entrar em uma organização política, passará a compor os quadros da Ala Vermelha e construirá a Oposição Sindical metalúrgica, chegando inclusive a ser candidato à gestão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Segundo seu relato, a Ala Vermelha, no início da década de 1970 intencionava deflagrar a luta armada no campo. No Brasil serão muitas as organizações e tendências políticas buscarão se adaptar a elementos estratégicos da revolução cubana, sobretudo os grupos que aderiram à luta armada.

O país tornava-se solo fértil para novas experimentações políticas, pois vivenciava a intensificação progressiva das lutas de classes no campo e nas cidades, que se somavam às crises das instituições políticas e à crise econômica. Segundo análise de Baer (1996): "A economia perdeu seu dinamismo no início dos anos 60. Depois que a taxa de crescimento do PIB real atingiu o pico de 10,3% em 1961, ela declinou para 5,3%, 1,5% e 2,4% em 1962, 1963 e 1964". (BAER, p. 87). De acordo com Singer no livro *Desenvolvimento e crise* (1967), a elevação dos preços era contínua, mantendo-se em uma média de 24% entre 1957 a 1961. Ainda, no ano de 1962, os preços foram elevados acima de 50%. (SINGER, 1967). A inflação corroía rapidamente os salários da classe trabalhadora, o que, de acordo com Singer, funcionava como um mecanismo de transferência de renda dos trabalhadores para os ricos, uma vez que os empresários, industriais e produtores agrícolas podiam aumentar os preços de seus produtos e mercadorias e manter ou aumentar suas taxas de lucros. O mesmo não podia ser feito pelos trabalhadores que viviam de salários. Os custos de vida sobem e então precisam lutar por reajustes. O que por sua vez cria motivos primários para mobilizações reivindicatórias.

---

ficou 4 meses preso no DOPS. Ao recuperar a liberdade tornou-se metalúrgico na Grampos Aço. Em janeiro de 1976 emprega-se na Villares de São Bernardo, que contava com 4.000 operários, nesta fábrica participa de outro grupo de fábrica junto com Anízio Batista. Com isso passa a militar no movimento operário do ABC. Em maio de 1978 participa de uma greve de 4 dias na Villares. No mesmo ano é demitido por participar de uma paralisação nessa fábrica. Em 1979 é admitido na Toshiba que contava com 500 operários. Ingressou no PT em 1980, construindo núcleo de base em Santo André. Foi candidato a vereador pelo partido em 1982.

A inflação tem por consequência mais geral tornar “duvidosa” a repartição de renda. A cada momento a renda se redistribui a favor de algum grupo que logrou elevar o “seu” preço. Neste sentido, os empresários são privilegiados, pois têm plena liberdade (com algumas exceções: preços tabelados, tarifas de serviços públicos) de reajustar os preços que cobram, na medida em que a procura permite. Já os assalariados têm sua remuneração presa a contratos de trabalho, o que requer esforços de mobilização e de pressão, chegando inclusive à greve para obter o reajustamento do preço da força de trabalho. Assim, na medida em que a inflação se *intensifica*, ela efetivamente redistribui renda a favor do governo, que eleva seu poder aquisitivo emitindo moeda, e a favor dos empresários, que “respondem” ao aumento do poder aquisitivo gerado emissões aumentando os preços das mercadorias. Os assalariados eram os principais prejudicados (...), pois mesmo quando conseguiam recuperar o seu nível de salário real, imediatamente enfrentavam nova onda de carestia (...). (SINGER, 1982, p. 52).

De acordo com os dados organizados por Singer (1967), os preços dispararam de 1959 em diante: "Os preços, que subiram 30% em 1954, 12% em 1955, 19% em 1956, 12% em 1957 e 12% em 1958, sofrem uma elevação de 38% em 1959, que vai a 30% em 1960 para subir novamente a 38% em 1961, a 52% em 1962 e a 74% em 1963". (SINGER, 1967, p. 154). Colocando-se recorrentemente em luta, os trabalhadores fazem progressivas experiências políticas e organizativas, criam grupos clandestinos, oposições ao sindicato e ao governo, constituem correntes políticas e agrupamentos. Setores militares também se mobilizam, com destaque para a greve da paridade realizada em novembro de 1960, onde se reivindicava a paridade salarial entre servidores militares e civis, foi realizada em novembro de 1960, durou 3 dias envolvendo; ferroviários, portuários e marítimos. Os militares que trabalhavam em empresas controladas pelo Estado tinham salários diferenciados. Por fim o movimento conquista sua reivindicação. (ERICKSON, 1979, p. 144).

Além das questões de trabalho e salário, as reformas estruturais na sociedade estarão entre os principais elementos mobilizadores durante o período pré-golpe. Durante o governo de Jânio Quadros, buscando conter os preços, seu gabinete estabelece o congelamento dos salários. Isso faz com que os trabalhadores sejam os mais penalizados pela crise. Assim, além da crise econômica, gesta-se uma crise política e institucional que foi agravada pela renúncia de Jânio Quadros, em 24 de agosto de 1961 e pela crise da sucessão. Quadros, que havia tomado posse em março, já em seus primeiros meses de poder: "enfrentou a oposição não apenas do PSD e do PTB, que somavam maioria no Congresso, mas também de setores da própria UDN, descontentes, principalmente, com a sua política externa 'independente'". (MATTOS, 209, p. 97). Moniz Bandeira no livro *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*, analisa que: “As eleições para a presidência da República, em 1960, refletiram essa crise, que explodiu mais intensamente com a tentativa do golpe bonapartista de Jânio Quadros”.

(1979, p. 74). Com a renúncia, o presidente tentava sobrepor-se às instituições políticas e dirigir o país com uma ditadura pessoal:

(...) jogara uma cartada com objetivo de provocar um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso, o que lhe possibilitaria exigir poderes extraordinários como condição para o seu retorno ao Governo. Em outras palavras, ele tentou produzir um trauma institucional e submeter o País a sua ditadura. E fracassou. (BANDEIRA, 1979, p. 09).

De acordo com análise do autor, o presidente Quadros, com seu “espírito pequeno-burguês e de *lumpen* político”, pretendia: “instrumentalizando o apoio popular, promover a mesma política de direita, que, em última instância, os militares realizariam, diretamente, após o golpe de Estado de 1964”. (BANDEIRA, 1979, p. 18). Seu plano fracassou, mas a crise política continuou, os Ministros Militares negaram a posse ao Vice-presidente João Goulart, principal figura política do PTB<sup>13</sup>. Para as frações da burguesia, Jango não seria capaz de fazer refluir a crise social e política que se instalara no Brasil. A crise estendeu-se durante 10 dias. Por isso, em agosto e setembro são deflagradas greves em favor da posse de Goulart. A crise da sucessão agravava-se em disputas abertas: "Para garantir sua posse, foi necessária uma ampla campanha pela 'legalidade', na qual, através de greves, o movimento sindical desempenhou um papel de destaque". (MATTOS, 2009, p. 97).

---

<sup>13</sup> Este era um partido burguês, fundado em 1945 por Getúlio Vargas, dirigido e hegemônico por industriais e latifundiários, construído juntamente com os sindicatos oficiais, ao longo de 20 anos, e calcado nos aparatos sindicais, conseguiu conquistar setores de trabalhadores, não só uma burocracia sindical, mas ainda em setores reformistas e até mesmo uma ala esquerda, na qual o PCB também participava. O PTB, em 1950, tendo Vargas como principal representante (e com o PCB posto na ilegalidade), consegue ampliar sua influência alcançando 16,8% na representação na Câmara Federal. Em 1962, pós renúncia de Jânio Quadros, frente à campanha da legalidade e ao plebiscito do presidencialismo, o PTB torna-se o segundo maior partido nacional com 29,8% dos representantes. Em 1964 tornou-se o maior partido na Câmara Federal. (BANDEIRA, 1979b).

**Foto 2 - Campanha da legalidade pela posse de Jango**



Porto Alegre/RS, 09/1961. Acervo Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, p. 44.

De imediato, em meio à crise de sucessão, “A burguesia tratou de desenvolver a sua política de compromissos, a fim de estabilizar o capitalismo. Nunca se falou e se cantou tanto o espírito pacífico do povo brasileiro. Era a união nacional”. (BANDEIRA, 1979, p. 69). Como consequência da renúncia, Leonel Brizola e o PTB empreendem no Sul grande movimento pela legalidade para que João Goulart assumisse a presidência. Improvisa-se em Porto Alegre o “Comitê de Resistência Democrática”, armas são distribuídas a setores de confiança de Leonel Brizola, que chega a declarar que estava preparado para marchar com 90 mil homens armados contra Brasília e dissolver o Congresso, caso João Goulart fosse impedido de assumir o governo.

Mesmo com a posse de João Goulart, a crise política continua, de acordo com Erickson: "Goulart dedicou os primeiro oito meses de seu governo quase que exclusivamente para pacificar as várias forças políticas". (ERICKSON, 1979, p. 149). Jango tentou mediar os conflitos entre o movimento operário, trabalhadores rurais e a burguesia do campo e das cidades, mas não obteve sucesso. O nacional-reformismo de Goulart e dos siameses PTB-PCB provaram-se insuficientes para resolver as demandas e necessidades sócio-políticas daquela época. Florestan Fernandes, em *A revolução brasileira*, caracteriza a ante-sala do

golpe, não como uma situação pré-revolucionária de fato, mas sim como uma situação "potencialmente pré-revolucionária", isso por causa do: "grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa". (FERNANDES, 2009, 374-375). De acordo com o autor:

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e exacerbção de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. (FERNANDES, 2009, p. 374)

Em sua análise, Florestan Fernandes destaca o alto grau de desagregação do poder burguês e distensão entre as diferentes frações da burguesia no país:

(...). Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século "revolução institucional" de 1964, a um constante processo de erosão intestinal. As linhas de clivagem se estabeleciam dentro e fora da burguesia. As classes e os estratos de classe burgueses divergiam e se digladiavam entre si por causa de vários interesses em conflito (...). (FERNANDES, 2009, p. 374-375).

Para o autor, a desagregação da dominação burguesa, somou-se às mobilizações de trabalhadores, no campo e nas cidades, que projetava novos sujeitos coletivos na luta política e social, acabaram por atrair e influenciar outros setores (militares, pequena burguesia, intelectuais, estudantes etc):

A esse fato acrescentam-se a emergência e a difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo. Tais movimentos estavam longe de representar um "perigo imediato", pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora e continham uma força de irradiação inesperada. (FERNANDES, 2009, p. 377).

Gorender, por sua vez, aponta que no período 1963-1964, tem-se "uma situação pré-revolucionária no Brasil". (GORENDER, 1987, p. 31). Murilo Leal registra que para o partido posadista POR - Partido Operário Revolucionário (seguidor das orientações de J. Posadas): "Desde a crise da renúncia de Jânio, em agosto de 1961, a conjuntura começou a ser qualificada como pré-revolucionária e, em junho de 1963, como madura para a tomada do poder e instalação de um governo operário e camponês". (LEAL, 2004).

O movimento sindical, encontrando-se fortalecido pelas duas últimas décadas de lutas e enfrentamentos, entre suas variadas demandas, é resgatada a luta pelo "abono de natal", que

constava nas pautas operárias desde início dos anos 1920. Esta pauta é retomada com mais força a partir da greve dos 300 mil em 1953. (LEAL, 2011). Por fim delibera-se por uma greve geral em 14 de dezembro de 1961 pela aprovação do "abono", chamado agora de "lei do décimo terceiro salário". A greve geral marcada para meia noite do dia 13 de dezembro e durou 2 dias. Nos dias da greve, 12 mil homens da Guarda Civil, Dops e Força pública foram postos nas ruas e realizaram a prisão de 1.300 trabalhadores, os presos foram lançadas nos quartéis militares e no presídio do Hipódromo. (Idem, p. 298). Como recorda Cloves Castro<sup>14</sup>, que militou no movimento operário nesse período "Foi uma movimentação intensa, tá certo, na cidade... Com paralisações... Paralisação dos transportes, dava muita polícia também... Cavalaria". (Entrevista - Cloves de Castro).

Em junho de 1962 ocorrem mobilizações massivas no Estado do Rio de Janeiro. Uma greve geral em apoio a Goulart paralisa o país. No movimento sindical e operário organizam-se entidades políticas, entre elas estavam o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Foro de Santos e os Conselhos Permanentes das Organizações Sindicais (CPOS), entidades em que o PCB tinha peso determinante, e que pautavam-se pelo legalismo e reformismo social. (BANDEIRA, 1977: LEAL, 2004). As altas inflacionárias continuam entre os principais motivos que desencadeavam mobilizações. De acordo com Singer:

(...) quando a taxa de elevação do custo de vida atingiu níveis cada vez maiores (acima de 50% ao ano, de 1961 em diante), a mobilização para a luta econômica não somente tornou-se cada vez mais abrangente – no fim até os trabalhadores agrícolas começaram a se pôr em movimento – mas esta mobilização tornou-se quase permanente, pois mal um reajustamento havia sido ganho, impunha-se logo preparar a luta para o próximo. (SINGER, 1982, p. 53).

---

<sup>14</sup> Cloves de Castro nasceu em São Paulo/capital. Aos 15 anos ingressou no trabalho industrial no ramo metalúrgico, onde permaneceu até 1959. Fora da indústria, consegue empregar-se no setor público, na Diretoria de Obras Públicas. Em 1959, aos 18 anos ingressa no PCB, partido onde milita até o início de 1968. No início de 1968, juntamente com a Fração Marighella, rompe com o PCB e inicia a construção da ALN, um dos principais grupos que empregava a luta armada como estratégia de derrubada da ditadura militar-burguesa. Em 14 de dezembro de 1969 é preso pelo DOPS, permanece encarcerado até maio de 1972. Uma vez reconquistada sua liberdade, emprega-se novamente no setor metalúrgico, retomando também suas atividades políticas na ALN. No início da década de 1970 passa a integrar e construir a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Permanece na ALN até sua dissolução no PT. Com isso passa à construção do PT e da CUT.

**Tabela 2 - Taxa de câmbio, salário mínimo, inflação, taxas de juros, 1950-1992**

<i>Ano</i>	<i>Taxa de câmbio (Cr\$/US\$) (*)</i>	<i>Salário mínimo real (taxa de crescimento)</i>	<i>Taxa de inflação</i>	<i>Taxa de juros (nominal)</i>	<i>Taxa de juros (real)</i>
1950	18.80	9.40%	9.20%	—	—
1951	18.80	12.80%	18.40%	—	—
1952	18.80	-63.00%	9.30%	—	—
1953	—	14.40%	13.80%	—	—
1954	—	-17.20%	27.10%	—	—
1955	—	-9.50%	11.80%	—	—
1956	—	-1.30%	22.60%	—	—
1957	—	-9.60%	12.70%	—	—
1958	—	14.50%	12.40%	—	—
1959	—	-12.70%	35.90%	—	—
1960	—	19.40%	25.40%	—	—
1961	—	-14.70%	34.70%	—	—
1962	—	7.20%	50.10%	—	—
1963	—	7.00%	78.40%	—	—
1964	—	7.60%	89.90%	—	—
1965	1.90	2.30%	58.20%	—	—
1966	2.20	7.50%	37.90%	—	—
1967	2.70	4.30%	26.50%	—	—
1968	3.40	0.90%	26.70%	—	—
1969	4.10	2.70%	20.10%	—	—
1970	4.60	1.80%	16.40%	—	—
1971	5.30	-0.90%	20.30%	—	—
1972	5.90	-2.70%	19.10%	—	—
1973	6.10	-3.40%	22.70%	—	—
1974	6.80	5.40%	34.80%	17.27	-12.90
1975	8.10	-5.10%	33.90%	21.86	-5.87
1976	10.70	1.70%	47.60%	41.15	-3.63
1977	14.10	-0.90%	46.20%	41.94	2.15
1978	18.10	-1.70%	38.90%	46.40	3.90
1979	26.90	-17.00%	55.80%	42.57	-19.52
1980	52.70	2.50%	110.00%	46.35	-30.37
1981	93.10	-1.90%	95.00%	89.27	-3.24
1982	179.40	0.70%	100.00%	119.35	9.80
1983	576.20	-10.20%	211.00%	191.34	-6.32
1984	1845.40	-8.80%	224.00%	242.48	5.78
1985	6205.00	-10.10%	235.00%	272.81	15.05
1986	13.70	-0.40%	65.00%	68.60	3.83
1987	39.30	-18.50%	416.00%	353.00	-2.78
1988	260.15	0.06%	1038.00%	1057.00	12.00
1989	2814.00	9.04%	1783.00%	—	—
1990	67671.00	-13.99%	1477.00%	—	—
1991	408660.00	-12.05%	480.00%	—	—
1992	—	20.00%	1158.00%	—	—

(\*) Entre 1952 e 1963 o Brasil teve taxas de câmbio múltiplas.

Fonte: *Conjuntura Econômica*.

BAER, 1996, p 401.

A classe trabalhadora, rural e urbana, que se organizavam progressivamente desde a década de 1940, incrementa significativamente sua atuação durante a década de 1960. Moniz Bandeira, no livro *O governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, analisa que: “a participação militante do proletariado urbano, sua entrada na cena política, mudou, daí por diante, a qualidade do espetáculo”. (BANDEIRA, 1977, p. 60). As demandas econômicas misturam-se com as pautas políticas. Durante todo o semestre de 1962 trabalhou-se na construção de uma greve geral pela constituição de um gabinete de Ministros favorável às reformas de base. Essa greve foi realizada em 5 julho de 1962, reivindicando, além das reformas de base, controle inflacionário e reajustes salariais. Apenas três meses depois, em 15 de setembro de 1962, uma nova greve geral foi realizada em favor do plebiscito que ratificava o presidencialismo com Goulart. Em conjunto com essa demanda política, outras demandas eram reivindicadas. De acordo com Erickson:

(...) A pressão sindical se havia cristalizado vários dias antes da greve, num ultimato de nove pontos ao presidente, ao gabinete e ao legislativo: (1) plebiscito a 7 de outubro; (2) revogação da Lei de Segurança Nacional; (3) reforma da Lei Eleitoral, garantindo o direito de voto a todos os cidadãos, inclusive soldados e analfabetos; (4) 100% de aumento do salário mínimo, com aumentos correspondentes aos que recebiam acima do salário mínimo, para manter a hierarquia salarial; (5) aprovação do projeto de lei de greve mais favorável, dos pendentes no Congresso; (6) imediato treinamento e colocação de todos os servidores civis independente dos resultados dos estudos de mão de obra do governo; (7) reforma agrária distributiva radical; (8) rejeição da reforma bancária pendente no Congresso e delegação de poder ao gabinete para a realização de uma nova e de quantas outras reformas fossem necessárias para a emancipação nacional; (9) imediato congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade. Com a greve em andamento, os líderes do CGT acrescentaram outras reivindicações: um encontro pessoal com Goulart, o direito de organizar sindicatos de camponeses e aplicação estrita da Lei de Remessa de Lucros. (ERICKSON, 1979, pg. 154-155).

Ainda em 1962, em 6 de dezembro, os bancários realizam uma greve nacional. No mesmo mês os marítimos iniciam mais uma greve, a partir do dia 21 de dezembro. Essa greve durará 36 dias. Porém, diferente das duas greves gerais, de julho e setembro, a paralisação dos marítimos não contará com apoio do governo Goulart, que declara a greve como ilegal.

O governo João Goulart buscará controlar os ânimos da luta de classes no país, defende o diálogo e, em alguns momentos, concessões parciais ao movimento operário grevista, moderação com os cabos e soldados amotinados e negociando pautas das Ligas Camponesas, chegando inclusive à defesa de desapropriação de faixas de terra próximas às rodovias em terras do Estado. As mobilizações das Ligas Camponesas, que vinham se fortalecendo desde a década de 1950, confluíram com as greves nas cidades, intensifica-se a

ocupação de terras e organização do proletariado agrícola que levantam a consigna "Reforma agrária já. Reforma agrária na lei ou na marra". De acordo com Bandeira:

As massas camponesas passaram para níveis mais adiantados de organização e luta. Sucederam-se as ocupações de terra no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul, no Maranhão, na Bahia, na Paraíba, enfim, em vários pontos do território nacional. A realização do Congresso Camponês, em Belo Horizonte, de 15 a 17 de novembro de 1961, reuniu cerca de 1600 delegados. Os camponeses, com faixas e cartazes, pediam: "Reforma agrária já. Reforma agrária na lei ou na marra". O povo revelava sua capacidade de luta, adquiria experiência. (BANDEIRA, 1979, p. 68-69).

Em 1963, as Ligas atingiam 18 dos 22 estados brasileiros existentes à época, com 218 grupos no total, concentradas, principalmente no Nordeste, mas também em estados importantes do centro sul, segundo os números que seguem: 64 ligas em Pernambuco, 15 na Paraíba, 12 no Maranhão, 10 no Ceará e 9 na Bahia, 15 em São Paulo, 14 no Rio de Janeiro, 12 em Goiás e 11 Espírito Santo. No momento de auge, as Ligas afirmavam contar com 500 mil afiliados. Além das Ligas Camponesas, também era crescente o número de sindicatos rurais organizados pelo proletariado agrícola. Em números oficiais, os sindicatos rurais no país passaram de 6 em 1961, para 60 em 1962 e 270 no início de 1963, saltando para 1.300 justamente nas vésperas do golpe contra-revolucionário.

O expressivo crescimento das Ligas e sua atividade permanente colocavam em risco a manutenção dos lucros do patronato agrícola, a propriedade privada em posse dos latifundiários, e assim a própria estrutura fundiária do Brasil. Sob o consigna "reforma agrária na lei ou na marra!", reivindicavam a utilização de métodos de guerra civil no campo para impor o fim do latifúndio. Desta forma, exerciam intensa pressão sobre os grandes proprietários, sobre os governos locais, estaduais e o patronato agrícola. Articulados, o governo e classes dominantes, sustentavam grupos paramilitares para combater o proletariado agrícola com métodos de guerra civil, como se dava no caso da região de Alagoas (BANDEIRA, 1977: LEAL, 2004). De acordo com Bandeira, apoiando-se em material jornalístico e entrevista do período:

(...) as forças de direita, no interior, estavam armadas e adestradas para combater até mesmo o exército. Em Goiás, os latifundiários revelaram que tinham condições de enfrentar os camponeses, *quer com ajuda do Exército e da Força Pública, quer sem ela*. Francisco Falcão, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, declarou, publicamente, que não precisava da solidariedade da Associação Comercial do Estado, mas sim, dos seus recursos financeiros para comprar armas, pois o Brasil, conforme sua opinião, estava em plena *guerra revolucionária*. E em Alagoas comerciantes e latifundiários mobilizaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de

guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 contavam com pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustível cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. E a esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, comandando cada um pelo menos cinco homens já armados. O Governador Luís Cavalcanti apoiava o empreendimento, que se inseria numa estratégia global, pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituiria, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos Governadores, Arraes e Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas. A organização desse Exército clandestino, com *know-how* da CIA, custou cerca de Cr100 milhões. Diariamente, o piloto de um avião particular fazia vôos de reconhecimento, ao longo das divisas do Estado de Alagoas, estabelecendo contato com grupos de guerrilheiros, organizados por outros latifundiários da região. (BANDEIRA, 1977, pp. 124-125).

Ou seja, o patronato e a burguesia do campo respondiam ao ascenso do proletariado agrícola com repressão armada, atentados e com assassinatos de militantes e suas famílias. (LEAL, 2004). Em 1963, as mobilizações ganham caráter candente, convergem às atividades militantes e sindicais de três sujeitos políticos coletivos: As Ligas Camponesas, com trabalhadores rurais, o movimento operário e setores das Forças Armadas. O número de greves segue em crescente: “Só em São Paulo, 980 firmas, com 158.891 operários entraram em greve”. (BANDEIRA, 1979, p. 72). No Rio de Janeiro realizou-se a greve dos Bancários. No Estado de São Paulo deflagra-se uma greve de jornalistas.

**Foto 3 - Bancários em greve. Passeata após assembleia no Automóvel Clube, RJ**



Rio de Janeiro/RJ, 1963. ACERVO APESP/FUNDO ÚLTIMA HORA. Apud: IIEP, 2014, p. 41.

Rapidamente começam a aprofundar-se elementos iniciais de uma crise pré-revolucionária, na qual as frações da burguesia não conseguiam mais dominar e as classes trabalhadoras não queriam mais aceitar a situação política vigente.

(...) O CGT ameaçou com uma greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas de base, com a mudança da Constituição. Os conflitos abalaram tanto as cidades como os campos. Os trabalhadores, em Pernambuco, paralisaram pela primeira vez os engenhos de açúcar. As invasões de terras tomaram características de rebeliões. E as lutas de classe refletiam-se no seio das Forças Armadas (...). (BANDEIRA, 1977, p. 104).

As disputas sociais difundem-se pelos mais variados setores e penetra nas forças armadas assumindo conteúdo de luta contra a hierarquia militar. Setores de baixas patentes do exército se organizaram e se rebelam, negando-se a reprimir as greves. As décadas de 50 e 60 foram marcadas por um novo processo de politização nas Forças Armadas, percorrendo desde o alto-comando até as bases, passando por toda a oficialidade. Um período marcado por um importante peso dos militares na vida política nacional: a tentativa de golpe militar contra Vargas em 1953, a “Novembrada” em 1954, o peso determinante de Lott na estabilidade do governo Juscelino Kubitschek e a tentativa de golpe militar em 1961. As divisões entre as distintas frações burguesas e a polarização de classes atravessavam o Exército e as demais Armas, reunindo de um lado os setores que se ligavam ao trabalhismo e apoiavam o ascenso popular e de outro os setores mais diretamente pró-imperialistas e que se ligavam à UDN. A partir de 1961, as divisões que até então se expressavam predominantemente entre setores da oficialidade e do alto-comando, passaram a se expressar também com revoltas das bases contra o alto-comando e tendências à ligação dos soldados e suboficiais com o movimento operário e rural. (BANDEIRA, 1977).

Em 1962, setores das forças armadas criaram uma forma de sindicato para organizar as reivindicações dos militares; a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB. Essa associação tinha acordo com as demandas das Ligas Camponesas por reforma agrária e queriam contribuir para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Os militares de baixa patente eram oriundos da classe trabalhadora e também sofriam intensa opressão nas Forças Armadas, comiam em cozinhas separadas, não podiam ouvir rádio, não podiam se casar, nem votar ou ser eleitos, e seus salários não chegavam sequer um salário mínimo. A AMFNB foi a forma sindical encontrada para lutar por suas demandas imediatas. No entanto, com a agudização da luta de classes no país este sindicato politizou-se rapidamente e avança para o acúmulo de elementos de auto-organização, até que em 1963,

eclode a “revolta dos sargentos”. (Confira: BANDEIRA, 1977; LEAL, 2004; SALLES; MATOS, 2007).

Nas cidades, os trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se contra as condições paupérrimas que lhes eram impostas, utilizando-se de suas tradicionais formas de luta: greves, piquetes e paralisações. Assim, entre 1961 e 1963, o processo dá um novo salto, quadruplicando o número de greves econômicas nos serviços e na indústria. Os grevistas chegavam a 5,6 milhões, caracterizando o maior ascenso grevístico da história do país até aquele momento. Em março de 1963, via Federação de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, desencadeia-se uma greve que envolve 220 mil trabalhadores, que durou três dias (MARTINS, 1979).

Em 29 de outubro de 1963, é realizada a greve dos 700 mil. Durando 6 dias, reivindica 100% de aumento, escala móvel de salários para acompanhar o aumento do custo de vida, férias em dobro, entre outros itens. A greve se estende até o dia 3 de novembro atingindo 40 cidades do interior paulista, englobando 80 sindicatos de 11 categorias. (LEAL, 2011). De acordo com o presidente do Sindicato de São Paulo, Afonso Delellis, militante do PCB, durante essa greve "cerca de 2 mil operários haviam sido encarcerados no famigerado presídio do Hipódromo ou no Dops e algo em torno de 8 mil haviam sido espancados". (LEAL, 2011, p. 334; C.f: CNV, 2014, p. 71). As crescentes mobilizações durante o período 1943-1964, constituem uma infinidade de “escolas de luta” para a classe operária e demais trabalhadores das cidades e do campo. A luta de classes era concebida por Lênin como meio de auto-educação política:

A verdadeira educação das massas não pode estar nunca separada da luta política independente e, sobretudo, da luta revolucionária das próprias massas. Só a luta educa a classe explorada, só a luta lhe descobre o volume de sua força, amplia seus horizontes, eleva sua capacidade, clareia sua inteligência e forja a sua vontade. (LÊNIN, 1979, p. 162).

As diversas atividades de lutas sindicais e políticas formaram pólos de experiências valiosíssimas de auto-organização e enfrentamento contra o patronato e de pressão sobre o governo do país, formará núcleos de operários muito conscientes de suas capacidades políticas, de mobilização e de organização. Conforme analisou Singer (1982).

A mobilização para a luta econômica tinha, por sua vez, efeitos no plano político pois contribuía poderosamente para a “conscientização” das massas, cujo comportamento eleitoral adquiria cada vez mais características de “classe”. Não somente se “conscientiza” o proletariado, no sentido de tomar consciência dos seus interesses comuns e de que estes podiam ser definidos na arena política por

representantes diretamente comprometidos com eles, mas grupos cada vez mais amplos da classe média assumiam atitudes análogas, se sentindo e se comportando como *assalariados*. Desta maneira, a participação popular no processo político, nos quadros da Constituição de 1946, era reforçada e aprofundada pelo ciclo de lutas econômicas desencadeado pela inflação. Constituiu-se, desta maneira, uma relação dialética entre inflação e democracia: quanto mais se intensificava a mobilização popular tanto mais rapidamente aumentavam os preços. (...). É claro que, nestas condições, tornava-se cada vez mais difícil ao governo iniciar uma política que tencionasse seriamente conter a inflação, embora todos os grupos sociais desejassem o seu fim, *desde que* não fosse às suas custas. (SINGER, 1982, p. 53).

Frente a essa conjuntura as experiências de classe vão se aprofundando. Marx definia que a própria disputa entre a classe possuidora de meios de produção e os despossuídos de meios de produção é que fazia avançar a consciência de classe antagonista. Em *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846, Marx e Engels denotaram: "Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência". (MARX e ENGELS, 2007, p. 63). As experiências, vividas, percebidas e compartilhadas, produzidas no cotidiano e nas lutas econômicas e políticas entre trabalhadores, patrões e Estado constituem elementos *fundantes* para o desenvolvimento da consciência de classe antagonista. Na *A miséria da filosofia* Marx destaca:

A grande indústria aglomera num único lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência e coligação. Por isso, a coligação tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para que possam fazer uma concorrência geral ao capitalista. (...). Nessa luta, verdadeira guerra civil - reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez atingido esse ponto, a associação assume um caráter político. (MARX, 2006, pp. 150-151).

Para Marx, a atuação conjunta dos trabalhadores e trabalhadoras é que lhes permitiria passar da *classe em si*, da posição na divisão social do trabalho, como assalariados, produtores de mercadorias para *outrem*, para a *classe para si*<sup>15</sup>, assumindo forma de organização coletiva opositora em relação aos patrões, proprietários de meios de produção. Reunindo-se em interesses comuns contra os patrões, construindo resistência coletiva, suas mobilizações tendem a tornar-se assuntos públicos, que, por sua vez, redundam em enfrentamentos contra o próprio Estado burguês que se coloca como defensor do patronato. Conforme o autor:

---

<sup>15</sup> Confira também: *Manifesto do Partido Comunista* (2005), pp. 47-48 e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1997), p. 403.

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma *classe diante do capital*, mas não o é ainda *para si mesma*. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (MARX, 2006 p. 151, grifos nossos).

Lênin, apoiando-se em Marx e Engels, apontava as greves como elemento central para a conjunção de interesses coletivos antagonistas, como momentos de desenvolvimento da luta política: "A greve, que envolveu muitos milhares de operários e que teve origem em reivindicações de caráter puramente econômico, transforma-se rapidamente num acontecimento político, apesar de nela haver participação de um número extraordinariamente insuficiente de forças revolucionárias organizadas". (LÊNIN, 1979, pp. 54-55). No Brasil as mobilizações no campo e nas cidades também tornavam-se acontecimentos políticos e denotavam a desagregação da dominação burguesa (FERNANDES, 2009). As frações da burguesia brasileira viam-se frente à uma profunda crise de dominação. Segundo análise de Paul Singer:

Para qualquer lado que o governo se voltasse, com objetivo de estancar a corrida inflacionária, ele se defrontava com grupos de interesse cuja agressividade na defesa do "seu" era exacerbada pela experiência inflacionária anterior: os industriais clamavam por mais créditos; os agricultores exigiam preços mínimos maiores e enfrentavam o tabelamento dos gêneros com boicote; os assalariados reivindicavam aumentos de salários a intervalos cada vez menores, chegando no limite à escala móvel de salários; os assalariados agrícolas pediam salário mínimo; e as donas de casa o congelamento dos preços. (SINGER, 1982, p. 54).

Ainda de acordo com Singer, com a crise geral do governo e das instituições políticas, as camadas mais conscientes do proletariado passam a "lutar por maior controle social da acumulação", pautando a demanda de reforma agrária "radical", nacionalização dos monopólios estrangeiros e estabilização do abastecimento. Em meio à deflagração de lutas que portavam cada vez maiores níveis de consciência política de classe, avançam as lutas do movimento operário que ultrapassam a consciência sindicalista imediata. Criam-se condições sociais e políticas mais favoráveis para o desenvolvimento da consciência de classe antagonista<sup>16</sup>. As greves por reajustes salariais e melhorias nos locais de trabalho, embora

---

<sup>16</sup> Para Lênin: "Consciência de classe dos operários é a compreensão de que o único meio de melhorar a sua situação e de conseguir a sua emancipação consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais, que foram criados pelas grandes fábricas. Além disso, a consciência de classe dos operários implica na compreensão de que os interesses de todos os operários do país são idênticos, solidários, que todos eles formam uma mesma classe, diferente de todas as demais classes da sociedade. Por último, a consciência de classe dos operários significa que eles compreendem que para atingir seus objetivos necessitam de conquistar influência nos assuntos públicos, como a conquistaram e continuam tratando de conquistar os latifundiários e os capitalistas. Como os

sejam demandas sindicais, acabam por funcionar como pequenas escolas de guerra de classe. Conforme apontava Lênin:

Cada greve enriquece a experiência de toda a classe operária. Se a greve termina vitoriosa, mostra à classe operária a força da união dos operários e estimula outros a aproveitar o êxito de seus camaradas. Se a greve não tem nenhum bom desenlace, suscita o exame das causas do fracasso e a procura de melhores meios de luta. (LÊNIN, 1979, pp. 25-26).

Nas greves, o operariado enfrenta-se com a hierarquia fabril, com o patronato e contra o Estado que intervém judicial e militarmente na defesa da exploração. Assim, a ação política da classe proletária, por ser política, não abandona os elementos de luta econômica, mas porta em si a luta econômica de forma condensada. Transparece no primeiro plano o enfrentamento direto contra o estatuto da dominação de classe.

Também no caso brasileiro, era justamente o avanço das experiências de enfrentamento com o patronato e a ampliação da influência do movimento operário nos assuntos públicos, o que mais preocupava as classes dominantes. O golpe de Estado soava iminente como uma forma de evitar o desenvolvimento daquela situação de fortalecimento do poder político da classe trabalhadora.

Aquele antagonismo de classes, somados às tensões intra-burguesas, em verdade, poderia impor, a partir das ruas, uma nova estruturação da ordem social e política. As massas trabalhadoras paravam a produção, enfrentavam-se com os aparatos repressivos do Estado e dos patrões, invadiam e ocupavam a vida pública. Além da reforma agrária radical, pautavam a nacionalização dos setores estratégicos da economia e o controle da remessa de lucros. Esse conjunto de reivindicações ameaçava os interesses das empresas estrangeiras e nacionais, bem como a própria ordem burguesa no país. Tratava-se da condensação de demandas e da radicalização das lutas de classe que se desenvolviam amplamente desde o início da década de 1940. Uma situação com tanta instabilidade e com tamanha atividade das massas trabalhadoras do campo e da cidade poderia facilmente evoluir para graus ainda mais radicalizados de enfrentamento. Poderia evoluir para algo parecido com os processos em Cuba de 1959. Para a ordem de dominação burguesa, tornou-se urgente interferir naquela conjuntura para controlar o antagonismo e fazê-lo refluir para padrões de controle mais estáveis. Conforme analisou Gorender em *Combate nas trevas*:

---

operários adquirem a compreensão de tudo isso? Adquirem-na frequentemente através dessa luta que começam a empreender contra os patrões e que cresce e se torna mais aguda dia a dia, abarcando um maior número de operários, à medida em que se desenvolvem as grandes fábricas". (LENIN, 1979, p. 25).

(...) o período 1960-1964 marca *o ponto mais alto* das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. *O auge da luta de classes*, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER, 1987, p. 66-67).

Estava aberto um momento propício para uma luta de massas por um projeto alternativo à semi-colonial sociedade capitalista. No entanto a classe operária adentrou naquela ante-sala da crise pré-revolucionária sem contar com nenhuma organização revolucionária que pudesse influir decisivamente naquele processo e convertê-lo qualitativamente, fazendo desenvolver aquela crise da ordem burguesa em crise. O PCB, partido mais importante da esquerda, que dirigia os principais sindicatos do país, atuava em defesa de sua estratégia de colaboração de classes, buscava canalizar as energias da classe operária para fazer base da luta parlamentar nacional-reformista. Seguindo a linha de Moscou, passa a defender a via pacífica para o socialismo, isso gera distensões e rachas internos, com a formação do PC do B em 1962, que optava por seguir o modelo chinês. O PC do B, embora tenha rompido com o pacifismo do PCB, não rompe com a estratégia stalinista (e moísta) de colaboração de classes e reformismo.

Defensor da revolução por etapas, das teses do Brasil feudal, do *socialismo em um só país*, e da aliança com a burguesia nacional, o PC do B, desde sua origem, defende uma via de "reformismo armado". O PCB, por sua vez continua preconizando o "reformismo pacífico". Com isso, além de seguir o mote da política de colaboração com a burguesia nacional, o PCB também almejava aumentar suas chances de legalização e conquista de cargos no governo. Na busca pela legalidade o PCB adequou seu programa, estatuto e legenda. Subestimou a crise aberta e a capacidade repressiva do Estado. Não preparava suas células partidárias para a resistência, nem cogitava o armamento dos sindicatos que dirigia para auto-defesa. Não preparou qualquer resistência ou dispositivo para contrapor-se à contra-revolução anunciada pelas classes dominantes.

O CGT-PCB, não consegue se organizar amplamente com outros movimentos. Não constitui a unidade necessária para golpear com *um punho só*. Vive os processos organizativos quase que isolado da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e das Ligas Camponesas. As greves representaram um pico na ação conjunta e organizada da classe a nível nacional. Contrário a tais necessidades, a CGT lutará para

canalizar os protestos operários de forma a construir demonstrações de apoio político a João Goulart. Embora esse esforço não seja capaz de minar as tendências mais radicais, acabará predominando a hegemonia das diretivas da CGT. Tanto o PCB como o PTB, faziam da classe operária um peso a mais na balança da correlação de forças entre as distintas frações das classes dominantes. Em meio ao ascenso proletário que precipitava o avançar de uma crise pré-revolucionária, no dia 17 de março de 1964, Luis Carlos Prestes conclama João Goulart a assumir a direção da revolução brasileira:

O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o Presidente João Goulart, com os atos que assumiu e com as palavras que anunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país. (Luis Carlos Prestes. Apud, BIANCHI, 2001, p.108).

Nas teses de convocatória para o VI Congresso do Partido, publicadas no jornal *Novos Rumos*, em março de 1964, podia-se ler: "Os comunistas devem realizar uma política de frente única com a burguesia nacional, fortalecendo o campo nacionalista democrático, atraindo os setores neutros e vacilantes, para golpear decisivamente o adversário". (Apud: VINHAS, 1982, p. 195). A estratégia de colaboração com a burguesia nacional, defendida pelo PCB, não era capaz de responder à crise social, político-econômica instalada. Em síntese, os principais elementos constitutivos deste período foram: a) a crise econômica, com explosão inflacionária e déficits na balança de pagamentos; b) organização e radicalização dos trabalhadores rurais, com a consigna "reforma agrária na Lei ou na marra"; c) organização e radicalização dos trabalhadores, demonstradas em greves políticas contra o governo, bem como contra os "arrochos", expressa pela deflagração de greves massivas no período; d) insubordinação, organização e radicalização de setores das Forças Armadas, com tendência a unificação com movimentos operários e camponeses. Conforme apontou Pedrosa (1966), faltou naquele momento a existência de um partido proletário independente, que se organizasse para além dos interesses da burguesia e do governo. De acordo com análise do autor:

A revolução frustra no Brasil não teve tempo nem condições para preparar os fatores subjetivos necessários à ação, não a ação pela ação, mas consequentemente, inclusive de autocontrole, se não para dominar os acontecimentos, para ser capaz de os canalizar, os aproveitar ou evitar ser por eles esmagada. Mas, faltava-lhe ter concebido a longa perspectiva, a perspectiva em horizonte histórico. Faltava-lhe ter

construído seu estado-maior, ter tido o gênio de criar seu partido, um partido revolucionário, munido de instrumentos aptos de análise, de meios de comunicação com o povo, de sensibilidade bastante para auscultar-lhe em profundidade o grau de conscientização política e das disposições de ânimo que trabalham, com relativa antecedência. (PEDROSA, 1966, p. 174-175).

Murilo Leal destaca três motivos que frustraram a possibilidade de construção desse estado-maior do proletariado em luta naquele período: "1) A concepção ainda corporativa da política própria dos sindicalistas: 2) os movimentos de "incorporação" e repressão do sistema político-partidário, e, finalmente: 3) o poder de veto do PCB". (LEAL, 2011, p. 419). O movimento sindical se dividia entre os canais de expressão controlados pelo PCB-PTB e ações de auto-organização independente, como na greve dos 300 mil, com o surgimento de comissões espontâneas, e nos piquetes espontâneos na greve dos 400 mil. Assim, também não pôde superar os canais supraestruturais controlados e dirigidos pelo PTB-PCB. Por outro lado, a burguesia, perdendo o controle exercido por vias tradicionais, optou por um pela solução armada, impedindo que a situação de intensa luta de classes evoluísse ainda mais. Existe farta bibliografia<sup>17</sup> sobre o período com diversas linhas interpretativas, porém pelos limites do trabalho não podemos tratar de todas aqui, nos limitaremos a apontar apenas alguns dos elementos daquele período.

### **Golpe militar burguês como resposta à ameaça operária**

Frente à ofensiva dos trabalhadores do campo e das cidades, que se radicaliza e dá substância a um amplo processo de reivindicações e lutas radicalizadas, o Estado e a burguesia, patronato e empresariado, reagem em defesa dos seus lucros, da dominação de classes e da estabilidade do sistema capitalista brasileiro. Assim, o golpe militar-burguês que figurava como risco iminente concretizou-se, sendo que Jango optou por não resistir. Com isso: “a vitória coube às classes possuidoras. O poder passou a ser exercido por delegados das Forças Armadas”. (SINGER, 1982). Assim, o golpe militar-burguês preventivo estabeleceu uma ditadura bonapartista para controlar o ativismo proletário e reorganizar as frações da

---

<sup>17</sup> Confira a tese de doutorado de Antonio Rago Filho: *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Puc-sp-1998. Também: FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*, Ed. globo, 2009. DREIFUSS, René A. 1964. *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1998. Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. R.J. Record, 2004. Também os quatro livros de GASPARI: *A ditadura envergonhada; A ditadura escancarada; A ditadura derrotada; A ditadura encurralada*. Companhia das letras, 2003. FERREIRA e CASTRO GOMES, *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Civilização Brasileira, 2014. Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. SP. Companhia das Letras, 2010. Maria Celina D'Araujo. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. R.J. Relume-Dumara, 1994. Marcelo Badaró Mattos. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.28, n.55, jan/jun 2008

burguesia. Analisando a conjuntura que antecedeu o golpe, Florestan Fernandes caracterizou o golpe como forma de repor a dominação burguesa por meio de uma ditadura de classe preventiva. De acordo com o autor:

Ao defender a "estabilidade da ordem", portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem "legitimamente estabelecida". (FERNANDES, 2009, p. 369).

A burguesia dividida é pressionada pela classe trabalhadora do campo e das cidades, que acabava por atrair apoio de setores da pequena burguesia, militares e estudantes. Segundo Florestan: "As 'pressões dentro da ordem', fomentadas pelas classes operárias ou pelas massas populares (...) pipocavam aqui e ali, ameaçando transformar-se numa torrente histórica". (FERNANDES, 2009, p. 383). Para o autor, tais pressões: "punham as classes e os estratos de classe burgueses não diante do *problema da democracia* (...); mas, isto sim, diante do *problema da ordem* (entenda-se: de uma 'ordem burguesa', que 'devia ser salva', posta em *bases estáveis* e "consolidada"). (FERNANDES, 2009, pp. 386-387). O golpe burguês-militar foi uma forma de unificar setores das classes dominantes no ponto que mais lhes importava, que era a manutenção da ordem, de seus lucros, da propriedade privada dos latifundiários e controle do movimento operário e sindical. Dessa forma, passou-se "de uma 'ordem burguesa frouxa' para uma 'ordem burguesa firme". (Idem, p. 387). A análise de Florestan tem pontos de contato com a da POLOP<sup>18</sup>, organização que foi partícipe daquelas mobilizações. No texto: *Programa socialista para o Brasil*, publicado em 1966, analisa que:

O golpe militar que, em abril de 1964, se abateu sobre quase todas as conquistas até então obtidas não foi um acidente na política brasileira. Foi a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve que apelar para um "regime forte", para um regime que possibilitasse uma solução à custa dos trabalhadores. Reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu sentido ao golpe de abril. A concentração das riquezas, a racionalização das empresas, o aceleramento do domínio dos grandes monopólios com a conseqüente intervenção do imperialismo em maior escala - acompanham o processo capitalista no país. Para essa política econômica de defesa do lucro e corte geral dos salários foi preciso um regime político mais opressor e repressivo. Por isso a ditadura aberta não é um fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode mais exercer a ditadura de maneira velada. Por isso,

---

<sup>18</sup> A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) foi formada em 1961 por militantes da esquerda do trabalhismo, do stalinismo, entre seus militantes estavam: Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Emir Sader e Eder Sader.

também, a única saída revolucionária contra essa ditadura é a revolução dos trabalhadores. (POLOP, 1966, pp. 42-43).

Aquela situação compelia "as classes e estratos de classe burgueses a buscar, nos interesses materiais e políticos comuns, uma unidade, por precária que fosse". (FERNANDES, 2009, p. 380). Com o golpe: "a *dominação burguesa* e o poder burguês assumiriam sua verdadeira identidade, consagrando-se em nome do controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparato ideológico". (Idem, p. 387). Os setores dirigentes da burguesia suspendem suas divergências de projeto e unificam-se em favor da dominação de classe: "Impotentes para compor e superar suas divergências, eles deslocam o foco da unidade de ação, transferindo-o das grandes opções históricas para a autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns, que compartilhavam como e enquanto classes possuidoras". (Idem, p. 390). Ainda, no que tange aos elementos unificadores da burguesia, de acordo com Florestan:

(...) os estratos dominantes das classes burguesas careciam de *um excedente de poder*, através do qual pudessem: 1º) desbaratar as pressões inconformistas pró-burguesas e as pressões antiburguesas; 2º) garantir-se um máximo de autonomia histórica no controle de classe das sucessivas transformações subseqüentes. Por aí se vê, inconfundivelmente, que a autodefesa da burguesia organizava-se e armava-se como um movimento histórico de auto-afirmação e de autoprivilegiamento dos interesses de classe burgueses. (...). (FERNANDES, 2009, p. 392).

Estabelecidos elementos prioritários para reorganização da dominação burguesa, a ditadura investe para eliminar as mobilizações e a instabilidade do regime. Segundo Florestan:

(...) A questão já não era "ganhar tempo" e transferir reiteradamente para o futuro o enfrentamento com a realidade. Mas usar a dominação de classe e o poder de classe da burguesia como elementos ativos de sua autodefesa e autoprivilegiamento políticos: tratava-se, em suma, de conjurar os fantasmas, reais ou imaginários, que povoavam os sonhos dourados das classes e dos estratos de classe burgueses, ou seja, de travar uma verdadeira batalha pelo "mundo burguês", aparentemente ameaçado. (FERNANDES, 2009, p. 380).

Intencionando recompor sua dominação por meio de uma contra-revolução burguesa, no campo havia de se findar com a atuação das Ligas Camponesas e nas cidades, as ações do movimento operário. (PEDROSA, 1966: BANDEIRA, 1977). Conforme assinalou Pedrosa: "A derrubada de Goulart teve o apoio de todas as classes proprietárias do País, incluindo os donos de renda fixa, ou de toda uma nação de burgueses cansados de agitação ou com medo. Essa unanimidade existiu e apoiou os chefes militares sublevados". (PEDROSA, 1966, p. 182).

A burguesia leva a cabo um golpe preventivo para não ser obrigada a abrir mão da estrutura fundiária e imobiliária, para impedir a queda da taxa de lucros e dos níveis de exploração, barrar a reforma urbana, para não ter que abrir seus livros-caixa e submeter a controle aberto sua acumulação de capitais. Concluindo que não seria possível refrear as energias radicalizadas que despontavam nos marcos da dominação vigente, temendo portanto o proletariado nacional, a burguesia brasileira, sócia minoritária do imperialismo, reafirmava sua dependência voltando seu aparato militar contra a classe operária em luta. Busca, assim, destruir as organizações operárias e impor-lhes uma ditadura policialesca para recompor a sua dominação. Grandes proprietários de terras, industriais e setores da pequena burguesia, unificam-se contra as lutas operárias e camponesas: "A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade". (MATTOS, 2009, p. 101).

A partir do golpe de 1964, o processo de desenvolvimento da organização do movimento sindical e proletário foi interrompido, abriu-se uma intensa onda governamental repressiva. O regime ditatorial-burguês, de caráter bonapartista, avançou sobre o movimento operário, atacando sua organização, o direito de greve, criando uma nova política anti-operária para os reajustes salariais, passa a controlar as eleições sindicais. Historicamente, de governo em governo, a burguesia brasileira, recorrentemente busca uma saída militarizada para os impasses de sua dominação sobre o proletariado do país. A saída bonapartista é de grande funcionalidade em países subdesenvolvidos. Conforme analisava Trotski em 1937:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado *nacional*. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [de Cárdenas no México] se localiza na segunda alternativa; suas maiores conquistas são a expropriação das ferrovias e das companhias petrolíferas. (TROTSKI, 2009, p. 139).

Mario Pedrosa analisa que no caso da ditadura de 1964 no Brasil, não foi simplesmente o dirigente militar que se colocou sobre os interesses das classes em luta. Mas sim a própria instituição militar foi a que assumiu o caráter de árbitro entre as classes em luta

para favorecer a dominação burguesa (o que Gramsci chamou de cesarismo). No entanto, a própria instituição militar contava com um dirigente que expressava-se como "chefe de uma facção" majoritária do Exército. De acordo análise de Mario Pedrosa:

O bonapartismo não estaria na pessoa do marechal [Castelo Branco]; ora, em geral, todo bonapartismo é o poder pessoal, é o poder por suas virtudes, por seus atributos benéficos e maléficos, encarnado em um homem elevado acima de todos, falando em nome da nação, quer dizer, das classes dominantes, num momento de impasse político e social; daí, em geral o *glamour* ou o "folclore" tecido em torno da pessoa do improvisado Bonaparte (...). Pretendeu-se fazer do Exército como um todo, uma entidade bonapartista impessoal. (PEDROSA, 1966, p. 192).

Ainda, como assevera o autor, o fato do Exército adentrar-se ao comando das instituições estatais não pode confundir o caráter de classe da ditadura. Isso porque: "O Estado bonapartista, paira acima das classes e as classes não são politicamente soberanas. Mas é a *ditadura social* burguesa em sua plenitude final". (PEDROSA, 1966, p. 236). O Estado brasileiro, aparato da burguesia, utilizou-se novamente de toda sua força política e militar para desbastar a auto-organização do proletariado do país, que impunha obstáculos à valorização do capital, geração de lucros, acumulação e pautava o latifúndio.

Para Florestan, a burguesia não conseguiria fazer refluir o clima político e rearticular-se sem a militarização do Estado. Com isso, se adianta frente à possibilidade de desenvolvimento do quadro político para uma situação pré-revolucionária que se fazia concreta. O PCB, acreditando na burguesia nacional, desacreditava que as frações da burguesia pudessem unificar-se em um grande bloco para defesa da ordem. Assim, subestimou a possibilidade do golpe. Gorender, que no momento do golpe era militante do PCB e membro do seu Comitê Central, reúne-se com dirigentes do partido para decidir pelas formas de reagir ao golpe, no entanto, registrou: "Confiávamos que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961. Mas, na reunião, entrando pela madrugada, percebi que os quadros dirigentes dos órgãos intermediários do PCB nada fariam sem a iniciativa favorável de Muro Borges, o que agora devia ser descartado. (GORENDER, 1987, p. 13). De acordo com Vinhas, um setor mais à esquerda dentro do PCB que se nucleou na *Comissão Executiva do PCB*, em 1965, chega ao balanço, o *Esquema de discussão*, onde se entendia que:

(...) os comunistas teriam incorrido em grave "desvio de direita" ao alimentarem e disseminarem entre as massas ilusões de classe a respeito da "legalidade democrática e da possibilidade de alcançar as reformas estruturais de base por meios pacíficos, acreditando na aliança com a burguesia nacional e conciliando objetivamente com o governo burguês". Assim, os comunistas não teriam preparado as massas para resistir mais energicamente ao golpe. (VINHAS, 1982, p. 230).

No entanto, de acordo com o autor, esse balanço foi rejeitado pela maioria do Comitê Central. A maioria do Comitê (onde se incluía o próprio Moisés Vinhas), em uma interpretação mais à direita, compreendia que o erro do PCB teria sido decorrente do fato de que:

(...) os comunistas tinham abandonado a bandeira da legalidade democrática nas mãos do inimigo e avaliado mal a correlação de forças, superestimado o nível, enraizamento de base e coesão das forças democráticas, colocando tarefas que estavam além das possibilidades do momento. Nesse sentido, teriam contribuído para radicalizar o processo e enveredado por um caminho sectário e golpista. À base dessa avaliação, apoiada pelo secretário-geral Luís Carlos Prestes, foi escrita a Resolução Política de maio de 1965. (VINHAS, 1982, p. 237).

Ou seja, segundo avaliação do PCB, o Partido deveria ter atenuado seus próprios anseios reformistas e agido com maior moderação e conciliação com a burguesia. De acordo com Mazzeo, o Partido fazia o balanço de que sua falha havia sido "ter conciliado com setores à esquerda, no processo de luta interna". (MAZZEO, 1999, p. 134). Embora famigerados setores da burguesia nacional pudessem flertar com elementos das "reformas de base", tinham como fim último desviar aquelas lutas da possibilidade de transformações estruturais. Esperavam refluir o movimento radicalizado e repor a dominação de classe. A burguesia nacional era absolutamente incapaz de romper com o capital imperialista e se unir de fato com o movimento operário. Isso porque as pautas do movimento operário feriam os interesses daquela burguesia.

Quando pergunto a Cloves de Castro (que na ocasião do golpe militar-burguês era militante do PCB), qual foi o principal motivo do golpe ele responde: "acho que foi realmente... Primeiro o confronto... A organização dos movimentos no seu conjunto".

### **Assustou o Regime?**

Não. Assustou as forças reacionárias. Assustaram os caras, ou seja, as reformas de base, o voto dos analfabetos, voto aos cabos e soldados, o direito deles votarem e serem votados, tá certo, a reforma agrária, o ato de assinatura do João Goulart das terras indevolúveis... Tá certo... A Lei de remessa de lucros... Quer dizer, tudo isso enfureceu a direita, tá certo, tendo como sustentáculo, tá certo, os Estados Unidos... Tendo como sustentáculo os Estados Unidos. Entendeu... Então, isso aí, foi realmente, as causas do golpe. Aliás, golpe esse que vinha sendo tramado desde o suicídio de Vargas, o suicídio de Vargas, a eleição de Juscelino... O governo Juscelino, houve duas tentativas de golpe... Na renúncia do Jânio, do qual esse mesmo... Você veja bem, os Ministros Militares do Jânio, são os mesmo golpistas de 1964, sabe... Então com a renúncia, porque o Jânio achava que, ele renunciava e ia para os braços... O povo o faria retornar nos braços, etc, etc... e o que, na realidade, saiu pela culatra. O impedimento da posse de João Goulart, aquilo tudo foi uma tentativa de golpe... Tá, só não se realizou por pressão, realmente, popular, certo. A pressão popular impediu que o golpe fosse dado. E mesmo assim, o Jango,

as forças de esquerda e as aliadas, etc, tiveram que engolir a proposta de parlamentarismo. Acho que mais uma vez... O parlamentarismo não dura... Acho que não durou 6 meses, né... Então o volta ao presidencialismo e tal. Então, tudo isso assustava as classes dominantes, sabe... Que via em perigo os seus lucros... Entendeu. E, internamente, começa a travar uma discussão intensa dentro do Partido Comunista. (Entrevista - Cloves Castro).

O mandato de João Goulart estava apenas alguns meses do fim, mas o que a burguesia temia era o desdobramento da luta de classes nos próximos meses. Temia o fortalecimento e a organização da classe operária. Em meio à crise a possibilidade de um golpe burguês tornava-se evidente. Conforme podemos apreender do relato de Elias Stein:

A gente esperava o golpe, porque o *Jornal Brasil Urgente* estava sempre falando isso: "Oh gente, o golpe está vindo, a direita está se preparando", mas a esquerda, o Partidão principalmente, não acreditava. O Prestes chegou inclusive a dizer o seguinte: "Não, se a direita botar a cabeça para fora agente corta fora". Aí veio o golpe e não teve praticamente reação, ninguém cortou... Aí, um grupo da JOC, junto com a JUC e a JEC, começou a se reunir para tentar alguma coisa. Mas foi uma maluquice, maluquice da juventude... (Entrevista - Elias Stein).

Pergunto também a Waldemar Rossi<sup>19</sup> sobre os principais motivos do golpe, ele responde que: "Na minha visão do golpe, o objetivo claro era acabar com o desenvolvimento da indústria nacional independente e abrir as portas para a entrada das multinacionais, passando o capital para o domínio total, o controle total das multinacionais. Esse é o grande objetivo, o resto é balela". A Visão de Waldemar é muito comum nos círculos da esquerda educados sob os pressupostos defendidos pelo PCB. Não predominava mais no Brasil a busca por um modelo de desenvolvimento industrial nacional independente. Pelo menos desde o governo de Juscelino Kubitschek já se havia optado pelo desenvolvimento industrial associado e subalternizado aos capitais internacionais. A burguesia nacional não trilhava o caminho da busca por um desenvolvimento independente. O problema maior que a burguesia nacional enfrentava em 1964 era que o proletariado do campo e da cidade era obstáculo aos seus objetivos de valorização do capital e de exponenciação da exploração de mais valor. Elias Stein aponta como o principal motivo do golpe a ânsia da burguesia em defender seus privilégios de classe. Segundo seu ponto de vista:

---

<sup>19</sup> Waldemar Rossi, nasceu em Sertãozinho, SP, interior de São Paulo, em 17/08/1933. Migrou para São Paulo em 1960, para trabalhar na coordenação da JOC - Juventude operária católica. Em 1963 empregou-se no setor industrial. Com isso veio também a militância sindical, tornou-se dirigente da pastoral operária em São Paulo. Em 1967 encabeçou a "Chapa Verde" em oposição aos interventores que estavam a serviço dos militares no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em 1972, pela segunda vez, Waldemar Rossi forma chapa e disputa a direção do sindicato. Durante a década de 1970 atuará na organização de comissões de fábrica clandestinas. Na década de 1980 participará ativamente da construção da CUT e do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica, construirá também o PT. Ao longo de sua trajetória como operário passou por 18 fábricas na em São Paulo.

O principal motivo? É que as classes dominantes brasileiras não admitem que o povo tenha voz, que o povo participe das coisas. A maioria das pessoas, amigos meus, falam que o responsável é o imperialismo norte-americano. Eu acho que não. O imperialismo estava como força de reserva. A direita brasileira, os poderosos aí, a formação escravocrata, colonialista do país, criou uma classe dirigente... Dirigente não, uma classe dominante muito egoísta, muito receosa dos privilégios que é deles, então, quando eles perceberam que 1961, 1962, 1963, estava havendo um movimento grande de massas, pela reforma agrária, pelas reformas de base, eles ficaram assustados e falaram: "Não, isso tem que parar". É a minha visão. É lógico, os americanos estavam apoiando, gostaram do golpe, mas se não tivesse essa classe dirigente aqui, essa classe dominante aqui apoiando isso, eles não iam conseguir. Não ia ser tão fácil não. E nós estamos nisso até hoje. (Entrevista - Elias Stein).

Pergunto então a Elias porque os sindicatos não resistiram, por que não organizaram resistência, ele responde que:

Ah... Não tinham armas, a maioria era dirigida por lideranças do Partidão, e o Partidão não teve a coragem de falar: "Não, vamos para o pau!". Não teve. Não sei se por medo... Era a principal força de esquerda. (...) o próprio Prestes falou aquilo, ele desarma... Porque era a maior liderança do Partidão... Ele desarma a militância. Ele fala assim: "Não, nós estamos no governo, mas não temos o poder", ele falou na televisão. "Nós temos o governo mas não temos o poder" (...). "E se a direita der golpe, a gente corta a cabeça dela". (Entrevista - Elias Stein).

O mais importante partido do campo da esquerda, educador coletivo que tinha condições de organizar a resistência ao golpe, acreditou no compromisso de setores da burguesia com a ordem burguesa institucional, adotando o pacifismo frente à intensificação da luta de classes. Descartou a possibilidade real de um golpe que atacasse brutalmente o movimento operário e sindical, não preparou antecipadamente a resistência. Frente a isso é deflagrado o golpe que impunha uma ditadura que perdurará durante 21 anos. Estabeleceu-se um Estado burguês em módulo de guerra contra o proletariado e suas instituições (partidos, sindicatos e correntes políticas). Dessa forma, a investida burguesa e militar teve um destinatário certo: o proletariado brasileiro que emergia como sujeito político independente e forçava as bases do regime.

O PCB não foi capaz de assumir o programa histórico de partido independente. Isso sobretudo por causa de sua estratégia política, definida a partir do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928. (C.f: TROTSKY, 2010). Defendia que era "a burguesia nacional, aliada ao Estado, o sujeito social dirigente do processo de transformações socioeconômicas necessárias". (LEAL, 432). Segundo esta estratégia "a classe operária deveria ser uma força política coadjuvante". (Leal, 2011, p. 430). Dessa forma, a orientação centralizada do Partido, defendia que poderia evitar o golpe contando com a "vocaçao democrática" da burguesia nacional e suas bases no exército. Como afirmou Cloves de Castro:

"nós pensávamos realmente que nós estávamos preparados para resistir ao golpe". Quando pergunto por que achavam que poderiam evitar o golpe, Cloves responde:

(...) a fala do Secretário Geral, o Luiz Carlos Prestes, uma semana antes do golpe, tá certo, era que... Foi numa festa no Ginásio do Pacaembu, que era aniversário do jornal *Novos Rumos* e também aniversário do Partido... E ele colocou, o discurso dele foi o seguinte, que: 'Se dessa vez a reação pusesse a cabeça para fora nós a cortaríamos'. E, o golpe estava em marcha. Tá certo... Então, reagimos, assim, com... Entende... Como? Como que não aconteceu nada? Como que não foi chamada uma greve geral? Cadê o PTB, cadê os sargentos? Cadê o dispositivo militar do Jango? Entendeu... Então isso causou um puta de um mal-estar. (Entrevista - Cloves Castro).

A visão de Cloves de Castro, que militava no PCB no período do golpe destoa da visão de que o país não vivia uma situação pré-revolucionária. No entanto, afirma que o PCB tinha condições de organizar a resistência ao golpe:

Não, eu não acho que nós estávamos em um período pré-revolucionário, tá certo, mas que havia condições de resistir ao golpe, havia, por essas pessoas que você levantou, certo: Ligas, a CGT, né... Os setores sociais organizados, né... E isso não ocorreu. Quer dizer, a partir de então, já começa uma puta de uma... (Entrevista - Cloves Castro).

### **Mas o PCB tinha ideia de que ia haver um golpe?**

Ah, devia ter... Não é possível não saber, pô! Sabe... Eles acreditavam, a direção acreditava que poderia frear o golpe, mas pô, não é possível não saber pô. Não é possível não saber que o golpe estava em andamento. Não é possível pô. E depois, veja bem, em São Paulo: a marcha com deus pela família e tal, aqui em São Paulo no dia 19 de março... Em São Paulo e nos outros Estados... (Entrevista - Cloves Castro).

### **Já indicavam?**

Exatamente. Então não era possível não saber que estava em andamento. Na realidade, existiu a ilusão de que o dispositivo do João Goulart segurasse, entendeu... E o que não ocorreu. E com isso, começa a travar uma puta... Uma intensa luta interna, que acaba chamando a convocação para o VI Congresso [do PCB em 1967], onde a maioria das lideranças do PCB, a maioria da direção do PCB continuava realmente acreditando que a derrubada da ditadura se daria através do acerto com setores da burguesia nacional, com setores nacionalistas das Forças Armadas, essa coisa toda aí. (Entrevista - Cloves Castro).

Desencadeado o golpe nem mesmo o PCB, que fazia esforços imensos para colaborar com frações da burguesia nacional, não escapou à repressão. O partido inicia um processo de autocrítica, parte de seus militantes buscam avaliar os erros e equívocos, estes erros foram ponderados para que servissem como aprendizado político. Porém, ainda assim, o partido não revê sua estratégia, ou seja, não abre mão da perspectiva de colaboração de classes. Frente ao

aparato militar erigido à *testa* do Governo, o PC se mantém na perspectiva da luta por uma via “pacífica” perante o Regime e de colaboração com frações da burguesia. Conforme expresso nas Resoluções políticas do VI Congresso do PCB<sup>20</sup>, realizado em dezembro de 1967: "O proletariado é a força motriz principal da revolução. O campesinato e a pequena burguesia urbana constituem com ele as forças fundamentais. A burguesia nacional, tendo interesse objectivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa". Em outro trecho do mesmo documento afirma-se:

A classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana são as forças fundamentais da frente antiterrorista. A aliança destas forças constituirá a base de aglutinação das demais forças de aglutinação das demais forças antiterroristas, dará firmeza e consequência às ações contra a ditadura, influenciando na sua derrota e na evolução ulterior da situação no país. A burguesia nacional participa da frente antiterrorista, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros setores das classes dominantes, cujos interesses são contrariados pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da Frente ditatorial. (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VI CONGRESSO - PCB, 1967).

Nessa resolução, asseveram que; "A correlação de forças no âmbito mundial continua modificando-se em favor do movimento operário, do movimento de libertação nacional e do socialismo". Com base nessa análise definem que: "Os comunistas brasileiros tudo farão para activar e ampliar o movimento em defesa da paz mundial". A linha de convivência pacífica é estendida para o Brasil, onde se deveria "lutar pelas liberdades democráticas", mas manter o pacifismo frente à ditadura.

Caio Prado Junior em *A revolução brasileira*, originalmente publicada em 1966, aponta que a estratégia e o programa adotados pelo PCB e implementados na prática, continham debilidades profundas e "sérios erros de orientação" (1987, p. 176). Orientaram de forma equivocada toda a sua militância, as direções sindicais e políticas. Aponta que, segundo a teoria defendida pelo PCB:

(...) as classes e categorias sociais de nossa sociedade se reduziram ao seguinte: latifundiários e burguesia compradora, ambas ligadas ao imperialismo e contrárias à revolução. Doutro lado, proletariado e trabalhadores em geral, camponeses, pequena burguesia urbana e burguesia nacional, que seriam as forças revolucionárias. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 225).

---

<sup>20</sup> <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm>

Para o autor, essa teoria que opõem latifundiários e burguesia compradora imperialista por uma lado e burguesia nacional, parceira do proletariado, por outro: "longe de abrir perspectivas para a luta revolucionária e uma ação fecunda, frequentemente embaraçou e desorientou esta ação e luta, uma vez que propõe objetivos imaginários e irreais nas condições brasileiras". (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 210). De acordo com o autor, o apoio a candidaturas burguesas, embora gerasse projeção para o Partido,

(...) não resultava afinal em mais que uma agitação demagógica e superficial, sem reais perspectivas revolucionárias e fadada ao desastre de abril, que já muitos meses antes somente não era previsto por ingênuos embriagados na euforia de momentâneos e aparentes sucessos, ou então cegados por falsas ilusões acerca do verdadeiro conteúdo e sentido da luta em que se tinham engajado. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 27).

Para Caio Prado, o Partido, como principal partido de esquerda naquele momento, embora contando com; "condições altamente favoráveis para o desencadeamento do processo revolucionário", acabou por confiar toda a sorte daquele ascenso ao apoio de setores da burguesia, optou por não conduzir aquele processo de lutas operárias para uma via independente, e com isso desperdiçou todas aquelas energias proletárias e as condições favoráveis ao processo revolucionário no Brasil:

(...). Embora contando condições altamente favoráveis para o desencadeamento do processo revolucionário, dada a maturidade das contradições presentes na conjuntura econômica e social brasileira, as esquerdas não somente permaneceram anos marcando passo - uma vez que a estéril agitação na qual se meteram não pode reputar processo - mas ainda comprometeram e atrasaram consideravelmente a marcha daquele processo. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 28).

O autor não chega à conclusão de que era possível uma revolução socialista naquele momento. Nem mesmo chega a defender essa solução para o Brasil em qualquer momento de seu desenvolvimento. (C.f: MAZZEO, 2003: CORSI, 2003). Ainda assim, conclui que o apoio do PCB à suposta burguesia nacional anti-imperialista, foi o motivo principal que levou a derrota da esquerda naquele momento e a onda repressiva que se seguiu.

### **Do reformismo pacífico ao reformismo armado**

O pacifismo adotado pelo PCB, antes e depois do golpe, tem como consequência a sua fragmentação em uma série de dissidências, que embora rompessem com o pacifismo proposto pelo partido, conservaram os elementos centrais da estratégia oriunda do stalinismo, como as duas etapas da revolução, socialismo em um só país e aliança estratégica com setores

da burguesia. Estes grupos dissidentes, tal como o PC do B, PCR, ALN, Ala Vermelha, MR8, entre outros, não rompem com a estratégia stalinista reformista.

O PC do B continua defendendo a formação do "bloco das quatro classes" (burguesia nacional, pequena burguesia urbana e proletariado, com centralidade para o exército camponês), no seu programa de 1966: *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*<sup>21</sup>, podemos observar a estratégia de reformismo armado e de colaboração de classes que pauta a política da "ampla união patriótica" policlassista:

Está colocada na ordem do dia a necessidade de organizar a mais ampla união patriótica que, sob o lema de independência, progresso e liberdade, possa aglutinar em um impetuoso movimento nacional as forças populares e as correntes democráticas. É a união para aniquilar a ditadura e postular transformações progressistas. Qualquer que seja a filiação partidária, a tendência filosófica ou religiosa, a classe ou camada social a que pertençam, os verdadeiros patriotas têm o dever irrecusável de se unir para a ação comum contra os inimigos da democracia e da soberania nacional. Estão em jogo os próprios destinos da pátria. (PCdoB, 1966, pp. 85-86).

Também o PCR, um setor que rompe com o PC do B, mantém a estratégia stalino-maoísta. Conforme consta na *Carta de 12 pontos aos comunistas universitários* publicada em 1966:

Sobre o segundo tipo de aliança, ou mais precisamente a frente única com a burguesia nacional, autenticamente nacional, submetida também ao imperialismo ianque, a condição básica para sua efetivação é a formação das forças armadas populares através do próprio desenvolvimento da guerra popular. E seria erro grave e ilusão de classe supor que a aliança se faça antes do início da insurreição armada, a base de conversão ou troca de pontos de vista. Nessa questão, o fundamento é o proletariado realizar a frente única quando tiver a suas próprias forças armadas, independentes e dirigidas pelo seu Partido, garantia de que a luta contra o imperialismo e o latifúndio irá até o fim, isenta de vacilações ou capitulações próprias da burguesia nacional. (PCR, 1966, p. 67).

A mesma estratégia de conciliação de classes e reformismo armado pode ser verificada na publicação da Ala-Vermelha em 1967; *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo...*, onde considera que: "Pelo fato de a burguesia nacional estar submetida a pressões da dominação neocolonialista, na etapa atual, ela também se coloca objetivamente no campo da revolução". (1966, p. 158). Essa perspectiva destoa daquela que compreendia que a burguesia se unificou para massacrar o proletariado do campo e das cidades. Acredita ainda que seja possível atrair setores da burguesia nacional para a luta contra a ditadura. Noutro trecho do mesmo documento, analisa:

---

<sup>21</sup> [http://www.grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=119](http://www.grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=119)

Portanto, fazem parte do campo da revolução: o proletariado, o campesinato (principalmente o campesinato pobre), a pequena burguesia, o semi-proletariado. A burguesia não integrada (nacional), pelo fato de também submetida à opressão neocolonialista, se constitui numa força revolucionária na atual etapa. (ALA VERMELHA, 1966, pp. 152-153).

A Ação Popular também mantém intactas as teses da *revolução por etapas*, aliança com a burguesia e o reformismo oriundo do stalinismo-maoísmo. Conforme podemos verificar em seu Programa básico, publicado em 1971:

(...) a tarefa imediata que o proletariado do Brasil e sua vanguarda têm diante de si é a de unir-se aos camponeses, formando uma sólida aliança operário-camponesa, unir-se também à pequena burguesia urbana e ganhar a burguesia nacional para levar até o fim a revolução nacional-democrática no Brasil, abrindo caminho e criando as condições objetivas para a passagem do nosso país à estrada luminosa do socialismo. (AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA, 1971, p. 381).

O PCBR, fundado em 1968, que tinha Jacob Gorender com um de seus principais dirigentes, continuou defendendo a revolução por etapas e aliança estratégica com setores da burguesia para realização de uma "revolução popular" policlassista. Conforme se pode verificar em sua publicação *Linha política*, de 1968: "A luta contra o latifúndio e pela reforma agrária radical não deve ser confundida com a luta pela supressão dos camponeses ricos, cuja neutralização, ao menos em parte, é possível no processo de luta pela vitória da revolução popular". (PCBR, 1968, p. 213).

Também o MR8, *Movimento Revolucionário 8 de outubro*, mantém a estratégia da revolução por etapas via reformismo armado, conforme podemos verificar em sua publicação *Linha política e orientação para a prática*, publicado em 1969 e 1971: "a integração dependente da burguesia nacional ao capital internacional é uma tendência histórica, mas a unidade contra-revolucionária destas forças não é monolítica em todas as situações políticas concretas, apresentando contradições secundárias que a vanguarda da classe operária deve exacerbar". (MR8, 1971, p. 436). E ainda:

Embora as classes dominantes estejam unidas na exploração do povo brasileiro, isso não quer dizer que não haja contradições entre elas. Uma coisa é considerar que os setores nacionais da burguesia não se aliarão às classes exploradas na luta antiimperialista; uma outra coisa é pensar que as classes dominantes formam um bloco monolítico. Aquelas contradições tendem mesmo a aparecer mais claramente à medida que crescem as forças revolucionárias. Devemos portanto estar preparados para acentuá-las e explorá-las em função dos interesses da revolução. (Idem, p. 443).

Também a Ação Libertadora Nacional (ALN), de acordo com Gorender: "do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução.

Colocou a liberdade nacional como primeiro objetivo, ao qual seguiria o do poder socialista". (GORENDER, 1987, p. 97). Assim, a ALN não rompeu com o reformismo stalinista. (REZENDE: 2010). Conforme podemos ler no texto de Mariguella *A crise brasileira*<sup>22</sup>, de 1966: "O proletariado não pode seguir uma tática qualquer. A tática que não convier à conquista dos objetivos estratégicos da revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, deve ser repelida". (MARIGHELLA, 1979, p. 71). Em outro trecho do mesmo documento podemos ler:

O governo pelo qual lutamos agora não poderá ser senão o resultante da frente única antiditadura, que é o tipo de frente única possível nos dias atuais. Esforçando-nos para que tal frente única se torne realidade, sustentamos – como antes – a necessidade de nossa aliança com a burguesia nacional, levando em conta não somente tudo o que dela nos aproxima, quando se trata de objetivos comuns na defesa dos interesses nacionais, mas também tudo o que dela nos separa em questão de classe, tática, métodos, ideologias, programas. (MARIGHELLA, 1979, p. 52).

Observando os documentos dessas organizações fica evidente sua matriz reformista de origem stalinista. Mesmo frente à ditadura militar-burguesa, esses grupos organizavam-se para derrubar a ditadura e reformar a sociedade burguesa, porém agora para efetivar esta primeira etapa democrática era necessário “pegar em armas” para derrubar a ditadura e entregar o poder a um governo "popular" construído em conjunto com frações da burguesia nacional.

Ou seja, enquanto parte da esquerda organiza-se a partir do movimento operário para construir paralisações, greves, operações tartaruga etc, como forma de unificar a classe operária contra a ditadura, setores oriundos de rachas do PCB e PC do B dedicam-se suas energias à luta armada foquista, na sua maioria lutando ainda por uma revolução democrático-burguesa em etapas, na tentativa de substituir a ditadura militar-burguesa, por uma democracia com frações da burguesia nacional, portadora de interesses genuinamente nacionais.

Também no Brasil (conforme já apontava Lênin em 1902 para o caso russo), a luta armada, apartada da ação massiva do proletariado, confirmou-se como: "uma arma inoportuna, inoperante, que afasta os combatentes mais ativos de sua verdadeira tarefa". (LENIN, 2010). Apartados da perspectiva estratégica revolucionária de organização da classe

---

<sup>22</sup> Confira, *Escritos de Carlos Marighella*, 1979. Versão digital disponível no endereço: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>

operária, a luta armada no Brasil mostrou-se como elemento de desorganização e dispersão das forças revolucionárias

Exposta a estratégia que orientava a ação dos grupos, partidos e tendências que reivindicavam a direção da classe operária, mas que, em grande medida, haviam se afastado da atuação junto às lutas cotidianas ao proletariado, vejamos a seguir as forma de atuação do movimento operário e sindical pós-golpe burguês militar.

### **A perseguição ditatorial aos operários**

A ditadura bonapartista dá início às perseguições e torturas. Ainda em abril de 1964, Clodesmit Riani, eletricitário de Juiz de Fora, presidente da CNTI e do CGT nacional e, também, deputado pelo PTB mineiro foi preso e torturado em um quartel militar. No mesmo quartel e na mesma data Sinval Bambirra, do Sindicato dos Tecelões de Minas Gerais apanhou tanto que teve seu tímpano perfurado. Floriano Bezerra de Araújo, dirigente do Sindicato dos Salineiros de Macau e Deputado Federal pelo PTB do Rio Grande do Norte, foi preso no dia 15 de abril de 1964, sendo torturado no 16º Regimento de Infantaria, sofreu afogamentos e simulação de fuzilamento. Ainda: "Ao seu lado, dezenas de outros trabalhadores e sindicalistas foram também presos e torturados".

Também em abril de 1964, foram presos e torturados os dirigentes do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, Mario Soares Lima, Milton Coelho, que ficou cego devido às torturas, sendo que Manoel Jerônimo de Carvalho se suicidou após as torturas. Estes ficaram presos com mais 100 pessoas no quartel de Barbalho. (C.f: CNV, 2014, p. 75). Antonio Flores, militante do PCB e dirigente sindical, falou da cassação de 2000 sindicalistas e que: "quando se deu o golpe de 64, só no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foram levadas 2.800 fichas de delegados sindicais". (FLORES, ESCRITA ENSAIO, 1980, nº 6, p. 19).

Centenas de sindicalistas e militantes são cassados: "Em abril de 1964, o Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind decidiu intervir em pelo menos quarenta sindicatos no estado da Guanabara". (C.f: CNV, 2014, p. 71). Heloisa Martins registra a intervenção em 701 entidades sindicais pelo Ministério do Trabalho. (MARTINS, 1979, p. 99). De acordo com Camargo, no trabalho *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*, entre 1964 e 1965 existiam 2.049 sindicatos, dentre esses, 383 sofreram intervenções. Esta cifra sobre para 483 até 1970. Além dos sindicatos, a ditadura intervém ainda em 49 federações sindicais e em 4 Confederações. (CAMARGO, 1981, p. 130-131). Como reafirma Maria Hermínia Tavares de Almeida no trabalho *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*:

Usando de prerrogativa facultada pela legislação sindical, o Ministério do Trabalho, entre 1964 e 1970, praticou 536 intervenções em entidades sindicais, destituindo diretorias em exercício e nomeando interventores. Destas, 432 (80,6%) ocorreram em 1964 e 1965. Neste período, foram realizadas 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, atingindo 18,75 dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações existentes. No Estado de São Paulo, coração do sistema econômico brasileiro, 115 sindicatos e 7 das 18 federações sofreram intervenção ministerial. (ALMEIDA, 2008, p. 289).

No lugar dos representantes eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras, o governo militar designa interventores para os principais sindicatos do país: Joaquim dos Santos Andrade, em Guarulhos, Clemitre Guedes da Silva, em São Bernardo, Bernardino Testa, em São Caetano, Luiz Camargo, em Osasco, Isalino Canavezi em Sorocaba, Orlando Malvezi, Hermeto Menudes e Guilherme Paro em São Paulo. (MARTINS, 1979).

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ainda em abril de 1964, foi cassado o presidente Affonso Delléris (militante do PCB). O Sindicato permaneceu ocupado durante 10 dias por agentes do DOPS. No dia 10 de abril uma Junta Interventora, dirigida por assessor da Delegacia Regional do Trabalho - DRT, Breno de Oliveira Machado, prepara novas eleições. Joaquim dos Santos Andrade, também interventor, será o candidato com chapa única. Joaquim tornou-se conhecido no meio sindical pela alcunha de *Joaquinzão pelego*. No Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco foi cassado o presidente Conrado del Papa. Representantes escolhidos pela ditadura foram nomeados como interventores sindicais. Waldemar Rossi que, na ocasião do golpe, era operário na Sofunge, relata sobre o momento do imediato pós-golpe:

Bom, e aí veio o golpe. Caçaram os dirigentes sindicais. Aquilo que o partidão (PCB) dizia, que se houvesse um golpe, teriam armas... Estamos esperando até hoje as armas. [risos]. (...). Mas aí, o seguinte, nesse, quando foi cassado, quando as direções foram cassadas, veio em seguida a nomeação de interventores, e aí a minha surpresa: entre os interventores estavam todos aqueles que disputaram a chapa como oposição em 1963. Um dos nossos companheiros, lá da fábrica, era dessa chapa, ele não tinha nada na cabeça, de ideologia, era um lutador. Mas o núcleo em torno do Joaquinzão, Malvezzi, o Miguel Uertas, Cremilde Guedes e etc, essa turma era ideologicamente comprometida com o sindicalismo norte-americano, de derrubar os comunistas mesmo. O negócio era a Guerra Fria, eles queriam assumir os sindicatos para botar os comunistas para fora. Porque os principais sindicatos do país estavam nas mãos do Peceção (PCB). (Entrevista - Waldemar Rossi).

Os interventores não eram figuras desconhecidas do meio sindical, pelo contrário, eram; "representantes dos antigos grupos dirigentes desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB". (MATTOS, p. 103). Eram dirigentes conservadores, alguns ligados aos círculos

operários católicos, que articulados aos interesses da cúpula da Igreja católica apoiaram o golpe. (FARIA, 1986). Isso porque, o crescimento da esquerda concorria com o trabalho da Igreja no seio das classes trabalhadoras. A Federação dos Círculos Operários Católicos tinha Joaquim dos Santos Andrade como a sua principal liderança. (LEAL, 2011, p. 348). De acordo com Faria (1986, p. 116), em 1964 havia 60 Círculos Operários, agregando cerca de 200 sócios. Conforme registrou João Batista Cândido, um dos dirigentes da JOC e da Pastoral Operária, os Círculos "defendiam que era preciso unir patrão e operários e que o grande perigo era o comunismo". (CÂNDIDO, 2006, p. 8).

A repressão, cassação e dissolução dos partidos e sindicatos têm como fim último aumentar a exploração e liquidar as formas de contestação, assegurando a manutenção e incremento das taxas de acumulação, possibilitando o aumento rápido e significativo da extração de mais valor. Com as intervenções nos sindicatos, buscou-se reprimir, assassinar, enfraquecer e intimidar o proletariado, objetivando restringir as formas de defesa coletiva. Com isso, somado às fraudes do governo ditatorial (como a de 1973 denunciada pelo Banco Mundial), foi possível aumentar a produtividade do trabalho, com prolongamento das jornadas de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, ao mesmo tempo em que se pôde forçar para baixo o preço da mercadoria força de trabalho e, com isto, expandir a acumulação de capital pelos industriais, latifundiários e financistas.

As classes dominantes, por meio de seu aparato estatal, buscaram a fórmula clássica para sanar sua crise de dominação e realização de mais valor: esmagar os sindicatos e todas as outras organizações da classe operária. O mesmo foi feito com o proletariado espanhol durante a década de 1930 e com o proletariado alemão durante o nazismo (Cf. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. TROTSKY, 2011: *A revolução espanhola*. TROTSKY, 2014: MANDEL, 1985). Com o mesmo objetivo, o proletariado argentino também é golpeado em 1976 e em seguida o proletariado chileno. (C.f. *Insurgência obreira en la Argentina*, WERNER: AGUIRRE, 2007).

No Brasil, os sindicatos, sob domínio dos interventores ditatoriais, serão extensões diretas da ditadura para controle das atividades políticas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras, visando ampliar os lucros do patronato industrial. Peça importante da ditadura, as interventorias serão veículos diretos de comunicação entre o "espaço fabril" e a repressão burguesa-militar. A ditadura precisava assegurar um mecanismo de extensão de suas determinações até o cotidiano proletário e aos órgãos internos da classe operária. Instituiu e

empoderou os interventores como parte de seu bloco de poder. Este canal de comunicação era por onde passava as negociações de concessões, repressão e perseguição que objetivavam referendar a ditadura e as próprias interventórias.

Assim, formou-se um bloco de poder constituído pelos militares, sindicalistas pelegos, burguesia industrial, agrária e financeira. O caráter anti-operário da hegemonia burguesa militarizada é explícito. Outra forma utilizada para conter as oposições sindicais, foi que, o governo passou a proibir, a qualquer pessoa que tenha passado por seus órgãos de repressão, inocente ou culpado, de disputar eleições sindicais. É retomada a perspectiva da ditadura estadonovista de controle do proletariado via Estado/sindicatos. Recordemos que a perspectiva da ditadura Vargas foi de "transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado e não deixar, pelo abandono da Lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores". (VARGAS, 1938<sup>23</sup>).

### **Os sindicatos são convertidos em órgãos paraestatais**

Os sindicatos, sustentados com verbas expropriadas forçosamente dos salários pelo Estado, serão utilizados como importantes estruturas *paraestatais* para controlar a luta de classes. Funcionarão como instituições auxiliares e complementares do Estado militarizado, tanto para impor a compressão dos salários reais, assegurando a intensificação da exploração do trabalho e grandes lucros para os industriais. Além de entidades auxiliares no controle e repressão, os sindicatos também serão tomados como fornecedores de serviços sociais paraestatais. Funcionarão como uma forma de complementação da estrutura estatal no que tange às políticas de assistência, sendo utilizados como formas de suprir a falta de infraestrutura dos serviços públicos básicos como dentistas, médicos, advogados, clube de férias e bolsas de estudo. Com isso o Estado sai ganhando, pois determina onde e como os sindicatos devem investir seus orçamentos. O Patronato também ganha porque o sindicato afirma-se como uma ferramenta de contenção e subsunção da classe trabalhadora. E a burocracia sindical<sup>24</sup>, como gestão sindical que se coloca acima da classe proletária e em

---

<sup>23</sup> Discurso de Getúlio Vargas: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1933/09.11.pdf>

<sup>24</sup> Burocracia sindical, para nós, é toda a gestão sindical que se coloca acima da classe trabalhadora e opera direta e indiretamente em favor da manutenção do *status quo*. É uma forma de gestão e direção política que coloca o sindicato acima da classe. A manutenção das coisas como estão, assegura a manutenção de seus cargos como dirigentes e representantes. Burocracia sindical é toda diretoria, que assume o formalismo das instituições burguesas burocráticas à serviço da dominação. Ela é agente político da burguesia e de seu estado de coisas. Tende a posicionar-se como se fosse "independente da classe" e mais importante que a própria classe trabalhadora, como se a classe trabalhadora existisse como derivado do sindicato, e não o contrário. Abstrai-se

favor da dominação de classe, também ganha, pois encastela-se na estrutura e não precisa voltar para o chão de fábrica.

Além de intervir nos sindicatos e cassar dirigentes e militantes, com a ditadura, lançou-se mão de uma nova política salarial que viria completar o quadro necessário para implantar a superexploração e subsunção do operariado. Como sintetiza Singer:

Foram proibidos os reajustamentos salariais em intervalos menores de um ano. Os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salário foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotada uma política salarial uniforme para todo o país, de acordo com a qual as decisões sobre os reajustamentos salariais passaram da Justiça do Trabalho ao Governo Federal. O modo como esta política salarial foi posta em prática resultou numa redução ponderável do salário mínimo real e, por extensão, dos salários do pessoal menos qualificado, cujo nível está preso ao mínimo. (SINGER, 1982, p. 54).

A repressão estatal-burguesa dissolveu o poder de pressão e mobilização dos sindicatos, sufocando a luta de classes. Neste movimento pôde controlar a inflação. De acordo com Singer: “a inflação, que atingiu seu auge em 1964, começou a regredir daí em diante e, a partir de 1967, estabilizou-se ao redor de 20 a 25% ao ano”. (SINGER, 1982, p. 55). Até 1967 os salários acumulariam perdas reais em torno de 25%. (IDEM, p. 56). O controle dos salários era uma forma de conter a demanda por bens de consumo, por meio da obstrução da capacidade aquisitiva de grande parte da classe trabalhadora. Por outro lado, era também uma forma de diminuir os gastos com a folha de pagamentos, tanto no setor público como privado.

---

de que o sindicato é uma ferramenta de luta da classe trabalhadora e atua como se o sindicato pertencesse a diretoria que ocupa seus cargos. Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx apontou a burocracia como objetivação do *Estado político* contra o *Estado não político*, contra o proletariado. Entende que: “Na burocracia está pressuposta, principalmente, a 'auto-administração’”. (MARX, 2005, p. 64). Agindo como se fosse independente da classe proletária, utiliza seus conhecimentos políticos e técnicos a serviço da manutenção da dominação de classe. Atua como extensão do sindicato sobre a classe, faz com que as demandas da diretoria sindical, da gestão particular, controlem as demandas da classe trabalhadora. Barganha com representantes do Estado e do patronato. Trotski (1978) definia que “A burocracia sindical é a polícia do capital, muito mais eficaz que a polícia oficial”. Ela negocia concessões e contrapartidas a partir de demandas reais da classe trabalhadora (serviço de dentista, médico, bolsa de estudos, clube de férias, etc). Com contrapartidas reais, e utilizando-se *a larga manu* do “peso do aparato sindical”, reafirma sua sobreposição sobre a classe. O sindicato vira sujeito e a classe o seu objeto. Por isso a burocracia, *oca de espírito*, luta para controlar e barrar qualquer movimento extra-burocrático, ou anti-burocrático que ameace sua própria existência ou o poder da entidade sindical sob seu controle. À burocracia sindical, interessa manter o poder político centrado na diretoria do sindicato ao mesmo tempo em que se mantém e dispersão política da classe trabalhadora. A burocracia sindical só pode se sentir segura em sua posição se a classe trabalhadora mantém-se dispersa, como *classe em si*. A burocracia teme a possibilidade do avanço da *classe em si*, da posição na divisão social do trabalho como assalariados e produtores de mercadorias para *outrem*, em *classe para si*, que assume a forma de organização coletiva opositora em relação aos patrões. A burocracia, vivendo apartada do trabalho nas células produtivas, age como mediadora das relações entre capital e trabalho, torna-se uma secretaria a serviço da compra e venda da força de trabalho em favor do patronato. Sustenta a ilusão de que o poder da classe está na entidade sindical e não na classe organizada *para si*. Essa sobreposição encontra terreno, principalmente, em momentos de refluxo político ou desmobilização das lutas sindicais. (Para conceitos de *classe em si* e *classe para si*, confira *A miséria da filosofia*. Karl Marx, 2006 e *A ideologia alemã*. Marx e Engels, 2007).

Além das intervenções nos sindicatos, o direito de greve sofre restrição, os reajustes salariais passam a ser decididos pelo governo. Os partidos políticos são cassados. Parlamentares perdem seus mandatos, se exilam ou são exilados. Organizações sindicais são proibidas. As interventorias rapidamente buscam mostrar serviço à Ditadura. Conforme relata Waldemar Rossi, os interventores estavam "dedurando todo mundo, era um deus nos acuda e aprovando todas as medidas que vinham por decretos-leis, tentando convencer os trabalhadores de que era melhor para os trabalhadores, eram conflitos. Mas, enfim, o problema era esse". Ainda, com a defesa operada pela ditadura militar aos lucros das grandes empresas, essas aproveitaram para enxugar o seu quadro de empregados, promovendo uma onda de demissões, conforme aponta Anízio Batista<sup>25</sup>, que era operário na Metal-leve no período:

Aí nós tivemos uma, na época, nós tivemos uma baixa metalúrgica nas empresas, muito grande né. Inclusive nas indústrias automobilísticas né, Volkswagen, Ford, Mercedes, então foi um... Naquele tempo foi uma baixa muito grande de trabalhadores, ficou muita gente desempregada. Aí, quando foi em 1965, ela começou a levantar as empresas metalúrgicas. Aí eu entrei na Willis, na Lisovernado Brasil, e da Willis ali, eu trabalhei na Willis, a Ford comprou a Willis, então eu trabalhei 2 anos e meio pela Willis... (Anízio Batista).

Em 1965 passou a vigorar a "lei do arrocho" (Lei 4.725), todas as reivindicações relativas a salários deveriam passar pela Justiça do Trabalho, que avaliaria a sua legalidade ou não. Os reajustes salariais eram determinados a partir da equiparação com o salário real vigente nos últimos 24 meses, a seguir era multiplicado por um coeficiente pautado no aumento da produtividade estimado para o ano anterior e por fim acrescido pela inflação projetada para o próximo ano. (MARTINS, 1979, p. 136; SINGER, 1983). Por fora disso, estavam proibidas as correções salariais. Esta política salarial estagnou os salários, legalizou a política do arrocho e intensificou a concentração de renda no país. É isso que apontam os dados do período.

---

<sup>25</sup> Anízio Batista de Oliveira nasceu em São José do Rio Preto. O pai era carroceiro em uma fazenda nessa cidade. Mudou-se para Lins para ser colono de uma fazenda, cujo proprietário era um americano chamado Rodolfo Anis. Três anos depois mudou-se para Getulina (SP) para trabalhar em uma fazenda de café, desta vez como meeiro. Mudou-se para Marília aos 8 anos de idade. Depois de Marília mudou-se para São Paulo, em 1960, com 19 anos ingressou na indústria. Operário especializado como torneiro vertical, passou por 19 fábricas ao longo de sua trajetória. Participou da fundação da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo, militando nela até sua extinção. Participou ativamente na formação de comissões de fábrica durante toda a década de 1970, organizou e dirigiu inúmeras greves e atividades operárias, disputou eleições sindicais em 1978, foi candidato pela Oposição Metalúrgica à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo contra o grupo de Joaquinção. Participou da fundação do PT e da CUT, chegou inclusive a se candidatar ser eleito como Deputado Estadual em 1982. Desligou-se do PT em 1992.

Dada a importância da produção industrial para o país, o patronato e o Estado exerciam férreo controle sobre o operariado. Nesse contexto, o controle sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tinha especial relevância uma vez que, como aponta o estudo *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*, em 1969, a capital paulistana "reunia 21 das 50 maiores empresas do país. Em 1973 essa cifra sobe para 26". (CAMARGO, 1981, p. 16). Tratava-se de uma base operária que contava com centenas de milhares de trabalhadores. Entre as medidas implementadas a favor do patronato e contra os trabalhadores, está a mudança na Lei de estabilidade e implantação do FGTS em 1966, que reduziu em 90% o custo das demissões para o patronato. (HUMPHREY, 1979).

Em 1967 o governo revoga a “Lei de estabilidade”, Art. 492 da CLT, de maio de 1943, que determinava que: "O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas" (CLT, 1945). A “Lei de estabilidade” é substituída pelo FGTS. Estes trabalhadores normalmente recebiam salários maiores por conta dos anos de trabalho. Então em momentos de cortes de pessoal por conta de variações de vendas, etc, o patronato ficava impedido de demitir estes trabalhadores “mais caros”. Com a Lei do FGTS, formulada por Octávio Bulhões, L.G. do Nascimento e Silva, Roberto Campos e sancionada por Castello Branco, institui-se a legalidade da demissão desses trabalhadores, porém seria necessário pagar-lhes uma indenização (que é constituída mediante pagamento obrigatório feito pelo trabalhador e pelo empregador mensalmente). Com isso o patronato encontra maior facilidade para substituí-los por mão-de-obra mais barata, aumentando assim ainda mais a lucratividade das empresas. Além disso, estes trabalhadores eram também portadores de uma série de experiências de lutas e resistências decorridas em períodos anteriores (como destaca LEITE, 2009). Com a revogação desta Lei, o patronato encontra menores impedimentos para executar uma série de outras demissões, diminuir os custos com mão-de-obra e atuar de forma a dificultar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo com Paul Singer (1983), o FGTS: “reduziu extraordinariamente os gastos com a demissão de empregados. Deste modo, as empresas elevam a rotatividade (*turn over*) dos assalariados pouco qualificados, reduzindo constantemente a sua remuneração ao nível mínimo legal”. (SINGER, 1983, p. 58). O FGTS, como arrecadação compulsória de recurso, foi na prática, uma das formas de arrecadar fundos para criação de um Banco Nacional de Habitação, que tinha como fim investimento no setor de construção civil.

Ou seja, a implantação do FGTS foi antes de tudo uma forma de poupança forçada, imposta a classe trabalhadora. Além desta, o governo mantinha arrojado também os salários do funcionalismo, assim o Estado economizaria também com a despesa em salários do funcionalismo público. Segundo a concepção dessa política, tanto a iniciativa pública quanto a privada, dispunham de mais capital para investir, isso à custa da deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. Antes da implantação do FGTS, ao demitir um trabalhador o patrão devia indenizar o demitido na proporção de um salário integral (no valor mais alto da carreira) para cada ano trabalhado. Agora, de acordo com o Art. 2º da nova Lei<sup>26</sup>:

Para os fins previstos nesta Lei, todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas a depositar, até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração para no mês anterior a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT. (LEI No 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966).

Sendo demitido, o trabalhador teria direito a receber os depósitos correspondentes acrescido de mais 10% de seu valor:

Art. 6º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a depositar, na data da dispensa, a favor do empregado, importância igual a 10% (dez por cento) dos valores do depósito, da correção monetária e dos juros capitalizados na sua cota vinculada, correspondentes ao período em que o empregado trabalhou na empresa. (LEI No 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966).

Com isso o patrão é desonerado, pois a partir de agora só precisaria arcar com uma contribuição de 10% e não com uma indenização correspondente ao salário mais alto da carreira do empregado. O sistema de indenização mudou em favor do patronato. Em síntese, ficou muito mais barato demitir o trabalhador. Conforme relata Stanislaw Szermeta, que participou da luta contra a implementação do FGTS:

Antes você, cada ano que você era mandado embora... Então você tinha dois anos, então se você era mandado embora você tinha dois meses [de salário como indenização]... Você recebia o aviso prévio mais dois meses, um mês por ano que você tinha. Então chegava no décimo ano [...]. Então não era uma estabilidade, mas era uma boa indenização. Agora dizer para o pessoal hoje, muito mais ligado com necessidades imediatas que ele tem hoje, fica meio... Porque ele não conhece, não tem ideia, ele não tem ideia do que era. Porque o que ele recebe hoje de fundo de garantia, era o que ele recebia, melhorado inclusive com as situações. Você recebia do último salário, então se você trabalhava três anos, você entrou com 1.000, você estava com três mil, você saía com 9.000. Você saía mais do que o fundo. Era o último salário que retroagia. É que o governo passou a ideia de que esse fundo de

---

<sup>26</sup> <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/tributario/15107.htm>

garantia seria aplicado para fazer o BNH, ia fazer casas para os trabalhadores, os trabalhadores teriam mais condições de ter crédito, crediário e essas coisas. Então, houve uma luta muito grande. Bom, mais também que grande luta, se o parlamento, se tudo era travado, entende? Então passava o que o governo queria. Perdia a estabilidade dos 10 anos (...). (Entrevista - Stanislaw Szermeta)

Conforme aponta Stanislaw, para endossar a política do FGTS, o governo ditatorial argumentava que os recursos depositados mensalmente na conta do BNH seriam utilizados para construção de habitações que contemplariam a classe trabalhadora. No entanto, para que pudesse acessar o financiamento, o trabalhador teria que completar 5 anos na mesma empresa. Também teria que receber salário compatível com o valor do imóvel pretendido. Conforme podemos conferir em seu artigo 10:

Art. 10. A utilização da conta vinculada, para o fim de aquisição de moradia própria, é assegurada ao empregado que completar, depois a vigência desta Lei, 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa ou em empresas diferentes, de acordo com as disposições da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH), de conformidade com as instruções por este expedidas. (LEI No 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966).

Assim, dificilmente os recursos ao BNH podiam ser acessados pela maioria da população brasileira, aos 80% da população que recebiam rendas menores. Os economistas Jorge Miglioli e Sergio Silva (1983) apontam que o FGTS era utilizado pelo BNH para "financiar edifícios e serviços públicos para as camadas mais ricas da população, é um método fulminante de concentração de renda". (MIGLIOLI e SILVA, 1983, p. 168). Análise confluyente é feita também por Baer (1996), quando aponta que estes recursos foram utilizados "para financiar habitações para a classe média e alta, outras construções de infra-estrutura urbanas e não casas para os pobres". (BAER, 1996, p. 98). Como analisou Carneiro:

No plano doméstico, o Estado desempenhou um papel extremamente relevante no fornecimento de crédito de longo prazo. A partir das reformas de 1964-1966, os recursos da poupança compulsória por ele administrados por meio de instituições especiais de crédito, como o Banco Nacional de Habitação - BNH, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil - BB, proporcionaram crédito a taxas favorecidas para a acumulação de capital e constituíram a base do financiamento interno de longo prazo. Na frente externa, coube um papel decisivo à ampliação das facilidades de obtenção de financiamentos externos, diretamente pelas grandes empresas ou por repasses bancários. (CARNEIRO, 2002, p. 84).

Parte dos operários se recusou a aderir à nova lei. Até o final da década de 1970, nas pautas de sindicatos, permaneceria a luta contra o FGTS. Na prática, os resistentes à nova legislação foram aposentando-se e os novos trabalhadores que eram contrários se viam obrigado a aceitar o FGTS, assim, a nova Lei ditatorial venceu. Mas a derrota não foi

esquecida pela classe trabalhadora, pois durante a década de 1970 o operariado continuará lutando contra o FGTS e contra o arrocho salarial. Ao mesmo tempo, é intensificada a produção nas fábricas. Com essa legislação pró-patronal, com tropas nas ruas e nas portas das fábricas, multiplicará os superlucros do patronato.

### **Uma resposta operária ao golpe - surgem as oposições sindicais**

Toda a superestrutura sindical é cerceada e controlada pelo governo militar. Inicia-se um considerável refluxo dos movimentos de massa. Nessas condições foi possível manter sobre estrito controle as atividades sindicais e reivindicativas, intensificando exponencialmente a extração de mais valor e potencializando os lucros do patronato. E ainda, como as altas inflacionárias permanecem, com constante corrosão do poder de compra dos salários (a estagnação econômica perduraria até 1968), as pautas econômicas do sindicalismo se mantêm. Mesmo que enormemente reduzidas, as mobilizações e greves operárias continuam sendo deflagradas. Em 6 de novembro de 1965, os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos fazem uma paralisação de 1 dia. (MARTINS, 1979, p. 128). As altas inflacionárias e a política de controle dos salários levaram à desvalorização dos ganhos reais dos trabalhadores. Os sindicatos eram pressionados por suas bases e se viam obrigados a pleitear o reajuste de 80% junto ao TRT. Os sindicatos atuaram em conformidade com a Lei 4.330 (que ficou conhecida como a "lei anti-greve"). O patronato ofereceu 34%. A categoria deliberou pela greve em assembleia com 9.058 operários. Por fim o reajuste determinado pelo TRT foi de 45%. (C.f. FARIA, 1986).

Também no ano seguinte, em dezembro de 1966, atendendo todos os requisitos da Lei anti-greve (4.330), os operários da Metalúrgica Paulista S/A, que fabricava os fogões "Cosmopolita", contando com 1.200 operários, decidem por uma greve que dura 14 dias. Em 1967, no mês de maio, os operários da mesma fábrica fazem uma greve que dura 17 dias. Nesse mesmo ano, em 11 de novembro de 1967, iniciam uma greve que durará 333 dias, chegando ao seu fim em outubro de 1968. (MARTINS, 1979, p. 126). No ABC paulista, operários da Ford fazem greve de fome em 1966 e 1967. Essas duas greves parciais dotarão os operários da Ford da organização necessária para iniciarem uma greve envolvendo todos os operários dessa fábrica em 1968: "Essa greve foi sufocada pelo Segundo Exército quando os soldados entraram com armas em punho dentro da fábrica". (GALACHE. In: BRITTO, 1983, p. 8). Abramo (1999) também registra a atuação repressiva contra os grevistas, segundo a autora: "por ocasião da greve realizada em 1968, a Polícia Militar, armada de metralhadoras,

cercou a fábrica por solicitação da diretoria da empresa". (ABRAMO, 1998, p.129). Em 1968, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC era Afonso Monteiro da Cruz que, segundo Luciano Galache (operário da Ford durante a década de 1960), absteve-se da greve:

(...) Quando a greve começou, a maioria de seus diretores sumiram do Sindicato, o único que ficou foi o seu vice-presidente que tinha ordens da diretoria de dizer à imprensa que o Sindicato estava contra a greve e que isso era problema dos funcionários da Ford e que era pura responsabilidade deles e assim ficou do lado do patrão. (...) Depois da greve, diretores do Sindicato encarregaram-se de dedar toda e qualquer atitude tomada pelos trabalhadores da Ford. Com isso foram-se eliminando todos os líderes. Com esse trabalho foi conseguida a extinção da *Comissão* e a partir daí todas aquelas conquistas foram negociadas com a empresa em prejuízo dos empregados, mas os líderes do Sindicato que estavam ligados à produção na Ford continuaram a fazer um trabalho paralelo ao Sindicato, mantendo sempre os trabalhadores atentos. (Luciano Galache. In: BRITTO, 1983, p. 9).

O relato acima é importante porque mostra que mesmo com o golpe e com direções pelegas, os trabalhadores continuaram se organizando pela base, criando comissões e fazendo greves. Sentindo os efeitos da estagnação salarial, pressionado pelas bases e com seus cargos em risco, mesmo sob ditadura, nos anos 1964-1968, o sindicalismo busca manter certo grau reivindicativo. Conforme destaca Martins, com base na *Folha Bancária* de 1967:

Foi na II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, realizada na Guanabara, de 13 a 15 de novembro de 1967, que a luta contra a política salarial começou a expressar mais claramente o seu aspecto político. (...). A Conferência foi promovida pelas confederações e federações de trabalhadores e dela participaram '300 sindicatos de todo o Brasil' que 'debateram a política salarial do governo e tomaram deliberações no sentido de impulsionar a luta pela revogação pura e simples das leis de arrocho salarial'. Foram aprovados os seguintes pontos: 'revogação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; a realização da III Conferência de Dirigentes Sindicais na Cidade de São Paulo, no 1º de Maio de 1968, seguida de uma concentração operária em praça pública; o reconhecimento nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE - cujos estudos sobre a situação sócio-econômica dos trabalhadores deverão servir de base para a luta contra o arrocho, em todo território nacional'. (Apud: MARTINS, 1979, p. 157).

Os efeitos deletérios da crise econômica somam-se aos processos de resistência à ditadura. Setores do operariado militante reagrupam-se em oposição à ditadura militar-burguesa. As cassações de militantes e a implantação da interventorias obrigaram os militantes a buscarem alternativas para sua auto-organização, com isso inicia-se o processo de criação das oposições sindicais, onde podemos destacar duas principais, a de Osasco e a de São Paulo. Os militantes ligados a organizações de esquerda, como PCB, Organização Política Revolucionária Política Operária (POLOP) - Partido Operário Revolucionário (POC), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT, que se inspirava diretamente em J.

Posadas), entre outros, militavam de forma clandestina, mas viam nas oposições sindicais um espaço em que podiam fazer a luta política de forma legal aberta. Por isso a história da oposição sindical, tanto em Osasco como em São Paulo, mistura-se com a história das organizações de esquerda.

A articulação entre militantes clandestinos, semi-clandestinos, de organizações de esquerda, militantes "independentes" e militantes oriundos da esquerda católica pode ser verificada desde as primeiras eleições sindicais pós golpe. A primeira eleição, para os sindicatos metalúrgicos de São Paulo e Osasco, foram realizadas em 1965, em ambos tratou-se apenas de um processo pró-forma, uma vez que as principais lideranças sindicais cassadas estavam impedidas de participar do pleito. Apenas nas próximas eleições, em 1967, o reagrupamento das forças militantes redundou em duas chapas de oposição aos pelegos, as duas chapas são batizadas de "Chapa Verde", sendo uma em São Paulo e outra em Osasco.

Em São Paulo, a Chapa Verde, formulando suas primeiras críticas às interventórias, representou na verdade uma tímida re-aglutinação de forças militantes dispersas pela ditadura. Não inclui ainda o combate consistente à estrutura sindical ou mesmo o foco na criação de comissões de fábricas independentes do sindicato, como se fará durante a década de 1970. Era uma reagrupação de forças militantes para retomar o sindicato da Diretoria pelega. Ao mesmo tempo, pelas experiências recentes no movimento operário de São Paulo, essa nova camada de militantes desenvolve muitas críticas à forma como o PCB dirigia o Sindicato antes do golpe militar-burguês, compreendida como uma forma de sindicalismo cupulista (que é uma forma de atuação sindical sem organicidade com os operários no chão de fábrica e nucleada em torno das diretorias dos sindicatos). O próprio PCB, pós o golpe militar de 1964, admitia essa crítica. Conforme podemos verificar em artigo publicado no jornal do partido, *Voz Operária*, em maio de 1966, assinado por Carlos Oliveira:

Antes do golpe de abril, apesar da orientação e das recomendações em contrário, camaradas e organizações diretamente responsável pelo trabalho junto à classe operária, apoiavam-se principalmente nas cúpulas sindicais e nos sindicatos. A atividade nas bases, isto é, nos locais de trabalho, nas empresas, foi subestimada e quase não era realizada. E quando o era representava apenas um elemento auxiliar da atividade das cúpulas sindicais. Com o golpe, as lideranças sindicais foram ameaçadas, demitidas, presas, etc, e os sindicatos invadidos, depredados e entregues aos interventores da escolha e confiança da ditadura. Resultado: o movimento operário ficou sem pé nem cabeça. Por que? Porque não chegava a ser realmente um movimento operário, mas simplesmente um movimento sindical, economicista, estruturado e apoiado pela cúpula, sem o mínimo de organização pela base. A atividade do Partido junto aos trabalhadores tinha um caráter predominantemente sindicalista, reformista, não revolucionário. Na prática ou no fundamental éramos

simples força auxiliar das cúpulas sindicais e dos sindicatos. (...). (VOZ OPERÁRIA, maio de 1966, p. 37).

No *Voz Operária* de outubro de 1966, em texto assinado por Mauro Brito, a mesma caracterização é publicada novamente pelo PCB: "Um problema esta mais ou menos claro: o movimento sindical estava assentado na cúpula. O Partido se apoiava nos dirigentes sindicais e não nas organizações de base, para o trabalho partidário entre os trabalhadores". (*Voz Operária*, outubro de 1966. Idem, p. 43). Por outro lado, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo surge contrapondo-se a tal forma de atuação sindical. Intentava organizar-se desde as fábricas. Conforme relatou Cleodon Silva:

(...) eles [do PCB] levantavam a bandeira da unidade sindical que é a unidade dos trabalhadores, uma coisa importantíssima, mas a forma como eles entendiam a unidade era a unidade das direções sindicais dentro da estrutura sindical. Porque a questão era se você tinha o controle da direção, da máquina sindical, a máquina sindical movimentava os trabalhadores e era exatamente aí que ia se dar o nosso embate. Muitas greves antes de 64 eram feitas por telefone, era esquema totalmente de cúpula ou então você mandava um carro lá na porta da fábrica, eram de esquemas. A parte efetiva da participação dos trabalhadores não existia, era de algumas lideranças. Então a proposta que trazia a Oposição Metalúrgica era uma proposta da organização independente dos trabalhadores a partir das bases e pra isso necessariamente teria que haver um processo de educação política, um processo de desenvolver uma pedagogia até no sentido do entendimento do que seria a luta operária. Na verdade era um recomeço da organização sindical com essa massa nova que falei vinda do campo. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

O governo militar, para referendar as interventorias frente aos trabalhadores, convoca eleições sindicais. Contando que os ex-dirigentes críticos ao regime e ao golpe estavam impedidos de concorrer às eleições para os principais sindicatos: "Com isso, aconteceu o seguinte, no ano de 1965, toda a turma de interventores que estava atuando em outros sindicatos com interventores foram juntados aqui em São Paulo para fazer a primeira eleição aprovada pela ditadura militar". (Waldemar Rossi). Pergunto a Waldemar se o objetivo das eleições era referendar os interventores ditatoriais:

Sim. Claro. E garantir a continuidade de interventores através de outros né, nos outros sindicatos, mas juntar um núcleo em São Paulo que era a questão do pensamento sindical nascia daqui. E aí, eu fui procurado por alguns militantes do Partidão, para a gente formar uma chapa de oposição, e eu falei: 'Olha, não temos condições de formar uma chapa de oposição, porque a maioria do pessoal conhecido está cassada, está fora da categoria, nós nem temos conhecimento. Mas, mais do que isso, uma chapa de oposição para tentar ganhar a direção do sindicato é muito pouca coisa. E estou mesmo interessado em um movimento de ruptura com a estrutura sindical'. Aí soltei o verbo... Ah, mais isso eles não concordavam. Não... Então eu falei: 'Tá bom, Vocês podem fazer aí se vocês quiserem, mas eu não... Eu conversei com outros companheiros, eles também concordaram comigo'. Em 1967 saiu. Saiu a

chapa de São Paulo e saiu ao mesmo tempo a chapa de Osasco. (Entrevista - Waldemar Rossi).

### **Mas então em 1965 renovou as interventorias?**

Foi chapa única. Teve um outro cara que fez uma chapinha lá mas era só para dizer... Era farinha do mesmo saco. Era só pra dizer que... Então, no ano de 1967, porque era de 2 em 2 anos a eleição, veio outra eleição. (...). Por isso, no ano de 1967, nós formamos uma chapa de oposição aqui, composta com antigos militantes do PC e uma chapa de oposição em Osasco. Só que Osasco tinha uma estrutura: comissão de fábrica da Cobrasma, organização que avançava na Brás-eixos e nas outras fábricas. Eles ganharam estourados. Aqui era totalmente diferente. Nós éramos praticamente desconhecidos. (Entrevista - Waldemar Rossi).

Nas eleições de 1967, bem como nas eleições de 1972, as duas primeiras em que a Oposição de São Paulo participou, ainda não se tinha um programa sindical claro. Também não se trata de um tipo de sindicalismo revolucionário como comunidade de produtores associados sobre conselhos operários que pautasse a derrubada da ditadura militar, ocupação de fábricas, autogestão ou algo do gênero. Nesse pleito eleitoral a Oposição era uma frente de sindicalistas e correntes políticas que se unem para disputar o Sindicato, sem um programa próprio. Ao longo da década de 1970 a Oposição ganhará cada vez mais características de um fórum de correntes da esquerda. No entanto, uma definição realmente mais clara só surgirá depois de 1975 e um programa básico só será definido em 1976/1977. Até lá, o que dá coesão a Oposição é organizar as bases operárias nas fábricas.

A chapa de oposição de São Paulo é encabeçada por Waldemar Rossi (militante da ACO - Ação Católica Operária) e composta por militantes "independentes", membros do PCB e militantes cristãos (C.f. FARIA, 1986: BATISTONI, 2001: IIEP, 2014: GEP/Urplan, 1982). Traz no seu programa: luta contra a lei do arrocho, revogação da "lei anti-greve", revogação do FGTS<sup>27</sup>, contra a carestia, criação de subseções, defesa de assembleias gerais. A Chapa Verde de São Paulo, e a formação de uma oposição sindical, representava uma forma de reorganização dos militantes que haviam sido dispersos pela ditadura. Conforme relata Cleodon Silva, uma das principais lideranças da Oposição Metalúrgica de São Paulo:

Então a Oposição Metalúrgica surge a partir de diversas experiências, desse resto de liderança que sobrou e da militância nova da esquerda, muitos deles vindos da militância estudantil e outras que se aproximaram do movimento operário e que iniciaram um novo processo de luta tentando fazer a crítica a algumas concepções do passado e tentando se relacionar com o que poderia se chamar o Movimento

---

<sup>27</sup> A implantação do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - abolia a estabilidade que o trabalhador conquistava ao completar 10 anos de trabalho na mesma empresa. Cria um sistema de contribuição compulsória para arrecadar fundos financeiros que serão utilizados em investimentos públicos e privados. Confira: [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res\\_0046\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res_0046_v1_O.pdf).

Operário Internacional. Eu acho que é aí que vai se dar realmente a construção da Oposição Metalúrgica, ela vai ter experiências novas mas já enfrentando uma corrente dominante do Movimento Operário Internacional que era a orientação da União Soviética, orientação stalinista e essa representada aqui pelo PCB, mesmo que a gente não tinha contato direto, eles tinham a participação e sempre mantiveram a presença no movimento operário. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

A chapa da situação, encabeçada por Joaquinzão, defenderá um programa parecido com o da Chapa Verde, com "revogação do FGTS", "revisão da lei de greve", "manter a luta pela liberdade e autonomia sindical", "luta em defesa da indústria nacional contra a desnacionalização do parque fabril brasileiro". Ainda, coloca-se como uma chapa combativa, reivindicado a greve de 3 dias em 1965. Reafirmando-se como órgão *paraestatal*, em seu programa consta ainda a ampliação da assistência médica para esposa e filhos de associados, incluindo operações gratuitas para dependentes, ambulâncias, cursos sindicais, aumento do número de bolsas de estudos para os filhos dos associados (já existiam 1.323). (FARIA, 1986). Com tal programa e em posse da máquina sindical, com apoio estatal, a chapa de Joaquinzão conseguirá manter-se no poder, como recorda Waldemar Rossi:

(...) [nas eleições de 1967] nós perdemos. Segundo um dos que participaram da chapa com o Joaquinzão, nós perdemos na contagem de votos e não na votação. Eu não acredito. Eu acho que nós perdemos mesmo porque não tivemos a estrutura suficiente. E, aqui, eles estavam introduzindo o modelo do sindicalismo assistencialista, com a construção do ambulatório médico, começaram a criar aí a cooperativa de consumo, desviando o sentido do sindicalismo né. Bom, perdemos, mas qual foi a oportunidade, foi de fazer a propaganda de que sindicalismo verdadeiro acontece dentro das fábricas, na organização dos trabalhadores... E que era preciso a gente derrubar os pelegos, ocupar o sindicato para fazer sindicalismo de base e tal. Segunda coisa, que eu pelo menos, nos meus discursos colocava: 'temos que fazer avançar para um dia chegar a construção de uma central rigorosamente independente de partido, de patrões, da Igreja, do raio que o parta, da classe trabalhadora. Então, isso já em 1967. Bom, enfim, aí começa o processo, naqueles anos, logo isso tudo, em 1968, aí você tem toda a história de Osasco, você já sabe tudo o que aconteceu no Primeiro de Maio, Minas, depois, de junho, a greve... Ao lado disso, nós tínhamos uma conjuntura internacional revolucionária, né... Tinha acontecido a Revolução da China, a Revolução aqui em Cuba, outros países vinham... A Coréia, Vietnã em guerra... Então, na França, na Inglaterra, na Alemanha, mas na França foi o mais forte, aquela greve com ocupação da fábrica e o sequestro, digamos assim, da direção da empresa. Se eu não me engano foi a Citroen/Renaut, bom, enfim. (Entrevista - Waldemar Rossi).

A Diretoria presidida por Joaquinzão vai para as disputas eleitorais do sindicato de 1967 trazendo consigo reajustes salariais pleiteados e conquistados junto ao Tribunal Regional do Trabalho em 1965. Ainda que dentro da legislação prevista, tinha inclusive decretado greve em 1965. A ditadura militar apoiava a Diretoria do Sindicato, o que significaria ampliação dos serviços sociais oferecidos pelo sindicato, que pode ser visto como

"competente" no que tange ao atendimento de demandas sindicais econômicas, como médicos, dentistas, advogados, bolsas de estudo e clube de férias. Em meio às concessões, enganações e perseguição aos militantes, sindicalista e às oposições ao sindicato, utilizando-se das vantagens da estrutura e recursos do sindicato e dizendo-se capaz de fazer greve, a gestão de Joaquinão, Orlando Malvezi e Otávio Siqueira (ex-militante do PCB) consegue mobilizar pequenas quantidades de votos: 10.335 votos, enquanto a Oposição recebe 6.649 votos naquele pleito. (GET/Urplan, 1982, p. 11). O PCB colocou um militante em cada chapa, no entanto apoiou a chapa 1 de Joaquinão presidente e Siqueira como vice presidente. A ideia do PC era organizar uma chapa de oposição nas eleições de 1969 com Siqueira presidente e Hermeto Mendes Dantas (que também era próximo do partido), como vice-presidente. Em 1969 tentam colocar essa ideia em prática, mas a oposição não aceitou. (FARIA, 1986).

A Oposição sai derrotada, mas ao mesmo tempo, a porcentagem de votos atingida, somada a uma conjuntura onde emergiam novas lutas sociais e operárias daquele 1967-1968, acabou por servir como estímulo à aglutinação e coesão daqueles militantes. Forma-se um grupo de 20 militantes que se encontram semanalmente. Em 1968 é formada uma coordenação geral para a Oposição, faziam parte dela Salvador Pires, Waldemar Rossi, Olavo Hansen, do POR(t) - Partido Operário Revolucionário Trotskista (de orientação posadista), Elísio Vieira da Rocha, Raimundo Moreira e João Chile. Estes se reúnem antes das assembleias e discussões do Sindicato. (FARIA, 1980). De acordo com Batistoni (2001, p. 46), ainda em 1968, novos militantes das correntes políticas integram-se à Oposição Sindical: AP (Ação Popular), OCML - Organização Comunista Marxista-Leninista - Política Operária, e a corrente posadista Organização 1º de Maio (uma cisão do PORT). De acordo com material publicado por essa última organização, intitulado *Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado*: "As oposições sindicais (...) foram os organismos por onde os trabalhadores se organizaram para lutar contra os pelegos nos sindicatos, contra o regime, o governo e sua política de arrocho, expressando principalmente através delas seu descontentamento". (Organização Comunista 1º de maio, 1971, p. 394). Em outro trecho continuam:

Saídas das chapas de oposição aos pelegos, estas oposições sindicais aglutinavam os elementos jovens, os mais combativos de sua categoria, para lutar dentro e fora dos sindicatos, porém não conseguindo traçar satisfatoriamente um programa de luta para os trabalhadores. Caracterizavam-se como oposições, por estarem desatreladas dos aparelhos pelegos governamentais, por sua contestação aos interventores, ao peceção [PCB] e a audácia ante a ameaça policial. Porém, faltava-lhes o programa

de lutas que lhes permitisse e orientasse sua solidificação como uma direção alternativa para as massas. (Organização Comunista 1º de Maio, 1971, p. 394).

A Oposição de São Paulo não possuía ainda um programa alternativo para a estrutura sindical ou um programa político coeso para a classe operária. Seu programa era a retirada dos pelegos da gestão sindical por meio de eleições. Ao longo de sua trajetória a Oposição de São Paulo vai construindo um programa, para isso foi determinante a experiência dos operários de Osasco, que criaram comissões de fábrica independentes, ganharam o sindicato e o colocaram a serviço da luta operária. Também, as organizações da esquerda marxista influenciaram sobremaneira na definição programática e na forma de ação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. De acordo com artigo publicado por Stanislaw Szermeta, militante da oposição desde a década de 1960:

No campo da esquerda marxista organizada, fora da tradição da esquerda reformista, se destaca a presença da Ação Popular (hegemônica até 1971), o POC e a POLOP (com forte influência a partir de 1972 e durante toda a década de 1970), o MR8 (entre 1973 e 1977), grupos trotskistas (entre eles os posadistas, o Grupo 1º de Maio, a Libelu). Durante toda a vida da Oposição, sempre houve presença de alguns militantes do PCB (na sua variedade e sub-grupos), embora a maioria destes tenha passado de mala e cuia, a partir de 1978, a apoiar o tradicional pelego Joaquinção. Em síntese, poderíamos dizer que a principal influência foi, sem dúvida, da esquerda marxista não reformista. (SZEMETA, 2006, p. 58).

Desta forma, co-habitada por uma variedade de organizações, tendências e correntes políticas, ainda de acordo com Szermeta: "É grande influência que a esquerda trouxe para a política e a prática da Oposição. Trouxe uma profunda crítica ao reformismo, ao cupulismo, ao stalinismo, ao burocratismo". (2006, p. 58). Entre as principais contribuições que essas organizações levaram à Oposição estão também as referências do marxismo que comporiam suas análises e atuação cotidiana: "Trouxe para as análises, para as propostas e para a ação concreta as referências marxistas do classismo, da luta de classes, da independência de classe, da autonomia política e ideológica dos trabalhadores. Uma visão anti-capitalista, sem conciliação de classes". (SZERMETA, 2006, p. 58). Com isso, fortalece-se as oposições sindicais, como relata Anízio Batista:

(...). Aí, nessa época, por exemplo, 1964 até 1968, por exemplo, em São Paulo, já começou a organização da Oposição Sindical, entendeu. Em São Paulo por exemplo, a primeira... Porque aí, com o golpe militar, a gente teve muita gente presa, muitas lideranças presas, metalúrgicos, muita gente banida do país, muitos metalúrgicos também trocaram de categorias, né, para não ser perseguido né, entendeu... Então a gente começou a organizar. Mesmo eu, trabalhando em São Bernardo do Campo, nós tínhamos organização em São Paulo também. (Entrevista - Anízio Batista).

Opondo-se aos pelegos, agentes a serviço da ordem burguesa ditatorial, e a forma de sindicalismo praticada pelo PCB até então, entendido como um sindicalismo centrado em torno da Diretoria do Sindicato e distante das bases operárias, a Oposição constrói-se como uma via de sindicalismo de base contrário a estrutura sindical estatal. Conforme relata Sebastião Neto<sup>28</sup>, que em sua militância fabril desempenhou importante papel organizativo na Oposição de São Paulo:

(...) a Oposição, tem uma parte grande dela, ou a parte que construiu uma espécie de ideário da Oposição, que tinha uma visão muito anti-burocrática, muito horizontal. Talvez a gente não tivesse teoria para isso, mas talvez porque a gente tenha sido formado muito na recusa, a experiência muito recente de 1964, do Partidão (PCB), aquela coisa que a gente achava cupulista, certo, a gente chamava de mandonismo, que era de cima para baixo, que era o sindicato fora da empresa... Então, nós fomos muito ganhos por uma visão de trabalho de base... Eu era um militante comunista com uma formação muito anti-stalinista e muito anti-sindicalismo tradicional. Agora, aquilo... Boa parte da não resistência ao golpe vem de um tipo de sindicalismo feito fora da empresa. Agora, tem uma ideia que é gestada entre uma parcela de origem cristã de esquerda, e, uma parcela da esquerda revolucionária, que eu chamo... Que muito rapidamente, já no 1967, que eu não militava na Oposição, gera uma ideia muito matriz que era: trabalho de base, autonomia das organizações dos trabalhadores, independência em relação à estrutura sindical, ser uma coisa contra a estrutura sindical. Então, eu me formei nesse clima, então não tem trauma, não tem ruptura, tem uma postura, né. Uma postura de jovem que talvez até tivesse que ter valorizado mais o que o Partidão fez antes, mas o que a gente conseguia enxergar naquela época era só a visão crítica, hoje a gente sabe o papel fundamental que eles tiveram, a importância deles no pós-guerra até 1964... Mas lá [pós golpe], eles e eram uns caras muito ruins. E a gente era assim... Talvez a gente nem soubesse o que queria, mas tinha certeza do que não queria: 'Nós não vamos ser iguais a esses caras, esses caras fizeram uma merda, senão o golpe não teria sido tão fácil', né... (Entrevista - Sebastião Neto).

Buscando negar a forma como o PCB atuava no sindicalismo, a Oposição agrega uma nova camada de operários militantes que, enquanto totalidade, ainda não possuíam um ideário organizado e coerente, um programa, mas compartilhava da necessidade de auto-organização e da crítica à estrutura sindical.

Além do programa sindical, militantes e dirigentes sindicais de São Paulo e Osasco compartilhavam de um mesmo "caldo de cultura" no que tange às ideias da esquerda daquele momento, sopradas pelos ventos da revolução cubana e da resistência no Vietnã. Entre os principais operários e estudantes influenciados pelo "clima político de 1968", estavam Zequinha Barreto, operário da Cobrasma e estudante de Ciências Sociais da USP, e Roberto

---

<sup>28</sup> Sebastião Lopes Neto, que nasceu em Goiânia/GO. Iniciou sua militância no movimento secundarista em Brasília, mudou-se para São Paulo em 1969. Trabalhou em diversas fábricas ao longo de sua vida, compondo desde o início da década de 1970 a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Integrou a organização política POR - Partido Operário Revolucionário. Foi da direção nacional da CUT em 1986 e compôs a executiva de 1988 a 2001. Trabalhou basicamente na região da Mocca e Santo Amaro até 1990. Também compunha as chapas da Oposição que disputaram eleições sindicais metalúrgica em 1981, 1984 e 1987. Compôs o Grupo de Trabalho dos Trabalhadores na Comissão da Verdade com secretário.

Espinosa, também operário da Cobrasma e estudante de filosofia da USP. Como recorda Stanislaw<sup>29</sup>, os principais dirigentes do movimento operário e estudantil de Osasco:

(...) lia o que estava na linha de ponta: *Revolução na revolução* do Debret, tinha os escritos do Guevara, e tinha os informes, os escritos sobre o Vietnã, da resistência no Vietnã. Tinham cursos, por exemplo, o CEU - Circulo Estudantil Osasquence, eles davam esses cursos. Esse pessoal todo, tanto o Ibrahim como o próprio Espinosa, e todo o pessoal do Circulo, da direção do Circulo, eles, o Barreto, eles davam esses cursos. (...) Cheguei a participar desses cursos, não com tanta regularidade... Era na boca da noite, então era coisas que primeiro tinha que esvaziar, para depois fazer a reunião... A confiança era relativa, então você tinha que correr os riscos da melhor forma possível, com mais cuidado possível. Você tinha, principalmente do pessoal que vinha do movimento estudantil, pessoal alfabetizado, tinha uma carga muito grande de marxismo na cabeça. Tinha uma carga muito grande sobre a exploração capitalista... Então era assim, as lideranças, e foi bom porque era todo um conjunto de liderança estudantil que vinha do movimento secundarista, estava já encaminhado para o movimento universitário e que voltava, e que fazia esse link, fazia essa vinculação das lutas. (Entrevista - Stanislaw Szemeta).

Além da auto-organização nos locais de trabalho, grupos de discussão e comissões de fábrica, somam-se ainda as atividades e organização das Sociedades Amigos de Bairro, como relata Cloves de Castro, que militava em São Paulo:

Ao nível da Sociedade Amigos de Bairro, a gente, trabalhando e bastante, ainda existiam condições... o Regime não tinha endurecido muito né, e a gente está fazendo esse trabalho. E, na região, tinha o Plenário... *Plenária da Sociedade Amigos da zona sul*, que ela se reunia uma vez por mês e congregava todas as sociedades amigos do bairro da região, tá certo, onde eram discutidos problemas da região e tal. Quem realmente introduziu, que introduziu o novo, uma nova forma, fomos nós, na Vila Moraes, fui eu praticamente, fui eu... Entendeu, que sempre estava levantando problemas relacionados com o dia a dia. Não só a questão do asfalto, do transporte, da luz, do calçamento, tá certo. (Entrevista - Cloves Castro)

Em Osasco, a estratégia das oposições tem maior êxito, porque os trabalhadores, já no início de 1962 haviam começado uma articulação interna na principal fábrica da região, a Cobrasma (Companhia Brasileira de Material Ferroviário, instalada na cidade em 1944), tendo conquistado a comissão de fábrica e fazendo um importante trabalho de base. Esta

---

<sup>29</sup> Stanislaw Szemeta, nasceu na Alemanha Ocidental. Migrou para o Brasil em 1949, na Vila Iara, Osasco. Seu primeiro emprego foi aos 14 anos, na indústria de máquinas de costura Leonan, na Lopoldina. Depois foi trabalhar numa indústria de madeira no Jaguaré, e um ano depois empregou-se na Braseixos no final de 1959, onde trabalhou até fevereiro de 1968. Participou da greve do abono em 1963, greve geral pelo décimo terceiro completo. Em 1967 começou a participar do movimento estudantil em Osasco, onde conheceu os principais dirigentes operários e estudantis da cidade. Começou a militar como ativista em 1966-1967. Ingressa no POC - Partido Operário Comunista depois da greve na Cobrasma. Em 1969 empregou-se na Sofunge, onde trabalhou até 1970. Depois disso passou por várias outras pequenas fábricas. Foi preso, submetido à tortura em 1971, permanecendo nessa condição até 1973. Em 1974 empregou-se na Caterpillar. A partir disso, voltou a organizar os Grupos de Fábrica em São Paulo, tomado parte na formação da Oposição Metalúrgica de São Paulo, onde atuava na organização dos Grupos de Fábrica, Comissões de Fábrica, no Interfábricas e Comandos de fábrica. Militou no POC, de 1968 a 1973. Participou das principais campanhas políticas e eleições sindicais durante a década de 1970 e 1980.

perspectiva de organização pela base contra a política sindical da ditadura será vitoriosa em Osasco, onde o golpe militar também não conseguiu calar de vez o movimento operário.

### **Oposição Metalúrgica em Osasco**

Feita essa apresentação inicial sobre o papel das oposições sindicais em São Paulo e em Osasco, aprofundaremos a leitura sobre esses processos. O caso de Osasco é particularmente importante porque, conforme assinalamos anteriormente, nessa região a chapa de oposição foi vitoriosa em 1967. Embora as reflexões, debates e experimentações sobre lições táticas e estratégicas, de condução da luta operária e sindical em relação ao patronato e à ditadura, perpassem Osasco e São Paulo, é preciso diferenciar a extensão da base dessas regiões. Osasco possuía um parque industrial relativamente restrito se comparado a São Paulo.

O Sindicato Metalúrgico de Osasco havia se separado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, isso porque Osasco emancipou-se em 1962. Dessa forma, abriu uma grande vantagem para a oposição fabril de Osasco. O recém criado Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco não era um aparato gigantesco como o de São Paulo. O parque fabril do novo município era menor e mais concentrado. A Cobrasma era a fábrica de maior importância na cidade e em torno dela estavam localizadas todas as principais empresas dali. Contando com um pequeno parque industrial concentrado e uma Diretoria sindical menos expressiva, tendo, por outro lado, um movimento operário organizado pela base, em Osasco a Oposição encontrou campo fértil para se desenvolver.

Já São Paulo, possuía uma base objetiva muitíssimo mais ampla com cerca de 250 mil operários (números de 1975), dispersos pela capital paulista em muitas fábricas de pequeno e médio porte. (FARIA, 1986). Como era um sindicato com receita financeira muito mais expressiva e com maior poder de atuação política, as disputas pelo aparato atingiam proporções destacadas. Dessa forma, sob o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, recaía maior vigilância do Estado e das forças repressivas. As formas organizativas pautadas na "democracia operária", com curso de formação "Vanguarda de fábrica" em Osasco e a "Frente de trabalhadores" em São Paulo, a auto-organização horizontal é característica dos dois processos.

Conforme veremos, ao analisar o processo de auto-organização em Osasco, esta vitória da oposição e sua chegada ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco é atribuída, tanto por militantes de Osasco como de São Paulo, à formação prévia de uma forte comissão de

operários dentro da Cobrasma, apoiada por um forte movimento estudantil e pela formação de grupos chamados de "Vanguarda de fábrica", onde militantes de correntes políticas e militantes independentes se organizavam com operários para discutir o movimento sindical, a organização de greves e cursos teóricos. Uma vez que se chega à conclusão da importância da comissão autônoma, em São Paulo buscar-se-á copiar este modelo que deu certo.

### **Movimento operário em Osasco**

Durante o governo Juscelino Kubitschek, instalou-se em Osasco a Brown Boveri (1957), Braseixos Rockwell (1959), Ford-Motor do Brasil (1959) e White Martins (1960). A instalação dessas fábricas contribuía para ampliar e fortalecer o movimento operário na cidade. Na década de 1960, 80% dos postos de trabalho na cidade decorriam da atividade industrial. (MIRANDA, 1987, p. 55). A Cobrasma instalou-se em Osasco ainda em 1944 e, em 1963, contando com expressivo contingente operário, era o principal foco das mobilizações grevistas da cidade.

**Tabela 3 - Número de Funcionários Cobrasma - 1946-1998**

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1946	492	1982	3.595	1991	2.785
1949	1.039	1983	2.962	1992	2.316
1960	2.538	1984	4.453	1993	2.011
1964	6.833	1985	5.315	1994*	1.923
1965	4.279	1986	5.361	1994**	818
1970	2.764	1987	3.756	1995**	356
1975	5.421	1988	3.902	1996**	300
1980	5.359	1989	4.173	1997**	149
1981	4.285	1990	3.729	1998**	52

Fonte: Cobrasma, 1994. Dados para 31/12. Apud, MOTTA, 2006, p. 67.

O movimento operário de Osasco confluía com as mobilizações nacionais, tomaram parte na greve dos 300 mil em 1953, na greve dos 500 mil em 1957 e na greve dos 700 mil de 1963. Entre as mobilizações políticas em Osasco, colocava-se também a luta para emancipar-se da cidade de São Paulo, buscando constituir-se como cidade autônoma. Assim iniciou-se o Movimento emancipacionista que realizou os plebiscitos de 1953 e 1958. A emancipação só viria em 1962. Esse movimento iniciou-se com o protagonismo das classes médias, pequena-burguesia, comerciantes e profissionais liberais, mas ao longo do processo foi envolvendo cada vez mais setores do proletariado e do movimento estudantil secundarista. Hirant Salazar foi o primeiro prefeito da recém criada cidade. Com a emancipação da cidade tornava-se possível ter um sindicato próprio. Conrado Del Papa do PSB, buscará encaminhar os

trâmites. (MIRANDA, 1987, p. 53). Contando com o apoio do PCB, Conrado Del Papa elegeu-se com chapa única para a presidência do novo sindicato.

No entanto a presidência de Del Papa duraria pouco, pois no dia 8 de abril de 1964 foi cassado, em seu lugar, a ditadura designou Luiz Camargo como interventor. O prefeito Hiran Salazar também foi cassado pelos militares e substituído por Marino Pedro Nicoletti, membro do partido dos militares (ARENA). Segundo Ibrahim (1972), Camargo era oposição pela direita no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo junto com Malvezzi. Será ele quem organizará as eleições para 1965. De acordo com Ibrahim:

Saiu uma chapa única articulada pelo próprio interventor com elementos que ele pescou nas fábricas, gente sem militância e experiência e com membros da FNT, cuja presença garantiu certa representatividade. Essa nova diretoria não podia ser qualificada de corrupta ou nitidamente de direita. Era presidida por Henos Amorina, um operário da Brown Boveri, que tinha a visão estreita, aceitava o sindicalismo paternalista e assistencialista, achava que devia respeitar as lei do governo, mesmo que não concordasse com algumas delas, mas que não era uma pessoa desonesta ou conscientemente de direita como Joaquim [dos Santos Andrade], por exemplo. (IBRAHIM, 1972, p. 205).

Mesmo com a cassação da Diretoria do Sindicato, as comissões de fábrica continuaram atuando. Conforme destaca Orlando Miranda, a repressão militar “(...) afetou aparelhos sem desarticular movimentos nem tocar-lhes o ânimo”. (MIRANDA, 1987, p. 126). Dessa forma, para o autor, a ditadura desmantelava as instituições supra-estruturais sem comprometer a auto-organização das bases operárias. A repressão causou, então, maiores prejuízos sobre a administração da “Prefeitura e Câmara Municipal, desligadas das organizações de base”. (IBIDEM). Assim, de acordo com o autor: “os movimentos de operários e estudantes tinham sido apenas postos à margem, havia somente perdido a ocasião de demonstrar sua vitalidade. Sua capacidade e seu potencial de luta permaneciam intactos”. (MIRANDA, 1987, p. 126).

O contingente operário da região de Osasco soma-se ao ascenso proletário de 1962-1964 que decorre no eixo industrial da Grande São Paulo. Mesmo antes do golpe militar-burguês de 1964, a mobilização na região era expressiva. De acordo com Albertino Oliva, em entrevista que nos concedeu, nesse período pré-ditadura militar, “a política operária estava fervendo”. Por isso, já em 1962, o operariado verificava o início da militarização da cidade. A cavalaria estava patrulhando as ruas da cidade. Conforme destaca Toninho<sup>30</sup>:

---

<sup>30</sup> Antonio Vieira de Barros, conhecido como "Toninho três oitavos", nasceu em Alagoas, na cidade de São Miguel dos Campos. Migrou para São Paulo em 1959, com 17 anos. Seu primeiro emprego foi na

Quando a gente estava fazendo a greve da Samba [em 1961] a cavalaria estava aqui, rodando a rua da estação, o largo de Osasco... Osasco sempre foi um barril de pólvora, porque tinha a Cobrasma e tinha umas empresas importantes aqui. Então juntou um monte de trabalhadores que tinha uma certa consciência... Por causa disso isso aqui foi um barril de pólvora sempre. (Entrevista - Toninho "três oitavos").

Antônio Roberto Espinosa<sup>31</sup>, que era operário da Cobrasma em 1967, nos relatou que com o golpe, a mobilização operária em Osasco: "Deu uma reduzida forte. Reduziu muito. Como foi no Brasil inteiro. Mas o agora, o que eu me lembro, 1961, 1962, 1963, greve do décimo terceiro, todo ano tinha greve".

### **Quem dirigia o sindicato de Osasco na época?**

Tinha o PCB, tinha um papel grande, mas não era só o PCB, tinha também o PSB, partido socialista. (...). O Conrado del Papa é que era o presidente [do Sindicato]. O vice é provável que fosse do PCB, o Lino do PCB. O Lino, quando o PCB acabou, ele era dirigente ainda do PCB. Aliás, o Papa, o Lino, o PCB foram contrários a nossa chapa em 1966. Ficaram na chapa dos pelegos. Era pelego, depois o pelego que a gente derrotou em 1967, o Henos Amorina, virou fundador do PT. Eu acho que ele seguiu uma linha de continuidade... Aliás ele era o pelego, se elegeu com apoio da comissão interventora, em 1964, houve a intervenção no sindicato, e a comissão apoiou uma chapa que é a chapa do Henos, que ganhou. A nossa Chapa, Chapa Verde, foi montada contra o Henos, e nós não economizamos a palavra pelego contra ele. (...) Aliás [Henos] quase ganhou. Só não ganhou porque nós conseguimos sei lá, quase a Cobrasma inteira, 90% da Cobrasma. [a Cobrasma] fez a diferença. Tivemos presença em outros lugares, na Brown Boveri, na Lonaflex, nas bases do sindicato em Cotia, porque as bases do sindicato eram, e ainda são muito amplas. Abrange acho que umas sete ou oito cidades da região. Tem as sub-sedes hoje, sub-sede Cotia, na época não tinha isso. Mas a votação na Cobrasma foi decisiva. Não fosse ela, não teríamos ganho. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Quando pergunto se o PCB tinha capacidade de influência na realidade local de Osasco, ele me responde que "Tinha. Tinha. Antes de 1964 tinha mais. Depois ele acabou perdendo espaço, deixou um claro, fragmentou. Antes da fragmentação... Mas perdeu iniciativa, estava com medo". Ainda de acordo com Espinosa:

---

Samba/Jaguare. Nesse período começa a militar na JOC – Juventude Operária Católica, espaço onde começa sua formação política. Ingressou na Cobrasma em 1961, desligou-se dessa antes do golpe militar de 1964, ficou um breve período na MAFESA, no entanto, foi admitido na Braseixos que funcionava dentro do pátio da Cobrasma. Em 1964 ingressou a AP – Ação Popular. Durante a greve de 1968, Toninho ainda trabalhava na Braseixos.

<sup>31</sup> Antonio Roberto Espinosa, nasceu em Osasco. Foi admitido na Cobrasma aos 15 anos, em 1961, onde trabalhou até finais de 1966, quando ingressou no exército no mesmo período que Zequinha Barreto e Lamarca. Na adolescência milita no movimento estudantil secundarista. Em 1967 ingressou na graduação em filosofia na USP mas continua militando em Osasco. Em conjunto com Zequinha Barreto (que estudava Ciências Sociais na USP), e Ibrahim, criam grupos de estudos entre estudantes e trabalhadores. Entre os trabalhadores esse grupo foi chamado de *Vanguarda Operária*. Em 1968 ingressa nas fileiras da VPR - Vanguarda Popular revolucionária e será um importante dirigente dessa organização, onde militaram também Barreto e Lamarca. Escreveu parte dos materiais distribuídos ao operariado de Osasco, e também um balanço da greve com o título: *Dois relâmpagos na noite do arrocho*. Foi preso no final de 1969 e torturado, só recuperou a liberdade em 1973.

E nessa coisa da revolução, o Partidão entrava. Inclusive porque o Partidão não tinha feito a resistência ao golpe. O Partidão tinha sido conivente, com a *Via pacífica*, mesmo depois do golpe, a gente propondo alguma forma de radicalização, e o Partidão sempre falando em nome da moderação. 'Pô moderação é a puta que pariu! O negócio é revolução! Fora disso é compromisso! Como é que vocês se curvam?'. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Como podemos observar, tanto em Osasco como em São Paulo, as oposições, com foco na organização operária a partir do chão de fábrica, surgem como uma resposta ao golpe militar e seus interventores, mas também contrariamente ao *modus operandi* do PCB no meio sindical.

### **Organização a partir do chão das fábricas**

Já em 1962 formam-se comitês operários clandestinos nas fábricas de Osasco, na Braseixos e na Cobrasma. Ibrahim, que havia ingressado na Cobrasma em 1961, aos 14 anos, mesmo sem nunca ter sido militante do PCB, estava próximo de seu raio de influência. O Partido, desde os balanços de seus erros na conjuntura de 1964, havia votado a resolução em seu VI Congresso, de dezembro de 1967, que era necessário construir organismos de base como forma de combater o cupulismo em suas fileiras. Trava-se de organizar os trabalhadores por suas demandas imediatas mais sentidas. De acordo com Ibrahim: "Sob sua influência formamos, um pouco antes do golpe, um pequeno grupo de 4 ou 5 companheiros na Cobrasma". (IBRAHIM, 1972). Esse pequeno grupo, que era independente do PCB, atuará de forma clandestina dentro dessa fábrica. Conforme Ibrahim:

Começamos a organizar um comitê clandestino dentro da empresa. Fazíamos pequenos panfletos, volantes agitando os problemas da fábrica e algumas questões políticas, distribuídos de maneira clandestina. Nós pregávamos os volantes no banheiro, colocávamos nos armários e dentro do capacete dos companheiros, que os passavam adiante. Como estávamos dentro da fábrica podíamos medir a repercussão, discutir com os companheiros, selecionar os melhores e procurar levá-los para o sindicato. Era um trabalho miúdo, cujo centro era a atividade sindical, ainda que desde antes do golpe tivéssemos uma atitude crítica frente ao sindicato. Achávamos que era um instrumento importante, que havia que atuar dentro dele, sem desconhecer suas limitações. Foi assim que começamos a defender a necessidade da organização independente, sem negar o sindicato. Já nessa época achávamos que o sindicato tinha que ser negado por dentro e que era bobagem "abaixo o sindicato, viva o comitê da empresa", se o primeiro existia e o segundo não. (IBRAHIM, 1972, p. 196).

De acordo com Ibrahim, o Comitê clandestino foi "o resultado da aglutinação de militantes de esquerda com os que criticavam a cúpula sindical e elementos do PCB, reforçados após 1964 por militantes do próprio PC, que ficariam órfãos de orientação". (IBRAHIM, 1986, p. 52). Acrescenta ainda que "o grupo de esquerda formou-se por volta de

1963, sob influencia do comitê da Braseixos. Sua atividade na fábrica era quase clandestina. Somente pessoas de total confiança do grupo participavam das reuniões de planejamento da ação sindical a ser desenvolvida na empresa”. (IBRAHIM, 1986, p. 53). Esse Comitê clandestino aproximou-se da comissão que começou a ser formada em 1963 no interior da Cobrasma.

A comissão de fábrica da Cobrasma foi criada a partir da "Comissão dos 10". A comissão dos dez surgiu depois de um acidente dentro da empresa, no qual morreu um operário. João Joaquim<sup>32</sup>, um dos nossos entrevistados que era operário da fábrica na ocasião, relata minuciosamente como se forma a comissão:

A Comissão de Fábrica foi fundada no final de 1961 para 1962, quando eu entrei... Quando eu entrei mesmo, estava tendo aquela efervescência. Inclusive, teve um fato interessante, que foi a morte de um companheiro. Então, a fundição... Tinha os fornos, onde derretia o aço, depois tinha uma tal de panela, que era uma, um recipiente assim, que chegava, cabia dez toneladas de aço, 8, 10 toneladas de aço, muito grande, bem grande... Aí tinha o ponteiro, aqui [faz gesto de gancho], que enganchava a corrente no gancho, que chamava de corrida. E ele saía fundindo as peças. O baixeiro, da baixaria, que faz o molde da peça e tal, aí tinha o ponteiro, o fundidor, que trabalhava em um serviço perigosíssimo, trabalhava assim, num pedestal. Aí ele subia no pedestal, tinha uma alavanca, aí ele puxava a alavanca, abria em baixo, o aço descia. Aí então fazia 'a corrida' ele ia para lá, dava aquela volta na seção, cento e poucos metros, então, saía fundindo carcaça de caminhão, roda de trem, tinha vários... Aqueles terminais da linha do trem, conforme o trem vem chegando... Que faz os desvios, também faziam ali.. aquilo ali chamava Jacaré, aquela peça lá, era feita de aço manganês. Então eu trabalhei também nessa seção, mas não cheguei ir lá em cima, abrir o negócio lá. Eu lembro que o camarada que fazia esse serviço, ele ficava sem camisa, era muito calor, quando ele descia de lá, ele descia molhado. E aí tinha o lugar onde guardava essa panela, depois que fazia 'a corrida', aí tinha lá o buraco né, o recipiente, onde aquela panela, ficava lá dentro. Então, antes de esfriar, eles chegavam e tinha um processo lá, uma ponte, que eu não sei como é que era, que conforme apertava o botão, ela entornava. Aí, a escória caía ali, e depois que esfriava, tinha até um processo de resfriamento, aí eles limpavam aquele local para guardar a panela. Então, onde que eu queria chegar com isso, é que um dia, tinha um companheiro limpando a panela embaixo, já tinha esfriado e tal, e ele estava limpando né, e o ponteiro não viu. Então ele fez 'a corrida' e tal, quando ele voltou despejou a escória, e o companheiro estava lá dentro. Então, praticamente morte instantânea. Levaram para o hospital e tal... (Entrevista - João Joaquim).

### **Foi despejado o metal derretido em cima dele?**

É, o que sobrou lá... A escória, em cima dele. O aço já tinha ido embora, mas a escória era uns cento e poucos quilos, duzentos e poucos quilos... Ainda quente... Não estava totalmente derretido, mas era o que sobrava. Era como quando você faz

---

<sup>32</sup> João Joaquim nasceu em Bom Jesus da Lapa, Bahia, migrou com a família para a cidade Álvares Machado, interior de São Paulo, para trabalhar no campo como meeiros. Toda a família desenvolvia trabalho agrícola. Trabalhou também como bóia-fria. Ingressou na Cobrasma em 1961, passando por vários setores da empresa. Participou da Chapa Verde que concorreu ao sindicato dos metalúrgicos em 1967, ocupava o cargo de primeiro secretário. Foi também militante da Juventude Operária Católica - JOC e da Frente Nacional do Trabalho.

um café no coador, então o café está para cá, e você vai e despeja o pó do café... O pó quente (...). Aí, o fato é que, no dia seguinte, no enterro do companheiro, foi às 11 horas da manhã. Isso foi em 1962. Eu tinha acabado de entrar [na Cobrasma]... Aí, as lideranças mobilizaram, agitaram e na hora do enterro, um companheiro foi lá e puxou o apito e a seção inteira... Aí houve uma paralisação geral, na Limpeza de acabamento, na Fundição, eram mais de 600 operários, e em outras seções, Forjaria, próxima. Foi espontâneo... Mas as lideranças passaram [as coordenadas para a paralisação]. Aí, conforme puxou o apito, houve uma paralisação de 5 minutos. Até o chefe da época, chamava Doutor França Pinto, diz que ele ia passando assim, passando em um dos corredores lá do pátio lá, falou assim: 'Ué, nesse horário não tem almoço, não tem nada, o que que está acontecendo?'. Aí tal... Alguns falaram: 'Está sendo enterrado agora o fulano de tal, que faleceu ontem aí'. Então foi uma coisa interessante. (...). Aí, nesse ínterim, a comissão de fábrica, deu o nome de 'comissão dos dez' porque eram dez departamentos muito importantes que tinha na empresa, então, foi tirado um representante de cada setor desses, e mais um suplente. Então tinham vinte companheiros que eram da comissão. (...) Durante um período muito grande... (Entrevista - João Joaquim).

### **A comissão dos dez era reconhecida pela Cobrasma?**

Não. Durante um período ela funcionou praticamente clandestina. Aí depois ela passou a ser reconhecida pela empresa, mas em caráter verbal. Aí teve um contrato verbal, aonde nenhuns desses companheiros poderiam ser demitidos, a não ser em uma briga, um roubo, qualquer coisa. Mas os companheiros tinham mandato, se eu não me engano, acho que de um ano ou dois, podia ser renovado, ser reeleito depois... Essa comissão teve uma grande influência dentro... No processo de luta dos trabalhadores. Inclusive a 'Chapa verde', da oposição que foi de 1967-1968, praticamente foi a comissão que fez todo o trabalho, que tiramos os interventores, os pelegos de 1964. A Chapa verde ganhou... (Entrevista - João Joaquim).

Nesse mesmo período organiza-se em Osasco a Frente Nacional do Trabalho (FNT), um grupo político que congregava membros da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC), esses buscavam se ater às demandas imediatas, abstendo-se das lutas políticas e contrapunham-se à política do PCB. De acordo com publicação da FNT (1980): "não se colocava com clareza a questão da luta de classes no capitalismo, isto é, a oposição de interesses entre trabalhadores e classe dominante. A perspectiva era muito mais conciliar capital e trabalho, na linha de convencer o patrão para que, percebendo a verdadeira situação do trabalhador, viesse somar forças conosco". (FRENTE NACIONAL DO TRABALHO, 1980).

De acordo com Ibrahim (1978), na Cobrasma, a Frente Nacional do Trabalho servia "como amortecedor entre patrões e empregados". Espinosa afirma que essa organização de operários cristãos "se opunha ao sindicato por este ser dirigido por comunistas e se propunha a realizar um trabalho de denúncia e conscientização dentro das fábricas". (ESPINOSA, 1978, p. 42). Em publicação posterior (1986), Ibrahim afirma:

O grupo dos Cristãos atuava no sentido de buscar o diálogo com os patrões dentro de uma visão que colocava as injustiças existentes como frutos da falta de diálogo e que acreditava que muitos dos desmandos que aconteciam não eram do conhecimento dos patrões. Seu lema era *dialogar e negociar para humanizar a fábrica*. Para eles, a direção sindical boicotava qualquer mecanismo de diálogo e negociação interna, porque estava mais interessada em fazer a política dos partidos através da máquina sindical do que em cuidar dos problemas concretos que afligiam o trabalhador. Sua função era legalista e mais aberta pois colocava como prioritário o contato direto com os patrões na busca do diálogo e chegaram a institucionalizar-se como comissão sem contar com aval dos patrões foi a chamada Comissão dos Dez. Foi assim denominada, pois foram dez operários os seus fundadores. (IBRAHIM, 1986, p. 53).

De acordo com as referências de Ibrahim e Espinosa, a Força Nacional do Trabalho (FNT) tinha posição conservadora no meio sindical. Embora buscasse melhorar as condições de vida dos trabalhadores, queria fazê-lo em acordo com os patrões. Disputava espaço diretamente com os comunistas e demais militantes combativos que organizavam o movimento operário a partir das fábricas. A FNT chegou a compor gestão com os interventores da ditadura na gestão do Sindicato Metalúrgico de Osasco em 1965. Seu objetivo era formar comissões para organizar os operários e apartá-los da influência comunista, por isso, acabará sendo a principal responsável por impulsionar a criação da Comissão de Fábrica naquela fábrica em 1963.

A FNT se defronta com uma considerável disposição de luta advinda dos operários. As condições de trabalho eram muito precárias e o ritmo de trabalho intenso. Assim, para se construir na Cobrasma a FNT foi obrigada a atuar em colaboração com setores mais combativos da militância interna.

### **A comissão de Fábrica da Cobrasma**

Com isso, passou a existir dois organismos operários na Cobrasma, um público, articulado pela Frente Nacional do Trabalho e o Comitê clandestino. Ainda antes do golpe burguês-militar, o grupo clandestino decide-se pela aproximação com a "comissão dos 10". Segundo Ibrahim (1972):

Nós mantínhamos o comitê clandestino e antes do golpe decidimos nos acercar da comissão pois ao nível do trabalho de massa na fábrica ela realizava um trabalho de agitação semelhante à nossa. Eu fui destacado para realizar esta aproximação, pois não era "queimado" e tinha muita mobilidade dentro da fábrica por trabalhar no setor de controle de qualidade. Passei a fazer parte, simultaneamente, do comitê clandestino e da comissão dos dez, quando ela ainda era semilegal. (IBRAHIM, 1972, p. 197).

Essa aproximação será importante, pois articulou os dois grupos que desempenhavam trabalho sindical, que se apoiavam nas demandas mais sentidas pelo operariado daquela

empresa. Aos poucos vai se expandindo a atividade militante dentro da empresa. Em 1965 conseguem legalizar a comissão interna com anuência da direção da empresa. Segundo Ibrahim (1972): "Em 1965, é feita a primeira eleição da comissão de representantes da Cobrasma. A fábrica foi dividida em 19 setores, correspondente às 19 seções existentes, e cada uma deveria eleger um representante e um suplente". E continua:

A comissão ficou composta por 38 operários - 19 efetivos e 19 suplentes (a Cobrasma sempre manteve uma média de 2.800 a 3.200 operários. Só em épocas de muita produção chegava a 4.000). A Frente Nacional do Trabalho era a força mais influente, com maioria dos representantes. Havia também muitos independentes, gente nova, que estavam surgindo e não tinham nenhum compromisso político. Eu era o único elemento de esquerda. (IBRAHIM, 1972, p. 198).

No entanto, a Comitê clandestino não se dissolveu na comissão, ele continuou existindo e se reunindo "uma de suas atuações era impulsionar a comissão, influir para que ela avançasse e se radicalizasse e realizasse um trabalho de base dentro da fábrica" (IBRAHIM, 1972, p.199). E acrescenta: "Alem do mais, ela sempre corria o risco de ser dissolvida pelos patrões e, nesse caso, o comitê manteria a organização e o trabalho clandestino". (Idem). Esse trabalho conjunto entre os dois grupos terá como produto mais importante a formação de uma chapa para disputar o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1967. Essa organização no interior da Cobrasma mostrou-se de grande valor, sobretudo após o golpe militar e cassação da Diretoria do Sindicato.

As mobilizações no interior das fábricas convergiam com as mobilizações na cidade, sendo que o descontentamento político com a ditadura combina-se a crítica ao negativo desempenho econômico do período. Em 1967 a inflação atingiu 26,50% e em 1968 passou para 26,70%. (BAER, 1996). Em termos de perdas salariais, Paul Singer (1982) analisa que: "Comparando-se os reajustamentos salariais concedidos com o aumento de custo de vida, entre 1965 e 1967, período de auge do "arrocho", chega-se à conclusão de que os salários reais devem ter sofrido um corte de pelo menos 25 por cento". (SINGER, 1982, p. 56). O operariado tinha sua jornada de trabalho aumentada e salários comprimidos. Toda organização operária clandestina, semi-legal e legalizada, aos poucos passam a confluir com novos setores sociais que estão descontentes com a ditadura militar-burguesa.

É nessa conjuntura que são saudadas a mobilização estudantil de setembro de 1966, denominadas de *Setembrada*, quando diversos setores estudantis e do funcionalismo público buscam aproximações com setores organizados do movimento operário. Estudantes e operários de Osasco aderem a estes processos, conforme depoimento de Espinosa

Em setembro de 1966, por exemplo, houve passeatas enormes em Osasco, de todos os colégios, em setembro de 1966. Houve passeatas grandes. Quer dizer, uma passeata grande, em setembro de 1966 houve a Setembrada estudantil. A UEE estava ressurgindo, a UNE. (...). Bom, e nós fizemos a passeata em 1966, e bom... Foram reprimidas pela polícia. Nós fomos a Maria Antônia buscar orientação. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Quantas pessoas participaram da manifestação da *Setembrada* em Osasco?

Ah, uns 2 ou 3 mil. Significativo. Porque todos os colégios participaram. Quer dizer, a partir da associação do Curso Clássico, nós contatamos gente de todos os colégios de Osasco, eram uns 6 colégios públicos, dois colégios particulares... E marcamos um ponto de encontro no Largo de Osasco, que era bem diferente, chamava Largo João Pessoa na época. João Pessoa... Hoje é Largo de Osasco, Praça Antonio Menck... Então, tínhamos marcado ali. Ali iam se encontrar os secundaristas que vinham de Presidente Altino, GEPA, os que vinham de Duque de Caxias, que era um colégio particular, alguns que vinham da Vila Iara, que é um pouco acima aqui... Outros que viriam do Km 18, uns 6 ou 7 colégios da cidade. Então o ponto de encontro seria no Largo de Osasco. Esse pessoal acabou sendo objeto de trabalho que a gente fez depois... Eu dando aulas de marxismo... Eu e o [Zequinha] Barreto, dando aulas formando essa garotada contra o Partidão... (Entrevista - Roberto Espinosa).

Segundo a visão de Espinosa, na esteira do processo da reorganização pós-golpe militar é que se desenvolverá o movimento estudantil secundarista de Osasco. Esse movimento portava uma especificidade, pois o CENRART (um grande colégio da cidade) fornecia mão de obra para as fábricas, sendo que na Cobrasma os estudantes eram admitidos aos 14 anos. Tornavam-se então operários-estudantes. Praticamente todos os dirigentes operários de maior destaque na região, passaram por esse colégio e pela Cobrasma.

Ao longo da década de 1960, os operários da Cobrasma fazem contínuas experiências políticas de auto-organização. Foi a organização dos núcleos operários que tornou possível a realização de uma *operação tartaruga* em 1966 (que consiste em reduzir o ritmo de trabalho coletivamente como forma de protesto). Em represália, a patronal demite 46 operários. A comissão mobiliza toda a fábrica pela incorporação imediata, e consegue reverter parte das demissões, de acordo com Ibrahim: “Essa luta mobilizou toda a fábrica, e o seu desfecho fortaleceu bastante o pólo que propunha a mobilização permanente como forma de dar respaldo à comissão e evitar o seu imobilismo”. (IBRAHIM, 1986, p. 58). Nesse mesmo ano, têm-se novas eleições para a comissão de fábrica da Cobrasma.

O grupo clandestino formado por militantes independentes, crítico ao colaboracionismo da FNT sai fortalecido. Esse grupo de militantes independentes é chamado posteriormente por Espinosa de "Grupo de Osasco" (C.f. ESPINOSA, 1978). Esse grupo nasce no interior da Cobrasma como uma articulação de base sem filiação partidária ou

ideológica clara, ganha cada vez mais espaço entre os militantes ativos dentro da fábrica. Segundo Espinosa: “Na segunda comissão, eleita em 1966, a maior parte pertencia ou estava sob influência do grupo de Osasco, tendo José Ibrahim sido eleito presidente e Roque Aparecido da Silva secretário da comissão”. (ESPINOSA, 1978, p. 43). De acordo com Ibrahim (1972):

A primeira comissão legal cumpriu seu mandato, já no bojo dessa luta vitoriosa por aumento de salário. A posição de esquerda estava bastante fortalecida. Quando se realizaram as eleições para a segunda comissão o comitê clandestino já possuía uma certa tradição de trabalho e muita autoridade, que fazem com que ele tenha uma influência marcante e direta. Praticamente todo o pessoal que vinha sendo trabalhado pelo comitê candidata-se e é eleito. A Frente não elegeu quase ninguém. Eu fui reeleito e escolhido para presidente da mesa-diretiva e o camarada Roque Aparecido foi nomeado primeiro secretário. Era, portanto, uma comissão bem de esquerda. (IBRAHIM, 1972, p. 202).

Interessante observar que, no ato de "legalização" da comissão, a FNT obteve maioria na comissão. No entanto, sua linha de "conciliar capital e trabalho", acabou perdendo espaço a linha combativa do comitê clandestino que aumentou sua influência. Tal fato é indicativo do ambiente político no interior da fábrica, onde posições de enfrentamento mais contundentes encontraram possibilidade de ampliação. Ibrahim (1972) explica a forma como atuava o comitê:

Nós convocávamos, por exemplo, reuniões por seção. Nesse tipo de reunião os elementos de base tinham possibilidade de participar mais, expor suas posições, dizer o que estavam pensando sobre a situação da fábrica. E aí começavam a despontar os companheiros com maior liderança e condições de agitação. Com estes o comitê clandestino fazia um trabalho político-ideológico a parte. Discutíamos a situação política do país, fazíamos propaganda do socialismo, da luta armada - nesta época nós estávamos assumindo uma posição favorável à luta armada -, discutíamos texto do Che, livros como Trabalho assalariado e capital; Salário, preço e lucro; A história das riquezas do homem, enfim, tentávamos ensinar-lhes um pouquinho de marxismo, sempre procurando ligar todas as essas discussões com a situação dentro da fábrica. Esse trabalho era feito dentro de nossas possibilidades e de nosso baixo nível político. (IBRAHIM, 1972, p. 204).

No entanto, o fato de aumentar sua influência, não levou os militantes do comitê a romperem com a FNT. Em julho de 1967 os operários dessa fábrica, ligados à FNT e ao “grupo de Osasco” organizarão, com operários de outras fábricas, uma chapa para concorrer ao sindicato metalúrgico da cidade contra uma chapa organizada pelo PCB (chapa azul – que tinha à frente Henos Amorina), e uma terceira chapa inexpressiva. Conforme destaca Toninho, operário que também participou daquelas mobilizações de 1968:

Na formação da chapa do sindicato tinha dois grupos importantes que montaram essa chapa: um era a turma de esquerda ligada ao Ibrahim, do partidão [PCB] e outras organizações [VPR...], e tinha a Frente Nacional do Trabalho, que era um movimento mais cristão, comandado pelo doutor Mario Carvalho de Jesus, e o doutor Albertino também participava. Aí a chapa foi montada de acordo com as forças: a Frente Nacional do Trabalho e o grupo do Ibrahim (que os estudantes participavam juntos), os estudantes estavam junto com o Ibrahim, um bocado de estudantes. (Entrevista - Toninho três oitavos).

Havia profundas divergências entre o grupo da FNT e o "grupo de esquerda" conforme aponta Ibrahim (1978: 1986). Também de acordo com Roque Aparecido Silva<sup>33</sup>, operário da Cobrasma e importante liderança da greve de 1968, no texto *Osasco 1968: história de um movimento*:

As profundas diferenças entre os dois grupos decorriam de suas visões políticas em um plano mais amplo. A FNT mantinha-se fiel aos princípios de organizar e conscientizar os trabalhadores para lutarem por seus direitos. O “Grupo de Esquerda” tinha como objetivo central contribuir para que se desencadeasse um movimento social de contestação da ditadura, contemplando as mais diferentes formas de luta. Visões políticas tão diferentes se chocavam quando se tratava de conduzir lutas concretas. O “Grupo de Esquerda” sempre propunha formas mais radicais. Pode-se dizer que, no fundamental, as divergências se colocavam mais em relação às formas de luta e no enfrentamento com patrões e a ditadura militar, que eram os inimigos de classe. O importante é que essas divergências sempre foram resolvidas de forma democrática, com respeito mútuo. (SILVA, 2008, pp. 1-2).

No programa da Chapa Verde constava: a revogação da Lei anti-greve (Lei 4.330) e também da lei do arrocho (4.725), luta contra a estrutura sindical, liberdade organizativa e luta contra a carestia (encarecimento dos alimentos). Essa chapa organizou comitês eleitorais dentro da empresa. Entre os militantes de organização que atuaram na campanha estavam um setor "de base" do PCB, que se incorporaram na chapa, e militantes do PORT. De acordo com Ibrahim: "Das organizações partidárias, a única que atuava em Osasco nessa fase eleitoral, além do Partido [PCB], era a IV<sup>a</sup> Internacional posadista [PORT], que tinha inclusive militantes ligados à produção. Eles faziam trabalho junto conosco e nós respeitávamos seus quadros porque era gente que trabalhava". (IBRAHIM, 1972, p. 210).

De acordo com Orlando Miranda, a Chapa Verde fez “uma campanha propriamente política e conclamando à organização dos trabalhadores para fazer frente ao Estado”. (MIRANDA, 1987, p. 155). A exitosa campanha política, que respondia às necessidades imediatas do operariado naquele momento, somada ao histórico de luta e organização dos militantes da chapa, bem como sua ampla base de apoio conquistada, reverteram-se em votos no pleito eleitoral. Com isso, garantiu-se a vitória da Chapa, sendo que o peso decisivo nas

---

<sup>33</sup> Roque Aparecido da Silva, além de membro da comissão de fábrica tornou-se também militante da VPR.

votações foi exercido pelo operariado da Cobrasma, a maior fábrica da região, onde 90% dos operários aderiram a esse programa. De acordo com Ibrahim (1972): "Nós perdemos em todas as fábricas: só ganhamos na Cobrasma, onde tivemos 90% da votação (só a chefia não votou em nossa chapa). O eixo da nossa vitória foi, portanto, a grande base que tínhamos na Cobrasma. Nas outras fábricas a votação foi dividida". (IBRAHIM, 1972, p. 212). Dos 24 membros da chapa, 15 eram operários da Cobrasma, Ibrahim seria o seu presidente. sendo que: "A FNT ficou com a maioria dos cargos, mas o grupo de Osasco teve maior influencia na definição do programa". (ESPINOSA, 1978, p. 45).

Com a vitória da "Chapa Verde", iniciou-se uma nova fase do sindicalismo na região. O programa geral de "organização pela base" que desabrochará na Cobrasma, é projetado à superestrutura política e sindical, disseminando-se para outras fábricas da região. Esse programa pôde ainda ser confrontado com o programa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e demais sindicatos dirigidos pelos pelegos (colaboradores da ditadura). O movimento operário articulado em torno do bastião da Cobrasma pode propagandar um programa combativo, centrado na luta pelo direito de greve, de negociar seus aumentos e de organização pela base. Como analisava Ibrahim: "Agora, a comissão tinha o sindicato na mão e essa era a oportunidade para demonstrar de forma mais ampla a eficácia da sua concepção de organização pela base, de sindicalismo de massa e democracia participativa condensadas na experiência de alguns anos de luta no âmbito de uma única empresa". (IBRAHIM, 1986, p. 64).

O acordo comum entre as forças políticas dentro da Diretoria do Sindicato Metalúrgico de Osasco era fazer um giro para as bases operárias, formação de comissões nos locais de trabalho, luta contra a "lei anti-greve" e contra o arrocho salarial imposto pela ditadura militar. De acordo com Ibrahim: "Para atingir esse objetivo voltamos toda a máquina sindical, no sentido de criar uma organização independente, iniciando um processo de mobilização fábrica por fábrica. A agitação de todos os problemas internos na empresa abria caminho para a organização dos comitês clandestinos" (1978, p. 10). A gestão do sindicato era feita por meio de assembleias gerais com participação direta do operariado nas decisões. Como explica Ibrahim:

A direção sindical era exercida de forma coletiva, sem distinção entre efetivos e suplentes, e instituiu-se um conselho político, formado pela comissão da Cobrasma, pela diretoria e pelos grupos de fábrica que eram considerados como comissão de fato, mesmo sem a formalização diante dos patrões. Esse conselho era o responsável

pela direção política do sindicato, e a diretoria funcionava como órgão executivo desse conselho. (IBRAHIM, 1986, p. 65).

De acordo com Roque Aparecido Silva, com o desenvolver do movimento operário em Osasco e das comissões de fábricas, as correntes políticas intensificaram sua atuação junto aos organismos de base construídos na região. Com isso, tinha-se uma pluralidade de posições políticas e propostas, que levava o Sindicato a ter que tomar suas deliberações para além das reuniões da Diretoria por meio de assembleias:

Enquanto a FNT continuava desenvolvendo seu trabalho nas fábricas, o “Grupo de Esquerda”, com a participação de várias organizações de esquerda, como a Dissidência da POLOP que estava envolvida na organização da VPR, a própria POLOP, a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), etc., intensificou um trabalho de organização de grupos de operários por empresa, que passaram a ter um papel importante nas mobilizações do Sindicato e, em decorrência, em suas próprias decisões, muitas das quais, por falta de consenso na Diretoria, foram tomadas em reuniões ampliadas ou mesmo em assembleias. (SILVA, 2008, p. 4).

Desta forma, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco tornou-se uma referência de democracia pela base e para o sindicalismo combativo. O Sindicato foi convertido em uma ferramenta a serviço da organização dos trabalhadores a partir de suas bases, sem excluir as correntes do movimento operário que desenvolvem programas políticos e sociais a partir de suas experiências concretas na luta de classes. Ainda que a conquista do Sindicato não signifique transcender os limites do sindicalismo reivindicativo e a construção de um sindicalismo revolucionário, essa posição tática conquistada em Osasco é posta a serviço da luta de classes centrada na auto-organização no chão de fábrica. O sindicato torna-se uma tribuna do movimento operário de base.

### **As greves de abril de 1968 em Contagem**

Osasco e São Paulo não foram os únicos lugares onde se desenvolveu a organização operária pela base. Também em 1967, em Contagem (MG), começam a surgir as Comissões de Fábrica, chamadas de “comissões de cinco”. (GORENDER, 1987). O movimento operário de Osasco influencia Contagem em 1967. Já em abril de 1968, serão as greves de Contagem que influenciarão as greves de julho em Osasco. Também no ABC paulista, Irám Jácome Rodrigues, registra a formação de uma comissão clandestina na Volkswagen-ABC em 1968, da qual participavam aproximadamente 100 operários "inclusive ajudando financeiramente na confecção de boletins e distribuindo-os dentro da fábrica". (RODRIGUES, 1990, p. 63).

As mobilizações de 1968 afirmam-se como expressão da reorganização do movimento operário pós golpe militar. Elas serão fruto de um acúmulo de forças e experiências políticas. Ou seja, o golpe militar não conseguiu paralisar a auto-organização operária. Em 1968 a movimentação é retomada nos centros mais industrializados do país, seguida por movimentações no campo e nas periferias. As cidades; Contagem, Osasco, São Paulo, ABC paulista, Guarulhos e Campinas, serão palco dessas mobilizações. Em 1967, em Contagem, a chapa de Enio Seabra sairá vitoriosa das eleições do sindicato dos metalúrgicos, com isso se aprofundará a mobilização contra o arrocho salarial determinado pelo governo militar.

As mobilizações dos metalúrgicos em 1967 em Contagem vão convergir com uma série de outras mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores: professoras, bancários(as), outros setores do funcionalismo público vão às ruas contra o arrocho salarial e as demissões. No dia 6 de junho, professoras primárias deflagram uma greve que mobilizará 4.000 professoras em 26 Municípios de Minas Gerais.

Um mês depois, no dia 7 de julho, ocorre a greve dos funcionários municipais de Belo Horizonte. No mesmo mês têm-se os protestos de bancários e de operários municipais. (WEFFORT, 1969). As mobilizações ganham expressão entre 1967 e 1968. A luta contra o arrocho salarial atinge o funcionalismo público e soma-se as mobilizações dos operários nas empresas privadas de Minas Gerais. De acordo com Weffort:

Em abril de 1967 a Mannesman dispensara cerca de 600 operários (...). Em junho, quando se iniciava a campanha eleitoral, começa também uma greve por atraso de pagamento por parte dos mineiros de Ibirité e São João del Rei (Cia. Siderúrgica Nacional) que deverá durar perto de um mês e meio. Em novembro começa o movimento dos operários da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas de Barão de Cocais, também por salários atrasados. Em dezembro surgem vários casos de protesto por atraso no pagamento do "13º salário". Em início de 1968, pouco antes portanto da greve de abril, cerca de vinte pequenas empresas se viram obrigadas a fechar as portas por más condições financeiras (entre estas se encontrava a Minas Aço que causou por ter dispensado sem indenização 170 trabalhadores). Na mesma época, a A.E.I efetuou seu programa de redução de pessoal, despedindo 230 trabalhadores em um total de 300. Em fins de fevereiro entram em greve 3.500 operários da ACESITA reivindicando o cumprimento do anterior reajuste de salários. Em março, o Sindicato dos Metalúrgicos denunciava que a indústria havia despedido cerca de 40 operários em bases fraudulentas. Em abril, toca à MAFERSA empreender seu programa de redução de pessoal: diminui o quadro de pessoal de 500 para 360 e ameaça de dispensa também os restantes argumentando com a má situação financeira da empresa. (WEFFORT, 1969, pp. 32-33).

Esse ativismo sindical e operário decorrido entre 1967 e 1968 conflui com as mobilizações do movimento estudantil mineiro. De acordo com Weffort: "Num ambiente de agitação crescente, renasce o movimento estudantil nos três colégios locais, surgem novas

organizações de bairro (cineclubes, sociedades de amigos de bairro etc.) e ampliam-se as atividades das Igrejas locais, em especial por meio de assembleias paroquiais". (1969, p. 33). Ainda, em outubro de 1967, em meio à efervescência social em Contagem, busca-se organizar as diversas mobilizações por meio do Movimento Anti-arrocho, congregando metalúrgicos, bancários e demais sindicatos em uma “frente intersindical”.

No mesmo ano da Primavera de Praga, do Maio Francês e do Outono Quente Italiano, será desencadeado no Brasil, um crescente movimento contra a ditadura militar. Os processos militantes de 1968 constituirão a primeira expressão de luta massiva pós golpe e só serão superados a partir de 1978 pela nova onda grevista no país.

No dia 16 de abril é deflagrada a greve dos metalúrgicos de Contagem-MG, quando a Belco-Mineira<sup>34</sup> é ocupada pelos operários. Weffort (1969), afirma que as greves de 1968, em Contagem, inicia-se como uma greve parcial na Belco-Mineira, contando com a adesão de 1.200 operários, amplia-se pela cidade e chega a envolver 15 mil grevistas. (WEFFORT, 1969, p. 37). Esses operários eram munidos de experiências de auto-organização, já tendo participado de outras importantes mobilizações ao longo da década de 1960. (GORENDER, 1987).

O movimento grevista espalha-se atingindo outras fábricas, novos setores grevistas engrossam e dão amplitude ao movimento de greve em Contagem. As mobilizações atingem a empresa Sociedade Brasileira de Eletrificação, que contava com cerca de 500 operários, esses iniciam uma greve em apoio ao operariado da Belco-Mineira, e reforçam a reivindicação de derrubada da lei de salários. Além dessa, também 4.500 operários da Mannesman deflagram greve. Com isso, a greve já atingira mais de 6.000 operários. Esse número seria novamente incrementado a partir do dia 21 de abril com a adesão de operários de mais três empresas: a RCA Victor, a DEMISSA e a INDUSTAM. Ainda, somaram-se a esses mais 2.300 operários das demais seções da Belco-Mineira (até então eram apenas 1.200 dessa empresa, agora totalizavam 3.500 apenas na Belco). (WEFFORT, 1969).

Com tal prerrogativa, no dia 22 de abril, sexto dia de greve, novos setores operários também aderem à onda grevista, agora era a vez dos operários da SIMEL, com 800 operários, seguidos por mais 800 da Metalúrgica Belo Horizonte, além desses, deflagrou-se greve na Metalgráfica Triângulo envolvendo mais 650 operários, Também na Pollig-Haeckel mais

---

<sup>34</sup> Como nosso foco se restringe ao desenvolvimento do movimento operário em Osasco e São Paulo, não poderemos analisar aqui este processo de forma aprofundada.

trabalhadores aderem à greve. Além desses, mais 500 operários das Minas Ferro iniciam uma greve. Na MAFERSA 360 operários engrossam o movimento grevista. Operários de outras empresas menores seguem o mesmo exemplo.

**Foto 4 - Greve metalúrgica em Contagem**



Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

O Coronel Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho, buscando justificar uma pretendida ação repressiva, já havia declarado na mídia que o movimento grevista extrapolava os limites legais e que se convertia em uma mobilização política contra o governo. Assim, encarava a onda grevista como um movimento que tinha como objetivo real a “contra-revolução” para derrubada dos militares por meio de uma greve geral nacional. (PASSARINHO, 1978). No entanto, frente à amplitude e organização do movimento e o risco de espalhar-se por outros centros industriais, o Ministro é obrigado a recuar e atender parte das reivindicações salariais. Concede assim um reajuste fora da data pré-determinada. O presidente-militar Costa e Silva assinou um decreto concedendo 10% de reajuste como antecipação que seria descontada no dissídio de novembro.

A onda grevista empolgou as bases operárias e sindicais de Osasco, São Paulo e ABC. De acordo com o depoimento de Stanislaw Szermeta:

Mesmo na época, a luta é sempre assim, você vai trabalhando essa questão, no conjunto da resistência dos trabalhadores. Dentro das fábricas depois de 1967, se criou uma grande discussão sobre a questão do arrocho salarial, que era muito grande, bem antes do MIA, tanto o sindicato quanto a Oposição, já fincada como entidade, desenvolveu uma campanha muito grande sobre essa questão da resistência contra o arrocho, e depois tinha a luta contra a obrigatoriedade do Fundo

de Garantia, que era a perda da estabilidade. Então, o sindicato era... Essas lutas passaram dentro das fábricas em 1967-1968, essas lutas passaram... E passaram, dentro de um momento, aonde nessa combinação da luta dos trabalhadores, no seu conjunto, mesmo que era uma luta que não dava para ser feita aberta, todas as formas de organização eram perseguidas, se fez, estava no centro de lutas ideológicas. Tinha a divisão do mundo entre socialistas e capitalistas, e você tinha duas coisas importantes em curso: uma era a vitória da revolução cubana, e outra era a resistência do Vietnã. Então tudo isso, era um clima que gerava uma sedução na militância. E nisso, você tinha uma luta anti-imperialista. Essa luta anti-imperialista demarcava já o campo. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Para os militantes sindicais e políticos, as correntes e as tendências partidárias que atuavam nas fábricas, as lutas econômicas, além de serem formas legais de organização da base operária, eram também formas trabalhar com as questões mais sentidas no cotidiano da classe operária. Uma vez formados fóruns de discussão para aquelas demandas mais sentidas, pode-se buscar discutir outras questões para além das econômico-sindicais, necessidade de criar organismos operários pela base, liberdade sindical e de organização, as demandas democráticas, distribuição social da riqueza, exploração imperialista, bem como a ordem política e social, pois como relata Stanislaw: "Essas lutas passavam por dentro das fábricas".

As lutas econômicas são ponto de partida que agregam variados setores da classe trabalhadora. São lutas que naquele momento se entrecruzam com outros elementos conjunturais, tais como a "luta anti-imperialista", "a revolução cubana" ou a "resistência no Vietnã". De acordo com o relato de Espinosa:

Mas, nisso também acontece... O movimento estudantil. Em março foi morto o Edson Luís, aí, o movimento estudantil aqui, que tinha o CEO, etc, programa e faz duas passeatas. Faz uma primeira passeata dois dias depois aqui em Osasco (...), a primeira teve 2 mil, que foi preparatória para a do dia seguinte. No dia seguinte fizemos uma outra: 5 mil, que foi uma passeata ruidosíssima. Mas, aberta, com fotografia do Ho Chi Minh, bandeiras de Cuba, fotos do Che, que tinha morrido seis meses antes, sete meses antes, e... Radicalizadíssima... No meio, o exército tentou infiltrar uns capitães, o pessoal prendia os capitães, tomaram os documentos, levaram o maior cacete. No final da passeata, de repente, vinham lá os caras me entregar um 38 do capitão, que eles tomaram. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Nesses anos de 1967-1968, o operariado colocava-se em movimento e passavam à atuação pública, assim, conforme veremos, os sindicalistas pelegos se viram obrigados a buscar acompanhar as bases para poder manterem-se em seus cargos. Assim é organizado o MIA. O MIA foi um movimento construído para reivindicar aumentos por dentro da legalidade determinada pela ditadura. Ainda que funcionasse como um "espaço consentido", serviu como palco de disputa entre as tendências pró-ditadura e militantes combativos.

## **Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA): Osasco e São Paulo**

O arrocho salarial, o crescente aumento do custo de vida e a repressão geraram amplo descontentamento no chão de fábrica. Frente a isso, mesmo as direções sindicais pelegas se viram obrigadas a ouvir as reivindicações que vinham de suas bases. É em meio a tais demandas que se cria o MIA. Dessa forma: "A criação do MIA era uma tentativa de dirigentes sindicais que não tinham apoio das massas de aparecerem como nova liderança". (IBRAHIM, 1972). Ainda de acordo com Ibrahim, o MIA teria surgido:

(...) mais ou menos em setembro ou outubro de 1967, os dirigentes sindicais de São Paulo convocaram uma reunião para discutir novos métodos de combate ao arrocho. Nasceu o "MIA". Seu programa era convocar concentrações em vários sindicatos, que culminariam com um ato de preferência em praça pública. Foram programadas cinco concentrações: a primeira no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a segunda em Santo André, a terceira em Osasco, a quarta em Campinas e a última em Guarulhos. (IBRAHIM, 1972, pg. 215-216).

Entre as correntes que atuam no MIA estava a Organização Comunista 1º de Maio (antigos militantes do PORT que atuavam em Osasco), esta organização, no texto *Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionárias do proletariado*, caracteriza o MIA;

como um organismo nacional dos pelegos, era uma tentativa dos burocratas sindicais de assumirem a direção das movimentações que, cada vez mais, lhes escapavam das mãos; tomarem as rédeas do processo, para conduzirem os trabalhadores para a luta reformista. Para aplaudirem Sodré na Praça da Sé. (Organização Comunista 1º de Maio, 1971, p. 394.).

Os principais sindicatos paulistas participavam do MIA; o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, presidido por Joaquinção pelego, Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo, presidido por Afonso Monteiro da Cruz, Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, presidido por Ibrahim, Sindicato Metalúrgico de Campinas, Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e o de Bancários, presidido por Frederico Brandão. Conforme nos relatou Elias Stein, que participou daquele movimento:

O MIA era uma mistura de Partidão, pelego, oportunista, gente sem ideologia nenhuma... Eles estavam reagindo a uma pressão debaixo, da peãozada que não se conformava de ver o salário cada vez perder o valor né, todo mês. A inflação não era essas coisas... Sei lá, mas devia estar uns 30% ao ano e os reajustes vinham 10%, 5%. E o governo é que decretava o aumento né, aumento não, reajuste, aí ele dava quanto queria. Isso aí é que levou o pessoal a pressionar o sindicato para fazer alguma coisa. Aí aparece o Movimento Intersindical Anti-arrocho, mas ele durou pouco tempo porque logo rachou né. Veio de cima, mas veja bem, pressionado pelas bases. Mas logo rachou porque tinha o pessoal do Partidão, os pelegos e a esquerda radical que estava lá em Osasco, principalmente. Olha, eu acho que era só lá [em

Osasco] viu, que tinha uma direção sindical assim, combativa, ligada com grupos de esquerda. (Entrevista - Elias Stein).

De acordo com Baer (1996, p. 401) a inflação em 1967 foi de 26,5% e em 1968 de 26,7%. A corrosão salarial era elemento primário para a atuação coletiva. As oposições, que já dispunham de certa coesão em 1967, engajam-se nesse movimento para disputar hegemonia contra os pelegos e propagandear outro programa.

Silva (2008), afirma que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco participará do MIA "com posição clara de que a luta contra o 'arrocho' só teria resultados se os trabalhadores fossem organizados a partir dos locais de trabalho". (SILVA, 2008, p. 4). Dessa forma, de acordo com Orlando: "Osasco em sintonia com a Oposição Metalúrgica de São Paulo, ingressa no MIA se contrapondo à liderança e a atuação do Sindicato paulistano, com quem acabavam de romper em razão do dissídio, onde o acusava de fraqueza e omissão". (ORLANDO, 1987, p. 155). Com isso, o sindicato de Osasco acabou sendo uma tribuna pela qual se expressava a voz das oposições sindicais no interior do MIA. Essa forma de atuação defrontava-se contra a ampla maioria dos dirigentes do MIA. Segundo Ibrahim (1972):

Nós que representávamos a oposição de esquerda dentro do movimento sindical, ficamos isolados dentro do MIA desde o começo. Entretanto, nucleamos as oposições sindicais e passamos a ser o seu porta-voz no MIA. Nessa fase, chegamos a criar uma frente organizada de oposição sindical. Dentro do MIA, defendíamos a necessidade de agitar as palavras de ordem de organização pela base, formação de Comitês de empresa e greve contra o arrocho. (IBRAHIM, 1972, p. 216).

Ainda que a perspectiva defendida pelo Sindicato de Osasco fosse minoritária entre os sindicatos, a base que participava das assembleias do MIA podia ser disputada. De acordo com Espinosa, em entrevista que nos concedeu, a assembleia realizada em Osasco, em janeiro de 1968: "Encheu. Encheu o sindicato. Ficou muita agente do lado de fora. Umás duas mil. Ali dentro cabia umas 900 pessoas, apertadas, no salão. Não é despropositado falar em 2 mil. Sempre há um certo exagero, mas acho que está correto". (Entrevista - Espinosa). Nessas assembleias, as relações entre os dirigentes pelegos e os combativos não eram nada amistosas:

Na segunda concentração, em Santo André, terminou na metade; o pessoal dirigido pela oposição saiu em passeata pela cidade. Na terceira, que foi em Osasco, os dirigentes sindicais não falaram: só falaram os representantes de todas as oposições sindicais e o [Zequinha] Barreto, em nome dos secundaristas do CEO. Eu dirigi a assembleia e nela foi aprovada a "Carta de Princípios dos Trabalhadores de Osasco", que colocava todo o nosso programa. A carta tinha sido discutida com as oposições sindicais e dizia também que o primeiro de maio de 1968 não ia ser uma festa organizada pelos patrões, mas um primeiro de maio de luta. Essa terceira reunião foi realizada no dia 17 de novembro de 1967. (IBRAHIM, 1972, pp. 216-217).

Ainda que a atuação minoritária das oposições se desse em uma atmosfera institucional desfavorável, setores de oposição nucleados em torno do Sindicato de Osasco, mostravam-se dispostos às disputas daquele movimento. No entanto, a hegemonia do MIA estava com os setores colaboracionistas, pelegos e reformistas, o que colocava, logo de início muitos limites ao Movimento. De acordo com relato de Stanislaw Szermeta:

O MIA era o seguinte. Era problemático o MIA. Porque, na verdade, aparecia como uma ideia de unificar as lutas contra o arrocho, mas ele começou a ter limitações, começou a ter dificuldades de se organizar, começou a ter dificuldades mesmo de manifestação, a ditadura começou a impedir o processo da unificação. Então você tinha um monte de policial... Então o MIA teve um papel muito... Criou uma expectativa... A gente tem que entender que os sindicatos eram na época, noventa por cento era pelego. A representação do MIA, tirando Osasco e algumas outras cidades, era sofrida, a luta era sofrida, tanto é que eles não conseguiram organizar muitas coisas. A ideia em si era importante, mas a prática em si, não avançou no sentido de unificar o movimento, de criar resistência, isso foi criado pelos sindicatos que estava mais avante, mais combativos. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

### **Você participou das assembleias do MIA?**

Particpei... Eu participei em duas, uma em Osasco e uma em Campinas. A última, acho que foi em Campinas. Se depois teve outras, eu não participei. Se teve no Rio de Janeiro ou outros lugares. Essa de Campinas é mais representativa, porque Osasco se envolveu na construção... Nos ônibus, no processo de ida ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Lá foi muito importante... Levou o pessoal para lá, nem sei quantos ônibus eram, 3, 4, 5... Para época era bastante coisa. Encheu aquilo. Luta contra o imperialismo, luta contra o arrocho. Lógico, quem falava, era só liderança. Só que falava eram as Diretorias. Até porque ninguém queria falar também. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

De acordo com Ibrahim: "Quando se realizou a quarta concentração, em Campinas, nós lotamos seis ônibus só de trabalhadores de Osasco. O comparecimento a este ato foi maciço" (IBRAHIM, 1972, p. 217). Segundo o relato de Espinosa, destacando o papel ocupado pelo sindicato de Osasco durante a curta existência do MIA:

Em todos os lugares onde o Ibrahim chegava, era o Ibrahim, quer dizer, era recebido com festa cada vez maior, porque Osasco passou a ser um símbolo. Era o único lugar em que a Oposição sindical estava no poder. Os demais sindicatos que integravam o MIA, eram descontentes, dissonantes com o Joaquinção, com o Metalúrgicos de São Paulo, mas não chegavam a ser uma oposição. Os bancários, por exemplo, estava o Brandão, que era do Partidão, inclusive chegou a ser Deputado do Partidão, mas era a própria moderação. (...). A gente acaba vocalizando mais as oposições. Então, as oposições, cada vez mais, passam a vir a Osasco. Osasco vai se transformando em uma Meca das oposições sindicais. (...). De outro lado, o MIA também tinha uma relação com o movimento sindical, com o Joaquinção, etc. Então o MIA radicalizava. Dentro do MIA a radicalização era puxada por Osasco. Osasco aglutinava as oposições. Mas o MIA também dialogava com o Joaquinção, com a pelegada. Então, a proposta do Primeiro de Maio de 1968... Bom, o que aconteceu em novembro [de 1967], a proposta aprovada pelo MIA era de 35% de aumento ou greve. Houve um aumento de 2 ou 3% dentro do

arrocho, e a greve não aconteceu porque não havia organização. Sofre uma frustração generalizada. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Embora organizasse dirigentes sindicais como José Ibrahim de Osasco, defensor da centralidade do trabalho de base e militante anti-ditadura, por outro lado, tinha o peso determinante do “aparato” na entidade Joaquim Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo, Argeu Egídio dos Santos, da Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo e a moderação de Frederico Brandão, militante do PCB e dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, etc. Por isso: “a divergência que opunha a prática cupulista e as posições que pleiteavam a participação intensa e organizada das bases, seis meses depois, provocariam o fim do MIA”. (ESPINOSA, 1978, p. 40). Na primeira reunião do MIA, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, os pelegos tentam impedir que Ibrahim de fazer uso da tribuna. Quando se realizou a assembleia em Osasco, os pelegos não quiseram fazer uso da palavra. Por fim a última assembleia realizada em Guarulhos terminou com uma implosão, como relata Roque Aparecido da Silva:

A última concentração, realizada em Guarulhos, terminou sendo encerrada antes de terminar. Enquanto os dirigentes falavam, os trabalhadores das Oposições Sindicais vaiavam ensurdecidamente. Logo após a palavra de Ibrahim o conflito se generalizou e o ato foi encerrado. O MIA foi dissolvido, tendo sido criada uma comissão para se ocupar da organização do 1º de Maio. (SILVA, 2008, p. 5).

Segundo Ibrahim: “Nessas concentrações, os metalúrgicos de Osasco destoavam dos outros sindicatos por sua combatividade e palavras de ordem como ‘Só a greve derruba o arrocho’ e ‘Organização pela base através das comissões de fábrica”. (1986, p. 66). Para Espinosa o principal reflexo do MIA dentro de Osasco: “foi a ativação da participação das bases na vida sindical: assembleias constantes por fábricas, seções, etc. Como resultado desse trabalho de agitação, começaram a ser criadas comissões de empresa clandestinas em outras fábricas, como a Lonaflex e a Brown Boveri”. (ESPINOSA, 1978, p. 45). Essas assembleias teriam como um de seus desdobramentos a organização, pela base, de um amplo setor operário para intervir no Primeiro de Maio na Praça da Sé em 1968. Segundo Ibrahim (1972):

Surtem duas linhas, a do MIA e a nossa. Os dirigentes sindicais do MIA defendiam a realização de um ato com a participação do governador Sodrê. O Ministro do Trabalho, Franco Montoro, etc. Nós nos opusemos. Achávamos que no 1º de maio deviam participar apenas os trabalhadores, que não tinha nada que convidar “autoridades”, para descaracterizar a manifestação e não aparecermos comprometidos com o governo. Resolvemos discutir o problema em Osasco. (IBRAHIM, 1972, p 217-218).

Em meio às discussões em Osasco teriam surgido duas propostas, uma seria realizar um ato "puro" apenas das oposições sindicais. A outra defendia a participação no ato da Praça da Sé como uma postura própria, sem aceitar os representantes da ditadura. Conforme continua Ibrahim:

O que fazer? A primeira propunha que não participássemos do 1º de maio na Praça da Sé e organizássemos uma concentração em Osasco junto com as oposições sindicais. A outra era a seguinte: não vamos dividir, participaremos da manifestação na Praça da Sé, mas iremos lá para protestar. Essa posição venceu. Passamos a discutir a forma de protesto. Foi colocada a proposta de ocupação do palanque para expulsar os pelegos e as autoridades e transformar o 1º de maio numa manifestação autenticamente operária, dominada pelas oposições sindicais, que representavam a tendência mais consequente dentro do movimento operário naquela fase. Submeter-se a manobra do envolvimento dos pelegos seria aceitar que mais uma vez o 1º de maio fosse descaracterizado. Por isso, assumimos a posição de ocupar o palanque, como uma atitude política. (IBRAHIM, 1972, p. 218).

A intervenção do Sindicato de Osasco e dos militantes de oposição, deram o tom para os eventos daquele ano. Conforme relata Stanislaw Szermeta:

O clima para o Primeiro de Maio foram, foram importantes. Porque reunia todo o conjunto, todos os sindicatos que estavam a fim, Santo André, São Paulo, Guarulhos, o ABC, Osasco. Então todos os sindicatos estavam envolvidos nesse processo para o primeiro de Maio. Agora, quem vai dar o tom é quem tem proposta, quem tem política. Não era uma coisa para, vamos dizer assim, pedir benção ao governador. Não era para pedir licença para a ditadura para lutar entende? Era no sentido mesmo de ir, organizados e demarcar uma política, um processo de luta. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

### **Havia atritos entre as bases e os dirigentes do MIA?**

Isso não afeta muito as bases. Isso é mais na luta dos sindicatos, nas Diretorias, nas direções sindicais, que ainda vinha de um modelo de base e direção criado pelo PC (...). Mesmo com todas as propostas que tinha de melhorar o processo de organização interna, dentro da fábrica, com os delegados sindicais, era muito mais ligado a uma proposta, vamos dizer assim, mais de vanguarda, ou qualquer coisa assim, porque para participar mesmo não era coisa simples. Esse pessoal que veio, era um pessoal já definido com algumas coisas. Amparado na luta mesmo, amparado na luta. Claro que o período de 1962, 1963 era um período muito mais amplo, mas o domínio do PC, nessas fábricas mais importantes era muito grande em 1962-1963. Em 1967 não tinha quase. Em 1967 o PC não tinha... Já era um processo diferente. Pode ser que tivesse aqui ou ali. Mas no centro político, ou eram os pelegos, que estavam se rejuvenescendo, o Joaquim dos Santos Andrade, era interventor e foi eleito, em Osasco o Henos Amorina, não foi interventor mas foi eleito, mas não tinha essa relação com a luta. Houve uma requalificação, porque as oposições não conseguiam participar. Então dava naturalmente... O que foi anormal foi a vitória em Osasco, da Chapa Verde. Porque o Henos Amorina, não houve um acordo no sentido da participação em 1965 e o pessoal se retirou, e começou a fazer trabalho de base. Trabalho de fortalecimento do trabalho das comissões, trabalho dos grupos de fábrica e trabalho das comissões. Quando chegou em 1967, aí já tinha reforçado um monte de grupos dentro das fábricas. Você tinha gente na Brown Boveri, na Charle-roy, tinha gente na Osram, na Cobrasma, na Braseixos. Que foi uma...

Também não foi uma vitória, assim, fácil, porque a máquina, essa coisa toda, a máquina sindical, ela era terrível. Mas teve uma vitória retumbante na Cobrasma. Essa vitória que deu a vitória. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Depois das greves em Contagem, a classe operária de Osasco ganha novo ânimo. As bandeira de luta contra o arrocho, "lei anti-greve" e "Minas é exemplo de luta" darão a tônica das oposições naquele Primeiro de Maio na Praça da Sé.

### **O Primeiro de Maio na Praça da Sé**

De acordo com Roque Aparecido da Silva, que participou do ato como operário da Cobrasma, os próprios pelegos dirigentes do MIA foram "ao governador Abreu Sodré solicitar autorização para realizar o ato na Praça da Sé e o convidaram para participar junto com os trabalhadores. O governador autorizou e disse que 'como primeiro trabalhador do Estado' estaria na concentração. (SILVA, 2008, p.6). A partir do Sindicato Metalúrgico de Osasco organiza-se um grande bloco operário que levaria as posições defendidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, comissões de fábricas e comitês clandestinos, que convergiriam com a militância operária e as oposições sindicais que lutavam contra o peleguismo e a ditadura. Segundo Ibrahim, além das centenas de operários de Osasco que se dirigiram para o ato: "organizamos em Osasco um grupo de segurança, que lotou um ônibus. Ele ia armado de porretes, barras de ferro, ovo podre, etc, e deveria tomar o palanque junto com alguns setores das oposições sindicais certas organizações revolucionárias". (IBRAHIM, 1972, p. 219).

As oposições que vinham se auto-organizando desde o golpe militar, tendo utilizado-se do MIA como um fórum de contatos entre os operários combativos, conseguiram intervir qualitativamente no ato e mudar os rumos daquela atividade. Conforme pontua Roque Aparecido da Silva: "O movimento operário e sindical, além de todas as manifestações do MIA, estava saboreando a vitória da greve de Contagem. Em Osasco vivia-se um clima de euforia pelos avanços alcançados e medo pelas medidas que poderiam ser tomadas pelo Ministério do Trabalho". (SILVA, 2008, p. 6).

De acordo com o relato de Stanislaw, que participou daquele ato: "Olha, isso foi um negócio organizado... Bem organizado pela direção do sindicato, não só Osasco, o de Osasco foi um dos... O sindicato do ABC, todos os sindicatos combativos, que estavam na linha... Santo André, São Bernardo". (Entrevista- Stanislaw Szermeta). Mesmo organizações que iniciavam-se na luta armada ajudaram no chamado para aquele ato, é o caso da ALN de Marighella. Conforme relatou Cloves de Castro que militava nessa organização:

E aí a gente começa a convocação para o Primeiro de Maio, a gente já ia... Fomos para as portas de fábricas chamando para o Primeiro de Maio, com dispositivo armado, já panfletando com dispositivo armado e tal (...) Osasco fazendo a mesma coisa (...) Na grande São Paulo também (...), convocando o povo para o Primeiro de Maio. (Entrevista - Cloves Castro).

Naquele Primeiro de Maio, uma quarta feira, confluíam todas as organizações que combatiam a ditadura. Conforme relatou Anízio Batista em entrevista que nos concedeu:

O Primeiro de Maio na Praça da Sé era muito importante na época da repressão, porque quando nós tínhamos o Primeiro de Maio, canalizava todo o trabalho nosso, em termos de agitação (...). Naquele tempo não podia nem falar de centrais sindicais. Mas nós canalizávamos todos os trabalhos de oposição e o pessoal mais avançado do movimento sindical na Praça da Sé. Foi aonde a gente deu uma pedrada no Abreu Sodré [risos]. (Entrevista - Anízio Batista).

Duas formas de sindicalismo chocam-se, por um lado a do sindicalismo pelego que coaduna com a ditadura militar e o patronato, que arbitra por cima das bases em negociação com autoridades governamentais e administrativas. Por outro lado, havia a atuação sindical estruturada sobre as comissões de fábrica. De acordo com Ibrahim, tratava-se de duas grandes correntes sindicais: “uma, que era imobilista e levava à prática o mesmo tipo de sindicalismo de cúpula e queria realizar um 1.º de Maio com participação do Ministro do Trabalho, parlamentares e demais autoridades e que tinham como referência o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e os Bancários”. (IBRAHIM, 1986, p. 66). De acordo com o relato de Espinosa, o evento foi cuidadosamente preparado em Osasco:

O Primeiro de Maio também teve esse negócio de uma preparação, de núcleos, que estão um dentro do outro, em que cada núcleo mais fechado você tem uma coisa mais radicalizada. Então, o Primeiro de Maio foi preparado pelo conjunto do movimento sindical, incluía os pelegos, Joaquinzão, os pelegões tradicionais. E o MIA participava disso. Dentro desse movimento, do movimento sindical, foi negociado, que falaria, quantos fariam, fariam dois ou três do MIA. Um dos que falaria pelo MIA seria o Ibrahim. Foi negociada a ordem da... Isso no movimento sindical geral. O MIA, além dessa participação geral, se reunia à parte. Então o MIA falava da radicalização dentro da... Depois de começada a manifestação. Algumas pessoas do MIA, sabiam da ocupação [do palanque], agora dentro do MIA, o pessoal de Osasco, o grupo de Osasco se preparou taticamente, para a ocupação, para tomar o palanque. Então, esse grupo Dori, Dori depois integrou a ALN e morreu lá em Presidente Altino. (...). A casa dele foi cercada, ele tentou fugir pelo telhado, foi abatido, caiu do telhado no quintal, morto. O Dori era da construção civil em São Paulo. O Dori conseguiu porretes, esse porretes serviram para... Você colocava cartazes. Na hora você tirava o cartaz, tinha uma puta de um porrete com prego na ponta. Ele também conseguiu umas duzentas barras de fio de telefone, que você dobra e é um cassetete. Então, Osasco, nós preparamos o seguinte, Osasco mandou, se eu não me engano, 9 ou 19 ônibus, que foram para a praça das bandeiras, o pessoal concentrou lá. As lideranças, para as lideranças não tinha ônibus, foi todo mundo de trem. Eu por exemplo, fui com uma barra de fio amarrada aqui na cinta, chegar na hora e tirar. Vamos até a Praça Júlio Prestes. Aí fomos a pé, até a Praça das bandeiras. Lá juntamos, então, de Osasco tinha entre 900 e 1000 pessoas. Tinham

outras pessoas de Osasco que foram soltas. E esses 1000 de Osasco, é a Vanguarda de Fábrica e a Vanguarda estudantil, ou seja, era o pessoal nosso. Bom, pra você ter uma ideia disso, só para a VPR foram 80 quadros de Osasco. Osasco dobrou o número da VPR. Osasco deu expressão à VPR. (Entrevista - Roberto Espinosa).

João Joaquim estava com um grupo de operários que chegou antes na Praça da Sé para averiguar o contingente policial e militar que estava de prontidão para assegurar a realização do ato:

Quando nós chegamos lá na Praça da Sé, primeiro a gente fez uma 'operação fria', um grupo foi na frente, deu uma olhada, viu, pelo o tamanho do palanque... Uma 'operação fria', você vai, faz um levantamento, uma pesquisa, aí você fala: 'oh pessoal, tá chegando repressão', ou não: 'Olha, o negócio está fácil, não tem polícia'. Nós fomos lá as cinco, seis da manhã, sete horas, porque [o ato] foi às nove. Aí você via aquele palanquinho pequenininho, e a cada dez metros, cinco metros, tinha um cara com um fuzil, baioneta, polícia mesmo... Aí a gente já falou: 'Olha, a coisa vai ser pesada mesmo'. Aí quando chegamos, por volta de oito e meia, mais ou menos, antes das nove, aí a gente já percebeu que a coisa ia ser feia. E quem estava comandando o palanque eram os pelegos mesmo. Um tal de Brandão que era dos Bancários, acho que era Frederico Brandão, Joaquim dos Santos Andrade, dos metalúrgicos né, tinha um tal de Paixão também, que era de Guarulhos, e outros... (Entrevista - João Joaquim).

Em publicação de 1972, Ibrahim afirmou que estavam preparados para enfrentamentos mais agudos com as forças repressivas do governo militar-burguês: "Fizemos um levantamento de todas as entradas da Praça da Sé e dispusemos em cada uma um grupo de segurança, com bomba molotov para enfrentar a polícia. (Desse esquema se encarregaram o grupo de Marighella e o grupo dos sargentos, que mais tarde se transformariam na ALN e VPR)". (IBRAHIM, 1972, p. 219). Roberto Espinosa, que era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), afirmou que naquele dia, além dos materiais levados pelos operários para se enfrentarem com as Forças Armadas na Praça da Sé, o grupo guerrilheiro, que se constituiria como VPR, também estava dando cobertura armada aos operários. Alugaram um apartamento em frente a Praça da República: "Em um desses prédios, tinha sido montado um ninho de metralhadora pelo pessoal armado. Se a repressão viesse, eles dariam um combate a repressão". (Entrevista - Roberto Espinosa). Relatou ainda que o Capitão Lamarca, futuro membro da VPR, que servia na região de Osasco, também estava se articulando para marchar com um batalhão para a Praça da Sé caso houvesse repressão ao ato dos operários. O objetivo de Lamarca seria rebelar-se contra as forças do Estado e defender os operários.

A ditadura militar assegurou toda estrutura midiática, policial e militar na Praça da Sé para garantir que o evento fosse realizado. Aquele Primeiro de Maio seria uma forma de forjar uma aparente harmonia entre dirigentes sindicais, operários e governo ditatorial. Era uma

propaganda que fabricava a artificialidade de uma faceta democrática do Regime. Como relembra Cloves de Castro: "Bom, aí a gente entra na Praça da Sé e o palanque montado, certo, você via uma puta cobertura da mídia, entendeu... Cobertura da mídia, do lado direito, a câmera de televisão". De acordo com o relato de Espinosa, as delegações de Operários de Osasco são recebidas com entusiasmo pelos militantes ali presentes:

[...]. Osasco, 900 a 1000 se concentram na Praça da Bandeira, vamos em passeata na Praça da Sé... Na Praça da Sé o pessoal estava se concentrando, estava ali... Aquele clima no ar. Quando chega esse grupo de Osasco, com poucas pessoas da Frente [Nacional do Trabalho], eu até acho que o João Joaquim devia estar nesse grupo. Quando esse grupo chega, e entra na Praça da Sé: '35% ou greve!', 'greve já!', com cartazes, agitando... Quer dizer, aquilo pega fogo, certo... O pessoal fala em 12 mil, não cabia isso. Praça da Sé... No máximo cinco ou seis mil. Metade do que falam. Hoje é maior, hoje caberia. Hoje cabe até uns 40, 50 mil. Mas na época não cabia isso. Mas era bastante. E também não estavam todos ali, estavam nas imediações, chegando... Mas ali dentro uns 5 ou 6 mil... E quando Osasco chega, mil entram no meio de 5 mil, quer dizer... É uma alavanca né... Aquele negócio se levanta, e o pessoal de Osasco vai, atravessa e cerca o palanque. Aí você começa a dizer: 'Vamos tomar o palanque!'. O plano era tomar o palanque quando o Ibrahim falasse, ou, se não desse nesse momento, quando o Abreu Sodré falasse. O Abreu Sodré não podia falar, esse era o plano, mas nem sempre acontece como você quer. Primeira coisa, o Ibrahim não chegou a Praça da Sé. O Ibrahim não participou. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Os números de participantes daquele ato são imprecisos. A maior parte dos entrevistados fala de 10.000 participantes. Espinosa, apontou números mais baixos, cerca de 5 ou 6 mil. Por outro lado, Ibrahim (1972 e 1978), que também militaria na VPR junto com Espinosa, afirma que estiveram presentes naquele dia cerca de 15.000 pessoas. Já em publicação posterior (IBRAHIM, 1986, p. 67), o sindicalista fala da presença de cerca de 20.000 participantes naquela ocasião. A imprecisão dos números não invalida em nada a importância daquele ato e suas consequências. No entanto, Ibrahim não estava presente no ato. O receio de ser cassado da Diretoria do Sindicato pela ditadura, ou mesmo ser preso, fez com que Ibrahim tomasse parte na organização, mas que não comparecesse no dia do mesmo.

A organização do ato, bem como a intervenção dos operários e militantes de Osasco durante o evento na Praça da Sé, tornará evidente que Ibrahim não era uma liderança isolada em Osasco, mas que era parte de uma camada considerável de operários combativos que estavam dispostos a enfrentar-se política e fisicamente contra as forças militares e policiais da ditadura. Na Praça da Sé, as delegações de Osasco tomam a linha de frente, armados com bastões de madeira, cabos de aço e barras de ferro, dispõem-se cara a cara com o palanque prontos para o enfrentamento com as Forças Armadas que faziam a segurança do ato. Começa o empurra-empurra que redundava em enfrentamento, atiram ovos, uma pedrada na cabeça de

Abreu Sodré, um discurso dos militantes de Osasco e incendeiam o palanque. Conforme registrou Gorender: "Assim que Abreu Sodré e membros do governo subiram ao palanque, acompanhados de pelegos, ministerialistas e sindicalistas do PCB, tiveram que recuar mediante pedradas". (GORENDER, 1987, 144).

**Foto 5 - no palanque: Abreu Sodré pede calma ao operariado<sup>35</sup>**



Waldemar Rossi relata que a imagem da massa operária furiosa avançando contra o palanque deixou-o impressionado: "Levou pedrada... Um pedaço de madeira pegou na cabeça dele e eles saíram de gatinho [engatinhando]. Eu tenho uma imagem, ainda hoje, daquela massa furiosa derrubar o palanque, tocar fogo no palanque. Me impressionou... É aquilo que é a massa furiosa". Como recorda João Joaquim, operário de Osasco que participou da organização clandestina de boicote ao evento ditatorial:

(...) Quando abriram o evento, a primeira pessoa que apresentaram foi o Roberto de Abreu Sodré, que era o governador, aí depois foi o Brandão, Joaquim dos Santos Andrade. Aí nós falamos que o Ibrahim, Osasco, não subia no palco de pelego, e demos uma vaia na turma. 'Operário sim, pelego não'. Aí, nós tínhamos o projeto de tomar o palanque. Estava combinado, a esquerda lá, o sindicato, algumas reuniões clandestinas. Então, fizemos um jogo de avançar todo mundo para o palanque, e tomar o palanque logo que os pelegos subissem. Aí, isso aí funcionou. Só que na primeira ida [para cima do palanque], a gente foi reprimido violentamente, cassetete... A gente recuou, demos alguns passos para trás, assim como quem fosse embora. Mas, tinha até um projeto, de que se caso a gente não conseguisse [tomar o

<sup>35</sup> <https://solidariedadesocialista.files.wordpress.com/2011/05/palanque-dos-pelegos-1-maio1968.jpg>

palanque], a gente virar as costas para o palanque e fazer um outro ato. Mas aí, na segunda ida que a gente foi, aí, tal, saiu pelego até pelo ladrão, policial caindo com o cassetete na mão e tal, e já tomamos o palanque. Aí foi quando, não sei de onde, veio uma pedra e bateu na cabeça do Roberto Abreu Sodré e ele se refugiou dentro da Catedral. Aí, teve assim, dois discursos importantes: teve um do Barbosa, que era uma liderança da AP [Ação Popular], do ABC, que, inclusive, com a repressão, ele foi embora para a Suíça e morou na Suíça muitos anos. E teve o discurso do José Cupertino de Novaes, que era da construção civil, inclusive era da Presbiteriana e era da AP também, era protestante e tal... E tem um detalhe, a gente não comenta muito em respeito até... Agora até a memória né... o Zé Ibrahim não veio no Primeiro de Maio, estava escondido. Então quem falou foi o Zequinha né, o José de Campos Barreto, mas ele falou na Praça da República. Porque, com esse alvoroço, o objetivo nosso era derrubar o palanque e por fogo no palanque. Então isso nós fizemos, assim, deu tudo certinho, e uma passeata. Tomamos o palanque, o Barbosa falou, mais o outro companheiro falou, o governador se refugiou dentro da Catedral, sangrando, e os pelego amparando o governador né, no colo [risos], então nós desmobilizamos os pelegos também né... Aí a palavra de ordem era descer pela XV de novembro e chegar na República, e deu certo também né... Organizamos e tudo... E, com a pelegada, com os policiais, os dedo-duro, filmando lá de cima dos prédios... E, a gente descendo em passeata. (Entrevista - João Joaquim).

Na imagem a seguir, registrou-se os momentos do empurra-empurra que culminou com a ocupação do palanque pelos militantes de Osasco e das oposições sindicais:

**Foto 6 - Agitação e empurra-empurra na Praça da Sé**



O acontecimento também nos foi relatado por Espinosa que participou daquela atividade:

Aí, o que eu me lembro, naquele burburinho, falou um sindicalista, falou um outro, acho que nem o Joaquinão chegou a falar... Mas, aí, de repente, começou aquele mexe, mexe, se entendeu? E começa a balançar o palanque, de repente vem um... Ovos jogados no palanque, que atingem várias pessoas, um acerta o Abreu Sodré. E eles saem correndo do palanque, eles descem. Atrás tinha a escadaria para a Igreja, que era uma escadaria mais pronunciada do que hoje. (...). Antes era maior... Mas, aí, sobem todos correndo e entram... O Vandrê [Músico] estava no palanque... Aí, eles descendo do palanque, uma outra turma sobe... E de repente, quem está com o microfone na mão: José Campos Barreto, não estava no plano. Aí o Barreto faz ali o discurso agitado, chamando para a greve, falando da ditadura, quer dizer, faz o discurso da cultura VPR, em que ele já estava, passa a palavra para o Neto, e fala mais um cara que é do ABC... Falam uns três. Aí eles convocam para a passeata, que também não estava prevista, até a Praça da República. Aí sai a passeata, na hora nós não tínhamos organizado uma segurança, quem estava na passeata, uma segurança mais ou menos organizada, era o José Dirceu da UEE, aí o pessoal da UEE começa a fazer a segurança da passeata, com uma posição, que era a posição da Dissidência do partidão [Dissidência Comunista da Guanabara-PCB]. Então, são eles que impedem que o CitiBank seja completamente quebrado, um cara que estava no meio da massa, eu conheci esse cara depois, o Barbosa, o Jessé, esse cara acabou quebrando o vidro do Citibank. Mas aí, os seguranças do José Dirceu impediram. Mais à frente nós passamos pela concentração da Guarda Marítima, a Guarda Marítima era a elite da Força Pública, aí eles impedem... Apesar disso, alguns dos porretes que sobraram, nós jogamos na Guarda Marítima, provocando a Guarda Marítima. Mas eles tinham ordem de não intervir (...), devia ser uns 120 ou 240 mais no começo, depois tinha mais se fosse preciso, claro, é o Estado né... Mas eles não reagiram à nossa provocação. A turma do Zé Dirceu, também, fazendo a segurança impediu que a gente se aproximasse mais. Mas a marcha continuou. Na Praça da República tinha um Coreto. Aí o Barreto sobe, na Praça da República, no Coreto, e o Barreto faz o discurso... Aí, esse discurso do Barreto, já é chamando para a revolução, para a derrubada armada da ditadura, chamando para a guerrilha no campo e na cidade, enfim. Um discurso que não estava nos planos, tá certo, não estava planejado. O plano era outro, era tomar o palanque na hora que o Ibrahim falasse, talvez fazer uma pequena marcha pelo centro, no caso, era feriado, não estava tudo cheio de gente, mas enfim, foi isso que aconteceu no Primeiro de Maio. (Entrevista - Roberto Espinosa).

De acordo com o relato de João Joaquim, essa passeata pelo centro, contava com cerca de 10.000 pessoas:

Essa passeata, eu calculei 10 mil pessoas. Uns falam mais e tal (...). Tinha uma organização muito boa porque tinha companheiros que queria confrontar e a gente falou: 'Oh companheiro, nosso objetivo é chegar na República, fazer um ato e tal, não aceitar provocação'. Mas mesmo assim, alguns companheiros mais exaltados queimaram bandeira dos Estados Unidos, *ianques*, deram pedrada lá no CITIBANK. E tem um fato interessante, quando nós chegamos lá na Praça do Correio, tinha um grupo de Marines, que era uma polícia treinadíssima, acho que da Marinha, tinha talvez uns 100 Marines estavam lá... E os companheiros exaltados, ameaçaram jogar umas pedras neles, uns pedaços de pau, e eles com os cassetetes e tal, e nós passamos. (Entrevista - João Joaquim).

**Já tinham colocado fogo no palanque?**

Assim que tomamos o palanque, já incendiamos o palanque, pusemos fogo no palanque!

### **Como vocês fizeram?**

Não sei de onde, surgiu uma caixa de fósforos lá, um pouquinho de gasolina, aí os caras puseram fogo no palanque. E o palanque, destruiu o palanque, pegou fogo, queimou tudo. Aí que a gente sai organizado, desce a XV de novembro, e subimos a São João, e República, e da Republica, não teve repressão na República, interessante. Até, tinha uns irmãos lá, irmãos mesmo, uns crentes lá, que quando nós chegamos os coitados saíram correndo, não sabiam o que era aquilo. E lá sim, o Zequinha Barreto falou, o Zequinha, o Novaes falou. O Zequinha Barreto fez um discurso homenageando o Che Guevara: 'Uma das coisas que a gente... Não devemos esquecer, é da memória do maior líder da juventude latino-americana, Ernesto Che Guevara. E nossa luta, a partir de hoje, é organização ferrenha nas fábricas contra o arrocho salarial'. E depois de uma... O ato foi rápido, durou assim, tipo uns 40 minutos mais ou menos, uma hora. E o interessante é que tinha uns companheiros com um cartaz, né, 'Viva o Primeiro de Maio', 'Abaixo o arrocho', só que o cartaz era tipo 40, 50 centímetros e o suporte do cartaz era um porrete [risos], um pedaço de pau desse tamanho [faz gesto de altura, cerca de 1 metro e meio] e dessa grossura [gesto de espessura], era para defender mesmo. E a repressão acompanhou tudo de longe e não atacou a gente. Aí, a gente dispersou, já tinha uma palavra de ordem, não sair todo mundo junto, fomos pela Rio Branco, pela Duque de Caxias... (Entrevista - João Joaquim).

Após a saída dos manifestantes da Praça da Sé, algumas pessoas continuam na Praça e são reprimidos pela polícia. De acordo com o relato de Cloves de Castro, que participou do ato:

(...) Então, não houve confronto, tá certo, embora houve... Quem ficou... Ficou um grupo de pessoas na Praça da Sé [risos], porque acabou, algumas pessoas acabaram sendo presas na Sé, mas por besteira... Não gente de... Entendeu... Aí começa realmente todo um processo organizativo... Ou melhor, começa não, dá continuidade ao processo organizativo no nível da organização na fábrica, certo, do qual Osasco tem, assim, uma história muito boa, né, e São Paulo... E intensifica aí as ações armadas, cria-se, já surge a VPR, mais tarde tem o racha da VPR e vem a Var-Palmares, sabe... Pequenas organizações armadas, tá certo... Pequenas organizações que surgem também, como a REDE... (Entrevista - Cloves Castro).

Uma vez apedrejado Sodré e incendiado o palanque, a marcha de trabalhadores desfila triunfante pelo centro de São Paulo. Ocupam a Praça da República, fazem um ato relâmpago sem a influência dos representantes da ditadura e dos pelegos. Ali expressa-se o ânimo da luta contra o peleguismo, é uma ato dirigido pela esquerda militante operária. As ideias da luta armada também encontram espaço ali. Surpreendida pela audácia e radicalidade do operariado ali presente, as forças repressivas são pegas de surpresa e não sabem como reagir.

Os trabalhadores saem vitoriosos daquele ato, conquistam seus objetivos: expulsam o governador, impedem a continuidade do ato, demonstram que não estão dispostos a pactuar com as autoridades e representantes da ditadura ou com os sindicalistas pelegos.

**Foto 7 - Palanque tomado pelo operariado<sup>36</sup>**



No ato, as ideias políticas das organizações e tendências militantes que se articulavam molecularmente, expressam o caldo de cultura daquele 1968. Na passeata operária podia-se ver cartazes com a imagem de Che Guevara. Abreu Sodré em entrevista afirmava que: “Aquele 1º de Maio, ele nasceu sob inspiração do movimento revolucionário que já vinha se instalando em Paris e Naterre, na França”. (ABREU SODRE, 1978, p. 28).

O êxito do Primeiro de Maio projetou estadualmente os militantes operários das oposições, mas principalmente os trabalhadores de Osasco. A euforia que é incrementada com outra vitória política. No entanto, findado o episódio, busca-se punir o Sindicato que despontava como representante das bases mais destacadas no estado. De acordo com o relato de João Joaquim:

Aí, na segunda feira de manhã, aliás, no dia seguinte, eu não sei se o Primeiro de Maio foi na... Me falha a memória se foi no domingo [foi em uma quarta-feira], mas só sei que no dia seguinte, tentaram prender dois companheiros nossos, o Adauto e o José Ibrahim, o Adauto eu não lembro totalmente o nome dele, eu sei que era Adauto, não sei se era José Adauto da Silva... Adauto, a gente conhecia como Adauto, trabalhava, se eu não me engano, na Brown Boveri... E chegaram lá [no sindicato] disfarçados e procuraram pelo Adauto: 'O Adauto está na fábrica, hoje ele não veio trabalhar', mas não falaram que eram policiais, o José Ibrahim passou encostado, o José Ibrahim parecia um moleque... Ele era assim, um metro e sessenta de altura mais ou menos, no máximo 1 e 62, 1 e 58, acho que pesava uns 50 e poucos quilos, baixinho, magrinho e tal, a carinha de turco mesmo, do José Ibrahim, nos até chamávamos ele de Turquinho: 'Zé, você tem que dar corda, não fica por aqui hoje não!'. Foram no sindicato porque ele estava liberado. Aí, nós fomos,

---

<sup>36</sup> <http://www.pstu.org.br/node/13429>

recebemos uma intimação para ir na Delegacia do Trabalho. (Entrevista - João Joaquim).

### **Toda a Diretoria do sindicato recebeu a intimação?**

É, prestar um depoimento. Aí, nós fomos e tal, o Delegado do Trabalho de São Paulo chamava, era um General chamado Gaya, Ernesto Gaya, aí, ele tinha até um jeitão assim, de bom moço, sabe? Aí ele falou, que foi muito violento o Primeiro de Maio... Que nós deveríamos... 'Que tal, se a gente fizesse um acordo'. Ele tinha a intenção de afastar o Zé Ibrahim né. Aí, eu me lembro que o João Cândido fez reflexão assim: 'General, o Zé Ibrahim é um moço de 21 anos, está começando na luta, seria uma violência muito grande caçar, afastar o companheiro, que fez Senai, que trabalha, que nunca pensou em matar ninguém, está apenas na luta dos trabalhadores e tal. Eu sugeriria, e, nós, acho que todo mundo aqui tem a mesma opinião, de manter a Diretoria do sindicato intacta'. Aí ele ficou meio assim... E realmente, depois de uma semana, a coisa ficou mais leve, aparentemente. (...). E, a gente sabia que era irreversível a greve, começamos a conversar. E no começo de maio, no final de abril, os trabalhadores de Contagem fizeram uma paralisação e tomada de fábrica. O presidente do sindicato de lá chamava Enio, Enio Seabra. E, nós deslocamos dois companheiros, o Pedro Tintino e o José Ibrahim para ir lá e conversar com ele e com o grupo dele, para saber como é que foi lá. Eles estiveram lá em Minas [Contagem], e o Enio Seabra era da Belgo Mineira. (Entrevista - João Joaquim).

Mesmo com o risco da cassação, segundo com Stanislaw, que participou do ato, considerando a importância daquele Primeiro de Maio, destaca que seria complicado caracterizá-lo como um ato esquerdista:

(...) não é nada assim organizado. Porque estava recém saído... A Diretoria do sindicato de Osasco [chapa verde], não tinha um ano, não tinha um ano ainda e já tinha tido 'paus' assim (...). Então toda essa construção foi muito rápida... E fazer uma observação de que foi esquerdista, ou que foi precipitado, essa coisa toda, é meio problema. Porque foi também... Era um momento de mudança, de renovação. Então era um momento que você ia trabalhar muito com a nova turma. Os novos companheiros, novos quadros, que tinham alguma resistência, que tinham alguma capacidade de organização dentro das fábricas mas não tinha ainda todo... O Sindicato de Osasco, nesse sentido, com a Diretoria [chapa verde], acaba tendo um papel importantíssimo porque acaba sendo uma articuladora do processo das lutas. Mas precisava também fazer a luta específica, a luta da sua base. Não adiantava gargantear sem apresentar a fatura, apresentar o processo de luta. Então essa questão da construção era uma coisa de duas mãos. Uma mão era trabalhar a luta política, na porta de fábrica, a luta da propaganda.. E outra coisa era a luta real, a conquista... Ia ou não ia quebrar o arrocho? Essa demanda é que fazia com que a luta dentro das direções... E era uma luta que estava começando a abrir as portas do sindicato para o movimento popular... O sindicato de Osasco ajudou muito, trabalhou muito, cedeu muito para ajudar as organizações que surgiam na época, [sociedade] amigos de bairro, conquistas populares... Então tinha todo um... O sindicato precisava ser de esquerda mesmo para absorver toda essa mão de obra, para não dizer 'não, aqui é a luta dos trabalhadores', porque normalmente tem um pouco disso né... Separa o sindical... Podemos dar um carro e tal... Mas não nos misturamos... Então, a luta de 1968, o que ela trás de importante é que ela abriu um espaço muito grande para, vamos dizer assim, para a luta. Porque ela marca, ela marca, um enfrentamento com a ditadura... Que já vinha um pouco antes, com Contagem em abril... Contagem vem em abril... E influenciou, porque teve o problema do abono, dos 10% de abono que

foi dado em 1968. Então, teve todo um processo de resistência... Mas é que em 1968, na quebra da relação com qualquer pretensão do governo de dar uma amainada... E essa coisa toda quebra né... Porque quando o Governador é tocado do palanque... Quando a pelegada já vai para lá... Acaba tudo... Acaba com tudo... Põe a luta em outro negócio. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Como relatara Espinosa na entrevista que nos concedeu: "Quer dizer, foi um primeiro de maio emblemático, que rendeu cassação, cassação não... A suspensão do mandato da Diretoria por quinze dias. Mas com isso, o clima para a greve fica pronto, tá certo, o clima para a greve fica pronto. E a campanha, o que falta é só ultimar os preparativos". (Entrevista - Roberto Espinosa).

Em material da Oposição intitulado *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo* (GET/Urplan, 1982), analisa-se que "A organização do dia 1º de maio de 1968 renovou os ânimos da Oposição Sindical. Foi outro momento em que a classe operária pôde se manifestar. Nesse acontecimento, houve um redespertar da consciência operária. Uma nova esperança começava a aparecer". (GET/Urplan<sup>37</sup>, p. 26). Há um acúmulo de forças entre 1966 e 1968. O Primeiro de maio na Praça da Sé é uma das expressões mais significativas de atuação política de enfrentamento com representantes da ditadura e contra os interventores sindicais. É uma mostra da reorganização dos setores mais destacados do movimento sindical e operário. Os ventos da conjuntura internacional de maio de 1968 contribuirão ainda mais para elevar os ânimos combativos no Brasil.

### **A conjuntura internacional contribui com a agitação política e sindical no Brasil**

Os processos de lutas de classe desenvolvidos no Brasil não se dão no vazio. As lutas operárias e estudantis serão características daquele 1968. Nos Estados Unidos ganha força a luta dos Panteras Negras. No México, o presidente Gustavo Dias Ordaz Bolaños ordena o massacre contra estudantes da Universidad Autonoma del México (UNAM), mais de 500 são assassinados. No mesmo ano tem-se a Primavera de Praga, nas principais fábricas na Itália operários organizam-se contra as burocracias sindicais (agentes da dominação de classe), e as determinações sindicais e partidárias do Partido Comunista Italiano e contra a CGIL - Confederazione Generale Italiana del Lavoro, nesse terreno deflagram o Outono Quente Italiano.

---

<sup>37</sup> Caderno 4, intitulado *Nas Raízes da Democracia Operária*. É parte de uma pequena coleção, faz parte da série *Cadernos do Trabalhador* editado pelo Grupo de Educação Popular/GEP do Instituto de Planejamento Regional e Urbano (URPLAN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Na França operários metalúrgicos e têxteis revoltam-se contra o PCF e contra a CGT (Confédération générale du travail) e articulam-se com os estudantes, desencadeando uma greve geral no dia 13 de maio de 1968. Uma onda de greves, por fora dos sindicatos, varre a França. São greves com ocupações de fábricas. O Maio Francês contribui diretamente para fortalecer as mobilizações contra a Guerra do Vietnã. Fortes mobilizações estudantis e operárias tomam conta também das lutas sociais no Japão. Em síntese, poderíamos dizer que o 1968 foi o ano em que operários e estudantes combateram abertamente as instituições capitalistas, as burocracias partidárias, sindicais e stalinistas. Esse amplo leque de processos de lutas influenciou diretamente nos setores mais mobilizados do operariado brasileiro. Conforme relatou Stanislaw Szermeta:

Se deve ao momento político revolucionário, que nos estávamos.... Se deve a uma mudança no processo da qualidade do trabalho de fábrica. Foi o avanço das lutas parciais. A construção da consciência mais combativa. Houveram mudanças, entende? A conjuntura ajudou muito. Não é que ajudou muito, é que houve uma... por uma felicidade, de uma grande quantidade de militantes se dedicarem a esse processo de luta. Essa combinação dessa luta dos operários que de dia eram trabalhadores e a noite eram estudantes. Isso tem uma influencia muito grande nesse processo da luta. Então, vamos dizer assim, dá um rumo diferente para o processo de luta. Isso ai é que vai criar esse clima de que 'oh, é uma bucha muito grande, mas agora nós estamos com a Diretoria, agora nós estamos com um grau de forças acumuladas que vai dar para a gente pressionar', entende? Agora, não era uma coisa simples, era uma coisa... debaixo de ditadura.. Era mandado embora, desarticulado... (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Em meio a essas experiências, no fim de maio é deflagrada uma greve dos operários da Barreto Keller, fábrica que contava com cerca de 180 trabalhadores. Essa greve estende-se por 7 dias, sendo vitoriosa, conquistou reajuste salarial e a formação de uma comissão legalizada (IBRAHIM, 1972, p. 220). Conforme aponta Roque Aparecido Silva:

A Barreto Keller era uma indústria metalúrgica que empregava aproximadamente 150 trabalhadores, que lutavam por reivindicações específicas, como equiparações e reajuste salarial. Depois de mobilizações internas durante maio, os patrões aceitaram atender parcialmente as reivindicações. Entretanto, no dia do pagamento, em junho, os trabalhadores constataram que não havia aumento salarial. Imediatamente decidiram paralisar o trabalho, comunicando em seguida ao sindicato. Após sete dias de greve os patrões cederam, aumentando os salários em 15%, melhorando algumas condições de trabalho e reconhecendo a existência de uma Comissão de Empresa. Durante a paralisação houve intensa mobilização dos metalúrgicos de Osasco em solidariedade aos grevistas. Reuniões foram realizadas no Sindicato, nas quais a paralisação geral da categoria era discutida. De fato, a realização de uma greve geral estava colocada para o conjunto das lideranças. Entretanto, a perspectiva era de que tal greve acontecesse em novembro, quando haveria a campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, juntamente com Osasco. Com isso, haveria mais tempo para a organização em Osasco e a greve poderia adquirir uma dimensão

muito maior. A confluência de vários fatores, porém, terminou provocando a antecipação da greve para julho. (SILVA, 2008, p.7).

As mobilizações do MIA, as greves em Contagem, o triunfante Primeiro de Maio de 1968 na Praça da Sé, bem como a greve dos operários da Barreto Keller, somadas às ideias da luta armada foquista<sup>38</sup>, que despontava como uma "nova estratégia" revolucionária, serão elementos que darão respaldo para a deflagração de uma greve com estratégia insurrecional em Osasco em julho de 1968. Ibrahim (1972), afirma que a posição da Diretoria do Sindicato de Osasco era a de que a greve deveria ser realizada em novembro, na data base. Mas que as pressões oriundas da base influenciaram nas posições do Sindicato de adiantá-la para julho: "Nós nos sentíamos cobrados e pressionados. Por outro lado, fazer a greve era uma questão importante para nós, como liderança de novo tipo, que estava surgindo no movimento operário. Seria o primeiro grande movimento realizado dentro de uma nova perspectiva e nós tínhamos condições de desencadeá-lo. (IBRAHIM, 1972, p. 222).

### **A greve na Cobrasma: estratégia e seu legado ao movimento operário**

O Governo está em crise, ele não tem saída e o problema é aguçar o conflito, transformar a crise política em crise militar. Daí vinha nossa concepção insurrecional de greve: levar a massa através de uma radicalização crescente a um confronto com as forças de repressão. Era a visão militarista aplicada ao movimento de massas. (José Ibrahim, 1972, p. 222).

José Ibrahim põe acento na estratégia que guiou as greves de Osasco em 1968. Aguçar os conflitos de classe, entre patrões e operários, entre o movimento de trabalhadores e a ditadura militar. A greve deveria converter-se em uma insurreição anti-ditadura. Afirma ainda: "Estávamos ligados ao movimento de massas, mas bastante comprometidos com as posições de ruptura com o reformismo, de luta armada que a esquerda começava a levantar". (IBRAHIM, 1972, p. 222). Por tal concepção, o movimento foi estruturado sobre uma estratégia, que denominaremos como "foquismo sindical".

Conforme discutido anteriormente, em Osasco gesta-se um movimento político crescente desde a década de 1950, passando pela adesão às greves gerais nacionais (greve dos 300 mil, dos 400 mil e dos 700 mil), luta pela emancipação de Osasco, pela formação de comissões de fábrica e pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Em meio às

---

<sup>38</sup> O foquismo centra-se na ideia de iniciar um foco guerrilheiro armado que se espalha pela sociedade e converte-se em revolução, como na China em 1949 e em Cuba 1959. Na América Latina recorria-se às ideias de Che Guevara e Régis Debray para referendar tais práticas. Para uma crítica da "teoria" do foco guerrilheiro no processo chinês e cubano, consultar: WERNER, R.: AGUIRRE, 2007.

greves e mobilizações que eclodiam, o operariado de Osasco também ansiava pela deflagração de um amplo movimento contra o arrocho salarial e contra a ditadura militar. O Maio Francês, a figura mítica de Che Guevara e as teses de Regis Debrey, somavam-se às mobilizações em Minas Gerais, greves em São Paulo, às assembleias do MIA e o Primeiro de Maio na Praça da Sé, que por sua vez convergiam com o ativismo estudantil, a marcha dos 100 mil e as mobilizações em São Paulo. Como relembra Espinosa: “Na época, 1968 parecia o ano da grande revanche. Pelas milhares de cabeças que o incendiavam, passava a certeza de que aquele era o ano da lavagem de alma dos movimentos populares derrotados em 1964”. (ESPINOSA, 1978, p. 36). Ainda, de acordo com o autor:

Depois da morte de Edson Luís, em março, o movimento estudantil entrara num período de rápido ascenso. Passeata dos 100 mil; movimentos de rua nas principais cidades; luta acirrada entre várias correntes políticas pelo controle da UNE e da UEEs (Uniões Estaduais dos estudantes); correntes políticas tentando romper o cerco do movimento estudantil e influenciar o desenvolvimento dos movimentos de outras camadas sociais; ocupação de faculdades etc. Esse ascenso refletia-se também no surgimento de inúmeras entidades de profissionais liberais, artistas e intelectuais, que se inspiravam e viviam a sombra do movimento estudantil. (ESPINOSA, 1978, p. 36).

Todos estes movimentos exerceram influência sobre a militância política em Osasco, exemplo disso pôde ser observado novamente em abril de 1968, mês em que ocorriam passeatas em várias capitais brasileiras em protesto à morte de Edson Luís: “em Osasco houve duas passeatas de estudantes, operários (estes minoritários) e operários estudantes, com 2.500 e 3.000 participantes; na segunda, principalmente, foram agitadas questões operárias, tendo o desfile sido aberto com uma bandeira do Vietcong”. (ESPINOSA, 1978, p. 44).

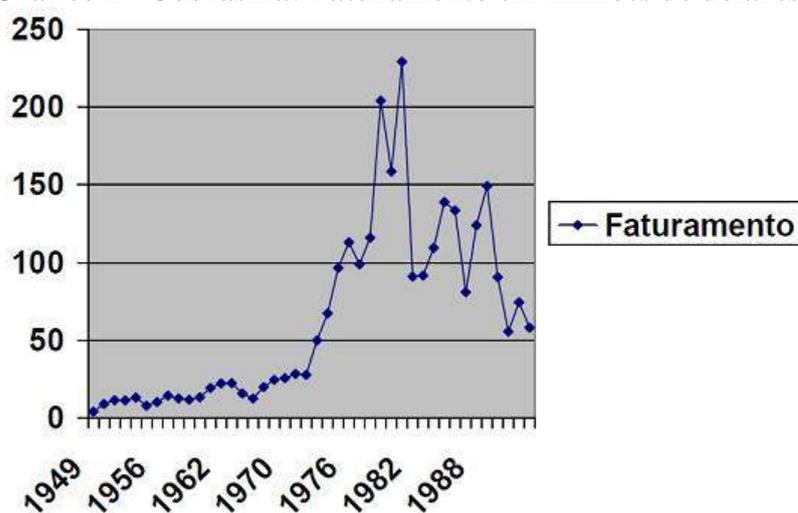
A conjuntura internacional combinava-se com o acúmulo de experiências nas lutas de classe dos anos anteriores “A greve de Contagem em abril, o 1º de Maio na Praça da Sé, a greve de Osasco em julho vieram a animar e a alimentar a grande esperança de desforra”. (ESPINOSA, p. 36). Todas as mobilizações dos anos anteriores confluíam-se no 1968. A Cobrasma auferia montantes milionários de lucros: 12,36 milhões de dólares em 1967 e 19,65 milhões de dólares em 1968 (MOTTA, 2006). Ainda assim, mantinha a política de arrocho salarial como forma de potencialização de seus lucros e exploração da taxa de mais valor.

**Tabela 4 - Cobrasma: faturamento em milhões de dólares correntes (1949-1993)**

Ano	Valores	Ano	Valores	Ano	Valores
1949	3,91	1965	-	1981	229,12
1950	8,95	1966	-	1982	90,86
1951	11,26	1967	12,36	1983	91,57
1952	11,16	1968	19,75	1984	109,33
1953	13,00	1969	24,44	1985	138,74
1954	7,78	1970	25,48	1986	133,45
1955	-	1971	28,20	1987	80,85
1956	10,16	1972	27,67	1988	123,86
1957	14,22	1973	49,85	1989	149,12
1958	12,39	1974	67,20	1990	90,45
1959	11,75	1975	96,55	1991	55,44
1960	13,12	1976	112,73	1992	74,40
1961	19,25	1977	98,77	1993	57,97
1962	22,17	1978	115,78		
1963	22,28	1979	204,01		
1964	15,72	1980	158,32		

FPNTE: Cobrasma, 1994. Apud: MOTTA, 2006, p. 66.

**Gráfico 1 - Cobrasma: Faturamento em milhões de dólares**



FONTE: COBRASMA, 1994, apud MOTTA, 2006, p. 66.

Na campanha salarial de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco reivindicava 52% de reajuste salarial. No entanto o índice de reajuste determinado pela ditadura militar foi de 17%. O arrocho salarial era uma pauta que unificava a classe trabalhadora. O MIA havia realizado assembleias massivas, a classe operária se mobiliza realizando diversas paralisações e greves em Contagem. Em meio a esse clima, ainda em 1967, em Osasco, os militantes agrupados em torno do Sindicato Metalúrgico de Osasco decidem preparar uma greve para novembro de 1968. Depois do Primeiro de Maio realizado naquele ano, os preparativos para a greve se aceleram.

A Diretoria do Sindicato Metalúrgico de Osasco, animada pela conjuntura política daqueles anos de 1967-1968, tendo como pauta principal 35% de reajuste imediato; reajustes trimestrais de salários e a contratação coletiva do trabalho, decide antecipar a greve para julho de 1968, quatro meses antes da data base que era em novembro. (C.f ESPINOSA, 1978: GORENDER, 1987). A Diretoria do Sindicato, que havia vencido as eleições de 1967, com maioria absoluta de votos, apoiada por comissões e grupos de fábrica clandestinos, tinha também desempenhado papel na diretiva daquele Primeiro de Maio vitorioso e exemplar. Ainda, Ibrahim, após a visita a Contagem, afirmou posteriormente que “voltei convencido de que tínhamos mais condições do que eles para realizar a greve. E havia um dado concreto: lá não houvera repressão, e, em São Paulo o movimento estudantil não estava sendo reprimido”. (IBRAHIM, 1978, p. 12). Quando pergunto, em entrevista, à Espinosa se a greve de Contagem impactou em Osasco, ele responde que:

Muito, muito. Houve dois impactos: o mais importante deles foi o de Contagem. Todos os nossos cálculos eram baseados em Contagem. Em Contagem, levou 10 dias para que a repressão fosse ativada, houve 10 dias de tentativa de negociação. Então a gente também achava que eles iam tentar negociar. Em Contagem, a Diretoria do sindicato disse que foi pega de surpresa e que a greve era espontânea. Nós também planejamos isso, o sindicato ia fazer de conta que não sabia de nada. O Ibrahim ia se oferecer como mediador, se ofereceu como mediador. Então, o plano todo baseado em Contagem. (Entrevista - Roberto Espinosa)..

Em julho de 1968, a Cobrasma contava com cerca de 4 mil operários, que foram os principais protagonistas das greves na região. Como instrumentos organizativos, contava-se com as comissões de fábrica alinhadas com o Sindicato, segundo Roque Aparecido da Silva: "Na época da greve, além da Comissão da Cobrasma, já consolidada após vários anos de existência, também eram reconhecidas pelos patrões as Comissões da Lona-Flex e da Barreto Keller". (SILVA, 2008). Considerando que a empresa poderia reajustar os salários, caso o governo militar permitisse, os operários da Cobrasma iniciaram a preparação de uma greve que tem como objetivo central atingir a política econômica do governo ditatorial. Em entrevista que nos concedeu, Toninho (conhecido como "Toninho três oitavos"), relata:

Aí foi quando começou a se organizar o pessoal dentro da Cobrasma. Porque o governo não permitia dar aumento. A empresa podia dar aumento, não dava porque o governo não permitia. Aí foi se preparando para poder fazer um enfretamento mais severo. O governo era o alvo principal. Essa greve não foi contra a Cobrasma, a gente fez a greve contra o governo, por causa das questões políticas e as questões econômicas, a greve de 1968. Antes disso... Na Cobrasma já tinha gente que tinha feito outras greves, mas a mais importante foi essa, a de 1968. A gente quase todo ano fazia greve, de dois dias, três dias, um dia. A gente fazia. Mas a mais importante

foi a de 1968, porque aí mexeu com todo mundo dentro da empresa, e outras empresas. (Entrevista - Toninho três oitavos).

A Diretoria do Sindicato Metalúrgico de Osasco, articulada com as comissões de fábrica, por meio de reuniões clandestinas planeja todo o movimento. De acordo com Ibrahim: "Todo o planejamento foi feito com os companheiros da Comissão, do Comitê Clandestino e do setor mais avançado da fábrica, que somavam ao todo uns duzentos homens". (IBRAHIM, 1972, p. 224). A greve foi marcada para o dia 16 de julho, às 8:40 da manhã. O plano da Diretoria do Sindicato, construído em conjunto com comissões e grupos clandestinos, era que, na sequência da Cobrasma, paralisassem os operários da Barreto Keller, Osrán, Granada e Lonaflex. Na sequência, outras fábricas de Osasco deveriam aderir e paralisar todas as fábricas da cidade. Em meio à conjuntura de 1967 e 1968, o movimento deflagrado em Osasco deveria influenciar os operários de outras fábricas de outras regiões do eixo São Paulo e ABC paulista.

### **O primeiro dia de greve - 16 de julho**

Conforme o planejado, na manhã de 16 de julho de 1968 inicia-se a greve na Cobrasma. De acordo com entrevista que nos concedeu, Octaviano<sup>39</sup>, que na ocasião era membro do Sindicato e operário na Brown Boveri, a organização da greve na Cobrasma deu-se de forma semi-clandestina. Embora a greve tenha sido organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, esse não aparecia como organizador. Segundo Octaviano, a greve:

Foi mais convocado pelos trabalhadores, o sindicato estava preparado para fazer a greve, mas ele não podia aparecer, não podia parecer que era ele que estava promovendo a greve, eram os próprios trabalhadores, o sindicato apenas deu apoio. Mas era o próprio sindicato que estava na luta... Só que não podia parecer que era o sindicato que estava fazendo aquele trabalho. Eram companheiros sindicalistas e companheiros que apoiavam a direção. Aí o pessoal se reunia, discutia, fazia as comissões, mas, a gente que era da Brown Boveri não era chamado porque eles queriam fazer a greve da Cobrasma. Aí eu como vice-presidente, eu escutava a comissão [da Cobrasma]. (Entrevista - Octaviano).

---

<sup>39</sup> Octaviano Pereira dos Santos, nasceu em Guanambi-BA. Veio para São Paulo no início de 1940. Ingressou na Cobrasma aos 19 anos, em 1955, era representante na "Comissão dos 10", por essa via participou de muitas mobilizações internas, contra a insalubridade, pela construção de refeitório, etc. Dessa forma tornou-se militante sindical reconhecido. Foi demitido em 1965. Compunha a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de Osasco em 1964, foi cassado do cargo por conta do golpe militar. Empregou-se em seguida na Brown Boveri. Militava também na Frente Nacional do Trabalho. Em 1967, na Chapa de José Ibrahim, foi eleito à vice-presidência do sindicato dos metalúrgicos de Osasco. Em 1968, foi um dos organizadores da greve na Brown Boveri em solidariedade aos operários da Cobrasma. Foi também um dos fundadores do MDB e do PT em Osasco.

De acordo com o relato de Octaviano, os operários da Cobrasma seriam os sujeitos centrais que sustentariam a greve operária em Osasco, uma vez que era a maior fábrica da região. Espinosa, em entrevista que nos concedeu, afirmou que embora a greve não fosse organizada amplamente com o operariado de todas as fábricas de Osasco, a sua preparação envolveu operários das fábricas mais importantes. Então teria se chegado ao dia 16 de julho com uma estrutura mínima de apoio para a greve, que devia, a partir do clima político que se desenvolvia na cidade no período 1967-1968, espalhar-se pelas principais fábricas e paralisar toda a cidade. Acreditando nessa possibilidade o Sindicato foi à greve.

Conforme publicação de Espinosa “atendendo ao sinal convencionado (o apito da Cobrasma, às 8h e 40m), a partir da seção da *limpeza e acabamento* e da fundição, os operários começaram a ocupar a fábrica. Organizaram, durante o dia, as comissões de vigilância, abastecimento e mobilização”. (ESPINOSA, 1978, p. 47). De acordo com Espinosa, em entrevista que nos concedeu, a greve havia sido organizada por grupo de cerca de 400 operários. A fábrica contava com cerca de 4 mil. A ideia é que, não havendo intervenção militar política no mesmo dia, a mobilização envolvesse a totalidade dos operários da Cobrasma em uma longa mobilização com ocupação de fábrica. No primeiro momento, a ação saiu de acordo com o que foi planejado. De acordo com João Joaquim da Silva, que na ocasião era operário na Cobrasma e membro da Diretoria do Sindicato:

Quando na manhã do dia 16 de julho, às 8:45, um operário apertou o apito da COBRASMA, a greve começou. Os operários da limpeza e acabamento fizeram uma passeata dentro da empresa parando as máquinas, gritando palavras de ordem "abaixo o arrocho salarial", "viva a greve" e "essa luta é de todos". Em menos de meia hora, a fábrica estava totalmente paralisada, realizando a sua primeira assembléia, dirigida pelo CGG - Comando Geral de Greve - que decidiu pela ocupação de fábrica por tempo indeterminado. (...). (SILVA, 2006, p. 15).

Embora vários grupos políticos fossem se envolver naquela greve, será a VPR que terá maior peso na orientação daquele movimento, uma vez que seus militantes eram reconhecidos como direções orgânicas na Cobrasma e na região de Osasco; Ibrahim, presidente do sindicato também aderiu à organização em 1968. Afirmou inclusive que: "Havia, também, um esquema armado, formado por companheiros da VPR, para dar cobertura de fora, caso o guarda da fábrica, que usava armas, tentasse alguma reação". (IBRAHIM, 1972, p. 225). Dentro da fábrica, José Campos Barreto (Zequinha Barreto) era o responsável por colocar em prática a linha política da VPR:

No primeiro dia foi certinho, às 8:15 da manhã, 8:20, tocou o apito, começou na limpeza e acabamento, foi tomado o refeitório, foi organizado, o Barreto assumiu a liderança, foi para a porta, montamos guardas na portaria. Eu estava do lado de fora, aí eu já estava na VPR, a VPR alugou dois aparelhos: um aparelho aqui na Vila Iara, um quilômetro acima daqui [região próxima ao centro de Osasco], onde funcionaria a imprensa, tinha lá mimeógrafo, enfim... A imprensa. Três aparelhos foram alugados... (Entrevista - Roberto Espinosa).

A greve é estabelecida com ocupação da fábrica, e os operários se auto-organizaram para garanti-la até que se concretizassem as negociações com o governo e a patronal. Enquanto isso, a greve na Cobrasma deveria estimular outras paralisações e ocupações de fábrica. Na sequência, no mesmo dia, às 10:30 da manhã, 400 operárias aderem à greve e paralisam a Fósforos Granada, de acordo com João Joaquim da Silva: "em passeata, aproximadamente 400 operárias grevistas passaram em frente ao portão da COBRASMA, em direção ao nosso sindicato, nos aplaudindo e gritando vivias à greve!". (SILVA, 2006, p. 15). Nos primeiros momentos da greve, com a fábrica toda paralisada, raiava no breve horizonte a vitória operária. Em entrevista que nos concedeu, João Joaquim detalha os primeiro momentos daquele dia 16 de julho:

Então, aí, interessante que, no primeiro dia, por volta de 11 horas, nós já estávamos... Já estava consolidada a paralisação, nós tínhamos notícias internacionais, na França e etc, a fábrica de fósforo Granada, que tinha, talvez 300, 400 funcionários, praticamente mulheres, a maioria, então, a fábrica de fósforo Granada, elas paralisaram em solidariedade aos metalúrgicos. Foi a primeira depois da Cobrasma. Elas vieram a pé. Você imagina, elas saíram da Avenida dos Autonomistas, ali perto da Osram, desceram a João Batista, pararam em frente à Cobrasma e deram uma salva de palmas, cartazes, e 'Viva os trabalhadores!'. Não chegava às 11 horas ainda, antes do almoço, rapidinho. Tanto é que nós chegamos lá... Elas chegaram no Sindicato, talvez, acho que gastaram uns 40 min, foram a pé e tal, rápido, com cartaz e tudo, nós tivemos que contratar umas 2, 3 padarias para comprar pão, mortadela, queijo e tal, apoiar as companheiras né. E também demos um, fizemos uma reflexão que elas deveriam voltar para casa, tal, porque a gente sabia que a repressão ia chegar, mas foi muito bom, foi uma coisa fantástica o apoio das companheiras, as químicas. Elas mesmo chamavam um tal de Kraus, que era o presidente do sindicato dos químicos, 'Abaixo o pelego!', era o Afonso Kraus. E, eu não tenho muita certeza se elas paralisaram o dia todo, mas eu creio que elas paralisaram o dia todo sim. Elas queriam ficar até a noite. E elas votaram, e o apoio foi realmente em solidariedade aos trabalhadores da Cobrasma. (...) E uma firma de madeireira, chamava Mansu, também paralisou também, do lado da Brown Boveri, Mansu... (Entrevista - João Joaquim).

De acordo com Toninho: "No dia da greve, estava muito bem organizado lá dentro, todo mundo participando, e vamos para as cabeças mesmo!". Ainda, de acordo com entrevista que nos concedeu João Joaquim da Silva:

Aí, tem algumas coisas assim, que são interessantes, não lembro a hora, mas antes do almoço, a gente, a comissão, aí já era a comissão geral da greve, os menores e as

mulheres fizeram almoço para a peãozada e foram dispensados, tanto as mulheres com as crianças de 16 e menores, os aprendizes, e os grupos de engenheiros, contra-mestres, tal, eles se esconderam em cima de um escritório, onde o pessoal de Tempos e Métodos, tinha uns escritórios, então eles ficaram ali, eles mesmo se fecharam lá em cima. (João Joaquim).

As redes de televisão passaram a noticiar aquele importante fato político. A notícia é comunicada via rádio e televisão, com isso, familiares e amigos dos grevistas vão até os portões da fábrica para se informar sobre o acontecimento, conforme relatou Toninho, que na ocasião era operário na Braseixos:

Daí a pouco, aparecia muita senhora chorando na beira da cerca, porque a televisão começou a dizer que as tropas estavam vindo para cá e ia ser um massacre... Aí as mães, as mulheres dos trabalhadores ficavam muito apavoradas e elas vinham chorando na beira da cerca... Aí a gente dizia: 'Não, podem ficar sossegadas, está tudo sossegado', aí elas voltavam um pouco mais confortáveis. E alguns que queriam sair nós não deixávamos também, porque tinha uns que queriam pular a cerca e ir embora, nós não deixávamos. (Entrevista - Toninho três oitavos).

No mesmo dia, às 13:45 os operários da Lonaflex paralisaram e ocuparam a fábrica. Conforme escreveu Espinosa: "Nas horas marcadas, 12h, 14h, foram parando outras fábricas. Os operários da Barreto Keller, Osran e Granada dirigiram-se em passeata para o sindicato". (Espinosa, 1978). Como nos relatou Toninho:

O pessoal da Barreto keller, da Granada desceram em passeata para o sindicato dos metalúrgicos... Porque o sindicato do Granada era o dos químicos, mas eles não foram para os químicos... [porque o dos químicos estava sendo utilizado pelos operários da Cobrasma] eles foram para o metalúrgico... Tinha um pessoal bom dentro do Granada, um pessoal de esquerda, conseguiram fazer um trabalho lá e levou um pessoal... (Entrevista - Toninho três oitavos).

Buscando aproximar-se ao máximo do processo que havia decorrido em Contagem, Ibrahim, presidente do Sindicato Metalúrgico de Osasco, interpreta o papel de dirigente "surpreso pela base radicalizada", ofereceu-se para mediar o conflito e chegar a uma solução que atendesse aos interesses dos operários. Ainda na tarde do dia 16, por volta da 17 horas, representando o Ministro do Trabalho, Moacir Gaya foi até Osasco negociar a volta ao trabalho. Porém diferentemente do que se passou em Contagem, não se encontrou nenhuma disposição em atender as reivindicações. O Governador Sodré e o Ministro coronel Jarbas Passarinho, seguindo as determinações de Costa e Silva, são encarregados de comandar a desocupação (GORENDER, 1987, 144). De acordo com Ibrahim:

Durante a tarde, os representantes do Ministério do Trabalho chegaram ao Sindicato para discutir conosco. Vinham com uma posição bastante conciliadora e tentaram me envolver dizendo que se parássemos a greve e desocupássemos as fábricas eles

dariam garantias para que se iniciasse as conversações com os patrões. Nossa posição foi intransigente, não aceitamos nenhum tipo de negociação. A greve havia começado nas fábricas e nós como direção sindical a apoiávamos incondicionalmente. Eu disse que não estava autorizado a negociar e se os representantes do Ministério quisessem poderiam discutir com os companheiros das fábricas ocupadas e com a assembleia dos operários que estavam no Sindicato. Na verdade nós queríamos ganhar tempo para alastrar a greve. Tínhamos consciência de que seria preciso negociar, mas queríamos fazê-lo a partir de uma posição de força e junto com os trabalhadores e não às suas costas. (IBRAHIM, 1972, p. 227-228).

Conforme nos relatou Espinosa:

Depois de ocupada [a Cobrasma], estava dentro dos planos, o Ibrahim se ofereceu para a delegacia do trabalho como intermediador, como mediador, foi junto com o delegado do trabalho, com os donos da Cobrasma, chamaram uma assembleia no meio da fábrica. (Entrevista - Roberto Espinosa).

### **Essa assembleia foi às 10 da manhã?**

Depois... Meio dia, que durou até umas três da tarde, quatro. Aí, bom, não houve acordo, porque não era para haver mesmo, tá certo?! O Ibrahim fez o papel, difícil, de ator, ficar fazendo de conta no meio. Não podia sair com esquema, o carro do sindicato saiu. Saiu a pé pela rua da estação, foi quando ele foi localizado pelo pessoal do Fábio Munhoz, trotskista, do 1º de Maio [da organização política], e sumiu. Bom, à noite vem a repressão. Além da Cobrasma, foi ocupada também a Lonaflex. Estava previsto que no dia seguinte, seria ocupada a Brown Boveri. (...). Isso deveria acontecer só no dia seguinte. Nos outros lugares haveriam paralisações, por exemplo, a Barreto Keller, que era o segundo fato que eu esqueci de te falar: O primeiro impacto foi o de Contagem. O segundo foi uma greve espontânea que aconteceu na Barreto Keller. De repente, como fruto da nossa agitação, o pessoal da Barreto Keller se avançou e fez uma greve em abril, na mesma época que Contagem. E acabaram se incorporando, entraram todos no grupo, na Vanguarda [VPR], e houve um acordo intermediário para esperar a outra greve, a greve de verdade. Então nós iríamos para a porta, e disseram que não tinham condições de parar sozinho, e então nós tivemos que ir até a porta, e montamos um piquete na porta. Só que além da Barreto Keller, na hora do almoço, além da Barreto Keller, as moças, químicas, da Granada, também entraram. Fomos em passeata até o centro de Osasco. Houve também passeata da Braseixos, que era em frente a Cobrasma, [foram] até o sindicato. Então ninguém ficava desativado, desmobilizado, não eram como as minhas [greves da adolescência], que eu voltava para casa de bicicleta, botava um calção e saía procurando um campo. Bom, e aí foi. Algumas fábricas não pararam no primeiro dia, a Brown Boveri, por exemplo, só pararam no segundo [dia], a Braseixos também, só parou no segundo (...). (Entrevista - Roberto Espinosa).

Após a negociação frustrada, os representantes governamentais se retiram. Entra em cena os agentes da repressão. O governo não estava disposto a fazer a mesma concessão que fizera à greve dos operários de Contagem. O Governador encaminhou ordem para desocupar a fábrica. As greves foram consideradas ilegais pela ditadura. As entradas da cidade passaram a ser controladas, as fábricas foram cercadas. De acordo com Ibrahim:

A repressão chegou com a noite. A tropa de choque da Força Pública, com a cavalaria, tatus, brucutus, atuando juntamente com o DEOPS ocupou militarmente a

cidade. Montaram-se barreiras para controlar as entradas e saídas de Osasco. Policiais pediam documentos às pessoas que circulavam pelas ruas. A tropa de choque cercou as fábricas ocupadas exigindo que a massa saísse. Nenhuma atitude foi tomada com relação ao sindicato. (Idem, p. 229).

Um dos operários, José Campos Barreto, tenta persuadir o exército. João Joaquim relata a primeira chegada da polícia na Cobrasma e o discurso que Zequinha Barreto fez aos militares:

Então aí, a tarde, quando a polícia chegou, que, estava querendo dar ordem para desocupar, tal, aí, você imagina a linha do trem, aonde os vagões entravam para... Pela portaria de baixo, para tirar quando tinham vagões que levavam para fora, tal, então vinha uma locomotiva para tirar e saía com algumas peças, etc e tal, então, tinha um vagão parado, para o lado de dentro da empresa, mas, assim, a distância como daqui até ali [aponta cerca de 3 metros], aí a polícia chegou e ficou do lado de fora, em cima dos cavalos, em cima do muro. E o Zequinha, subiu em cima da... E mais alguns companheiros, subiram em cima da locomotiva que estavam fazendo e tal, aí ele ficou frente a frente assim [faz sinal de mesma altura entre olhares] com os policiais e fez um discurso, de 3 a 5 minutos. Interessante né, eu estava próximo dele, então, eu já estava com a sandália do pé com a correia quebrada né, rasgado o casaco, aí ele chegou assim: 'Atenção soldados!', aí teve alguns que chegaram a fazer assim [faz gesto de bater continência]. Aí ele fez um discurso assim, no seguinte sentido, ele colocou para os soldados que eles não tinham nada a ver com os milicos, com a chefia, ali, dentro daquela empresa, tinha pai, tinha avós, tinha irmãos, tinha companheiros, colegas, trabalhadores. Então, não me lembro de tudo do pedaço, mas... 'Porque que vocês não pega os fuzis e metralha o comandante?'. Eles chamavam: os milicos e os Gorilas, aí eles ficaram assim, aí o comandante já passou a mão [na tropa] e eles [faz gesto de que foram embora]... Aí sumiram. (Entrevista - João Joaquim).

### **Eles foram embora às 5 da tarde e voltaram às 7 com mais gente?**

É, com mais gente. Foi aí que realmente, cavalaria veio também, e aí apareceram também... Apareceu o confronto, e como o pessoal, os trabalhadores, conheciam bem as seções, os esconderijos, onde tinha máquinas e tal, jogavam pedaço de ferro dentro, os cavalos pisavam e caíam, foi realmente... E alguns companheiros... Só que aí, houve alguns, para achar todo mundo, era muito grande a empresa, muitos se esconderam também, e eles tomaram conta também... E muitos companheiros conheciam muitos pontos estratégicos, porque apesar de ser alto o muro, companheiros usaram aquelas escadas de colocar lâmpada, que usam para fazer alguma manutenção, eles colocaram escada e pularam o muro, e o Zequinha saiu, apareceu, saiu junto com o pessoal pela frente, aí, o chefe da guarda, estavam os policiais... Reconheceram ele, muitos... E o pessoal... Saíram todos né, tem um que saiu uma foto histórica, que é o Paraná, ele saiu com a mão na cabeça e os outros atrás. Ele era da comissão, era metalúrgico de manutenção, então, aquela foto é histórica. (Entrevista - João Joaquim).

Conforme escreveu Ibrahim, os articuladores daquela greve não contavam com a repressão no primeiro dia de mobilização: “nos baseamos nas atitudes de [Abreu] Sodré, em relação ao movimento estudantil e na posição adotada pelo Ministério do Trabalho por ocasião da greve de Contagem”. (IBRAHIM, 1978, p. 13). No entanto, diferente da resposta do governo ditatorial às mobilizações em Contagem, nas greves em Osasco a Ditadura

interveio rapidamente para evitar que as greves se alastrassem. Conforme escreveu João Joaquim da Silva: "A cidade ficou praticamente sitiada pela polícia e pelo exército, pois nas proximidades existem inúmeros quartéis, inclusive o 2º G CAM 90, grupo de canhões antiaéreos localizado em Quintaúna, bairro periférico de Osasco, onde serviram Geisel, Lamarca e Zequinha [Barreto]". (SILVA, 2006, p. 16). Com rápida intervenção militar e sem contar com ampla infraestrutura de apoio, aquele movimento não encontrou terreno para se alastrar.

**Foto 8 - Cobrasma ocupada pelos trabalhadores**



Fonte: Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

**Foto 9 - Desocupação da Cobrasma**



Fonte: <http://www.pstu.org.br/node/21320>

A primeira ação da repressão foi desocupar a Lonaflex, a menor fábrica, com menor número de operários. A desocupação dessa fábrica seria uma forma de medir a disposição dos trabalhadores em resistir, permanecer dentro da fábrica e sustentar a ocupação. Cercam a fábrica, dão ordem para que os operários desocupem. Os operários negociam e saem.

**Foto 10 - desocupação Lonaflex - 1968**



Fonte: <http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/fotos/webs4/331.htm>

Conforme relatou Espinosa durante a entrevista "no primeiro dia, às 8:00 da noite, a repressão baixa na Lonaflex, cercam a Lonaflex". E continua:

Na Cobrasma nem estava negociando, já tinha interrompido. Na Cobrasma, o pessoal [da negociação] foi embora, foi servido o jantar, enfim, foi reforçada a guarda para a noite... Aí a cavalaria, PM, veio aqui para a Lonaflex. Fechou, intimou... O Neto avaliou, de dentro, que não haveria condições de resistência, resolveram sair e ir para o sindicato. Foi o que aconteceu... Saíram na hora, no dia seguinte alguns foram para o sindicato. Dominada a situação aqui [na Lonaflex] eles rumaram para a Cobrasma. Aí com força total contra a Cobrasma. Na porta da Cobrasma teve aquele lance, que o filme [documentário sobre a greve] até mostra, tem [o filme] também num CD feito pelo sindicato (...). A Cobrasma é desocupada na porrada. Lá pelas dez da noite, nove e meia, dez da noite, a cavalaria irrompe portões a dentro.(...). A Lonaflex desocupou, a maior parte foi para casa. As lideranças foram para o sindicato. No dia seguinte, uma parte da massa da Lonaflex, ao invés de ir para a Lonaflex, foi para o sindicato. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Conforme relata "Toninho três oitavos": "Quando foi uma certa hora a polícia começou a chegar... Aí começou a cercar a empresa, e começou a aparecer muito policial lá na frente, fazendo formação... Aí o comandante queria negociar, a turma não obedecia muito ele".

**Foto 11 - cavalaria na Cobrasma**



Extraído do documentário Hércules 56.

Ainda, de acordo com relato de Toninho:

Até que os policiais começaram a andar devagar, e foram chegando, encostaram no portão, já cortaram a corrente do portão [que havia sido trancado pelos operários], um guindaste estava na frente, só que o guindaste estava desligado e não tinha força [para barrar o portão], eles abriram o braço do guindaste, aí entrou a cavalaria. Aí nós saímos correndo lá para dentro da fábrica. (...) como eram muitos soldados, eles conseguiram fazer uma varredura completa dentro da fábrica. Eram muitos soldados, tinha uns túneis onde eu trabalhava, que era a forjaria da Braseixos, que era dentro da Cobrasma, era um túnel que dava mais ou menos uns duzentos metros... Aquilo ali encheu de gente. A polícia fez o seguinte: chegou em uma ponta e jogou uma bomba, aí ficou esperando do outro lado. Saiu todo mundo do outro lado. Mas a maioria não prenderam não. A maioria eles deixaram ir embora. (...). A turma passava, todo mundo passava, mas as lideranças eles pegavam. Aí começou o pessoal sair... Isso foi na varredura... Começou o pessoal sair... E eles apontavam... (Entrevista - Toninho três oitavos).

**Foto 12 - Cavalaria irrompe os portões da Cobrasma**



Extraído do documentário Hércules 56.

Conforme registrou Ibrahim: “Os tatus e brucutus romperam as barricadas e os companheiros, para se protegerem, apagaram todas as luzes. A tropa de choque entrou na fábrica dando rajadas de metralhadoras para cima e jogando bombas de efeito moral. Houve muito combate corpo a corpo”. (IBRAHIM, 1978, p. 14). De acordo com o artigo publicado por João Joaquim da Silva (2006), as luzes apagadas não constituíram problema para os grevistas, pois "os operários conheciam bem o terreno. Os soldados corriam como doidos trombando nas máquinas". (SILVA, 2006, p. 16). Conforme nos relatou:

[na Cobrasma], a repressão vai das 9 e meia, 10 da noite até umas 4:00 da manhã, para desocupar a Cobrasma. Aí tem porrada, um monte de gente é presa. São presos 400 dentro da Cobrasma. São colocados lá na frente, aquela fotografia, que tem um cara na primeira fila, aquele cara é o Natael, que está com as mãos na cabeça. Está no Paraná hoje. Era da VPR, VAR-Palmares, foi preso depois, respondeu a processo, o advogado dele, aliás, foi o mesmo que o meu e o da Dilma, do Amazonas (...). Então, prendem 400 ali, os 400 são levados para o DOPS. Dos 400 não foram todos, uns 200 foram levados para o DOPS, foram soltos em 1 ou 2 dias, foram soltos. No dia seguinte, nós marcamos uma assembleia na Igreja, dia 17, na Igreja Matriz de Santo Antônio, aí no meio da assembleia, irrompe a polícia. Um padre entregou. Aí nós conseguimos marcar uma outra assembleia no outro dia... Bom, acontece a mesma coisa... (Entrevista - Roberto Espinosa).

Com a desocupação da Lonaflex e da Cobrasma, as forças da ditadura militar já havia derrotado o bastião da greve. De acordo com Ibrahim, só no primeiro dia de greve: "Foram detidos aproximadamente 300 companheiros, mas depois da triagem feita no próprio local, apenas uns 50 ou 60 foram levados para a delegacia, entre os quais estavam vários membros da comissão legal". (IBRAHIM, 1972, p. 230).

**Foto 13 - operários retirados da fábrica**



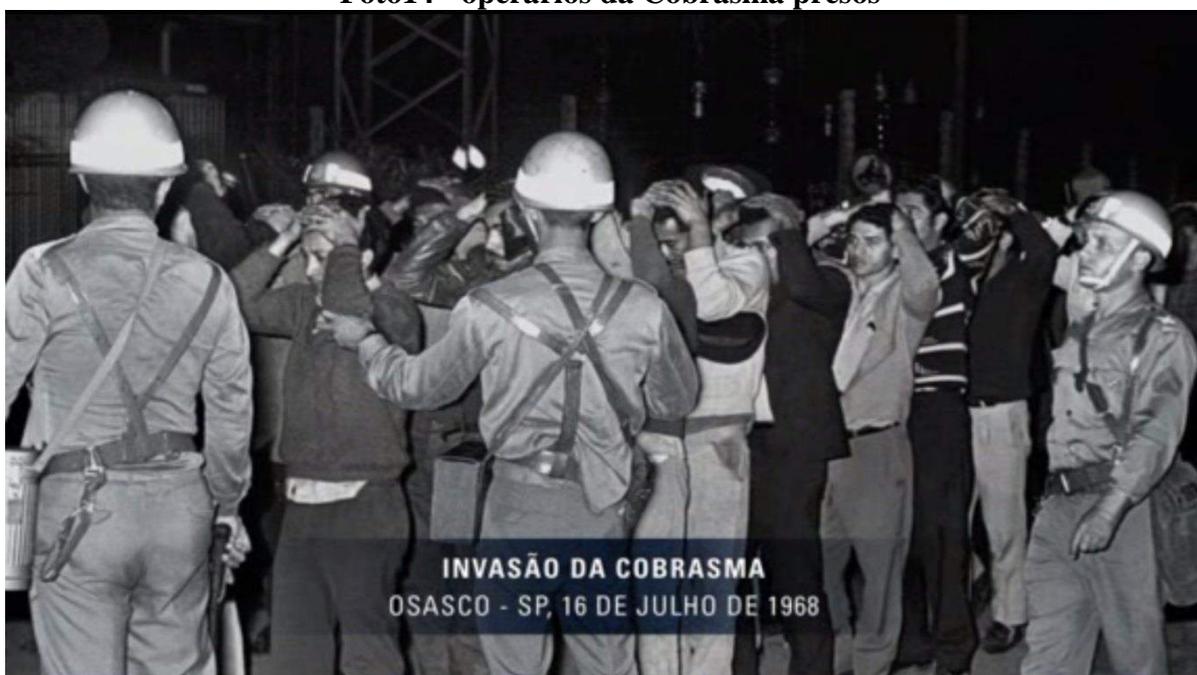
Extraído do documentário Hércules 56.

Essas desocupações e prisão dos principais dirigentes feriram de morte a potencialidade do movimento grevista. No entanto, isso não impediu que, no dia seguinte, novas greves fossem deflagradas por outras fábricas da cidade em solidariedade aos operários da Cobrasma. Operários da Braseixos, Brown Boveri paralisam totalmente as fábricas. Na Cimaf, a Eternit ocorrem paralisações parciais. (ESPINOSA, 1978). Conforme descreve Roque Aparecido da Silva, que era operário da Cobrasma e foi um dos dirigentes da greve:

Apesar da desocupação das duas fábricas na noite do dia 16 e da cidade ter amanhecido ocupada militarmente, os trabalhadores da Brown Boveri e da Braseixos, depois de terem entrado nas fábricas e iniciado a jornada, paralisaram o trabalho, aderindo ao movimento. Da Brown Boveri saiu uma passeata que foi até o Sindicato onde, em assembléia, foi decretada greve por prazo indeterminado. Os trabalhadores da Braseixos reuniram-se em igrejas, já que o sindicato não comportaria tanta gente. Ficava claro que nem mesmo a ocupação militar da cidade seria suficiente para amedrontar os trabalhadores. (SILVA, 2008, p. 8).

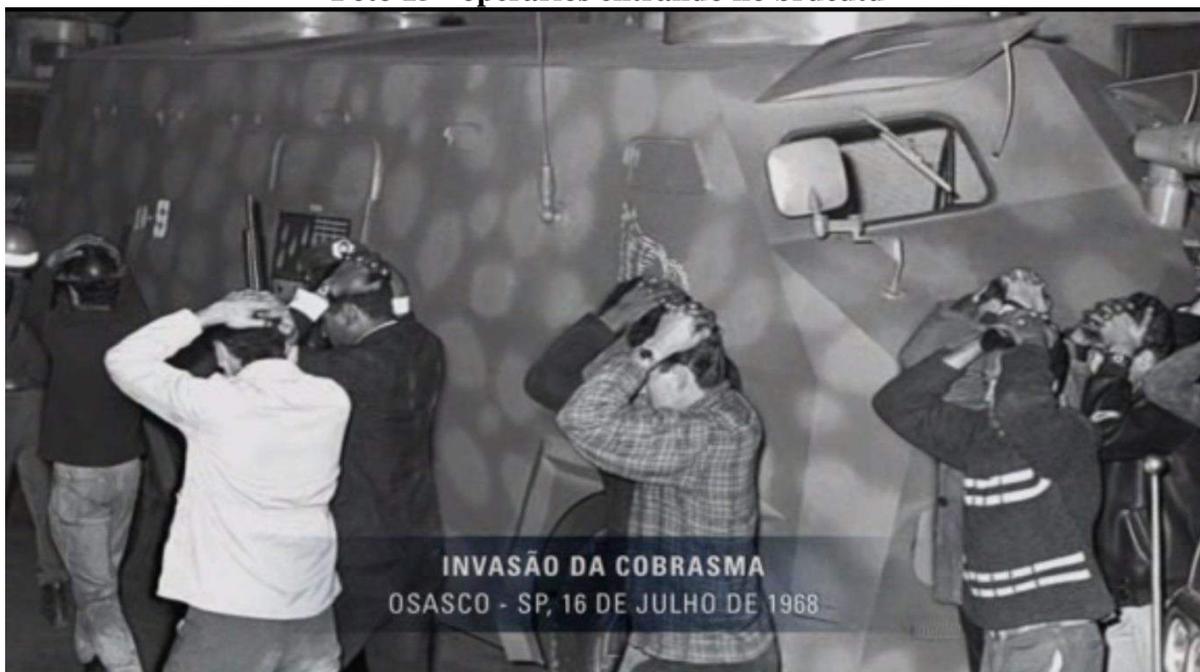
As ações de solidariedade eram importantes, pois dezenas de operários estavam presos pela repressão. Muitos dos quais não escaparam das sessões de tortura. Nos dias 17 e 18 novas prisões serão realizadas, Gorender, afirma que ao todo foram presas 500 pessoas. (GORENDER, 1987, 144).

**Foto14 - operários da Cobrasma presos**



Extraído do documentário Hércules 56.

**Foto 15 - operários entrando no brucutu**



Extraído do documentário Hércules 56.

**Foto 16 - operários entrando no caminhão do exército**



Extraído do documentário Hércules 56.

### **As mobilizações do dia 17 de julho - segundo dia de greve**

Os trabalhadores da Braseixos ficaram inquietos e começam a planejar desencadear ações de solidariedade aos operários da Cobrasma. De acordo com o relato de Joaquim

Miranda<sup>40</sup>, que na ocasião era operário na Braseixos, relatou que os operários dessa fábrica começaram a pressionar seus dirigentes para que organizassem ações em solidariedade aos operários da Cobrasma.

(...) na Braseixos, eu posso garantir, tinha mais de 800 trabalhadores, uma das empresas super importantes, ali do ladinho, não tinha nenhuma preparação para a greve... Aí começou, vai um e diz: ‘E nós?’, e um segundo: ‘E nós?’. E um terceiro... Quando chegou lá pelo décimo, eu falei, está acontecendo alguma coisa!’. Aí eu comecei a dizer: ‘Então vamos para o sindicato hoje à noite às 19:00’. A gente saía às cinco e pouco, seis horas do serviço, ‘vamos para o sindicato e vamos decidir’. (...). E não é que assim, com tudo meio nas coxas, apareceu umas setenta e poucas pessoas no sindicato. Quer dizer, dez por cento (10%) dos trabalhadores, e lá nós decidimos. No outro dia, no dia 17 [de junho] nós decidimos: ‘Vamos parar também, e vamos ocupar a fábrica também’. (...). E eu lembro que eu dizia: ‘Hoje não tem conversa’. Porque era uma greve unicamente, na Braseixos, de solidariedade à Cobrasma, principalmente porque na noite anterior tinha havido toda aquela violência da cavalaria entrar na Cobrasma né... (Entrevista – João Joaquim).

Em seguida paralisaram os operários da Brown Boveri. Diferente da Cobrasma, na Brown Boveri em 1968, ainda não existia uma comissão de fábrica organizada e reconhecida pelos operários. No entanto os operários mais ativos já se articulavam em pequenos grupos de trabalho político e estavam prestes a criar uma comissão. Assim, os operários da Brown Boveri decidem se organizar e intervir em favor daqueles grevistas, de acordo com Octaviano, que era operário na Brown Boveri:

Primeiro dia de greve na Cobrasma, fez o que fez, deu o reboliço que deu, tudo aquilo lá, e aí a repressão tomou conta. Aí que fim deu, no dia que já estava em greve, estava o pau comendo lá, eu chamei alguns companheiros da Brown Boveri para a gente se reunir a noite no sindicato e discutir para paralisar para o outro dia a Brown Boveri em apoio aos companheiros que estavam sendo massacrados. Aí convidamos os companheiros, à noite fizemos uma reunião com aquele grupinho e combinamos de no outro dia nós pararmos a Brown Boveri. (...) subi em uma bancada e gritei alto: “a partir de agora nós estamos em greve, nossos companheiros da Cobrasma estão sendo massacrados na Cobrasma. Nós vamos entrar em greve em solidariedade a nossos companheiros da Cobrasma. (Entrevista - Octaviano)

No entanto, diferente dos trabalhadores da Cobrasma e Lonaflex, os operários da Brown Boveri não ocupam a fábrica, decidem sair da fábrica e ir em marcha para o sindicato,

---

<sup>40</sup> Joaquim Miranda nasceu em Porangaba, no quilometro 165 na Castelo Branco, próximo a Botucatu. Migrou para São Paulo em 1958, aos 16 anos, ingressou na fábrica de fósforos Granada, onde trabalhou durante 4 anos. Em 1962 ingressou na Braseixos, onde se fabricava peças para veículos e caminhões, exercia função de afiador de ferramenta. Relata que começou a sua militância por volta de 1965, por via da Igreja católica, Congregação Mariano. Na igreja conheceu membros da JOC. Foi dirigente nacional da ACO – Ação Católica Operária e um dos dirigentes da greve na Braseixos em 1968. Militou no POC - Partido Operário Comunista. Após a greve da Cobrasma foi trabalhar no ABC, na Ford-Willys. Nessa fábrica organizava uma comissão clandestina. Foi descoberto pelo DOPS em 1972, foi preso e torturado.

com isso pretendiam evitar a repressão e prisão dentro da fábrica como já havia acontecido no dia anterior na Cobrasma. De acordo com Octaviano:

(...) falei: ‘a partir de agora nós vamos sair, vamos em passeata e vamos para o sindicato porque uma hora dessas a repressão já está vindo aí para pegar a gente aqui dentro. Aí falei para o pessoal, saímos, quando acabamos de sair no portão, nós estávamos na [Avenida] Autonomista, ali descendo, vinha vindo o exército, a cavalaria... E nós em passeata descendo. Cruzamos com eles. Eles subindo e nós descendo. Eles estavam indo para a fábrica para não deixar nós sairmos, para a Brown Boveri, só que nós já tínhamos saído né. (Entrevista - Octaviano).

No entanto, mesmo saindo da fábrica e se reunindo no sindicato, os operários não estavam realmente resguardados da repressão militar pró-patronal. As tropas foram até lá para reprimir os operários e prender as principais lideranças. Como relata Octaviano “Aí levei o pessoal para o sindicato, ficamos acampados no sindicato. Veio o exército, a polícia militar, todos para depor a gente, tirar a gente de dentro do sindicato. Nós aguentamos a mão, aguentamos a mão, ficamos o dia e a noite tentando negociar”. Por fim, sob ordem do governador Abreu Sodré, os militares decidem invadir a entidade, “Fui aguentando as pontas até 3 horas da manhã. Aí eles me chamaram: ‘Olha, eu tenho uma ordem do governador que é para invadir o sindicato, e eu não tenho como não obedecer, eu tenho que invadir o sindicato”. Assim, de acordo com Octaviano: “invadiram o sindicato depois que nós saímos, eles quebraram, puseram fogo em material que era para defesa dos trabalhadores do sindicato”.

### **Dia 18 de julho - o terceiro dia de mobilizações**

Após três dias de início das atividades grevistas, os operários que não haviam sido presos, buscam se reorganizar. Fazem uma reunião clandestina na Igreja. No entanto, a repressão estatal ainda continuava a buscar por focos de resistência. De acordo com relato de Joaquim Miranda:

Ali por perto da Cobrasma, em frente o sindicato em Presidente Altino, era mesmo uma praça de guerra. Aqueles carros chamados ‘brucutus’, ‘Tatus’, que eu não ouço mais falar deles, estavam todos nas ruas aí... Polícia... Nessa altura, uns 50 trabalhadores da Cobrasma já tinham sido presos... E no dia 18, foi bem mais uns 50 presos... Repressão teve, a cavalaria entrou dentro da Cobrasma, gente pulando o muro de noite... Eu não estava lá dentro, mas ouvi falar... Então a repressão foi fortíssima. Até porque uma greve de ocupação que nem foi aqui na Cobrasma... Ditadura... Ocupar uma fábrica, segurar engenheiro lá dentro, para ir almoçar no bandejão, no mesmo prato... é meio atípico... Para uma época de Ditadura. (Entrevista - Joaquim Miranda).

As forças repressivas descobrem que os operários estão se reunindo na Igreja, em uma nova operação dirigem-se para lá. De acordo com Ibrahim:

No terceiro dia, nos reunimos para tentar articular um esquema de organização nos bairros. A greve continuava, mas não se tinha alastrado. A cidade estava ocupada, o interventor tomara posse no Sindicato e passou o dia inteiro anunciando que o movimento havia terminado e que os operários deviam voltar ao trabalho. No quarto dia começou o refluxo. Cerca de 50% do pessoal voltou ao trabalho. A partir daí praticamente perdemos o controle do movimento. Estávamos sendo procurados pela polícia, não podíamos circular em Osasco. Entretanto, a greve continuou por mais um dia, a partir do qual 80% dos operários retornaram às fábricas. (IBRAHIM, 1972, p. 233).

Os momentos finais da greve ficaram imersos em grandes dificuldades, o movimento estava em um beco sem saída. A cidade estava cercada, cerca de 50 militantes e dirigentes presos. Ainda tentou-se esboçar umas formas de resistências nas ruas e bairros. Conforme nos relatou Espinosa:

(...) No [dia] 18 também tem prisões. E com isso, o movimento fica acéfalo, o sindicato desaparece. Então, nós, a partir desses aparelhos da VPR, assumimos o comando. O Ibrahim sumido, Barreto preso na Polícia Federal, por ter liderado a ocupação da Cobrasma, o sindicato, os sindicalistas sumiram, todos. Também ninguém queria assumir, porque a Frente [Nacional do Trabalho] não ia querer se queimar. Então nós acabamos meio que assumindo, a VPR, mais os quadros mais destacados da vanguarda, aqueles que você encontrava. E você encontrava esse pessoal como, na rua, você entendeu?! Ia para a rua tentar achar gente, localizar, 'vamos montar um piquete', para ir a um lugar a outro, começamos a inventar coisas... Fazer piquete, por exemplo, em uma ponte que havia no Piratininga, para que o pessoal que vinha do bairro do Piratininga não chegasse. Montava piquete para as ruas... As ruas todas ocupadas pela polícia, cada esquina dois soldados armados, tal. Então você passava escondido no carro. Escondido no carro, cheio de boné, enfim, disfarçado. Ia lá para um bairro de periferia, onde passava muito ônibus, aí você colocava o carro atravessado na rua, ia parando os ônibus, entrava dentro dos ônibus, fazia discurso, pedia para o pessoal descer, para o motorista ajudar, engarrafava o trânsito. Então não ia, os trabalhadores daquele bairro, trabalhar naquele dia. Aí, nesse meio, nós fazemos, no aparelho do Jaguaré, um panfleto, um balanço da greve, que é assinado pelo Ibrahim que estava sumido, pelo Barreto que estava preso. Assinatura dos dois. E propondo a continuidade da greve como 'greve de grevilha', mas não tinha jeito, foi se esvaziando, se esvaziando, e em 10 dias todo mundo já tinha voltado. Apesar disso, houve aumentos, os patrões perceberam que o clima não estava favorável e houve aumentos, mas também houve repressões. A Braseixos, por exemplo, eles construíram uma espécie de cerca entre as seções, para impedir a circulação, a partir daí. Intervenção no sindicato, nomearam interventor, demissões em massa. (Entrevista - Roberto Espinosa).

A ditadura mantém o sindicato sobre intervenção, seu presidente é obrigado a viver temporariamente na clandestinidade até que é preso em fevereiro de 1969. Conforme registrou Gorender: "O sindicato dos metalúrgicos sofreu intervenção e Osasco, durante uma semana, se converteu em uma praça de guerra. A greve não resistiu ao quinto dia. José Ibrahim caiu na clandestinidade, mas Zequinha, líder dos operários da Cobrasma, não escapou de três meses no DEOPS, castigado pelo cárcere e pela tortura". (GORENDER, 1987, p. 144). Além das prisões, o patronato também reprime demitindo operários e os militantes. Frente a isso: "os

dirigentes sindicais de São Paulo, a cúpula da FNT, o clero convocaram uma reunião com os patrões na DRT onde se fez um acordo. Os patrões cessariam as dispensas, atenderiam algumas reivindicações e pagariam indenização aos demitidos. Chegaram a conceder reajustes salariais entre 15 e 20%. (IBRAHIM, 1972, p. 233).

As greves de Osasco, mesmo sendo reprimidas, foram seguidas por novas greves em Contagem e na Ford de São Bernardo, sendo que em São Bernardo a fábrica foi ocupada por forças repressivas: "Isso aconteceu em 1968 com a paralisação total por um dia e parcial por 3 dias. Essa greve foi sufocada pelo Segundo Exército quando os soldados entraram com armas em punho por dentro da fábrica". (BRITTO, 1983, p. 8). Com a autoridade das metralhadoras a repressão faz com que os operários retornarem para trás das máquinas. (Luciano Galache. In: BRITTO, 1983, p. 8; ABRAMO, 1999, p.129). Conforme recordou Anízio Batista, que naquele processo era operário na Ford de São Bernardo, naquele ano chamada ainda de Ford-Willis:

(...) nós ficamos uma semana parados na verdade (...), na sequência [da greve da Cobrasma]. Talvez na mesma época, eu não me lembro direito se foi junto com a Cobrasma ou não. Eu sei que deu repercussão. Na Willis, na época, o exército entrou na empresa. Entendeu, o exército ficou na fábrica, assim, um dia, 2 dias também, entendeu... (Entrevista - Anízio Batista).

A repressão militar, para conseguir refluir as mobilizações que culminaram no 1968 operário em Osasco, além da dura repressão, prisão e tortura, fez também uma concessão econômica. Pois, após as greves de Contagem e Osasco, a ditadura militar-burguesa se viu obrigada a ceder reajustes salariais correspondentes ao aumento do custo de vida, assim, “a partir de 1968 ou 1969, os reajustamentos salariais encontram-se em níveis ligeiramente superiores ao aumento do custo de vida”. (Singer, 1982, p. 60).

### **Por que as greves de 1968 em Osasco não foram totalmente vitoriosas?**

As greves em Osasco impuseram-se com o maior desafio operário à ditadura até aquele momento. Ibrahim e Barreto, na avaliação da greve publicada em 1968, intitulada “Manifesto de balanço da greve de julho<sup>41</sup>”, apontam que a principal debilidade daquela mobilização foi: "A falta de clareza teórica causada pela falta de discussão política levou a vanguarda a não se preocupar em organizar uma estrutura clandestina paralela ao sindicato para dar continuidade à luta na clandestinidade". No outro balanço de 1972, Ibrahim

---

<sup>41</sup> Em entrevista que nos concedeu, Espinosa afirmou que foi ele quem redigiu esse texto e assinou com o nome de Ibrahim e Barreto. Pertencendo a mesma organização e tendo tomado parte na organização daquela greve, coube-lhe a tarefa de expressar a posição da VPR sobre o processo. Barreto estava preso e Ibrahim foragido.

complementa essa análise: "não criamos uma coordenação inter-comitês independente da máquina sindical. Por isso, quando o Sindicato sofreu intervenção e a liderança de esquerda se viu impossibilitada de circular por Osasco a greve entrou em refluxo". (IBRAHIM, 1972). Os principais dirigentes da greve, vinculados à VPR, acreditavam que criando um foco de resistência na Cobrasma, estimulariam outras greves no eixo industrial. Por isso não prepararam o "entorno da greve", uma base que pudesse lhe dar apoio e garantir seu desenvolvimento.

**Foto 17 - Ibrahim preso em 1969**



Extraído do documentário Hércules 56.

**Foto 18 - Ibrahim em depoimento em 1969**



Extraído do documentário Hércules 56.

Acreditando no "efeito demonstração" e não conseguindo conduzir suas bases para construção da greve em novembro de 1968 (data base de Osasco, São Paulo e Guarulhos) cederam às pressões de setores mais radicalizados da base metalúrgica e da VPR que queriam ir à greve. De acordo com Ibrahim: "É preciso ter presente nossas limitações concretas: falta de experiência de partido, ausência de uma concepção política clara" (IBRAHIM, 1972, p. 235). A Diretoria do Sindicato preocupava-se em diferenciar-se dos pelegos que atuavam acalmando os ânimos, assim foram dirigidos por ânimos precipitados. Porém a repressão ditatorial militar agiu rapidamente, impedindo o "efeito demonstração" e uma onda grevista pelo Estado. Conforme balanço, publicado em 1971, pela Organização Comunista 1º de Maio, que participou daquelas mobilizações:

(...) em Osasco, a direção da greve não pôde prever a reação do governo contra o movimento. Não estava preparada para enfrentar a situação criada com a ocupação do sindicato e das fábricas pela polícia, ficando num sem-saber-o-que-fazer, permitindo que aquela tremenda disposição dos operários que os conduziu à greve fosse canalizada totalmente para os fins propostos, fazendo com que a greve fosse se desmantelando-se, diante da repressão e desbaratamento de sua direção. (...) a imaturidade da formação dessa liderança não lhes permitira a preparação para todas as fases da luta. Mas a greve saíra, como um marco no movimento de massas nacional. (Organização Comunista 1º de Maio, 1971, p. 401).

Se não tivesse ocorrido essa repressão imediata, talvez fosse realmente possível que a greve se espalhasse, como aconteceu no ABC, em 1978, em outra conjuntura. Em maio desse ano, na Scania, os operários paralisam a fábrica durante uma semana. Foi uma greve de braços cruzados e máquinas paradas, mas sem ocupação da fábrica. Os operários chegavam, "batiam o ponto", mantinham-se dentro da fábrica durante todo o expediente sem trabalhar, cumpriam o horário "batiam o ponto" e voltavam para casa. Essa greve espalhou-se para a Ford, onde os operários repetiram a linha de atuação dos operários da Scania. O mesmo se deu na Villares. A mesma tática é realizada na Mercedes e Volkswagen, mas não consegue paralisar a fábrica toda, a direção da fábrica e a repressão conseguem conter o movimento. Ainda assim, a greve espalhou-se por São Paulo, Osasco e cidades do interior.

Em 1968 a repressão agiu rapidamente, ocupou a Cobrasma e a Lonaflex no mesmo dia. Não deixou espaço para o "efeito demonstração". A ocupação das fábricas no eixo industrial da grande São Paulo, soou como motivo central da rápida e dura intervenção militar. Não que a ocupação das fábricas fosse uma tática que não pudesse ser utilizada. O mesmo estava sendo feito pelo operariado na Argentina naquele mesmo período. Mas nas ocupações vitoriosas, os operários ocupavam planejando resistir a intervenção militar,

soldaram portas, eletrificaram cercas e fizeram reféns, dispunham-se a radicalizar realmente a luta e preparavam-se para isso. No caso da Cobrasma, não foi considerado seriamente a possibilidade de resistir à intervenção militar. Se tivesse sido planejada para resistir por uma semana, ou mais, talvez fosse possível que o "efeito demonstração" fosse bem sucedido. Os dirigentes da greve da Cobrasma, afirmam que não queriam agir como os pelegos que: "No passado, antes de 64, a pelegagem decretava greves e mandava os operários para suas casas. Agindo assim desmobilizavam a classe evitando que ela mantivesse unida e discutindo problemas que lhe estavam afetos, para que os conchavos com os patrões não encontrassem resistência nas bases operárias". (Manifesto de balanço da greve de julho, Ibrahim e Barreto, 1968). O fato é que a tática de ocupação soou como um desafio definitivo à ditadura que já vinha sendo enfrentada durante 1967 e 1968 por outras iniciativas operárias. No entanto, nem a greve e nem a ocupação foram realmente preparadas como um desafio definitivo. Não foi planejada para desafiar, resistir e enfrentar. Conforme admite o balanço:

(...) A ocupação das fabricas devido à falta de clareza, à não planificação foi também improvisada, deu à greve um caráter insurrecional, quando a mesma era localizada e feita a partir de reivindicações da classe e não a partir de imposições que a colocasse num enfrentamento definitivo com a burguesia. (Manifesto de balanço da greve de julho, Ibrahim e Barreto, 1968, p. 188).

De acordo com esse balanço, a greve iniciada na Cobrasma ganhou "um caráter insurrecional" que não era planejado pelos dirigentes daquele processo. Como não era planejado, não havia nenhuma infraestrutura preparada para isso. A Diretoria do Sindicato e os principais dirigentes do processo foram surpreendidos pela situação que criou o movimento. Surpreendidos pela intransigência da ditadura, com duas fábricas ocupadas em poder dos operários, sem ter um plano de como proceder daí em diante, viram-se em um beco sem saída.

Se a Diretoria do Sindicato, articulada em uma base de apoio, se sentia forte o suficiente para tomar algo da burguesia, no caso duas fábricas, faltava se preparar para a reação mais dura da ditadura militar-burguesa. Trotski, *n'O programa de transição* destaca que as greves com ocupação constituem uma forma direta de questionamento da propriedade privada. De acordo com o autor: "As greves com ocupação (...) excedem os limites do regime capitalista "normal". Independentemente das reivindicações dos grevistas, a ocupação temporária das empresas golpeia no cerne a propriedade capitalista. Toda greve com ocupação

coloca na prática a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários. (p. 25-26). O manifesto assinado por Ibrahim e Barreto aponta que se conhecia essa formulação:

(...) as greves com ocupações de fabricas, experiências recém iniciadas no Brasil, ultrapassam os limites das reivindicações normais dentro do capitalismo. Independentemente das reivindicações grevistas a ocupação temporária das empresas acerta um golpe no ídolo da propriedade capitalista. Toda greve de ocupação, independente do objetivo reivindicatório que a determinou, coloca na prática o problema de saber quem é o dono da fabrica: o patrão ou os operários. (Manifesto de balanço da greve de julho, Ibrahim e Barreto, 1968, p. 188).

No mesmo balanço, apontam que atuaram de forma equivocada, sendo a ocupação uma tomada de um meio de produção, argumentam que deveriam ter desocupado as fábricas antes da chegada das forças de desocupação da ditadura. A desocupação antes da chegada do exército e da polícia seria uma forma de atuar de acordo com as condições reais de preparação do movimento. Conforme balanço:

A ocupação poderia se dar com prazo determinado, objetivando discussão política com toda a massa no sentido de se ter consciência do próprio significado das ocupações, sobre os objetivos da greve e a necessidade de sua extensão a outras fabricas. Quando as fabricas fossem desocupadas a massa deveria sair mobilizada para ações praticas como piquetes, panfletagem, etc, em outras fábricas ainda não em greve, e através da organização por bairros permaneceria em constante mobilização, objetivando discussão política, em grupos pequenos se assim o exigissem as condições de segurança. (Manifesto de balanço da greve de julho, Ibrahim e Barreto, 1968, 188).

Em 1972, Ibrahim afirma que foi incorreto ter ocupado as fábricas: "Hoje se estivéssemos naquela conjuntura eu não assumiria a posição de ocupar as fábricas. Ela foi produto de uma concepção política errada que nos impediu de analisar corretamente o momento em que vivíamos" (IBRAHIM, 1972, p. 237).

Pela positiva, no *Manifesto de balanço da greve* considera-se ainda que a greve de Osasco mostrou que o operariado tem disposição de luta para enfrentar-se contra os patrões e o governo. No texto convoca-se ainda os militantes combativos para, a partir de cada fábrica, prepararem as condições subjetivas de organização para novas greves, com "a formação dos comitês de greves por secção, por fábricas e por municípios. Não devemos nos iludir nesta etapa com uma greve geral". Tiram com conclusão daquela greve, que o caminho é a auto-organização nos locais de trabalho: "A paralisação de cada fábrica deve apoiar-se na organização dos Comandos Clandestinos internos", por fim concluem:

(...) A prática demonstrou que a forma mais correta e educativa para a massa é a greve partindo da organização interna através dos comandos clandestinos de cada

secção, parando uma a uma, com a massa de cada secção para engrossar as fileiras e indo parar as outras. Isso funciona se existir organização, estimula os vacilantes e impede a identificação dos líderes. A saída das fábricas deve ser em massa pois grupos isolados tornam-se fáceis para a repressão. Os comandos clandestinos da greve devem ser organizados ao nível de cada secção, cada fábrica, cada município. Com o avanço do processo, será necessária a formação de comandos gerais a fim de coordenar a luta em nível nacional. Esta é a experiência dos trabalhadores de Osasco. (Manifesto de balanço da greve de julho, p. 192).

Já no balanço publicado por Ibrahim em 1978, apontava-se três motivos principais para a derrota do movimento grevista em Osasco: a greve deveria ter sido preparada com mais tempo “para que se tivesse força suficiente para sustentar o movimento”. Outro erro fundamental teria sido que: “Jamais nos preocupamos a sério em montar, nos bairros, uma infraestrutura independente do sindicato”. E por fim, o erro principal seria ter feito uma greve com perspectiva foquista “existe o problema da visão política (nessa época bem militarista), que influenciou na decisão de antecipar a greve, bem como a forma de encaminhá-la”. (IBRAHIM, 1978, p. 15).

Além de não ter preparado o "entorno da greve", Espinosa acrescenta que, o tratamento da ditadura à greve de Osasco foi diferentemente de Contagem, pois “Em junho, o fator surpresa não existia. Só um movimento amplo e extremamente organizado (...) poderia ser vitorioso” (1978, p. 46). Espinosa acrescenta ainda que os militantes dirigentes do sindicato estavam sendo pressionados por sua corrente (VPR) para decretar a greve: “a própria organização militarista, que pretendia a radicalização dos movimentos de massa, pressionava seus militantes a decidir-se pela greve”. (ESPINOSA, 1978, p. 46). Na entrevista que nos concedeu Espinosa, quando pergunto por que não foi vitorioso o movimento ele responde:

Ah, não tinha clima. Não tinha condições objetivas. Bom o plano da greve (...). Até a.. Essa reunião que eu te falei, na Cobrasma, até aí foi conforme o planejado. Depois disso, a repressão não fez mais a parte dela [risos], ela tinha que esperar pelo menos mais uma semana. Mas aí, nos nossos acertos, seria ocupada no dia seguinte a Brown Boveri, o que não aconteceu, a greve se ampliaria, três ou quatro dias depois, Guarulhos entraria em greve em solidariedade. Se Guarulhos conseguisse entrar, uma parte dos metalúrgicos do ABC também pararia. A greve, depois chegaria a Santos. Chegaria ao Rio de Janeiro, depois do Rio chegaria a Contagem de novo. Então, o plano, era que a greve de Osasco se transformasse, que Osasco fosse o estopim de uma greve geral. Como a repressão não fez a parte dela conforme o planejado [risos], não esperou o tempo que nós precisávamos, então tudo isso foi abortado. Bom, porque que não deu certo, porque as condições objetivas não estavam favoráveis para a gente. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Os elementos colocados por Ibrahim e Espinosa ajudam a compreender e explicar os limites daquele processo. Denotam que uma organização mais cuidadosa poderia ter sido

construída de julho até novembro. Assim seria possível comprometer os setores que queriam ir pra greve de imediato com a organização mais ampla. Construir uma organização mais ampla nas outras fábricas a partir das seções e formação de comitês por fábrica. No entanto, a questão mais profunda nos parece a tomada ou não da fábrica e resistência até o momento da intervenção militar. Se não se tinha preparação para a tomada da fábrica e ocupação com resistência, não se poderia ter lançado esse desafio à ditadura. A ocupação por algumas horas, debatida e decidida pelo operariado durante a ocupação teria fortalecido aquele movimento, mas manter a ocupação até a desocupação pelas tropas militares soou como uma derrota. A conjuntura era de mobilização, a derrota da greve mediante intervenção militar significou um golpe contra o movimento operário de conjunto. Stanislaw Szermeta ponderou que a conjuntura parecia colaborar para a expansão das greves:

Todos os erros posteriores, hoje dizendo, com todas as insuficiências, eram justamente desse, dessa visão... De que... Dessa limitação de você poder se deslocar, de você poder conversar, de você poder mobilizar. Então, aí, no caso, a luta era para irradiar... E não irradiou. A repressão se adiantou, a repressão se adiantou. Porque você tinha todo o clima criado (...). Mas você tinha um clima que não era só guerra do Vietnã e Cuba, você tinha um clima de massa, você tinha a passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro. Então você tinha clima. E aqui em Osasco tinha vários grupos de fábrica, então você tinha várias lideranças, você tinha uma construção... Isso aí também era um fator que criava essa interpretação de que haveria resistência. E nos vimos que a repressão se adiantou mais. Falou 'A brincadeira aqui acabou! Agora aqui é gente grande, tanque e pau! E logo em seguida você já tem o Ato 5, entende? Então essa é a, vamos dizer assim, a questão básica. Depois, de 1968 o movimento refluíu, aí você não tem mais clima para fazer nada em Osasco. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

A perspectiva de Stanislaw tem pontos de convergência com o balanço publicado em 1971 pela Organização Comunista 1º de Maio, que participou daquelas mobilizações. Nesse balanço entende-se as processo em Osasco como o ponto alto de confronto com a ditadura naquele 1968:

A greve de Osasco representou um dos pontos mais altos do movimento de massas em 1968, por sua agressividade e contestação direta da propriedade privada, com ocupações de fábrica, pela experiência de preparação, utilizando-se do sindicato, de organização dos operários em comitês de greve, pelo nível político das reivindicações, pelo impacto sobre o movimento dos trabalhadores, dos estudantes, demonstrando que a luta do operariado contra o arrocho, Fundo de Garantia e por outras reivindicações, se faz com greve. (Organização Comunista 1º de Maio, 1971, pp. 400-401).

Com a repressão, aquela vanguarda operária combativa, que se formou durante a década de 1960 na cidade, acabou migrando para outras cidades do Estado. Como enfatiza Stanislaw "Osasco é que foi destruído. Esse processo de Osasco foi destruído. Ele só vem a se

recuperar nessa fase, 1973-1974". Ainda, parte expressiva desses operários que protagonizaram as greves incorporou-se as fileiras da luta armada, onde destaca-se a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária. Por fim, pergunto a Espinosa se o fato de a greve ter sido preparada por um grupo restrito teria determinado seu desfecho, ele responde:

Olha, é uma interpretação possível. Uma interpretação possível. Mas eu acho que não. Porque saber da greve, todo mundo sabia, todo mundo tinha sido atingido pela propaganda. (...). Um pouco mais, era umas 400 que sabia. O que umas 400 pessoas sabia mais detalhadamente era dos planos. Estavam inseridas nos planos. Agora, debaixo da ditadura, de um policiamento intenso e ostensivo, a greve só aconteceu porque foi preparada clandestinamente. Se você fosse decidir em assembleia o dia, o local, quem ia desligar a máquina tal, não teria acontecido. Ela só aconteceu porque foi organizada clandestinamente e a maior parte dos planos não era de conhecimento da repressão. Porque foi preparada em planos distantes. Cada um desses 400 sabia o que ele ia fazer, mas não sabia o que os outros fariam. Se de repente um entregou, foi um pedaço que caiu, mas a maior parte foi preservada. Agora, só tinha como... Como é que você faz uma preparação detalhada, técnica, debaixo de uma ditadura, aliás, mesmo na democracia, imagina se o movimento do Passe Livre [2013] conta qual vai ser o trajeto, acabou o movimento. (Entrevista - Roberto Espinosa).

Além da tomada da fábrica por tempo indeterminado, sem preparação para resistir à intervenção militar, outro erro, que nos parece mais profundo, decorrido depois da derrota da greve, foi o destino daqueles dirigentes. Importantes quadros formados ali em Osasco ao longo da década de 1960, aderiram à luta armada e desligaram-se do movimento operário de massas.

### **Importantes "quadros" dirigentes se apartam do movimento operário**

Embora as derrotas tenham impacto objetivo e subjetivo na classe, e se busque organizar as lutas para serem triunfantes, as greves são escolas de guerra para a classe e não a própria guerra. Neste sentido, as atividades de greve, piquetes, paralisações, manifestações e inúmeras outras formas de enfrentamento do proletariado com o patronato e o Estado constituem verdadeiras atividades de preparação e temperamento dos quadros operários, acumula-se e se difundem experiência políticas, programáticas e estratégicas. A partir da experiência prática, testam-se os limites da própria força dos operários mobilizados, as forças do patronato e do Estado.

No entanto, parte importante daquela vanguarda que se formou em Osasco, na luta de classes durante a década de 1960, fazendo importantes experiências organizativas na região, optou por uma estratégia foquista guerrilheira que lhe apartou do movimento operário combativo. O erro estratégico de parte significativa da nova camada dirigente que emergia em

1968, levou-a a se sacrificar nas fileiras da luta armada foquista. Ibrahim assume essa crítica em 1972: "o que destruiu mesmo a organização interna nas fábricas de Osasco foi a política das organizações armadas - principalmente no caso da VPR e depois da VAR-Palmares - de tirar os melhores elementos do trabalho no movimento de massas consumindo-os na dinâmica interna da organização". (IBRAHIM, 1972, p. 239).

Com a opção pela guerrilha, abortou-se precocemente o desenvolvimento de dirigentes operários de massa. A camada dirigente separou-se definitivamente das massas e não pôde se fundir com as novas camadas combativas que emergissem do chão das fábricas durante a década de 1970. Os quadros que foram para a luta armada poderiam certamente contribuir de forma qualitativa para a auto-organização do movimento operário de Osasco e de São Paulo e do ABC nos anos posteriores àquela experiência de 1968.

Por outro lado, uma parte daqueles militantes de Osasco, após a onda repressiva, mudam-se da cidade, mas mantêm-se no eixo industrial da Grande São Paulo. Como forma de reprimir e isolar as lideranças no movimento operário, os principais dirigentes das greves tiveram seus nomes inscritos em uma lista patronal, a chamada de "lista negra". Essa lista era compartilhada pela administração das fábricas, assim nos processos de admissão, eram vetados os empregos para aquelas pessoas. Por conta disso muitos dos dirigentes das greves na região de Osasco mudaram-se para outras cidades em busca de emprego. Nos novos locais de trabalho onde se estruturavam, esses operários que tinham experienciado as lutas operárias da década de 1960, continuaram perpetuando as lições organizativas. Esse foi o caso de Joaquim Miranda, que foi para o ABC paulista em busca de trabalho e de um novo local para militância. De acordo com seu relato:

(...) tinha na época, organizado pela repressão, uma lista negra que funcionava muito bem. Com a participação que tive ali, fiquei marcado mesmo. Ai pensei, 'eu vou para o ABC, trabalhar no ABC'. (...) acabei indo trabalhar na Ford Willis (...). Então, uns três meses depois da greve [da Cobrasma/Braseixos], no caso já no fim do ano, eu consegui entrar na Ford Willis, no final de 1968, lá no ABC. (...). A Volks me chamou, pagava mais. E eu fui para a Volks... Fiquei na Volks seis meses. Depois descobriram na Volks que a gente era subversivo, e depois de seis meses mandaram embora. (Entrevista - Joaquim Miranda).

E continua:

Interessante notar também que na Volks a gente começou, lá... na Volks, porque passado a gente já tinha.. Acabava a gente fazendo uma corrente com outras pessoas... Eu acabei me entendendo lá com um que foi até meu compadre, da AP [Ação Popular]. Ai um dia nós dissemos, 'Vamos fazer um jornal aqui?'. Uma folha de sulfite, mimeografo a álcool... A minha mulher, com um mimeografo a álcool, ela

que fazia a redação e impressão, e a gente fazia o conteúdo. (Entrevista - Joaquim Miranda).

Logo que chega ao ABC Joaquim Miranda passa a buscar organizar pequenos núcleos de operários para formar um grupo clandestino:

No ABC, a gente, quando foi para lá, era uma ideia mais ou menos fixa, de que as comissões de fábrica seriam a melhor forma de atuação... Lá no ABC a gente chegou... Era uma palavra de ordem que ninguém contestava né... Lá no ABC quando a gente foi para lá, eu e outros que já existiam por lá, começamos aos domingos a gente se reunia pelas quebradas, um daqui outro dali, dez, doze pessoas. Na casa de um, de outro, meio escondido para tentar organizar as comissões de fábrica lá. E havia, quando teve a greve que o Lula assumiu a liderança lá, pequenos núcleos de comissões de fábrica. Não reconhecidos pela empresa como era o caso da Cobrasma, porque aqui [Na Cobrasma], era uma comissão reconhecida, aberta. Lá [no ABC] eram comissões clandestinas. Então quando teve as greves [1978, 1979 e 1980] já existiam pequenas chamadas de organização operária dentro das empresas: Mercedes, Ford, Volks, Scania. Era uma palavra de ordem né. (Entrevista - Joaquim Miranda).

Conforme podemos observar pelo relato de Joaquim Miranda, mesmo com a repressão sofrida em Osasco, as comissões e grupos clandestinos continuam a figurar como uma forma viável de organização do operariado.

### **A auto-organização de Osasco como exemplo ao movimento operário brasileiro**

A experiência provou que sem estruturar-se por cada seção de cada fábrica e nos bairros, a greve não poderia sustentar-se, e muito menos converter-se em um levante operário geral e coordenado que pudesse derrubar o arrocho ou a lei antigreve. Provou que uma ocupação de fábrica coloca em xeque quem é que manda na fábrica e que para ocupar é necessário preparar a resistência e uma rede de solidariedade em favor da ocupação. Assim, conforme observamos nos materiais e nas entrevistas com os operários que militaram na década de 1970 e que construíram a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, centrada sobre comissões e grupos de fábrica clandestinos, o balanço da greve de Osasco fornecerá elementos fundamentais para a atuação dos principais processos de organização do operariado industrial paulistano durante toda a década de 1970.

Entre os elementos elucidados nas entrevistas que realizamos está o papel que Osasco cumpriu na luta contra a ditadura, sobretudo no que diz respeito à formação das comissões de fábrica, mas também pelo próprio papel cumprido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que funcionou como um bastião das oposições naquele momento. Parte daquela vanguarda operária combativa que se formou em Osasco migrou para São Paulo e, confluindo com a Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo, foi construir comissões de fábrica e lutar contra

o peleguismo e a burocracia sindical (que atua como correia de transmissão dos interesses de dominação de classe).

Lula, após a greve da Scania deflagrada no ABC em 1978, compara o movimento de Osasco com o do ABC, criticando o movimento de Osasco, declara: "A greve de Osasco foi muito mais fomentada pelos alunos da Faculdade de Filosofia da USP do que pelos operários de Osasco. Qual foi seu resultado prático? Nenhum, a não ser o banimento de Ibrahim". (Lula. In: HISTÓRIA IMEDIATA, 1979, p. 58). Em julho de 1978, Lula afirma que: "foi uma greve em que a única coisa que a classe trabalhadora ganhou foi o AI5 nas costas". (Lula, 1981, p.104). Conforme demonstramos anteriormente, em Osasco constituiu-se uma campanha militante para construir um sindicato organizado a partir das bases fabris, organizou-se milhares de operários para as assembleias do MIA e para o Primeiro de Maio na Praça da Sé.

Dessa forma, a análise parcial de Lula é questionável. Envolvendo milhares de operários que se colocaram em movimento contra a ditadura, o arrocho salarial e pela liberdade sindical, o movimento de Osasco foi crescente durante a década de 1960. Organizou comissões de fábrica independentes e inspirou o programa sindical e político da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, possibilitando uma alternativa à Diretoria de São Bernardo. A negação de Lula em relação às contribuições daquele movimento é uma forma de buscar desautorizar não apenas a experiência de Osasco de 1968, mas também o programa e atuação da Oposição Metalúrgica de São Paulo durante as greves e paralisações durante a década de 1970, sobretudo nos processos de 1978. Para valorizar a sua própria linha de atuação sindical, uma forma de *sindicalismo apartado do controle operário*, Lula ataca em diversas ocasiões os organismos de auto-organização pela base, centrando fogo no combate às comissões e organização de grupos de fábrica clandestinos.

Entre os elementos mais ricos deixados pelas ações do movimento operário de Osasco durante a década de 1960, está a experiência das comissões de fábricas, auto-organização e a luta contra a estrutura sindical e os interventores da ditadura. Conforme aponta Waldemar Rossi "(...). É isso que eu conto para você, a partir da experiência da Cobrasma, onde a gente passava, levava essa reflexão e algumas experiências iam acontecendo".

Quando pergunto a Cloves de Castro se as greves de Osasco tiveram influência em São Paulo ele responde "Teve, teve sim. Claro, entende... Nos métodos de organização, teve sim. Muita". Também o relato de Anízio Batista converge com essa análise, Anízio era um dos principais organizadores das comissões de fábricas e da interfábricas em São Paulo, para

ele: "A greve de Osasco, ela tem uma influência não só em São Paulo, como na Grande São Paulo, mas no Brasil". E deu um ânimo também para o pessoal, independente da repressão, também se organizar né... Entendeu, isso foi positivo. Então foi muito bom". Em material da Oposição Sindical Metalúrgica intitulado *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo* (GET/Urplan, 1982), a influência do movimento de Osasco sobre a Oposição, é descrita com "Uma luz no fundo do túnel", segundo sua análise:

Os trabalhos dentro das fábricas receberam maior estímulo com as greves de Osasco, Contagem e na Indústria Mecânica Lassem. Foram a luz no fim do túnel para o surgimento da Oposição enquanto proposta. Criaram uma nova esperança, mas foi sufocada e permaneceu latente durante muito tempo. Mostraram a necessidade de sair do sindicato imobilista, do sindicalismo de cúpula para um sindicalismo de base, ativo, de enfrentamento com os patrões. Essas experiências, em particular a da Comissão de Fábrica da Cobrasma, ficaram sendo um marco, uma necessidade no sentido de avançar na construção de organizações nos locais de trabalho. (GET/Urplan, p. 24-25).

Além do exemplo da luta de 1968, a comissão de fábrica e grupos clandestinos organizados por seções, mostravam-se interessantes pelo menos em dois aspectos: o primeiro é que durante um período, funcionou dentro da fábrica duas comissões, uma reconhecida pela empresa e outra clandestina. Depois ambas se fundem, disputam eleições e chegam a gestão do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta era uma forma organizativa que poderia ser utilizada em diversas outras fábricas, tendo-se uma comissão que aparecia e uma outra que operava de forma totalmente clandestina. De acordo com o relato de Hélio Bombardi, operário na Massey Ferguson durante a década de 1970 e um dos principais dirigentes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo:

A ideia da Comissão de Fábrica vem com a questão da organização de Osasco, basicamente a Comissão de Fábrica de Osasco. Era uma coisa que alguns militantes, poucos, mas alguns militantes tinham uma referência bastante grande no que tinha acontecido em Osasco. Na questão da Comissão de Fábrica da Cobrasma, na questão da tomada do Sindicato por esse povo, o Zé Ibrahim, o Roque, o Julião, todo o povo que frequentou lá e outros aqui que não me vem na memória agora, e particularmente a gente tinha alguns companheiros de Osasco que tinham passado direta ou indiretamente por essa experiência. Um caso específico mais marcante era o companheiro Arsênio. Eu tinha contato com o Arsênio, a gente se conhecia e outros companheiros, o Zé Pedro que também era de Osasco, o Natalino. Então eu conhecia alguns companheiros de Osasco, porque de certa forma frequentava, tinha parentes inclusive em Osasco na época, então comecei a ter uma ponte maior com esse povo todo e eu achava que era uma experiência legal e que a gente devia avançar. Na época eu achava assim, era a grande experiência, a questão da Comissão de Fábrica. Quando falo Comissão de Fábrica eu digo, a Comissão dentro da fábrica, os operários escolhendo a Comissão, a questão da tomada do Sindicato, o fim da estrutura sindical, agora da onde vem a grande coisa? A grande veio de Osasco, os

materiais que comecei a receber de Osasco, a discussão com vários companheiros de Osasco que volta e meia lembravam o que tinha sido Osasco. Até fui pra Osasco na época mas eu não era exatamente uma pessoa conhecida em Osasco. Isso na verdade é que me norteou muito, é a questão basicamente da Comissão de Fábrica e a questão da tomada do Sindicato em Osasco. Então aí quem tem um papel fundamental num primeiro momento é o companheiro Arsênio, o Zé Pedro e outros companheiros da Frente Nacional do Trabalho que também passa a ver uma saída, o caminho é esse. O caminho é ser organizado dentro da fábrica, não é o que o Sindicato faz, esse Sindicato que está aí é um sindicato pelego e nós temos que trabalhar pra organizar a fábrica. Ao mesmo tempo temos que sindicalizar o povo, no início era sim, não era nem formar, nós vamos pra uma luta, nós temos que ir pras assembleias, ver o que a gente quer dentro da assembleia, ficar forte pra um dia tomar o Sindicato. Esse é o referencial do Sindicato de Osasco e da Comissão de Fábrica de Osasco. (Entrevista - Hélio Bombardi, concedida ao IIEP, 2007).

Foi uma organização pela base que chega a conquistar a superestrutura político-organizativa. Quando pergunto a Anízio Batista se as comissões de fábrica de Osasco serviram de inspiração para as comissões em São Paulo, ele responde que sim, inclusive na Villares os operários chegaram a fazer uma cópia da comissão da Cobrasma, organizando-se a partir de cada seção, de acordo com seu relato:

Nós tínhamos uma organização muito bem feita dentro da empresa. Então, em cada seção, nós tínhamos uma liderança que discutia com a gente.

### **Muito parecido com o que foi na Cobrasma?**

Sim. Muito parecido! Talvez nós fizemos uma cópia dela... Da experiência da Cobrasma...

Em outro trecho da entrevista, ainda relatando sobre as comissões, Anízio Batista afirma:

Sim. Todo o trabalho que girou, em termos da preparação das oposições sindicais de São Paulo e em nível nacional, ela girou em cima da formação das comissões de fábrica. Portanto, todas as empresas que eu trabalhei, em metalúrgica, eu criei comissão de fábrica clandestina né, naquele tempo, você não podia ir negociar com o patrão e falar que você tinha uma comissão de fábrica legalizada né, o patrão ia mandar todo mundo embora no ato né... Então a gente criava as comissões de fábrica clandestina, você reunia fora da fábrica, por exemplo, discuti os problemas da fábrica e muitas vezes nós fazíamos os panfletos próprios de cada fábrica e como nós não podíamos distribuir nas portarias, nós deixávamos nos banheiros, pregávamos nos banheiros, deixava nas máquinas do trabalhador. Nós chegávamos mais cedo, meia hora antes, por exemplo, deixava em cima das máquinas... Então nós alertávamos o trabalhador que nós estávamos sendo... O que nós estávamos perdendo... Em termos salariais, em termos... Restaurante, naquele tempo, tinham poucas empresas que tinham restaurante, nós brigávamos muito por restaurante, por material de... Luva, macacão, esse negócio todo aí, entendeu... Então, era muito... Eram as coisas básicas que não tinha... Então era muito por aí... (...) O trabalho de formiguinha começou por aí. (Entrevista - Anízio Batista).

Assim, a Oposição Sindical Metalúrgica será a principal depositária das experiências de Osasco. Entre nossos entrevistados está Stanislaw, que fora operário em Osasco durante a década de 1960 e que foi trabalhar em fábricas de São Paulo. Tomou parte na formação de comissões de fábrica e na Oposição Sindical Metalúrgica. Stanislaw aponta a influência das mobilizações de Osasco no movimento operário da capital paulista:

Osasco era onde estava o *mana*, porque Osasco era onde estava a comissão de fábrica legalizada. Uma comissão de fábrica que se construiu inicialmente como grupo, depois se legaliza como comissão e depois vira sindicato. Ela faz uma crescente. E depois do sindicato assume o papel político do sindicato. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Em São Paulo, o movimento operário não havia sofrido a repressão nas proporções que se sofreu em Osasco em 1968. A Oposição Metalúrgica de São Paulo pode voltar-se para o trabalho no chão de fábrica, inspirando-se diretamente nas experiências oriundas de Osasco. Os operários combativos continuavam seguindo com um processo molecular de auto-organização nas fábricas que desabrochará em maiores proporções a partir de 1975. Como aponta Stanislaw:

Para mim a coisa vai se organizar mesmo a partir de 1974, aí vale a experiência de Osasco, aí vale a experiência dos grupos de fábrica, aí vale a comissão de fábrica. Então você tinha a ideia: Você vai para a fábrica, na fábrica você começa a fazer o que? As lutas específicas. Aí já começa a ideia da construção do chamado grupo de fábrica (...). Porque você tinha que entender que a gente estava em plena ditadura né (...). Porque para participar do grupo de fábrica não precisava ter a consciência socialista, precisava ter disposição de luta (...). Aí a oposição metalúrgica de São Paulo começa a criar um processo de organização que era assim: atuava por região, e tinha uma coordenação. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Durante a década de 1970, a Oposição atuará na formação de comissões e grupos clandestinos como forma de auto-organização pela base. Construíra comissões nas principais fábricas de São Paulo e disputa eleições sindicais. O ideário de organização pela base vai inclusive defrontar-se com a linha sindical e política praticada a partir do Sindicato do ABC, que praticará um sindicalismo centrado na força do aparato sindical e não da auto-organização pelos operários no chão de fábrica.

## **CAPÍTULO II - EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A DÉCADA DE 1970 NA GRANDE SÃO PAULO**

Conforme vimos, o ano de 1968 foi marcado pelas disputas entre setores do movimento operário e as determinações político-econômicas da ditadura militar-burguesa. Essas disputas são definidas em favor da ditadura bonapartista, que reprime as greves e cassa os principais dirigentes sindicais que estiveram à frente daquelas lutas operárias. Além de reprimir as greves, em 13 dezembro de 1968 é decretado o Ato Institucional número 5, que foi um contra-golpe burguês-militar que ampliava a atuação repressiva. O AI5 foi uma resposta ditatorial às mobilizações de 1967-1968, dando a tônica da fase mais repressiva da ditadura, que se consolida jurídica e militarmente. Tratou-se de um significativo golpe de força contra o movimento operário que havia aprofundado sua organização (1967-1968), criando e fortalecendo organismos de base e chegando inclusive a vencer eleições sindicais. Essa incursão repressiva permitiu ao governo impor um novo grau de subsunção ao operariado, intensificando os níveis de exploração da força de trabalho e extração de mais valor no espaço fabril. A produção industrial constituiu-se como o núcleo mais rentável de sustentação do "milagre" econômico ditatorial, erigido sob repressão, perseguição e assassinatos. Esse período, de maiores lucros para o empresariado (1968-1973), será também os anos de maior repressão e perseguição ao movimento sindical e operário.

### **Quem se beneficiou com o AI5?**

O êxito econômico dessa investida foi expresso no chamado "milagre econômico", expressão de um auto-elogio criado pela ditadura. O "milagre" ditatorial-burguês, conforme definiu Chasin, foi: "uma forma de desenvolvimento capitalista; desenvolvimento no quadro dos países economicamente submetidos ao imperialismo, que beneficia o capital monopolista e que expulsa as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos". (CHASIN, 2000, p. 68-69). Ainda, de acordo com o autor, esse não seria o primeiro milagre à brasileira, pois:

(...) sucessivamente tivemos o "milagre" da cana-de-açúcar, o "milagre" da mineração, o "milagre" do café, e finalmente, dentro do "milagre" da industrialização subordinada ao imperialismo, o menor e mais curto de todos, o "milagre" de 1968 a 1973. Este último, baseado na dinâmica econômica da indústria automobilística e produtos correlatos, os chamados bens de consumo duráveis, destinados a uma absorção por segmento privilegiado do mercado interno; "milagre" também sustentado pelo "esforço" exportador predominantemente, como sempre, de produtos primários e matérias-primas, e, de modo complementar, mais na aparência do que em termos efetivos, pela venda ao exterior de manufaturas. (CHASIN, 2000, p. 60).

Durante o "milagre" suplicioso, imensas remessas de lucros formadas a partir de intensa exploração de jornadas de trabalho extenuantes, conformavam-se em massivo acúmulo de mais valor que eram capitadas pelas multinacionais, sobretudo da indústria automobilística, Volks, Ford, Mercedes-Benz, GM, FIAT, mas também; Cobrasma, Ultragas, Villares (com duas fábricas contava com cerca de 5.500 operários), Carterpillar (com cerca de 2.000 operários), MWM (de José Mindlin, que contava com cerca de 4.000 operários), Coldex-Frigor, Caloi (cerca de 1.500 operários), Monark (com cerca de 4.000 operários), Metal Leve, Metalúrgica Prada (com cerca de 2.300 operários), Massey Ferguson (com cerca de 1.500 operários), Rolamentos FAG (cerca de 1.500 operários), Pirelli (com cerca 1.500 operários). Sharp (com cerca de 1.500 operários), Bosch, Philips (com cerca de 1.000 operários), Philco, Arno e muitas outras (dados de COELHO, 2007). Eram empresas de capital nacional, "burguesia nacional", de capital internacional "imperialista" e de capital misto, unificadas contra o ascenso operário. Sobre o eixo industrial de Osasco, São Paulo e ABC paulista, concentrou-se um reduto de extração de vultuoso *quantum* de mais valor, assegurado, sobretudo, pela ditadura policial, militar e empresarial, com extensão da jornada de trabalho, com a média obrigatória de 4h diárias de hora-extra e trabalho aos fins de semana, combinada com a intensificação do ritmo da produção.

Conforme sintetizou Chasin, a organização da produção durante o período possuía dois eixos básicos: "a produção de bens de consumo duráveis para absorção de uma fatia privilegiada do mercado interno, e o, assim chamado, esforço exportador, que, mantendo a tradicional dimensão exportadora da economia brasileira, baseada em bens primários, a ela buscou agregar um componente de bens manufaturados. (CHASIN, 2000, p. 69). Ainda de acordo com análise do autor:

Destinada ao consumo interno, esta forma de produção tinha que gerar imprescindivelmente um privilegiado mercado de consumo, socialmente muito restrito, numericamente acanhado, mas suficientemente dimensionada para ser apto a absorver a produção efetuada, e assim realizar a mais valia criada, é precisamente a isto que se chamou de "pacto social com a classe média". A concentração de renda é, pois, decorrência lógica da organização da produção posta em andamento, decorrência lógica e absolutamente necessária. A miséria produzida pelo "milagre" é resultante, portanto, da organização da produção que ele subentende, e não a simples falta de uma equação distributiva e mais equitativa. Isto é, por mais que o "bolo crescesse" jamais poderia render para as massas trabalhadoras. (CHASIN, 2000, p. 69).

Tanto a burguesia industrial nacional; Cobrasma, Villares, Barbará e MWM etc., quanto as multinacionais, como a Volkswagen, Ford, Mercedes, Scania e GM, daquele eixo

industrial, feito reduto de espoliação e subsunção real dos trabalhadores, tiveram um espetacular momento de sobreacumulação de capital e superlucros. As multinacionais transferiam essa massa de lucros para o exterior encontrando facilidades e cooperação da ditadura militar-burguesa bonapartista. O reduto fabril tornou-se um verdadeiro "paraíso da exploração", que rendia remessas massivas de capital que eram invertidos sobretudo para E.U.A e Europa. Esses capitais engrossaram, em larga medida, os capitais dessas multinacionais, que frente a esta lucrativa fonte de recursos, podiam ainda investir em novas técnicas produtivas, em capital constante, pesquisa e tecnologia, tornando-se cada vez mais lucrativas e abarrotando o mercado mundial de novas mercadorias, ampliando a exportação e novos ciclos de acumulação, ao mesmo tempo em que eliminavam mão de obra. Assim, também no Brasil, o empresariado industrial encontrou todo apoio em uma ditadura militar-burguesa que além de controlar a *fôrceps* a classe operária, ainda falsificava os índices inflacionários para conceder reajustes salariais abaixo da inflação real.

Os êxitos econômicos funcionaram como uma blindagem para a ditadura, aproximando setores das classes intermediárias e altas para sua base de apoio, o que por sua vez pôde lhe fortalecer para empreender uma violenta ofensiva contra as organizações operárias, sindicais e a luta armada em solo nacional. No período de 1968-1973, a economia brasileira passa por uma importante fase de crescimento econômico, de acordo com Baer: "O crescimento real do PIB, que atingira a média de somente 3,7% no período de 1962-1967, alcançou médias anuais de 11,3% nos anos 1968-74". (BAER, 1996, p. 91). Reafirmando o caráter de dominação de classe, como aponta a economista Maria da Conceição Tavares (1975), quem colherá os frutos dessa nova fase de crescimento serão as classes intermediárias e altas, e não a classe trabalhadora:

A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo "conveniente" ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pelo lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais mas permanecendo constantes os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes. Tudo leva a pensar que a concentração na cúpula continuou e ainda com maior vigor, desde o significativo crescimento do excedente a partir de 1967, possibilitando por um nível de salários reais rebaixado em quase 30%, no caso do salário mínimo (em relação a 1961), em condições de recuperação e expansão acelerada do nível de atividade econômica urbana. (...). (TAVARES, 1975, p. 201).

Ainda de acordo com Tavares, a expansão industrial ancorada em baixos salários forçou as famílias trabalhadoras a colocar mais membros no mercado de trabalho para poder receber salários suficientes para a manutenção de seus lares. De acordo com a autora "a maior incorporação de mão de obra, derivada da expansão, permitiu que o número de pessoas que trabalham por família urbana aumentasse significativamente em 1969, em comparação com o decênio anterior, possibilitando que a renda média por família assalariada, em 1970, chegasse mais ao nível registrado no início da década". (1975, p. 201). A autora conclui que:

(...) o esquema de distribuição de renda em vigor em 1970 mostraria, em relação a 1960, uma maior taxa global de desigualdade e uma maior concentração na cúpula. Em compensação, tanto o peso relativo da participação na renda, pelos grupos médios altos, como os níveis pró-médios dos grupos médios em seu conjunto teriam aumentado significativamente. (TAVARES, 1975, p. 202).

De acordo com a autora, tal política: "No caso brasileiro, conduz a um 'consumismo' restringido a certos setores da população, com manutenção de padrões de vida infra-humanos para a maioria da população rural e um crescimento do consumo médio das massas urbanas que tem chegado a ser negativo". (TAVARES, 1975, p. 258-259). Dessa forma, Tavares aponta limites nessa forma de acumulação e desenvolvimento:

Como não parecem existir perspectivas de uma política redistributiva em favor de amplos setores marginalizados e uma vez que a dinâmica da expansão e da acumulação não se baseia na aceleração do consumo das camadas populares, e sim no aprofundamento e diversificação do consumo das camadas altas e no endividamento das camadas médias, esta etapa de acumulação se baseia no 'consumismo' poderia ser de curta duração. (TAVARES, 1975, p. 259).

De acordo com dados apresentados por Baer (1996, p. 95), comparando o ano de 1960 com o de 1970, pode-se observar que 40% da população, que recebia os salários mais baixos, passaram a receber uma porcentagem menor da renda nacional, decaindo de uma participação de 11,2% para 9%. O segundo estrato populacional formado por outros 40% da população brasileira declinaram de uma participação de 34,3% da renda nacional para 27,8%. Ou seja, o total populacional formado por 80% da população brasileira, que tinham uma participação de 45,5% da renda nacional no ano de 1960, decaiu para uma participação de 36,8% no ano de 1970. Ao mesmo tempo, os 40% mais ricos, com acesso a 27,4% da renda nacional em 1960, ascenderam ao acesso de 36,3% dela.

**Tabela 5 - Variação da distribuição de renda, 1960-1970**

	<i>Renda per capita em US\$</i>			
	1960	1970	1960	1970
40% mais baixos	11,2	9,0	84	90
Próximos 40%	34,3	27,8	257	278
Próximos 15%	27,0	27,0	540	720
40% mais altos	27,4	36,3	1.645	1.940
Total	100,0	100,0	300	400

Fonte: calculado a partir do IBGE, Censo demográfico, 1970. Apud: BAER, 1996, p. 95.

As taxas inflacionárias continuavam corroendo os salários e o poder de compra dos trabalhadores que, sob AI5, encontravam situação mais adversa para as campanhas reivindicativas. Entre os objetivos imediatos da repressão estava o aumento da lucratividade, da produção fabril e a diminuição dos índices inflacionários por meio da contenção salarial. As taxas de inflação que foram mantidas em 26.50% em 1967 e 26.70% em 1968, após a intensificação da repressão e do arrocho salarial registraram queda para 20.10% em 1969, chegando inclusive ao patamar mais baixo 16.40% no ano de 1970. A contenção salarial foi peça importante para o declínio da inflação, mas seu êxito foi de curta duração, pois a partir do ano de 1970 em diante a inflação voltará a crescer vertiginosamente. (C.f. BAER, 1996, p. 401). Ainda, o desencadear da crise internacional, marcada pela crise da ordem de *Bretton Woods*, na primeira metade da década de 1970, crise do petróleo, aumentos dos custos dos empréstimos internacionais e desaceleração do comércio internacional, reforçaram as tendências de crescimento da inflação no Brasil. (CARNEIRO, 2002).

As perdas salariais para a classe trabalhadora são nitidamente observáveis durante a década de 1970. Em meio ao arrocho salarial, o governo chega a falsificar os índices inflacionários de 1973 para conceder reajustes menores. De acordo com Humphrey, analisando uma série de 10 anos, de 1964 a 1974, o governo impõe reajustes salariais abaixo do índice inflacionário, com dados do DIEESE Humphrey aponta que: "os acordos salariais dos metalúrgicos da Capital (São Paulo, Osasco e Guarulhos) entre 1964 e 1974 foram inferiores em 26% ao índice de inflação para o mesmo período". (HUMPHREY, 1979, p. 95). Essas perdas salariais se dão durante o chamado "milagre econômico" ditatorial. Sabendo que ditador não faz milagres, é notório considerar que esse período não teve nada de milagroso para os trabalhadores, uma vez que: "Efetivamente, a concentração da renda é impressionante,

tendo aumentado consideravelmente entre 1960 e 1970. A metade mais pobre da população recebia algo mais que 1/6 da renda total em 1960 e menos de 1/7 em 1970”. (SINGER, 1982, p. 62). Conforme analisou Chasin (2000):

(...) a engrenagem econômica em vigor funcionou e realizou um período de acumulação capitalista. É propriamente a época do “milagre”. Os setores dominantes, nacionais e estrangeiros, realizam seus lucros, mantêm-se politicamente unidos e consideram as formas ditatoriais da gestão do estado como uma solução muito adequada, “naturalmente” ajustada às necessidades “gerais” do país. É a “euforia” do Brasil-Grande, ao longo dos anos de 1969 e 1973. A grande massa não participa do “milagre”, nem, é claro, da euforia. (CHASIN, 2000, p. 85).

Conforme podemos observar na tabela abaixo, a concentração de renda aumentou consideravelmente; As “classes” A e B dobraram sua renda *per capita*:

**Tabela 6 - Distribuição de renda no Brasil 1960-1970**

Classe <sup>1</sup>	1960 <sup>2</sup>		1970 <sup>2</sup>		Aumento em % da renda "per capita"
	% da renda total	renda "per capita"	% da renda total	renda "per capita"	
A	11,7	8 350	17,8	17 700	112,0
B	15,6	2 780	18,5	4 590	65,0
C	27,2	1 295	26,9	1 780	37,5
D	27,8	662	23,1	768	16,0
E	17,7	253	13,7	272	7,5
Soma	100,0	714	100,0	994	39

FONTES: Duarte, José Carlos — “Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970. (Dissertação de Mestrado apresentada a ESALG da USP, 1971.) (mimeo.)

OBS: 1. Classes: A — o 1% de renda mais elevada; B — os 4% logo abaixo na escala de repartição da renda; C — os 15% seguintes na escala; D — os 30% seguintes; e E — os 50% de rendas mais baixas.  
2. Em cruzeiros de 1953.

SINGER, 1982, p 64.

Conforme podemos observar na tabela abaixo, o custo de vida subiu muitas vezes em relação ao aumento real percebido pelos operários em seus salários. O custo de vida aumentou mais de 14 vezes entre 1962 e 1969, enquanto o aumento nos salários reais foi um pouco acima de 20%.

**Tabela 7 - Salários na indústria 1962-1969 (1)**

A. Pessoal (total) ocupado na Indústria

Ano	Salário médio anual (Cr\$ novos)	Custo de vida (Rio) 1962=100	Salário real 1962=100	% Salários (2) VTI
1962	244,07	100	100	28,1
1963	470,62	171	113	25,8
1964	877,35	327	110	25,3
1965	1 352,66	542	102	24,5
1966	2 039,57	766	109	24,1
1967	2 600,81	1 000	107	25,7
1968	3 392,06	1 224	114	25,0
1969	4 436,09	1 492	122	25,3

FONTES: *Anuários estatísticos do Brasil*.  
OBS: (1) Dados obtidos por amostragem, compreendendo empresas de cinco ou mais pessoas ocupadas.  
(2) Porcentagem dos salários pagos no Valor de Transformação Industrial.  
(3) Todos, exceto: operários, mestres, contramestres, técnicos, engenheiros químicos etc.

SINGER, 1982, p. 57.

A elevação do custo de vida, com desvalorização progressiva dos salários e de seu poder de compra, obriga a classe trabalhadora a reduzir seus gastos. Somou-se a isso uma rígida disciplina patronal, repressão no local de trabalho, restrição do direito de greve e de organização política. Ao mesmo tempo, ainda que com rápida desvalorização dos salários, o ritmo da produção é intensificado com aumento da produção por pessoa, o que ainda é somado ao aumento das horas extras. De acordo com Singer: “A notável disciplina imperante permitiu a muitas empresas elevar ao máximo a intensidade do trabalho”. (SINGER, 1982, p. 81). Sendo assim, a intensificação do ritmo da produção aumentava também o número de acidentes de trabalho.

Em 1969 o Brasil registrava 1 milhão e 50 mil acidentes de trabalho. Esse número aumentou progressivamente atingindo a cifra de 2 milhões de acidentes de trabalho em 1975. (ABRAMO, 1999, p. 63). Sendo que: "em 1974 e 1976 o Brasil conquistou o prêmio de campeão mundial de acidentes de trabalho". (ABRAMO, 1999, p. 117). Conforme nos relatou Betão<sup>42</sup>, que foi operário no ABC paulista (na Volkswagen de 1966 até 1974 e na Ford de 1974 até a primeira metade de 1990):

<sup>42</sup> Alberto Eulálio, "Betão", nasceu em Igarapava, interior do Estado de São Paulo. Estabeleceu-se em Guarulhos em 1966, aos 22 anos. Em 1966 foi admitido na Volkswagen de São Bernardo, onde trabalhou durante 8 anos na montagem de câmbio (ala 3 e ala 5), saiu dessa fábrica em 1974. Nesse ano, no mês de outubro, empregou-se na Ford de São Bernardo, fábrica que, nesse período, contava com cerca de 15.000 operários. Iniciou sua militância

(...) Acidente era o que mais acontecia. Acidente... A forma de trabalhar (...) era uma loucura. Tinha um tratamento térmico, assim, perto da nossa Ala, que o calor era 45° graus, era uma... Não tinha CIPA, não tinha sindicato, não tinha nada... Nunca vi falar de sindicato lá dentro. Nunca tinha ouvido falar de CIPA. Nem sabia o que era CIPA. Eu lembro que o único jornal que eu li na Volkswagen, que entregava na portaria era um jornal chamado *La presa*, que era da FIESP. Eu lembro desse jornal até hoje, *La presa*, porque sindicato não tinha nada, nada... (Entrevista - Betão).

O período do dito "milagre" combinou arrocho salarial, repressão, mutilações e mortes nos locais de trabalho. Os acidentes de trabalho estavam diretamente relacionados com o ritmo da produção e ao grande volume de horas extras. Sendo que as horas extras e a intensidade do ritmo de trabalho eram peças chave da sobreacumulação de capital. Humphrey (1979) registra que: "quando ferramenteiros da Volkswagen se recusaram em outubro de 1973 a fazer horas extras, consta que a produção caiu mais de 40%". (HUMPHREY, 1979). Predominava a intensa exploração com *superlucros* e repressão no local de trabalho. Conforme nos relatou "Betão":

(...) rapaz, mas foi duro, nossa, você trabalha... Eu tinha vindo do interior né, e encarava o serviço, e não era fácil para aguentar, era um trampo assim, que você não tinha nem tempo para ir no banheiro, e uma repressão violenta. Aqueles alemães tudo estragados, um com a perna fodida, outro sem braço, outro com olho tapado, um bicho maluco. Não cumprimentavam ninguém, uns caras ignorantes para burro. E na Volkswagen, quando eu entrei lá, meu horário era da 6 às 16:30, uma quinzena. A outra quinzena era das 16:30 às 2:20. (Entrevista - Betão).

### **Revezamento de turno...**

Isso. Então você, quando estava acostumando a trabalhar de dia, o corpo, você passava para a noite, quando você estava acostumando à noite você passava para o dia, aquilo era um sofrimento. E outra coisa, era muita hora extra. Puta, era hora-extra assim, que você até... Sabe... E você tinha que ir, não tinha conversa. Às vezes você entrava às 6 horas da tarde... 6 horas da manhã, 16:30 era hora de você ir embora, você ficava até às 8 horas da noite. (Entrevista - Betão).

### **Nossa, 4 horas de hora extra...**

4 horas de hora-extra. Rapaz, eu ganhei muito dinheiro, nossa, a gente ganhava dinheiro, e tem outra... A gente entrava 4 e meia da tarde saía 2:20, a gente ficava até às 6 da manhã. E era obrigado a ficar, não é que você queria ficar, é que era obrigado (...). E de sábado... Chamava de sábado, chamava de domingo... Não, uma loucura... (Entrevista - Betão).

### **E se você falasse: eu não quero ficar na hora extra!**

Não, não importa.

---

sindical em 1978, integrou a comissão de mobilização das greves do ABC de 1979, foi membro da diretoria do Sindicato do ABC de 1981, também foi membro da comissão de fábrica da Ford.

## **Eles mandavam embora?**

Mandava embora. Você tinha que fazer hora extra de qualquer jeito. Se você não fizesse era demitido. E não tinha conversa, era trampo. Você ia no banheiro, se você ficasse mais de 12, 15 minutos, tinha um guarda dentro do banheiro olhando, se você, chegava um outro cara, ficava conversando, as vezes falando alguma coisinha, o cara falava: "Oh, circulando! Circulando!". Tinha guarda ali, um sistema, assim... Nazista mesmo. Uma coisa brava. (Entrevista - Betão).

A repressão ao movimento operário e sindical, estabelecia amplas liberdades para implantação de variadas formas de sobre-trabalho e repressão nos locais de trabalho. Os operários viviam sob vigilância férrea para produzirem o máximo possível. Logicamente, essa mesma vigilância era acionada também para obstruir as possibilidades de auto-organização política do operariado. Essas formas de controle, repressão e sobre-trabalho foram determinantes para garantir lucros milionários no período do chamado "milagre" ditatorial. Conforme sintetiza Singer (1982):

Não há como desconhecer que a política trabalhista posta em prática após 1964 foi um importante fator para que a economia alcançasse elevadas taxas de crescimento de 1968 em diante. Mas há, como sempre, o reverso da medalha. Os autores da proeza – os trabalhadores – sofreram sensível piora de suas condições de vida, que transparece por exemplo no avolumado número de acidentes de trabalho que caracteriza a economia nestes últimos anos (...). (SINGER, 1982, p. 82).

O ritmo de trabalho acelerado e o grande volume de horas extras constituem parte central para explicar porque em 1976 o Brasil foi campeão mundial em acidentes de trabalho, registrando 1.743.025 acidentes de trabalho, sendo que 3.900 resultaram em morte. (FARIA, 1986). Se considerarmos a intensificação do ritmo de trabalho, com grande incremento da produtividade, os baixos investimentos em tecnologia de produção, estagnação salarial, altas taxas inflacionárias e a repressão às organizações dos trabalhadores, chegamos à conclusão que o “milagre” ditatorial decorrido no período 1968-1973, não teve nada de milagroso, mas que sim, foi resultado da super-exploração por meio do incremento da taxa de mais valor absoluta e relativa. Isso colaborou diretamente para que a economia brasileira pudesse recuperar-se do período de desaceleração econômica decorrida de 1962 a 1967 e ainda atingir patamares muito superiores de crescimento. Paul Singer (1982) observa inclusive que: “A notória expansão de nossas exportações, nos últimos 10 anos [1964-1974] não resultou de nossa superioridade tecnológica (...), mas da abundância de nossos recursos naturais e do baixo custo de nossa mão de obra”. (SINGER, 1982, p. 91). Foi nesse diapasão que o PIB do

país passou de 4,2% em 1967 para 14% em 1973, ano que constituiu o auge do milagre militar-burguês. Conforme podemos conferir na tabela abaixo:

**Tabela 8 - Distribuição setorial do PIB. 1950-1992**

<i>Ano</i>	<i>Taxa de crescimento anual do PIB</i>	<i>PIB per capita (* 1980 US\$) (** 1988 US\$)</i>	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>	<i>Serviços</i>	<i>Total</i>
1950	6,80%		24,28%	24,14%	51,58%	100,0
1951	4,90%		23,76%	25,14%	51,10%	100,0
1952	7,30%		24,99%	24,18%	50,83%	100,0
1953	4,70%		23,55%	25,41%	51,04%	100,0
1954	7,80%		24,12%	25,76%	50,12%	100,0
1955	8,80%		23,47%	25,64%	50,89%	100,0
1956	2,90%		21,09%	27,32%	51,60%	100,0
1957	7,70%		20,43%	27,81%	51,76%	100,0
1958	10,80%		18,40%	31,12%	50,49%	100,0
1959	9,80%		17,16%	32,98%	49,86%	100,0
1960	9,40%	650,6*	17,76%	32,24%	50,01%	100,0
1961	8,60%		16,96%	32,53%	50,50%	100,0
1962	6,60%		17,46%	32,48%	50,06%	100,0
1963	0,60%		15,95%	33,10%	50,96%	100,0
1964	3,40%		16,28%	32,52%	51,21%	100,0
1965	2,40%		15,86%	31,96%	52,18%	100,0
1966	6,70%		14,15%	32,76%	53,09%	100,0
1967	4,20%		13,71%	32,03%	54,25%	100,0
1968	9,80%		11,79%	34,77%	53,45%	100,0
1969	9,50%		11,39%	35,24%	53,36%	100,0
1970	10,40%	923,9%	11,55%	35,84%	52,61%	100,0
1971	11,30%		12,17%	35,22%	51,61%	100,0
1972	12,10%		12,25%	36,99%	50,75%	100,0
1973	14,00%		11,92%	39,59%	48,49%	100,0
1974	9,00%		11,44%	40,49%	48,07%	100,0
1975	5,20%		10,75%	40,37%	48,88%	100,0
1976	9,80%		10,86%	39,91%	49,24%	100,0
1977	4,60%		12,61%	38,64%	48,75%	100,0
1978	4,80%		10,26%	39,49%	50,25%	100,0
1979	7,20%		9,91%	40,04%	50,05%	100,0
1980	9,20%	2.291**	10,20%	40,58%	49,22%	100,0
1981	-4,50%	2.252**	9,47%	39,09%	51,44%	100,0
1982	0,50%	2.173**	7,73%	40,33%	51,94%	100,0
1983	-3,50%	2.058**	9,02%	37,82%	53,16%	100,0
1984	5,30%	2,118**	9,29%	39,44%	51,27%	100,0
1985	7,90%	2.235**	9,00%	38,73%	52,27%	100,0
1986	7,60%*	2.362**	9,24%	39,87%	50,89%	100,0
1987	3,60%	2.394**	7,73%	38,51%	53,76%	100,0
1988	-0,10%	2.346**	7,60%	37,92%	54,48%	100,0
1989	3,30%	2.377**	7,20%	34,38%	58,42%	100,0
1990	-4,40%	2.233**	9,26%	34,20%	56,54%	100,0
1991	1,10%	2.212**	9,96%	34,58%	55,46%	100,0
1992	-0,90%	2.151**	9,89%	31,56%	58,55%	100,0

*Fontes: Estatísticas históricas do Brasil; Anuário estatístico do Brasil; Brasil em dados; e vários relatórios anuais do IDB, Socio-Economic Progress in Latin America.*

*Obs.: PIB per capita de 1980 em preços de 1980 = US\$ 1.651,6*

BAER, 1996, p. 394.

As frações da burguesia ligadas ao setor industrial e automobilístico foram as maiores beneficiárias daquele intenso crescimento econômico, à custa da super-exploração da

classe trabalhadora, seus bolsos e contas bancárias tornaram-se milagrosamente abastados.

Conforme analisa Francisco de Oliveira:

(...) Os setores e ramos do Departamento III [bens de consumo duráveis], sob cuja égide a acumulação se desenvolveu, tiveram taxas de crescimento altamente significativas: sob qualquer aspecto, seja da produção física, seja do excedente, seja o de consumo, seja o de demanda, o crescimento da indústria automotiva, por exemplo - ela mesma o carro-chefe do Departamento III - alcançou taxas excepcionais (...). (OLIVEIRA, 1976, p. 100).

Ainda segundo o autor, essa expansão do Departamento III, de bens de consumo duráveis: "penalizou fortemente o crescimento dos salários reais dos trabalhadores". (OLIVEIRA, 1976, p. 100). A intensificação dos níveis de exploração e a compressão dos salários não foram os únicos *ingredientes do "milagre" ditatorial*, pois verificou-se também o aumento dos gastos públicos, aumento do crédito, sem esses elementos, o suposto fenômeno celestial não teria sido possível.

Para conter os salários, a ditadura lançou mão de perseguições aos militantes, assassinatos e torturas, sobretudo depois do AI5. A investida estatal-burguesa obrigou os operários a entrarem em uma fase de luta clandestina no interior das fábricas, como forma de resistência à intensificação do ritmo de trabalho e a proibição de organizarem-se politicamente. Assim, de acordo com depoimentos dos operários que militaram no período 1969-1973, equivocam-se os estudos que apontam a "passividade" dos operários nesse período. Ainda que duramente reprimidas, a auto-organização e paralisações não cessam, por exemplo, operários da Mercedes interrompem o trabalho no dia 26 de março de 1969, motivo pelo qual a empresa demitiu 80 operários. Nessa ocasião 27 agentes do DOPS foram enviados à fábrica para efetuar as prisões. (MARTINS, 1979, p. 132). De acordo com o jornal *Voz Operária*, ainda em 1969, mobilizações foram realizadas na Aliperti, em fábricas do grupo Matarazzo, na Arno e na Alfa:

Na metalúrgica Aliperti os operários lutaram contra atraso no pagamento de salários e venceram. Na fábrica Maria Angela, do grupo Matarazzo, lutaram por meia hora de almoço (almoçavam ao pé das máquinas em movimento), contra a suspensão do ambulatório e por melhoria das condições de segurança física no trabalho. Na fábrica do Belenzinho, do mesmo grupo, as operárias de uma seção resistiram à ordem de fazê-las movimentar seis teares em vez de quatro. (...) Na ARNO, os trabalhadores, através de sucessivas paralisações do trabalho em algumas seções, conquistaram uma antecipação de 8% de aumento em seus salários. Na Metalúrgica Alfa, conseguiram o afastamento de um sobrinho de Castelo Branco (...). (VOZ OPERÁRIA, 1969, p. 261).

Mesmo com todo poder estatal conferido ao aparato sindical como correia de transmissão dos interesses ditatoriais, isso não foi capaz de obstruir a organização pela base, a partir dos locais de trabalho. Um elemento que aponta o avanço do trabalho de base, é que, passada a fase mais repressiva e violenta da ditadura pós AI5 (1968-1973), a Oposição Metalúrgica de São Paulo consegue articular em torno si, sobretudo nos períodos eleitorais, pequenos núcleos de operários militantes. Nessa primeira fase de formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, sua importância é maior como pólo de aglutinação dos militantes dispersos do que como uma força com capacidade de influência no cotidiano operário. Para essa aglutinação inicial, foi central a perspectiva de construção de grupos de fábrica, comissões clandestinas e ampliação das bases para além dos operários sindicalizados.

Com base nessa articulação, a Oposição pôde participar das eleições sindicais de 1972, mesmo sem ter peso de orientação política na realidade operária ou uma linha programática coesa, cumpriu uma função agregadora lançando uma chapa para disputar as eleições em julho daquele ano. Integraram a Chapa: como vice-presidente: Antonio Flores (ex-militante do PCB) e operário da Metalúrgica Princesa Ltda e como presidente: Waldemar Rossi da AMF do Brasil S.A. Entre os Secretários da Chapa estão: Elias Stein, da indústria Hobart-Dayton, José Zolin Neto, da Villares, Francisco de Assis, da Walita, Sérgio Tavares, operário na Filizola e Carlos Furlan, operário da Arno.

**Figura 1 - panfleto da Oposição Sindical**



Apud: IIEP. 2014, p. 71.

Essa tem chapa entre seus pontos programáticos: escala móvel de salários (aumento salarial de acordo com a inflação), reposição de perdas salariais, contra as Leis do “arrocho salarial”, férias em dobro, trabalho igual pago com salário igual, piso salarial para toda a categoria, direito de greve, comissões de fábrica, sindicalização e criação de subsedes. Também defende melhoria nos serviços oferecidos pelo sindicato: atendimento médico, departamento jurídico e construção do Hospital dos Metalúrgicos. (FARIA, 1986: BATISTONI, 2001: GET/Urplan, 1982).

A chapa de Joaquinção, que desde o AI5 era beneficiada pela perseguição de seus opositores, apresentou um programa semelhante ao de 1967. Sempre atenta à ação da Oposição, para não perder terreno político-sindical, a Diretoria do Sindicato de São Paulo, sobe a presidência de Joaquinção, buscou se apresentar à ampla base eleitoral como uma chapa que defendia pautas fundamentais da classe operária como: campanha contra a política salarial da ditadura, reposição de perdas, luta contra inflação e desemprego, contra o FGTS, férias em dobro, delegados sindicais, autonomia e liberdade sindical etc. Sua tática eleitoral centrava-se em prometer tudo o que a Oposição defendia, mas enfatizando os serviços assistenciais oferecidos.

Prometia a conclusão da colônia de férias, reforma de ambulatório, aumento para 2.600 o número de bolsas de estudo, convênios com escolas de ensino e aperfeiçoamento profissional, construção da Escola Profissional dos Metalúrgicos, ampliação da cooperativa de consumo etc. Os membros da chapa eram: Joaquim dos Santos Andrade (presidente), Orlando Malvezzi, Nelson Gardusi, José Policarpo, Manoel Luiz da Silva, Bernardino Testa e José Maria Vicentino. (FARIA, 1986). Com um programa parecido com o da Oposição, a Diretoria queria sinalizar que faria tudo o que a Oposição se propunha, e ainda, garantiria a manutenção dos serviços assistências. Em poder da máquina sindical, respaldada pela ditadura militar e apresentado um programa parecido com o da Oposição, a chapa de Joaquinção vence com 18.000 votos.

Para poder diferenciar-se da Chapa da situação, a Oposição teria que provar, por meio da prática militante frente ao operariado, que embora Joaquinção apresentasse um programa parecido, sua Chapa não tinha intenção alguma de realizá-lo na prática. A cada gestão, a Diretoria de Joaquim daria continuidade a uma linha colaboracionista com o regime ditatorial e com o patronato. (BATISTONI, 2001: GET/Urplan 1982: NOGUEIRA, 1997: FARIA: 1986: IIEP, 2014). Por outro lado, a Oposição ainda é muito pequena, com restrita

capacidade de alcance em sua ação e sem coesão programática. Ainda, em meio à fase de repressão mais intensa contra o movimento operário e as organizações de esquerda, marcadamente 1968-1973, a Oposição tinha que atuar de forma semi-clandestina. Todos esses elementos são determinantes para a derrota nessa segunda disputa nas eleições para o Sindicato. Ainda assim, a chapa da Oposição recebeu 5.500 votos, quase um quarto dos votos válidos naquele pleito. (GEP/Urplan, 1982, p. 14; FARIA, 1986). Dessa vez recebeu menos votos do que em 1967 (quando registrou 6.649 votos). O resultado teve impacto negativo na Oposição que "foi tomada pelo desânimo e pela dispersão" (BATISTONI, 2001, p. 49).

Nesse pleito de 1972, somados os votos recebidos pelas duas chapas, tem-se um total relativamente baixo de votos, 23.500, para uma classe operária que contava com cerca de 250 mil metalúrgicos e aproximadamente 60 mil sindicalizados (FARIA, 1986). Além da tradição de um sindicalismo que não se pautava pela organização nos locais de trabalho praticado pela Diretoria de Joazeiro, a repressão ditatorial, com cassação de militantes e sindicalistas, a designação de interventores para assumir a Diretoria dos principais sindicatos, teve como uma de suas consequências o declínio no acompanhamento da rotina do Sindicato pelos trabalhadores. Por outro lado, ao longo da década de 1970, com a ampliação das atividades militantes, sobretudo a partir de 1973, o número de filiados e de votantes segue em crescente.

Neste pleito eleitoral de 1972, mesmo recebendo poucos votos, a formação da chapa da Oposição para as disputas eleitorais, desempenhará função de um fórum de debates de estratégias sindicais, políticas e aglutinação de operários ativistas. O POC (Partido Operário Comunista), uma dissidência da POLOP, que atuava na Oposição Sindical, publicou em 1977 o balanço *Problemas de organização do movimento operário brasileiro*, onde analisava que: "Essas eleições foram importantes para mostrar a importância da existência de uma oposição sindical e de suas limitações" (POC, 1977, p. 201). E continuam:

A importância consistia nas possibilidades de uma campanha eleitoral. A campanha dá oportunidades para a agitação por programas mobilizadores, de divulgação de palavras de ordem e de orientações nas fábricas e que poderão ser canalizadas por formas de auto-organização (comissões de fábrica) embrionárias. Possibilita ainda a ampliação dos militantes da oposição sindical e oferece uma perspectiva concreta de trabalho na classe operária para muitos militantes que caíram no desânimo. Possibilita também a formação de uma rede de comitês de apoio dentro das fábricas e sua transformação em bases de um amplo movimento operário independente depois das eleições. (Idem, p. 201).

Além das organizações e correntes políticas conseguirem ampliar sua atuação durante a campanha, também os principais militantes da Oposição agrupavam em torno de si

pequenos grupos de trabalhadores que eram contatos do local de trabalho e novos ativistas.

Conforme relatou Cleodon Silva:

Em 71 nós participamos, fizemos a Chapa Verde em 72, mas era assim... a Oposição não tinha...a organicidade se dava mais em véspera de eleição, 72 foi bem isso e era assim, a organização ainda não era por setor, era mais por trabalho existente, era assim, tinha a turma do Rossi, a turma do Dantas, a turma do Aurélio e tinha também a turma do Silva, inventaram a turma do Silva que a gente reunia com o conjunto de trabalhadores na fábrica e a gente já tinha uma certa expressão naquele momento. Isso em 72. Passou a Chapa Verde, ficou de 73 a 74 era muito...a gente se encontrava, mas o movimento ainda estava muito nessas articulações isoladas. O Aurélio com a turma dele lá que veio da depois da AP e os grupos se encontravam mais assim na campanha salarial ou antecipação salarial, algumas campanhas do sindicato, mas a organicidade ainda em termos de São Paulo não existia, era muito frágil. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

Além dos elementos positivos decorridos das eleições, com aglutinação de novos ativistas em torno das organizações e de militantes, na publicação do POC, são arroladas importantes críticas a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica. Consideram que a oposição não se constituiu como alternativa suficiente na luta contra os pelegos representantes dos interesses da patronal e da ditadura: "Apesar de nas eleições de 1972 muitos operários da oposição compreenderem essa perspectiva de auto-organização, na prática a oposição sindical constituiu-se um alternativa insuficiente ao 'peleguismo'. (POC, 1977, p. 202). Isso porque, de acordo com o balanço do POC, a oposição sindical: "limitava-se a denunciar a traição dos pelegos sem, no entanto, procurar saídas práticas *por fora* da estrutura integrada". (Idem).

A Oposição ganha maior densidade a partir de 1972/1973, sobretudo por conta da nova fase de ativismo operário que se inicia. As correntes políticas e sindicais que passaram a organizar-se em São Paulo por causa da expansão econômica e industrial, viam na Oposição um espaço possível de atuação. Com um grande parque produtivo, o movimento operário paulistano torna-se um grande atrativo para as correntes de esquerda organizada em uma variedade de grupos políticos que "giram" militantes para inserirem-se nas fábricas, para compor a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, as comissões de fábricas, as interfábricas, sociedades amigos de bairro etc. Como destaca Sebastião Neto:

(...) Pouco a pouco, foi ficando claro que o sindicato mais importante do Brasil, operário... Era o Metalúrgico de São Paulo. Então todo mundo que podia, queria militar em São Paulo, todo mundo botou gente aqui. Depois, você tem que pensar que a luta armada começa a se esgotar no começo da década de 1970, também, muita gente falou: 'Putá, luta armada, não é por aqui', vieram ajudar... As vezes nem na Oposição, mas no bairro, porque o cara estava queimado, tinha saído da cadeia, a companheira... Então esse pessoal... Então assim, não dá pra separar muito a Oposição metalúrgica do trabalho de bairro que é outra característica nossa. Quer

dizer, a Oposição ela nasce... Ela nasce não, ela cresce muito igual ao movimento popular, né... Então você vai encontrar até hoje velhos que vão dizer: 'Não, eu fui da Oposição', o cara nunca trabalhou numa fábrica, mas na cabeça dele, foi da Oposição. A Dona Chica, lá da zona sul, ela diz algo espetacular, ela fala assim: 'A gente era da Oposição né, aí a gente criou o PT, aí a gente fundou a CUT, aí a gente ganhou o Sindicato dos Químicos'... 'A gente', 'a gente', a gente para ela é um povo que fazia tudo junto... Isso é o 'custo de vida', é tudo isso. Mas é um sentimento comum a pessoa que nem foi da Oposição, mas hoje orgulhosamente... Inclusive, tem companheiro, companheiro até de fábrica que ao te dar entrevista fala assim: 'Eu fui da Chapa 2', não é que ele foi um dos 24, mas ele foi 'Chapa 2', 'eu sou do MOMSP', 'eu sou da Oposição' e insiste até hoje 'Eu fui da chapa', 'eu estava naquela chapa lá', é um sentimento que nem... Sei lá... Nessa época era ser petista, uma coisa deste tipo, 'Ah, eu sou do PT', vai ver o cara não é do diretório, nem é filiado, mas 'Eu sou PT', na cabeça dele ele é um cara... E ele vai em reunião, ele dá palpite, ele discute, entendeu... Com toda a propriedade. (Entrevista - Sebastião Neto).

Junto às correntes políticas, também os militantes da esquerda católica, com a criação da Pastoral Operária no início da década de 1970, dão cada vez mais importância à construção da Oposição. De acordo com relato de Cleodon Silva, um dos operários dirigentes da Oposição:

(...) o movimento operário cristão antes de 64 fazia a crítica ao populismo, mas muito... Vinha ainda carregado de um ranço forte anticomunista. Esse anticomunismo do movimento cristão, principalmente católico, ele vem sendo abandonado com o surgimento da Ação Popular dentro da própria igreja, que depois ela vai cada vez mais a passos largos assumir a luta pelo socialismo e influenciando na igreja de uma forma geral, inclusive na questão da Teologia da Libertação. E alguns grandes representantes que batalharam nisso, que estiveram juntos nas lutas operárias, de resistência popular, como alguns bispos importantes, vários, que tiveram nessa linha e ajudaram muito mesmo no processo de organização do movimento operário e que foi trabalhando a questão da organização de base. Na medida em que se afastaram do anticomunismo foram se aproximando do socialismo, permitiu essa junção. A nossa experiência que vinha da esquerda possibilitou um bom diálogo com as lideranças católicas e o Waldemar é um grande exemplo dessa aproximação. Até hoje o Waldemar esteve junto com a gente em todos os momentos, inclusive até hoje tem uma posição bem mais radical do que no passado. O Rossi é um exemplo ao contrário, dizem que a juventude é radical né, e ele faz o caminho inverso, vai do conservador ao radical. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

Como podemos observar no relato de Cleodon, os militantes católicos que eram caracterizados como os setores mais conservadores em relação às correntes do campo da esquerda marxista que habitavam a Oposição, buscam superar limites político-ideológicos e convergir com aspectos do marxismo. De acordo com Cleodon:

(...) aos poucos com a Pastoral Operária foi tendo abertura com a experiência que veio da Ação Popular dentro da igreja, foi abrindo e criando uma vanguarda operária mais comprometida com o pensamento operário e aí ele se encontrava com o pensamento socialista. Então foi possível num determinado momento a necessidade de organizar os trabalhadores dentro das fábricas, combater o populismo, combater todas aquelas experiências de manipulação dos trabalhadores. Foi aproximando essa

vanguarda, uma vanguarda do movimento operário católico com o movimento operário socialista. Nós fomos avançando cada vez mais, inclusive com a própria experiência da esquerda, da derrota e da autocrítica da esquerda armada. Vários militantes que passaram por essa experiência também se aproximaram da Oposição. Foi havendo uma aproximação e um clima de debate, começou a avançar dentro da gente a necessidade, primeiro a tolerância de reconhecer posições diferentes que pouco tempo atrás não existia, cada um era colocado quase que como inimigo, então dentro da Oposição foi havendo uma aproximação e reaproximação de companheiros dentro de uma perspectiva de uma Frente de Trabalhadores e foi consolidado todo o período mais fértil da Oposição Metalúrgica que se deu com a prática da Frente de Trabalhadores. Deixamos de respeitar qualquer tipo de acordo de cúpula e organizações e começamos a basear todo o processo de organização a partir dos trabalhos existentes e a representação do trabalho fabril. Essa relação do conjunto desse trabalho foi o que começou a fundamentar um pensamento da Oposição em termos de Frente de Trabalhadores. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

A convivência de múltiplas tendências políticas no interior da Oposição Sindical Metalúrgica fez com que a mesma fosse se transformando desde as eleições de 1967, quando se forma (conforme discutimos no capítulo anterior). Em 1973, em duas das fábricas onde a Oposição desenvolvia trabalho, na Villares e Arno, são organizadas paralisações e operações tartaruga, sendo que "Na Arno, o pessoal fez algumas paralisações em 1968, 69 e 70, com prisões em seguida" (GET-Urplan, 1982, p. 30). Na Hobart Dayton, onde trabalhava Elias Stein, em 1973 os operários, reivindicando reajuste, decidem não fazer hora extra, o movimento dura 5 dias. O jornal *Voz Operária* (PCB) registrava:

E em São Paulo, em 1972, eclodiram onze greves somente na área da Grande São Paulo, sendo oito no setor metalúrgico e outras no setor gráfico, alimentação e construção civil. (...). E três greves foram efetuadas por cima da lei antigreve, sendo duas na Aço Villares (2.600 operários) e uma na Cerâmica, todas em São Caetano, plenamente vitoriosas na reivindicação do pagamento em dia. (VOZ OPERÁRIA, 1973, p. 90).

Na Villares, fábrica com cerca de 2.500 operários, Anízio Batista, articulado com outros militantes operários, organizou paralisações por seções, foi a chamada de greve "gato selvagem", um movimento onde alternavam-se as seções paralisadas. Os operários dessa fábrica chegam a realizar uma assembleia com 1.500 operários no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. (FARIA, 1986). Ainda, depois da greve, aceitam uma trégua, mas voltam a fazer operação tartaruga. Essas mobilizações de 1973 na Villares foram vitoriosas. De acordo com Moisés, a paralisação: "logrou uma vitória importante para as condições da época: 10% de aumento salarial com compensação sobre os futuros reajustes, revisão das faixas salariais, extinção da taxa de transporte e garantia de não elevação nos preços da alimentação servida nos refeitórios da empresa". (MOISÉS, 1982, pp. 100-101).

Nesse período, Anízio Batista que foi operário na fábrica da Villares, localizada em São Paulo, no Cambuci. Participava da comissão de fábrica dessa empresa, uma comissão clandestina, que desempenha importante papel organizativo. Relata que, em 1973, os operários fazem a "greve pipoca":

Nesta época, a gente formou a comissão de fábrica na Villares, isso já porque também nós tínhamos a organização da oposição sindical metalúrgica também, em cima disto aí... E, talvez você não se lembre, mas na época do Regime Militar, o Delfin Neto, que era o Ministro da Fazenda na época, da economia... Então nós estávamos reivindicando na época, mesmo nas assembleias sindicais, não me lembro direito quanto era, sei que nós tínhamos uma perda salarial enorme... Então o que aconteceu, nós negociamos na época com a patronal, naquela época por exemplo, a FIESP era na avenida Rio Branco, entendeu... E o Sindicato, quando nós tínhamos assembleia, tirava uma comissão da assembleia dos metalúrgicos para acompanhar as negociações junto com o sindicato, e eu, sempre, por várias vezes, eu acompanhei realmente as negociações do sindicato. Eu sei que na época foi 5% que nós conseguimos de aumento, que a empresa deu... Deu não, era uma determinação do Governo Federal né, e nós não concordamos com aquele aumento. A gente não concordou. O que a gente fez, porque a Villares tinha antecipado essa parte para nós já, então o que que aconteceu... Aí a nossa organização interna por exemplo, na Villares, que naquele tempo você fazer uma greve só numa empresa só era muito difícil... O que nós planejamos da greve nossa na Villares foi uma novidade: a greve pipoca. A greve pipoca era o seguinte, nos parávamos de manhã uma hora, começava a trabalhar, parava uma hora a tarde, começava a trabalhar, dia seguinte era a mesma coisa, parava de manhã e parava a tarde. Então a greve pipoca era assim, nós parávamos de manhã, parava à tarde e com isso nós negociávamos com a empresa o não-desconto da antecipação que eles tinham dado e mais 10% do salário né. (...). E aí com todos... Depois de uma semana, nós fazendo essa greve aí, aí a Villares acabou cedendo na verdade. Ela cedeu mais 5 ou 6%, não me lembro bem direitinho, na época... Então nós conseguimos essa vitória. (...). Nós tínhamos uma organização muito bem feita dentro da empresa. Então, em cada seção, nós tínhamos uma liderança que discutia com a gente. (Entrevista - Anízio Batista).

A mesma greve é relatada por Waldemar Rossi, no entanto ele nomeia a greve como "greve do gato selvagem" e localiza-a em 1972. De acordo com seu relato:

[em]1972 teve a greve da Villares, lá de Santo Amaro, que foi chamada 'Greve do gato selvagem', era uma organização dentro da fábrica que, eles, pararam um seção durante meia hora, ninguém esperava, aí quando a direção procura, eles já tinha voltado a trabalhar, foi surpresa. No dia seguinte, noutra horário, uma outra seção, meia hora. E eles foram fazendo assim. Aí chamavam de a 'Greve do gato selvagem', nunca sabe onde é que ele vai dar o pulo. Foi a primeira experiência de forma de organização e paralisação em uma fábrica que depois deu resultado nas negociações, mas eu não me lembro como se deu, só me lembro do fato. Essas experiências, devagarzinho, foram ganhando corpo num lugar, no outro e aos poucos foram aparecendo pequenas greves locais, que vão estourar no ano de 1978. (Entrevista - Waldemar Rossi).

Esse processo relatado por Anízio Batista, um dos principais protagonista daquela mobilização, foi registrado também por Humphrey:

(...) O caso das Indústrias Villares, uma grande fábrica de equipamentos industriais na área da grande São Paulo, é exemplar. Em novembro e dezembro de 1973, em várias ocasiões, os operários da usinagem pararam o trabalho e exigiram um aumento salarial de 10%, uma revisão das faixas salariais, transporte gratuito e redução dos preços do restaurante (...). Os militantes ligados à Igreja trabalharam por mais de um ano na fábrica preparando esse movimento. Discutiram com os trabalhadores as vantagens e desvantagens da luta na fábrica, a justiça de seus protestos e as possibilidades de ganhar a luta. Primeiro foram tentados os canais admissíveis - pedidos aos mestres, pequenos encontros com a administração etc. - a fim de esgotar os recursos legítimos dos trabalhadores. E quando isso surtiu pouco resultado, começaram as paralisações curtas. A administração ofereceu salários maiores do mercado, mas os trabalhadores pressionaram para que o aumento de salários fosse mais geral, abrangendo todas as graduações. (...). Houve, no entanto, um preço a pagar por esse grau de organização. Depois das paralisações e negociações, foram demitidos cerca de dez militantes de lideranças na fábrica. (HUMPHREY, 1982, p. 125).

Anízio Batista será um dos demitidos por causa de sua militância dentro da fábrica. Ainda assim, com conquistas e derrotas, conforme analisa Faria (1986) esta greve foi: "um verdadeiro ponto de inflexão da lutas de resistência". (1986, p. 182). Isso porque foi uma demonstração de resistência e um desafio às imposições patronais. Desse ano em diante, novas ações serão realizadas progressivamente. O autor destaca ainda que a Diretoria do Sindicato de São Paulo denunciou os militantes da Oposição e da Pastoral Operária, que acabaram demitidos. (FARIA, 1986, p. 188). Martins, registra que no segundo semestre de 1973 são deflagradas greves na indústria automobilística de São Bernardo: Volkswagen, Chrysler e Mercedes Benz, fazem "operação tartaruga" e "operação zelo"<sup>43</sup> (nesta a produção é reduzida com argumento de fazer peças perfeitas). Foram todas greves sem a participação do sindicato do ABC. (MARTINS, 1979, p. 132).

O *Jornal Voz Operária*, no artigo Greves em São Paulo, registra a sequência de greves de 1973 centradas no eixo industrial paulistano. Apenas no primeiro semestre são registradas 15 paralisações. No segundo semestre de 1973, nova sequência de 19 greves é registrada<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> "Operação tartaruga" e "operação zelo" são formas de diminuição coletiva do ritmo de trabalho.

<sup>44</sup> Durante o primeiro semestre de 1973 foram registradas as seguintes greves: "Janeiro: Metalúrgica Inasa, em São Caetano do Sul, Fevereiro: Philco-Ford, em Guarulhos; Março: Equipamentos Villares, em São Bernardo, Empresa de Ônibus Alto do Pari, na capital, estagiários de medicina do Hospital das Clínicas, da capital, Ferrepeças Villares, em São Bernardo, Equipamentos Villares, em São Bernardo, sob a forma de recusa ao trabalho extraordinário; Abril: frotas de táxi da capital, contra as quotas exigidas dos motoristas; Maio: vinte empresas de ônibus da capital e municípios vizinhos, metalúrgica Fichet, em Santo André, Aços Villares, em São Caetano; empresa de ônibus Internacional, na capital; Junho: General Motors, em São Caetano, Pescanova, em Bertioga, Aço Villares, em São Caetano. (...)". (VOZ OPERÁRIA, dezembro de 1974, pp. 108-109). Durante o segundo semestre de 1973 foram registradas: "Agosto: Cofap, de Santo André, no início do mês; Volkswagen, em São Bernardo, na semana de 19 a 24, seguida de recusa ao trabalho extraordinário; General Motors, em São Caetano, de 23 a 30; Setembro; Volkswagen, em São Bernardo, no dia 4, General Motors, em

Novamente, no segundo semestre de 1974, tais movimentos são retomados na Volkswagen, Chrysler, Ford e Mercedes Benz. (MARTINS, 1979, p. 133). As greves têm com motivos desencadeados a precárias condições de trabalho, insalubridade, opressão da chefia, intenso ritmo de trabalho e reajustes salariais. Conforme relatou João Paulo<sup>45</sup>, que foi operário na Mercedes Benz, no ABC paulista, até 1974:

Nós éramos vigiados o tempo inteiro. Eu lembro de que na Mercedes os banheiros, na época, eram aqueles vasos que você ficava de cócoras, aqueles buracos... Era privada de, que depois, mais tarde era conhecida como privada de presídio. E na porta, na altura do seu peito, tinha um buraco de mais ou menos uns 30 cm. de raio, mais ou menos uns 60 cm, onde o seu chefe olhava o que você estava fazendo.... Se estava lendo boletins, se estava lendo e tal. Então você era vigiado até dentro do banheiro, você lá com a calça abaixada fazendo as suas necessidades e o chefe olhando: "Oh, está atrasado, estava muito tempo no banheiro". Então, na Mercedes Benz eu lembro disso, desse buraco... (Entrevista - João Paulo).

### **Um controle intenso do tempo...**

Um controle... Claro, isso aí era controlado. Nós éramos controlados. Tinha inclusive, se não me falha a memória, o nome do profissional era cronometrista. Tinha o cronometrista para o tempo da peça e tinha o cronometrista para o tempo que você gastava para determinados deslocamentos que você fazia dentro da empresa. Então você ia para o banheiro: "Ah, o João Paulo demorou sete minutos no banheiro". O chefe te chamava: "Oh, você demorou muito tempo no banheiro, por que? Para fazer xixi, para fazer coco não demora todo esse tempo não". Então era isso. Então havia essa pressão. Mas na Mercedes eu lembro que, quando eu estava lá, nesse período, nem em todos os banheiros, mas na Mercedes já havia papel higiênico. Era um papel, a gente brincava: "Eu vou lá passar a lixa no bumbum agora". Porque era um papel duro, mas tinha. A gente preferia usar o jornal, porque era mais fácil. Era mais suave, nessa época. Isso eu lembro, isso eu lembro. (Entrevista - João Paulo).

---

São José dos Campos, dia 5, Ford, Taubaté, dia 5, Karmann-Ghia, São Bernardo, dia 5, Mercedes Benz, São Bernardo, manifestação de protesto seguida de operação-tartaruga; Chrysler, São Bernardo, dia 11, Mercedes Benz, São Bernardo, dia 11, por parte de mais de duzentos mestres da produção, Brastemp, São Bernardo, no início do mês, Chrysler, São Bernardo, mais duas greves por aumento de salários, no dia 20; Outubro: Arno, na capital, dia 4, na seção de ferramentaria, Ford, Ipiranga, capital, no início de outubro, metalúrgica Ito, em São Bernardo, no dia 21, por atraso de pagamentos, metalúrgica Walcar, São Bernardo, no dia 10, na estamperia, contra atraso de pagamentos e por aumento de salários, metalúrgica Resil, no dia 23, estação distribuidora de energia Light, no Cambuci, capital, no início de outubro, Light, Santo Amaro. Além disso, em Mauá, município vizinho à capital, os trabalhadores, em outubro, depredaram um trem na estrada de ferro Santos-Jundiaí, no dia 1º de novembro, em virtude do atraso dos três que conduzem os operários para o serviço. (VOZ OPERÀRIA, dezembro de 1974, pp. 109).

<sup>45</sup> João Paulo de Oliveira nasceu em Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, Zona da Mata. A família era de pequenos produtores rurais. Migrou para São Paulo, Diadema, em 1966. Seu primeiro emprego na cidade foi na construção civil. Em 1970 empregou-se na Mercedes Benz, onde trabalhou até 1974. Em 1975 empregou-se na Resil, fábrica onde vivenciou o ascenso das greves entre 1978-1980. Nesses anos de greves foi membro da comissão de salários e de mobilização em meio às greves. Também foi membro da diretoria do Sindicato de São Bernardo em 1981. Foi vereador por dois mandatos pelo PT e presidente da Câmara de Diadema.

Assim, são realizadas mobilizações organizadas a partir de movimentos endógenos às fábricas sem participação do Sindicato. De acordo com análise de Segóia<sup>46</sup>:

As lutas se desenvolveram nas fábricas mais importantes da região e do setor, naquelas que concentram grande quantidade de trabalhadores, como a Volkswagen, Chysler, a Villares, Carterpillar, etc. Este fato é importante, dado que as lutas neste tipo de fábrica tendem a repercutir intensamente nos trabalhadores das demais fábricas, e podem, ainda, "parar" fábricas menores e dependentes, como por exemplo, as de peças para automóveis, de reposição, etc. (SEGOIA, 1975, p. 126).

O autor considera ainda que, pelo fato de os operários terem conquistado vitórias em algumas fábricas, Volkswagen, Mercedes Bens, Villares, de Santo André e São Caetano, essas lutas "atuaram como chamariz para a reanimação do movimento operário, e como exemplo para o conjunto da classe". (SEGOIA, 1975, p. 127). Nesse brevíssimo artigo, o autor registra a ocorrência de 14 greves na Grande São Paulo no período 1973-1975<sup>47</sup>.

#### **1969-1974: refluxo e reorganização**

O ciclo da luta de classes, pública e massiva, passou por dois refluxos significativos: o primeiro foi imposto no imediato pós-golpe militar, com cassação dos militantes e dirigentes político-sindicais (1964-1966). O segundo refluxo é compreendido como consequência do AI5 decretado em dezembro de 1968, estendendo-se até 1973. Conforme vimos, houve uma onda progressiva de mobilizações proletárias a partir de 1967, o movimento operário se recompõe pela base, formam-se as oposições ao regime militar e aos pelegos, as oposições disputam concomitantemente o Sindicato de São Paulo e de Osasco, vencendo na última, as mobilizações estudantis, o Primeiro de Maio na Praça da Sé e a greve operária em Osasco, marcam o ponto alto desse processo que envolve milhares de operários e operárias na Grande São Paulo.

Após julho de 1968 o regime intensifica novamente a repressão. Tem-se um "golpe dentro do golpe", onde uma ala mais à direita, "os duros" assumem e ampliam sua influência implantando o AI5. Não se assiste mais mobilizações massivas públicas protagonizadas pelo operariado. Este evento é tomado como marco inicial do segundo refluxo que perdurará até

---

<sup>46</sup> SEGOIA, S. As lutas operárias em 1973 e 1974. In: FREDERICO, C. (Org) *A esquerda e o movimento operário 1964-1984. Vol. II.* Oficina de livros, 1990. Belo Horizonte.

<sup>47</sup> As greves foram realizadas na Gradiente de São José dos Campos; operários da Saurer de São Paulo; Volks de São Bernardo; Villares de São Caetano; Villares de Santo André; Villares de Santo Amaro; Operários da Siam-Util de São Paulo; operários da Festal de São Paulo; Sofunge de São Paulo; General Motors de São José, Chrysler de São Bernardo; Metal Leve de São Paulo; Carterpillar de São Paulo; operários da Algodoeira Lautierro de São Bernardo.

1973. A brutalidade da ditadura militar-burguesa fica expressa pelo caso da prisão, tortura e assassinato de Virgílio Gomes da Silva, operário e dirigente do Sindicato dos Químicos de São Paulo, Virgílio: "foi preso e morreu em consequência das torturas sofridas no DOI-CODI, em 29 de setembro de 1969. Sua esposa, Hilda, e seus três filhos - Virgílio (nove anos), Vlademir (oito anos) e Isabel (cinco anos) - foram levados para Oban e ali detidos". (CNV, 2014, p. 76). Hilda foi "torturada na Oban e depois no DOPS, ao ser transferida para essa delegacia, teve seus filhos encaminhados para o juizado de menores". (Relatório do GT 13. CNV).

Em 1970 Manoel Dias do Nascimento, que foi um dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco antes de 1964, foi preso e torturado no DOI-CODI na presença do filho Ernesto de apenas dois anos. (Idem, p. 75). Em abril de 1971, Joaquim de Alencar de Seixas, mecânico de aviação e militante político, foi preso com seu filho, Ivan Seixas, de 16 anos, em São Paulo, pelo II Exército DOI-CODI-Oban, ambos foram torturados "conjunta e continuamente". A certa altura das torturas Joaquim foi executado na frente do filho. Sua esposa "Fanny Akselrud Seixas, e suas filhas, Ieda e Iara Seixas, também foram detidas e colocadas numa sala ao lado da sua, de modo a ouvi-los sendo torturados. Joaquim foi trucidado na frente do filho Ivan. Ieda, irmã de Ivan, foi estuprada no DOI-CODI, por agentes que compunham as equipes de tortura". (Idem, p. 76).

Ainda em 7 de abril de 1971, Devanir José de Carvalho, militante e líder sindical, foi torturado durante 7 dias e assassinado no DOPS. (IIEP, 2014, p. 109). Em novembro de 1971, os irmãos José Prado de Andrade, Antônio Prado de Andrade e Cilei Prado de Andrade foram presos e torturados durante 28 dias. No mesmo ano, no Rio Grande do Sul, o metalúrgico Eloy Martins "foi preso e torturado na Oban, DOPS-SP e DOPS-RS, perdendo quase inteiramente a audição, a visão, sofrendo lesão na próstata e perdendo diversos dentes". (Relatório do GT 13. CNV, 2014, p. 76). Também em 1971, foram assassinados pela repressão ditatorial: Olavo Hansen, do PORT e Luiz Hirata, militante da Ação Popular. De acordo com Gorender:

Pertencente a uma família de trabalhadores, Olavo foi operário-estudante e conseguiu ingressar na Escola Politécnica da USP. Já militante trotskista, afastou-se dos estudos universitários por tarefa partidária e se empregou numa fábrica. Ao ser preso, era membro do Comitê Regional de São Paulo do POR (t). Durante vários dias, os delegados Josecyr Cuoco e Ernesto Milton Dias o submeteram a torturas intensivas: pau-de-arara, choques elétricos, espancamentos violentíssimos, queimaduras e afogamentos. O prisioneiro não abriu nenhuma informação, o que levou os torcionários a aumentar a dose dos suplícios. No dia 6 de maio, Olavo

apresentou anúria e edema nas pernas. Sintomas de insuficiência da função renal, efeito de certa frequência de aplicação de choques elétricos e pau-de-arara. Tratado com descaso pelo médico Geraldo Ciscaro, os presos políticos das celas do DEOPS fizeram manifestações ruidosas e exigiram a imediata remoção de Olavo para um hospital. Já no dia 8, o prisioneiro foi retirado em estado de coma e as autoridades atribuíram sua *causa mortis* ao suicídio por meio de injeção intravenosa do inseticida Paration. Não se explica como um preso no porão do DEOPS teria oportunidade de adquirir o inseticida, seringa e agulha de injeção. (GORENDER, 1987, pp. 120-121).

Luis Hirata era militante da Ação Popular e também membro da coordenação da Oposição Metalúrgica foi preso em novembro de 1971 e assassinado, depois de uma série de torturas, no DOPS-SP. A versão oficial de que Hirata teria atingido em alta velocidade a traseira de um ônibus quando tentou uma fuga a pé. Segundo o exame necroscópico, apresentava insuficiência renal crônica, com necrose dos rins. A *causa mortis* foi determinada como choque hemorrágico por agente contundente. De acordo com o estudo do IIEP: "Luiz Hirata teria sido enterrado como indigente em uma vala comum no Cemitério de Perus, mas seu corpo permanece não localizado". (Cf. IIEP, 2014, p 180).

O patronato industrial age em comunhão com as forças repressivas do Estado para perpetrar ações violentas contra os operários. Só a Bicicletas Monark, que contava com cerca de 600 operários, enviou ao DOPS as fichas de 200 operários grevistas. (IIEP, p. 106). Além de denúncias como essas, o patronato industrial, por meio da FIESP, na figura do empresário Albert Boilesen, presidente do grupo Ultra e diretor da FIESP, angaria fundos junto aos industriais, mas também com a Camargo Correia, para aprofundar a coesão do patronato com a ditadura e ajudar a financiar os aparatos repressivos anti-operários<sup>48</sup>. (Idem, p. 108).

Dessa forma, é inegável que as atividades públicas do movimento operário vivem um declínio importante. Mas mesmo sob a fase mais persecutória e sangrenta da ditadura militar-burguesa, conforme referimos anteriormente, operários da Arno realizaram paralisações em 1968, 69 e 70. Na Ford, em 1969, os operários protestam por meio de uma greve de fome, em 1970 fazem a greve da dor de barriga. (In: BRITTO, 1983, p. 9). Operários da Mercedes de São Bernardo paralisam o trabalho no dia 26 de março de 1969. (MARTINS, 1979, p. 132). Conforme registro da Ação Popular, no boletim *Libertação* (1969): "Os valentes companheiros da Mercedes fizeram uma greve em 27 de março último sem ligar para a lei que proíbe a greve e perto de 700 a mil operários, entre 10 mil da Mercedes, pararam reivindicando 50% de reajuste salarial". (AÇÃO POPULAR, 1969, p. 273). No mesmo

---

<sup>48</sup> Confira o documentário *Cidadão Boilesen*, dirigido por Chaim Litewski.

boletim acrescentam que: "Depois do Ato 5 já houve pelo menos seis greves parciais no ABCD: na Resil, na Multibrás, na ferramentaria da Volks, duas paradas em duas seções da Chrysler e agora essa parada maior de várias seções da Mercedes Bens". (Idem, p. 275). Também em 1969 são registradas mobilizações na Alipert, na Alfa e em fábricas do grupo Matarazzo. No mesmo ano é deflagrada uma greve na Villares e na Hobart Dayton. Ou seja, o declínio das mobilizações públicas do movimento operário não implicou ausência de ações clandestinas no local de trabalho.

Caracterizar o período 1969-1973 apenas como refluxo, sem identificar as experiências que se enraizaram a partir do chão de fábricas nesse período, prejudica a compreensão da própria reorganização do movimento operário durante o ascenso das lutas operárias de 1978-1980. Ao invés disso, é necessário considerar as contribuições que a organização pela base, em uma fase de recorrentes exercícios de resistência no chão de fábrica, conferiu ao movimento operário em São Paulo e do ABC.

Sem dúvida, é correto apontar as diferenças significativas do nível de mobilização entre 1967-1968 e as de 1969-1973. Mas é necessário considerar que a repressão não consegue impedir a organização operária clandestina. A intensificação da perseguição obriga os militantes a adentrarem em uma fase de atuação cuidadosa, porém contínua. A luta e organização operária percorrem o subsolo da produção. As comissões de fábrica desempenharam um papel fundamental para essa articulação.

Faria (1986) registra a formação de um grupo de 5 operários na fábrica Passini, organizado por Raimundo de Oliveira coordenador da União Metalúrgica de Luta. Um grupo de 15 operários é formado na Fábrica de Motores Carmos S/A, sendo dirigido pelo operário Crispim, membro da coordenação da oposição. Na Lorenzetti é formado mais um grupo com 10 operários, articulados por João Chile, que era coordenador da União Metalúrgica de Luta, esses chegaram inclusive a fazer uma greve em 1971 nessa empresa. Na Arno havia outro grupo de 30 operários. Na Massey Ferguson registrou-se um grupo de 5 operários dirigidos por Hélio Bombardi. Na Villares, um grupo de 6 operários articulado por Anízio Batista. Na AMF, um grupo de 15 operários articulados por Waldemar Rossi. Na Hobart Dayton havia outro grupo de fábrica com mais de 10 operários organizados por Elias Stein. (FARIA, 1986).

Estes eram todos militantes da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Embora o número de operários organizados seja certamente pouco expressivo no que tange à organização de todo operariado paulista, é necessário considerar essa militância clandestina nas fábricas.

Sobretudo porque justamente os militantes dessa fase é que despontarão como as principais lideranças operárias durante a segunda metade da década de 1970. Então, não se pode tomar o período 1969-1974, como uma fase de "silêncio e imobilismo", mas sim como uma fase de organização da militância clandestina fabril, como relata Anízio Batista:

Eu acho que não foi de refluxo assim não. Eu acho que foi mais uma... É que a repressão foi maior. Entendeu, então realmente o refluxo também foi... Porque de 1968... 1969... De 1969 até 1975, nós tivemos muita gente presa, muita gente presa, metalúrgicos né (...). Então foi de refluxo também devido a repressão. Mas foi também uma coisa organizativa mais clandestina, mais segura, mais segura da pressão do movimento sindical. (...). Mais segura porque a coordenação dos metalúrgicos de São Paulo, a gente não abria muito o que estava acontecendo. Então era uma coisa organizativa, estava organizando, mas também segura porque nós não queríamos também que o nosso pessoal fosse preso também. E a orientação nossa, na época por exemplo, era você entrar dentro da fábrica, ficar uns tempos, organizando as comissões de fábrica e depois, quando está mais ou menos organizado, você transparecia a coisa aí, aí pipocava realmente uma greve. (Entrevista - Anízio Batista).

Waldemar Rossi aponta que as comissões clandestinas, em grande parte dos casos, não eram chamadas de "comissões", então, em determinadas ocasiões, quando se pergunta das comissões nessa primeira metade da década, é comum que se diga que não existiam. É necessário então diferenciar as comissões dos grupos clandestinos. Conforme aponta Waldemar:

Não eram comissões clandestinas, era organização de grupos dentro das fábricas. Comissão é quando se organiza e começa a se impor, é aí que forma comissão. Mas era organização nuclear dentro das fábricas. A organização no chão das fábricas, clandestina. (Entrevista - Waldemar Rossi).

Mas, o fundamental é que, conforme apontam os relatos, os grupos e comissões clandestinas eram a principal forma de agregação de militantes no chão de fábrica, a exemplo de Waldemar Rossi que relata: "Ah, em toda fábrica que eu passei, sempre formei grupos. Sempre formei. Mas aí, era bastante observado, seguido né". Essa mesma forma de atuação constituída como "linha chave", era seguida como orientação principal da Oposição Sindical Metalúrgica, nas palavras de Waldemar: "A marca da Oposição era a organização no local de trabalho".

Para Anízio, ao invés de considerar o período 1969-1974 como um período de refluxo, o mais preciso seria considerá-lo como um período de articulação orgânica dos operários e militantes sindicais: "E aí pode ser que alguém ache que foi um certo refluxo. Eu acho que não. Eu acho que foi a parte mais orgânica". (Entrevista - Anízio Batista). Nesse

início de 1970 a Oposição já havia constituído comissões clandestinas em várias fábricas importantes de São Paulo:

Nós tínhamos na MWM, nós tínhamos na mesma fábrica que o Waldemar trabalhou, não me recordo o nome, a que o Waldemar trabalhou... Nós tínhamos a Arno, na empresa Arno, por exemplo. Na Lorenzetti (...). A Ford aqui em São Paulo tinha, na Ford aqui no Ipiranga. (...). Muitas comissões de fábricas... Era bastante. (Entrevista - Anízio Batista).

### **O senhor acha que eram dezenas?**

Sim. Tranquilo, muito mais do que isso, em muitas empresas. Porque nós tínhamos, a organização da Oposição, nós éramos organizados por Região, então tinha a zona sul, que era mais forte. Nós tínhamos a Região Sudeste, que era aqui nessa região do Ipiranga, Jabaquara, Vila Mariana, que também tinha um pólo industrial muito grande aqui na Anchieta, Vila Carioca, mesmo aqui na Vila Mariana tinha uma empresa grande, metalúrgica, mudou daqui foi para São Bernardo... Então, tinha um pólo... (Entrevista - Anízio Batista).

### **Na zona sul eram quais?**

Na zona sul era Villares, Carterpillar, MWM. Ali na Nações Unidas, ali tinha uma infinidade de metalúrgicas, ali era muito grande, metalúrgicas grandes... (Entrevista - Anízio Batista).

Stanislaw Szermeta relata que as comissões de fábrica se organizavam a partir de pequenas ações, organização de pequenos grupos para elaboração de boletim e denúncias:

Mas aí, esse processo todo, se dá uma coisa que se chama, no processo de atuação nas fábricas, se dá uma ideia que se chama: Frente de Trabalhadores. Esse é o cerne da construção das lutas dentro das fábricas. O que é a Frente de Trabalhadores? É onde está organizado, dentro da fábrica, a garantia da unidade. Não tinha vários grupos dentro da fábrica, tinha um grupo dentro da fábrica. Esse grupo se organizava no processo da construção da luta das reivindicações específicas e garantia a unidade. E garantia o programa, e garantia, por exemplo, as reivindicações. Não era uma coisa fácil, você tinha que organizar, chamar os trabalhadores, reunir, fazer, por exemplo, um boletim. Esse boletim era distribuído dentro da fábrica. Quem fazia isso? A oposição. Aí você tinha um setor organizado da Oposição que fazia esse boletim, que era distribuído. Não pela gente, mas pelos trabalhadores, que iam lá e distribuía. Aí era cacete, cacete nos patrões, cacete na Diretoria, cacete no governo... E você tá no meio da ditadura. Então não era também fácil distribuir. A questão foi, depois, melhorando, entende? Mas por exemplo, tinha lugar que você tinha que distribuir e cair fora, porque os caras chamavam a polícia. Você começava a distribuir o material e o cara chamava a polícia. Você tinha 5 ou 10 minutos, para distribuir o material. Depois de 1978 é que a coisa foi ganhando... Mas não tinha muita moleza. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Depois de ser demitido da Villares em 1973, por ter participado da organização das mobilizações naquela fábrica, Anízio Batista ingressa na Carterpillar onde, em 1974, organiza uma greve tartaruga que tinha como reivindicação central a equiparação salarial entre os

operários qualificados via curso técnico e os operários que aprendiam o ofício direto na fábrica (chamados "aprendizes").

(...) tinha uma comissão de fábrica muito forte lá [na Carterpillar]. E foi muito interessante lá na Carterpillar, eu entrei já como profissional, né, de torneiro vertical... E aí, depois de 2 meses que eu estava lá, fui consultar um... [risos], nunca tinha perguntado para os meus companheiros de máquina quanto eles ganhavam, então o pessoal estava ganhando a metade do que eu ganhava e o pessoal trabalhava bem. Só que eles entraram como ajudantes, foi crescendo lá dentro e trabalhava muito bem. Aí um dia eu cheguei para o pessoal e falei assim: 'Vocês não querem ir falar com o supervisor não, a gente vai conversar com ele pra vocês igualar o salário igual ao meu né, porque vocês estão ganhando metade minha, não está correto isso'. Aí o pessoal topou né, aí nós fomos falar com o supervisor né, o chefe superior era um japonês, aí o japonês: 'Não, porque você Anízio, você já entrou como profissional, você tem curso do SENAI e blá, blá, blá... E o pessoal ainda não tem'. Aí eu falei 'o pessoal trabalha bem, eu vejo o pessoal trabalhar pô, trabalham muito bem, produz e tal'. Mas sem identificar também a coisa né... Mas sei que no final dessa conversa aí, esse supervisor, acabou me dando um aumento, para mim e acabou me dando um curso de supervisor para eu fazer na empresa. E não deu para o pessoal. Aí eu falei, 'E agora?'. falei: 'pronto!'. Aí eu chamei o pessoal para uma reunião fora da empresa, eu falei: 'Oh, eu estou chateado porque eu fui com vocês, não para o pessoal me dar aumento, nem nada, então eu quero fazer uma proposta para vocês: nós vamos fazer uma operação tartaruga, nós vamos baixar a produção 50% da produção, eu acompanho a operação tartaruga e se o pessoal não der aumento para vocês eu vou pedir a conta e vou embora, porque eu me sinto envergonhado'. Aí fizemos uma operação tartaruga de uma semana. Isso em 1974. Foi logo que eu entrei na Carterpillar, logo no começo, porque já tinha um pessoal conhecido lá dentro também, já militava, já participava do movimento sindical conosco, já tinha um pessoal conhecido. (Entrevista - Anízio Batista).

### **O senhor lembra o nome de alguém?**

Lembro. Aí são vários: o Nelson Coquite, você pode até entrevistar ele, que eu acho importante, um japonês, Nelson Coquite, era vários nomes, era o João, o Argelin, Durval, eram vários nomes, mas tinha gente boa na verdade... Aí, depois de uma semana, o que aconteceu... (Entrevista - Anízio Batista).

### **Durou uma semana a operação tartaruga?**

É, isso. Aí o supervisor cedeu realmente, chamou o pessoal, deu aumento para o pessoal, mas não igualou ainda comigo e me deu o curso de supervisão para fazer. (...) nessa movimentação toda, nós já tínhamos feito um processo de... No sindicato, contra a empresa, porque eles não pagavam as horas-extras, por exemplo, na folha de pagamento nossa, toda, ela não entrava no Décimo terceiro. Então nós ganhamos essa parte aí né. E aí quando faltava uma semana para terminar o curso eu fui mandado embora por causa disso. (Entrevista - Anízio Batista).

É este trabalho persistente e orgânico que garante a formação inicial e construção de pólos de militantes dentro das fábricas. Stanislaw Szermeta, também relata sobre o surgimento das comissões no início da década de 1970, localiza a criação de novas comissões entre 1973/1974:

Então a partir do final de 1973, começo de 1974, começa... A grande crise começa a girar em torno do petróleo, uma crise internacional, e começa a despontar grupos e resistência dentro da fábrica, com a proposta de grupos de fábrica. E aí que se dá o início do processo da resistência dos trabalhadores, que é grupo de fábrica. Isso é assim... Uma coisa muito difusa, que precisaria ter um... Eu não tenho uma visão... Mas era uma proposta, a gente pode dizer assim... Nacional nos núcleos, nos lugares onde houve um crescimento econômico, nas grandes concentrações de grandes empresas. Então você vê Osasco, você vê São Paulo, Guarulhos, São Bernardo, Santo André, Rio de Janeiro. O conjunto desses lutadores começa a gestar uma ideia da construção de grupos de fábrica, mais ou menos final de 1973 e início de 1974. (...). Só foi se recuperar... A luta só foi se recuperar porque era um crescimento tão violento, mas tão violento que, por exemplo, os acidentes dentro das fábricas... Criaram um clima. O brasileiro era campeão mundial de acidente de perda de olho na produção, soldador, torneiro. Não era só precário, é que o ritmo era tão intenso que (...). Vai melhorar mesmo no final de 1973 e 1974, que começa a luta, e começa as ideias de implantação dos grupos de fábrica. Aí é que começa a luta dos grupos de fábrica. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

A repressão era constante, Humphrey (1982) registra que na Volkswagen, em 1974, por conta das mobilizações, foram presos 200 operários. Ainda assim, as atividades militantes não cessam: "Os operários da ferramentaria na Volkswagen estavam muito ativos em 1973 e 1974". (HUMPHREY, 1982, p. 127). Operários da Villares e da Volkswagen estão entre os principais protagonistas das ações reivindicativas de 1973:

Em 1973, os operários da ferramentaria da Volkswagen puderam apoiar sua reivindicação de um aumento do teto salarial e um aumento sobre o reajuste de abril de 1974, por meio da recusa organizada de fazer horas extras. Isto durou aproximadamente duas semanas, e consta que o movimento em seu apoio mobilizou mais de 90% dos operários da ferramentaria. A produção caiu e as reivindicações foram atendidas. (HUMPHREY, 1982, p. 116).

Os principais organizadores dos processos de paralisação e greves, nas diversas fábricas, eram demitidos corriqueiramente, porém não tomavam isso como um grande problema. Eram demitidos de uma fábrica, migravam para outra e continuavam suas atividades organizativas. Em muitos casos era preciso falsificar os documentos (Cédula de Identidade - RG-, Carteira de trabalho), para poder sair da chamada "lista negra" da patronal.

### **Interfábricas: embriões de conselhos operários**

Além das comissões de fábrica, ganha expressão, a partir de 1973-1974, as interfábricas, que eram reuniões das quais participavam operários de várias fábricas e deliberavam por ações conjuntas. Conforme veremos nas entrevistas realizadas com militantes que construíram esse organismo, a interfábricas começou com simples encontros de operário para discutir problemas nos locais de trabalho e militância, ganhou característica de fórum auto-organizado pelos trabalhadores de várias fábricas para deliberação de uma política

sindical e operária conjunta para a luta reivindicativa. Claro que, se olharmos para a história da luta operária no Brasil durante todo o século XX encontraremos muitas outras formas de articulação inter-fábrica, sobretudo em momentos de intensificação da luta de classes como na greve dos 300 mil e dos 400 mil. Em momentos de lutas sindicais e operárias é comum o intercâmbio entre operários de fábricas diferentes, sobretudo nos bairros e regiões fabris. Então não é algo totalmente novo no cenário brasileiro. A interfábricas é uma reafirmação da necessidade operária de organização pela base e construção de fóruns comuns de articulação da luta conjunta.

**Figura 2 - Forma de funcionamento da Interfábricas**



“Comissões de Fábrica”. Cadernos publicados pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo em 1982. In: IIEP, 2014, p. 82.

Conforme relata Stanislaw Szermeta, as reuniões interfábricas eram formas de reunir os militantes mais ativos de cada fábrica, tanto para organizar uma base para a Oposição, fortalecendo a luta contra a gestão do peleguismo como para articular o operariado nos locais de trabalho para greves e demais atividades sindicais. Conforme relato de Stanislaw:

Interfábricas era quando a gente reunia várias fábricas. Era praticamente um conselho, só que não era um conselho, não tinha esse nome, e também não tinha esse entendimento. Mas era, a ideia, você tinha que animar, você tinha que animar,

mostrar para esses trabalhadores que não era só eles que estavam lutando. Eles não podiam ter a sensação de que só eles estavam fazendo. Tinha que ter a sensação de que a Diretoria, o sindicato, não fazia esse papel. Esse papel das interfábricas era um papel tirado para animar, para dar motivação para as lutas ganharem mais unificação. Você tinha trabalho tanto na zona sul, na zona oeste, como no sudeste, zona leste, Mooca, você tinha um conjunto, toda uma estrutura, organizada pela base. Inclusive, o pessoal do Lula, esse pessoal todo, nos acusavam de ser um partido. Porque eles falavam que a gente fazia isso mas não atuávamos no sindicato. E não é verdade isso. Quando tínhamos condições nós íamos para o sindicato, como foi feito em 1978 e 1979. Não procede, entende? (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

### **Quantas reuniões tiveram do interfábricas?**

Centenas, centenas, centenas. Era um período, era um período que a gente se reunia. Sei lá, Carterpillar, tinha Metal-leve, as fábricas se reuniam em separado, fazia processo de luta. Agora, em determinados momentos era que se fazia, mas na proximidade das lutas mais gerais é que a gente se reunia. Mas as reuniões por fábrica... (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Waldemar Rossi relata que as interfábricas surgiram; "Com certeza foi depois da greve de 1972 da Villares. Foi a partir daí que sentiram a necessidade de fazer (...) ali você tinha o Santo Dias, você tinha o Anísio Batista, você tinha o Stanislaw [Szermeta], Tinha o Fernando do Ó (...)". E continua:

A interfábrica nasce, é uma experiência sobretudo da zona sul, onde tinham grandes fábricas e muitas fábricas americanas, estrangeiras, etc, e outras grandes fábricas, inclusive nacionais ou de capital misto. E o pessoal foi percebendo que só a organização numa fábrica era insuficiente para fazer a luta de classes. Então era preciso ir aproximando as experiências das várias fábricas. Então a interfábricas era isso, eram encontros com militantes da oposição, das várias fábricas, que iam discutindo o processo junto. A greve de 1979, por exemplo, foi decidida desse jeito. (Entrevista - Waldemar Rossi).

Em publicação feita em 2014 por ex-militantes da oposição sindical de São Paulo, afirma-se que as interfábricas surgiram entre 1974-1975. Nesse material, Hélio Bombardi acrescenta ainda que: "Na interfábrica da zona sul, a pessoas de várias fábricas diferentes da região começam a sentar para discutir experiências e elas tinham diferentes níveis de experiência. Nosso trabalho começou a crescer". (IIEP, 2014). O marco das interfábricas é a greve realizada na Villares em 1973. No entanto, reuniões de operários de diferentes fábricas já existiam anteriormente. De 1970 até 1974, essas reuniões consolidam-se como interfábricas.

A entrevista de Rossi, e mesmo o trabalho de Faria (1987) reforçam que o interfábricas originou-se na Villares em 1973, onde trabalhava Anísio. Ela é localizada como um desdobramento da "greve gato selvagem", os operários demitidos por conta do protagonismo no movimento decidiram continuar se encontrando independente da fábrica

onde estivessem empregados, com isso foi possível aglutinar operários de 10 fábricas da Região Sul. (FARIA, 1986). Em publicação do POC - Partido Operário Comunista, que atuava na Oposição Sindical, o surgimento da interfábricas é localizado em 1974. O documento aponta que os participantes das interfábricas ainda não reconheciam completamente a importância daquele fórum:

O ano de 1974 mostrava uma das primeiras experiências de organismos *interfábricas* baseados na ideia das comissões operárias. Mas, apesar de seu pioneirismo - devemos lembrar que as interfábricas eram de várias categorias profissionais - o movimento mostra muitas debilidades, não reconhecendo inclusive sua própria importância. A participação na campanha salarial de 1974 não mostra nenhuma grande inovação ou avanço comparada com a de 1973. (POC, 1977, p. 203).

Anízio Batista, um dos principais impulsionadores das interfábricas, aponta que as primeiras reuniões de operários de variadas fábricas começam no ano de 1970 e que a interfábricas ganha densidade ao longo da década.

### **Quando surgiu a interfábricas?**

Ela surgiu, mais ou menos, em 1970, mais ou menos, assim, com mais organização. Eu acho que a organização da Oposição já tinha tudo isso na cabeça. Só que ela foi organizando aos poucos, né, mas conseguiu, com uma organização muito bem feita foi de 1970 até 1978, né, entendeu... Porque aí era... Nós organizávamos o Interfábricas por região... (Entrevista - Anízio Batista).

### **Ah, nessas regiões que vocês já tinham dividido?**

Isso, nós organizávamos a interfábricas por região e depois, quando a gente tinha assembleia geral nossa...

### **Então as fábricas dessa região se reuniam e faziam uma plenária?**

Isso, perfeitamente. As fábricas faziam essa plenária e quando nós tínhamos uma geral para discutir a campanha salarial, por exemplo, aí nós reuníamos, muitas vezes, numa Igreja no centro, que nós tínhamos... Lapa, por exemplo, que nós tínhamos um acesso muito grande com o Bispo, nós tínhamos acesso na zona leste, nós tínhamos um acesso muito grande aqui na minha região, com o Dom Celso na época, com o Dom Paulo, entendeu... Muitas vezes nós fazíamos aqui na Igreja São Bento por exemplo. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Então, essas plenárias da Interfábricas, eram plenárias?**

Eram plenárias...

### **Eram plenárias regionais dentro das Igrejas?**

Isso. Faziam sempre nas Igrejas. Então a Igreja era, naquele tempo, era bem mais aberta do que hoje, né, entendeu... Na época o Dom Paulo...

### **E o chamado, era clandestino?**

(...) O chamado era clandestino. Em cada empresa, as lideranças nossas chamavam todos os operários a se reunirem. Nós não fazíamos panfletagem para se reunir aqui, nem podia fazer isso. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Era mais na conversa?**

Era mais no papo. Era mais no papo.

### **E nem todo mundo era chamado, se tinha um cara que era meio assim vocês não chamavam...**

Não... Se nós desconfiávamos que o cara estava mais com o pessoal do sindicato, que fosse dedo-duro, jamais nós íamos chamar alguém, né... A gente não chamava.

### **Era selecionado?**

Isso era selecionado já... Então, por isso que deu uma extensão muito grande de 1975 a 1978... Maior... Uma organização mais orgânica por exemplo, onde desembocou nas eleições sindicais nossa [de 1978], muito bem organizada. Quando nós chegamos no sindicato de manhã, que ia sair as urnas e que já tinha saído algumas urnas, nós trancamos, não deixamos sair mais, aí foi um fuá... Entendeu... Mais foi assim, muito importante. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Então teve um papel importante o interfábricas?**

Sim... Foi, teve um papel fundamental. Porque todo o pessoal que tinha nas interfábricas, veio ser fiscal nosso, entendeu... Mesmo o que não veio, fiscalizava internamente onde a urna ia passar. Mas mesmo assim foi fraudada, porque saía da fábrica e você não tinha controle de onde foram as urnas. Então, era desse jeito. (Entrevista - Anízio Batista).

Ou seja, as interfábricas, foram formas de desdobramento da agregação inicial decorrida no período 1970-1973. Articulada a partir de chamados clandestinos, reunindo-se em Igrejas às escondidas, funcionavam como um organismo de base para articulação da luta operária, servindo tanto para organizar as lutas econômico-sindicais, como a luta política antiditatorial. Das reuniões interfábricas participavam também militantes de correntes políticas e partidárias que haviam estruturado trabalhos no interior das fábricas. Hélio Bombardi, operário que trabalhava na Massey Ferguson, e começou a militar em 1973, denota o papel que cumpria as interfábricas:

(...) começam a acontecer final de 74, 75 o que eu acho que é o marco, pelo menos na minha vida, que é a Interfábrica da zona sul, que é onde as pessoas de várias fábricas diferentes da zona sul começam a sentar pra discutir suas experiências e tinham diferentes níveis de experiência, desde pessoas que estavam em fábricas pequenas, fábricas médias, fábricas que era muito difíceis, complicada, fábricas que eram extremamente repressivas e até algumas que eram fábricas bem maiores pra época e pro contexto, naquela região eram fábricas de ponta, de linha que era a

Caterpillar, que era a Villares, que era a Massey Ferguson e que a gente começou a fazer essas reuniões e tinha um método que eu achava muito legal: “Como está sua fábrica, com quantas pessoas conseguiu conversar, que tipo de discussão vocês têm lá dentro, que tipo de problemas, vocês estão pensando em fazer alguma coisa?”. Então cada um colocava como era a fábrica, qual era o grau de organização, qual era o grau de problema, qual era o grau de repressão e qual a saída. Esse coletivo, essas pessoas que participavam da Interfábricas acabavam, de certa forma, um contribuindo com o outro pra dizer: “Olha, por que você não tenta fazer isso? Você não acha que ainda é cedo pra ir pro enfrentamento? Não acham que é cedo fazer um abaixo-assinado? Vocês já vão começando pedindo um aumento de salário? Será que não é melhor começar mais leve, pedindo um bebedouro, ou uma bota, alguma coisa de segurança?” Era uma riqueza muito grande porque você não pensava sozinho, estava pensando com uma equipe de companheiros e já na época, de alguns companheiros que tinham vindo de outras experiências tipo o Stanislaw, que era uma experiência, ele já tinha sido preso, já tinha sido solto, ao mesmo tempo o Nelson [Coquite] Japonês, ao mesmo tempo o Rodrigues, então eram experiências diferenciadas, pessoas diferenciadas com experiências diferenciadas. Eu acho que a riqueza da interfábricas naquele momento foi essa. Eu particularmente gostava bastante e acho que foi uma escola, vamos dizer assim, de discussão e de prática, porque as pessoas tinham de dizer mais ou menos o que estavam encaminhando, o que podiam fazer, o que estavam fazendo tal (...). (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP).

As interfábricas funcionavam como formas de colocar os grupos de fábrica clandestinos em contato entre si. Uma forma construir a unidade operária pela base, discutindo os problemas do local de trabalho e os níveis de organização interna. A partir disso podia-se ter uma caracterização das principais fábricas, de como se movimentava a patronal e repressão. E assim construir ações conjuntas e unificadas. O relato de Hélio Bombardi elucidava como se davam as ligações entre os grupos clandestinos e as reuniões interfábricas:

Bom começar a fazer um grupo de fábrica, começar a discutir, ver as seções que a gente tem, conversar em horário de almoço, cada um almoçar em locais diferentes com pessoas diferentes, e esse grupo foi crescendo. Quando esse grupo começa a crescer bastante, também está acontecendo a Interfábrica, uma coisa vem junto com a outra e começa a Oposição Metalúrgica a ter zona leste, zona sul, Ipiranga. Você começa a ter um campo de atuação bem maior. Você começa a pegar uns companheiros na fábrica e levar pras assembleias do sindicato. Alguns desses companheiros você já levava pra participar da Interfábrica, tirava um companheiro ou outro pra ir pra Interfábrica, ia pra assembleia do sindicato e levava alguns companheiros pra sentir como era a assembleia, que era barra dentro do sindicato e algumas reuniões da Oposição, já começava em 75 a ter algumas reuniões da Oposição, levava esses companheiros e na verdade a Oposição tinha muito essa ideia da fábrica. (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP).

O interfábricas ampliava a perspectiva de domínio do campo de batalha para os sindicalistas e militantes. Burlava a censura à qual estava submetida à luta sindical, possibilitando colocar em evidência a organização e a luta cotidiana para além do grupo de fábrica onde adentrava um operário. O organismo possibilitava ampliar a consciência da organização interna em várias fábricas por meio de vários trabalhos e experiências em curso

no chão de outras fábricas, das condições em que eram feitos e dos obstáculos que enfrentavam. As interfábricas fortalecem a luta sindical. Mas é também espaço de politização que permanece em disputa, uma vez que as correntes e tendências políticas encontram ali espaço para intervenção e mediação da *classe em si* e a *classe para si*. Conforme relatou Hélio Bombardi:

O que me marca muito é a experiência da Interfábricas, acho que aquilo é um papel extremamente educativo pra classe, pros operários, é uma coisa que fazia com que convivessem no mesmo espaço gente com diferentes tendências o que era uma coisa difícil porque na época era assim, se o cara era de uma tal organização eu não tinha nem que conversar com ele, não é da minha organização não fica conversando muito, inclusive a organização não gostava que se conversasse. Mas quando ia pro movimento sindical de certa forma, não que isso não era quebrado, se tinha condições de fazer uma conversa porque era uma frente única, era a Frente dos Trabalhadores e acabava todo mundo trocando ideia do que estava acontecendo. Óbvio que quem era organizado voltava com aquilo pra discutir no partido o que fazer e quem não era organizado ou os que só estavam na metalúrgica discutiam dentro da Oposição. Diziam: "Isso tá acontecendo dentro da minha fábrica. Dá pra ir pra luta? Não dá pra ir, como vocês estão vendo?" Esse movimento permeou 78, 79. (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP).

Os pequenos núcleos operários nas fábricas, comissões clandestinas e as interfábricas, ganham maior densidade e amplitude a partir da nova fase de ativismo operário que converge com a crise política e econômica vivida pelo país após a falência do "milagre" econômico. Além do ativismo operário, o fim do "milagre" e a crise que se delineava, produzia divisões entre as frações da burguesia.

### **Crise pós "milagre" e a reorganização do movimento sindical e operário**

As atividades econômicas e industriais também iniciaram um novo ciclo a partir de 1973. De acordo com Carneiro, a economia brasileira encontrou limites internos para manutenção de seus índices de atividade e crescimento. Somou-se à crise interna os impactos da crise do petróleo com a desaceleração da economia internacional em uma fase de crise estrutural do capitalismo<sup>49</sup>, que impactaram diretamente na produção no Brasil. Encontrando limites internos e externos para sua expansão, o ciclo de crescimento denominado de "milagre" vive sua agonia. O chamado "milagre econômico" apresentava ao fim de 1973 sinais de esgotamento que afloraram depois de 1973. Segundo Chasin (2000), o "milagre" foi o fracasso de uma política econômica de curta duração, política esta que não beneficiou a maioria da população brasileira e não atendeu as necessidades gerais do país. Não pôde

---

<sup>49</sup> Para uma análise detida desse processo, confira: MANDEL, E. *A crise do Capital - os fatos e sua interpretação marxista*. Editora Ensaio. 1990. BRENNER, R. *O boom e a bolha - os Estados Unidos na economia mundial*. Editora Record. 2003.

reorganizar a produção com base no conjunto das demandas estruturais. Para o autor, aquela política econômica:

(...) jamais poderia encaminhar soluções, nem mesmo em parte, para os básicos problemas materiais que afligem de longa data as classes dominadas do Brasil. Ao contrário, a dinâmica econômica que ele propôs e implantou tem como base necessária a maciça exclusão das camadas populares dos resultados que produz. Em termos rigorosos a estrutura de produção em que se baseia o “milagre” produz necessariamente uma distribuição negativa para as classes subalternas. Para se realizar, o “milagre” obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento. (CHASIN, 2000, p. 62).

Para Chasin, a política do "milagre" fracassa duas vezes, sendo a primeira por acumular crescimento sem distribuição de renda que denotasse melhora das condições de vida da classe trabalhadora, impondo a intensificação da extração de mais valor e concentração de renda. Acrescenta ainda que:

O “milagre” é fracasso, uma segunda vez, quando considerado como esgotamento de uma fase de acumulação. Isto é, quando se torna evidente, mesmo a nível das aparências, das relações mais visíveis e à flor da pele, que a larga acumulação efetivada entre 68-73 não tinha mais como prosseguir, que havia chegado a seu termo. Isto é, quando se torna ostensivo que a estrutura de produção em vigor não é mais capaz de prosseguir multiplicando o capital no mesmo ritmo que o vinha na fase imediatamente anterior, isto é, durante os anos do “milagre”. (CHASIN, 2000, p. 63).

O autor analisa que a fase do "milagre" não conseguiu superar os limites congênitos da própria estrutura de produção do país. Por isso: "fracassa como projeto e prática do desenvolvimento nacional, dado ter por base insuperável a exclusão da maioria do povo brasileiro desse desenvolvimento, e fracassa também, esgotando rapidamente suas possibilidades, mesmo como simples forma restritamente voltada apenas para a acumulação do capital". (CHASIN, 2000, p. 63).

O esgotamento do ciclo do "milagre" irá somar-se à crise da dívida externa acumulada durante o período 1969-1973, pois os juros internacionais cresceram progressivamente de 1974 em diante. À crise interna (esgotamento do ciclo de crescimento e a crise da dívida), marcada pelos limites estruturais, somou-se a crise externa, marcadamente uma crise estrutural do capitalismo. (MANDEL, 1990: BRENNER, 2003). Para Chasin:

[a] “crise do petróleo” era efeito da crise do sistema capitalista no seu todo, e não o inverso, e que, no Brasil, o aumento dos preços do petróleo não gerava o esgotamento do “milagre”, mas simplesmente precipitava seu desenlace e acentuava suas debilidades estruturais, levando mais rapidamente a um desequilíbrio da

balança de pagamentos e ao progressivo endividamento externo. (CHASIN, 2000, p. 65).

Ou seja, o esgotamento do ciclo de crescimento tinha determinantes internos: "o desequilíbrio da balança de pagamentos, bem como da balança comercial, e ainda a fenomenal dívida externa eram consequências intrínsecas do próprio 'milagre'". (CHASIN, 2000, p. 65).

O autor aponta que o desequilíbrio da balança comercial produz desequilíbrios da balança de pagamentos, ocasionando endividamento crescente. O Brasil tornou-se cada vez mais dependente da importação de bens de produção e insumos básicos. Esses por sua vez, não podiam ser compensados pela importação de bens primários. Esta situação será agravada ainda mais pela crise do petróleo em 1974<sup>50</sup> e a crise de superprodução que se instala mundialmente, havia-se chegado ao fim do ciclo de crescimento do pós guerra e da ordem de Bretton Woods. Conforme analisou Carneiro:

Da perspectiva dos países subdesenvolvidos, há dois fatos particularmente graves: a elevação brusca dos preços do petróleo, o assim chamado primeiro choque do petróleo, e o aumento substantivo da taxa de juros, caracterizando o também primeiro choque dos juros após um longo período de juros nominais e reais muito baixos. Os preços do petróleo moveram-se do patamar histórico do pós-guerra, de US\$ 3 o barril, para algo próximo de US\$ 14 em 1974. Deste último ano a 1978 permaneceram entre US\$ 12 e US\$ 15 para voltar a crescer novamente em 1979, atingindo o pico de US\$37 em 1981. (CARNEIRO, 2002, p. 53).

Em nível internacional, a elevação do preço do barril do petróleo, leva ao aumento generalizado dos preços dos bens produzidos nos países centrais com os quais o Brasil estabelece comércio. Os produtos importados tornaram-se mais caros, ao mesmo tempo, os preços de nossas exportações, com forte dependência da produção de *commodities* não acompanham aqueles aumentos. Durante a década de 1970 verifica-se o crescimento dos déficits comerciais produzidos pela deterioração dos termos de troca. Sobretudo porque o aumento do preço do petróleo que o Brasil importava, fez com que se elevasse consideravelmente o total bruto das importações feitas pelo país. Com isso agravou-se o

---

<sup>50</sup> Desenvolve-se a partir de dezembro de 1973 o primeiro choque do petróleo, esse que constituía principal fonte energética no período, será motivo de um processo de crise na economia a nível mundial. Com o clima criado por uma possível crise energética, os preços dos derivados do petróleo dispararam, como toda as atividades econômicas são direta ou indiretamente relacionadas com o petróleo, a crise se propaga por toda a economia mundial. Os mercados internacionais, frente à queda do consumo, passaram a restringir e a fechar suas economias às importações. Gerou-se em muitos países da cadeia mundial, capacidade produtiva ociosa, resultante da superprodução e a escassez de mercados importadores. Os países com ampla capacidade produtiva são obrigados a frear sua produção por falta de mercados, ocorrem demissões e queda no número de pessoas com renda, com isso ocorre também a retração do consumo em amplas camadas sociais. A crise generaliza-se, dificulta-se as vendas no mercado interno e no exterior, que força diminuição da produção, busca por redução de custos, empregos diretos, além da preferência à liquidez.

desequilíbrio e déficits na balança comercial. Ainda, o país passou a demandar mais dólares para executar suas compras importadas. Assim, saiu muito mais dólares do que entrava. Isso por sua vez força o país a buscar mais empréstimos para saldar suas demandas de importação, incrementando a dívida externa.

De acordo com Carneiro: "o déficit surge abruptamente, em 1975, como resultado da quadruplicação dos preços do petróleo, da perda global das relações de troca e da antecipação das importações (que conduz imediatamente à duplicação do seu valor)". (CARNEIRO, 2002, pp. 78-79). Assim, para o autor: "Os recorrentes desequilíbrios da balança comercial constituem uma característica inequívoca do período 1974-1980". (CARNEIRO, 2002, p. 76).

Internamente, o aumento do preço do petróleo conduz também ao aumento do preço dos transportes, veículos individuais e coletivos, o que por sua vez leva ao aumento dos preços das mercadorias e incrementa a inflação no Brasil. Além do aumento do preço do barril, o Brasil aumentou também a quantidade de barris importados: "Entre 1973 e 1979, o quantum importado de petróleo cresceu 50%". (CARNEIRO, 2002, p. 74). Também, o aumento da taxa de juros internacional leva ao aumento da dívida externa brasileira. A crise internacional de 1974, com desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto dos países industrializados e do comércio internacional produziu grande perda das relações de troca e encarecimento dos empréstimos para os países periféricos. (CARNEIRO, 2002, p. 55).

Com o esgotamento interno do "milagre", que somou-se à crise internacional, setores do empresariado passam a fazer oposição ao governo ditatorial cobrando novas medidas que lhes assegurem os níveis de *superlucros*. No entanto, como destaca Chasin, isso não quer dizer que esses setores do empresariado tenham se "convertido de repente e por milagre à democracia, basta recordar, que, enquanto o "milagre" funcionou o empresário sustentou, honrou e defendeu intransigentemente o regime em toda a sua extensão ditatorial". (CHASIN, 2000, p. 67). Assim para o autor:

Não é, pois, do regime da ditadura que os empresários se cansaram, mas o que eles não toleram é o fim do "milagre" e suas consequências diretas sobre seus negócios. De tal modo que ao discutirem a "democracia", o que fazem realmente é debater e lutar pelas formas e condições em que se dará a nova fase da acumulação capitalista. Os diversos setores empresariais querem simplesmente garantir as suas fatias do novo bolo a ser cozido. Por estas razões, e não porque as diversas frações das classes dominantes ainda não acertaram entre si o novo "modelo" político, é que se vêm assistindo a uma certa movimentação neste campo, mesmo porque o regime que aí está, com uma pequena caiação, é precisamente do que usufruíram e continuam precisando os monopólios. Dele não estão, nem nunca estiveram cansados. (CHASIN, 2000, p. 67).

Em meio à crise internacional e desaceleração da economia doméstica, crise no setor empresarial, o governo Geisel, buscando sustentar a legitimidade da ditadura militar burguesa, ao invés de desacelerar a economia brasileira como estavam fazendo os países centrais, lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, optando por aproveitar a grande liquidez internacional para obter vultosos empréstimos externos de alto custo, aprofundando sobremaneira a crise da dívida externa. De acordo com Carneiro, a opção por essa via: "apesar de atrasar o ajustamento, atendia à estratégia de legitimação do regime militar, pois, de fato, constituía a possibilidade de preservar ao máximo os interesses domésticos que lhes davam sustentação". (CARNEIRO, 2002, p. 56).

A dívida acumulada pelo Estado como forma de criar financiamento e linhas de crédito para empresários e industriais funcionava como uma forma de transferência da dívida para o Estado. Os investimentos estatais crescem acima da produção entre 1974 e 1976, para inverter-se de 1977 a 1980 quando cresceram abaixo da produção. (CARNEIRO, 2001, p. 65). O fim do ciclo do "milagre" e o início do II PND foram marcados pela volta da inflação. De acordo com Baer (1996): "a taxa mais que duplicou de 1973 a 1974, permaneceu nos limites de 30 a 48% nos quatro anos seguintes, quase dobrou novamente em 1978-79 e passou a marca dos 100% em 1980, atingindo 211% e 224% em 1983 e 1984, respectivamente". (BAER, 1996, p. 135). Conforme analisou Carneiro:

De 1974 a 1979, os fatores de aceleração da inflação provêm dos choques exógenos de preços - externos e internos - combinados, após 1976, com a elevação das taxas de juros de curto prazo, resultante da estratégia de ajuste monetário do balanço de pagamentos. Os anos de súbita elevação da inflação - 1974, 1976 e 1979 - correspondem aos dois choques do preço do petróleo e à elevação dos juros, combinados com a quebra da safra agrícola em 1976. (CARNEIRO, 2002, p. 107).

De acordo com dados do Ministério da Fazenda, entre julho de 1973 e julho de 1974, o custo de vida subiu 27% no Brasil. Os dados do DIEESE de São Paulo apontavam um aumento no custo de vida em torno de 35%. Os salários, por sua vez, foram corrigidos em 20%. De acordo com Singer: "Se 1973 foi o ano da inflação reprimida, 1974 foi o ano da inflação aberta. (...) Além disso, os salários foram reajustados, ao menos durante o primeiro semestre de 1974, em níveis bem inferiores à elevação do custo de vida". (SINGER, 1982 p. 164). Ao mesmo tempo em que o governo pega dinheiro emprestado a altas taxas de juros e empresta a baixas taxas para o empresariado, industriais e latifundiários, mantém férreo arrocho salarial contra a classe trabalhadora. Nesse período, além das lutas por reposição salarial, ganha maior vulto os movimentos de bairro, por melhorias, asfalto, saneamento

básico, serviços de saúde e movimentos contra a carestia (SINGER e BRANT, 1983). No movimento operário surgem novas mobilizações. (HUMPHREY, 1983: MOISÉS, 1982: ABRAMO, 1999).

A crise econômica corrói as bases de apoio da ditadura, as frações da burguesia querem manter os níveis de lucratividade e de expansão. Encontrando limites, passam a fazer oposição ao governo. A pequena burguesia e classes médias sentem a crescente inflacionária. O movimento operário ascende à luta de classes aberta e pública. Dessa forma, durante o governo Geisel a ditadura militar se vê obrigada a admitir uma abertura política "lenta e gradual". O desabrochar de uma nova conjuntura econômica e política abre espaço para o desenvolvimento de um novo impulso à luta operária no chão de fábrica. Com a auto-organização gestada de forma subterrânea no período 1968-1973, a desaceleração econômica combina-se com o início de uma nova fase de mobilização operária, que desponta timidamente em 1973, ganhará maior expressão nos anos seguintes.

A crise da ditadura bonapartista não significou a ausência de repressão, perseguições e assassinatos. Em 1974 o delegado Sérgio Paranhos Fleury prende "aproximadamente, quarenta líderes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Alguns ficaram detidos até seis meses e vários narraram as torturas sofridas". (C.f: CNV, 2014, p. 72). Entre estes estavam Waldemar Rossi, Elias Stein, Antonio Aparecido Flores de Oliveira e Adílio Roque. (Idem, p. 75). O número de detidos relatado nessa ocasião oscila. Em entrevista, Antonio Flores, militante operário preso na ocasião, relatou que: "em 1974, foram presos, só em São Paulo, 84 metalúrgicos por fazerem oposição e isso custou para alguns seis horas de pau de arara. Alguns estão até hoje arrebetados". (FLORES, em Revista Ensaio, 1980, nº6, p. 76). Eder Sader (2010) em *Quando novos personagens entram em cena* registra que: "Em 1974 toda a coordenação da Oposição Sindical e mais cerca de 70 militantes foram presos: Entre eles estavam Waldemar Rossi, Vito Gianotti, Antônio flores". (SADER, 2010, p. 238). De acordo com o documento *Breve histórico da oposição sindical*, publicado pela organização em 1979:

Em fins de janeiro e começo de fevereiro de 1974 verificou-se uma onda de prisões em São Paulo e no Rio de Janeiro, atingindo profundamente a Oposição Sindical. Uma boa parte dos melhores militantes sindicais até então formados na luta foram presos e torturados. Aqueles que não foram presos tiveram a sua mobilidade restringida. As prisões duraram de um mês e meio a cinco meses. (Breve histórico da oposição sindical, 1979, p. 239).

Em 1975 a ditadura faz nova investida contra os militantes de esquerda no movimento sindical e operário enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional. Nesse ano Aloísio Boano, presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo "foi preso com mais 15 dirigentes do sindicato e mais 40 membros da categoria, sendo torturado durante 14 dias no DOI-CODI. Posteriormente, esclareceu que o delegado regional do trabalho à época, Aloísio Simões de Campos, entregou-o à prisão". (C.f: CNV, 2014, p. 72). Também João Valentin, operário e dirigente do Sindicato da Alimentação do Rio Grande do Sul, foi preso em 1975 e "submetido a diversas sessões de tortura no DOPS, que o deixaram com sequelas, lesões de deformação na mandíbula". (CNV, 2014, p. 76). Em outubro de 1975 o metalúrgico Newton Cândido foi preso e torturado, passou pela "cadeira do dragão" e teve o corpo queimado com cigarros; "sua esposa, Célia, presa a seguir, sofreu choque na vagina e seus filhos, Regina e Ronaldo, bem como sua cunhada, Bernadete, sofreram seções conjuntas de tortura, com choques elétricos e "telefone" e espancamentos". (Ibidem).

Também Manoel Fiel Filho, que era operário na Metal Arte, localizada em São Paulo, foi torturado e assassinado no DOI-CODI em janeiro de 1976. A ditadura estava sendo pressionada por abertura, havia ocorrido ato público pelo assassinato de Alexandre Vannucchi em 1973 e outro ato público por ocasião do assassinato de Vladimir Herzog. Frente à pressão social, o general Ednardo DÁvila Melo, comandante do IIº Exército, responsável pelo DOI-CODI onde fora assassinado Manoel Fiel Filho, foi exonerado das suas funções por Geisel. (ABRAMO, 1998, p. 188). De, 1964 a 1988, admite-se que 114 trabalhadores urbanos foram mortos e desaparecidos. (IIEP, 2014, p.77). A aliança entre o patronato e a ditadura é expressa em vários momentos, desde o controle dos sindicatos até ao atendimento de reclamações do patronato industrial. A seguir explicita-se esta aliança no pedido da Fábrica Tecnolix, em 3 de maio de 1975, que denuncia a possibilidade greve na fábrica.

Figura 3 - relatório do DOPS sobre atividade operária

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA -118.2-

DEPENDENCIA. DFTO. ESTADUAL DE ORDEN POLITICA E SOCIAL

PLANTÃO DAS 19,00 HORAS DE 02/5/75 ÀS 12,00 HORAS DE 03/5/75.-  
(CONT. DO RELATÓRIO)

09,40 horas.-Por solicitação da firma Tecnolix S.A., da pessoa de seu chefe de segurança, Sr. Salvador Scafoni, em companhia de R. Alexandre de Gusmão, nº 50-Bairro de Saetiro, uma equipe deste plantão, a fim de apurar denúncia de suposta ameaça de greve. Relatório anexo.

11,30 horas.-A autoridade de plantão no 31º DP, via telefônica, comunicou a este plantão ocorrência de explosão da bomba à R. Pretoria, residência de Aderbal R. de Lima, na área daquela DP. Em anexo, cópia do BO e relatório da equipe deste plantão.

Em anexo, relatório da ronda efetuada por esta equipe.

Outras mensagens recebidas:

Ocorrências de crime contra o patrimônio.....	31
Localização de veículos.....	13
Diversas.....	12

Compareceram todas as investigadores escalados.

Boletim de Plantão recebido e passado a equipe seguinte com Cr. \$1.500,00.-

R. total: 03 de modo de R. 975.-

O DelPol de Plantão,

= Del. Celso Gama de Paiva =

O Escrivão:  
J.L. Camargo.-

RECEBIDO EM UNIDADE  
POLICIA DE SEGURANÇA  
15341

DOPS apura denuncia de Greve na Tecnolix. Acervo Pesp/DOPS 50-Z-129 15341. In: IIEP, 2014. p. 102.

#### Figura 4 - Telegrama Telex

TRANSCRIÇÃO DO TELEX COM DESTAQUE PARA AS PARTES GRIFADAS E A IMAGEM DO DOCUMENTO ORIGINAL SEM PRECISAR ESTAR LEGÍVEL:

“SR. SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
URGENTE – URGENTE

CC: 1) GABINETE DO GOVERNADOR  
2) SR. SECRETÁRIO DO TRABALHO  
3) SR. DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

CONFORME É DO CONHECIMENTO DE V. SA., OS FUNCIONÁRIOS DA SPRECHER + SCHUH DO BRASIL S.A. DECRETARAM A PARALIZAÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES EM 29/02 PASSANDO PARTE DELES A OCUPAR AS DEPENDÊNCIAS DESTA EMPRESA:

MUITO EMBORA A QUESTÃO JA SE ENCONTRE SUB JUDICE – FOI INSTAURADO O COMPETENTE DISSÍDIO COLETIVO – OS OCUPANTES INSISTEM EM PERMANECER NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA ATÉ “A VITÓRIA FINAL”:

A SPRECHER ENTENDE QUE ESTA OCUPAÇÃO É ABSOLUTAMENTE ILEGAL, TENDO SE INICIADO NO DIA 29/02 E SEM PERSPECTIVA DE SOLUÇÃO, À VISTA DA RADICALIZAÇÃO DOS GREVISTAS, MORMENTE PORQUE SE ESTENDE POR PERÍODO NÃO COMPREENDIDO PELA JORNADA NORMAL DE TRABALHO.

NESTAS CIRCUNSTÂNCIAS,

A – PRESENTE A DETERMINAÇÃO DOS GREVISTAS DE MANTER A OCUPAÇÃO, CONFORME DECIDIDO EM ASSEMBLEIA RECENTE REALIZADA;

B – PRESENTE A OMISSÃO DA SECRETARIA DAS RELAÇÕES DO TRABALHO QUE, DEPOIS DE SOLICITADA A INTERMEDIAR OS ENTENDIMENTOS PARA A DESOCUPAÇÃO PACÍFICA DO LOCAL NÃO PRESTOU A MENOR COLABORAÇÃO;

C – PRESENTE, AINDA, QUE A OCUPAÇÃO SE ESTENDERIA PELO MENOS POR MAIS QUATRO LONGOS DIAS (QUANDO A EMPRESA DEVERIA PERMANECER FECHADA) JA QUE O DISSÍDIO DEVERIA SER JULGADO SOMENTE NO DIA 07/03, DANDO MARGEM À EXPLORAÇÃO DOS FATOS E, ATÉ MESMO A INCIDENTES INDESEJÁVEIS, DADA A PRESENÇA DE ELEMENTOS ESTRANHOS AOS QUADROS DA EMPRESA E

D – PRESENTE, FINALMENTE, QUE A EMPRESA NÃO TEM CONDIÇÕES DE DEFENDER SEU PATRIMÔNIO E SEU PESSOAL LEAL, NEM DE MANTER A ORDEM NO LOCAL, JA QUE OS OITO ENCARREGADOS DA SEGURANÇA ESTÃO TRABALHANDO SEM DESCANSO DESDE O DIA 29/02.

A SPRECHER VEM PLEITEAR AS URGENTES – REPITO URGENTES – MEDIDAS DESSA SECRETARIA, NO SENTIDO DE RETIRAR AS PESSOAS QUE ILEGALMENTE OCUPAM O SEU ESTABELECIMENTO, BEM COMO GARANTIR A INCOLUMIDADE MATERIAL DA EMPRESA E FÍSICA DOS NÃO GREVISTAS.

ATENCIOSAMENTE,

PREBEN N. HAAGENSEN

DIRETOR PRESIDENTE

SPRECHER + SCHUH DO BRASIL S.A.

TELEFONES 548 70 44 – FÁBRICA

66 93 63 – DIR. RELAÇÕES INDUSTRIAIS”

TELEX empresa solicita intervenção e desocupação da fábrica. In: IIEP, 2014, p. 103.

No entanto, mesmo com os ataques perpetrados pelos aparelhos de repressão policial-militar da ditadura, os movimentos de oposição à ditadura continuarão a desabrochar. Tem-se as mobilizações no velório de Alexandre Vannuchi em 1973 e de Vladimir Herzog em 1975, que convertem-se em formas de protesto contra a ordem ditatorial. A Pastoral Operária, movimentos de bairros, oposições sindicais, tendências e organizações políticas se articulam e atuaram em frente única. (SINGER e BRANT, 1983; ABRAMO, 1999; MOISÉS, 1982). De 1975 em diante a Oposição Sindical Metalúrgica terá sua influência ampliada, ganha apoio na militância das organizações de bairro que despontam durante a segunda

metade da década de 1970. De acordo com o relato que nos fez Sofia<sup>51</sup>, operária e militante das organizações de bairro daquele período:

Essa participação nos movimentos populares nos levou à participação operária. (...). Eram sempre as mesmas pessoas, porque as lideranças, não eram assim, muitos, era uma base que fazia articulação entre... Fazia a ponte entre o movimento popular e o movimento operário. Então, do movimento popular, a gente vai, eu vou para o movimento operário, que foi em 1978 e o ponto alto foi a participação na Philco junto com outras companheiras e companheiros. Um trabalho clandestino. Nós conseguimos, em 1978, organizar a greve da Philco, houve ocupação da fábrica por uma semana. Isso tudo foi um trabalho de base muito intenso desse grupo de fábrica. Pegaram o patrão de surpresa. Foi boa a negociação diante do que foi possível... Principalmente, era econômica, o arrocho salarial era muito grande. Então a primeira reivindicação era econômica. (Entrevista - Sofia).

Conforme nos relatou Maria José<sup>52</sup>, operária que inicia sua militância a partir das sociedades amigos de bairro e ingressa na Oposição em 1977:

(...) à medida que a gente ia participando nos bairros, já ia se inserindo nos órgãos de classe que seriam os sindicatos, que seriam não, que é né, os sindicatos. Então o desejo da organização dos trabalhadores na Pastoral era mais simples porque era nos bairros. Não tinha muito de transportar, porque era muito mais difícil levar os trabalhadores, na época, para o sindicato. Era mais nos bairros, nos movimentos de reivindicação de bairro. Aí, daí, a gente fazia reflexão e trabalha na fábrica e levava para o chão da fábrica. (...). A militância, à medida que ia crescendo na consciência política, consciência de classe, a gente ia, o próprio pessoal, o próprio movimento ia te indicando caminhos da luta sindical. Aí, a partir daí a gente começa a participação no movimento de Oposição, onde surge... Para nós, aqui em São Paulo foi mais em 1977, para mim, 1977, no final de 1977. (Entrevista - Maria José).

De acordo com os relatos de Sofia e Maria José, a intersecção entre os movimentos de bairro e a militância sindical acaba por ampliar a militância operária. Também, de acordo com o material da Oposição, *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo*, publicado em 1982, o acúmulo de forças da Oposição

---

<sup>51</sup> Sofia Dias Batista, que nasceu em Apiai, Estado de São Paulo, sul do Estado próximo ao Estado do Paraná. Militou desde o início da década de 1970 no movimento eclesial de base. Regressou a categoria metalúrgica em 1978 como operária na Philco. Participou em 1978 da organização de uma greve nessa fábrica que estendeu-se durante 4 dias. Após a greve é demitida e emprega-se na Eletrolux. Integrou a chapa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo em 1984.

<sup>52</sup> Maria José Soares, "Mazé", nasceu em Pernambuco, na cidade chamada Paulista. Migrou para São Paulo em 1961 e empregou-se na metalúrgica Probel, fábrica que contava com 1.000 operários e operárias. Em 1969 foi trabalhar na General Elétric em Pernambuco, fábrica onde se manteve até 1972. Nesse período militava com Dom Helder. Foi perseguida por sua militância pela Igreja Católica e demitida nesse ano. No ano seguinte, em 1973, foi admitida na Philco em São Paulo, fábrica onde trabalhou até ser demitida em decorrência de sua participação na greve em 1978. Na Philco, em 1973, compôs a CIPA. Uma vez demitida da Philco ingressou na Bosch, zona leste. Participou da chapa da Oposição Sindical em 1981. Em 1984 ingressa na Scopus, metalúrgica que contava com cerca de 1.000 operários e operárias, permanece nessa fábrica até 1987.

durante a primeira metade da década de 1970 foi marcado pela intersecção com os movimentos populares:

Então as lutas pequenas já começavam a se ampliar. Em mobilizações na Carterpillar, Arno, MWM, Villares, etc., os grupos de fábrica vão se constituindo com mais força. O movimento popular também vinha crescendo e isso ajudou muito a impulsionar o trabalho de fábrica. Em 1975, na assembleia do ônibus na zona sul compareceram mil trabalhadores. O Movimento do Custo de Vida crescia nos bairros. Em frequentes reuniões nos bairros, com cem, duzentas pessoas para discutir todos os problemas que atingiam os trabalhadores. (GET/Urplan, 1982, p. 37).

Somou-se a esse novo quadro político, o desgaste eleitoral do ARENA. Os anos de 1973-1974 registrarão o crescimento eleitoral do MDB, a ampliação da militância operária e o declínio eleitoral do ARENA. (SADER, 2010). Segundo Batistoni (2001): "em 1975 a OSM organizou nova estrutura de funcionamento com coordenação e comissões internas de trabalho, superando a fase anterior de articulação de 'grupos de influência'". (BATISTONI, 2001, p. 55). O trabalho clandestino, mantido no período 1969-1974, conflui com o novo ciclo de militância que se despontava. Conforme nos relatou Waldemar Rossi:

(...) A repressão em cima do movimento armado e o AI5 que calou os sindicatos de uma vez e foi uma forte repressão em cima dos próprios sindicatos, colocando agentes lá dentro e tudo, fez o movimento se calar. Mas, aquela, aquele calar, apagou a chama mas não apagou a brasa, porque nós intensificamos o trabalho de base, em São Paulo foi muito forte nesse sentido. Tanto que, em 1978, quando estoura a greve da Scania, logo em seguida, estoura em São Paulo, mais de 250 fábricas, tudo à revelia do sindicato. Ou seja, nasce de dentro do trabalho que nós vínhamos fazendo ao longo do tempo, né (...). Apagaram a chama, mas não apagaram as brasas, e a brasa foi penetrando, ocupando espaço, fizemos várias experiências de pequenas greves dentro de fábricas... (Entrevista - Waldemar Rossi).

Lembremos que apenas as reivindicações salariais eram aceitas por lei, o que por sua vez obrigava os operários militantes a organizarem as lutas salariais como forma principal de aproximação com o operariado e para dar-lhes coesão político-sindical. Dessa forma, nesse período do "milagre" econômico, marcado pela superexploração (característico de ditaduras da burguesia), acelerado ritmo de trabalho, baixos salários e milhares de acidentes, a oposição sindical metalúrgica de São Paulo sobrevivera politicamente por meio de denúncias sobre as condições de trabalho. Denunciava um ajuste salarial que não veio, uma violência perpetrada pela chefia autoritária, atrasos de pagamentos, insalubridade, falta de banheiros, falta de refeitórios, péssima qualidade da comida servida nos restaurantes e cantinas das fábricas, falta de equipamentos de segurança. Todas estas demandas imediatas do local de trabalho eram pontos de partida para abaixo-assinados, mas também para reuniões e boletins clandestinos,

formação de grupos, paralisações por seções e "operações tartaruga". Essa variada gama de atividades sindicais (para além das conquistas econômicas), servia também para conquistar a confiança dos operários em relação aos militantes da oposição, das correntes políticas existentes no meio fabril e para formar novos "quadros" e dirigentes sindicais.

As lutas específicas, com demandas imediatas, funcionam como pólo de aglutinação, troca de ideias, de experiências e desenvolvimento de laços de confiança. Os operários vêem em quem podem confiar, vêem que não estão sozinhos. Ao mesmo tempo fortalecem a confiança em si mesmos e na categoria. Já as correntes, tendências políticas e partidos, atuando nesses espaços, podiam identificar os principais contatos de seu interesse, dividindo-os entre militantes sindicais e políticos. Alguns desses podem ser convidados para reuniões em separado, junto àquelas organizações e tornarem-se membros delas. Os operários mais experimentados tornam-se base para construção de processos de luta que demandam quadros mais sólidos, com maior acúmulo político e teórico. Será por meio desse trabalho que se formará uma camada de dirigentes operários ligados às bases fabris. Dessa forma, não se pode fazer uma leitura segundo a qual as mobilizações se limitassem às lutas sindical-corporativas. Humphrey aponta que: "os operários utilizaram uma grande variedade de meios para atingir seus objetivos (...) em janeiro de 1974 a Revista Visão apresenta um pequeno artigo intitulado 'A Volta das Greves' sob rubrica geral de 'Ressurgimento Operário'". (HUMPHREY, 1982, p. 133).

As paralisações, operações tartaruga e greves parciais são realizadas por operários das grandes e pequenas fábricas de São Paulo e ABC paulista. Os salários mais baixos, condições mais precárias de trabalho, constituirão características ainda mais marcantes nas indústrias de menor porte em São Paulo, região de um vasto e diversificado parque produtivo com cerca de 400 mil operários em 1978.

Conforme assinalamos anteriormente, até 1975 formaram-se importantes "quadros" operários que organizarão de forma mais estruturada a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. De acordo com relato de Anízio Batista, um dos principais dirigentes da Oposição: "em 1970 nós já tínhamos uma estrutura em São Paulo formada, que era a estrutura por região que nós tínhamos".

### **Quando surgiu essa estrutura por região? Mais ou menos...**

É... Em termos, por exemplo, de proposta, ela surgiu desde 1968, fazer essa estrutura organizada, só que com os passos pequenos, ela foi avançando conforme nós crescíamos também a nossa organização. Em 1970 nós já tínhamos essa

organização... Em 1974 (...) Nós organizamos ela, muito mais organizada, assim, bem estruturada, porque, de certa forma, naquela época... Nós tínhamos uma ligação fora do país, por exemplo, ligada à Igreja, aos movimentos, tudo... E tinha, por exemplo, nós conseguíamos algum dinheiro para fazer um trabalho (...). Ah, nós tínhamos uma ligação com o pessoal da Bélgica, da França. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Centrais sindicais?**

Centrais sindicais... E nós tínhamos feito umas pontes já antes né... E como na Europa, por exemplo, elas financiaram muito a coisa do movimento sindical no Brasil, entendeu... Financiaram com dinheiro, coisa para a gente organizar. Isso foi bom, porque nós conseguimos uma estrutura. Então, os boletins nossos, panfletos, os jornais, né... Nós conseguimos fazer ir desenvolvendo... E aí, quando foi em 1975, nós tiramos uma posição, de nós estruturarmos realmente a Oposição para ganhar as eleições de 1978. (...). Nós fizemos todo um trabalho, de 1975 a 1978, muito orgânico, ligado ao trabalho da Igreja, ligado ao trabalho das Sociedades Amigos de Bairro... (Entrevista - Anízio Batista).

### **Vocês tinham militância também nessas Sociedades?**

Isso, também. Os trabalhadores nossos que estavam ligados à Sociedade Amigos de Bairro, por exemplo, os trabalhos ligados à Igreja, tanto a Católica como os evangélicos, algumas evangélicas, naquele tempo tinha muito poucas Igrejas evangélicas, por exemplo, mas a gente penetrou em todos os setores. E toda liderança que tinha no bairro, por exemplo, que ele estava influenciado nas Sociedades Amigos [de Bairro], no trabalho de Igreja, em alguma entidade, por exemplo, nós convidávamos os metalúrgicos para estar participando conosco. Portanto, nas assembleias sindicais, mesmo em 1970 até 1978, por exemplo, sempre na Oposição, tivemos a maioria nas reuniões do sindicato, porque nós levávamos os trabalhadores. E as votações, nós sempre ganhávamos as votações do sindicato. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Mas como vocês se organizavam para decidir as coisas, faziam reuniões da Oposição, faziam plenárias, como que era?**

Sim, nós fazíamos as grandes reuniões... Meu, nós tínhamos plenárias em tudo quanto é lugar [risos]... Nós tínhamos na zona sul...

### **Periodicamente?**

Periodicamente.

### **Mensal?**

Nós tínhamos basicamente semanalmente, semanalmente. Nós tínhamos a direção que se reunia semanalmente, né, fazia todo um trabalho, determinava as assembleias, por exemplo, e nós tínhamos as interfábricas além disso. Então nós éramos constantes, na nossa organização. E as assembleias nossas, por exemplo, eram sempre nas Igrejas.

### **Essas reuniões semanais se chamavam assembleias?**

Isso...

## **E era uma assembleia da Oposição?**

Isso... As nossas reuniões sempre foram nas Igrejas, tinha salão...

## **E as plenárias, essas reuniões semanais, reuniam quantas pessoas?**

Essas semanais nossa, depende a época, depende o conteúdo, por exemplo, numa campanha salarial, nós reuníamos muito mais gente...

## **Mas normalmente?**

O normal, nós reuníamos mais as lideranças semanalmente, né, e quando a gente tinha uma...

## **Mas quantas pessoas participavam disso, 20, 30, 50?**

Ah, era muito, nós tínhamos 50, 80 pessoas organizadas...

## **Semanais?**

Semanais...

## **Constante?**

Constante... Era muita gente. E todo esse pessoal era liderança de toda São Paulo. Era muita gente, entendeu... Ai, depois, nós tínhamos reuniões de fábrica, por fábrica... Então, era uma efervescência de trabalho.

## **E as assembleias tinham quantas pessoas?**

E nas assembleias nós reuníamos, assim, 200, 300 pessoas...

## **Mensalmente?**

Mensalmente nós tínhamos esse negócio aí... Principalmente na época das eleições sindicais, né. Quando nós tiramos a chapa sindical nossa, nós tínhamos, no mínimo 300 pessoas para discutir por exemplo, a formação da chapa sindical.

## **Isso começou em 1975?**

Isso começou em 1975, que desembocou em 1978 a formação, aí, por exemplo, para tirar as lideranças para compor a chapa, nós fazíamos assembleia da Oposição por fábrica e os operários daquela fábrica escolhiam quem ia participar da chapa, entendeu como é que era? É, logicamente nós tínhamos algumas lideranças expressivas, que era indicado pelo conjunto da Oposição Sindical, porque tinha uma certa capacidade de dirigente, no caso aí, por exemplo, que nem eu, por exemplo, na Toshiba, porque eu trabalhava na Toshiba na época, né, na Toshiba e eu organizei a Toshiba por exemplo, nós fizemos uma greve na Toshiba, aí eu fui escolhido na Toshiba para compor a chapa, depois, na assembleia geral é que me escolheriam para ser o presidente da chapa e o Santo Dias vice-presidente, por exemplo na época, entendeu... Mas, foi tudo um trabalho... Tudo um trabalho por fábrica, por assembleia, levar o pessoal para as assembleias, fazer sócio do sindicato... Quantos mil sócios nós não fizemos nas empresas para ganhar o sindicato. (Entrevista - Anízio Batista).

Considerando a atuação das oposições, as mobilizações clandestinas, paralisações na primeira metade da década de 1970, podemos considerar que, mesmo sobre a fase de maior repressão e perseguição ao movimento operário, a organização no local de fábrica continuava. A Oposição Sindical chegou a reunir 68 metalúrgicos em um congresso clandestino realizado em 1971. Conforme relatou Hélio Bombardi:

De 72 até 78 quando explodiu a greve, foram seis anos de conversa, de discussão, de organização, de passar material pros companheiros, e passar material era aquilo: um recorte, uma notícia, pega alguma coisa interessante que saiu no jornal e leva pra eles lerem, era um trabalho de formiguinha no começo mas era aquele trabalho diário. (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP).

A organização na base operária percorreu toda a década de 1970. Onde destaca-se numa fase clandestina, de enraizamento no chão de fábrica (até 1974/1975) e tendo como ponto mais alto: as mobilizações e a onda de greves de 1978-1980. Com rupturas e continuidades, e mesmo sem constituir homogeneidade estratégica, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, como uma frente de trabalhadores, tal como houvera existido em Osasco, assimila os eixos programáticos daquelas mobilizações, construindo grupos e comissões de fábricas, atuando contra o sindicalismo pelego, mas também a luta contra a estrutura sindical que é somada aos aprendizados das lutas clandestinas, possibilitados pela atuação conjunta com as correntes políticas oriundas do campo do marxismo.

Durante a segunda metade da década de 1970, em meio à retomada das lutas operárias públicas, o acúmulo de experiências pela Oposição de São Paulo lhe possibilitará experimentar um salto em sua construção. Dessa forma, não podemos tomar o período 1969-1973 como uma fase apenas de refluxo, mas sim como uma fase de re-agrupação e reorganização de militantes com enraizamento do trabalho operário nas bases fabris. Foi ainda, um processo que propiciou rupturas e fusões na esquerda operária. Um período de *temperamento* de *quadros* operários, sindicais e políticos, onde se forjaram, em pequenas "escolas de luta", organizadores, agitadores, propagandistas e militantes revolucionários. Parte significativa desta camada atuará de forma qualitativa no ascenso operário de 1978-1980.

### **Da militância clandestina à retomada das mobilizações públicas: 1974-1978**

Conforme destacamos anteriormente, as lutas operárias fortalecem-se em 1967-1968 e passam por uma fase de refluxo e reorganização entre 1969-1973. O esgotamento do "milagre" e as eleições de 1974 marcam uma nova fase de reorganização proletária. Nas fábricas e nos bairros as greves e paralisações são retomadas. Fora das fábricas, o ato público

de protesto pelo assassinato de Alexandre Vannucchi (1973), marca um primeiro momento de atos públicos de oposição à ditadura. De acordo com Abramo:

(...). Se até então as notícias de prisões, torturas e assassinatos realizados pela polícia eram recebidas, em geral, com terror e silêncio, começaram a surgir as primeiras respostas mais articuladas e visíveis da sociedade civil à ação repressiva do estado. Uma das mais expressivas manifestações nesse sentido, e que significou um marco nessa incipiente reação da sociedade civil foi a missa celebrada pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, no dia 30 de março de 1973, em homenagem ao estudante de geologia da Universidade de São Paulo, Alexandre Vannucchi Leme, assassinado dias antes pela polícia (OBAN). (ABRAMO, 1999, p. 186).

**Foto 19 - Velório de Alexandre Vannucchi Leme - 30 de março de 1973**



No ano seguinte, em novembro de 1974, nas eleições, os votos no partido de oposição ao regime MDB, expressaram uma nova onda de protestos contra a ditadura, que embora estivesse em processo de desgaste acelerado ainda não havia abandonado as torturas e assassinatos. E, em 1975, é realizada nova mobilização por conta do assassinato de Vladimir Herzog (1975), milhares de pessoas reúnem-se no seu velório na Catedral da Praça da Sé. Conforme analisou Abramo:

Em 1975 uma nova e violenta onda repressiva atingirá a sociedade, tendo como resultado a prisão, tortura e morte de vários militantes oposicionistas, entre eles o jornalista Vladimir Herzog. De alguma forma, reeditam-se os acontecimentos de 1973, ainda que em uma conjuntura bastante diferente, o que possibilita que o

alcance político da manifestação oposicionista seja muito mais amplo. Tal como havia ocorrido dois anos e meio antes, por ocasião da missa em homenagem a Alexandre Vannucchi Leme, a Catedral da Sé, no centro de São Paulo, foi novamente palco de um ato religioso (desta vez um culto ecumênico) que tomou dimensões de protesto político. Mais uma vez, a indignação vence o medo, com diferença que os que protestavam agora não eram mais apenas estudantes, amigos, familiares e religiosos. Agora, estavam presentes os representantes daqueles setores que, em ritmos e com formas próprias vinham se destacando na resistência à ditadura: além dos jornalistas, que começavam a ter uma atuação sindical bastante dinâmica, estavam presentes artistas, intelectuais, advogados, parlamentares. O relativo relaxamento da censura aos meios de comunicação permitiu também que o fato fosse conhecido por setores mais amplos da população. (ABRAMO, 1999, pp. 187-188).

### Foto 20 - Velório de Vladimir Herzog - 1975



Extraído do documentário *A luta do povo*.

Além dos protestos sociais, novas greves continuam sendo realizadas no chão de fábrica. De acordo com Moisés, em 1975, na Metalúrgica Matarazzo, em São Paulo "uma greve de 2 dias pôs fim a um longo atraso de pagamento" (1982, p. 101). Ainda de acordo com o autor, em 1976, na Simiam Útil "uma operação tartaruga impediu a demissão de operários ameaçados; no mesmo ano, na Stork, Inox e De Nigris, onde ações de protesto e paralisações setoriais lograram obter negociações entre trabalhadores e empregados em torno das condições de trabalho". (MOISÉS, 1982, p. 101). Também em 1976, operários na Volkswagen de São Bernardo, paralisam seções da fábrica, segundo depoimento colhido por Celso Frederico: "Em setenta e seis teve uma parada na linha de montagem. Parou trinta por cento do pessoal. Os que pararam começaram a jogar parafusos e peças nos que estavam trabalhando. Aí teve a intervenção da segurança. A segurança chegou com duas Kombis, levou o pessoal pra lá e foi tudo demitido por justa causa. (Apud, FREDERICO, 1979, p.105).

Os operários avançam, recuam, resistem, se re-organizam e avançam novamente. De acordo com Moisés, uma nova fase de protestos e organização é vivida pelo operariado no período 1973-1977:

Qual a amplitude alcançada pela prática de resistência, no período entre 1973 e 1977? (...). De fato, a capacidade de aceitação por parte da classe trabalhadora da imobilidade imposta pela sua derrota em 1964 e 1968 tinha chegado ao seu ápice em 1972-1973. A partir desses anos, a imprensa brasileira, mesmo debaixo de severa censura, começa a indicar a existência de sintomas de mobilização entre setores da classe, embora os sindicatos das categorias nem sempre se manifestasse a respeito. As notícias de greves localizadas (Villares, Volkswagen, General Motors e Ford), paralisações de seções e operação tartaruga (Metalúrgica Matarazzo, Saad), protestos diante das condições de trabalho e ameaças de desemprego (Stork, Inox e De Nigris), ainda que com amplitude limitada davam conta da existência de ações coletivas em algumas das mais importantes empresas da região industrial da Grande São Paulo. Ao invés de 'silêncio', tudo indicava que alguns setores da classe, embora desorganizados, em termos mais amplos (...), estavam sendo capazes de gerar mobilizações de base suficientemente eficaz e sustentar aquelas formas de conflito nas empresas. (MOISÉS, 1982, p. 100).

Além das greves, os movimentos de bairro também ganharam maior expressão de 1973 em diante. (SINGER e BRANT, 1983). Esses movimentos, corriqueiramente, demandavam expressar-se institucionalmente, na luta política parlamentar por políticas públicas. Sendo o MDB o único caminho partidário autorizado pela ditadura, acabou canalizando votos de protesto e logrando melhor resultado eleitoral. No entanto, mesmo canalizando esses votos, na prática o MDB não podia realmente dirigir os interesses daqueles movimentos que surgiam em protesto à ditadura e as condições de vida e trabalho, conforme definiu José Álvaro Moisés:

Em realidade, o MDB esteve, ao longo de sua existência, sob hegemonia política dos liberais (conservadores e 'liberais-democratas') e, por isso, em sua definição política, nunca foi muito além da luta institucional contra o autoritarismo. Dessa forma, não logrou se constituir, jamais nem mesmo após as retumbantes manifestações de apoio popular nas eleições de 1974 e 1978, em expressão orgânica das demandas sociais da maioria dos eleitores que, no final das contas eram, precisamente, as massas populares dos grandes centros urbanos do país. Primordialmente voltados para as questões jurídico-institucionais, os liberais do MDB foram incapazes (e, talvez, nem fosse o caso de pedir-lhes isso) de apresentar qualquer programa adequado à expressão dos movimentos que emergiam no país a partir de meados dos anos 1970. Em consequência, os choques de concepção e de interesses existentes dentro do MDB tenderam a se manifestar, na superfície do cenário político, na forma de diferentes propostas de organização política e partidária, (MOISÉS, 1982, p. 56).

Sem um partido inserido nos principais setores explorados e oprimidos que pudesse canalizar os descontentamentos, as lutas eclodiram sem a hegemonia dos partidos do regime.

É tal conjuntura de politização social que possibilitará à Oposição Sindical de São Paulo atingir maior qualidade programática, maiores níveis de inserção na classe operária e possibilitando maiores êxitos político-sindicais da segunda metade da década de 1970. Anízio Batista aponta que em 1975, a Oposição decide dar um salto de qualidade em sua estruturação nas fábricas: "E aí, quando foi em 1975, nós tiramos uma posição, de nós estruturarmos realmente a Oposição para ganhar as eleições de 1978". (Entrevista - Anízio Batista). Essa nova fase da Oposição converge com a nova fase política e de ativismo social contra a ditadura. Em 1976 militantes da Oposição criam o informativo político *Luta Sindical*, um jornal com uma pequena tiragem de 500 exemplares que servirá como veículo de divulgação das lutas nas fábricas e das ideias da Oposição. Esse período marca o fortalecimento da Oposição. Conforme relatou Anízio Batista:

(...) Tanto que, algumas greves que nós fizemos, você vê que quem coordenou a greve mesmo foi a Oposição sindical. O sindicato, mesmo, não queria saber da greve. Éramos nós que forçávamos a barra na assembleia, ganhava a votação e acabava fazendo a greve, entendeu... E aí foi que nós organizamos em 1975 bem organizados, que embocou, em 1978, por exemplo, com uma chapa sindical para concorrer às eleições sindicais... (Entrevista - Anízio Batista).

Com idas e vindas, aos poucos a Oposição Sindical Metalúrgica, construída por variadas tendências políticas, conseguia formar militantes e ativistas na auto-organização nos locais de trabalho, com comissões e grupos clandestinos, na luta sindical e mesmo na disputa do sindicato. Constituíam uma *frente de trabalhadores* que tinha como programa comum a organização operária pela base. Com esta preparação, a oposição poderá expandir-se durante a fase de desgaste, conforme analisou Ibrahim:

Os desgastes sofridos pela ditadura, principalmente a partir das eleições parlamentares de 1974, aumentaram o ímpeto da luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Nesse momento, o movimento operário foi pouco a pouco ocupando espaços mais amplos e começaram a vir à tona os resultados daquele lento e gradual processo de acumulação de forças. As oposições sindicais ressurgiram como depositárias não só das experiências de 1968, mas também desse processo posterior, agitando as bandeiras de um novo sindicalismo. (IBRAHIM, 1986).

Porém, embora a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo se afirmasse como um *sindicalismo combativo*, organizado pela base e lutando pela independência das organizações operárias, não se colocava com um *sindicalismo revolucionário*, com um programa e uma estratégia marxista revolucionária definida. (LÊNIN, 1979; TROTSKI, 1978). Isso porque, também as tendências que hegemonizavam a Oposição Sindical Metalúrgica não eram revolucionárias (Pastoral Operária, militantes formados no PCB, militantes da Ação Popular,

PCdoB e MR8, seu programa não ia de fato além da redemocratização), tinham por base um programa reformista com atuação a partir das demandas mais sentidas pelos operários e auto-organização no local de trabalho. Ainda que houvesse militantes e tendências revolucionárias no interior da Oposição Sindical Metalúrgica, essas foram minoritárias, sem capacidade de orientação dos rumos das lutas operárias. Ainda assim, a atuação das diversas correntes nem sempre era amistosa, conforme documento publicado pelo POC, grupo político que atuava na Oposição, sob o título *Problemas de organização do movimento operário brasileiro*:

Para o ano de 1976, o primeiro problema que surge para o movimento operário são as eleições sindicais: como participar delas, com que programa, com quais objetivos? Que tipo de organização precisam os operários e como construí-las? Como se enquadra a oposição nessas necessidades? A discussão chega a um impasse, devido à divergência e sectarização entre várias posições sobre a definição do trabalho de oposição sindical, e principalmente devido à não-existência de um posição que colocasse, com coerência e correção, a direção dos trabalho. O máximo que a oposição consegue é tirar um boletim-manifesto sobre as eleições sindicais (preconizando o *voto nulo*), que reunindo quase todas as correntes, é insuficiente, e constata uma fraqueza organizativa enorme. A participação na campanha salarial não fez mais do que prolongar essa indefinição política, permitindo cada vez mais a divisão e dispersão da oposição sindical, enfraquecendo terrivelmente sua intervenção na campanha. (POC, 1977, p. 203).

Em seguida, na mesma publicação, reafirma-se as insuficiências programáticas da Oposição, ressaltando zigzagues ideológicos de sua coordenação, analisam que; "continua indefinida em suas necessidades, sobre seu caráter e sobre sua autonomia alternativa", apontam ainda que: "A imprensa da oposição é denunciativa e propagandística, subestimando-se a intervenção num sentido organizador e orientador para a classe". Acrescentam entre suas conclusões:

Enfim, é incapaz de romper a atomização e o ritmo desigual em que eclodem os movimentos nas empresas. E não pode dizer como organizar, orientar e unificar as ações de classe na medida em que a oposição não tem um consenso sobre esses pontos, não existindo uma definição predominante ou majoritária, coerente e capaz de dar uma perspectiva revolucionária para a oposição e o movimento das comissões. (POC, 1977. pp. 203-204).

Na assembleia geral da oposição, realizada em fins de 1977, o programa mínimo definido girava em torno da "luta contra o arrocho", "diminuição da jornada de trabalho", "direito de greve", "estabilidade", "livre negociação com os patrões", "desvinculação do Ministério do Trabalho", "fim do imposto sindical", "reconhecimento de delegados sindicais eleitos nas fábricas", "formação de comissões de fábricas". (FARIA, 1986). Mesmo sem um programa político coeso e sem a defesa de uma estratégia para a derrubada da ditadura, esse

programa responde parcialmente às principais demandas sindicais daquele momento de fortalecimento das lutas nas fábricas.

Convergingo com as mobilizações fabris, também os bairros foram tomados como espaços possíveis para criação de pontos de contato com a classe trabalhadora. Eram espaços menos vigiados pela repressão. Ao mesmo tempo, o trabalho nos bairros reforça os trabalhos das fábricas, pois nas lutas de bairro podia-se conhecer os operários e suas famílias, saber em quais fábricas trabalhavam, conversar com maior liberdade, longe dos olhos dos patrões e da chefia. Ao mesmo tempo, um operário que se aproximasse nas lutas de bairro, poderia rapidamente tornar-se base de apoio do trabalho na fábrica.

Paul Singer no texto "Movimentos de bairro", publicado na coletânea *São Paulo em Movimento* (SINGER e BRANT, 1983), refere-se a uma assembleia que pautou a questão da insuficiência dos ônibus na zona sul, localizando esta assembleia em 1974, afirmando que 2 mil pessoas participaram dela. (SINGER, 1983. p. 96). De imediato não dá para identificar se trata da mesma assembleia ou não. Mas, independente disso, evidencia-se como o proletariado colocava-se publicamente em movimento após 1973, tanto nas fábricas como nos bairros. Singer registra ainda a realização de uma assembleia na Vila Remo (zona sul), em junho de 1976, que teria contado com a participação de 4 mil pessoas. (SINGER, 1983, p. 98). Em agosto de 1977 teria ocorrido um encontro com 700 delegados para eleger uma coordenação para o Movimento Custo de Vida. (SINGER, 1983, p. 98).

Também foi realizada uma terceira assembleia em março de 1978 com a presença de 5.000 pessoas, onde foi aprovado um abaixo-assinado reivindicando congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a concessão de um abono a todos os trabalhadores e o aumento do salário acima da elevação do custo de vida. Um milhão e trezentas mil pessoas assinariam esse abaixo-assinado nos próximos meses. (SINGER, 1983). Em 27 de agosto de 1978, uma multidão de milhares de trabalhadoras e trabalhadores realizaram um ato na Praça da Sé<sup>53</sup> e são durante reprimidos pelas forças militares-polícias. Nos movimentos de bairro revelavam-se novas direções e militantes operários que muitas vezes não militavam nas fábricas por causa da repressão patronal, mas que militavam nos movimentos de bairro. Conforme relatou Cleodon Silva:

---

<sup>53</sup> Imagens desse movimento em ato público e a repressão militar-policial que sofreram em 1978, podem ser vistas no documentário: *A luta do povo* (1980) - dirigido por Renato Tapajós: <https://www.youtube.com/watch?v=fg6WbDwLS6s>

A própria campanha salarial de 77, os movimentos que se deram em 77, como dos autênticos, o movimento do custo de vida, o movimento popular também que foi o movimento contra a carestia, e a articulação dos movimentos populares demandas efetivas de transportes, de moradias, e nesse período pós prisões de 74 que aumentou o trabalho dos grupos de oposição junto ao bairro, junto a esses movimentos. Então houve um apoio muito forte do movimento popular ao movimento sindical. O que estava articulado recebia apoio do movimento popular, essa situação foi uma situação que colaborou muito. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

As lutas nos bairros, lutas estudantis, sindicais e operárias passam a convergir em amplos movimentos massivos. No Primeiro de Maio de 1977, operários tentam realizar um ato no centro de São Paulo e são presos. No dia 3 de maio do mesmo ano, estudantes organizam um protesto contra as prisões. Fazem uma passeata com 15 mil pessoas no centro de São Paulo. Conforme analisou Abramo, o protesto: "enchia pela primeira vez as ruas do centro da cidade de São Paulo de manifestantes de oposição, após quase uma década de ausência, recuperando assim, para a cidadania, o espaço público de manifestação". (ABRAMO, 1999, p. 189).

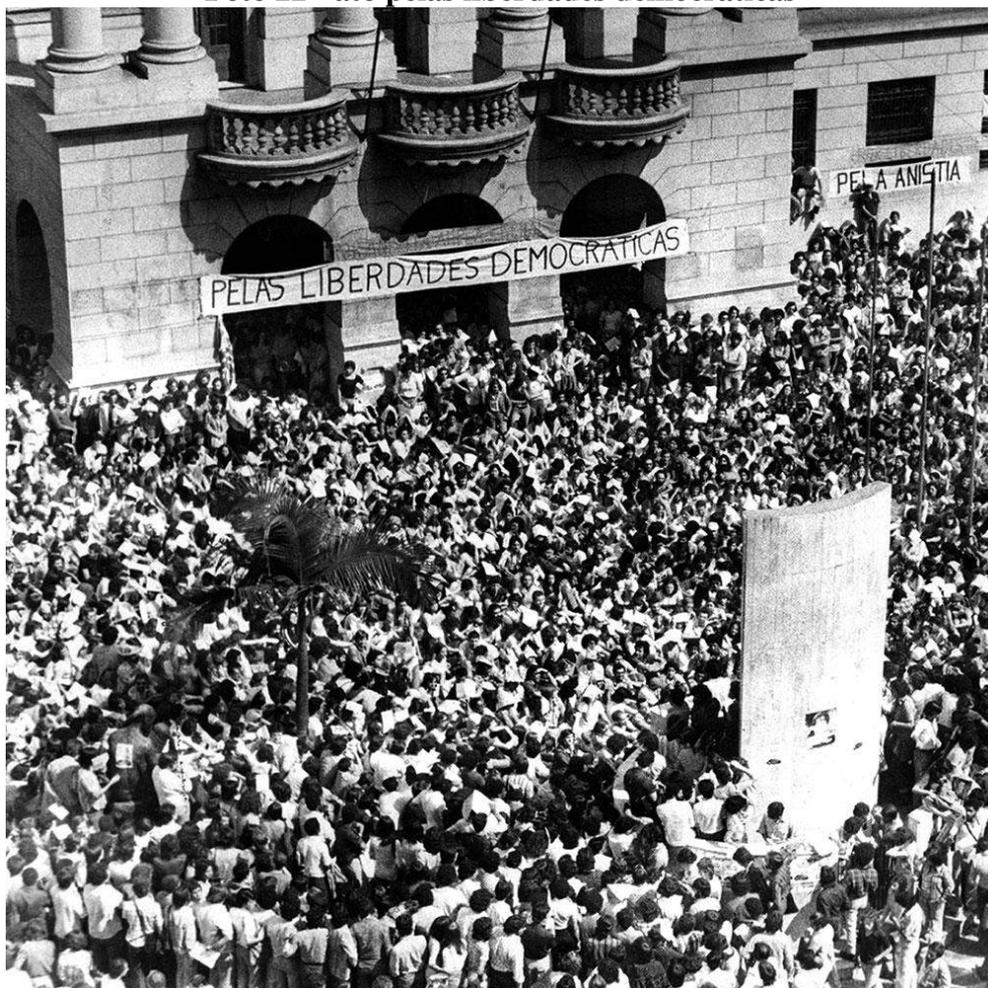
**Foto 21 - passeata estudantil em 1977 no Anhangabaú - SP**



Fonte: ABC de luta: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=83](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=83)

No dia 5 de maio, milhares de estudantes fazem um novo ato no Largo São Francisco pelas liberdades democráticas.

Foto 22- ato pelas liberdades democráticas



Extraído do documentário *O apito da panela de pressão*<sup>54</sup>

Esses movimentos públicos massivos, em protesto contra os assassinatos de Vannucchi e Herzog, tal como o ato estudantil em protesto contra as prisões do Primeiro de Maio de 1977, somados aos atos públicos dos movimentos de bairro, influenciarão outras mobilizações nas fábricas e demais locais de trabalho. Conforme afirmou Lula em entrevista sobre a incidência do clima político sobre a eclosão das greves no ABC em 1978:

Eu acho que a paralisação [na Scania] tem muito a ver com o quadro político. Tinha o movimento de estudantes, de intelectuais, de custo de vida, tinha dezenas de movimentos na rua, a imprensa dava muito destaque, aquela coisa toda. Os trabalhadores na fábrica sentiam o que estava acontecendo na sociedade: a TV mostra muita coisa que vai ficando na cabeça dos trabalhadores. Então, quando a TV mostrava os estudantes enfrentado a polícia, embora o pessoal não leia muito jornal, vê TV e escuta rádio, então isso vai criando um clima. (Entrevista - Lula, 1985, apud ABRAMO, 1999, p. 191).

<sup>54</sup> Confira: *O Apito da Panela de Pressão - 1977* - <https://www.youtube.com/watch?v=DUGZABQ0L5c>

**Foto 23 - ato público do Movimento Custo de Vida na Praça da Sé - 27 de agosto de 1978**



Foto de Juca Martins. Fonte: [http://www.unesp.br/aci/jornal/257/imagens/ed257\\_cienchum\\_1.jpg](http://www.unesp.br/aci/jornal/257/imagens/ed257_cienchum_1.jpg)

Feita essa análise sobre as lutas sindicais durante a década de 1970, a seguir, faremos uma caracterização sobre a atuação do Sindicato de São Bernardo durante a década de 1970 até a eclosão daquele ciclo grevista de 1978-1980.

### **Movimento sindical no ABC - luta econômico-corporativa consentida pela ordem ditatorial**

Assim como o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo também sofreu intervenção militar em abril de 1964. Em 26 de março de 1965 ocorrerão eleições nesse Sindicato, a chapa única empossou Afonso Monteiro da Cruz como presidente. Esse ocupará o cargo até 1969, quando decide não candidatar-se deixando o cargo livre para seu companheiro Paulo Vidal. No Livro de Britto (1983), Vidal é descrito como "um pelego notório". No jornal *Voz Operária* (PCB), de julho de 1970, é denunciado como colaborador da ditadura:

O atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, além de se colocar a serviço das empresas é agente do aparelho policial e repressivo do governo, remetendo para o SNI, Dops e etc, relatórios das Assembleias, como o fez na Assembleia do dia 20 de janeiro último. (*VOZ OPERÁRIA*, apud: FREDERICO, 1991, p. 12).

Em 1969 forma-se uma chapa de oposição à chapa de Vidal. De acordo com a publicação *Libertação*, da Ação Popular (que desenvolvia trabalho em fábrica de São

Bernardo), integrantes dessa chapa foram presos e torturados, foi a forma de afastá-los do pleito eleitoral e assim se assegurar a vitória de Vidal:

Em São Bernardo do Campo, São Paulo, três companheiros foram presos. Um deles, Josias, que é candidato da chapa de oposição ao Sindicato, foi preso de forma brutal. Dezenas de soldados armados de fuzis, metralhadoras, cercaram sua casa durante a noite, atiraram de metralhadora, contra seu velho pai, por pouco não o matando. Levaram Josias para a prisão onde esta sendo barbaramente torturado. (AÇÃO POPULAR - LIBERTAÇÃO, fevereiro de 1969, p. 267).

Com a prisão dos membros da chapa de oposição, a chapa de Vidal pôde chegar à Diretoria do Sindicato. O processo eleitoral fora pouco representativo, expressando o distanciamento entre sindicato e base. De acordo com publicação da Ação Popular: "Debaixo da repressão que prendeu e torturou um dos candidatos, Josias, sem liberdade de se manifestar e sob calúnias dos pelegos, a chapa de oposição teve menos votos. Os pelegos conseguiram 4.000 votos e a oposição teve 1.600 votos". (Idem, março de 1969, p. 274).

No trabalho de Celso Frederico (1979), registrou-se uma tentativa de organização de greve na segunda metade da década de 1970, na Volkswagen de São Bernardo que teria sido dedurada por membro do sindicato. De acordo com um operário entrevistado por Frederico: "teve um cara que já tinha sido líder sindical e que resolveu fazer uma parada organizada pra reivindicar aumento. Ele planejou tudo e foi em frente. Aí um dirigente do sindicato atual dedou o cara pra chefia. A Chefia chamou a segurança e pôs o cara para fora da fábrica na hora". (Apud, FREDERICO, 1979, p. 106). Abramo (1999), destaca que durante o período em que Médici esteve à frente da ditadura, justamente a fase mais dura, repressiva e assassina desde o golpe de 1964, "transparecia no *Tribuna Metalúrgica*, órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um forte grau de adesão ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar". (ABRAMO, 1999, p. 138). Ainda, de acordo com a autora:

(...). A época que se vivia (alguns dos anos mais duros e repressivos da ditadura) era definida [pela Diretoria] como 'esses tempos de participação coletiva na solução dos problemas nacionais'. O governo militar era reconhecido como grande promotor 'do extraordinário progresso econômico que experimenta o país', 'progresso' esse que aparecia identificado com o bem estar da população. (ABRAMO, 1999, p. 138).

A autora denota que em abril de 1971 um artigo, que ocupava uma página inteira do *Tribuna Metalúrgica*, é dedicado a Médici, sendo que os três primeiros parágrafos do mesmo era uma transcrição de um discurso do ditador. (ABRAMO, 1999, p. 138). Os editoriais do jornal do Sindicato caracterizavam aquele Sindicato "como 'um órgão de colaboração do

governo' e um interlocutor 'sério e responsável'". (ABRAMO, 1999, p. 139). Conforme registrou Humphrey: "no período inicial do desenvolvimento do sindicato, se fez pouca, se é que se fez alguma, crítica à estratégia econômica do regime militar, e alguns círculos consideravam que os dirigentes sindicais de São Bernardo estavam fazendo o jogo dos militares". (HUMPHREY, 1982, p. 135). No prefácio do livro de Britto (1983), Luciano Galache (o operário da Ford durante o período), afirma que: "Nas gestões de Paulo Vidal como presidente do Sindicato de São Bernardo, vários líderes sindicais da oposição foram dedados, por suas atividades de militância sindical, à polícia (DOI-CODI), e muitos deles foram presos". (In: BRITTO, 1983). Nesse trabalho aponta-se, ainda que, durante as gestões de Vidal ocorreram mobilizações grevista na Ford sem contar com apoio do Sindicato:

Em 1969 tivemos mais uma greve de fome com a participação de 90% dos trabalhadores, que durante 3 dias deixaram de comer nos restaurantes. (...) Em 1970 saiu a greve da dor de barriga parando parte da produção e fazendo grandes filas na enfermaria. (...). Não podemos esquecer que em todas essas lutas tínhamos o sindicato sempre contra nós. (In: BRITTO, 1983, p. 9).

São importantes esses apontamentos para termos elementos para pensar a tradição que se conformava na Diretoria do Sindicato de São Bernardo pós-golpe. Essa Diretoria buscava legitimar-se (mesmo imiscuindo-se do embates frontais nas fábricas), por meio da prática de um sindicalismo economicista de colaboração com as grandes montadoras e com o governo militar. De acordo com Abramo: "Durante a década de 1970, a presença do sindicato no interior das empresas multinacionais de São Bernardo era muito débil. Essa realidade só começa a ser modificada com a eclosão das greves de 1978". (ABRAMO, 1999, p. 123). A autora acrescenta ainda que: "a penetração do sindicato nas fábricas era frágil, assim como a sua presença no cotidiano dos trabalhadores". (Idem, p. 133). Essas análises convergem com a entrevista que realizamos com "Betão", que foi operário na Volkswagen de 1966 até 1974 e na Ford de 1974 até a primeira metade de 1990:

### **O sindicato era Paulo Vidal...**

O Paulo Vidal, mas não tinha nada, do Sindicato você não ouvia nada. Você ficava à mercê da empresa. Uma escravidão, escravidão mesmo. (...). E o peão não pensava na questão da organização, porque o sindicato pouco fazia, né... Então, quando eu entrei na Ford, em 1975 não tinha nada, em 1976, em 1977 um companheiro falou: "Vamos no sindicato?". Falei: "Ah, vamos lá, vamos lá". Aí eu fui em 1977 no Sindicato. (Entrevista - Betão).

**Então até 1978, na campanha dos 34%, o Sindicato não era presente dentro das fábricas? Em 1974, 1975, 1976...**

Não, não, não. Era mais escondido, o Sindicato não tinha presença dentro da fábrica. (Idem).

### Nem na porta da fábrica?

Não, não tinha. Não tinha. O Sindicato não tinha presença mesmo. Aí, quando começou a ter presença foi... (Idem).

### Mas tinha os diretores né?

Tinha, mas aí quando o Sindicato... Na greve de 1978 foi que o Sindicato começou a ir na porta da fábrica, para explicar para a peãozada, eu lembro que eles até tinham um fusquinha com um auto-falante em cima e o pessoal começou a falar dessa perda de salário de 34% . (Entrevista - Betão).

Foi Paulo Vidal que em 1969 convidou o irmão de Lula, "Frei Chico", para compor a chapa. "Frei Chico" recusa e indica Lula para compor sua gestão. Em 1972 Paulo Vidal concorre novamente à Diretoria do sindicato, também nesta ocasião encontrará oposição por parte dos operários da Ford que organizavam as mobilizações nessa empresa durante o final da década de 1960 e início da década de 1970.

Figura 5 - programa Chapa Verde - de Paulo Vidal

*eleição 1972*

# Chapa Verde

ONTEM ESPERANÇA, HOJE CERTEZA

*M30007*

**ELEIÇÕES DIAS**  
21, 22 e 23 de  
Fevereiro de 1972



Paulo Vidal



Sinal Aberto

## CHAPA DE REALIZAÇÕES, PROGRESSO E LUTA DOS TRABALHADORES

**Companheiros:**

Nos três anos vocês compareceram às urnas, elegendo a atual diretoria do Sindicato. Naquela época, a CHAPA VERDE representava a esperança de uma direção honesta e moralizadora para uma entidade. Eleitos, trabalhamos dia e noite para cumprir um programa de redenção de nossa categoria. Cumprimos quase integralmente o programa apresentado e realizamos muitas outras coisas fora dele. Portanto, esta diretoria, que ontem era uma esperança, hoje é uma certeza.

Certamente, muitos companheiros sabem que a atual diretoria, quando empossada, encontrou nosso Sindicato em uma situação verdadeiramente calamitosa. Para que se tenha uma idéia, basta dizer que assumimos com uma dívida de mais de seiscentos milhões de cruzeiros antigos. A primeira coisa, portanto, foi pôr a casa em ordem, recuperar as finanças. Foi um trabalho duro e sem publicidade. Hoje, podemos colher bons frutos.

Acontece que alguns diretores desonestos e incapazes começaram a abaloiçar a diretoria. Uns abandonaram o cargo, outros tiveram de ser mandados de volta para as fábricas, pois nada faziam, a não ser em benefício próprio. Mas, para não ficarem mal com os associados e esconderem o verdadeiro motivo de sua volta à fábrica, começaram uma campanha de calúnias e injúrias contra a diretoria. Você certamente já os conhece. Com certeza já ouviu comentários em sua fábrica e muitos já receberam até visitas em suas casas. É a campanha suja. A maior dificuldade deles é que não têm coragem de falar "cara a cara", pois seriam desmascarados. Por isso, falam por detrás. A única vez em que tiveram a ousadia de levar críticas à assembleia, foi uma verdadeira vergonha: tromaram, paguejaram e conseguiram apenas o rejeito da categoria. Você os conhece bem. Hoje eles formaram a chapa da oposição.

"Enquanto os cães ladram, a caravana passa", diz o ditado popular. Pois, no meio de todas as calúnias, continuamos a trabalhar, sem espulhato, sem demagogia.



Rubens Teodoro de Arruda



Nelson Campinho



Luis Inácio da Silva



Anacleto Coltri



Geraldo Custavo P. Lima



Antenor Biolcatti

Fonte: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=2693](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2693)

A chapa de oposição convidou Lula para integrar-se à oposição e somar esforços contra Vital, o "notório pelego", mas Lula manteve-se na chapa da situação. (BRITTO, 1983, p. 10). Dos 24 integrantes da chapa de oposição à Vidal, 17 foram presos durante aquele pleito eleitoral e só foram libertos depois das eleições. Com isso apenas 7 membros da chapa puderam participar da campanha da chapa opositora. (BRITTO, 1983, p. 10). Luciano Garcia Galache que encabeçou a chapa de oposição, que perdeu por 200 votos, analisou que:

(...) seria impossível derrotá-los, porque tinha total apoio do governo e das empresas, sendo que nas fábricas pequenas os empregados eram ameaçados nos seus empregos, caso votasse na oposição. Aí fomos derrotados pelo governo e empresas (os patrões), porém os votos dos sindicalizados da Ford foram numa base de 80% para a oposição. No geral perdemos por menos de 200 votos. (In: BRITTO, 1983, p. 10).

A atuação subalternizada ao patronato e à ditadura militar colocava em descrédito a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A gestão de Vidal difundia o medo como forma de desencorajar os protestos operários. Com isso, a Diretoria é identificada pelos trabalhadores como colaboradora da ditadura e dos patrões, isso força a gestão do Sindicato a tentar se reformar após 1974/1975, momento da ampliação das lutas operárias. (BRITTO, 1983, p. 10). Abramo aponta que entre 1973 e 1974, a gestão de Vidal, começa a ser questionada por membros da Diretoria que eram ligados à produção e por isso eram mais sensíveis às pressões do chão de fábrica. (ABRAMO, 1999, p. 167). De acordo com a autora, a tensão na Diretoria é acirrada mediante paralisações que são realizadas por operários da ferramentaria da Ford, Volkswagen e Brastemp. São paralisações realizadas por fora do Sindicato. Estes processos denotam "o distanciamento da diretoria do sindicato em relação ao que estava ocorrendo nas bases". (Idem).

De acordo com a autora: "Ao ser procurado por trabalhadores das seções paralisadas, Vidal, ao invés de apoiá-los e respaldá-los, teria adotado uma atitude desmobilizadora e desencorajadora, alegando a necessidade de manter-se dentro dos limites da prudência estabelecida pelas restrições legais e policiais à ação do sindicato". (ABRAMO, 1999, p. 167). Conforme relato colhido por Abramo: "quando parou a ferramentaria da Volks e da Ford, eu trazia para o Vidal, que era o presidente do Sindicato, e ele abafava, dizendo que tinha que acalmar o pessoal senão o Sindicato ia sofrer intervenção e a gente ia para o Dops, ser preso, torturado, morto. Espalhava o maior terror". (Apud, ABRAMO, 1999, p. 167). Ora, seguindo essas indicações, reforça-se a perspectiva de que a Diretoria de Vidal não pode ser encarada como praticante de uma gestão combativa que protagonizava "um novo tipo de ação sindical".

O tipo de ação que praticava parece não se diferenciar qualitativamente da praticada por Joaquinção Pelego em São Paulo.

Mas, Vidal não se mantinha na presidência do sindicato apenas negando-se a fazer as lutas sindicais e denunciando os operários que organizavam-se no interior da fábrica. Vidal pleiteava reajustes salariais diferenciados para o operariado de São Bernardo. A campanha por reajustes diferenciados foi iniciada ainda em 1970. Nesse ano "pela primeira vez o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo se desvinculará da Federação e procurará levar seu dissídio em separado". (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 30). A busca por negociar reajustes diferenciados do restante da categoria metalúrgica seria sua marca. Na campanha de novembro de 1972: "Entre as reivindicações específicas da indústria automobilística destaca-se a da participação nos lucros e a do delegado sindical". (RAINHO e BARGAS, p. 31). O item "lucratividade ABC" continua sendo o carro chefe da pauta do Sindicato. Conforme podemos verificar em entrevista concedida por Paulo Vidal ao jornal *Estado de São Paulo* em 10 maio de 1974:

Os trabalhadores nas indústrias automobilísticas vão reivindicar contratos coletivos de trabalho independente dos demais metalúrgicos, segundo revelou o presidente do Sindicato dos metalúrgicos... A alegação dos metalúrgicos que trabalham nas fábricas de automóveis é de que seu setor é muito mais rentável e apresenta maior produtividade. 'As indústrias automobilísticas', diz Paulo Vidal, 'tem condições próprias e peculiares, que distinguem das demais fábricas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico'. (Apud: HUMPHREY, 1979, p. 127).

O sindicato restringia sua atuação ao corporativismo localista. Conforme analisava Humphrey, havia "um forte sentimento de que a produtividade e a rentabilidade elevadas nas indústrias davam a eles o direito a salários mais altos". (HUMPHREY, 1982, p. 134). No I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em 8 de setembro de 1974, presidido por Paulo Vidal, com a presença de 250 trabalhadores, Vidal apóia-se no mesmo princípio da "lucratividade do setor" como elemento que justifica melhores salários para aqueles operários: "sem a nossa participação ativa corporificada pelo nosso trabalho diuturno nas fábricas - aquelas taxas de crescimento jamais seriam alcançadas", em outro trecho do documento afirma-se:

(...) admitimos que o operário das indústrias automobilísticas e afins conseguem obter nominalmente uma remuneração mensal superior a percebida pelos trabalhadores de outros setores. Contudo, não ignoramos que a alta produtividade do nosso trabalho tem garantido a essas empresas os mais altos índices de crescimento do País, com elevadíssimas taxas de lucro (...). O nosso propalado salário mais alto, segundo estamos cientes, é apenas aparente, se confrontado com os salários

percebidos pelos trabalhadores das mesmas empresas localizadas em outros países, e quando visto em função da nossa produtividade, do aumento do ritmo de trabalho, e da extensão da jornada diária, que é uma constante dentro do sistema. É bem verdade que essas mesmas empresas dispensam algumas regalias a um pequeno número de técnicos ultra-especializados, porém aos demais trabalhadores, que se constituem na esmagadora maioria oferecem um tratamento equivalente àquele usado pelas empresas tradicionais (...). (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO. Declaração do I Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1974, p. 199).

A forma de conseguir melhores reajustes era, fundamentalmente, separar-se do movimento sindical de São Paulo, constituído por fábricas de pequeno e médio porte, que produziam menores valores brutos. Tratava-se de uma luta corporativa econômica, e não propriamente de uma política classista, de "conscientização política", combatividade ou atuação para fomentar a organização operária nos locais de trabalho, unificar a categoria para a "luta de classes" contra o patronato e os setores da burguesia. Assim, não se tratava de uma proposta de enfrentamento contra a política econômica e social da ditadura militar, mas sim de conquistar maiores reajustes dentro da ordem ditatorial. Era a Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo que realizava o dissídio estadual para toda categoria metalúrgica, o ABC era o local das grandes montadoras, então o dissídio em separado poderia ter retorno financeiro imediato.

Esta era uma forma encontrada pela Diretoria daquele Sindicato para manter-se na administração da instituição, já que essa gestão sindical sofria pressões da base operária, que era concentrada em grandes fábricas e vinha realizando mobilizações parciais nas fábricas sem recorrer ao Sindicato. O setor automobilístico era o mais dinâmico da economia, uma vez que seu Departamento III, bens de consumo duráveis, era coluna estruturante do "milagre" econômico. (C.f. OLIVEIRA, 1977).

Na campanha salarial de 1974, a Diretoria do Sindicato: "procurou dar mais importância e ênfase à produtividade e lucro das empresas, considerados fatores importantes no tipo e porte das empresas de São Bernardo do Campo e Diadema". (RAINHO e BARGAS, p. 31). Ainda, a partir dessa campanha de outubro de 1974, a gestão do Sindicato, na figura de Paulo Vidal, empenha-se mais para conseguir um dissídio em separado da Federação. Para isso era necessário atingir um quórum em assembleia geral, o que ainda não se havia conseguido nas tentativas anteriores. No entanto, desta vez: "O Sindicato espalha notícia dentro das fábricas de que 'não daria assistência médica aos associados que não comparecessem à assembléia". (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 32). Ameaçando a sua base, a Diretoria do Sindicato consegue forçar 10 mil operários ao comparecimento na assembléia.

(Idem, p. 33). Em entrevista para Folha de São Paulo, datada de 11 de novembro de 1980, Paulo Vidal reafirma a perspectiva de luta em separado, que ele chama de "doutrina sindical diferenciada". Conforme registrou Corrêa:

Paulo Vidal, ex-presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo, a quem Lula sucedeu, oferece-nos uma ideia da orientação sindical adotada naquela entidade com as seguintes palavras: "A partir de 1969, assumi a presidência e passei a lutar por algo que entendia realmente como necessário: que os trabalhadores de São Bernardo tinham que ter um organismo que os representasse em todos os seus interesses, dentro das peculiaridades do Município. Nós tentamos e conseguimos implantar em São Bernardo o que poderíamos chamar de doutrina sindical diferenciada, que basicamente se resumia ao seguinte: entendemos que toda as diferenciações sócio-econômicas existentes no País não podem permitir em hipótese alguma a existência de uma lei única que nivele a regulamentação das relações de trabalho com o capital em todo o Brasil. Porque a situação de uma região onde não haja desenvolvimento industrial é totalmente diferente de uma área tão desenvolvida como São Bernardo. Assim, se pegamos a legislação trabalhista, seja na questão do contrato individual de trabalho, seja na questão da política salarial, constata-se que ela assegura sempre o mínimo. E o que a lei assegura como mínimo para uma região subdesenvolvida, quando aplicado a uma região bastante desenvolvida, significa que aquilo que deveria ser a participação do trabalhador no lucro adicional das empresas. Então, a partir daí, o sindicato passou a encetar diversas campanhas para que o Município de São Bernardo, através de seu sindicato, tivesse um dissídio próprio, independente dos demais dissídios do interior do Estado, que eram englobados no processo de dissídio coletivo da Federação dos Metalúrgicos. E o pressuposto era simples: a rentabilidade proporcionada às empresas pelos trabalhadores de São Bernardo é muito maior que em qualquer outra região do Estado, em função do próprio processo produtivo aqui implantado. As características de trabalho dentro dessas empresas são totalmente diferentes das demais, principalmente naquelas regiões desenvolvidas. Se nós analisarmos, por exemplo, as condições de trabalho numa indústria automobilística, vamos ver que são totalmente diferentes do que fala a Consolidação das Leis do Trabalho". (Entrevista - Paulo Vidal à Folha de São Paulo, 11 de novembro de 1980, apud: CORRÊA, 1980, pp. 27-28-29).

Corrêa (1980) identifica na ação de Paulo Vidal "uma tendência ao isolamento, na medida em que pretende separar o movimento sindical de São Bernardo do movimento sindical como um todo; em segundo lugar, já se nota, em seu discurso um estilo de sindicalismo de negócio". (CORRÊA, 1980, pp. 29-30). Para o operariado, embora o Sindicato não se fizesse presente no interior da fábrica, a Diretoria do Sindicato se mostrava como defensora da valorização do setor onde trabalhava e ainda, defendia maiores salários como participação nos altos lucros. De acordo com Rainho e Bargas (1983), a perspectiva sindical de Vidal era que: "a solução dos problemas deve ser encontrada dentro da Lei. A Lei é o instrumento básico. Por isso, deve-se procurar ampliar os direitos dos trabalhadores dentro da Lei. Tentar o mínimo que a Lei garante para conseguir o máximo de exercitação sindical". (1983, p. 52). Atuar dentro da Lei, para Vidal, era evitar as paralisações, greves e auto-organização operárias em "sua base". Lembremos que as paralisações, operações tartaruga e

greves não eram proibidas por lei. Eram restringidas, mas não configuravam crime. Tanto que em 1973 os operários da Villares fizeram operação tartaruga e paralisação e conquistaram aumento. O mesmo se passou na Scania do ABC em 1977. De acordo com publicação de Elias Stein (2006), que era operário na Villares de São Bernardo, mesmo a atuação em defesa das pautas econômicas era imposta pela pressão dos operários:

(...) por pressão de baixo, a diretoria do Sindicato de São Bernardo brigava por melhorias salariais. O presidente do Sindicato, Paulo Vidal, era um metalúrgico especializado, bem falante, e com um discurso muito objetivo: *como responsáveis pelos lucros dessas grandes empresas, temos direito a uma parte dessa riqueza.* (STEIN, 2006, p. 28).

O Sindicato não podia manter-se no imobilismo total. Era obrigado a colocar-se em movimento pelo menos pelas pautas salariais. Mas, posto em movimento, limitava-se às pautas econômica corporativas locais. Ainda, cabe explicitar que o "atuar dentro da Lei", não pode encobrir a atuação colaboracionista da Diretoria de Paulo Vidal com o patronato, a ditadura e sua perseguição contra as oposições que se formavam nos locais de trabalho. O peleguismo de Vidal é parte dos elementos explicativos para compreender a dificuldade de atuação militante dos operários do ABC durante todo o período de exercício de sua Diretoria.

Em 1975 são realizadas novas eleições Sindicais. Vidal decide-se pela carreira política e se candidata a vereador. Lula é indicado para suceder Paulo Vidal. Vai ao pleito com chapa única. Obtendo 14.608 votos<sup>55</sup> de uma base sindical que tinha mais de cem mil operários. Em seu discurso de posse, escrito como o auxílio do advogado do Sindicato (LULA, 1981), Lula coloca-se como continuador de Paulo Vidal, fazendo muitos elogios à sua administração sindical:

Neste caminho que percorremos, nem sempre suave e quase sempre marcado por dificuldades quase intransponíveis, tivemos a oportunidade de conhecer melhor os companheiros de luta. São homens idealistas, puros e trabalhadores em cujo convívio aprendemos tanto e com cujo exemplo tanto nos encorajamos. Dentre estes companheiros, tomo a liberdade de destacar PAULO VIDAL NETO que, por dois mandatos consecutivos, presidiu a diretoria desta entidade. Hoje, numa demonstração eloquente de homem de equipe que não se conforma com o carreirismo na vida sindical, ele deixa a presidência passando-a para mim. Desde o momento em que a bondade e confiança de meus companheiros me colocaram nesta posição de imensa responsabilidade, tomei consciência de como será difícil substituir o companheiro Paulo! Como manter seu ritmo audaz? Como ter tanto descortínio administrativo? Como ostentar tanta dedicação? Como igualar tanto conhecimento de causa e grandeza de propósito? Como manter este Sindicato na vanguarda das conquistas? Será sumamente difícil. E neste caminho só resta a certeza e consolação de que poderei continuar contando com sua experiência,

---

<sup>55</sup> Dados oficiais: [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=2696](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=2696).

dedicação e idealismo para levar a diante nossos ideais. Com Paulo, muitas vezes pode-se discordar, mas é um homem sempre a admirar e que já deixou marcada sua passagem entre nós, por sua conduta intransigente na defesa dos trabalhadores e por realizações de grande porte. (LULA, Discurso de posse da presidência do Sindicato de São Bernardo, 1975).

Lula, embora tenha convergência com o mesmo tipo de atuação sindical que vinha sendo praticada por Paulo Vidal, em suas propostas de campanha, promete fortalecer o trabalho de base. De acordo com Abramo, entre "os pontos principais do programa da chapa eleita estavam: a) o fortalecimento do trabalho de base; b) a continuidade da luta pela autonomia e liberdade sindical; c) a luta 'incansável' pela contratação coletiva do trabalho". (1999, p. 171). No entanto, não encontramos na bibliografia elementos que indiquem uma prática sindical realmente distinta da praticada por Vidal. Parece não ter ocorrido de fato mudanças significativas em relação ao trabalho de base, uma vez que o Sindicato manteve-se com restrito trabalho no interior do espaço fabril. Ao mesmo tempo, continuava pleiteando reajustes maiores para sua base sindical por causa da "especificidade" da produção nas montadoras. O sindicato é por um lado, uma instituição para serviços médicos, jurídicos, "colônia de férias no Guarujá" e "clube de campo", e por outro, uma entidade que trabalha no reenvio anual da pauta de reivindicação à patronal e órgãos do governo, tal como fazia Vidal. Um sindicalismo que não sustenta-se a partir de trabalho no interior das fábricas. Ideologicamente, se define como distante das tendências políticas de esquerda e, ao mesmo tempo, como crítico à intensa exploração, conforme podemos ler no mesmo discurso de posse de 1975:

O movimento da História que estamos vivendo apresenta-se apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais comezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jugidos [sic] ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas. (LULA, 1975).

Esse discurso porta elementos da forma de atuação da Diretoria entre 1975-1978, sem contrapor-se a qualquer elemento estruturante do regime ditatorial ou do sindicalismo oficial atrelado ao Estado militarizado, a diretiva central é pleitear maior participação nos lucros produzidos. Reside aí importante ponto de continuidade com as gestões de Vidal. Em 1976, em continuidade com essa política, novamente o Sindicato de São Bernardo intenta promover sua campanha em separado da Federação Metalúrgica. Em setembro de 1976 o

Tribunal Superior do Trabalho delibera em favor das reivindicações de São Bernardo. A gestão de Lula capitalizará essa vitória.

Marco Aurélio Garcia aponta uma ruptura na postura da Diretoria do Sindicato de São Bernardo a partir de 1975, fase em que o sindicato passou a ser presidido por Lula. De acordo com sua análise: "Uma cisão pode ser observada no interior do sindicato: enquanto Vidal, que deixaria a presidência em 75, revela-se um conciliador, sobretudo em relação às greves e paralisações que ocorriam com frequência cada vez maior, o grupo que se congregava em torno de Lula intensificava as ações em direção às bases"<sup>56</sup>. (GARCIA, 1982).

Acompanhando o debate bibliográfico, com destaque para Frederico (1979), Abramo (1999), Rainho e Bargas, Humphrey etc, nos parece equivocado falar de uma cisão entre as gestões de Lula e de Vidal. É mais mediado falarmos em continuidade e rupturas entre as formas de concepção e atuação sindical. Entre as continuidades podemos destacar a linha sindical que valoriza o tipo de valor agregado produzido no ABC, tentando revertê-la em melhores ganhos salariais, principalmente para os operários das montadoras de veículos. Lula dá continuidade às tentativas de negociar em separado com as grandes montadoras porque elas podem pagar mais. Também não há até 1978 elementos expressivos que denotem uma transformação significativa da atuação do sindicato no que tange à criação de mecanismos de base.

Por outro lado, nesse período, não encontramos relatos que apontem que a Diretoria de Lula, no período 1975-1978, tenha se posicionado contrária a mobilizações dos operários na base, como há em relação à Vidal no caso das mobilizações de 1973-1974 referidas anteriormente. Também não encontramos registros, durante a gestão de Lula, de homenagens aos presidentes-ditadores como havia durante a gestão de Vidal. Esses elementos, somados à campanha pela reposição dos 34,1%, podem certamente ter contribuído para que os operários da base do ABC passassem a dar maiores votos de confiança à gestão de Lula.

Ainda em setembro de 1976, o Sindicato do ABC realiza o II Congresso Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema. A pressão da nova conjuntura influencia nas bases sindicais do ABC, os operários fazem paralisações parciais e *operações tartaruga* nas fábricas. A forma utilizada pelo sindicato de responder às mobilizações é a mesma praticada por Vidal, reivindicando junto ao patronato a eleição de delegados sindicais, indicados pelo

---

<sup>56</sup> O autor aponta exemplo da cisão a realização em 1974 do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no entanto esse Congresso é realizado durante a presidência de Vidal.

Sindicato, para mediar a relação com o chão de fábrica. Conforme consta na resolução daquele II Congresso do Sindicato do ABC:

Para atuar com eficiência dentro das empresas, o Sindicato deverá possuir como garantias: designação de delegados sindicais, tantos quantos forem julgados necessários pelo Sindicato, os quais gozarão de estabilidade no emprego e nas funções: organização de comissões paritárias [com o patronato, sindicato e operários]. (SINDICATO DE SÃO BERNARDO. Resoluções do II Congresso Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, 1976, p. 205).

A figura do delegado sindical era uma forma do Sindicato tentar estender sua influência e responder às novas mobilizações no chão de fábrica. No entanto, a gestão do Sindicato no período 1975-1978 terá também descontinuidades em relação às gestões anteriores. Enquanto Vidal buscava evitar as greves a qualquer custo, a Diretoria de Lula, em meio às mudanças da conjuntura das lutas sociais e operárias no período 1975-1978, começa a cogitar a possibilidade de realização de greves a partir da campanha de reposição de 1977.

De acordo com a bibliografia analisada, todas essas campanhas do Sindicato, até 1978, são feitas por via judicial, sem mudança significativa em relação ao trabalho de base. O Sindicato não tinha como característica fazer-se presente nas portas das fábricas e nem no interior delas. A mobilização da base operária não faz parte de sua forma de atuação, como se pôde observar no caso das demissões na Ford em 1977. A empresa enviou ofício ao Sindicato querendo reduzir a jornada de trabalho com redução salarial, a semana de trabalho deveria ser reduzida para 4 dias com diminuição salarial proporcional. Caso não fosse atendida, a empresa ameaçou demitir 700 operários. O Sindicato ao invés de convocar uma assembleia para organizar os operários para resistir ao assédio da fábrica, apenas respondeu ao ofício intencionando convencer a empresa a não reduzir a semana e nem demitir os operários. Por fim, no dia 1 de abril de 1977, a empresa demitiu 500 operários. (C.f. RAINHO e BARGAS, 1983, pp. 37-37).

Nessa ocasião, Lula argumenta que não consultou os trabalhadores para poupá-los, conforme podemos conferir em entrevista ao Pasquim em 25 março de 1978: "No fim de [19]76 teve aquele caso da Ford no qual eu senti a necessidade de tomar um posição sem consultar os trabalhadores, porque sabia que dentro da empresa os chefes conseguiriam coagir os trabalhadores a aceitarem sua determinação". (LULA, 1981, p. 38). O Sindicato acabou subestimando a possibilidade de demissão e não convocou uma assembleia para comunicar os trabalhadores e permitir-lhes que se organizassem e decidissem por ações para impedir as demissões. Isso porque se entendia que o trabalho de base não era importante.

## **Manipulação dos dados inflacionários de 1973 e o Movimento pela Reposição dos 34,1%**

Em 1977, o BIRD divulga os dados inflacionários de 1973, denunciando a falsificação dos mesmos pela ditadura militar brasileira. A folha de São Paulo divulga esses dados. Essa manipulação causou grande revolta na classe trabalhadora, além de serem intensamente explorados nas linhas de montagem, ter os salários archoados e corroídos pelas altas inflacionárias, descobrem que a ditadura ainda falsificava os índices oficiais de reajuste. Com base nessa denúncia, 104 sindicatos do Rio Grande do Sul mobilizam-se pela reposição, o Sindicato dos petroleiros publica uma carta cobrando a reposição. Conforme relatou Hélio Bombardi:

(...) quando começou a notícia que o governo tinha passado a mão na grana nossa, manipulado a inflação aí o pessoal ficou muito bravo. Acho que isso foi a grande coisa que o pessoal viu: “Pelo amor de deus, por isso que a gente tá assim”. A inflação que os caras falavam era enorme e isso deixou o pessoal muito puto: “Pô, estão roubando nosso dinheiro, manipulou a inflação e nós vamos querer esse dinheiro”. Isso começou a ser muito divulgado, começou em São Bernardo do Campo, Bancários de São Paulo, então começou um movimento e começou assim: “Olha temos que fazer alguma coisa, que resgatar alguma coisa, conseguir algum aumento”. Acho que isso é que deu condições pra greve de 78 junto com outro elemento que permitiu que em pouco tempo fosse acumulado muito rapidamente as coisas que foi a eleição de 78. (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP em 2007).

Mesmo os sindicatos pelegos, adaptados à ditadura policialesca e a superexploração patronal, são pressionados por todos os lados por suas bases, precisando obrigatoriamente colocar-se em movimento. De acordo com José Álvaro Moisés:

(...). Diante desse anúncio, passível de dar legitimidade às reivindicações operárias, houve como que uma reação imediata, e em cadeia, dos mais importantes sindicatos de trabalhadores da região da Grande São Paulo, os quais congregavam perto de 400 mil trabalhadores da indústria de automóveis, eletrônica e química. Falando, de início, apenas em nome daquela parcela da classe mas, em seguida, quando a reivindicação se generalizou pelo país, expressando o sentimento de boa parte dos trabalhadores brasileiros (...). (MOISÉS, 1982, p. 82).

A reivindicação pela reposição dessa perda é levantada por uma série de sindicatos<sup>57</sup> que passam a compor o *Movimento pela Reposição Salarial*. Essa campanha, além de opor trabalhadores e o patronato, na medida em que os operários passariam a cobrar reajustes

---

<sup>57</sup> Entre os principais sindicatos que se pronunciaram pela reposição estavam: Metalúrgicos de São Paulo, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Estado do Rio de Janeiro, Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade de Belo Horizonte, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo e o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo e Diadema. (MOISÉS, 1982, p. 82).

imediatos nos locais de trabalho, opunha também os trabalhadores à ditadura militar burguesa, que passa a ser identificada como responsável direta pela manipulação. Patrões e governo são identificados com cúmplices daquela falsificação. Dessa forma, a constatação da falsificação dos índices, com perda de 34,1%, leva a uma busca por reparação imediata e a pressionar os dirigentes sindicais, o que por sua vez obriga os sindicatos a pautar a reivindicação das perdas. Embora a campanha tivesse colocado os sindicatos no centro da luta pela reposição, não quer dizer que atuariam de forma homogênea, uns optariam por mobilizações, outros apenas por encaminhar ações judiciais contra a União. Conforme relato de Hélio Bombardi para a *Revista Cara a Cara* de 1978:

Através da luta pela reposição salarial, os trabalhadores pressionaram os dirigentes sindicais, que desceram as portas das fábricas, fizeram abaixo-assinado, convocaram assembleias quase que semestralmente com a categoria. Isso foi criando um clima que possibilitou um enfrentamento, que foi um enfrentamento de cruzar os braços, de fazer a greve e conquistar alguma coisa. A diretoria sindical pelega tentou breçar de todas as formas as lutas nas fábricas, encaminhou uma ação contra a União, que até o momento não deu em nada, não convocou nenhuma assembleia da categoria. (Hélio Bombardi. In: *Revista Cara a Cara*, 1978, p. 23).

Conforme apontou Hélio Bombardi, embora os sindicatos assumissem grande centralidade na luta pela reposição, principalmente por serem entidades de representação juridicamente constituídas, isso não implicava na ausência de mobilização nos locais de trabalho. A pauta de reposição dos 34,1% articulará as comissões de fábrica, interfábricas e movimentos de bairros. A luta rompe com a especificidade de categorias, pois atinge todos os assalariados. Funcionou como um ponto de articulação de dezenas de entidades sindicais de todo o país, das mais variadas categorias. Mobilizou pelegos e combativos em assembleias e em disputas jurídicas. De acordo com Abramo:

De agosto a novembro mais de 100 entidades sindicais aderiram à campanha. Em várias categorias, realizam-se assembleias massivas, algumas com até 5 mil trabalhadores. Pela primeira vez, desde as greves de Osasco e Contagem em 1968, o movimento sindical conseguirá tornar-se visível para o conjunto da sociedade. As táticas de luta utilizadas foram variadas e de consequência distintas. A Federação dos Metalúrgicos da Capital resolveu mover uma ação judicial contra a União. Outros sindicatos, como o de Osasco, decidiram incluir o índice de reposição no percentual de reajuste reivindicado na campanha salarial que estava em curso. (ABRAMO, 1999, p. 194).

Em meio à crise econômica e política do regime, aos protestos de milhares de pessoas contra os assassinatos de Vannucchi e Herzog, e a realização de ato público com 15 mil pessoas no centro de São Paulo, o fato político causado pela divulgação da falsificação

dos índices inseria os principais sindicatos do País em movimentação. Moisés analisa que em 1977: "Essa volta surpreendente da classe trabalhadora brasileira à cena política - primeira vez desde as grandes greves de Osasco e Contagem, em 1968 - afeta, sem sombra de dúvidas, os rumos de uma conjuntura marcada pela profunda crise política vivida pelo regime". (MOISÉS, 1982, p. 83). Embora a pauta unificadora fosse os 34,1%, de acordo com Moisés, as mobilizações serviram "para desencadear uma torrente de várias outras reivindicações", sendo que entre as principais estavam:

1 - aumentos salariais segundo o crescimento setorial da produtividade; 2 - controle sobre as condições de trabalho e a garantia de emprego; 3 - negociação direta com os empresários, livre da tutela do Estado; 4 - contratos coletivos de trabalho para cada setor; 5 - reconhecimento legal de representantes sindicais no interior das fábricas; e - ampla e irrestrita liberdade sindical. (MOISÉS, 1983, p. 93-94).

Em São Bernardo realizaram-se assembleias que atraíram os maiores contingentes operários dos anos 1970. Sendo que o advogado do Sindicato do ABC, Almir Pazzianoto: "levantou a proposta de decretação de uma greve com fundamentos legais". (ABRAMO, 1999, p. 194). O presidente da FIESP, no dia 9 de setembro de 1977, reconheceu publicamente "a legitimidade da reivindicação dos trabalhadores". (IDEM). Ou seja, a conjuntura daquele 1977 aponta para mudanças significativas no cenário nacional, na luta contra a ditadura e de mobilizações da classe trabalhadora. No *Tribuna Metalúrgica* de 1977, órgão oficial do Sindicato de São Bernardo, publica-se: "Nossa luta é legal e todos os passos serão dados mediante a observância da Lei. De qualquer forma, nenhuma possibilidade será desprezada e todas as brechas da lei serão utilizadas em função dos objetivos da nossa campanha". (Apud: ABRAMO, 1999, p. 195). De acordo com Rainho e Bargas:

Com a campanha, o trabalhador também "descobre" o Sindicato como uma "saída" que até então não era vista nem percebida por eles porque, como já mencionado, o Sindicato desempenhava apenas um papel assistencialista, 'nunca resolvendo nada', conforme afirmavam.

(...) as reivindicações propostas pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, davam-se sempre no campo jurídico, o que é até compreensível devido à repressão. Mas, isso fazia com que ao operário coubesse apenas referendar as ações jurídicas apresentadas pela Diretoria e elaboradas pelo próprio corpo de advogados do Sindicato que se incumbiam nos Tribunais de encaminhar a sua defesa sem nenhuma participação da categoria que apenas era informada (quando era!) quanto aos seus resultados.

Quer dizer, esse processo de encaminhamento das lutas desencadeadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos nunca levaram a uma mobilização e organização dos trabalhadores nas fábricas. E isso ocorria porque a Diretoria do Sindicato não tinha visão da necessidade e não acreditava num trabalho de organização dos trabalhadores dentro das fábricas. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 42).

Essa descrição da atuação do Sindicato e sua relação com as bases diz muito sobre o papel que o Sindicato desempenhava no período 1975-1978, atuando centralmente por vias jurídicas, como no caso dos operários demitidos da Ford. Isso porque, como vimos, a Diretoria de Lula, assim como a de Vidal, não entendia como necessidade e nem acreditava no trabalho dentro das fábricas. De acordo com os autores, a Diretoria do Sindicato:

(...) fazia proposições aos trabalhadores, mas reservava-se o "direito" de encaminhá-las sozinha, com a assessoria dos advogados. Observe-se que tal fato ainda vai se repetir com relação à Campanha da Reposição Salarial dos 34,1%, mas a partir daí é que começa a sofrer uma inversão com os advogados passando apenas a encaminhar juridicamente as decisões e deliberações dos trabalhadores, tomadas em assembleias. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 43).

Assim, o Sindicato não atuava e não era percebido como um sindicato combativo. De acordo com Rainho e Bargas, a gestão do Sindicato acreditava "que o problema poderia vir a ser resolvido através do diálogo com os patrões e o Governo, via Justiça do trabalho". (IDEM, 1983, p. 43). Por fim, reafirmando a descrença do Sindicato em relação às possibilidades de mobilização do operariado, os autores asseveram que:

Tanto isso é verdade que a reação dos trabalhadores [na campanha dos 34,1%] foi maior do que a esperada pelos dirigentes sindicais que idealizaram a Campanha, fazendo com que muitos se sentissem "assustados" com a disposição de luta dos trabalhadores de tal forma que a Campanha tornou-se incontrolável, a partir de certo momento, com o desenrolar de ações fora do sindicato e à revelia deste. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 44).

Ou seja, também nesse momento, no que tange à condução das lutas operárias sem envolver as bases, a Diretoria presidida por Lula demonstra novamente aspectos de continuidade em relação à gestão de Vidal. Desta forma, com o que vimos até aqui, é possível questionar a combatividade que é atribuída à Diretoria do Sindicato de São Bernardo durante a década de 1970. Ainda que a Diretoria presidida por Lula não possa ser igualada aos grupos de pelegos delatores, também não temos material para caracterizá-la como uma gestão combativa ligada às bases operárias.

Em 1978, era novamente ano de eleições para o Sindicato de São Bernardo. Lula se candidata novamente para aquele pleito, cuja votação se daria entre os dias 20 e 24 de março de 1978. A campanha pela reposição dos 34,1% foi capitalizada pela gestão de Lula, que buscava localizar-se frente ao novo momento de mobilizações populares e operárias. Lula lança, em 31/01/1978, o *Manifesto dos Associados* como forma de impulsionar sua campanha. No que tange à perspectiva política, apostando na interlocução com a ditadura, atuava

apartado de qualquer orientação de esquerda, combativa ou classista. Em seu programa, o candidato declara:

Não acreditamos em soluções pré-fabricadas nem em remendos demagógicos. As melhores soluções hão de surgir com a participação efetiva dos trabalhadores na vida nacional. E para que isto seja possível serão necessários dois fatores: a conscientização da classe trabalhadora e as aberturas políticas. Do primeiro vamos cuidar com todo afinho, promovendo por todos os meios o nível da categoria. E quanto ao segundo, esperamos dos poderes dominantes, bom senso e sabedoria para atenderem os clamores do trabalhador brasileiro. (LULA, Manifesto dos Associados, 1978, p. 190).

Mesmo que não praticasse um sindicalismo ligado às bases, combativo ou classista, Lula via no Sindicato um órgão de pressão social que poderia influenciar como um fator político a mais no cenário nacional, isso fica expresso em seu *Manifesto dos associados*: "Concretamente, o que queremos é não andar a reboque da vida nacional, sofrendo o processo e em nada influenciando. Obviamente, desejamos participar, influir nas decisões, notadamente daquelas que nos dizem respeito". (LULA, 1981). A atuação mais significativa do Sindicato até as greves de 1978 é o encaminhamento judicial das pautas salariais. Em 12 de março de 1978, um mês antes da eclosão da onda grevista, o Sindicato opta por negociar diretamente com a patronal do ABC: "numa tentativa de conseguirem melhores reajustes das empresas em condições de concedê-los". (RAINHO e BARGAS, p. 55). Negocia por fora de qualquer mobilização das bases operárias. Poderia se negociar por empresa, mas a mobilização das bases é determinante para os sindicatos que querem se ligar à classe.

Essa forma de atuação supra-estrutural e rotineira será chacoalhada em 1978, momento em que a classe operária faz o que o sindicato não se dispunha a fazer ou propor: pára as máquinas e cruza os braços. De 1975 a 1978, toda a classe trabalhadora brasileira se coloca em luta aberta por reivindicações nos locais de trabalho e nos bairros. O período 1978-1980 é muito distinto do 1968-1974, período de maior repressão do regime militar. Conforme assinalou Humphrey (1982):

(...) A retração dos aspectos repressivo do regime, já aparente em 1976, avançou um pouco mais, e em 1977 e 1978 o governo foi enfrentado por mobilizações e passeatas estudantis, pelo crescimento da crítica na imprensa, e por uma política de oposição mais confiante. A liberalização, embora limitada, apresentou oportunidades para os sindicatos. (HUMPHREY, 1982, p.150).

O aprofundamento da crise da ditadura, com o ressurgimento das mobilizações massivas no período 1978-1980, dá a tônica da crise agônica da ditadura militar burguesa no Brasil e ao seu bonapartismo *sui generis*. O movimento operário assume o protagonismo no

cenário político nacional. Mediante a força massiva que concentra, sua capacidade de parar a produção, explicitará toda sua potencialidade para atuar como coveiro da ditadura militar.

A partir de 1978 o Sindicato de São Bernardo verá sua influência ampliada, apoiada sobre três elementos principais: 1) A campanha pela reposição dos 34,1% que era uma demanda nacional do proletariado. 2) Com a negociação dos acordos de greve em 1978, a Diretoria do Sindicato adentrará ao interior das fábricas para mediação e negociação dos acordos entre operários e patrões para a retomada do trabalho. 3) Somou-se a esses dois fatores, a preparação da greve de 1979. Esses três aspectos terão importante impacto na aceitação do Sindicato de São Bernardo pela classe operária do ABC. Entre o cruzar massivo dos braços em 1978 e as greves gerais do ABC em 1979 e 1980, o sindicato amplia qualitativamente sua influência.

### **CAPÍTULO III - 1978: O ANO DA RETOMADA DAS LUTAS OPERÁRIAS MASSIVAS**

O ano de 1978 no Brasil será o ano do retorno das greves e mobilizações massivas da classe operária. Ganham destaque as mobilizações operárias na Grande São Paulo, mas, politicamente, assumirá maior protagonismo na cena pública a Diretoria do Sindicato de São Bernardo. Para compreender com maior profundidade os movimentos de massas em 1978 é necessário considerar as formas de ação e protestos que ocorriam no chão de fábrica. Na bibliografia que discute esse processo são apontados variados motivos para explicar a eclosão daquele movimento, como a revolta contra as condições de trabalho, a conjuntura política daqueles anos, ou a ação do sindicato.

Parece-nos que um dos livros que expressa melhor as formas de resistência dentro das fábricas durante a década de 1970 é o de Celso Frederico *A vanguarda operária* (1979). Trata-se de um estudo sobre os operários da Volkswagen de São Bernardo, realizado entre 1974-1978, denotando a repressão no local de trabalho, os ritmos intensos da produção e as formas de resistência individuais e coletivas. O autor analisa três formas de resistência: a revolta contra a hierarquia fabril, expressa no enfrentamento direto contra a chefia, chegando a casos de violência física e até homicídio, a revolta contra a empresa que se reverte em tentar dar prejuízo à mesma quebrando máquinas ou fabricando peças com defeitos e por último a operação tartaruga, que é compreendida pelo autor como forma de organização coletiva. Nas entrevistas apresentadas por Frederico, os operários da Volkswagen apontam que o sindicato de São Bernardo do Campo, dirigido por Paulo Vidal e Lula, não era presente nas lutas operárias da década de 1970:

Eu acho que pode ocorrer uma saturação geral. Vão apertando tanto, vão arrocando tanto o bolso do trabalhador que uma hora é capaz que ele sature. Você pode crer que não é fruto de uma orientação do sindicato ou das oposições sindicais. Vai ser fruto de uma situação. Vai chegar um ponto em que o trabalhador não vai aguentar mais, e o sindicato não está sendo representativo pra aguentar e segurar as pontas. Pode haver essa saturação geral quando chegar um clímax que realmente o trabalhador não aguente mais essa pressão. Enquanto isso vão ocorrendo explosões individuais. Um dos casos mais sinistros é o de um rapaz que foi transferido para uma seção e tava querendo aumento, e o aumento começou a demorar muito, e ele com problemas em casa. Um belo dia ele não aguentou, pegou uma barra de ferro e deu na cabeça do feitor dele. Ele estava fora de si: saiu correndo dentro da fundição e se atirou dentro de um forno a mais de oitocentos graus. Houve uma explosão e não se achou nada dele mais, o cara desapareceu. Eu fui pouco depois do acontecido lá: tava um cheio de carne humana no ar. (Apud: FREDERICO, 1979, pp. 62-63).

A dificuldade de organização operária no interior da fábrica é, em grande medida, decorrência da ausência do sindicato no interior dos locais de trabalho e também reflexo da

falta de organismos internos como grupos de fábrica e comissões. Sem organismos que canalizem o descontentamento operário, verifica-se explosões individuais que assumem a forma de atos individuais desesperados. De acordo com outra entrevista:

Na fundição um operário pegou uma barra de aço e rachou a cabeça do chefe. O chefe caiu, ele achou que tinha matado e se suicidou pulando no tacho de antimônio derretido. Com a explosão, o sujeito morreu. Essa situação foi abafada e, pelo que consta, nenhuma ocorrência policial foi feita. Ocorreu um caso semelhante a esse na montagem. O cara deu uma paulada no chefe e rachou a cabeça dele. O sujeito foi preso. Como no outro caso, foi briga por aumento. Tem um cara que trabalha sempre com uma barra de aço na banca e fala que vai matar o chefe da seção. É um pessoal que tem uma consciência muito atrasada. É difícil eles verem o problema da categoria. Por isso, eles reagem individualmente. A última vez que ele foi pedir aumento ele disse: 'vocês alemães que são donos da fábrica, vocês podiam aprender a tratar melhor os peões: parem com essa perseguição, senão nós vamos fazer como a turma está fazendo na Argentina, vamos pendurar todos os chefes pelo pescoço e matar todos eles. (Apud: FREDERICO, 1979, p. 59).

Em um momento desse tipo de explosão de revolta, canalizado em formas individuais de violência contra a hierarquia direta, chegou a concretizar-se um homicídio:

A briga surge de um ato mais arbitrário. Foi mandado embora um cara por justa causa. Ele esperou o feitor na saída, deu uma facada e matou. Formou um bolo em volta, ninguém segurou o peão. Quando veio o segurança abriram a roda pro cara fugir. Ele fugiu e ainda gritou que o próximo a morrer seria o outro chefe. Depois, o pessoal fechou a roda pra dificultar a passagem da segurança. (Apud: FREDERICO, 1979, p. 59).

Embora se trate de uma atitude individual de resposta violenta em ação direta contra o chefe, a atitude do operário em questão acabou por contar com certo nível de solidariedade dos operários ao redor, que facilitaram a sua fuga. Isso porque os problemas com as chefias decorriam-se em toda a fábrica. Em outra entrevista, Frederico registra que operários se juntam no banheiro para punir um segurança:

O banheiro é a sede das reuniões dos ferramenteiros, porque a chefia não entra lá. Tinha um guarda na ferramentaria que o pessoal apelidava de 'nazista'. Era um tremendo de um dedo-duro e era alemão. Uma vez ele entrou no banheiro de noite. O pessoal apagou a luz e desceu o pau nele. (Apud: FREDERICO, 1979, p. 64).

Frederico registrou também sabotagens individuais: "Quando o cara se sente prejudicado, ele mata a peça, enrola o supervisor e arruma um meio de ir no médico e lá apela pra dar um jeito de chegar atrasado na produção e prejudicar o serviço. Ele vai pro banheiro e escreve nas portas frases contra os chefes e feitores". (Apud: FREDERICO, 1979, p. 61). Outra forma de reação registrada foi tentar quebrar a máquina como forma de atacar a empresa:

Numa outra ala uma pessoa pegou uma barra de ferro, meteu na máquina e depois caiu duro de tique nervoso, de ataque de nervos. (...). O sistema de trabalho, a constância do trabalho repetitivo, a produção exigida que é muito grande, tudo isso leva a um esgotamento total dos nervos que leva a esses atos. (Apud: FREDERICO, 1979, p. 63).

Os operários entrevistados identificam tais ações como formas individuais de expressar descontentamento, sendo que as formas mais eficazes tendem a ser disseminadas dentro da empresa: "existe uma variedade de casos individuais de como se deve fazer expressar um determinado descontentamento. Dependendo do tipo de função que ele exerce, ele imagina formas diferentes de sabotar. As mais conhecidas são aproveitadas pelo resto da fábrica". (Apud: FREDERICO, 1979, p. 72). Outro entrevistado relata que: "Na produção é mais fácil a sabotagem consciente. O peão acha que tá sendo prejudicado e muda as medidas da peça que vai ficar inutilizada". (Idem, p. 78). O fato de utilizarem-se das sabotagens não quer dizer que os operários não são críticos a elas: "Eu não acho que a sabotagem deve ser estimulada como forma de luta, mas pela falta de organização até a gente mesmo faz isso". (Idem, p. 78). Em outra entrevista: "Enquanto é uma coisa individual, essa revolta sozinha não constrói nada. A revolta só é produtiva quando constrói alguma coisa. Sozinho você não constrói nada". (Idem, p. 78).

No âmbito das ações coletivas Frederico destaca as operações tartaruga, que são compreendidas como forma mais avançadas de consciência operária se considerada em relação às formas anteriores. De acordo com análise do autor:

A terceira forma de expressão da consciência operária realiza-se através da diminuição propositada do ritmo de trabalho. Essa tática de luta - conhecida como *operação-tartaruga*, *amarrar a produção*, *marcha-lenta*, etc - é, em certo sentido, um desdobramento da sabotagem industrial. Entretanto, ela significa um passo decisivo para a frente: o operário sai do círculo estrito da sua revolta 'pessoal' contra os chefes e do vandalismo sobre as máquinas, e se lança numa ação cujo limite é a própria greve. (FREDERICO, 1979, p. 85).

Essas diferentes formas de manifestação do descontentamento operário convivem simultaneamente no ambiente fabril, assim os operários avaliam e optam pelas formas que lhes parecem mais adequadas. Conforme relatou outro operário:

Eu acho que a sabotagem não soluciona o problema do operário. O que pode revolver, na situação atual, é a operação tartaruga. A operação tartaruga é um dos meios válidos de luta contra a hora extra e a canseira da jornada de trabalho. Mas pra amarrar com êxito é preciso ter um grupo organizado para convencer os colegas a agir com um bom entrosamento. (Idem, p. 96).

As lutas operárias da década de 1970 foram compostas de uma série de elementos. Nas entrevistas que realizamos há vários relatos sobre a luta contra intensa e extensa exploração fabril, contra o excesso de horas extras, autoritarismo das chefias, luta por melhores salários e condições de trabalho, luta pela liberdade de organização política, contra a estrutura sindical e contra a ditadura. Por isso é insuficiente sintetizá-las em uma pauta apenas. Variados aspectos podem ser encontrados naquelas lutas.

As greves de 1978 no ABC e em São Paulo são expressões máximas desse processo. Em meio ao ciclo de greves de 1978-1980, todas aquelas formas de resistência praticadas ao longo da década serão combinadas: operações tartaruga, greve de fome e comissões clandestinas, serviram como atividades preparatórias que educaram uma vanguarda militante. Os setores que militaram e organizaram trabalhos nas fábricas ao longo da década de 1970, terão ocasião para dirigir multidões de operários grevistas e protestam contra as precárias condições de vida, contra a repressão estatal e patronal que lhe foram impostas. As lutas intra fábricas vão tornar-se assuntos públicos. As greves eclodem de fábrica em fábrica, paralisando a produção e reposicionando o operariado industrial como sujeito político central.

### **1978 - mobilizações, paralisações e greves no ABC**

Lula apareceu em 1978 no Vox Populi [em maio de 1978]... Então eu já me identificava um pouco com o ABC, achava que o sindicato daqui [de São Paulo] era uma bosta. O de lá [de São Bernardo] resolvia as paradas, ia pro pau e aqui não, nem via o sindicato aqui... Então o negócio, em 1979 teve a greve, aí apareceu o pessoal, foi onde eu comecei a conhecer o pessoal da Oposição. (Entrevista - Chico Gordo).

As greves operárias tornam-se tema central do debate nacional. O presidente de um dos principais sindicatos do país é requisitado para uma série de entrevistas em meios de comunicação de massa. Na grande São Paulo, região mais industrializada do país, havia dois sindicatos de grande expressão: o Sindicato Metalúrgico de São Paulo, que representava cerca de 400 mil operários em 1978 e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que, de acordo com Lula (entrevista ao Pasquim, 24 de março de 1978), nesse semestre contava com cerca de 120 mil operários, 80% deles trabalhavam em grandes empresas, sendo que 38 mil eram filiados ao Sindicato de São Bernardo. (LULA, 1981).

Joaquinzão e Lula são os presidentes dessas entidades. Joaquinzão está totalmente desgastado por causa de sua prática como interventor da ditadura e braço sindical do

patronato e dos militares. Além disso, a atuação da Oposição Sindical de São Paulo contribuirá em larga medida para desgastar sua imagem ao longo da década de 1970. Dessa forma, Joaquinção não pôde colocar-se à frente do operariado grevista.

Lula, por sua vez, embora herdeiro de Paulo Vidal, tem a vantagem de ser uma figura relativamente nova no movimento sindical. Não é visto como serviçal dos militares tal qual Joaquinção. Ainda, Lula apareceu nas campanhas de 1977 na luta pelos 34,1% e fala da possibilidade de greve. Aceita essa forma de luta como legítima e defende melhores salários para os operários das montadoras. É visto como uma liderança "despolitizada", sem ligações com tendências ou correntes políticas da esquerda operária.

Aquele ano de 1978 já trazia, desde seu início, aspectos de fortalecimento do movimento operário. Indicativo disso foi o Primeiro de Maio Unitário, realizado pelas oposições sindicais de São Paulo e Osasco. Os ativistas e militantes retomavam o ato público do Primeiro de Maio (suspensão desde o maio de 1968 na Praça da Sé). Este evento foi realizado no pátio de uma Igreja em Osasco. Segundo Abramo: "a comemoração do Primeiro de Maio realizada em Osasco, promovida por diversas oposições, dentre as quais se destacava a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, havia sido lançada a palavra de ordem 20% de aumento imediato, que agora era a bandeira principal dos grevistas". (ABRAMO, 1999, p. 223). De acordo com Batistoni, estavam presentes: bancários de SP; químicos de SP; gráficos de SP; papel e papelão de SP; construção civil de SP e Osasco; plásticos de SP; Movimento de Oposição Aberto dos Professores de SP; Movimento dos jornalistas de SP; trabalhadores da Sabesp; alguns setores da Pastoral Operária de SP e Osasco e várias comunidades e movimentos de bairros. (BATISTONI, 2001, p. 198).

No dia 10 de maio, 100 operários da estamperia da Ford paralisam o trabalho reivindicando 20% de reajuste salarial. (HUMPHREY, 1982). Em março de 1978, operários da Mercedes-Benz paralisam quatro setores da fábrica. O processo de greve desenvolvido durante o ano de 1978 portava *em si* uma série de elementos de revolta contra o patronato e a política salarial do governo. Esta revolta começou a explodir em ações espontâneas, que para nós eram na verdade manifestações latentes da *consciência de classe embrionária*. É no contexto de todas essas mobilizações que compreendemos a eclosão das greves de 1978. Como apontou Corrêa:

As greves de 1978, como as subsequentes, só foram possíveis porque no corpo da sociedade se acumularam forças de resistência ao regime militar fascista capaz de, no mínimo, neutralizar boa parte de seu poder de repressão. As greves, portanto, não

surgiram só porque os operários resolveram fazê-las. Elas não foram feitas fora da relação de forças democráticas na sociedade, e sim a partir dessa relação. (CORRÊA, 1980, pp. 104-105).

A definição da greve de 1978, a partir dos operários da Scania, nos parece importante porque torna possível pensá-la a partir de um processo de agudo desgaste da ditadura frente ao movimento operário e popular. O contexto de crise econômica, as primeiras ações massivas de protesto e, finalmente, a eclosão das greves operárias, marcarão o ponto alto do acúmulo de forças dos vários setores que convergem na luta anti-ditadura. Conforme analisou Ianni:

A greve dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Diadema - municípios situados em uma área de grande concentração industrial, na região da Grande São Paulo - marca um momento importante no desenvolvimento da luta pela democracia de base popular no Brasil. A força da greve e o vulto das suas repercussões políticas, em âmbito nacional e internacional, colocam outra vez a ditadura e o Estado burguês em questão. (IANNI, 1980, p. 81-82).

A Scania Vaabis do Brasil era uma montadora de ônibus e caminhões e, no momento da eclosão da greve de 1978, contava com cerca de 3.000 operários: "Produzia diariamente 60 veículos, e os salários eram ligeiramente mais altos que os pagos pelas empresas similares". (ABRAMO, 1999, p. 89). No ano anterior, em março de 1977 os operários dessa fábrica, pleiteando reajuste salarial, realizaram uma operação tartaruga que foi vitoriosa. (ABRAMO, 1999, p. 90). Além do reajuste, essa ação serviu para criar grupos organizados no interior da fábrica. Essa articulação interna, imersa no clima de efervescência política aqueles anos 1977-1978, é que possibilitaria chegar à paralisação. Antes da greve na Scania, também em 1978, na Mercedes, os operários da seção de transportes, ferramentaria e manutenção paralisam o trabalho no dia 30 de março, a empresa demite 17 operários. Essas mobilizações parciais criaram bases para novas paralisações em 1978 no ABC. Os operários da Ford também cruzam os braços:

No dia 3 de maio [de 1978], cerca de 100 operários da seção da estamperia da Ford paralisam o trabalho exigindo 15% de reajuste, além do índice oficial. No dia 10 de maio, nas várias fábricas metalúrgicas de São Bernardo, os trabalhadores começam a receber seus envelopes de pagamento com salários reajustados. A insatisfação cresceu. Dos 39% decretados pelo governo, haviam sido descontadas as antecipações conquistadas no ano anterior em virtude do Movimento de Reposição Salarial. No mesmo dia, 400 trabalhadores das seções de ferramentaria, inspeção e estamperia da Ford paralisaram suas atividades, reivindicando aumento imediato de 15% ou o não desconto das antecipações de 10% e 5% concedidas respectivamente em novembro de 1977 e fevereiro de 1978. (ABRAMO, 1999, pp. 204-205).

Segundo Abramo, a Scania e a Ford, além de serem fábricas menores que a Mercedes e a Volkswagen, eram também fábricas onde a repressão era menos violenta do que

nas duas últimas. No entanto, no que tange às exigências em relação às horas de trabalho e horas extras, ela não ficava atrás das outras fábricas. De acordo com Abramo: "A pressão das gerências pela prestação de horas extras era um dos problemas mais agudamente sentidos pelos trabalhadores (...) eram obrigados a fazer horas extras 'de janeiro a janeiro'. O horário normal de trabalho (7 às 17:30) frequentemente era prolongado até às 20 horas". (ABRAMO, 1999, p. 94).

### **A greve na Scania em 1978**

Falei: "É, os trabalhadores cismaram e pararam".  
(Gilson Menezes).

Gilson Menezes<sup>58</sup> foi o principal organizador da greve da Scania em 1978, tinha 29 anos naquela ocasião. De acordo com o seu relato, havia naquele ano: "um clima de efervescência" no ABC paulista. Gilson, era operário na empresa desde 1973, não militava em nenhuma corrente política organizada, mas ao longo daqueles anos tornou-se conhecido entre os operários dessa fábrica por seu ativismo. Naqueles anos de arrocho salarial, as pautas econômicas eram formas que unificavam o protesto operário. Conforme nos relatou:

Uma das maneiras de eu mobilizar os trabalhadores da Scania foi uma matéria que saiu em uma revista dizendo que a Scania teve um lucro extraordinário em 1977. Eu tirei cópia daquela matéria e apregoei nos banheiros para criar um clima dentro da fábrica. Aí eu chegava e, eu mesmo tinha colocado, afixado nos banheiros, mas eu mesmo chegava e falava: "Poxa, a Scania teve tanto lucro e não deu nenhum aumento para a gente". Aí foi criando um clima. (Entrevista - Gilson Menezes).

No final de 1977 chegava-se ao término do mandato da Diretoria do Sindicato de São Bernardo e abertura de novas eleições sindicais. Dos 24 diretores da última gestão (iniciada em 1975) 14 foram substituídos. Entre os novos diretores, Lula convidou Gilson Menezes para compor a nova Diretoria como diretor de base na Scania, atribuição que passou a exercer a partir de março de 1978. Os diretores de base eram operários que compunham a gestão mas continuavam trabalhando no chão de fábrica. Não eram liberados do trabalho na fábrica, por isso eram chamados de suplentes. A Diretoria efetiva era formada por 7 diretores, que eram liberados do trabalho na fábrica para dedicarem-se integralmente à rotina do Sindicato. Gilson foi convidado para ser um diretor suplente, ou diretor de base, isso porque exercia importante

---

<sup>58</sup> Gilson Luiz Correia de Menezes nasceu em Miguel Calmon, Bahia. Migrou para São Bernardo do Campo em 1960. Seu primeiro emprego foi em uma pequena fábrica de peças de bicicletas no ABC. Formou-se como ferramenteiro pelo SENAI. Ingressou na Scania em 1973. Integrou-se a diretoria do Sindicato de São Bernardo em 1978. Foi demitido pela empresa após a greve de 1980. Com a formação do PT, foi escolhido pela legenda para candidatar-se a prefeitura de Diadema, com isso tornou-se o primeiro prefeito eleito pelo PT.

liderança junto aos operários dentro da Scania, assim ajudaria a diminuir a deficiência que a Diretoria tinha em relação à sua relação com a base operária em São Bernardo. Conforme nos relatou:

Sim, era conhecidíssimo: primeiro, eu era representante dos trabalhadores no convênio médico que a Scania tinha. Os trabalhadores me elegeram como representante dos trabalhadores no convênio médico. Eu tive todos os... Faltaram 4 votos para eu ter todos os votos de quem votou naquele dia. Então eu me tornei muito conhecido dentro da fábrica. E, além disso, existia uma, alguma necessidade de mandar gente para o Sindicato para os advogados do Sindicato defenderem algumas coisas, alguns direitos que a Scania, as vezes, negava: "Ah, quem pediu para vocês virem?", "Ah, o Gilson mandou e tal". E além disso, outra coisa que eu fazia muito, associar ao Sindicato. A Scania era a fábrica que tinha maior número de associado em um sindicato no Brasil proporcionalmente. (...) 50%, que era considerado muito. Era considerado, 50% era... Porque na verdade, era no máximo 20% numa fábrica, como sócio do sindicato. A Scania tinha por volta de 50%. (Entrevista - Gilson Menezes).

No momento da greve da Scania, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo e Diadema havia acabado de ser empossada e contava com apenas 12 dias de mandato. Conforme nos relatou:

Aí quando foi 1978, nós tomamos posse dia 1º de maio, posse como diretor do Sindicato. Eu já participava lá dentro, de organização e tal. Quando foi dia 12 de maio nós paramos a Scania. Tinha 12 dias de diretor do Sindicato. Eu comecei a sentir na Scania que era possível fazer uma greve. Eu sentia que o clima era bom para isso. O clima estava em todo o ABC, viu. Um clima assim, de efervescência, de discussão etc. Aí eu tive a coragem de propor para alguns líderes de seção, dentro da Scania, fazer uma greve lá dentro. (Entrevista - Gilson Menezes).

De acordo com seu relato, em meio ao clima de efervescência, avaliando que era possível deflagrar uma greve na Scania, procurou os operários mais ativos de cada seção, discutindo a possibilidade de uma greve na empresa. A consulta às principais lideranças começou no início da semana, entre os dias 8 e 9 de maio. Nessas conversas, Gilson propunha realizar a paralisação para sexta-feira da mesma semana, no dia 12:

(...) o importante de tudo isso foi eu ter a visão de que era possível e eu chamei esses companheiros para a greve e falei: 'oh, eu acho que vamos, que podemos fazer uma greve aqui na Scania'. Aí: 'ah Gilson, será que vai dar? Você acha que o pessoal pára?'. Falei: "Eu acho que pára" (...). [foi no] boca a boca, escondido no banheiro, com muita dificuldade. Aí, eu me lembro que o pessoal falava para mim: "Oh Gilson, será que dá tempo para a gente...". Porque eu marquei a greve para o dia 12 de maio. E era mais ou menos dia 9 que eu comecei a falar da greve mesmo. Aí: "Pô, mas dá pra mobilizar esse pessoal em 3 dias Gilson?". "Dá!". E eu com aquela coragem, aquela vontade de liberdade... Eu fui muito afoito. E durante a minha vida, muita gente fala pra mim: "Você é uma pessoa muito afoita, você não tem muita paciência, não pode ser assim". Eu falo: "Olha, essa minha atitude, para algumas coisas é prejudicial, mas para outras coisas dá certo". (Entrevista - Gilson Menezes).

Gilson já trabalhava na empresa a 5 anos e conhecia bem a dinâmica operária no interior dessa fábrica. Os operários de cada seção discutiam a possibilidade do movimento. Dentro dos ônibus da empresa, que transportavam os operários, o assunto foi o mesmo: a paralisação. A Diretoria do Sindicato não partilhava da mesma perspectiva que Gilson, isso porque era uma Diretoria distante da dinâmica do chão de fábrica. Conforme relatou:

Eu me lembro que eu cheguei, dia 11, à noite no Sindicato e falei para a Diretoria do Sindicato. Falei: "A Scania vai parar amanhã". Eles não acreditaram. A verdade é a seguinte: eles não acreditaram. Eu cheguei no Lula: "Lula, a Scania vai parar amanhã". Ele estava abrindo as portas do armário dele, ele olhou para mim assim e continuou puxando a gaveta. Aí depois que aconteceu a greve, depois de passados alguns dias, o pessoal... Falaram, quando eu comuniquei que ia fazer a greve no outro dia, todo mundo falou: "Esse cara é louco! Esse cara é maluco! Esse cara é um louco falando. (Entrevista - Gilson Menezes).

No dia 12 de maio, os operários da Scania adentram seu local de trabalho, batem cartão, vestem seus uniformes, ocupam seus postos de trabalho frente às máquinas, mas não as colocam em funcionamento. Cruzam os braços frente àquelas. Conforme nos relatou Gilson:

Começou de manhã, 7h da manhã ninguém ligou as máquinas. Eu bolei, junto a cada liderança, que fosse até a ferramentaria, porque nós íamos começar o dia de braços cruzados. Todos os trabalhadores de dentro da ferramentaria começariam o dia já com os braços cruzados. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **Então partiu da ferramentaria, foi onde começou?**

Partiu. Aí, imediatamente as pessoas iam dizer: "Olha, a ferramentaria realmente está parada. Aí, ninguém foi ligando as máquinas... Porque dali dava sempre uns dois, três minutos para começar a ligar as máquinas, normal. Mas naquele dia ninguém, com raras exceções, alguma máquina foi ligada, uma ou outra, mas que logo foi desligada. As pessoas iam de uma seção pra outra de bicicleta e eu pedi para cada líder ficar com uma bicicleta para ir avisar rapidamente. E deu tudo certo... Tudo funcionou como se fosse um relógio. 7h da manhã ninguém ligou, pouca gente ligou as máquinas. Você não ouvia barulho. Aí a chefia falou: "Energia tem, não está faltando energia, o que que será que está acontecendo que ninguém ligou as máquinas?". Aí, as chefias, dentro das seções, olharam, todo mundo parado, aí vieram para cima de mim: "O que que está acontecendo?". (...). Eu era do Sindicato. Falei: "É, os trabalhadores cismaram e pararam". Aí me chamaram até a diretoria da empresa. A gerência. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **No mesmo dia?**

No mesmo dia. Tipo umas 8 e meia, 9h, o gerente chegou com barba por fazer aquele dia. Eu sei que o gerente, os diretores da empresa, porque eles vinham mais tarde, 9 e meia, 10h, aquele dia, às 8 e meia da manhã eles já estavam lá. Aí me chamaram lá.

## Na Scania mesmo?

É, dentro da Scania. No setor administrativo. Aí perguntaram para mim o que que estava acontecendo. Eu falei: "Olha, o pessoal, cismaram e pararam". Aí eles falaram: "Vamos fazer o seguinte, você pega um representante de cada seção porque nós vamos fazer uma reunião para discutir essa reivindicação de vocês. Eu falei: "Mas não tem líder. Não tem líder. Pode falar comigo, eu sou representante do Sindicato. Eu represento o Sindicato". Aí insistiram para que eu chamasse líder de cada seção, aí eu me neguei. Porque eles não tinham estabilidade nenhuma. Aí, quando foi 10:00h da manhã chegou o representante da, do DOPS, umas 10h da manhã e o representante da Secretaria do Trabalho de São Paulo, do Governo de São Paulo, Vinícius Torres, uma membro que representava o Vinícius Torres, que era o Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo e um membro do DOPS, os dois, coincidentemente tinham o nome de Guaraci. (Entrevista - Gilson Menezes).

Uma vez paralisada a empresa, um operário telefona para o Sindicato de São Bernardo para comunicar que acabaram de iniciar uma greve na empresa. Conforme nos relatou Gilson:

(...) Aí eles [da Diretoria efetiva do Sindicato] faziam reunião toda sexta feira, oito horas da manhã na sexta feira. Aí quando eu pedi para um companheiro, dentro da fábrica, pegar e ir no orelhão [telefone público] e comunicar a Diretoria que nós estávamos em greve, eu tinha o número do telefone da diretoria, aí um companheiro meu foi até o orelhão, foi telefonar como se fosse ligar para a família dele. Tinha um orelhão dentro da fábrica, no restaurante. Ele foi lá e comunicou: "Olha, o Gilson mandou avisar que a Scania está parada. Nós estamos parados. Nós estamos em greve aqui. Nós estamos em greve". Aí diz que foi aquele... Todo mundo jogou a blusa, era tempo de frio, jogou a blusa para cima, fizeram a maior festa. Aí me contaram depois que eles não acreditavam que a Scania ia para naquele dia: "pô, o cara chega do nada, dizer que vai ter a greve no outro dia, só pode ser um louco". Foi muito bonito, muito organizado. (Entrevista - Gilson Menezes).

O movimento preparado por militantes de base, lideranças das seções da fábrica, de boca em boca, surpreendeu o patronato, Estado, e também o próprio sindicato do ABC. Este foi pego de surpresa pela mobilização e pela paralisação. Conforme nos relatou Gilson:

E aí, eu sei o seguinte, que essa greve da Scania foi uma, algo que até hoje eu falo: "Mas será que eu fiz aquilo mesmo?". Porque foi tão surpreendente. Nós não tínhamos direito de greve. Não havia liberdade para se organizar. Fazer uma greve dentro da fábrica foi muita astúcia, coragem, que... Surpreendemos a chefia, a gerência da Scania, surpreendemos o sindicalismo, surpreendemos a empresa, a imprensa, a opinião pública. Foi uma surpresa geral. (Entrevista - Gilson Menezes).

A surpresa da Diretoria efetiva com a mobilização daqueles operários também foi registrada por Abramo: "A eclosão da greve causou um forte impacto na sociedade brasileira, surpreendendo a quase todos: governo, empresários, dirigentes sindicais e partidários, a opinião pública em geral e até mesmo seus próprios protagonistas". (ABRAMO, 1999, p. 31). De acordo com Antunes: "O próprio Sindicato (...) não houvera participado na preparação e

nem na deflagração do movimento da Scania, desconhecendo mesmo sua possibilidade iminente (...) as lideranças foram pegas de surpresa, quando avisadas da iminência da paralisação na Scania" (ANTUNES, 1988, p. 22). Conforme entrevista concedida por Lula:

Dias antes o Gilson [Menezes], numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio. Nós não acreditávamos e deu até dissidência na diretoria (...) nós não tínhamos nenhuma experiência de greve, nem eu nem na minha diretoria tínhamos feito greve na vida, quanto mais liderado uma, quer dizer, era um desafio. (LULA, 1982, p. 17).

Em meio à greve, a administração da empresa, acompanhada por representantes do Estado e do DOPS, retiram Gilson de dentro da fábrica para uma negociação, esperando que com pudesse facilitar a volta dos operários ao trabalho. De acordo com Gilson:

(...) E a Scania tirou a gente, me tirou lá de dentro. Quando eu saí, eu fiz uma reunião rápida com alguns líderes, companheiros nossos, falei: "Olha, a Scania vai forçar vocês a voltarem a trabalhar, mas não voltem a trabalhar. Eles vão inventar mentiras para vocês voltarem a trabalhar, mas se vocês voltarem a trabalhar eu estou ferrado. E foi o que fizeram mesmo. Enquanto eles ficavam conversando com a gente, "enchendo linguiça", "enchendo linguiça", eles começaram a forçar os trabalhadores dentro da empresa: "Ah, o Gilson está lá, negociando. Está tudo certo, vai dar certo. Voltem ao trabalho". E a turma, não voltou. Não voltaram ao trabalho... Já tinham orientação minha para não voltar ao trabalho. E terminou o dia e ninguém voltou ao trabalho. O pessoal da noite já, também não trabalharam. Tinha um turno de noite, mas era bem menos trabalhadores, e não ligaram as máquinas também. Já souberam, a repercussão na imprensa, e não trabalharam. E aí, na segunda-feira, nós continuamos em greve. (Entrevista - Gilson Menezes).

Os operários se auto-organizam e realizam assembleias dentro da fábrica. O que poderia ser uma paralisação de horas, como vinha ocorrendo durante toda a década de 1970, tornou-se, na prática, uma greve de quatro dias. Conforme relatou Gilson: "Na segunda-feira nós continuamos em greve. Na terça-feira de manhã, eles mandaram chamar o Lula na Scania". Segundo Abramo: "Na segunda-feira (15/5) foi realizada uma assembleia na fábrica, com a presença de Lula. Somente nesse momento as reivindicações foram formalizadas: 20% de aumento salarial imediato, equiparação salarial, não-desconto dos dias parados e não-punição dos grevistas". (ABRAMO 1990, p. 230). De acordo com Gilson...

### **Vocês pediram quantos por cento de reajuste?**

20% de aumento. Aí a Scania comunicou ao Lula que eles queriam uma assembleia dentro da fábrica na terça-feira de manhã. Aí o Lula foi dentro da Scania. (...) eles queriam que nós voltássemos a trabalhar, aí o Lula falou: "Não, só voltamos se vocês atenderem a nossa reivindicação". "Não, mas nós vamos atender, só que não 20% de uma vez, três parcelas, tal. Aí vocês levam essa decisão nossa de dar os 20% em três vezes. Aí vocês colocam para os trabalhadores, se eles aceitarem voltam a trabalhar". Aí o Lula foi de manhã cedo na Scania, colocamos a proposta da Scania

junto aos trabalhadores, eles aceitaram e voltamos a trabalhar. (Entrevista - Gilson Menezes).

Mediante o acordo firmado no dia 15, no dia seguinte à assembleia, 16 de maio, uma terça-feira, os operários voltam ao trabalho. Dão uma trégua a empresa para que responda positivamente às reivindicações até sexta-feira daquela semana, dia 19 de maio, caso contrário iniciariam outra paralisação. Os operários da Scania, assim como Lula, são enganados pela empresa que promete o reajuste mas não o cumpre. De acordo com entrevista concedida por Lula:

(...). Com três dias de greve, fui na Scania e praticamente fiz um acordo e saí de lá otimista, quer dizer, a Scania tinha aceitado quase tudo o que foi pedido, só faltou assinar o acordo na DRT. Houve uma assembleia dentro da fábrica com todos os trabalhadores que estavam parados, e eu expliquei o que faltava ser feito e pedi para o pessoal voltar a trabalhar. Acontece que, quando fomos na DRT, as indústrias automotivas tinham se reunido e não permitiram que o acordo fosse assinado". (LULA, 1982, p. 17).

Descontentes, os operários tentam nova paralisação na segunda-feira dia 22 de maio. No entanto, de acordo com entrevista concedida por Lula: "a empresa montou um esquema dentro da fábrica, para impedir nova paralisação, puseram um guarda em cada banheiro, madeiras dividindo as seções para não haver comunicação, deixando o pessoal impossibilitado de fazer uma nova greve". (LULA, 1982, p. 17). De acordo com o relato que nos concedeu Gilson:

### **Vocês voltaram a trabalhar na terça mesmo?**

Na terça mesmo. Trabalhamos terça e quarta, quando foi na quinta-feira, diante da pressão das outras empresas junto à direção da Scania, a Scania quis voltar atrás. Aí quis voltar atrás e os trabalhadores novamente pararam. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **Ah, aí parou de novo?**

(...) a Scania disse que diante da decisão da Anfavea, da representante patronal: "a Scania só dará aumento se todas as empresas der também". Aí os trabalhadores se revoltaram e novamente greve. Parou de novo. Aí foi aquela greve meio bagunçada mesmo. Meio na marra mesmo, e a chefia pressionando, isso e aquilo, quem é que estava se movimentando. Ameaçando todo mundo. Aí os trabalhadores paralisaram. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **Mas essa aí não foi senhor que preparou? Não foi o senhor que agitou?**

Não. Essa aí não. Eu estava lá dentro, mas foi a revolta mesmo, porque eles deram o reajuste e depois voltaram atrás. Aí a Ford parou. E a Ford segurou bem o movimento. (Entrevista - Gilson Menezes).

De acordo com Abramo: "Várias seções mantiveram-se paralisadas no começo do turno, recuando depois, devido à intensificação da pressão exercida pela empresa". (ABRAMO, 1999, p. 231). Desta vez a repressão fabril consegue impedir o avanço da mobilização.

A greve dos operários da Scania havia começado no dia 12 de maio, uma sexta feira. Três dias após o início dessa greve, na segunda feira, dia 15 de maio às 15h, os operários da Ford também deflagram greve. Essa greve deu mais força aos operários da Scania que se mantinham paralisados. Quando os operários da Scania encerram sua greve, os operários da Ford continuaram o movimento, de acordo com o relato de Gilson Menezes:

E a Ford como [a Scania] estava a uma semana parada, o acordo saiu diante do movimento que os companheiros da Ford fizeram. Os companheiros da Ford já tinham passado pela greve de 1968. Tinha uma experiência. Scania era uma molecada. Eu tinha 27 anos quando organizei a greve, eu era um moleque, era molecão. E muita gente que participou da greve da Scania era garotão de 25, muito difícil ter pessoa de 35 anos, a maioria dos trabalhadores era de 27, 28, 23. Era uma juventude muito grande na Scania. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **E essa greve na Ford, o senhor sabe alguma coisa sobre ela?**

O que eu sei é que houve paralisações né, lá dentro, e queira ou não queira, fica uma certa experiência. Era um pessoal que discutia mais, era um pessoal mais, com mais experiência, mais maduro, e a Scania não, a Scania era mais uma molecada. Era uma maneira de eu falar "molecada", porque realmente era uma juventude muito grande dentro da Scania. Então não se tinha, não se tinha passado por um movimento anterior. (Entrevista - Gilson Menezes).

### **Não tinha sido reprimido ainda?**

Não tinha sido reprimido. Não tinha levado uma chibatada ainda para ter músculo preparado...

### **Ao mesmo tempo que não tinha músculo, também não tinha medo...**

Não tinha medo. Também não tinha medo. Mas, queira ou não queira, as vezes a falta de experiência deixava o pessoal um pouco ainda desmobilizado, vamos dizer assim. Mas foi um pessoal muito bom, viu. Eu tenho um orgulho muito grande daquele movimento. Nós não tínhamos direito à greve e nem o direito de falar a palavra greve. A palavra. Tanto que, quando o Guaraci [do DOPS], quando falou assim: "Vocês estão em greve". Os trabalhadores: "Nós não estamos em greve não, nos estamos paralisados, é uma paralisação. Não é greve não. É paralisação". Os trabalhadores nem sabiam, eles tinham receio de falar a palavra greve. (Entrevista - Gilson Menezes).

Inspirados diretamente no exemplo dos operários da Scania, os operários da Ford, cerca de 12.000, também iniciam uma greve de braços cruzados no interior da fábrica. Conforme relato de Luis Venâncio Luz, operário daquela fábrica, mesmo antes da greve da

Scania, já havia mobilizações na Ford, onde se chegou inclusive a formação de comissões de fábrica para pressionar a empresa: "Quinze dias antes de estourar a greve na Scania já havia mobilização na Ford, com a formação de comissões, para exigir o não-desconto dos 15% de antecipação, concedidos em novembro do ano anterior". (VENÂNCIO LUZ, 1979, p. 19). Com a mobilização já em curso na fábrica, a greve dos operários da Scania dá novo impulso para os operários da Ford, conforme relato do operário Luis Venâncio Luz:

Quando a Scania parou na sexta-feira, a direção da Ford não tinha respondido às comissões. Então, na segunda-feira, depois do almoço, a usinagem parou porque já havia mobilização no setor. Nesta seção tem dois horários de almoço, 11 e 12 horas. O pessoal das 11, quando voltou do almoço, ficou parado. Lá tem uma média de 500 operários. A outra turma fez a mesma coisa, não ligou as máquinas, sendo acompanhada pela ferramentaria e pela estamparia. A adesão dos outros setores aconteceu rapidamente. O último setor a parar foi a montagem às 3 da tarde. (...). (VENÂNCIO LUZ, 1979, p. 19).

A greve da Ford foi um importante ponto de apoio que permitiu que a greve se espalhasse pelo ABC Paulista, uma vez que era uma fábrica com um contingente maior de operários e com maior experiência de lutas acumuladas nos últimos anos. De acordo com Abramo:

O início da greve na Ford foi outro momento chave. A Ford era uma empresa bem maior, com mais organização interna e experiências de luta mais significativas. Foram os trabalhadores dessa empresa que efetivamente conseguiram garantir a sustentação do movimento. (...). A adesão dos operários da Ford conferiu uma nova qualidade ao movimento, fazendo com que este começasse a ganhar impulso para se constituir em uma onda grevista. (...). (ABRAMO, 1999, 227).

Segundo a autora, que realizou entrevistas com os operários dessa fábrica em 1985: "Ao tentar explicar o processo que levou à eclosão da greve na Ford, mais uma vez quase todos os entrevistados fazem referência ao Movimento de reposição Salarial". (ABRAMO, 1999, p. 234). Ainda de acordo com a autora:

A paralisação começou logo depois do almoço, na usinagem. Voltando aos seus postos, os trabalhadores simplesmente não ligaram as máquinas. Até às 15 horas, toda a fábrica havia aderido à paralisação. Mais uma surpresa. O silêncio produzindo-se e impondo-se por sobre o barulho das máquinas. A potencialidade do movimento era maior do que se esperava. Não apenas para o dirigente sindical de base, mas também para o conjunto dos trabalhadores (...). (ABRAMO, 1999, p. 234).

Conforme nos relatou Betão, que era operário na Ford desde 1974 e que em 1978 participava da primeira greve em sua vida:

A Scania foi a primeira a parar, aí a Scania voltou a trabalhar, o Lula foi lá, a proposta passou. Na Ford a proposta não passou. Nós não deixamos a proposta passar. A gente queria manter a greve. (...). Nós (...) entramos de manhã e já entramos parando. E aí ninguém ligou nada. Foi uma vitória, sentir lá... Só quem estava ali é que sente... O peão com aquela coragem de não ligar a máquina (...). Todo mundo de braço cruzado. Aquilo é uma vitória enorme. E aí a Scania voltou a trabalhar, aceitou a proposta. Não sei se era 8%, quanto é que era, não lembro. Aí a Ford não aceita a proposta. [risos]. E a Scania já tinha voltado. Ai vai, e tal e tal, discute, a peãozada já estava mais... Porque a peãozada estava com aquela fome, sabe... Vontade de lutar mesmo, por causa do desrespeito que a empresa tinha com os funcionários, era uma loucura, uma falta de respeito muito grande, sabe... O peão as vezes ele estava mal, não pegava produção porque o chefe não dava, era mandado embora por causa de pouca coisa, sabe... Não era respeitado... Você era mandado embora... Qualquer coisinha você... Dava advertência... E era assim (...). Quando a gente pára a fábrica, que vem aquela coisa, puta merda, aí a Ford não voltava a trabalhar, aí, o que que o Lula fez... O Lula entrou dentro da Ford e fez uma assembleia por área, ele fez uma assembleia na estamparia, passou a proposta, estamparia e ferramentaria, foi para a funilaria e pintura e passou a proposta, aí a última assembleia que ele fez foi com a gente: Montagem de câmbio, motor e usinagem. Aí acabou com a greve. A gente não ficou muito contente não. (...) [risos]. Porque a greve estava gostosa, a peãozada ficava jogando dominó, conversando daqui, outro dali... E a pressão dos caras (...). (Entrevista - Betão).

### **E teve demissões em 1978 na Ford?**

Não, não. Eu lembro que eles tinham um RH [Recursos Humanos] da Ford lá, um advogado: "Se não voltar a trabalhar eu mando todo mundo embora! Vão ligar as máquinas!", ele ficava falando sozinho no corredor... E a peãozada todo mundo assim, olhando para a cara dele [e imitando ele]: "Liga as máquinas, eu tô mandando". Nossa, o peão, rapaz... É uma coisa assim que fala: "Caramba! Como é que pode né?". E aí, a gente pegou moral. Você termina com uma greve, o Lula fazendo assembleia, a gente votou. A Scania voltou antes da gente, eles tinham começado a greve, e nós bancamos a greve, puts, o peão se orgulhava disso né. E aí já tinha... O Sindicato já se manteve na porta da fábrica, já organizando para o ano seguinte. (...). (Entrevista - Betão).

No segundo dia, a greve foi considerada ilegal pelo TRT, ainda assim, os operários da Ford se recusaram a voltar ao trabalho, mantinham-se de braços cruzados dentro da fábrica. Seguiram paralisados até o quarto dia de greve: "Como os trabalhadores resistiam, conseguindo manter a fábrica totalmente paralisada, no quarto dia de greve (18/5), a empresa decidiu-se a falar com o sindicato. Foram realizadas duas reuniões, sem que se chegasse a qualquer acordo". (ABRAMO, 1999, p. 236). No dia seguinte, 19 de maio, "o sindicato consegue entrar na fábrica, realizando várias assembleias com trabalhadores. Somente então as reivindicações dos grevistas foram formalizadas". (IDEM). Por fim aprova-se a proposta da empresa de 15% de reajuste e os operários voltam a trabalhar no dia 22 de maio, depois de 8 dias de greve.

No dia 31 de maio, a empresa comunicou que só concederia 11% de aumento, argumentando que esse foi o índice acordado em Convenção Coletiva com o Sindicato de São

Bernardo no dia 30 de maio. De acordo com Abramo: "Em consequência disso, neste mesmo dia várias seções da empresa pararam por algumas horas em sinal de protesto". (ABRAMO, 1999, p. 238).

Depois do início da greve dos operários da Scania, uma greve parcial é decretada pelos operários na Mercedes. A paralisação inicia-se a meia noite do dia 15 de maio, no mesmo dia que foi deflagrada na Ford. Segundo Abramo, na Mercedes: "As primeiras seções a parar foram a ferramentaria e manutenção, a partir de uma operação tartaruga, que foi ficando cada vez mais lenta, até parar totalmente. Nessa noite, nenhuma outra seção aderiu. No dia seguinte, a greve alastrou-se, atingindo cerca de 8 mil trabalhadores". (ABRAMO, 1999, p. 240). A greve é mantida por dois dias, mas não conseguiu paralisar totalmente a fábrica. No dia 18 de maio o Sindicato de São Bernardo consegue aprovar uma proposta para encerrar a greve. No entanto não houve unanimidade: "A insatisfação foi grande em alguns setores, principalmente entre os ferramenteiros, que permaneceram paralisados durante mais três horas em sinal de protesto". (ABRAMO, p. 241).

As paralisações dos operários da Scania, Ford e Mercedes, influenciam diretamente os operários da Volkswagen, onde as paralisações ocorrem no dia 16 de maio. Conforme depoimento de um operário dessa fábrica: "Na quinta-feira começou a greve na Scania. Na segunda-feira o clima da nossa fábrica tava mudado. Na saída do trabalho, no ônibus, os ferramenteiros e o pessoal da usinagem só falava em greve e sindicato". (Apud, FREDERICO, 1979, p. 111). Embora os operários tivessem realizado outras paralisações nessa fábrica em 1973 e 1974, não se conseguiu evoluir para uma paralisação total em 1978. Essa era a maior fábrica do ABC, com cerca de 40 mil operários. Nela, não se passou o mesmo que na Scania e na Ford, onde se desligou uma máquina e toda a produção vai parando até confluir no completo silêncio. A paralisação iniciou-se na ferramentaria mas não se alastrou por toda a fábrica. Conforme relatou um operário da Volkswagen:

Numa assembleia sindical, feita durante a greve na Scania e Ford, o Lula disse que o pessoal da nossa fábrica era covarde. No dia seguinte, a turma parou. A greve foi na ala x, onde os ferramenteiros estão concentrados. A palavra do Lula e o desejo de solidariedade com outras fábricas que tavam paradas impulsionou os ferramenteiros. A greve veio de um dever de solidariedade. Os ferramenteiros fizeram a greve mas não incentivaram o resto da fábrica a parar. Eles paravam e ficaram sentados. Quando iam no banheiro, eles evitavam conversar com os peões. Mesmo entre eles não havia muita conversa porque os chefes tavam em cima. Quando a fábrica cortou as comunicações, eles ficaram totalmente isolados. (Apud FREDERICO, 1979, p. 111).

De acordo com material colhido pelo autor, o setor da ferramentaria era o setor mais combativo da fábrica, o Sindicato do ABC tinha uma política de manter relações com esse setor, convidava-os para reuniões no Sindicato, a ferramentaria era "a menina dos olhos do sindicato". No entanto, focando-se nessa seção, acabava por secundarizar o trabalho sindical naquela fábrica como um todo. Tal fator, somado ao grande contingente de operários daquela fábrica e a repressão intensa, impediu a paralisação total daquela fábrica. Conforme expressou um operário da Volkswagen:

1.º) Existe dentro do sindicato um vício e um hábito errado de estabelecer uma política sindical mais agressiva na VW junto aos ferramenteiros, que por sinal também há anos se mostra como sendo o setor mais combativo. Então se convoca reuniões em separado com os ferramenteiros (foi assim na luta dos 34,1%), coloca-se 2 delegados sindicais na ferramentaria, enfim se reforça a tendência de desligar politicamente a ferramentaria do resto da fábrica. Esta tendência já é estabelecida dentro da fábrica na forma de pensar de todos os trabalhadores dali (é urgente que se acabe com isso. 2.º) O tamanho da fábrica e a capacidade enorme de repressão que ela tem. Se tentou parar várias seções (funilaria, prensas, usinagem, montagem, fundição, etc) mas se fez sentir imediatamente o desespero dos camaradas e a repressão. (Idem, p. 123).

Segundo Frederico, em análise de relatos de operários que tentaram desencadear a greve na Volkswagen, entre os motivos da não deflagração de uma paralisação geral na fábrica, destaca-se que o Sindicato de São Bernardo não soube como ajudar na organização daquela greve, a fábrica era muito repressiva e parte dos operários tinham medo das consequências da greve. Um dos entrevistados relata: "O sindicato, se em vez de esfriador fosse mediador, as coisas teriam sido diferentes. Os quatro diretores sindicais da fábrica sumiram durante a greve. O pessoal perguntava: 'cadê o sindicato?'. O sindicato não fez a greve, agora eles pegam a coisa pra eles pra promoção do Lula". (Idem, p. 112). A débil atuação do sindicato naquela importante fábrica, somada ao medo da repressão latente em parte dos operários, redundou em limitações daquele movimento:

A Ford tinha parado, a Scania também. O pessoal da nossa fábrica queria colaborar com a greve e foi-se formando, na consciência de cada um, a vontade de parar. Não teve nenhum líder, não existia só falando. O pessoal se organizou melhor e foi parando os vários setores da ferramentaria. Então, a fábrica cortou todas as nossas comunicações. Quem tentasse se comunicar com outro setor era enquadrado como agitador. O pessoal aí se uniu de uma forma fenomenal. Todo mundo parou de trabalhar e ficou sentado. Não teve algazarra, não teve barulho. A chefia veio e nos forçou a trabalhar. Quem não tava trabalhando dentro do setor devia ir embora. Nós ficamos indecisos. Veio um chefe dialogar com a gente e disse: 'vão trabalhar, não queremos punir ninguém'. Ele usou muita malícia na conversa, mas o pessoal não ligou. Pedimos pra ele sair do local e fizemos uma reunião ali. Resolvemos ir embora com todas as outras alas. Fomos ao sindicato que era um lugar bom pra se reunir. Mas o sindicato não ajudou em nada. O sindicato pôs a gente em pânico:

pediu para gente voltar pra fábrica e não trabalhar. Enquanto isso eles iam negociar com a direção da fábrica. Quando voltamos tinha toda Segurança em cima. Mandaram trabalhar e prometeram uma resposta. Deram um aumento, mas bem abaixo do que queríamos. O pessoal aceitou, mas uma boa parte não está contente: nós estamos a fim de querer mais. Se houvesse um apoio do resto da fábrica, eles teriam cedido em bem menos tempo. A peãozada só não participou porque não tem cultura e tem medo. (Apud, FREDERICO, 1979, 110).

De acordo com Abramo: "A Volkswagen do Brasil era a principal filial estrangeira da poderosa multinacional alemã, perdendo em tamanho e quantidade de produção, apenas para a matriz. Apesar disso, os salários pagos aqui eram seis vezes inferiores aqueles recebidos na Alemanha". (ABRAMO, 1999, p. 93). O sistema repressivo nessa fábrica era o mais rígido da região, sendo que em 1978, a segurança interna dessa fábrica: "era formada por cerca de 400 homens, organizados em uma complexa hierarquia militar: sargento, tenente, coronel. Havia um circuito de TV controlando todos os departamentos e rua internas e um sistema de guardas de trânsito e semáforos". (ABRAMO, 1999, p. 109). Ainda assim, os operários da ferramentaria iniciam uma greve. Intentam fazê-la sem envolver outros operários da fábrica. Sendo que, a ferramentaria fica em greve durante 3 dias.

Outra greve é iniciada na Villares de São Bernardo. Conforme vimos anteriormente, os operários dessa fábrica haviam feito uma série de mobilizações ao longo da década de 1970. Em 1978 sua greve se estenderá durante uma semana. Nessas três fábricas; Scania, Ford e Villares, havia trabalho desenvolvido ao longo de anos. A Ford era uma das empresas com maior índice de sindicalização, cerca de 50% dos operários eram sindicalizados. (ABRAMO, 1999). Os trabalhadores tinham comissões internas clandestinas. Nenhuma dessas greves foi preparada pelo sindicato, pelo contrário, foram fruto de auto-organização desenvolvida ao longo da década de 1970. Conforme nos relatou Elias Stein, que ingressou na Villares em 1976 e participou das mobilizações de 1978 naquela empresa:

(...) o Anízio organizou uma greve no setor dele, não era na fábrica, só no setor de torno. Aí mandaram ele embora, a coisa morreu... Morreu não, ficou ali, por baixo, aí em 1978 ela estourou. Aí foi um dia... Pôxa vida cara, esse dia para mim foi tão... Tão especial, eu estava a noite, eu estava trabalhando a noite. A gente tinha ido no Sindicato um dia antes e conversado com o Djalma bom (...). "Se a gente parar lá, o que vocês vão fazer?" Ele falou: "Olha Elias, a gente vai lá para, sei lá, fazer um acordo, aquela coisa, mas a gente não pode ir lá na frente e parar a fábrica com autofalante, com o megafone. É vocês que têm que parar". Aí voltamos lá [na Villares], quando nós entramos às 6 horas, 5 e meia, uma parte já estava parada, sei lá quem parou. Aí quando nós entramos né, estava ouvindo o barulho de outras máquinas, aí apita para a saída deles, seis horas toca a sirene para ligar as máquinas. Ninguém ligou. Passou 5 minutos, 10 minutos, eu falei: "Algum filho da puta vai ligar e vai começar tudo". Não, não foi... Aí passou meia hora, 1 hora, foi a noite inteira. (Entrevista - Elias Stein).

## **E essa foi depois ou antes da Scania?**

Depois, a Scania foi dia 12, a nossa começou dia 18. Só que teve uma coisa diferente das outras: a maioria das greves durava um dia, a empresa chamava o Sindicato, ia lá, fazia um acordo e tal. A nossa durou uma semana. Aí ele [o Lula] foi lá fez aquela média dele, como a greve estava (...). A gente queria mais do que as montadoras, porque a gente dizia que o nosso trabalho era mais especializado, e realmente era. A Villares não tinha peão, se desse era 5%, que era os caras que levava material para as máquinas, que fazia o apoio e tal, mas 95% eram operários especializados... Então achavam que tinham direitos a mais que os outros tinham conseguido e tal, ficou aquele rolo... Até que o Lula foi lá, numa assembleia ao meio dia, foi convocada uma assembleia para o pessoal da manhã e da noite. Ah não, espera aí, a gente se reunia durante a greve, se reunia um grupo dentro da fábrica.

## **Era uma greve que todo mundo ia para a fábrica, só não ligava as máquinas?**

É, marcava o ponto, marcava o cartão direitinho, comia lá (...). Mas aí, os patrões falaram: "Pô, mas nós vamos ficar sustentando esses caras sem trabalhar". Aí chamaram o Lula, aí chamaram o Sindicato. Aí vai o Lula, aí o Lula no refeitório, o Lula sobe na mesa, junto com o Paulo Villares, o dono da Villares, aí eu falei: "Esse é o Lula" [risos]. Eu já estava convivendo com o Lula há 2 anos, 3 anos né, então eu já sabia um pouco, conhecia o irmão dele, o Frei Chico, que era muito mais politizado do que ele (...). Aí o Lula fala assim: "Gente, eu trabalhei nessa empresa aqui 10 anos, não sei o que... É a primeira vez que o doutor Paulo Villares desce para conversar com os trabalhadores". Como se fosse uma vitória fazer ele vim conversar com a gente. Ele nem conversou, o Paulo Villares só falou depois o seguinte: "Oh gente, a nossa proposta é 12%, acho que é. É a mesma das montadoras, da maioria das empresas que entraram em greve, e é o máximo que a gente pode dar". Aí o Lula veio de novo né, e falou: "Não gente, vocês fizeram uma greve maravilhosa, vocês tem uma garra que eu tenho orgulho de ter trabalhado nessa fábrica aqui, não sei o que... Vamos por em votação agora, quem tá de acordo? E aí o pessoal aprovou né... (Entrevista - Elias Stein).

A greve dos operários da Scania, seguida pelas greves da Ford, Volks, Mercedes e Villares, forneceram elementos de confiança para que trabalhadores e trabalhadoras de outras fábricas e locais de trabalho se mobilizassem e decretassem novas greves, piquetes e paralisações. De acordo com Humphrey, em São Bernardo 24 firmas foram paralisadas, outras 23 em Santo André. Sendo que, as greves não se restringiram ao setor metalúrgico: "Havia greves nas escolas, nos hospitais, bancos e outros serviços público, como se estivesse desabafando mais de dez anos de injustiças". (HUMPHREY, 1982, p. 171).

Ainda em 1978, operários da Pirelli, em Santo André também paralisam o trabalho. Aos poucos, amplos contingentes de operárias e operários aderem à paralisação. Aquelas mobilizações de 1978 terão como tônica o envolvimento de amplos setores operários que não tinham tradição militante. Também na Pirelli, nada foi comunicado ao Sindicato. Os operários por si mesmo decidem parar a produção. Conforme relatou Euzébio Silva, operário dessa fábrica e que era representante sindical: "Até que eu chego um dia na fábrica e um

companheiro me conta que eles estavam parando". Ainda, de acordo com seu relato, o "clima" de descontentamento era crescente e foi insuflado ainda mais pela greve na Scania:

O clima estava fervendo. O nível de consciência do trabalhador da Pirelli crescia dia a dia após a paralisação da Scania. (...) O crescimento do movimento... Foi bonito, a gente via as coisas ferverem. (...) quando ocorreu a paralisação, ela surpreendeu muita gente dentro da fábrica. E muitos companheiros surpreenderam a gente. Eram companheiros que jamais iam ao Sindicato, que não participavam de nada, mas que na hora do grito foi importante. As prensas que a chefia deu na gente não foram poucas. Muitos operários novos, que ainda estavam em experiência, foram encostados na parede pelos chefes, que tentavam fazer eles se voltarem contra mim, que era o representante deles no Sindicato. (Euzébio Silva, 1979, p. 12).

Na fábrica Constanta, onde trabalhavam cerca de 1.500 operários, também é realizada uma paralisação. Segundo relato de trabalhadores daquela fábrica, nela já "existia condições de parar há muito tempo entre o pessoal especializado, porque todo mundo estava insatisfeito com o salários". (Etevaldo Santiago de Araujo e Lea Aparecida de Oliveira, 1979, p. 15).

Também na General Eletric os operários, inspirando-se na greve dos trabalhadores da Scania, decidem paralisar a produção. Assim como todas as greves de 1978, a greve da General Eletric se dá por fora de qualquer intervenção do sindicato, conforme relatou João Rodrigues de Souza, operário daquela fábrica e representante do sindicato metalúrgico de Santo André: "(...) Um dia, juntaram as 12 seções e vieram todos na minha máquina falar que queriam parar: - Seu João, num dá mais! Nós vamos parar - disseram eles". (João Rodrigues de Sousa, 1979, p. 21).

Para conter as greves, o sindicato patronal (Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos - SINFAVEA), chega a um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. No dia 30 de maio, o Sindicato de São Bernardo assina um acordo coletivo que assegura 11% de aumento e 13% de antecipação, esse acordo foi estendido a outros operários do setor metalúrgico, com isso tem-se uma amortização do ciclo grevista no ABC. O acordo estabelecia que os 11% de aumento seria dividido em duas parcelas: uma primeira em junho (5,5%) e a segunda em outubro (5,5%). Também a antecipação salarial de 13,5% seria dividida em três parcelas: agosto (4,5%), dezembro (4,5%) e fevereiro (4,5%). (ABRAMO, 1999, p. 212; ANTUNES, 1988, p. 26). Além de ser pago em parcelas, tratava-se de um reajuste abaixo do que o operariado pleiteava que era de 20%, e isso causou descontentamentos nas bases operárias e a eclosão de novas greves. Humphrey aponta que: "Quando os operários saíram em greve para um novo aumento, o sindicato deixou claro que a

fixação tinha sido assinada e que eles deveriam voltar ao trabalho". (HUMPHREY, 1982, p. 176). No entanto, em 1979 o patronato tentará descontar esses 11% de reajuste conquistado.

### **O ascenso operário de 1978 em São Paulo: o desenvolver da maré montante**

As greves migram da região do ABC incentivando novas greves na capital paulista. De acordo com dados de Abramo:

Já em São Paulo, a greve, que começou duas semanas após seu início em São Bernardo, irá se estender por mais de dois meses (nove semanas). Além de mais prolongado, o ciclo nessa cidade atingirá um número bastante superior de empresas (77, ou seja, quase o dobro de São Bernardo), ainda que de menor porte (com, em média, 726 trabalhadores por fábrica). O número de grevistas na cidade (55.905) será levemente inferior ao de São Bernardo, representando, no entanto, uma porcentagem bem menor do total da categoria nessa cidade (cerca de 16%). (ABRAMO, 1999, p. 212).

Essa onda grevista que chega em São Paulo no mês de junho, espalhando-se por 77 fábricas e ainda culminará em uma greve geral metalúrgica nessa cidade no dia 27 de outubro de 1978. As paralisações eram o ponto de partida para desencadear processos de discussão e negociação. Assim as negociações com o patronato começavam com as máquinas paradas.

As greves generalizam-se no Estado de São Paulo e para outros Estados, teríamos uma longa série de greves que ficariam conhecidas como “greve dos braços cruzados e máquinas paradas”. Humphrey registra que: "Nos primeiros quatro meses do movimento grevista, avalia-se que 280.000 operários, em mais de 250 firmas, pararam de trabalhar, e que o número de operários direta ou indiretamente afetados pelos acordos salariais resultantes dessas greves excedeu um milhão". (HUMPHREY, 1982, p. 171). Conforme registrou Vito Gianotti:

De maio a junho a onda grevista estendeu-se por todo o Estado de São Paulo. Essas greves eram lideradas, nas fábricas, por militantes organizados em grupos clandestinos. Os trabalhadores entravam nas fábricas, como se fossem trabalhar, mas ficavam perto das máquinas com os braços cruzados [...] Eram greves isoladas, fábrica por fábrica, de curta duração, ou de no máximo, uma semana. As reivindicações começavam pela reposição salarial e se estendiam para outras condições de trabalho, como a legalização das comissões de fábricas e melhores condições de trabalho. [...] Em setembro de 1978, na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE) ocorre a primeira greve de cortadores de cana, desde o golpe de 1964. (...). Calcula-se que o número de grevistas no Brasil, durante todo o ano de 1978, tenha chegado a um milhão. A maioria dessas greves foi de metalúrgicos e o eixo central era São Bernardo do Campo e a cidade de São Paulo. (2007, p. 222).

Em São Paulo e Osasco as lutas de 1978 assumiram especificidades, principalmente por conta das comissões e grupos de fábricas clandestinos. Conforme análise de Hélio Bombardi:

(...) em São Paulo e Osasco eu acho que a coisa aconteceu de uma forma diferente. Aqui em São Paulo as oposições foram para as portas de fábrica e se organizaram dentro das fábricas com as condições dadas. As condições dadas são as seguintes: a classe realmente estava a fim de parar, estavam todos dispostos a lutar por um aumento geral e já existia um trabalho anterior. Em São Paulo pode-se dizer que houve uma grande articulação e discussão de uma fábrica com outra, seja no sindicato seja nas reuniões da oposição, com um passando a experiência para outro e mostrando de que maneira a experiência numa fábrica pode ser aproveitada em outra. É isso que dá a tônica diferente em São Paulo. Aqui saíram em várias fábricas comissões reconhecidas pela direção da empresa, comissões legais com estabilidade e até comissões que as empresas não reconhecem. Então a experiência aqui não se encerrou numa luta econômica de um determinado momento. Ela inclusive está avançando em outras questões, como a questão da perseguição dentro da fábrica, a questão de restaurante, de convênios médicos, quer dizer, a luta está procurando englobar tudo ou pelo menos grande parte daquilo que diz respeito à vida do operário dentro da fábrica. (Entrevista - Hélio Bombardi. In: REVISTA CARA A CARA, 1978, p. 14).

Em São Paulo a primeira greve foi a dos operários da Toshiba, a fábrica contava com cerca de 600 operários, que iniciam a greve no dia 26 de maio de 1978. Foi também uma "greve de braços cruzados". Na pauta constava 21% de aumento, melhora da alimentação, segurança e higiene no trabalho e convênio médico. A Chapa 3, da Oposição Sindical Metalúrgica, estava em campanha e ajudou no apoio às greves que estavam sendo desencadeadas no ABC paulista e região. O candidato à presidência do Sindicato de São Paulo pela Chapa 3, Anízio Batista, trabalhava na Toshiba em 1978. Conforme relatou Anízio Batista:

(...) nós fizemos uma greve na Toshiba, aí eu fui escolhido na Toshiba para compor a chapa, depois, na assembléia geral é que me escolheriam para ser o presidente da chapa e o Santo Dias vice-presidente, por exemplo na época (...). Então, a greve do ABC deu um potencial, por exemplo, para deslanchar também São Paulo. Aí, um dia eu cheguei numa reunião da Oposição, depois que as eleições todas tinham passado, a coisa aí... Aí eu falei para a coordenação: 'Essa semana eu paro a Toshiba!'. o pessoal se assustou né: 'Vai parar como?'. 'Não, nós vamos para a Toshiba'. Aí ninguém acreditava né, aí nós paramos a Toshiba uma semana. (...). Mas 1978 por exemplo, a greve da Toshiba, nós não aceitamos que o Sindicato [Metalúrgico de São Paulo] negociasse com a empresa (...) foi junho de 1978, porque tinha pipocado em maio no ABC, mais ou menos por aí, maio por aí... em junho pipocou aqui em São Paulo, aí pipocou São Paulo inteira. (...). E aí pipocou, não só em julho, né, aí as greves nossa duraram muito tempo, porque todos os locais que nós tínhamos as comissões de fábrica por exemplo, foi feito greve né... Todas, Massey Ferguson, que era grande, tinha um cara na chapa, que era o Hélio Bombardi (...). (Entrevista - Anízio Batista).

Conforme relato um operário da Toshiba, publicado na revista História Imediata:

Desde o começo da greve no ABC a gente começou a ver a possibilidade de tirar uma paralisação aqui na Toshiba. Uma coisa que ajudou muito foi que era época da campanha eleitoral no sindicato e a Chapa 3 tinha boletins sobre a greve e distribuía esse material. A gente começou a discutir com uma comissão que se reunia fora da empresa e já tinha decidido sair com a proposta de aumento de 21%. (In: História imediata, 1979, p. 37).

No dia seguinte à paralisação da Toshiba. Ainda em São Paulo, operárias e operários da Kibon também decidiram pela paralisação da fábrica. Assim, 2.000 operárias e operários cruzaram os braços, conforme relatou o trabalhador Francisco José Rebouças:

A greve começou na quarta feira seguinte ao nosso acordo coletivo, feito no dia 17 de julho e onde nós conseguimos um aumento de apenas 17%. A paralisação começou numa linha de produção, num setor de mulheres. Elas pararam, dizendo que queriam aumento. Depois é que decidiram que deveria ser de 30%. (Entrevista - Francisco José Rebouças. In: História imediata, 1979, p. 40).

No dia 4 de julho de 1978, houve greve na Quimasa, Mead Johnson e Laborterápica Bristol, todas do mesmo grupo norte-americano Bristol e Mayer, onde trabalhavam cerca de 400 mulheres e 400 homens. Outra greve paralisou a Siemens, que contava com cerca de 3.500 operários. Também os 600 operários da Radiofrigor, a partir de uma comissão de fábrica, paralisam a produção. (História Imediata, pp. 41-46).

Na Massey Ferguson, em 1978, 1.200 operários paralisam a produção durante 9 dias e negociam formando uma comissão com 35 membros a partir de seções da fábrica. Na Carterpillar forma-se uma comissão com 40 operários de todas as seções da fábrica, na Philco os operários cruzam os braços no dia 23 de julho, intensificam os trabalhos dos grupos de fábrica. Na Siemens os 3.500 trabalhadores em greve formam uma comissão com 30 membros. Os 2.200 operários da MWM também paralisam e criam comissões. Nessa fábrica havia trabalho antigo de organizações política que atuavam na clandestinidade: 'O Trabalho', POR, Pastoral Operária e ALN. (SOUZA, 2005). As comissões da Villares, Barbará, Jurubatuba, Filtros Mann, Gutman, General Elétric são expressões deste inverno quente. Também essas comissões não eram homogêneas ideologicamente, todos dos partidos, tendências e correntes políticas procuram influenciá-las. Isso porque as comissões de fábrica, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAS, bem como os cargos de delegados sindicais, são posições políticas importantes para as correntes que atuam no meio sindical e operário, podem funcionar como tática de construção das tendências e correntes, como órgão de agregação operária no chão de fábrica e mesmo como uma tribuna operária.

As comissões e grupos de fábrica ganham ainda mais importância naquele 1978, momento em que amplas camadas do operariado se mostram dispostas à luta. Os setores nucleados na Oposição Sindical Metalúrgica são alçados à crista daquela onda grevista. Conforme relata Anízio Batista, que foi um dos organizadores da primeira greve daquele ano em São Paulo, na Toshiba:

(...) E aí pipocou, não só em julho, né, aí as greves nossa duraram muito tempo, porque todos os locais que nós tínhamos as comissões de fábrica, por exemplo, foi feito greve né... Todas, Massey Ferguson, que era grande, tinha um cara na chapa, que era o Hélio Bombardi, não sei se você entrevistou ele... O Hélio Bombardi também seria bom você entrevistar, por exemplo... Então eu fui fazer reuniões, por exemplo, várias empresas, por exemplo, para colocar a experiência da Toshiba, né, e como o pessoal tinha que fazer as coisas aí... Massey Ferguson foi uma delas que a gente foi. Depois, tinha a Philco, aqui na zona leste, tinha... Um monte de empresa... Aí pipocou fábrica pequena, o pessoal parava a fábrica e, por exemplo, e vinha para o sindicato, não tinha nem coordenação, não tinha nem comissão na verdade... Talvez como agora, que está acontecendo agora [maio de 2014], a greve dos transportes aí... Fizeram um acordo com os patrões e a oposição não concordou e continua a greve na verdade, entendeu. Talvez era um pouco parecido daquele tempo lá, entendeu... O sindicato não tinha uma expressão, quem tinha expressão era a Oposição sindical dos metalúrgicos, né, tinha enraizado em todas as empresas quase, um pouco o que aconteceu agora com o transportes [risos], o sindicato do transporte, e que agora foi no Rio de Janeiro agora também, que eu estava vendo uma reportagem agora, que é a greve do transportes também no Rio, e lá na Bahia agora também. (...). (Entrevista - Anízio Batista).

Na Philco, no dia 25 de junho, 8 mil operárias e operários, com pautas específicas, deflagram greve. Conforme nos relatou Sofia, que era operária na Philco e uma das organizadoras daquela greve:

(...) A Philco é uma fábrica com, em torno de 8.000 funcionários na época, 80% mulheres. É uma fábrica de referência na Leste porque é a maior, fabricava televisores, rádios. E nessa fábrica havia muitos militantes atuantes, mas na surdina, não era declarado, clandestino... E a gente se encontrava. Nos encontrávamos uma vez por semana para discutir os problemas da fábrica (...). Éramos um grupo de fábrica da Philco. (Entrevista - Sofia)

Nessa fábrica a greve de braços cruzados estendeu-se durante 4 dias. A realização dessa greve foi precedida por um longo processo de organização interna. Conforme nos relatou Maria José, que era operária na Philco e participou daquele processo, as operárias formavam comissões clandestinas durante toda a década de 1970:

### **E em 1973, 1974, 1975, tinha alguma organização sindical dentro da Philco?**

Maria José: Tinha grupos de trabalhadores...

### **Clandestino?**

Clandestino... Nós formávamos os grupos né, a partir das conversas... Convidava para se reunir... Para discutir. Isso, pegando o que, a gente pegava muito... A gente criava muita coisa, eram passeios, você não tinha liberdade de reunião na época, era repressão ferrada. Então a gente fazia piquenique na Philco, a gente fazia muito piquenique. (...) Fazia piquenique com as pessoas da empresa. (Entrevista - Maria José).

### **Vocês escolhiam um lugar, tipo o Parque do Ibirapuera e iam...**

Isso, isso. Aí passava o dia junto, ali saía, fluía muita coisa. O que que a gente fazia muito na época (...) Porque a gente achava mais fácil... A gente ia para os bairros e a forma, o caminho que a gente achava, por causa da ditadura, era para juntar os trabalhadores para já ir discutindo a nossa realidade, era através da convivência e a convivência só podia ser disfarçada, através de passeios (...). Eu fiz muito piquenique com o pessoal da Philco né... (Entrevista - Maria José).

### **Nesses piqueniques reuniam quantas pessoas?**

Ah, era umas 20 pessoas, por aí.

Nessa fábrica, de acordo com o relato das operárias entrevistadas, o ritmo de trabalho era intenso, condições de trabalho precárias, repressão da chefia e baixos salários combinavam-se. Assim, as operárias se reuniam para discutir ações de organização e resistência. Conforme nos relatou Sofia, operária dessa fábrica até as greves de 1978:

Você colocava na plaquinha de rádio 14 peças, ali, por fração de segundo... Você tinha que colocar na peça, que nem Charles Chaplin, exatamente aquilo e quando dava umas 3 horas da tarde às vezes aumentava a velocidade da linha para você ficar desperta, para você acordar, e não tinha espaço para você ir ao banheiro, tinha que vir uma [operária] reserva, então era extremamente controlado. Ou você colocando ponto de solda nos componentes da placa ou você colocando as pecinhas... A Maria José trabalhava na estampanaria, na prensa, e então a gente se reunia, esse grupo de fábrica para buscar solução e para buscar aglutinar os trabalhadores para participar da luta de classe e participar da, via Oposição sindical, participar do Sindicato com objetivo de combater a estrutura sindical e a derrubada do pelego que era um entrave para a organização dos trabalhadores. (Entrevista - Sofia).

A greve foi organizada a partir dos grupos de fábrica, comissões clandestinas, a partir de lideranças que: "estavam espalhadas em vários pontos da fábrica, em várias seções da fábrica". (Entrevista - Sofia). Conforme relatou Maria José:

E a nossa organização e os nossos grupos de fábrica, o que fazia? Cada trabalhador levava a sua realidade na seção no seu dia a dia. Nós fazíamos... Eram elaborados panfletos que chamava na época (...). Específico do problema. E outros trabalhadores de outras fábricas iam lá e panfletavam aquele problema. Aí o trabalhador via... O trabalhador via aquele panfleto e aquele problema e se identificava: "Nossa, igualzinho (...). Quem será?". Aí ficava aquela interrogação... (Entrevista - Maria José).

De acordo com Sofia: "E a partir desses panfletos nós discutíamos dentro da fábrica. A gente fomentava a discussão, a gente provocava a discussão dentro da fábrica a partir desses panfletos". (Entrevista - Sofia). A organização que se desenvolvia durante a década de 1970 no interior da Philco foi ainda mais estimulada com as greves deflagradas a partir de maio de 1978, conforme relatam Maria José e Sofia:

Maria José: (...) Foi onde estourou a Scania em 1978, aí foi estourando Toshiba, várias... Aí quando foi em junho a gente teve condição de combinar uma greve. Ai nas comissões... E organizar a greve...

Sofia: mas porque já existia o grupo de fábrica... Porque já tinha um grupo de fábrica discutindo os problemas.

Maria José: já tinha uma base...

Sofia: já tinha um grupo de fábrica discutindo os problemas.

### **Então não se pode dizer que foi assim, que tirou do nada a greve?**

Sofia: Não! Para você parar uma fábrica de 8.000 funcionários...

Maria José: A maioria mulheres... Casadas...

Sofia: Vários horários. Tinha horário de turno, horário de 17:05, horário noturno...

Organizar uma fábrica de 8.000 funcionários em vários prédios, em plena ditadura militar, precisa ter um trabalho de base consistente, senão não conseguiria. E com fundamentos, você fundamentando o trabalhador adere, o trabalhador não é levado a fazer por fazer, ele faz porque ele tem confiança e sabe porque que está parando...

Maria José: Sente na pele...

Sofia: É muito emocionante parar uma fábrica. Uma greve é uma emoção muito grande porque você tem o chefe, o subchefe, o chefinho, você tem um monte...

Maria José: Tem segurança...

Sofia: Tem segurança... Um monte de gente em cima de você, observando você, dedo duro observando...

Maria José: E os infiltrados né Sofia, que é sempre...

Sofia: Aí é muito chefe em cima de você, é uma hierarquia na fábrica, muito grande, para reprimir mesmo. Então você romper... Na greve você rompe com toda essa estrutura, é muito emocionante. É muito (...). Precisa ter coragem. Coragem porque se não você não pára a máquina. Você tem que ter muita coragem, mais consciência política...

### **Não teve piquete?**

Sofia: Não, essa foi de ocupação. Em junho de 1978 foi ocupação.

Maria José: Por exemplo, a militância que entrava às 6 da manhã já combinava não ligar as máquinas. Aí quem, por exemplo, eu trabalhava das 2 às 10, a Sofia eu não sei, eu entrava às 2 horas...

Sofia: Eu entrava às 7.

Maria José: Aí quando a gente chegava já tinha notícias. A *Rádio peão* funcionava: "Oh, o pessoal da manhã não trabalhou gente!". Tal e tal... Eu me lembro quando veio...

Sofia: Porque a nossa turma acho que foi 9 horas, foi marcado... 9 horas pára as máquinas...

Maria José: Quando nós chegamos às 2 horas já estava parado. Aí é fácil né...

### **Já tinha começado o movimento...**

Maria José: Aí começa a pressão. A chefia vem, vem gerente, vem tudo em cima. Eu me lembro que as minhas pernas batiam uma na outra. Tremia, tremia, tremia e segurando (...). E eles sabiam muito bem, eles tinham o mapeamento das lideranças.

Sofia: O mapeamento todo. A gente não sabia, mas eles sabiam. Nós não sabíamos que eles sabiam do mapa das lideranças...

Maria José: Aí eles chegavam em cima da gente né: "Mas é o pessoal, nós chegamos aqui já estava parado... Né, então não vamos trabalhar (...)". E todos nós tínhamos a pauta de reivindicação nas mãos. Todos os trabalhadores tinham acesso àquilo, já tinha sido feito. Aí: "A nossa reivindicação é isso, isso e isso". Nós ficamos 4 dias dentro da Philco sem trabalhar e comendo. Aí, o último dia, não sei se foi na Philco ou foi na Bosch, que eles cortaram a comida. Acho que foi na Bosch... [risos]. E comendo, almoçando e voltando para o pátio.

### **Alguém trazia o almoço?**

Maria José: Não, ia para o restaurante [da fábrica].

### **Vocês tomaram o restaurante e começaram a cozinhar?**

Maria José: Não. Nós trabalhadores dizíamos assim: "O pessoal da cozinha tem que garantir a nossa alimentação". Eles trabalhavam, mas claro que era trabalhar para alimentar a greve.

Uma vez decretada a greve de braços cruzados, as operárias continuavam a se reunir dentro e fora da fábrica para decidir os rumos daquele movimento, realizaram assembleias no refeitório para discutir suas pautas, criaram uma comissão com 90 pessoas para negociar as reivindicações. Chegaram a realizar assembleia com a presença de 6 mil mulheres. O Sindicato Metalúrgico de São Paulo tentou desmobilizar a greve mas falhou.

A Diretoria do Sindicato, presidida por Joaquinção pelego, compareceu às reuniões de negociação. Mas as operárias e operários daquela fábrica não confiavam nesse dirigente e na sua gestão: "nenhum de nós havia chamado [o sindicato] porque não confiávamos neles. Mas a empresa sim, confiava". (In: História imediata, p. 66). Joaquinção tenta dissuadir a comissão eleita pelos trabalhadores e trabalhadoras a abandonar a reunião e deixar a negociação por sua conta. Sua posição é que as operárias e operários deveriam baixar o índice de reajuste reivindicado porque tinha-se que "pensar nas condições da empresa". Porém, os grevistas não aceitam suas orientações:

(...) O Joaquim pediu que eles do Sindicato levassem adiante as negociações. Nós não aceitamos, alegando que, para manter a coesão, todos nós da comissão que tínhamos sido eleitos deveríamos ficar para seguir o debate. Mas ele argumentou que queria ficar. Nós concordamos, contanto que se submetesse às condições impostas pela comissão. Nessa hora, ele propôs que a gente baixasse, porque nós deveríamos pensar nas condições da empresa. E que 25% era muito. Ele insistia que a gente deveria aceitar os índices impostos pela Philco, que aliás seriam concedidos em três vezes. (In: HISTÓRIA IMEDIATA, 1979, p. 66).

No dia 28 de junho a empresa faz uma contraproposta, ao invés de atender a reivindicação de 25%, propôs-se 13% em três parcelas, essa proposta também foi recusada pelas operárias. Por fim na última reunião, realizada no dia 29 de junho, chegou-se ao reajuste de 15% pagos de uma só vez. Assim terminou a greve<sup>59</sup>, sendo que, como represaria, a empresa demitiu as principais lideranças, dentre elas Sofia e Maria José:

Depois da greve quase todas as lideranças foram demitidas. Inclusive nós fomos detidas, porque, eram duas mulheres, eu e a Maria José e o Joãozinho e o Juscelino. Nós fomos detidos na porta da fábrica, nos colocaram no camburão para constrangimento geral, porque... Nós éramos da Philco e a gente tinha sido demitida. Estava panfletando, estava informando os trabalhadores e nos colocaram no camburão e passamos um dia no DOPS. (Entrevista - Sofia).

Na fábrica da Souza Cruz, outras 1.400 operárias e operários deflagram greve. A onda grevista chega a Osasco, no dia 1º de junho, 3 mil operários da Brown Boveri paralisam a produção, conforme relata José Pedro<sup>60</sup>, operário daquela fábrica naquela ocasião:

A discussão da possibilidade de surgimento de uma greve na Brown Boveri começou quando a Scania paralisou em São Bernardo. Foi um tal de pegar recortes de jornais e rodar pela empresa. Uma forma de propaganda do movimento. Todo mundo perguntava: - Tem greve no ABC? E nós? Foi uma espécie de adesão à distância ao movimento. (...). (José Pedro, *História imediata*, 1979, p. 49).

Em Itu, 1600 operários ceramistas deflagram uma greve que se estende por 17 dias. A conjuntura de mobilização proletária, somada aos descontentamentos deste operariado serviu como base de insatisfação, rebelião e organização da classe operária brasileira.

Cabe registrar que em meio às mobilizações de 1978 em São Paulo, o operário Nelson Pereira de Jesus, operário da Metalúrgica Alfa que fabricava fogões, foi assassinado dentro da empresa por discutir pagamento. Este operário foi baleado pelas costas pelo advogado da empresa Cássio Escatena, que era membro do Comando de Caça aos Comunistas e possuía "vasto histórico de violência". O fato gerou indignação entre os operários da fábrica, que, como forma de protesto decretaram uma greve. (IIEP, 2014, p. 146).

A onda grevista de 1978 desenvolveu-se como momento de enfrentamento do operariado com a política ditatorial que os tinha lesado em 34,1%. As mobilizações, partindo de um ponto de unificação econômico, puderam dar uma resposta ao regime a partir do chão

<sup>59</sup> Outro relato dessa greve está na *Revista História Imediata*, 1979, publicada pelo grupo Oboré.

<sup>60</sup> José Pedro da Silva nasceu na cidade Conceição do Mato dentro, próximo a Pirapora no Estado de Minas Gerais. A família era trabalhadora rural. Migrou para São Paulo em outubro de 1961, empregou-se na Samba. As condições de trabalho nessa fábrica eram precárias, "ventilação ruim, muita fumaça, sem refeitório, restaurante". Em dezembro de 1964 ingressou na Cobrasma onde trabalhou até abril de 1967. Passou a organizar-se com a Ação Popular (AP) em 1969. Em 1970 ingressa na Brown Boveri. Nesse mesmo ano conheceu Toninho (3/8) e formam um grupo de fábrica clandestino que atua na greve na empresa em 1978. Relatou sobre esse processo em um texto de sua autoria na revista *História Imediata*, nº II, 1979.

de fábricas, desligando as máquinas e se negando a produzir. As experiências de lutas sindicais, políticas e enfrentamentos decorridos nos anos anteriores acabaram por forjar uma camada de ativistas e dirigentes operários. Estes estavam espalhados em uma série de fábricas em São Paulo e no ABC e se enfrentavam diretamente com as direções sindicais burocráticas, “pelegas” e colaboracionistas.

As greves são deflagradas a partir da auto-organização interna, sem a participação dos sindicatos, que são convocados pelas empresas para mediar o conflito. Lula em entrevista publicada na *Revista História Imediata* admite que: "Eu, por exemplo, nunca tinha participado de uma greve. Não tinha nenhuma experiência". (LULA, 1979, p. 56). Distante do chão de fábrica, os sindicatos não estavam preparados para a eclosão daqueles movimentos. Lula inclusive se posiciona contra os piquetes nas portas das fábricas:

Eu pergunto uma coisa: por que fazer um piquete? O piquete demonstra que a empresa onde está acontecendo esse tipo de paralisação forçada não está preparada para entrar em greve. Na greve, o trabalhador soube mostrar que não precisa que outros façam a greve por ele. O próprio trabalhador acreditou em suas forças e tomou posições. (Lula, História imediata, 1979, p. 58).

No entanto, o setor industrial era um dos mais importantes da economia, ocupando posição de carro-chefe desde finais da década de 1950 e congregando número expressivo de operários (cerca de 150 mil). Com aqueles processos, o Sindicato de São Bernardo é alçado na superestrutura política nacional como intermediário entre demandas da classe trabalhadora e a ditadura militar-burguesa, o que permite àquela Diretoria, no início da abertura político-partidária, projetar-se nacionalmente, chegando inclusive a criar um partido próprio.

A intensa agitação política desencadeada por consequência da greve de 1978, que desafiava a lei anti-greve, teve também desdobramento positivo no sentido organizativo da classe trabalhadora nacional. Em julho de 1978 foi realizado no Rio de Janeiro o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais. É a partir deste congresso que se consolida o bloco dos Autênticos, quando é lançada uma carta de princípios denominada *Carta dos dirigentes Autênticos*. (RODRIGUES, 1991: HUMPHREY, 1982). Além dos Autênticos, muitos outros grupos militavam no ABC, dentro e fora das fábricas, nas organizações de bairro etc. Porém tinham que o fazê-lo de forma clandestina. Este era o caso da Ala Vermelha, Colina, POR, MR8, MEP, Convergência Socialista, entre outras. Mesmo que minoritárias, havia uma série de propostas políticas convivendo no seio do proletariado.

No ano de 1978 são deflagradas dezenas de greves em São Paulo, neste ano o jornal *O Metalúrgico*, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo registra a eclosão de greves em 132 empresas metalúrgicas envolvendo 117.231 trabalhadores. Destas derivaram 103 acordos salariais, sendo a maior parte efetivada via grupo ou comissão de fábrica. (Cf. Jornal *O Metalúrgico*. Nº. 266/agosto/78). Em publicação da Oposição: *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo* (GET/Urplan, 1982), as mobilizações no ano de 1978 são descritas da seguinte forma:

Em maio, junho e julho, os metalúrgicos de São Paulo cruzam os braços, reivindicando 20% de aumento e melhorias de condições de trabalho. São formadas dezenas de Comissões de Fábrica, algumas conquistando estabilidade. São organizadas também, em algumas regiões, as Interfábricas, com participação de grande número de trabalhadores de diversas Comissões de Fábrica. A Oposição Metalúrgica de São Paulo destaca-se na organização do movimento grevista, aparecendo de forma mais estruturada e com base maior entre os trabalhadores. (GET/Urplan, 1982, p. 15).

Conforme registra-se em publicação da Oposição "A greve da Scania, em São Bernardo, foi o sinal verde para nós, a palavra greve, que era cochichada, falada baixinho, passou a ser berrada, gritada". (Idem, p. 38). Para a Oposição "O estalo que deu em São Bernardo foi o motor de arranque, um exemplo".

De acordo com o registro de Iram Jácome Rodrigues (1990): "nesse período de cerca de quatro meses surgiram na capital paulista centenas de comissões de fábricas que funcionavam principalmente como comissões de negociação da greve em suas respectivas empresas". (RODRIGUES, p. 41). As greves em São Paulo retroalimentam o surgimento das comissões e o clima geral de insubordinação operária na cidade, coroando-a com uma greve geral em outubro de 1978, acabaram por paralisar todo o parque produtivo, enterrando a *lei de greve* e colocando em questão a política salarial da ditadura. Conforme nos relatou Jorge Preto<sup>61</sup>:

Então, esse ano de 1978 foi o ano, assim... Aonde o despertar da consciência de classe, principalmente da classe operária que é a classe que produz, começou a despertar e aí que começou a abrir fissuras no Regime Militar, porque até a época, assim, o forte era o movimento estudantil. Que aí, ia lá, brigava, fazia uma manifestação, mas, assim, não arranhava o sistema. O que é... O que começou a

---

<sup>61</sup> "Jorge Preto": Jorge Luiz Santos Oliveira nasceu na Bahia, na cidade de Santo Estevão. Migrou para São Paulo em 1973. Seu primeiro emprego na indústria foi na metalúrgica Sandewic, na Nações Unidas, Zona Sul de São Paulo. Trabalhou em 16 fábricas em São Paulo, mas também em uma fábrica em Barueri e outra no ABC. Foi militante ativo em Santo Amaro organizando grupo clandestino na fábrica Villares/Santo Amaro. Em 1979 atuou na organização dos Piquetões. Como militante da Oposição Metalúrgica, integrou chapa que disputou a direção do Sindicato Metalúrgico de São Paulo em 1981.

arranhar o sistema, começou a quebrar a muralha do sistema, praticamente, é a produção, parou a produção, aí se questiona o sistema. Porque, o que que acontece, no despertar da consciência de classe? Como eu falei para você, a gente começa com coisas pequenas, você vai reivindicar assim: 'a comida está ruim, então vamos fazer um movimentozinho para melhorar a porra dessa comida que está uma merda, esse banheiro está sujo pra caralho'. Aí, para o operário aquilo é normal, quando ele vê essas pequenas reivindicações, o que que aparece, qual é a primeira coisa que aparece? O que aparece é que (...), você acha que vai negociar com o patrão, mas, quando você vê, você não está mais negociando com o patrão, você está conversando com o Estado. Porque, a primeira coisa, o que que o Estado fazia? Era um movimento, por menor que seja, aí eles já mobilizavam a polícia e já montava uma barreira na porta da fábrica para proteger a empresa. Aí, o que que o operário pensava? 'Pô, mas eu não estou fazendo nada demais, eu estou trabalhando, estou querendo só que melhore um pouquinho o local de trabalho, eu quero no mínimo uma comida que eu possa comer. Por que que a polícia está aqui?' Aí já abria assim: 'está aqui para proteger o patrão'. Aí, quando você já ia indo, assim, no processo de negociação, não era mais o patrão, já era o sindicato, depois já não era o sindicato, era o Ministério do Trabalho e já era o Estado. Aí é o despertar da consciência de classe. Aí você fala: 'oh, eu não estou lutando só contra o (...) Luiz Villares, eu estou lutando contra o Luiz Villares, contra a direção do sindicato dos metalúrgicos, contra o governo do Estado e aí tem o Ministério do Trabalho que é o Governo Federal. Sim! Aparece primeiro para nós a fábrica, só que, quando assim, no enfrentamento você vê que é muito além da fábrica. O enfrentamento, assim, aí o despertar da consciência de classe vem por aí... É nos primeiros enfrentamentos. Então, assim, não há consciência sem enfrentamento. Porque se não há enfrentamento, assim, o pessoal vai e se limita ao fazer no dia a dia... Tá ruim mas tá bom... Aí um dia fala assim, 'um dia vai melhorar', aí vêm todas as credices e tudo mais. Mas, assim, a partir do enfrentamento, o operário, ele só se conscientiza de fato, no enfrentamento de fato, que aí ele vai ver toda a máquina que ele está enfrentando. Ele não está enfrentando o chefinho dele que fica lá enchendo o saco dele lá, o encarregadozinho ou o diretor da empresa, ele vê que a coisa é bem maior, por isso que 1978 foi um ano assim, que marcou na história do movimento operário a consciência de classe. E isso, assim, se espalhou, se espalhou assim, para todas as regiões fabris de São Paulo e para várias regiões do Brasil. É tanto que, muitos militantes nossos... E eu faço um parêntese nesse patamar de espalhar o movimento, os setores progressistas, principalmente da pastoral operária, da JOC, da Igreja Católica, ajudou bastante. (Entrevista - Jorge Preto)

Esse relato de Jorge aponta aspectos importantes das mobilizações de 1978, destacando como o operariado vai tomando a frente nas lutas contra as políticas econômicas da ditadura militar e em meio a tal processo assumindo cada vez traços políticos mais delineados. Nesse processo explicita-se a centralidade da classe operária no regime capitalista, pois o próprio operariado em luta pode observar os impactos sociais de suas paralisações, que parando a produção, param toda a sociedade. Evidencia a solidariedade social, a intervenção governamental e policial em defesa do patronato. Patrões e Estado se unem contra o operariado que reivindica demandas básicas, esse confronto de interesses fornece terreno para o "despertar da consciência de classe".

Em meio à onda grevista, de um "despertar" massivo da consciência de classe, em oposição ao patronato e as forças repressivas do Estado militarizado, os trabalhadores buscam

formas de se organizar para se contrapor a um poder que é evidentemente muito maior do que o de cada operário individual. Nesse momento, buscam auto-organização dentro e fora dos locais de trabalho, grupos de fábrica, comissões e sindicatos. Frente a tal demanda, os militantes nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo encontram condições mais favoráveis para divulgar as mobilizações, mas também a necessidade de criação de mais comissões de fábricas, isso porque compreendiam que era dessa forma de organização que emanava o maior poder de auto-organização operária. Conforme relata Waldemar Rossi:

Em 1978, naquela greve das fábricas, nós soltávamos material divulgando as greves, pegando recorte de jornal, formando folheto e mostrando onde estava havendo greve. Soltávamos nas fábricas em grande quantidade e isso foi gerando outras greves, e sempre colocando entre as reivindicações a importância das comissões de fábrica: 'É onde os trabalhadores vão ter a sua força, etc'. Foi isso que a FIESP registrou, naquele ano de 1978 na cidade de São Paulo, o conhecimento 200 comissões de fábrica, isso, declaração da FIESP, que não tiveram vida longa, morreram em seguida porque não tinha nem estrutura para isso, mas algumas ficaram, como a da MWM, na Massey Ferguson e algumas outras. E, essas, inspiraram a comissão de fábrica da ASAMA, que é a mais evoluída politicamente (...), muito interessante, muito rica. (Entrevista - Waldemar Rossi).

### **Eleições sindicais de 1978 em São Paulo**

Ainda, é no bojo desta efervescência grevística que a Oposição organiza suas forças para a disputa da gestão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Nas eleições sindicais de 1978 em São Paulo, formaram-se 3 Chapas: a Chapa 1, de Joaquinção, que defende: luta pela liberdade e autonomia sindical, fim da política salarial da ditadura, negociação direta entre patrões e empregados, atualização e aprimoramento da CLT, direito de greve, modificações no FGTS visando à estabilidade e garantia no emprego, aumento da sindicalização, formação das comissões de fábrica e também as políticas de cunho assistenciais. (FARIA, 1986). No entanto, há fortes indícios na bibliografia e nas entrevistas de que na verdade, a maior parte das promessas de campanha feitas pela Diretoria, era, na verdade, apenas para tentar confundir o eleitorado, dizendo que faria tudo o que a Oposição promettesse, inclusive se opor à ditadura com a qual era colaboradora direta. Nas 5 gestões presididas por Joaquinção, o trabalho gira em torno das políticas assistenciais, colocando o sindicato à serviço da ditadura e delação dos militantes combativos. (C.f. FARIA, 1986, BATISTONI, 2001, GET/Urplan, 1982).

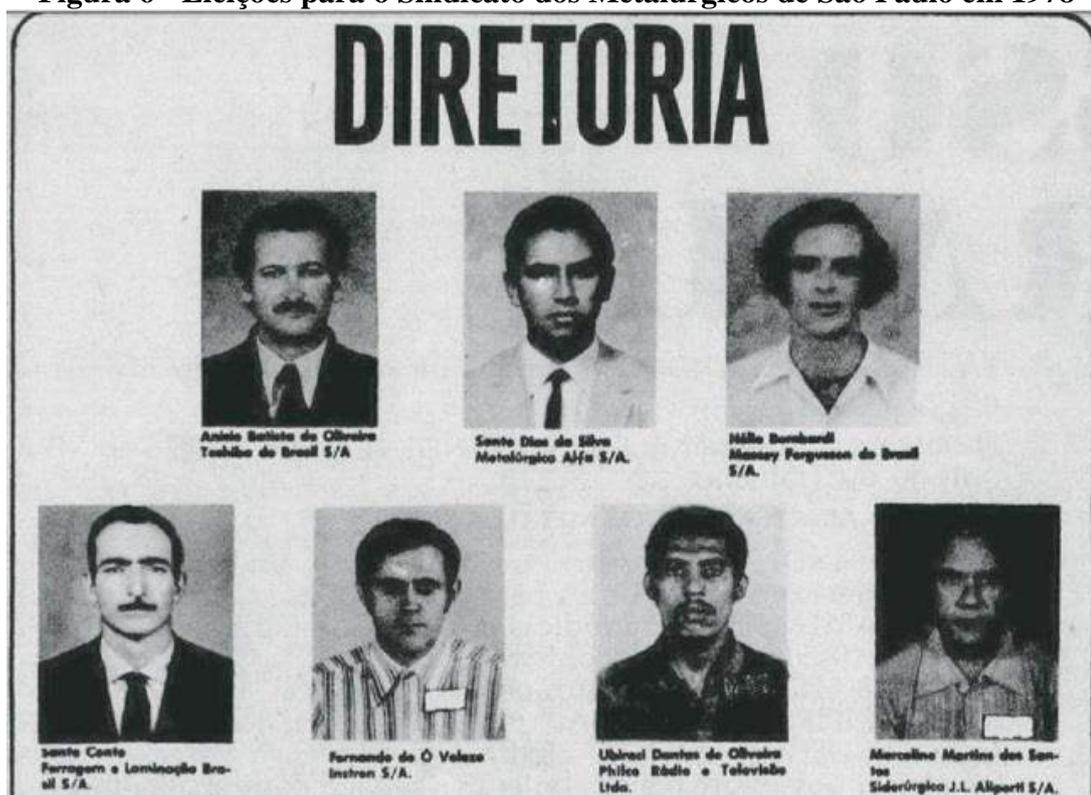
Outro elemento importante nessa eleição é que, conforme relatou Hélio Bombardi, se tem um primeiro racha na esquerda do movimento sindical e operário representado pela

formação da chapa do PCB. De acordo com Bombardi: "a Chapa do Hilário Cândido, o Bigode, que era uma Chapa surgida do nada pro nada, era a Chapa do Partidão, foi o primeiro bode colocado na sala, independente das condições de ganhar ou não, foi uma Oposição que dividiu. Uma Oposição formada majoritariamente por uma fábrica só". (Entrevista - Helio Bombardi, concedida ao IIEP, 2007).

A Chapa 2, com Cândido Hilário Garcia de Araújo (Bigode), do PCB, Walter Shiavon (que era do MR8 e depois adere ao PCB) e militantes do MDB, defendem: fim das leis do arrocho, livre negociação, revogação da lei antigreve, reconhecimento dos delegados sindicais, com garantia e estabilidade no emprego, comissões de empresas subordinadas ao sindicato, retorno do direito de estabilidade, liberdade e autonomia sindical, pela extinção gradual do imposto sindical, entre outras. (FARIA, 1986, pp. 378-379). O programa dessa chapa põe em evidência as diferenças de propostas de organização do sindicato que habitava o meio operário. Embora se defenda as comissões de fábrica, reivindica-se que elas sejam submetidas à gestão do sindicato e não comissões autônomas independente da Diretoria de Joazeiro (é a mesma defesa será feita pelos Autênticos do Sindicato de São Bernardo). Reafirma a estrutura sindical e o sindicalismo de cúpula que foge ao controle das bases operárias. Segundo esse modelo as comissões de fábrica até podem existir, mas devem existir como um organismo para-sindical.

E, por ultimo a Chapa 3, com: Anísio Batista de Oliveira, torneiro vertical de Toshiba do Brasil S/A (presidente); Santos Dias da Silva, inspetor de qualidade da metalúrgica Alfa S/A (vice-presidente); Sante Conti, ferragem e laminação Brasil S/A (tesoureiro); Helio Bombardi, programador de produção da Massey Ferguson (secretário-geral); Fernando do O Velozo, meio-oficial ajustador da Instron S/A (1º secretário); Ubiraci Dantas de Oliveira (do MR8), ajustador mecânico de manutenção da Philco Rádio e Televisão Ltda (2º Secretário); Marcolino Martins dos Santos, fiscal de iluminação da Siderúrgica J.L. Aliperti S/A (2º tesoureiro).

**Figura 6 - Eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1978**



In: IIEP, 2014, p. 73.

Entre os principais pontos programáticos da chapa 3 estavam: a luta contra o arrocho, aumento salarial trimestral, de acordo com aumento do custo de vida, reposição das perdas salariais de 1973 e 1974, contrato coletivo de trabalho, negociação direta com os patrões, reconhecimento dos delegados sindicais escolhidos pelos trabalhadores, direito de greve, pela formação e reconhecimento das comissões de fábrica, fim da estrutura sindical, liberdade de discussão, independência do Ministério do Trabalho, abertura do sindicato a todos os metalúrgicos sindicalizados ou não, assembleias por fábrica, estabilidade, 40 horas semanais sem diminuir o salário. (C.f. FARIA, 1986; IIEP, 2014). Este será o terceiro processo eleitoral do qual a Oposição de São Paulo participará. Recordemos que em 1967 a Oposição recebeu 6.649 e que em 1972 recebeu 5.500 votos.

Nas eleições de 1978, a Oposição apoiava-se sobre as comissões clandestinas já existentes, nas interfábricas, nos trabalhos nos bairros, mas sobretudo no ascenso grevístico deflagrado desde maio de 1978 no ABC paulista. Mesmo a Oposição Sindical tendo apoiado as greves do ABC, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, dirigido por Lula e alçado à grande projeção nacional, negou apoio à Oposição Sindical de São Paulo. Conforme apontou Batistoni (2001): "Em 1978, a diretoria dos metalúrgicos de São Bernardo nega apoio à

Chapa 3, alegando que uma diretoria só poderia se relacionar com outras diretorias e não com oposições". (BATISTONI, 2001, p. 348).

Conforme os relatos dos entrevistados e também imagens contidas no Documentário: *Máquinas paradas, braços cruzados*, a Oposição consegue fazer uma "campanha militante", pois além de fazer campanha, atua divulgando as greves em curso, propagandeando a necessidade de formação de comissões de fábrica e grupos clandestinos, denunciando o papel do sindicato pelego e contribuindo com as mobilizações em curso. Conforme recorda Anízio:

As eleições de 1978 foi muito bem organizada, nossa, nós tivemos gente que veio com carro, acompanhava as urnas nas empresas, esse negócio todo aí, entendeu... Os militantes... Nossa, foi excelente... Fora a batalha no sindicato né... Porque conforme tinha as brigas da apuração, por exemplo, refletia lá embaixo [na rua principal do prédio do sindicato], muita briga ali na Rua do Carmo, muita, mas foi fundamental... (Entrevista - Anízio Batista).

No entanto, a Diretoria de Joazeiro fraudou as eleições e consegue tomar posse<sup>62</sup>. Num primeiro momento o TRT chegou a anular as eleições por conta das fraudes dos pelegos. No entanto, a ditadura, o patronato e os pelegos, para manter o *status quo* sindical de dominação sobre a classe operária e não perder o controle sobre o Sindicato que representava 400 mil operários (Dados do IBGE, para 1980), por via do Ministério do Trabalho, Arnal Prieto, empossou Joaquim dos Santos Andrade. Foi uma das eleições mais expressivas da história do Sindicato, contando com a participação de 46 mil metalúrgicos. (GET/Urplan, 1982). Com as fraudes nas urnas, a Diretoria, com a sua Chapa 1, registrou 24.551. Por sua vez contabilizou-se 3.289 votos para a Chapa 2 (do PCB) e a Chapa 3, da Oposição teria recebido 7.378 votos. Os votos em branco foram 299 e mais 1.061 votos nulos. (BATISTONI, 2001, p. 350).

Naquele 1978, tanto nas lutas no chão de fábrica como nas urnas sindicais, a classe operária mostrou-se disposta a desafiar o patronato e a Lei anti-greve da ditadura. No entanto, mesmo com todos os acertos, intensa mobilização e trabalho impulsionado, a patronal reprime os grevistas, centrando fogo nos operários que compunham as comissões de fábrica.

### **Novembro de 1978 em São Paulo - a primeira greve geral pós-golpe militar**

As mobilizações em São Paulo refletem o ânimo geral do operariado paulista, que tem como pauta unificadora o reajuste de 70% nos salários. Essa primeira greve geral metalúrgica coroará aquele ano com a unificação operária e o fortalecimento da Oposição Sindical

---

<sup>62</sup> Confira o documentário: *Braços cruzados, máquinas paradas*. Dir: Roberto Gervitz e Sergio Toledo.

Metalúrgica de São Paulo. Nos dizeres de Lula: "É inegável que as greves de São Paulo, em novembro, foram consequência das greves de maio". (LULA, 1981, p. 150). De acordo com o relato de Jorge, as paralisações por fábricas evoluem para a construção de uma greve geral:

Era no boca a boca. Como eu trabalhava na manutenção, eu tinha muita circulação dentro da empresa, o pessoal me conhecia bem. Aí, a gente passava: 'Passa para o fulano, vai lá passa para as pessoas'. Aí a greve, foi decretada greve geral. Aí o que nós fizemos? Voltamos para a fábrica, 'vamos preparar as greves'. Aí, porque não era assim greve de rua, era greve localizada dentro da fábrica, parando empresa, essa empresa que eu estava parou, várias outras. Aí, nesse espaço que a gente estava em greve dentro da fábrica, o Joaquinzão já estava negociando o acordo com a FIESP [risos], para acabar com a greve no dia seguinte. Então a greve durou muito pouco, mas teve um impacto muito grande ao nível de categoria porque atingiu assim, as pequenas, as grandes e médias empresas pararam todas. Aí quando a gente chegou lá o acordo já estava pronto, negociado. Durou 2 dias a greve. Então o ano de 1978 foi isso. E aí o que que aconteceu, nesse ano mesmo de 1978 teve assim, aí já surgiu as primeiras greves por fábrica no ABC, que foi na Scania. (Entrevista - Jorge preto).

Essa greve romperia com 10 anos sem mobilização operária massiva. Esta foi a primeira greve geral deflagrada depois do golpe militar de 1964. A última greve operária pública de maiores proporções foi a dos operários de Osasco em 1968, envolvendo cerca de 10 mil grevistas naquela região. Então, em 1978, tem-se um salto de qualidade, pois a partir da coesão criada nas células produtivas em acúmulo crescente de forças, a greve envolve mais de 200 mil grevistas que se organizavam a partir do local de trabalho e ganhavam as ruas. Stanislaw Szermeta, no relato que nos concedeu, destaca o papel fundamental que cumpriu a organização clandestina mantida como determinante nessa onda de greves de 1978:

Era tudo muito clandestino. Os grupos se reuniam clandestinamente. Todas as lutas que aconteceram, elas foram impulsionadoras de outras lutas, então precisava pegar os boletins das fábricas que faziam isso. Em 1978 era proposta, mas ainda não estava concretizado. Quem fazia esse trabalho era a Oposição nos seus encontros. A Oposição, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, nos seus encontros, ela tinha essa ideia de unificação dos trabalhos nas fábricas. Em 1978, quando vem a greve de 1978 da Scania, nós estávamos em luta contra os pelegos para construção da chapa [contra Joaquim dos Santos Andrade]. Então nós, assim, greve de 1978, maio de 1978, então nós fizemos uma batelada de greves também em São Paulo acompanhado 1978. Essa construção da chapa de 1978 vai fazer a proposta de greve de 1978, de categoria. São Paulo foi a primeira categoria a sair em greve geral de categoria em 1978, metalúrgicos (...). Em São Bernardo era greve de fábrica por fábrica. A data base deles era em abril. A de São Paulo era novembro. Não deu para fazer unificada. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Essa greve geral metalúrgica envolverá operários de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Em São Paulo a greve é aprovada no dia 27 de outubro de 1978, uma sexta-feira, na frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mas iniciou-se na segunda feira, dia 30 de outubro. A gestão de Joaquinzão encontrava-se desgastada por conta da fraude no processo eleitoral e a

posse tomada via intervenção do Ministério do Trabalho, cerca de três meses antes. Também o fato da Diretoria ter se mantido distante da onda grevista ratificou seu enfraquecimento naquela ocasião da decretação da greve. Por outro lado, a Oposição Sindical Metalúrgica encontrava-se em um processo de fortalecimento crescente desde 1975. Agora, na campanha de outubro, a Diretoria de Joazeiro manobrava frente às pressões crescentes do operariado. Esses elementos combinados estreitavam a margem de manobra da Diretoria do Sindicato e levavam ao fortalecimento da capacidade de pressão dos operários descontentes e dos militantes da Oposição nas bases do sindicato e nas assembleias da categoria realizadas em outubro de 1978. A proposta de greve geral, embora correta, constituía um grande desafio, tanto para a Oposição, adaptada às pequenas lutas no chão de fábrica, como para a Diretoria do Sindicato que poderia rapidamente ser ultrapassada pela base e por novas lideranças que emergissem daquele processo.

A greve mobilizaria apenas em São Paulo, cerca de 200 mil operários em apenas dois dias de greve. (BATISTONI, 2011, p. 239). Os operários reivindicavam: 70% de reajuste salarial, reajustes trimestrais, piso de três salários mínimos, dissídio, negociação direta e estabilidade para as comissões de fábrica. Em assembleia formou-se a comissão de salários, que era aberta e chegou a contar com 100 operários. A pauta da greve já havia sido aprovada em assembleia com 6 mil operários e publicada no Jornal da greve em 10 de outubro de 1978. (FARIA, 1986: BATISTONI, 2001, p. 237). Uma segunda assembleia foi realizada antes da greve e o patronato propôs 13% de aumento acima do índice oficial, mas a proposta foi recusada pelos 8.000 operários presentes. Conforme relata Jorge Preto, que militou ativamente naquele 1978, a Oposição estava determinada a decretar a greve geral em assembleia:

(...) E, a partir daí, com a continuidade do movimento, aconteceu greves localizadas em várias fábricas, chegou o mês de novembro, porque era outubro que era o mês de campanha salarial, como já tinha essa força acumulada por fábrica, a Oposição já tinha militantes em toda São Paulo e já teve a experiência da chapa, tinha tido a eleição em maio de 1978, no meio do ano (...). A Oposição ganhou a eleição, foi constatado várias fraudes, foi anulada, depois o Ministro do Trabalho Arnaldo Pietro, foi ele pessoalmente no sindicato e empossou a Diretoria, aí já tinha essa experiência acumulada de fardo do trabalho de Oposição e na campanha salarial nós mobilizamos os que nós podíamos para ir para o sindicato. Porque assim, mesmo contra nós, o sindicato tinha a premissa da categoria, e o que que nos fizemos: 'Vamos mobilizar a categoria e vamos forçar o sindicato a decretar greve na categoria'. Então essa foi uma decisão em reuniões paralelas que a gente fazia nos bairros, principalmente nas Igrejas, né... Tinha as Igrejas aí, o setor progressista da Igreja, eles davam muito espaço para a gente, se reunia, a gente ia para dentro do sindicato com essa posição. (Entrevista - Jorge Preto).

De acordo com o relato de Jorge Preto, os operários nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica intencionavam construir uma greve unificada com toda a categoria metalúrgica. Estimavam que era possível unificar todos os trabalhos a partir do chão de fábrica, unificar a campanha grevística via comissões de fábrica e construir uma grande greve da categoria. Com isso, dariam um salto organizativo de grande magnitude, pois passariam das greves por fábricas, forma que vinha predominando desde o AI5 por conta da repressão, para uma greve geral da categoria em São Paulo. Conforme nos relatou Jorge Preto:

(...) então nós mobilizamos assim, aquelas fábricas quando tinha trabalhos organizados, levamos todo esse pessoal para as assembleias do sindicato, para construir a greve por categoria, porque a gente só fazia greve por fábrica. A gente queria uma greve por categoria em 1978. Aí, nós mobilizamos em todas as regiões, assim, nós tomamos literalmente a direção do sindicato antes da greve. Tomamos, totalmente. Só que... Os caras têm a máquina. [risos]. Aí então, como o sindicato não tinha espaço, nós tivemos assembleia na rua, não tinha sistema de comunicação, sistema de comunicação é aquele de um fala e faz o eco, vai repetindo, repetindo, repetindo, não é. Aí um fala e os outros vão repetindo até chegar no último. Aí nós... Teve um companheiro nosso, que a gente chamava de Chico-viola, que era da Expretchu, ele trabalhava na Expretchu ele também foi.. ele estava na chapa de 1978, ele era da Oposição, nós dominamos toda a assembleia, tomamos conta literalmente de todo o sistema de som do sindicato, aí passamos a direção para o Chico-viola, aí o que que ele fez, ele entregou o microfone para o Joaquinzão, para o Joaquinzão decretar a greve. [risos]. Aí, ele já assim impressionado pela... Porque naquele tempo era uma coisa inédita na época, na assembleia o máximo que acontecia nessas assembleias era 200 pessoas, a gente estava com 10.000 pessoas lá, assim na Rua do Carmo, em outubro de 1978. Aquela famosa foto lá, se você olhar, tem uma faixa da Villares lá no meio, na época eu trabalhava na Villares e eu estava com 3.000 pessoas da Villares lá. Então assim, nós levamos assim, intimamos o pessoal. (Entrevista - Jorge Preto).

Conforme analisou Batistoni:

Sem qualquer avanço nas negociações com o patronato, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, negociando pela primeira vez em conjunto o contrato coletivo de trabalho, decidiram ir à greve geral a partir de 30 de outubro. A adesão ao movimento foi ampla: 180 a 200 mil trabalhadores pararam a produção em São Paulo, atingindo cerca de 300 mil grevistas, cerca de 80% da categoria nas três bases sindicais, na primeira greve geral do operariado metalúrgico depois de 1964. (BATISTONI, p. 239).

Na assembleia que decretou a greve, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo compareceram cerca de 20 mil operários. Esse número expressivo de participantes em uma assembleia já era surpreendente para o período. A maior assembleia realizada pelos metalúrgicos brasileiros desde o AI5. Os operários se reúnem aos milhares porque constituem parte de um ascenso generalizado que engloba as regiões industrializadas de São Paulo, ABC e Osasco. A comissão de salários, formada por cerca de 100 operários, a maioria próxima às

posições da Oposição, conseguiu propor: *sim* ou *não* para a greve. Como registrou-se na publicação da Oposição:

Tinha umas 18 mil pessoas na assembléia. E a gente estava acostumado com 500, 600, 1000 no pique de outras épocas. Isso já mostrava um crescimento da disposição da categoria e nós começamos a acreditar na greve geral. O presidente do Sindicato [Joaquinzão pelego] pulava de um lado e do outro, mas não tinha condições de anular a nossa proposta, que foi vitoriosa. Ele queria marcar uma outra data para a greve e a gente queria que ela fosse decretada naquela noite. Ele queria que fosse decidida por escrutínio, voto secreto do sindicalizado como manda a lei e a estrutura sindical. A gente achava que tinha que ser aprovada por aclamação. E foi! A greve estava nascendo. (GET/Urplan, 1982, p. 51).

A Diretoria de Joaquinção prezava pelos acordos com a patronal, buscando obstruir a participação direta das bases operárias, mas frente às mobilizações massivas, a Diretoria ficou encurralada e aceitou a decretação da greve. Joaquinção disse apenas: "Se é isso que vocês querem, está declarada a greve". (Apud: BATISTONI, 2001, p. 240). Venceu o Sim e a greve foi aprovada. Conforme publicação da Oposição: "a greve foi realmente um estouro na assembleia. Falamos de cima dos carros. Não tinha aparelho de som e foi na garganta mesmo. Foi uma animação muito grande". (GEP/Urplan, 1982, p. 51). Decretada a greve, Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti foram até Joaquim dos Santos Andrade e redigiram o boletim da greve, 10.000 cópias foram impressas e distribuídas. (BATISTONI, 2001, p. 241). Na segunda feira, os operários foram para as fábricas, entraram e recusaram-se a trabalhar. De acordo com a autora, aderiram à greve imediatamente:

Região SUL: Caterpillar, Villares, Metal Leve, Caloi, Monark, Telemecanique, Telefunken, Amortex, FAG, FSP, Barbará, Bereta, Prada, Jurubatuba, Micro Eletrônica, G. Mazzoni, Semco, MWM, Kartro, Walita, Burroghy, Aços Durr, Ferlex, Sylvania, Massey Ferguson, Pirelli. Região OESTE: Brasaço, Mapri, Sofunge, Bosch, RCN, Nissei, Deca. SUDESTE: Everedy, Arno, Semer, Hanashiro, Piazza, Metalac; Região MOOCA-LESTE: Columbia, Piratininga, Lorenzetti, Aço Paulista, Caio, Fundação Brasil, Simis, Philco, Arno. (Cf. Jornal da Greve, 31/10/78. Apud: BATISTONI, 2001, p. 243).

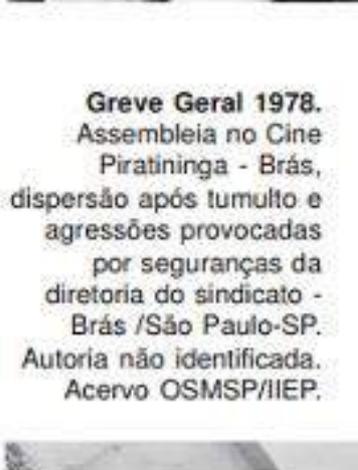
Em números, de acordo com material da Oposição "Em novembro, 250 mil metalúrgicos de São Paulo voltam a paralisar o trabalho, reivindicando 70% de aumento e o reconhecimento das Comissões de Fábrica". (GET/Urplan, 1982, p. 16). A construção da greve exigia dedicação intensa por parte dos setores mais organizados para que pudesse de fato obter êxito. Era necessário um grupo destacado, entrosado e com ideias afins para conseguir orquestrar uma greve geral em uma categoria que contava com cerca de 400 mil operários espalhados pela capital paulista. Os militantes corriam de região em região da

cidade para unificar a paralisação que seria uma mostra de força frente ao patronato, às forças repressivas da ditadura e mesmo frente ao sindicalismo imobilista.

**Foto 24 - Greve geral de 1978 em São Paulo**



**Greve Geral 1978. Assembleia de decretação da greve no Cine Piratininga - Brás /São Paulo-SP. Autoria não identificada. Acervo OSMSP/IIEP.**



**Greve Geral 1978. Assembleia no Cine Piratininga - Brás, dispersão após tumulto e agressões provocadas por seguranças da diretoria do sindicato - Brás /São Paulo-SP. Autoria não identificada. Acervo OSMSP/IIEP.**



Os trabalhos da Oposição ganham maior importância na articulação entre as fábricas em mobilização, pois apenas com trabalhos enraizados no chão de fábrica é que se poderiam unificar aquelas centenas de fábricas, de médio e pequeno porte, que constituíam o parque industrial de São Paulo. Assim "o trabalhozinho miúdo de fábrica" ganhará projeção de massa. No entanto, habituada à rotina do trabalho miúdo no chão de fábrica, como analisa Cleodon Silva, um dos principais dirigentes da Oposição Sindical, no que tange à orientação dos rumos daquele confronto, a Oposição falhou, pois não conseguiu de fato implementar uma orientação alternativa para aquele processo:

*Eu mesmo que fui para a sede do sindicato, junto com outros companheiros da Oposição, vi e contatei grupos e comissões de muitas fábricas que chegavam com os nomes de operários eleitos. Os trabalhadores não foram ali atrás do sindicato, porque confiassem em sua diretoria. Precisavam de uma direção, de guia para o*

*que fazer diante da situação. Queriam conseguir 70% de aumento e fazer a greve. E qual era a nossa orientação? Não tínhamos nem material próprio nosso para organizar e articular as comissões e continuávamos insistindo: tirem comissões! Hoje acho que isto foi pura demagogia. Ajudamos a confundir a massa operária. Somos responsáveis por isto. Não aparecemos para os trabalhadores como Oposição, com outra proposta alternativa. Não demos direção! Perdemos uma chance de sermos a direção independente.* (Entrevista - Cleodon Silva ao GEP/Urplan: Apud: BATISTONI, 2001, p. 244 - grifos da autora).

No dia 31 de outubro de 1978, terça feira, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na figura de Joaquinzão, convoca uma assembleia para decidir os rumos do movimento. A proposta patronal, que foi defendida por Joaquinzão, era: 15% acima do índice oficial em três faixas salariais de 58%, 54% e 50%. (O metalúrgico: Apud: BATISTONI, 2011, p. 245). Comparecem à convocação cerca de 30 mil operários, a maior assembleia já realizada pelo Sindicato. Joaquim dos Santos Andrade implode a assembleia, manobra e impede que se prossigam os trabalhos. Argumenta que havia muitas pessoas estranhas à categoria.

**Foto 25 - Assembleia de 30 mil operários em 30 de outubro de 1978**



Ricardo Alves/ Acervo IIEP – Projeto Memória da OSM. Apud: IIEP, 2014, p. 149.

No dia seguinte, quarta feira, dia 1º de novembro, foi afixado um boletim na porta do sindicato dando ciência de uma assembleia às 7 da manhã daquele mesmo dia. A decisão da

continuidade ou não da greve será decidida por voto secreto. Na mesma quarta feira, 6.612 operários votam. Segundo a Diretoria, 4.545 votaram aprovando a proposta patronal e não à greve. No dia seguinte tem-se a volta massiva ao trabalho. Em Guarulhos o resultado foi semelhante, e em Osasco os metalúrgicos mantiveram-se em greve. (FARIA, 1986: GEP/Urplan, 1982, BATISTONI, 2001, p. 246). A Oposição convoca os operários dos comandos regionais a manterem-se em greve, 50 mil operários continuam paralisados, mas não conseguem reverter aquela situação. Ainda, de acordo com material da Oposição: "Logo após o término do movimento são demitidos 1.200 trabalhadores, em sua maioria pertencentes às Comissões de Fábricas formadas no meio do ano, sem que o Sindicato mobilizasse a categoria para enfrentar as demissões". (GEP/Urplan, 1982, p. 16). Mesmo com as demissões, encerramento precoce da greve e um índice de reajuste abaixo de reivindicado, a Oposição avaliou positivamente a greve geral de 1978, entendendo-a como a culminação da onda de mobilizações ocorridas ao longo de 1978 que "prepararam o espírito para a greve geral de novembro".

Essa greve geral, ainda que durando apenas 2 dias, serviu como motivação para que em 1979, no ABC, o Sindicato de São Bernardo e Diadema, chegasse à proposição de uma greve geral. Pois conforme relata Jorge: "O ABC não começou por uma greve geral, começou por uma fábrica. Ai, depois estendeu para uma greve geral [em 1979]. Mas, assim, a primeira greve geral foi em 1978, em outubro de 1978, aqui em São Paulo". (Entrevista- Jorge Preto). Segundo análise de Nogueira, a Oposição considerou que:

O fato de o sindicato decretar em 1978 a greve geral como resultado da pressão da parte mais avançada dos metalúrgicos (e contar com a adesão de 80% da categoria ao movimento) demonstrou a importância da organização sindical e da luta pela conquista de sua direção. De outro lado, a frustração do movimento deveu-se a um golpe do Sindicato, facilitado pela fraqueza da organização e de direção política da própria Oposição Sindical. (NOGUEIRA, 1997, pp. 35-36).

De acordo com Faria (1986) havia dois balanços dentro da Oposição sobre o desenvolvimento daquela greve: um via que a greve teve avanços e algumas conquistas, mas que o problema da Oposição naquela greve foi trabalhar apenas com o material do Sindicato oficial "para não criar divisão". A Diretoria do Sindicato estava desgastada por ter trapaceado no processo eleitoral de 1978, por não ter apoiado a jornada de greves que se iniciou em maio na Toshiba e se espalhou por São Paulo, por isso "aceitou" a mobilizações de outubro, para não perder espaço para a Oposição. Trabalhar apenas com o material oficial, sem apresentar opinião independente, sem um boletim próprio que avaliasse as mobilizações momento a

momento e articulasse diretivas concretas no movimento a partir das bases, deu crédito ao Sindicato e fez a Oposição atuar *a reboque* da Diretoria de Joazeiro, como se essa tivesse mudado de postura frente às greves, mobilizações ou em relação à ditadura. Não se batalhou para se ter um material conjunto de "frente única"<sup>63</sup> assinado pela comissão de salários. (FARIA, 1986; BATISTONI, 2001; NOGUEIRA, 1992). Afora isso, mesmo em uma frente única, as correntes devem ter liberdade para trabalhar o material da "frente única", mas também com seu próprio material.

Outro balanço analisa que a greve foi totalmente derrotada e que não atingiu qualquer conquista significativa. Esse setor é apontado como favorável a uma forma de sindicalismo paralelo, estruturado sobre as comissões de fábrica e à desmoralização do Sindicato. A Oposição novamente se confronta com o dilema em seu âmago, não consegue definir se o movimento operário se faz na fábrica ou no Sindicato. (FARIA: 1986; BATISTONI, 2001). Lênin analisava que, o fato do sindicato ser dirigido por reacionários ou contra-revolucionário, não justifica abandonar a luta dentro dos sindicatos<sup>64</sup>. Abandoná-la, para o autor, era uma forma de esquerdismo que favorece a dominação de classe. Segundo Lênin: "Não atuar no seio dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou "operários aburguesados". (LÊNIN, 1979, p. 187). Ainda de acordo com o autor:

(...). Para saber ajudar a "massa" e conquistar sua simpatia, adesão e apoio é preciso não temer as dificuldades, mesquinhas, armadilhas, insultos e perseguições dos "chefes" (que, sendo oportunistas e social-chauvinistas, estão, na maioria dos casos relacionados direta ou indiretamente com a burguesia e a polícia), e deve-se *trabalhar* obrigatoriamente *onde estejam as massas*. É preciso fazer toda a sorte de sacrifícios e vencer os maiores obstáculos para realizar uma propaganda e uma agitação sistemáticas, tenazes, perseverantes e pacientes exatamente nas instituições, associações e sindicatos, por mais reacionários que sejam, onde haja massas

---

<sup>63</sup> Frente Única foi a tática de atuação definida no III Congresso Mundial da Internacional Comunista. Definia que os revolucionários deveriam atuar conjuntamente com outras correntes políticas a partir de pontos comuns. Como fizeram os trotskistas no Brasil, na Frente Única Anti-Fascista de 1933. O programa da Frente surge de um acordo circunstancial com outras forças políticas, sendo que não se abre mão de sua própria estratégia e independência de classe. Não se adaptando ao programa defendido por outras correntes que compõem a Frente. Pelo contrário, deve-se aproveitar todos os espaços possíveis para divulgar, agitar e propagandar o programa dos revolucionários. Frente Única é distinto de Frente Popular, onde se submete os interesses proletários aos interesses de setores da burguesia e do patronato (Como no caso de Leon Blun na França). (TROTSKI, 2011).

<sup>64</sup> De acordo com o autor em Esquerdismo, doença infantil do comunismo: "E é essa, precisamente, a estupidez que comete os comunistas alemães "de esquerda", que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário *dos chefes* dos sindicatos que é preciso... sair dos sindicatos!! Renunciar ao trabalho neles!! Criar formas de organização operárias novas, inventadas!! Uma estupidez tão imperdoável, que equivale ao melhor serviço que os comunistas podem prestar à burguesia". (LÊNIN, 1979, pp. 186-187).

proletárias ou semiproletárias. E os sindicatos e as cooperativas operárias (estas últimas pelo menos em alguns casos) são precisamente as organizações onde as massas se encontram. (LÊNIN, 1979, p. 187).

Para o revolucionário russo, os sindicatos são importantes ferramentas de defesa e auto-organização do proletariado, existindo não apenas em toda a fase de desenvolvimento do capitalismo, mas também no socialismo, período de transição para o comunismo. O proletariado necessita dos sindicatos para se auto-organizar frente ao Estado, para a organização da produção e unificação operária. O sindicato afirma-se como um pólo de aglutinação geral da classe trabalhadora onde variadas tendências se expressam. Nessa perspectiva, os socialistas, revolucionários, têm por dever atuar nesse meio. De acordo Lênin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*:

Os sindicatos representam um progresso gigantesco da classe operária nos tempos de desenvolvimento do capitalismo, uma vez que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos *rudimentos* da união de classe. Quando a forma *superior* de união de classe dos operários começou a desenvolver-se, o *partido revolucionário do proletariado* (que não merecerá este nome enquanto não souber ligar os líderes à classe e às massas em um todo único e indissolúvel), os sindicatos começaram a manifestar fatalmente *certos* traços reacionários, certa estreiteza gremial, certa tendência ao apoliticismo, certo espírito rotineiro, etc. Mas o desenvolvimento do proletariado não se realizou e nem poderia realizar-se em nenhum país de outra maneira senão por meio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária. A conquista do poder político pelo proletariado representa um progresso gigantesco deste, considerado como classe, e o Partido deve consagrar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, a educar os sindicatos, a dirigi-los, sem esquecer também que estes são e serão durante muito tempo uma necessária "escola de comunismo", uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país às mãos da classe operária (e não apenas de umas e outras profissões), primeiro, e depois, às mãos de todos os trabalhadores. (LÊNIN, 1979, p. 185).

Ou seja, se nos pautamos pela perspectiva marxista revolucionária, reivindicada por Lênin, é necessário participação permanente dentro dos sindicatos. Ainda, a luta dentro do sindicato pode ser combinada e apoiada pela construção de outros fóruns de unificação dos setores operários em luta, como um organismo unificador; Comando Geral que organize as comissões de fábricas, interfábricas, comandos regionais, comissão de salários, entre outros. Tais espaços fortalecem a auto-organização operária, que pode se contrapor e mesmo ultrapassar a Diretoria do Sindicato, arrastando-a atrás da luta efetiva organizada a partir das fábricas. O comando, assim como as comissões e grupos de fábrica, podem ser utilizados como forma de exercer férreo controle sobre a Diretoria sindical e obrigá-la a acatar as decisões das bases operárias.

Considerando que é pelo sindicato que passam os principais conflitos da classe operária, é necessário estar neles e disputar a hegemonia dessas estruturas, ao mesmo tempo, para Lênin, não se pode, sobretudo nos momentos de ascenso das lutas operárias, estar nos sindicatos e atuar a reboque da política da burocracia sindical (que é agente a serviço do patronato e do Estado burguês). Tanto em 1978 como em 1979, os operários vão aos milhares à procura de seu Sindicato, com isso, o sindicato de São Paulo é posto no centro da luta de classes e a Oposição não consegue cercar esse sindicato de uma base militante, influenciando de forma diretiva na greve geral.

A Oposição, na greve geral de 1979, mesmo articulando uma série de organismos de base, viu-se obrigada, na prática, a reconhecer a importância do Sindicato no momento da ampla luta de classes em São Paulo. Claro que tem-se as especificidades do Sindicato brasileiro. O fato de compreender o sindicato como estrutura pela qual passam os fluxos mais importantes da luta de classes, não significa aceitar a estrutura sindical de caráter fascista mussoliniana, o atrelamento dos sindicatos ao Estado e ao Ministério do Trabalho que diz quando uma greve é ou não legal. Significa atuar para que as ações da entidade sejam guiadas pelas necessidades e demandas imediatas e históricas da classe operária, independentemente dos interesses do Estado, do patronato e dos partidos burgueses.

Mas aqui, tanto no que diz respeito ao *seguidismo*, quanto à expectativa de um sindicalismo paralelo, salta aos olhos a indefinição da linha sindical-política da Oposição. O que dava coesão à *Frente de Trabalhadores*, eram algumas bandeiras sindicais gerais. Uma ala reformista da Oposição, muito próxima às orientações teóricas e estratégicas do stalinismo, queria fundir-se com a Diretoria de Joaquinão. A ala "anti-sindicato" atuava focando-se no trabalho fabril sem dar centralidade à entidade. No entanto, no momento da ação qualitativa, em meio ao ascenso, essas indefinições prejudicaram sobremaneira sua prática. A falta de coesão político-estratégica e programática, impunha uma forma de atuação caótica no momento crucial da greve geral. Acostumada com os trabalhos miúdos no chão de fábrica e sem enfrentar os debates estratégicos, não pôde dar um salto de qualidade em sua atuação na hora do ascenso da luta operária. Não atuou como uma organização preparada realmente para dirigir a classe operária. Com isso, quem venceu foi a máquina sindical dirigida pela burocracia pelega serviçal do empresariado industrial e da ditadura.

No sentido geral, o programa amplo da Oposição é limitado no que diz respeito à organização e reorganização do sistema produtivo a partir da associação dos próprios

produtores associados. Tem como ponto forte (mas não unânime) a organização sindical pela base, em cada célula produtiva, mas não define nem o papel do sindicalismo livre, que pode tanto reafirmar-se por melhorias no cotidiano do trabalho, disputar hegemonia na produção sob a sociedade capitalista ou criar uma nova superestrutura política revolucionária articulada estrategicamente para destruição da sociedade capitalista.

Além disso, as comissões de fábrica não são células ou núcleos da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Surgiram centenas de comissões autonomamente, dispersas, muito além da iniciativa e capacidade de organização e construção da Oposição. As comissões que surgiram em 1978, por seu próprio caráter, não puderam atuar de comum acordo político-estratégico com a Oposição. Sobretudo porque a Oposição não tinha tais definições.

A Oposição não era um partido revolucionário que formou centenas de comissões em centenas de fábricas com o mesmo objetivo estratégico, como um todo orgânico e que podia, a partir disso "bater como um punho só", organizando uma greve geral que envolvesse os 400 mil operários de São Paulo, por exemplo. As centenas de comissões surgiram "espontaneamente" em 1978-1979 como células dispersas. Surgiram por múltiplas determinações sem constituírem-se como síntese organizada. Embora funcionassem como elemento de mediação entre operários e patrões, não eram parte de um todo orgânico articulado que pudesse efetivamente colocar-se como direção alternativa. As comissões representavam a multiplicidade do diverso, contando inclusive com grande nível de caoticidade. Findado o ciclo grevista de 1978, a Oposição repetiria os mesmos erros fundamentais no ano seguinte.

Em 1978, em meio a eclosão de dezenas de greves e paralisações, ganhou centralidade duas formas organizativas: em São Paulo as comissões de fábrica e em São Bernardo o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo. Assim, chocam-se dois modelos de atuação sindical, o praticado via Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, apoiado na estrutura sindical oficial e o praticado pela Oposição Sindical de São Paulo articulado a partir do chão de fábrica.

### **Sindicato de São Bernardo e o trabalho no interior das fábricas**

Também nos anos 1978 e 1979, o Sindicato de São Bernardo recebia críticas por causa do seu distanciamento em relação às bases operárias, por excessiva centralização e fortalecimento da própria máquina sindical. De acordo com Rainho e Bargas:

(...) o Sindicato ainda não atribuía a merecida importância ao trabalho de base que muitos trabalhadores realizavam no interior das fábricas. O Sindicato fazia-se muito presente às portas das fábricas, mas não procurava estabelecer condições para o trabalho existente no interior de cada fábrica se fortalecesse e se vinculasse ao das demais fábricas. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 111).

Com a eclosão das greves em 1978, o operariado pressiona pela criação de organismos de base, comissões e grupos de fábrica. Nesse mesmo ano, em outubro, é realizado o III Congresso Metalúrgico de São Bernardo. Membros da Oposição Sindical de São Paulo que estavam trabalhando em fábricas do ABC, participaram daquele Congresso e propuseram a criação de comissões de fábrica. Ainda que contra a perspectiva da Diretoria de São Bernardo, essa proposta é aprovada. De acordo com o relato de Sebastião Neto:

(...) quando tem o III Congresso dos Metalúrgicos do ABC, 1980 né, 1979/1980, lá no Congresso, isso é histórico tá, lá no Congresso tinham 3 opiniões dominantes: [1] O João Paulo Pires que vinha da experiência da social democracia alemã, que é de Minas, muito amigo do Lula na época, o João Paulo é que defendia uma espécie de comissão paritária [composta pela patronal e operários], por causa da experiência de co-gestão da Alemanha, que é uma abobrinha na situação brasileira. [2] O Lula defendia delegado sindical, que era a visão que ele tinha de dentro do Sindicato... [3] No entanto, a tese que ganhou no Congresso do ABC, foi a nossa proposta de comissão de fábrica, que foi levada pelo Hélio [Bombardi] e pelo Anízio [Batista], São Bernardo deixou que 2 nossos pudessem entrar e meio que escolheram: 'Oh, dá pra ser o Hélio e o Anízio?', que era pessoas mais assim, do modo de tratar, mais educados, mais... Não eram os pimentinhas, assim entende... Mas, no entanto, a tese ganhou. Então tinha uma relação... Nas cúpulas tinham divergências, e como evidentemente tinha divergências, tanto é que nunca andamos muito junto a vida inteira... Mas, havia uma... Na condução das coisas, muita identidade... (Entrevista - Sebastião Neto).

Vejamos os 7 pontos da resolução daquele Congresso que delibera sobre as comissões de fábrica:

Como etapas indispensáveis para a criação e o fortalecimento das comissões de empresa, propomos: 1. Que as comissões sejam escolhidas por assembleia geral de empresa e que qualquer trabalhador possa ser escolhido para integrá-las. 2. Que as comissões elejam entre seus membros os companheiros que serão o elo de ligação entre a empresa e o sindicato. 3. Que os trabalhadores, no sindicato e dentro das empresas, lutem para conseguir a estabilidade, representação, informação e mobilidade dos companheiros das comissões dentro das empresas e para que as comissões tenham locais próprios para reunião, divulgação de material informativo, horário disponível, etc. 4. Que membros da comissão sejam destituídos, individual ou coletivamente, por assembleia de empresa, desde que não cumpram satisfatoriamente suas funções. 5. Que as comissões assumam a negociação das reivindicações com o empregador, cabendo a decisão final à assembleia de empresa. 6. Que os sindicatos promovam cursos permanentes de capacitação sindical, visando a preparação de quadros necessários à formação de comissões de empresa. 7. Que nos acordos, dissídios ou convenções coletivos seja exigido o reconhecimento das comissões e a estabilidade para seus membros. (SINDICATO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgico de São Bernardo do Campo e diadema, 15 de outubro de 1978).

No entanto, como essa aprovação se dá contra a vontade da Diretoria do Sindicato de São Bernardo, no início da campanha salarial de 1979, ao apresentar a pauta reivindicativa, retira-se dela a reivindicação de comissões de fábrica. Ou seja, a gestão de Lula descumprir a deliberação final do III Congresso de São Bernardo de criação das comissões.

Anízio Batista foi operário da Carterpillar até 1975, ano em ingressa em uma filial da Villares, localizada no ABC, trabalha nesta fábrica até 1977. De acordo com seu relato, quando foi admitido na empresa, em 1975, ela já contava com uma comissão de fábrica bem estruturada: "Já tinha um pessoal antigo lá muito bom, aí encontrei outro pessoal novo lá muito bom e nós tínhamos a comissão de fábrica também lá, clandestina mas nós tínhamos". Em outro trecho Anízio continua:

Então nós formamos uma comissão ampla lá, na verdade... E nós íamos para as assembleias sindicais da Villares, numa das assembleias sindicais que nós tivemos em São Bernardo do Campo, que já era o Lula dirigente, por exemplo, foi uma assembleia, na época, mais importante, tinha uns 5 mil metalúrgicos ou mais né, foi muito importante e nessa assembleia, nós reuníamos fora da Villares São Bernardo pela nossa experiência de São Paulo, nós levamos várias reivindicações para a assembleia e o sindicato acabou encampando todas as reivindicações que nós levamos né, entendeu (...). (Entrevista - Anízio Batista).

Conforme relatou Hélio Bombardi sobre aquele Congresso:

(...) Eu lembro que a gente foi pra esse congresso e fomos com a tese das comissões, a gente levou a tese das comissões de fábrica livre, onde todo mundo podia votar, todo mundo podia ser votado, sendo sindicalizado ou não, que fazia uma grande diferença com São Bernardo e que a relação da comissão de fábrica com o sindicato, independente de que sindicato fosse, pelego, autêntico ou combativo, que fosse uma relação política e nunca uma relação orgânica, nunca uma relação de a comissão estar atrelada ao sindicato. Bom, eu sei que deu uma boa discussão da base no Congresso de São Bernardo e por incrível que pareça a base de São Bernardo votou e essa proposta ganhou. Contra o delegado sindical que São Bernardo defendia e contra as comissões, entre aspas, de fábrica [composta pela patronal e operários] que alguns deles defendiam, mas que era totalmente atrelado ao sindicato, que o diretor entrava participando, não precisava ser eleito, só podia participar quem fosse sindicalizado, aquela estória toda. Então contra a posição oficial que ficava Comissão de Fábrica contra Delegado Sindical votou no Congresso de São Bernardo e obviamente não foi implementado, mas serviu como polêmica que começou na época e que não terminou até hoje, porque as comissões de fábricas, algumas que existem hoje, olhando o papel delas é um papel de cooperação com a fábrica. (Entrevista - Hélio Bombardi, concedida ao IIEP, 2007).

O Sindicato de São Bernardo entendia as comissões como uma forma de concorrência à gestão do sindicato que colocavam em questão a sua hegemonia. As comissões eram livres, não recebiam ordens do sindicato, ao mesmo tempo, o Sindicato não podia contrapor-se diretamente a elas no chão de fábrica. Por isso queria fazer delas letra morta. O

Sindicato resgatou a política de Paulo Vidal, apresentou a reivindicação de delegados sindicais. Em entrevista transmitida pelo rádio, em meio à greve de 1979, Lula declara: "Eu acho que o delegado sindical, com intervenção ou sem intervenção no sindicato, é algo que precisa sair com a maior urgência, porque senão, nós criaremos o sindicalismo paralelo no Brasil a curto espaço de tempo"<sup>65</sup>.

A Diretoria temia perder espaço na categoria caso fossem formadas as comissões. Temia que as comissões pudessem dirigir seções importantes das fábricas, ou mesmo dirigir fábricas inteiras. Esse temor aumentava na medida em que a classe operária colocava-se em movimento. Frente a isso, a Diretoria presidida por Lula lutava em defesa do sindicato oficial e pelo monopólio da representação daquele operariado, evitando, assim, que surgissem outras vozes organizadas e destoantes.

Outro caminho possível, ao invés de combater a auto-organização por fábrica, seria a gestão sindical, abdicar-se de sua atuação *apartada do controle operário* e buscar fundir-se com as bases operárias fomentando ainda mais a organização no chão de fábrica, organização de grupos e comissões nos locais de trabalho. Porém, a Diretoria tomou caminho inverso, combatendo as comissões existentes, o que impediu a possibilidade de dotar o movimento grevista de maior coesão, organicidade e autonomia.

Outro argumento era utilizado em várias ocasiões era que, a Diretoria era contrária às comissões porque elas expunham os trabalhadores ao risco de demissão. Um argumento superficial, pois a patronal demitiu centenas de grevistas, com ou sem comissões. Segundo afirma Lula em entrevista: "por isso que não gosto de formar comissões: você expõe um grupo de trabalhadores ao empregador. Se tiver uma comissão de dez, aí a cinco meses não tem mais nenhum com emprego na fábrica. Também não adianta fazer comissão clandestina". (LULA, 1981, p. 21). A Diretoria de Lula mostrava-se herdeira da estrutura sindical oficial que praticava um sindicalismo pautado nas lutas econômicas e apolítico<sup>66</sup>. Em entrevista concedida a revista *Cara a Cara*, também em 1978, sob o título *São Bernardo: uma experiência do sindicalismo "Autêntico"*, Lula reafirma que mesmo o Sindicato de São

---

<sup>65</sup>Confira: Aos 29:05 do documentário *Greve!* de João Batista de Andrade (1979): <https://www.youtube.com/watch?v=8p8Bwdnsooc>

<sup>66</sup> Sua posição em relação aos órgãos de repressão, que torturava e assassinava operários brutalmente, refletem bem as características de sua forma de construção como dirigente político-sindical que buscava evitar os choques e atritos, falando de sua intimação pelo DOPS em 1977, Lula comenta: "Chamaram quando uma empresa me denunciou como subversivo. Fui lá com o diretor do DOPS e fui muito bem tratado. Isso foi no ano passado. Agora fui na Polícia Federal por causa do Congresso das Mulheres, mas também fui muito bem tratado". (Lula ao Pasquim, 1978. In: Lula, 1981).

Bernardo sendo contrário à criação de comissões, os operários queriam formá-las em todas as fábricas de São Bernardo e Diadema:

Fomos procurados por vários grupos de trabalhadores aqui no sindicato para tomar uma orientação de como deveriam agir. A partir daí nós inclusive fomos contra a criação de comissões e em algumas empresas em que elas surgiram nós procuramos acabar com elas. E por quê? Porque o problema era de todos e não era de meia dúzia (...). Quase todas as empresas tentaram criar comissões e não foram criadas porque o sindicato não quis. (LULA, 1978, pp. 58-59).

Claro que o Sindicato não precisava criar comissões públicas, legalizadas, onde não fosse possível, mas poderia orientar para que os operários criassem comissões clandestinas, que se auto-organizassem nas diferentes seções e alas das empresas, porque isso fortaleceria as mobilizações, as greves, a capacidade de organização e de luta dos operários. A Diretoria do Sindicato do ABC não aceitava e não aproveitava de forma construtiva o impulso organizativo que vinha das bases. Compreendia as comissões como concorrência sindical e política. Dessa forma, obstruía a possibilidade de articulação do Sindicato com as propostas oriundas das diversas comissões de fábrica, não aceitava que a articulação entre o sindicato e as comissões poderia ser uma via a mais para expandir as mobilizações e a greve para além dos interesses imediatos da gestão do Sindicato. Na mesma entrevista citada, realizada em 1978, Lula assevera que as comissões até podem existir em um possível "sistema de sindicalismo livre", desde que subordinadas ao sindicato:

Lula: (...) A meu ver, as comissões de fábrica dentro do sindicalismo livre teriam de existir subordinadas a uma coordenação ampla do sindicato. Eu acho que o sindicato tem que ser visto como representante do trabalhador. Não podemos em instante algum reivindicar liberdade sindical e querer que surjam comissões paralelas ao sindicato. (LULA, 1978, pp. 60-61).

*Cara a Cara:* Você é a favor de uma vinculação das comissões de fábrica com o sindicato mesmo sob a atual estrutura sindical?

Lula: Não tem nem dúvida de que eu sou a favor. E se existe algum trabalhador que não acredita no seu sindicato, cabe a esse trabalhador afastar o seu dirigente sindical. (...).

Mesmo sabendo que o peleguismo, serviçal do patronato e da ditadura militar hegemoniza o sindicalismo brasileiro, Lula se opõe à criação de comissões independentes. Isso porque defende a estrutura do sindicalismo oficial de origem mussoliniana e varguista, como forma de manter a hegemonia do Sindicato de São Bernardo.

*Cara a Cara:* Lula, eu torno a insistir na questão anteriormente formulada. Dadas as limitações que tolhem o sindicalismo no Brasil, não é importante que haja, pelo

menos em certos casos, uma coordenação dos trabalhadores de várias empresas fora do sindicato?

Lula: Não, eu acho que essa posição é incoerente. Ora, se existe um sindicato legalmente constituído, para representar os trabalhadores, o que cabe fazer? Cabe levar para dentro dos sindicatos o que existe de melhor dentro das fábricas. (...). (LULA, 1978, p. 61).

Mesmo no que tange à criação das comissões como forma de ampliar a influência do sindicato, considerando que podem participar das comissões os operários que são sindicalizados e operários que não são, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo também se opunha. Conforme podemos conferir na mesma entrevista:

Eu entendo que podem existir quantas comissões, quantos grupos de trabalhadores forem, mas tudo voltado para dentro do sindicato: ou para tirar a diretoria do sindicato ou para fazer o dirigente sindical trabalhar, sei lá. Mas repito, voltado para dentro do sindicato, desde que queira mudar o sindicalismo. Porque quem decide as coisas na assembleia do sindicato é o associado. Se existem, por exemplo, 1.000 trabalhadores, dos mais diferentes grupos, e esse pessoal decide mudar a regra do jogo, esse pessoal vem e muda a regra do jogo. O que precisa ser dado é condição para que esse pessoal comece a participar. (Idem, p. 62).

Entre os principais motivos que orientava a Diretoria no veto às comissões de fábrica, estava a tentativa de bloquear a possibilidade de atuação de outras forças políticas em sua base. Conforme nos relatou João Paulo de Oliveira, que durante as greves do ABC era operário na Resil e foi diretor do Sindicato de São Bernardo a partir de 1981:

Havia a discussão do delegado sindical, comissão de fábrica e havia uma certa confusão porque a comissão de fábrica e o delegado sindical, primeiro: buscou-se a figura, lá no passado, quando o Partidão [PCB], constituía as comissões de fábrica como eles queriam. (Entrevista - João Paulo).

### **Na greve de 1953, dos 300 mil?**

É. Ali eram os delegados sindicais, as comissões de fábrica, delegado sindical, era uma extensão. Com o ressurgimento do movimento sindical pós 1978, essa bandeira, ela volta. (...) Então o Sindicato: "Pô, é Oposição Sindical", então via com um pé atrás. A direção do Sindicato nesse momento via essas, esses companheiros ligados a determinadas organizações clandestinas com... Não com bons olhos. (...). Então quando o pessoal vinha pra cá: "Ih, já vem os grupelho, já vem os grupelho". Era apelidado de "os grupelhos". (...). Quando o pessoal da Oposição vinha para as assembleias nossas aqui e tal: "Ih, oh, a grupelhada, a grupelhada, oh, está todo mundo aqui". Então eles não eram bem vistos. (Entrevista - João Paulo).

### **Via mais como inimigo...**

É. Exatamente. Era visto como inimigos.

### **Vazar a base...**

Não como inimigo, mas acho que como adversário. Como adversários. Como adversários: "O que que esse pessoal está querendo aqui?" (...) era uma palavra de ordem da Oposição, era uma palavra de ordem da grupelhada, era dessa forma que eles viam. Então por isso que eles não queriam. (Entrevista - João Paulo).

Por outro lado, Hélio Bombardi, operário que era membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo e um dos seus principais dirigentes, definia as comissões independentes como forma de ampliação da capacidade de ação das diretorias sindicais combativas, assim, as comissões não deveriam substituir os sindicatos, mas sim articular-se com eles:

Eu tenho pra mim que a gente deve ter o sindicato mais como um aríete. As lutas mais gerais, como dissídio coletivo, eleições sindicais, requerem uma atuação mais massiva e essa luta vai se dar dentro do sindicato. É claro que a gente não vai fazer isso só com as comissões. A gente precisa então ter claro que temos que estar dentro do sindicato, atuando lá. Mas é preciso também ter bem claro que o que vai dar força a isso e o que vai ser determinante para alterar o ritmo de qualquer investida nossa dentro do sindicato é a organização de base dentro das fábricas. (Hélio Bombardi. In: REVISTA CARA A CARA, 1978, p. 26).

Em outro trecho, Hélio argumenta: "a comissão de fábrica vai agrupar sempre os elementos mais combativos, enquanto o sindicato agrupa sempre toda a categoria. As comissões de fábrica não negam o sindicato, mas o reforçam, só que de forma independente". (Idem, p. 33). Destaca ainda que: "1º) a comissão reúne os elementos mais combativos; 2º) ela reúne elementos sindicalizados e não-sindicalizados; 3º) ela tem um papel que excede aquele que é quase exclusivo do sindicato: ela leva também a uma forma de educação política não-partidária. E isso não é sindicalismo paralelo". (Hélio Bombardi. In: REVISTA CARA A CARA, 1978, p. 36).

Nessa exposição fica clara a posição da Diretoria do Sindicato em relação às comissões. Reafirmando a estrutura sindical, com o Sindicato *apartado do controle pelas bases*, obstrui o desenvolvimento daquele amplo processo de ascenso operário surgido das fábricas, sua potencialidade e combatividade massiva não encontra canais de expressão. Esse ascenso portava a potencialidade latente de converter-se em um extenso movimento contra o sindicalismo atrelado e controlado pela ditadura em prol da burguesia industrial. Segundo essa concepção de prática sindical, qualquer movimento de mudança deveria se dar por dentro da estrutura sindical fascista instituída e defendida pelo patronato e pela ditadura militar. Assim, reduz toda a potencialidade das mobilizações massivas à disputa entre chapas sindicais por dentro do "legalmente constituído". Reduz a capacidade de atuação operária à chapa com 24 membros da Diretoria (e apenas 7 diretores efetivos liberados e dedicados à rotina do Sindicato), para representar centenas de milhares de operários.

Essa posição não se restringia ao presidente do Sindicato, pois também é defendida por Enilson Simões de Moura (Alemão), do MR8, um dos principais dirigentes da comissão de salários de 1979 e 1980. O MR8, assim como o PCB, estava em avançada composição com a gestão pelega de Joaquinão, por isso, combate a Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo e as comissões de fábrica na capital e no ABC. Segundo Alemão: "Que faz uma organização clandestina dentro da fábrica? Que papel ela tem em termos de luta? Nesta conjuntura política, sindical, uma estrutura clandestina não tem nenhum papel". (Enilson Simões de Moura, 1980, p. 69). Argumenta que se a comissão é clandestina os operários serão demitidos e se é legalizada o patronato a cooptará. Na mesma entrevista, Osmar Mendonça, Manuel Ferreira Lima e Wagner Lino, que também eram dirigentes alinhados com a perspectiva da Diretoria de São Bernardo defendem a mesma posição. Wagner Lima afirma:

Eu sou contra a comissão de fábrica clandestina, a comissão de fábrica que vai além do sindicato, aquela que não é reconhecida pelo sindicato (...) A coisa precisa ser reconhecida, uma coisa clandestina não tem condições de ir pra frente. Primeiro, porque se levam as questões específicas da base para dentro do sindicato, segundo porque alegando que a comissão tem que ir além do sindicato, se desvia para um sindicalismo paralelo. (Entrevista - Wagner Lima. In: *REVISTA ENSAIO*, 1980, nº 7, p. 69).

Contrária à posição dos dirigentes de São Bernardo, a Oposição Sindical de São Paulo defenderá um projeto ligado à auto-organização pela base, estruturado sobre organismos autônomos independentes do sindicato e contrário à estrutura sindical estatal. Para a Oposição, as comissões de fábrica seriam responsáveis por discutir os problemas internos de cada fábrica e por organizar os operários internamente, articulando as formas de luta de forma autônoma em relação à Diretoria do Sindicato. Conforme aponta Ibrahim, a Oposição:

(...) coloca a comissão de fábrica como um organismo de massa representativo do conjunto dos trabalhadores, que no âmbito da empresa negocia o conjunto dos problemas que afetam os trabalhadores. Defendem a autonomia da comissão em relação ao sindicato, definindo suas funções em níveis diferentes. O sindicato representa o conjunto da categoria e assume suas responsabilidades relativas a problemas gerais que afetam a categoria como um todo. As relações entre ambos se dão mais no campo político do que no orgânico pois a comissão é fruto da vontade de luta e de organização dos trabalhadores, e o sindicato está sujeito a uma série de injunções impostas pela legislação. É a prática da ação sindical que define o grau de conflitos que pode haver nessa relação. Seu ponto de partida é a ação reivindicativa e organizativa dentro das empresas como base da ação sindical. Por isso, qualquer estrutura que se pretenda criar e ser realmente representativa dos interesses dos trabalhadores deve assentar-se na luta permanente pelos interesses dos trabalhadores enquanto classe e estar solidamente baseada na organização a partir dos locais de trabalho. De certa forma, essa corrente busca resgatar as experiências de 1968 em Osasco e as dos anos 70 das oposições. (IBRAHIM, 1986, p. 76).

O projeto representado pelo sindicato do ABC prioriza a estrutura sindical oficial atrelado ao Estado, com centralidade do Sindicato e de sua Diretoria, com veto às comissões de fábrica, propõe em seu lugar os delegados sindicais reconhecidos pela patronal. Essa gestão sindical elege como fórum central o espaço de mediação entre o movimento operário radicalizado e as necessidades da ditadura em crise agônica. Como destaca Ibrahim, para o grupo nucleado em torno de Lula:

*Organização pela base, através de comissões de fábrica* cheirava a 'paralelismo sindical', coisa de quem queria passar por cima da estrutura, e eles, até em legítima defesa, reagiam, colocando como alternativa a figura do delegado sindical, que seria a extensão do sindicato dentro das fábricas. (IBRAHIM, 1986, p. 74).

Nesse debate também está em questão a disputa da diretoria de Lula para enfraquecer as oposições sindicais que trabalham em suas bases, buscando com isso maior legitimidade para sua gestão no sindicato e restringir o espaço de outras tendências e correntes políticas. De acordo com relato de Anízio Batista, a polarização entre os Autênticos e os militantes da Oposição tem como elementos centrais o enfrentamento contra a estrutura sindical, independência do sindicato em relação ao governo, Delegacia do Trabalho e do Ministério do Trabalho nas negociações entre operários e o patronato. Conforme relata Anízio:

A diferença aí, nós de São Paulo e do Lula, nós tínhamos... A diferença era pouca, era apenas que nós aqui em São Paulo, nós fazíamos um trabalho para quebrar a estrutura sindical do governo, [para] nós termos uma estrutura sindical independente do governo. E o Lula, já concordava com isso... Concordava com a estrutura sindical. Talvez seja porque ele estava no poder, talvez seja isso também... Ele já estava no poder... Então, essa divergência ele tinha conosco, porque nós achávamos, por exemplo, que as nossas reivindicações, a nossa estrutura sindical, nós tínhamos que ser direto com o patrão, e não passar pela Delegacia do Trabalho, por exemplo... Nem pelo Ministério do Trabalho... A nossa proposta era essa: Era quebrar a estrutura sindical e ser independente, né. E formarmos, mesmo, um sindicalismo mais independente que a gente podia imaginar. (...). Então essa era a maior diferença que nós tínhamos. (Entrevista - Anízio Batista).

Quando pergunto a Waldemar Rossi qual era o problema que o grupo de Lula via nas comissões, ele também responde que a principal questão é que a Oposição defendia comissões independentes do sindicato e que agregasse todos os trabalhadores da fábrica, sindicalizados ou não. Isso ampliava a organização dos trabalhadores no local de trabalho, mas colocava em cheque o papel da Diretoria como representação exclusiva. Quebrava o monopólio da representação exercido pela gestão do Sindicato. De acordo com o relato de Waldemar:

(...) nós sempre defendemos que a comissão deve ser um órgão independente, do conjunto dos trabalhadores de uma fábrica, sindicalizados ou não. E que ela tem que

ser responsável mais pelas reivindicações internas. Enquanto que, ao sindicato, compete realmente apoiar, naturalmente, os movimentos das fábricas, mas pensar no conjunto, tá certo?! Na cabeça do Lula jamais podia ser isso, porque isso era fazer um duplo poder sindical dentro da fábrica e por isso tem que ter a comissão de fábrica ligada ao sindicato, e aí você perde a autonomia. Porque ela passa a ser de uma parte e não do todo. (Entrevista - Waldemar Rossi).

### **E o sindicato perde poder?**

Claro. O problema dele está no poder. Enquanto nós dizemos o seguinte: 'Nós queremos a organização democrática dos trabalhadores, que eles pensem como classe e não como parcela da classe'. Enquanto isso, eles pensam como poder de controle. Ué, para chegar ao poder tinha que ser por aí... (Entrevista - Waldemar Rossi).

Quando pergunto a Stanislaw Szermeta por que a fração do Lula era contra as comissões, ele acrescenta que era "Porque eles achavam que criava uma organização independente... Que não ajudava no processo de unificação da luta. Que os patrões podiam cooptar as comissões" (Entrevista - Stanislaw Szermeta). Claro que, no sistema capitalista, qualquer entidade pode ser cooptada pelo patronato, corrompida por dinheiro, influência e variados tipos de privilégios e contrapartidas. As comissões não estão livres disso. Mesmo sem contar com recursos financeiros próprios ou prestígio político frente ao governo, à sociedade e ao setor industrial de conjunto, podem ser cooptadas. Ainda mais em períodos de refluxo das lutas operárias, momento em que tende a receber menor estímulo interno e ter sua potencialidade contestatória diminuída, podendo ser resumida a funcionar mais como um organismo para micro e pequenas reformas no local de trabalho do que como um instrumento de contra-poder ou ferramenta para emancipação operária.

As comissões de fábrica, CIPAS e Delegados sindicais, estão sempre abertos ao campo de disputa no chão de fábrica, assim como os sindicatos também podem ser cooptado pela patronal e pelo governo. No entanto, isso não invalida a necessidade desses órgãos. Principalmente se intenciona-se uma articulação dos mesmos com demandas para além do modo regulatório da dominação fabril. Ampliar os órgãos de representação serve para ampliar também os canais de comunicação na base operária. Hoje no ABC, as comissões de fábrica, assim como os delegados sindicais, estão condicionados a atuar como um corpo ampliado da Diretoria do Sindicato, estão submetidas às gestões sindicais, que utilizam as comissões e delegados como um organismo de mediação na extração de mais valor. (Discutimos esse caso em: MOURA, 2011). O sindicato para-estatal quer fazer das comissões e delegados, órgãos para-sindicais. No entanto, este problema não é suficiente para vetar a construção de órgão de auto-organização e de contra-poder no regime interno fabril.

Ainda, para problematizar mais a questão, poderíamos pensar que o sindicato sofre pressões muito maiores de cooptação. Sabemos que os sindicatos possuem orçamentos milionários, arrecadados forçosamente via imposto sindical. Contraditoriamente, por suas dimensões, o sindicato, contando com 24 diretores, é o principal órgão que, se cooptado pela patronal e pelo Estado, pode causar imensos prejuízos à classe operária. O reformismo burguês acedia-o permanentemente, o peleguismo também, arrivistas de toda espécie lutam pelas cadeiras do sindicato e pelo acesso a seu orçamento. Os partidos políticos da ordem, em conjunto com o Estado, de tudo fazem para influenciar nas gestões dos sindicatos e fazer dele uma secretaria a serviço da manutenção do *status quo* de dominação de classe e exploração. No entanto, a importância de atuar nos sindicatos está no fato de que são organismos que a classe operária recorre, sobretudo nos momentos de intensificação dos conflitos de classe, como em Osasco em 1968 e em São Paulo e ABC paulista em 1978. Trata-se não de abandonar os sindicatos como ferramenta de unificação e politização do proletariado, mas sim, de atuar em seu interior para que reflita de fato as demandas históricas e imediatas da classe trabalhadora, construindo um programa político-sindical que intente utilizá-lo para essa finalidade. Isso reforça o fato de que as comissões de fábrica colocam-se como forma de ampliação da auto-organização operária.

Mesmo que o sindicato coloque-se como entidade combativa a serviço das necessidades imediato-históricas da classe operária, ainda assim necessitará de canais diretos com cada fábrica. Necessitará que as fábricas se auto-organizem e se coloquem como sujeitos ativos nas lutas sociais e políticas, sobretudo no que tange à estruturação produtiva fabril. Nesse caso não há o que temer. Conforme analisou Stanislaw em entrevista que nos concedeu

A gente achava o seguinte (...), que se os interesses do sindicato não estavam em acordo com os interesses da comissão, a comissão jamais iria fazer uma discussão negativa. Agora o que acontecia era que esse processo de luta, dentro da fábrica, ele ia no centro da questão. (...) E aí você tinha o que, você tinha o controle do conjunto da luta. Não digo da direção sindical, a direção do sindicato fazia sua luta. E o sindicato se tornava amigo da comissão. Não se tornava inimigo. Ele se tornava inclusive o provedor de tudo, do boletim disso, daquilo... Quer dizer, era um processo de renovar. Tinha toda uma luta, um processo inclusive de renovação sindical. Porque você ia discutir acidente de trabalho, reivindicação... Você ia discutir o conjunto da luta dos trabalhadores. Não ia ser só o sindicato da porta para fora. Era o sindicato da porta para dentro. Como a Cobrasma era. Cobrasma tinha uma comissão, Cobrasma discutia mano a mano. E eu não vejo os caras falarem que a comissão da Cobrasma passou por cima da Diretoria do Sindicato. Nunca ouvi falar isso, e era uma comissão oficializada. Tinha estatuto, era essa comissão que nós [defendíamos]. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Com o ascenso das lutas operárias em 1978, 1979 e 1980 as comissões acabam por se impor como uma realidade no início da década de 1980. No entanto, mesmo quando eram obrigados a aceitar as comissões de fábrica, os dirigentes do Sindicato do ABC buscavam convertê-las em "correias de transmissão" do Sindicato. Conforme elucida o relato de Anízio Batista:

(...) As comissões de fábrica, ele [Lula] queria que fosse atrelado ao sindicato. E nós não concordávamos com isso. Nós achávamos que as comissões de fábricas tinham que ser independentes do sindicato também. Porque as comissões de fábrica podiam fazer um trabalho dentro da empresas e ela negociar com as empresas, independente do sindicato. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Mas como que é essa comissão atrelada ao sindicato que o Lula queria?**

Aí, o Lula queria comissão, por exemplo, que a comissão fosse ligada ao sindicato. Por exemplo: você tem uma negociação com o patrão, aí a comissão vinha no sindicato, o intermediário era o sindicato. Então era isso que ele queria. Nós achávamos que não, nós achávamos, por exemplo, uma reivindicação lá; um refeitório, ou macacão. (Entrevista - Anízio Batista).

### **E o delegado sindical, como que era?**

O delegado sindical não tinha tanta divergência. O delegado sindical, nós entendíamos, na nossa visão, que o delegado sindical era a ponte das comissões de fábrica, onde ele coordenava realmente os trabalhos internos, das comissões. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Mas era o sindicato que indicava esse coordenador/delegado-sindical?**

Isso. Na nossa proposta, tinha que ter uma eleição interna... E o sindicato achava, muitas vezes, que eles é que tinham que indicar. Está entendendo? Mas tinha uma pequena divergência, mas não era muito divergente não. Porque tinha gente, dos diretores, que concordavam com essa proposta nossa. A mesma coisa da CIPA, né... A CIPA, quando nós conquistamos a CIPA, por exemplo, aí nós queríamos uma CIPA própria, só dos trabalhadores, aí, de todas as negociações com o patrão, aí ficou uma "CIPA mista", aí depende o tamanho da empresa, teria 5 representantes dos trabalhadores internos, votado pelos trabalhadores e 5 representantes internos da empresa, mas com votos de minerva da empresa. A gente nunca ganhava né [risos]. Você entendeu? Então essa diferença que nós tínhamos também com o sindicato. Mas, de qualquer forma, foi uma abertura que nós conseguimos na época, né... Foi uma abertura, era na porrada tudo, mas era uma conquista que a categoria conquistou né. (Entrevista - Anízio Batista).

Com base nos depoimentos e documentos do período, elucidam-se divergências importantes. A Diretoria do Sindicato do ABC, aferrada à estrutura sindical, sentia que seu poder de representação era ameaçado pelas comissões independentes. Não as aceitando como organismos complementares da auto-organização fabril, indispensáveis para a democracia operária a partir do chão de fábrica. Esta forma levada a cabo pelo Sindicato do ABC tende a

sufocar a iniciativa e auto-organização no local de trabalho ao mesmo tempo em que centraliza toda organização da classe nas mãos de uma diretoria sindical composta por duas dezenas de representantes. Em favor do monopólio da representação apelam para a dissolução dos organismos autônomos formados pela livre associação dos trabalhadores livres. Contrariamente, nos processos de auto-organização dos operários da Cobrasma, vimos que a comissão e o sindicato atuavam de forma conjunta e com isso ampliaram enormemente sua capacidade de representação e organização do operariado da região de Osasco.

Ainda que possamos considerar que este não fosse o temor da Diretoria do Sindicato de São Bernardo, cabe lembrar que na Cobrasma a comissão de fábrica primeiramente organizou os operários por fábrica, mas depois compôs uma chapa, disputou as eleições e venceu a chapa da situação. Jorge Preto, operário e militante que construía a Oposição explica esta polêmica:

Então, eles falavam assim, que a grande falha nossa era que a gente não atuava dentro do sindicato, e assim, o que que a gente fazia? A gente atuava dentro e fora. Porque os primeiros, assim, os dirigentes, os militantes nosso que ia para dentro do sindicato, a própria direção do sindicato dava um jeito de cassar a gente dentro da fábrica. Então, a gente só, assim, usava... Nunca usava a estrutura do sindicato para mobilizar os nossos militantes. Sabia que era colocar o pescoço na forca. (Entrevista - Jorge Preto).

O que dava argumento para a acusação de não atuação por dentro do sindicato era o fato de que a Oposição disputou eleições sindicais (1967, 1972, 1978), sem aceitar uma chapa conjunta com os pelegos, sem fazer política por dentro da ordem sindical-política hegemônica pelos dirigentes que eram agentes da ditadura e do patronato.

Sobre esse debate entre delegados sindicais e comissões, José Álvaro Moisés aponta a dificuldade dos Autênticos em lidar com a "existência de outros organismos procurando articular os esforços de luta da classe trabalhadora convivendo com o papel de direção do sindicato". (MOISÉS, 1982). O autor aponta que posicionar-se contra as comissões não ajuda na resolução do problema da estrutura sindical no país. Argumenta que tratava-se de enfrentar "o problema do imobilismo da estrutura sindical na base, isto é, no plano das empresas". Moisés considera que os delegados sindicais não dariam conta de canalizar todas aquelas iniciativas de organização e ação que afluíam das bases operárias:

(...) o reconhecimento dessa figura [do delegado sindical] ainda é algo a ser conquistado e, segundo, mesmo quando o seja, na forma por exemplo, de delegados eleitos para cada seção da fábrica, isso não implicará na eliminação das inúmeras e diferentes iniciativas de base que se tem verificado, recentemente, nas empresas dos

setores de ponta da economia brasileira. Quer dizer, sempre ainda haverá uma margem de iniciativas e de mobilização a partir das bases - que é o que se trata no caso das várias experiências concretas de *comissões de fábrica* na região da Grande São Paulo - que será necessário aglutinar e dirigir, até mesmo fortalecer os próprios sindicatos. E só a presença dos *delegados sindicais* talvez não seja suficiente para cumprir essa tarefa. (MOISÉS, 1982, p. 133 - grifos do original).

Para Moisés, ao invés de combater as comissões de fábrica, a solução seria compreendê-las como forma complementar de mobilização da classe operária, como organismos que dotariam o movimento sindical de maior dinamismo e de representatividade a partir das bases. Tendo essa compreensão, seria possível articular as comissões de fábricas autônomas, delegados sindicais e o sindicato, tendo com isso um movimento operário mais democrático e com organização mais sólida nas bases. De acordo com a análise do autor: "A questão tem de ser posta em termos de possibilidades de uma solução que articule as comissões ou grupos de base e os sindicatos, sem que isto implique em subordinar em tudo os organismos de base às direções sindicais, pois isso não seria democrático". (MOISÉS, 1982, p. 134). Para o Moisés, não se pode confundir o papel do sindicato com o da comissão, essas entidades não concorrem, pois "as funções de representação do sindicato, pela sua própria natureza, tem de falar em nome de toda a sua categoria e não apenas em nome dos empregados de uma ou outra empresa". (Idem, 1982, pp. 134-135). Ao invés de pensar as comissões como opostas aos sindicatos, para o autor, trata-se de considerar a sua importância para a organização no chão de fábrica:

(...) Na verdade esta questão exige imaginar alguma forma pela qual as *comissões de fábrica* (ou algo parecido) sejam soberanas em relação aos problemas concretos e específicos de sua fábrica, mas partícipes, quando se tratar dos problemas gerais da categoria, de algum nível de mediação e decisão, em que se coloque as funções do sindicato. Cabe ao movimento real da história resolver esses problemas, mas talvez se possa imaginar que, ao se manter a atual base territorial do sindicato, isto é, os municípios, o conjunto de representantes das *comissões de fábrica* de uma dada categoria possa vir a formar uma espécie de *conselho consultivo* ou *deliberativo* dos sindicatos, cujas decisões, entretanto, seriam resguardadas para a soberania das assembleias gerais. (MOISÉS, 1982, p. 135, grifos no original).

Assim, para o autor, era possível buscar uma solução para garantir "o papel das *comissões de fábrica* em seu nível específico - que é a própria fábrica - e atribuir-lhes uma função de intermediação entre a base e as direções sindicais, em nível geral, de tal modo que haja maior comunicação entre esses dois níveis". (MOISÉS, 1982, p. 135). Para Moisés, as comissões independentes eram importantes formas de ampliar a ação sindical e a mobilização:

Para garantir uma organicidade maior entre essas *comissões* e o sindicato pode-se imaginar que o *conselho* mencionado seja formado pelos *delegados sindicais* que,

neste caso, seriam delegados das bases no processo de tomada de decisões sindicais, que contaria com a participação tanto das diretorias dos sindicatos e, ao mesmo tempo, representantes das *comissões ou grupos de fábrica* junto ao sindicato. Na medida em que um sistema como esse, por exemplo, puder criar condições melhores para fluir a comunicação entre bases e direções, se ampliará consideravelmente o papel e a importância da massa de trabalhadores nas decisões sindicais, dando a ela, inclusive, o poder de tomar iniciativas quando julgar que as direções estão deixando de fazê-lo. (MOISÉS, 1982, p. 135).

A Diretoria do Sindicato de São Bernardo sentia-se ameaçada pela auto-organização das bases, por uma possível concorrência de influência entre as comissões e o sindicato. Dando-se voz aos operários e operárias organizados por fábrica, disputas provavelmente aconteceriam. A Diretoria poderia perder sua exclusividade de decisão sendo forçada ao ouvir suas bases. O chão de fábrica é coabitado por variadas demandas e perspectivas, por diversas tendências políticas e sindicais. Frente a isso, a Diretoria do Sindicato optava por combater a tendência de auto-organização nos locais de trabalho. Isso porque entendia que estava em disputa a centralidade da organização, se pela base ou se em torno das determinações da Diretoria. Conforme nos relatou Maria José:

(...) a política, no caso do ABC, não era a organização dos trabalhadores a partir das fábricas. Isso era evidente em todos os nossos embates. É tanto que... Na fundação da CUT (...). Em todos os níveis de discussão isso era muito claro. A gente defendia isso e trabalhava com isso. Nós fazíamos isso, a nossa prática era essa. Era organização a partir das fábricas e eles não. (Entrevista - Maria José).

O tema das comissões era um dos aspectos que opunha a Oposição em relação aos Autênticos do Sindicato de São Bernardo, conforme escreveu Elias Stein:

Essa diferença de concepções sobre o papel dos sindicatos, das Comissões de Fábrica, da autonomia da luta operária em relação ao aparelho sindical, que poderia levar a uma troca de experiências muito rica, acabou resultando numa desconfiança mútua, que trouxe prejuízos tanto para a Oposição como para os dirigentes de São Bernardo. Enquanto a Oposição via no sindicalismo de São Bernardo uma luta puramente economicista, que acabava reforçando a estrutura sindical vigente, os militantes e dirigentes de São Bernardo viam no trabalho da Oposição de São Paulo um perigo do "sindicalismo paralelo", claro que nem um nem outro estavam certos nessa visão. (STEIN, 2006, p. 28).

O sindicalismo praticado pela Diretoria de São Bernardo preservava a estrutura sindical e o exclusivismo da gestão, reforçando o papel do aparelho sindical em detrimento da organização das bases nos locais de trabalho, sendo assim, tanto a organização pela base quanto comissões de fábricas eram temas estranhos à tradição sindical que foi gestada pelo Sindicato de São Bernardo durante a década de 1970. Embora o grupo nucleado em torno da Diretoria do Sindicato falasse em "autonomia e liberdade sindical", de acordo com relato de

Elias Stein, o conteúdo dessa *palavra de ordem* no ABC era distinto do reivindicado pela Oposição Metalúrgica de São Paulo. Para os Autênticos "autonomia e liberdade sindical" era a ditadura não intervir militar e judicialmente no Sindicato, cassando sua Diretoria etc. Não se intencionava desatrelar o Sindicato da esfera e controle estatal, do Ministério do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do TRT etc. De acordo com Elias Stein:

(...) Para os Autênticos, o sindicato tinha que ser livre, mas a visão de liberdade sindical para eles era diferente de São Paulo. São Paulo via a liberdade sindical do ponto de vista histórico, político, que vêm lá dos anarquistas, o sindicato não pode estar ligado ao Estado, não pode estar ligado a partido, ele tem que ser independente. Para ele ser independente, ele não pode se sustentar em nada que vem do governo, e o imposto sindical vem do governo. É uma instituição do governo que a hora que quiser o governo corta, sei lá, cancela (...). Para os Autênticos é basicamente não sofrer intervenção, só. Se manteve isso já está bom. (...) O ABC sempre brigou para ter delegado sindical no começo. Quando eu cheguei lá, a briga deles era por ficar lá dentro, para ver os problemas e tal. A Oposição defendia a comissão de fábrica, eleita por trabalhadores e independente do sindicato. Quem é sindicalizado pode se candidatar, quem não é também pode. Qualquer um, quem vai eleger a comissão são os trabalhadores. Lá no ABC a coisa foi evoluindo, que aí criaram a comissão de fábrica, tem até hoje, muitas comissões de fábrica que é o Sindicato que elege. O Sindicato indica, com o prestígio, até com dinheiro, com o dinheiro que ele tem, ele elege a comissão. (Entrevista - Elia Stein).

No que tange à importância das comissões de fábrica, cabe destacar um elemento colocado por Elias: as comissões independentes têm esse aspecto vantajoso de que todos os trabalhadores podem participar dela independente de ser ou não filiado ao sindicato. Isso amplia o alcance dessa forma de representação no chão de fábrica. Mas, a Diretoria de São Bernardo resistia às formas de controle que vinha da base. Segundo o relato de Elias: "Eles acham que qualquer coisa que escapa do controle deles é sindicalismo paralelo, é grupo político... Eles têm uma alergia por essa política operária, assim, socialista, é... Eu via como alergia, eles não gostavam". (Entrevista - Elias Stein). Com o combate às comissões de fábrica reafirmava-se também a centralidade das assembleias plebiscitárias, onde todos poderiam ir e votar, porém só o sindicato poderia falar e dirigir.

Em São Paulo, mesmo tendo Joaquinção à frente do Sindicato, os militantes da Oposição podiam fazer uso da palavra na tribuna. Todos os operários que quisessem falar à assembleia colocavam suas carteirinhas de sócios sobre a mesa. O presidente do sindicato escolhia aleatoriamente algumas. Essas pessoas podiam ir até o microfone e expor suas ideias e propostas. Essa é uma diferença importante. Conforme relato de Cleodon Silva:

E as assembleias de São Bernardo tinham outra marca, as assembleias de São Bernardo, quem falava nas assembleias eram previamente acertadas com a diretoria.

Não tinha nas assembleias oradores que eram tirados nas regionais ou tinha uma representação de baixo que abria espaço durante as assembleias pra falar, tanto que nas assembleias de São Bernardo, até pelo fato de serem assembleias monstruosas, se tivesse dez oradores ou quinze oradores não tinha viabilidade. Então a própria situação lá era pra poucos oradores e normalmente eram oradores que praticamente a diretoria determinava pra falar e exercia um controle cerrado das coisas. São Bernardo serviu de exemplo numa das conversas com Luis Antonio [Medeiros]: “Eu vou aplicar aqui a mesma coisa que o Lula faz”, como queimando o Jornal da Convergência [Socialista], não deixando o pessoal manifestar lá, a linha dura no sentido de combater qualquer coisa em nome da unidade de classe. A unidade era a opinião da diretoria e o resto era divisionista, era gente que estava querendo destruir o movimento e se aplicou o pensamento único e você viu que nada se criou, nada se formou em São Bernardo que não a... tudo que saísse da diretoria e da diretriz da equipe liderada pelo Lula. Aqui em São Paulo não, nunca se conseguiu isso, e quando eles partiram pra tentar centralizar as assembleias eles tiveram que apelar para a violência explícita organizando os Décio Malhos, nós enfrentamos também os Décio Malhos<sup>67</sup> na porrada e aí foi briga séria, nós tivemos vários acidentes significativos e confrontos seriíssimos com a organização da violência por parte da diretoria. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

A configuração e forma de atuação das comissões de fábrica pode ser compreendida de variadas formas. Mesmo no seio da Oposição coexistiam diferenças em relação ao tema. Havia acusações de que as comissões de fábrica eram na verdade uma forma de sindicalismo paralelo. É um caminho que pode ser seguido pelas comissões. No entanto, as comissões e interfábricas teriam importante caráter representativo, sobretudo se funcionassem em estreita articulação com o Sindicato, que também foi eleito pela categoria. Poderia haver atritos entre as comissões, coordenadorias e a Diretoria do Sindicato, mas essas poderiam ser resolvidas em assembleias gerais. O que poderia inclusive, ser muito rico, considerando que todos os organismos representam momentos das necessidades das bases operárias. A negativa de formar comissões independentes do sindicato e mesmo as interfábricas, redundava, na prática, na reafirmação da estrutura sindical vigente.

No campo do marxismo revolucionário as comissões de fábrica e os comitês de operários são formas organizativas importantíssimas para o desenvolvimento do contrapoder proletário. Lênin, em pleno processo de desenvolvimento da revolução russa, considerava que, caso os soviets começassem a ser dirigidos por contra-revolucionários, agentes da burguesia e do imperialismo, impedindo os operários de expressarem suas demandas nesses espaços, era necessário organizar as comissões de fábrica como forma de auto-governo operário. Gramsci (1973) chegou a definir os conselhos de fábrica como germe do Estado

---

<sup>67</sup> *Décio Malho*, ou *Desce o Malho* foi um grupo para-sindical que atuava na repressão física contra os operários e militantes que faziam oposição ao peleguismo e ao reformismo do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, foi formado por militantes do PCB, MR8 e pelegos ligados à diretoria de Joaquinão. Tal forma de coação é conhecida no meio sindical como bate-pau.

operário, e assim, da democracia proletária. O autor chega inclusive a formular a consigna “Todo o poder do Estado aos Conselhos Operários e Camponeses”. (1973, p. 35). Também nas resoluções do II Congresso da 3ª Internacional Comunista, dirigida por Lênin e Trotski, consta a defesa das comissões de fábrica.

Para Trotski as comissões de fábrica significaram importante elemento para auto-organização proletária. Segundo o autor, em *O programa de transição*: “o principal significado dos comitês é o de se tornarem estados-maiores de combate para as camadas operárias que o sindicato não é, geralmente, capaz de mobilizar. É, aliás, precisamente dessas camadas mais exploradas que sairão os destacamentos mais abnegados da revolução. (2008, p. 26). O autor destacava que as comissões podem ser utilizadas contra os interesses dos sindicalistas conciliadores. A partir desta análise afirma que “Os burocratas dos sindicatos estarão contra, em regra geral, a criação de comitês de fábrica, assim como se opõem a todo processo audacioso no caminho das mobilizações das massas. (...). (2008, p. 26). Para Trotski era necessário compreender que as comissões de fábrica oriundas de ascensos proletários, rebeladas contra o patronato, estabelecem uma dualidade de poderes dentro do local de trabalho. Nestes processos os trabalhadores auto-organizados entram em disputa direta pela organização do trabalho e da produção. Segundo o autor:

Desde que o comitê aparece, se estabelece de fato uma dualidade de poder na fábrica. Por sua própria essência, esta dualidade de poder é transitória, porque encerra em si mesma dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário. A importância principal dos comitês de fábrica consiste, precisamente, no fato de abrir um período diretamente revolucionário entre o regime burguês e o regime proletário. A onda de ocupações de fábrica em certo número de países demonstra amplamente que a propaganda sobre os comitês de fábrica não é nem prematura nem artificial. Novas ondas desse tipo serão inevitáveis num futuro próximo. É necessário iniciar a tempo uma campanha a favor dos comitês de fábrica para que os acontecimentos não nos peguem de surpresa. (TROTSKY, 2008, pp. 26-27).

Quando se faz uma análise mais detida do caráter das comissões de fábrica, considerando o papel que podem cumprir na luta pela auto-organização e contra o patronato e a burguesia, evidencia-se o papel cumprido pela Diretoria do Sindicato nas greves do ABC. Combater as comissões de fábrica, sobretudo naquele período de ascenso proletário, era atacar frontalmente a organização do operariado no chão de fábrica impedindo que a auto-organização se estendesse e se fortalecesse. O sindicato só passou a aceitar a existência das comissões a partir de 1981, quando conseguiu fazer delas apêndices do Sindicato, transformando-as em “correia de transmissão” das diretrizes da Diretoria do Sindicato do

ABC. O Sindicato utilizava-se de todo seu aparato para assegurar que seus “aliados” controlassem as comissões.

Tanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Joaquinção, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, combateram frontalmente as comissões de fábrica. Ambos, para combater as comissões, reivindicavam a figura do delegado sindical. Apenas a partir de 1981 isso muda, mas até então a Diretoria do Sindicato do ABC defendia os delegados sindicais em oposição às comissões. Conforme aponta Renner:

Em 1979, demandou-se novamente "estabilidade para os delegados sindicais na proporção de um delegado para cada grupo de 500 empregados, assegurando-se o número mínimo de "um" empregado para as empresas com menos de 500 trabalhadores, estabilidade garantida, ainda que não ultrapassado o período de experiência. (RENNER, 2002, p. 230).

Também no ABC as comissões estavam sendo criadas pelos operários e até mesmo de forma preventiva pelo patronato, como no caso da Volkswagen. Nessa fábrica (MOURA, 2011), o patronato queria criar comissões controladas pela gerência fabril para prevenir a criação de comissões as quais não pudesse controlar, queria criar uma comissão com influência da direção da empresa para ser correia de transmissão dos interesses da empresa e uma apaziguadora de conflitos entre capital e trabalho.

Então em São Bernardo, frente à criação de comissões de fábrica clandestinas pelos trabalhadores por um lado, e a tentativa de empresas de criarem comissões controladas por outro, restou ao sindicato lutar para controlá-las onde fossem criadas. Em 1981 a Ford demite 400 operários<sup>68</sup>. Com isso inicia-se uma luta para revertê-las. Os dirigentes do Sindicato assumiram essa luta, mas em determinada altura passaram a avaliar que não era possível a readmissão dos demitidos, assim abandonaram essa luta e colocaram em seu lugar a reivindicação da comissão de fábrica. De acordo com Betão, operário da Ford que se tornou diretor do Sindicato de São Bernardo e coordenador da comissão de fábrica<sup>69</sup>:

E aí veio a questão da comissão de fábrica. Então, o que acontece, já não estava mais a questão da readmissão que a gente sabia que não conquistava, então era a comissão de fábrica: "Queremos conversar com a empresa" e não tinha, a empresa não aceitava. Mas aí, a peãozada fazia aquela pressão para entrar e para invadir o RH, e a empresa ficava lá em cima, assim, olhando em baixo, a hierarquia era uma coisa de louco. (...). Mas aquela pressão, aí teve uma hora que um peão lá, tinha uma caçamba de lixo, assim, o peão tocou fogo na caçamba. Aí a empresa, lá de cima, falou para o Jair Menegueli, o Jair Meneguele estava lá em cima, eu e o Jair, aí ele

---

<sup>68</sup> Confira: BRITTO, 1983.

<sup>69</sup> Aspectos do processo de formação dessa comissão podem ser conferidos em entrevista concedida por Betão e Iram J. Rodrigues em um programa televisivo. Confira: [https://www.youtube.com/watch?v=7kVXMkJ\\_qeA](https://www.youtube.com/watch?v=7kVXMkJ_qeA)

falou assim: "Pára, pára, pára, a gente aceita conversar". Aí como é que vai fazer, o Jair falou: "Betão, vai lá embaixo, chama os companheiros que querem participar de uma conversa com a empresa". Aí foi onde eu desci lá em baixo para perguntar: "Olha, a empresa aceitou conversar com os trabalhadores, quem quer participar da reunião com a empresa?". Aí, Gilvan, Papagaio, Zé Preto, Zé Luís Apolinário, Januário, José Carlos Brito, Rondini, Ermelino, sabe, depois, do prédio 4, o Gilvan, da ferramentaria o Ermelino, da estamparia o Garapa, da funilaria o Zé Preto, pintura o Papagaio, e foi assim. Assim nós reunimos, tinha o menino da manutenção, aí, pela primeira vez, aí ele falava, então... Tinha 13 companheiros, aí vamos subir. (...). Você de frente a frente ali com o cara que era o bonzão mesmo, que gritava, que mandava, e ali vinha conversar com você, sabe. Aí foi onde houve a primeira conquista da comissão de fábrica, a conquista mesmo. (Entrevista - Betão).

No entanto, essa comissão formada seria muito distinta da reivindicada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Não seria uma omissão independente do arbítrio da Diretoria do Sindicato. Seria um modelo de comissão muito mais próximo do praticado pela burocracia sindical e pelas tendências stalinistas, como a do PCB, uma comissão subordinada à Diretoria do Sindicato. Conforme relatou Betão:

(...) Eu era diretor do Sindicato eleito pela categoria, no Estatuto, a comissão de fábrica, ela era eleita pelos trabalhadores, mas tinha um coordenador e esse coordenador era o diretor do Sindicato que era eu. E eu não podia ser votado na minha Ala porque eu tinha sido votado na categoria. E no estatuto, quando a gente discutiu a questão da coordenação ficar o diretor do Sindicato da noite e um do turno do dia, nossa aí a gente levou porrada da Oposição de tudo quanto é jeito, sabe, nossa... A Oposição aqui de São Paulo meteu o pau, porque "a comissão de fábrica não era independente" e que não sei o que tem, mais querendo ou não, a comissão de fábrica, ela foi uma das maiores conquistas que a categoria já teve, que os trabalhadores já tiveram, querendo ou não. Uma comissão de fábrica legalizada, com estabilidade, tempo livre, sabe... Então a gente negociou o estatuto, foi tirada uma comissão com o Sindicato, mais uns 3 ou 4 companheiros para discutir o estatuto da comissão, peão que era da fábrica mesmo, um foi o Rondini, o outro foi o, acho que o Ermelino, junto o doutor Maurício e com o Oswaldo Bargas que era o Secretário Geral do Sindicato para discutir o estatuto da comissão. E aí, a partir daí a greve encerrou e a gente continuou negociando o estatuto. E, mas nesse processo, da comissão provisória, não tinha ainda o coordenador, o coordenador foi após as eleições, depois do estatuto, tudo bonitinho, feito. (Entrevista - Betão).

Negociada a formação da comissão, essa passaria a funcionar a partir de 1982. Como os coordenadores são do Sindicato, a comissão acaba funcionando como uma secretaria do Sindicato dentro da empresa. Ainda, como negociou-se tempo livre durante três dias da semana, o Sindicato amplia seu número de diretores com tempo liberado do trabalho. Conforme nos relatou Betão:

E chegou em 1982, elegemos uma comissão de fábrica, a primeira comissão de fábrica eleita pelos trabalhadores. Nesse processo de, da [comissão] provisória, você discutiu como você fazia eleições, então nós criamos 7 áreas de dia e 3 à noite, 20 companheiros na comissão de fábrica, mais eu e o Bagaço como diretor do Sindicato. E cada companheiro teria 3 meios-turnos por semana. 3 meio-períodos por semana, livre, para conversar com os trabalhadores. Então você vê, até 1979,

1980 a Ford não tinha nada, não reconhecia delegado sindical, nem reconhecia nada. Em 1982 você consegue uma comissão de fábrica legalizada, porque tem muita gente que é contra, acha que a comissão de fábrica tem que ser clandestina... Eu sou contra, eu acho que, a comissão de fábrica da Ford, por exemplo, ela foi legalizada, estatuto registrado no DRT [Diretoria Regional do Trabalho], com o Sindicato, com os trabalhadores votando a proposta. Então eu acho que você tem um grupo de empresa, um grupo clandestino, a empresa fica sabendo e manda embora, você não tem uma estabilidade. Então a gente em 1982 a gente, teve eleição, 10 distritos, 7 de dia e 3 à noite, 14 companheiros de dia, mais eu, era, escolhemos que o companheiro ia ter os 3 meio-períodos: Segunda, quarta e sexta depois do almoço para sair na área dele e conversar com os trabalhadores. (Entrevista - Betão).

Assim, mesmo assimilando a demanda das comissões, quando a Diretoria do Sindicato de São Bernardo passa a aceitá-las, o faz de forma a reforçar a estrutura sindical oficial. De acordo com análise de Ibrahim, o grupo nucleado em torno da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;

(...) continua vendo nas comissões o fantasma do paralelismo, por isso, sem negá-las, assume uma postura de controle, retirando sua autonomia e colocando o sindicato não como um organismo de coordenação inter-comissões, o espaço globalizador das lutas e experiências ao nível de cada fábrica e regiões, mas como centralizador, que utiliza as comissões como verdadeira extensão da direção sindical dentro das fábricas, estabelecendo sobre elas a sua tutela. (IBRAHIM, 1986, p. 76).

Nesse sentido, para aquela diretoria sindical o papel das comissões seria funcionar como apêndice da entidade. Os membros escolhidos, por meio de uma assembléia, deveriam tomar posse no Sindicato. (RENNER, 2002, p. 230). De acordo com análise de Iram J. Rodrigues (1990), que estudou a principal comissão criada pelo sindicato em 1981, na Ford do ABC:

(...) Pelos estatutos, a comissão é apenas um organismo sindical dentro da fábrica, uma extensão do sindicato no interior da empresa (...) há um receio muito grande de que a organização operária nos locais de trabalho venha a disputar o poder de representação dos trabalhadores - na produção - com a direção sindical. Há uma concepção muito presente no movimento sindical no sentido de controlar - excessiva e autoritariamente - a experiência da representação no local de trabalho. (RODRIGUES, 1990, p. 76).

Estas comissões criadas a partir de 1981 em São Bernardo, são muito distintas das propostas pela Oposição Sindical Metalúrgica. Buscando manter assegurado o seu campo de influência, passando a imagem de que confluíam com os desejos da massa operária, os sindicatos passam a aceitar a demanda das comissões para controlar a iniciativa operária. Com mais urgência, a gestão de Joaquinção precisou acatar a demandas das comissões para esvaziar o programa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. O mesmo se passou no caso do Sindicato do ABC que passou a reivindicar as comissões em 1981. A bandeira das

comissões foi tomada pelo Sindicato, tal como a da organização pela base para controlar a auto-organização operária.

Restou ao patronato, acuado frente ao surgimento de centenas de comissões em São Paulo, aceitar as comissões de fábrica como forma preventiva e defensiva. Buscou institucionalizá-las para retomar o controle das fábricas e eliminar a possibilidade da dualidade de poderes. Veja-se o caso da Asama, fábrica com 300 operários, que após 15 dias de greve em 1979, o próprio patronato decide organizar uma comissão com intuito de reassumir a sua capacidade de mando na empresa, o mesmo se passou na Volkswagen (Ambas foram retomadas posteriormente pelos operários). Exemplo significativo foi o de Paulo Francini, vice-presidente da FIESP e proprietário da empresa Raio-Frigor que em 1981 passou a defender as comissões de fábrica tuteladas pela gerência.

Feita essa análise sobre as greves de 1978 e os principais debates pautados no movimento operário e sindical naquele ano, passaremos à análise das greves gerais metalúrgicas realizadas em 1979 no ABC paulista e em São Paulo. Em 1979 o sindicato organizou a greve geral, evitando as greves por fábrica. A greve geral é um salto organizativo em relação a greve por fábrica, porque fortalece o poder de pressão. No entanto, a greve geral do ABC, nos marcos em que foi mantida, foi também uma forma de restringir a iniciativa operária a partir das fábricas.

### **Início da greve de 1979 no ABC paulista**

O ano de 1979 será marcado pela intensificação da crise econômica, aprofundada pelo segundo choque do petróleo. Os juros dos empréstimos são elevados ainda mais. Os créditos se tornam mais caros e escassos. Com a diminuição da liquidez internacional, o governo encontra maiores dificuldades para tomar empréstimos e para fechar suas contas internas. Conforme analisou Carneiro:

O ano de 1979 é marcado por um novo choque do petróleo, mas principalmente pela mudança nas condições de liquidez internacional, com expressiva elevação das taxas de juros e redução da oferta de novos créditos. No que tange ao balanço de pagamentos, essas mudanças se refletiram na insuficiência dos créditos externos adicionais para financiar o déficit em transações correntes, conduzindo à perda de reservas internacionais e à explicitação da crise cambial. (CARNEIRO, 2002, p. 110).

A falta de créditos internacionais dificultará sobremaneira as possibilidades de investimentos via Estado. O aumento do preço do petróleo, somado à maxidesvalorização cambial, alavanca as taxas inflacionárias que passam de 38,9% em 1978, para 55,8% em

1979, chegando a 110% em 1980. (BAER, 1986, p. 401). A intensificação da crise econômica conflui com a nova fase iniciada pelas lutas operárias pós 1975. A classe operária mais organizada nas fábricas e nos bairros periféricos prossegue a articulação de movimentos contra os efeitos inflacionários e a carestia de vida, conforme analisa Singer:

Em janeiro de 1979 se realizou o 1º Encontro nacional contra a Carestia, com participação de mais de 200 representantes da capital e do interior de São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Ceará. Nesse encontro se resolveu mudar o nome do movimento para Movimento Contra a Carestia (MCC) e adotar o dia 27 de agosto (data da manifestação na praça da Sé) como Dia Nacional de Luta. O movimento prossegue com a realização de manifestações públicas, apoio às campanhas salariais dos sindicatos, envio de delegações de todo o país a Brasília etc. (SINGER, 1983, p. 99)

Os movimentos de bairro confluem com as demais manifestações da classe trabalhadora. Em 1979, o patronato e a ditadura enfrentarão duas greves massivas: uma no ABC paulista, em maio, e outra em São Paulo, em novembro. Apoiando-se na nova conjuntura a Diretoria do Sindicato de São Bernardo, tentando não ser ultrapassada pelas greves como ocorreu em 1978, organizará a greve geral de 1979. O Sindicato encaminha a pauta contendo 21 itens à FIESP, sendo os primeiros e mais importantes:

(...) a. reajustamento salarial igual ao fator acrescido de 34%; b. Piso salarial igual a três salários mínimos vigentes; c. Vigência da Convenção Coletiva de 02/04/79 a 31/10/79; d. Garantia de emprego após o término do contrato de experiência de 90 dias; e. estabilidade para os Delegados Sindicais na proporção de 1 Delegado para cada grupo de 500 empregados, assegurando-se o número mínimo de 1 empregado para as empresa com menos de 500 trabalhadores; estabilidade garantida ainda que não ultrapassado o período de experiência; redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas; f. Reajuste salarial após 3 meses, de acordo com os índices do DIEESE; g. Estabilidade para empregados acidentados, mesmo que não tenha ultrapassado o período de experiência (...). (SINDICATO DE SÃO BERNARDO, Pauta de reivindicações da campanha salarial de 1979, p. 214).

O Sindicato reivindica o índice de 43% + 34,1%, somando o total de 77,1%. A FIESP faz uma contraproposta no dia 8 de março, concedendo 63% de reajuste para os que recebiam até 3 salários mínimos. Cederia o índice de 54% para quem recebia de 3 e 6 salários mínimos e 50% de reajuste para os que recebiam entre 6 e 10 salários. No entanto, descontaria o reajuste de 11% concedido em 1978. Descontariam ainda mais 13,5% concedido como antecipação salarial no mesmo ano. Isso significava um desconto de 24,5% do total do reajuste que fosse acordado. Assim, a menor faixa salarial receberia um reajuste de 38,5%. (RAINHO e BARGAS, 1983, pp. 122-123). O que significaria um reajuste real abaixo da inflação. A FIESP oferecia um reajuste menor do que o que fora determinado pela ditadura

militar, que estabelecia o índice oficial de 43% de reajuste para o ano de 1979. O Sindicato pleiteava os 43% do reajuste oficial acrescido de mais 34,1%. Ainda que o índice pudesse ser negociado de forma variável para cada faixa salarial, a patronal deveria dialogar com aqueles números que somados perfaziam um total de 77,1%. Mesmo que desses 77,1% fossem descontados os 13,5%, ao final se conquistaria 63,9% de aumento. Ainda que se descontasse os 11%, se teria 53,9%, ou seja, 10,9% a mais do que o índice oficial.

Decretando a greve, o Sindicato buscava se adiantar ao movimento para que os processos de 1978 não se repetissem. Ou seja, a conjuntura de 1977 e 1978, com a greve *de máquinas paradas e braços cruzados* de 1978, reforçada pela greve geral operária de São Paulo no mesmo ano, somadas à negativa da FIESP, forçaram a Diretoria do Sindicato de São Bernardo a assumir uma postura mais ativa em relação ao operariado do ABC. Ou a Diretoria se adaptava à nova dinâmica ou cairia em grave descrédito frente às bases descontentes. Para poder dirigir aquela base e referendar sua própria gestão sindical, a Diretoria do Sindicato centraliza a preparação da greve. Conforme analisou Chasin:

(...) As greves são declaradas, explicitamente assumidas, e, em certa medida, preparadas; o sindicato reassume seu papel, os piquetes voltam à existência, o enraizamento do movimento no interior das empresas se aprofunda, e as assembleias sindicais, à luz do dia e das praças, transformam-se, como nunca dantes, em caudais de massas. A luta dos trabalhadores vai para as ruas, domina os jornais e ocupa todas as consciências; faz renascer a esperança de milhões, intimida e exaspera minorias raivosas, intranquiliza e leva à perplexidade os acomodados de todos os tipos. (CHASIN, 2000, p. 89).

Conforme declaração de Osmar Mendonça, um dos dirigentes das greves do ABC, que atuava junto aos Autênticos de São Bernardo: "O Sindicato não decretou a greve, mas esta foi decretada por uma assembleia que houve numa segunda feira. Antes de o pessoal do Sindicato falar em greve, um pessoal já estava gritando por greve geral". (OSMAR MENDONÇA. Revista Ensaio, 1980, p. 66). As bases pressionavam a diretoria sindical para deflagração das greves. Isso não se passou apenas no ABC e São Paulo. No mesmo dia irrompem greves operárias no interior do estado de São Paulo: "30 mil trabalhadores de Caçapava, São José dos Campos e Jacareí, deflagram greve". (PRADES e RAGO, 1980, ESCRITA ENSAIO, n°7, p. 10).

No ABC, os operários desejavam a greve geral, começaram a paralisar o trabalho antes mesmo da realização da assembléia. Assim influenciam diretamente na decretação da greve geral. Também os piquetes começaram por iniciativa dos operários. O Sindicato de São

Bernardo se posicionou contra a realização dos mesmos. Porém não adiantou. De acordo com entrevista concedida por Osmar Mendonça:

(...) Às 11h30 chega o pessoal da Schuller parado, os caras tinham parado antes da hora marcada. Depois chega o pessoal da Brastemp, chega o pessoal da Villares, todo mundo querendo saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá pra saber mas já tinham parado. Da meia noite às 6 da manhã foram realizadas quatro assembleias. A gente pensava: "Pô, essa greve é o fim do mundo, a quantidade de gente que já passou por aqui". Então a decisão da gente, como o negócio estava muito bom, era não fazer piquetes. Uma boa parte da categoria já tinha parado. Como ocorre o piquete? Ele só ocorre com o próprio operário fazendo piquete. Porque a gente falava assim: "Vocês voltem, fiquem em casa". Mas, na verdade, até aquele momento esses operários não estavam acreditando muito na greve geral. Então eles alegavam: "olha, nós temos que ir para a porta da fábrica, para não deixar ninguém entrar". Quem começou o piquete (...) foram os próprios operários que ficaram na porta da fábrica, deram-se os braços e não permitiram a ninguém entrar. Agora eu não tenho dúvida de que no primeiro momento ia entrar muito pouca gente. Então eu acho que esse conjunto de coisas é que levou à greve geral. (Entrevista - Osmar Mendonça. In: Revista Ensaio 1980, p. 66-67).

Como não foram atendidas as reivindicações, o Sindicato convoca assembleia para os dias 9, 10 e 12 de março. A greve inicia-se no dia 13 de março de 1979.

**Foto 26 - assembléia que decreta a greve, 13 de março de 1979 - Vila Euclides**



Fonte: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/a-grande-greve-dos-trabalhadores-do-abc>

Nesse ano a greve não vem das fábricas para o Sindicato. A entidade centraliza a greve e busca apartar-se da iniciativa operária no interior das fábricas. O controle das greves sai das fábricas, das mãos dos operários e é assumido pelas *assembléias plebiscitárias*, sob controle estrito da Diretoria do Sindicato, eliminando os elementos de auto-determinação que

emergem do chão de fábrica. Para Garcia, está atuação refletia os limites daquele sindicato: "São Bernardo, sobretudo a partir de 1979, começara a organizar suas ações utilizando centralmente o espaço sindical oficial (a greve saindo da fábrica e se transferindo para o estádio), o que poria em evidência, e de forma dramática, os limites mesmos do sindicalismo atrelado". (GARCIA, 1982).

Na frente da Volkswagen, a maior fábrica do ABC, que contava com cerca de 40 mil operários, onde existia a repressão patronal-policial mais dura, os operários fazem um piquete com milhares de trabalhadores. A forma encontrada pelo Sindicato para controlar os piquetes foi reunir os operários em assembleias. A massa operária nas ruas coloca o Sindicato à frente de uma mobilização inesperada. Assim surgem as assembleias massivas. Conforme registrou Antunes, na Volkswagen, no dia 13 de março:

(...) formou-se um gigantesco piquete com milhares de trabalhadores, o que teve importância decisiva para o movimento grevista, tendo em vista a relevância desta fábrica para o conjunto da indústria automobilística. Nesse mesmo dia realizou-se uma assembleia gigantesca em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários, onde constantemente eram avaliados e redefinidos os rumos do movimento. (ANTUNES, 1988, p. 45).

Os operários se auto-organizam de forma independente em cada fábrica e organizam piquetes sem o endosso do Sindicato de São Bernardo. A insubordinação proletária vinha da base metalúrgica e pressionava as direções sindicais. Já no início da greve os operários deflagram uma onda de piquetes nas portas das fábricas, o que novamente surpreende o sindicato, uma vez que: "A Comissão de Salários e Diretoria [do Sindicato] não pensava na realização de piquetes, pelo menos já desde o início da greve, conforme ocorreu". (RAINHO e BARGAS, p. 126). A Diretoria do Sindicato esperava que, com o decretar da greve, os operários sairiam das fábricas e iriam para casa. Com isso, assumiria a função que sempre realizou, que era ir para as mesas de negociações com o patronato e o governo sem a pressão da base operária.

No entanto, amplos setores da classe operária, tanto em São Paulo como no ABC, estavam ávidos por organizar-se, por discutir a greve, discutir o regime de trabalho, as formas de mobilização e os rumos daquele movimento. E antes de tudo, queria assegurar a completa paralisação da produção nas fábricas, mesmo que para isso tivesse que enfrentar as forças repressivas da ditadura. Queriam tomar aquela greve em suas próprias mãos. Qualquer gestão sindical combativa e classista comemoraria a disposição de luta daquele operariado. No entanto, a Diretoria presidida por Lula, com seu *sindicalismo apartado do controle operário*

pensava diferente. Assim: "Às portas das fábricas, dirigentes sindicais e ativistas da Comissão de Salários os aconselhava a voltar para suas casas e nelas permanecerem". (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 126). A Diretoria do Sindicato e a Comissão de Salários, formada por cerca de 40 ativistas orientados pela gestão do Sindicato, buscavam a todo custo acabar com a forte e crescente onda de piquetes nas portas das fábricas. Nas ruas de São Bernardo, a Tropa de Choque faz varreduras ostensivas, cavalaria e soldados com cães policiais tentam dissolver os piquetes.

Imediatamente a greve tomou sua dinâmica própria. Na Ford, os operários do turno da noite começaram a enfrentar a dura pressão dos mestres para reiniciar o trabalho, e nas primeiras horas foram para as ruas, não para as fábricas. Às 5 horas da manhã um pequeno grupo foi fazer piquete na Volkswagen - o elo mais frágil da corrente de resistência do sindicato - e em poucas horas um piquete eufórico de milhares de operários bloqueava a entrada principal, levando a fábrica a uma paralisação. Outras grandes fábricas pararam ao mesmo tempo. (...) em Santo André, em São Caetano (...) e nas grandes firmas de Campinas e São José dos Campos, os trabalhadores responderam ao apelo de greve - Mercedes, General Electric, Cobrasma, Embraer e outras (...). (HUMPHREY, 1982, p. 184).

Ainda, de acordo com Humphrey (1982), "2.000 policiais armados, cães, caminhões, cavalos e carros blindados" foram acionados para a retomada da Volkswagen e contenção dos piquetes. Conforme apontam Rainho e Bargas:

Como ilustração, lembramos que, por exemplo, esse trabalho de deslocamento dos trabalhadores da porta da Volks para o Sindicato, ocorrido durante o período de início da greve até a intervenção, foi tão grande que fez com que Polícia Rodoviária se visse obrigada a abrir uma passagem na separação das duas pistas da Via Anchieta e interrompessem o trânsito para que os trabalhadores pudessem passar. (RAINHO e BARGAS, 1983, p.126).

No primeiro dia de greve (13 de março), só em São Bernardo, 47 fábricas e 90 mil operários/as estavam paralisados/as. Também em Santo André somavam-se 60 fábricas e 38.622 operários/as em greve. E, em São Caetano, foram mais de 25 mil operários/as que aderiram à paralisação. São Bernardo, Santo André e São Caetano juntos somavam 155 mil operários e operárias em greve. De acordo com Antunes, no quarto dia de greve havia "cerca de 170 mil operários paralisados no ABC". (ANTUNES, p. 46).

O Sindicato acabou por seguir o impulso operário, acatou e atuou na organização da greve, mas por meio de assembleia massiva onde só tinha voz a Diretoria, se conseguiu colocar-se à frente do movimento. Na diretiva de um movimento que não foi por ela criado, manteve as pautas econômicas como elemento centralizador. Embora as demandas por fábricas pudessem variar, e mesmo o grau de politização e radicalidade dos setores daquela

multidão, o reajuste salarial foi tomado como uma demanda central do operariado. Convocou os operários dos piquetes para reunirem-se no Estádio em assembleia, que seria estritamente controlada pela Diretoria.

É no dia 13 de março que se realiza a primeira assembleia no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo. Os metalúrgicos vão aos milhares para o Estádio. Não vão lá simplesmente por causa dos Autênticos do Sindicato de São Bernardo, assim como os operários de São Paulo não foram à assembleia do dia 30 de outubro, congregando mais de 30 mil operários, por causa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Os operários se juntam nos bairros e fábricas, aos milhares em São Paulo e ABC, porque chegaram ao limite da aceitação da estruturação imposta pela ditadura militar-burguesa. Estão saturados da repressão fabril e contenção salarial. Os atritos entre o operariado e a ditadura tornam-se cada vez mais explícitos. Em assembleia, com ato simbólico, os operários fazem um minuto de barulho para comemorar a morte do delegado do DOPS Sergio Paranhos Fleury.

No dia 14 de março operários de outras regiões decretam greve: "No Vale do Paraíba 30 mil estavam paralisados (...). Em Jundiaí, 15 mil trabalhadores rejeitavam o acordo já assinado pelo presidente do sindicato. A deflagração de um movimento grevista era um fato consumado". (PRADES e RAGO, 1980, p. 11). No dia 17 de março o Sindicato Metalúrgico de São Bernardo responde à proposta de reajuste da FIESP contra-argumentando que:

A oferta de 63% e 57% pode parecer boa para alguns. Mas é preciso deixar claro que os patrões querem descontar 11% de aumento e os 13,5% de antecipação. Só aí, já temos um desconto de 24,5%. Assim, os aumentos ficam reduzidos a 38,5% e 32,5%. A faixa de 57% atinge 60% de nossa categoria. Ora, como serão descontados 11% conquistado na greve de maio, esse reajuste fica reduzido a 46% ou 45%, o que, praticamente, equivale aos índices do governo. (SINDICATO METALÚRGICO DE SÃO BERNARDO, 1979, p.215).

Em São Paulo, os operários e militantes nucleados em torno da Oposição buscam colaborar com o fortalecimento e concretização das greves no ABC, para ampliar a greve da categoria metalúrgica. Com essa finalidade, os operários de São Paulo interceptam os ônibus das empresas que vinham buscar os metalúrgicos. Os piquetes nos pontos de ônibus eram uma forma de garantir que os operários pudessem ausentar-se do trabalho sem sofrer nenhuma punição, sobretudo os operários de pequenas e médias indústrias. Somando-se às atividades grevistas, os motoristas de ônibus do ABC iniciam outra greve. Conforme nos relatou Sebastião Neto, em entrevista que nos concedeu:

Agora, você tem que entender que do ponto de vista na base, a relação de cooperação, era muito grande o trabalho nosso aqui em São Bernardo, muito grande. Tem que lembrar que a maioria dos Trabalhadores de São Bernardo não mora em São Bernardo, é o Elba, o [Parque Santa] Madalena, pega aquela divisa lá, é aqui para baixo, Vila Prudente, você vai pegando esta divisa aqui, mesmo Santo Amaro, então, as greves do ABC, tinha gente segurando os ônibus aqui... Então, assim, havia uma subida na consciência dos trabalhadores, não é... E a gente tinha um respeito enorme pelo ABC, absoluto... Não tem problema deste tipo, tínhamos divergências políticas... O Lula falava umas coisas, umas besteiras... Não é isso? É... Eles estiveram lá, inclusive o próprio Lula e o... Acho que o Lula, o Gilson, não sei quem estava junto, se era o Rati... Quando uma greve na Mooca em 1978 [em meio à greve geral de 1978 em São Paulo], eu tô na rua lá, atrás da FORD lá, eles passaram para ver, assim... Para acreditar... No fusquinha, falei: 'Nos vamos andar aqui para você ver, tá tudo parado'. Eles vieram para ver, quer dizer, eram sindicalistas, progressistas, interessantes... Mas não é... É outra tradição, é o cara que 'entrou pela porta do sindicato'. (Entrevista - Sebastião Neto).

Lula e o restante da Diretoria do Sindicato estão à frente de uma greve com uma base muito ativa e radicalizada. Semelhante ao que ocorrera em 1978, a greve geral metalúrgica de 1979 rapidamente estendeu-se a outras categorias. Porém este processo dava-se em proporções muito maiores, tratava-se de um novo salto na situação de enfrentamento contra o patronato e a Lei anti-greve do Estado burguês militarizado.

As greves criaram uma fratura político-social que permitiu o desencadear de novos movimentos contestatórios. Frente ao avanço do movimento grevista, o Governo e o Patronato reagem no dia 20 de março de 1979 realizando uma série de prisões de operários/as e militantes. No dia 21, as manifestações públicas no estádio Vila Euclides e no Paço Municipal são proibidas pelo Governo Militar-burguês. Nesse dia: "O ABC viveu um dos seus dias mais violentos. O contingente policial aumentou em função da greve dos motoristas. A PM de São Paulo mobilizou toda sua tropa de choque que se aquartelou na Volks. Segundo dados oficiais, 200 trabalhadores tinham sido detidos desde o início do movimento. (PRADES e RAGO, 1980, pp. 17-18).

No dia 22 de março a patronal, o Grupo 14 das indústrias na FIESP e o Ministro do Trabalho Murilo Macedo, se reúnem com o Sindicato de São Bernardo, Sindicato de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Caetano, e apresentam uma proposta, um "protocolo de intenções", que, visando o fim da greve, propõe a volta imediata ao trabalho e 45 dias de prazo para o patronato "estudar" o reajuste reivindicado. Além disso, propõem descontar, em formas de parcelas, os dias de greve, para perpetrar um ataque direto contra o operariado, o que não aconteceu em 1978.

No dia 23 de março (uma quarta-feira), após 10 dias de greve, a Diretoria do Sindicato defende em assembleia essa proposta da patronal, expressa no “protocolo de intenções”. Interpretando o documento Lula admite que:

(...) sequer as horas que nós ficamos em greve serão pagas. Essas horas serão descontadas em cinco parcelas, a partir do dia 10 de maio. Diz também esse documento que as outras coisas, o delegado Sindical e outras reivindicações que nós fizemos, serão discutidas apenas quem sabe, a partir de 180 dias e algumas a partir do primeiro dia. (LULA, 1979a, p. 218).

Lula fala aos milhares de operários sobre o risco de intervenção no Sindicato caso a proposta não seja aceita. Ainda elogia o representante ditatorial no Ministério do Trabalho que ira decretar intervenção no Sindicato no dia seguinte:

O Ministro do Trabalho teve, na minha opinião, um comportamento exemplar. Eu nunca tinha visto, nunca - desde 1972 que eu estou no sindicato e desde 1975 que eu sou o presidente do sindicato -, eu nunca vi um ministro do trabalho com posições tão honestas como foram as do Murilo Macedo. (Idem).

Ora, a proposta patronal não apresentava nenhuma conquista aos grevistas. E ainda propõe descontar os dias parados, o que na prática queria dizer que já no próximo mês haveria um rebaixamento geral nos salários por causa do desconto. O acordo é punitivo, ficando a cabo das demandas expressas na pauta dos metalúrgicos. Mas Lula apela ao operariado pelo fim da greve:

(...) Posso garantir a vocês que a intervenção está pronta, me parece, desde o dia 14 ou desde a quarta-feira em que nós entramos em greve, porque algumas pessoas de má fé entenderam ou querem entender que a nossa greve é uma greve política, que a nossa greve é uma greve contra o governo. E nós nunca desafiamos ninguém. O que nós desafiamos, isto sim, foi a nossa capacidade de luta, foi a nossa capacidade de reivindicação, e, por isso, nós nos propusemos vir e aqui viemos durante esses dias, e se deus quiser, quem sabe ainda, vamos vir a partir de amanhã. (...). Vocês teriam que assumir um compromisso de que essa greve - e meditem bem antes de decidir - teriam que ter consciência e medir e meditar se há condições de continuar essa greve sem o sindicato na frente da coisa. (...). Agora eu quero que vocês pensem se dá pra vocês levarem esta greve mesmo que haja intervenção na diretoria do sindicato. (...). (LULA, 1979a, p. 219).

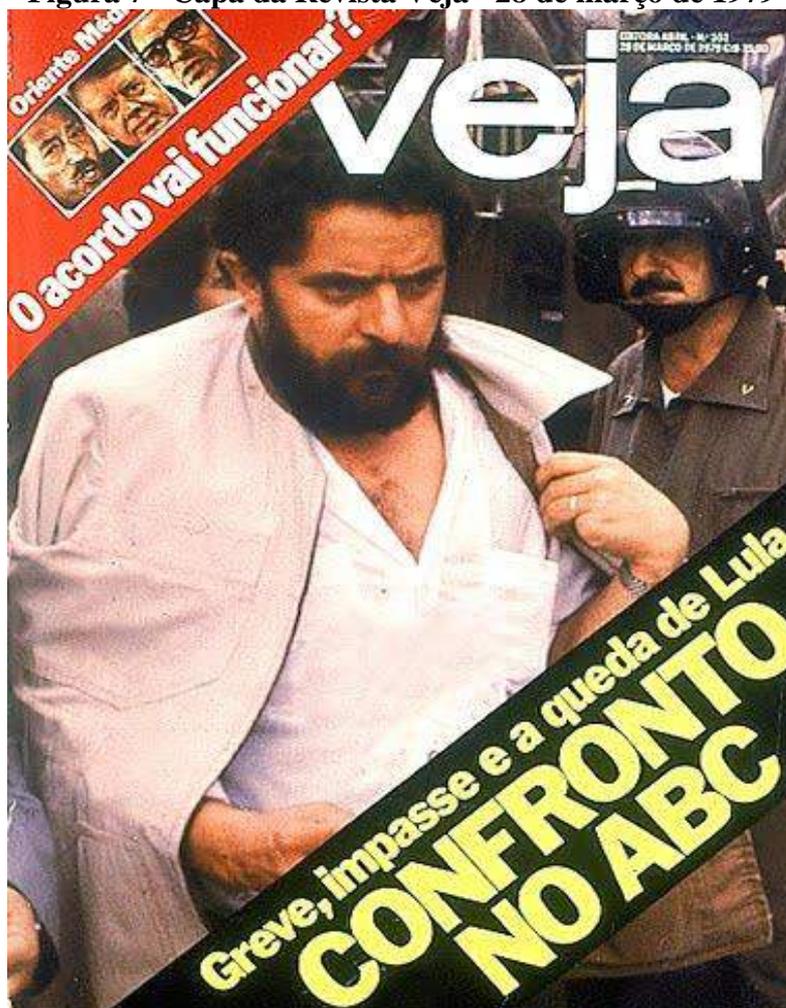
A proposta de Lula e dos patrões é derrotada. A greve continua! Os trabalhadores permanecem em greve, saem da assembleia e, em marcha, vão proteger o Sindicato, na tentativa de impedir a intervenção militar. Lula ainda pede para que os operários não saiam em marcha pelas ruas... A Diretoria do Sindicato mais uma vez se surpreende com a capacidade de resistência dos operários em greve. Conforme relata Fernando Henrique Cardoso (2006):

No desenrolar da greve de 1979 em São Bernardo houve um momento no qual coube recurso ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo para julgar os direitos reclamados pelos trabalhadores e a legitimidade da greve (...). Fomos [Fernando Henrique e Almir Pazzianotto, advogado do sindicato] ao julgamento, pois acreditava que haveria uma decisão histórica, com a vitória dos trabalhadores, pela primeira vez no regime militar. Fomos ao julgamento e houve a vitória (...). Chegamos ao estádio de futebol de Vila Euclides, onde os trabalhadores se reuniam em assembleia. (...) Atravessamos a massa de operários até chegar ao pequeno palanque onde estava Lula. Comunicamos o resultado a Lula, que se dirigiu aos companheiros para encaminhar o fim da greve. A massa protestou, pois continuava altamente mobilizada e desejava alcançar ainda mais resultados do que os acordados pelo TRT, sem perceber que o simples fato de uma decisão considerar a greve legal era histórica. Lula habilmente, para não perder a confiança dos liderados, propôs a continuação da greve, logo aprovada entusiasticamente. Terminada a assembleia tomamos o mesmo carro de volta com Lula e outro dirigente sindical. Lula, que acabava de propor a continuação do movimento, nos diz: “precisamos acabar com esta greve”. (CARDOSO, 2006, p. 87).

Como era esperado, frente à recusa da proposta, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção nos sindicatos. Sob ordens ditatoriais ocorre a intervenção nos Sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano. De acordo com o documento assinado pelo Ministro do Trabalho Murilo Macedo:

Não sendo possível permitir o prolongamento da situação esdrúxula, de flagrante ilegalidade que conspira contra a paz pública e a segurança nacional, decido com base no artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho, determinar: a) intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Santo André. b) a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgica, Mecânicas e Material Elétrico de São Caetano do Sul. c) a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de São Bernardo do Campo. Brasília, 23 de março de 1979, Murilo Macedo. (Extraído do documentário *ABC da greve*, 12:09 a 12:46).

Figura 7 - Capa da Revista Veja - 28 de março de 1979



Lula no momento de seu afastamento do Sindicato

E não parou por aí: "as sedes dos sindicatos foram ocupadas, seus fundos caíram nas mãos do interventor indicado pelo Ministério do Trabalho, e os sindicatos foram proibidos de continuar com suas assembleias públicas" (HUMPHREY, 1982, p. 188). A recusa dos grevistas em voltar ao trabalho evidenciava para o governo ditatorial-burguês a possibilidade de radicalização do processo grevista com prejuízo à ordem e aos lucros do setor automotivo. Desta forma, a ditadura intensifica as ações do seu aparato repressivo e jurídico contra a mobilização, atuando como um comitê de negociação da burguesia explícita a quem serve de fato, para qual classe trabalha. O operariado resolve enfrentar o aparato repressivo, paus e pedras contra escudo, cassetete, cavalaria, camburão, bombas, gás lacrimogêneo e bala.

Ainda na madrugada do dia 23 de março, a polícia e o exército cercam o Sindicato, os trabalhadores não aceitam passivamente a intervenção: "as imediações do Sindicato, transformam-se numa verdadeira praça de guerra, aumentando em muito o aparelho

repressivo até então existente". (RAINHO e BARGAS, p. 134). É nessa ocasião que os operários tentam escrever a palavra "democracia" com os próprios corpos e são reprimidos pela força policial-militar.

**Foto 27 - grevistas são impedidos de escrever a palavra "democracia"**



Fonte: [http://www.abcdeluta.org.br/imagens.asp?id\\_MID=2573](http://www.abcdeluta.org.br/imagens.asp?id_MID=2573)

A multidão de operários contra-ataca, faz com que as forças repressivas recuem e abandonem o Sindicato. De imediato os trabalhadores vencem, um grupo adentra as instalações da entidade: "O sindicato é nosso!". São necessários reforços policiais para retirá-los do Sindicato novamente. Após a intervenção no Sindicato Lula foge para a casa do sogro. Lula argumenta que: "não devia aparecer em público, pois, sua presença iria radicalizar mais ainda os acontecimentos, com resultados imprevisíveis". (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 139). No dia seguinte à intervenção, sábado, dia 24 de março, "20.000 pessoas aproximadamente se reuniram no centro de São Bernardo". (HUMPHREY, 1982, p. 188). A ausência da Diretoria do Sindicato abre espaço para outras forças políticas e organizações operárias que desenvolvem trabalho na região.

Convencido a deixar o esconderijo e reassumir a greve, no dia 25 de março, Lula comparece a uma missa na Igreja da Matriz, centro de São Bernardo, uma multidão cerca a Igreja. Após término da missa, aglomeram-se na Praça em frente da Igreja 15 mil pessoas, em discurso Lula declara:

(...) assumo outra vez o comando do movimento para evitar que pessoas estranhas a ele tentem dar palavras de ordem estranhas aos metalúrgicos. Isso não quer dizer que

não aceitamos a solidariedade, aceitamos qualquer solidariedade, mas queremos evitar palavras de ordem que não sejam dadas pelos metalúrgicos. (...). (LULA, apud RAINHO e BARGAS, 1983, p. 141).

Sua fala reflete a disputa existente contra outras vias possíveis que buscam expressar-se e disputar a hegemonia do movimento operário e sindical. Apoiando-se na força social e política das mobilizações, pôde reassumir a posição de dirigente sindical. Conforme analisa Chasin (2000), o presidente só pode ressurgir e reassumir aquele movimento por conta da força objetiva da massa operária que ocupava as ruas e fazia daquela greve um fato político concreto. Assim, foi o movimento de massas que levou a possibilidade da continuidade daquela greve. Não era a liderança de Lula que criava o movimento, mas sim, o movimento é que permitia a sustentação da figura do presidente do Sindicato. É importante destacar esse elemento porque, em certa medida, o novo ascenso operário e o surgimento de uma liderança de massas, pode levar a confundir quem é o sujeito político portador no "novo", se é a massa operária ou o líder. De acordo com Chasin:

Quando Lula, na condição de presidente cassado, reassumiu a liderança do movimento, ele o fez em praça pública, e pôde fazê-lo só porque na rua estava a vitalidade de um incontestável movimento de massas. Da existência deste nascera a possibilidade da retomada da liderança da greve, bem como da condenação da intervenção ao insucesso. (...) não se está a dizer que a massa dos trabalhadores liderou o processo, mas que foi ela, com sua força imanente, que criou as condições de ser liderada. (CHASIN, 2000, p. 99).

A observação desse autor é importante porque resgata a centralidade do movimento massivo naquele 1979. Coloca em evidência que o sujeito político da ação contestatória naquele momento é a multidão operária que quer defender sua luta e seu sindicato e identifica a necessidade de referendar seu presidente eleito para assumir o movimento grevista. Sem a força política e social dessa massa operária o presidente do Sindicato não teria condições de ressurgir de seu esconderijo e retomar a greve.

Dirigindo-se aos presentes nesse dia 25 de março, Lula aconselha os operários presentes a voltarem para suas casas e para não irem às portas das fábricas: "Vocês tem que ir para suas casas de forma ordeira e pacífica, como viemos fazendo desde o começo do movimento". (LULA, apud RAINHO E BARGAS, 1983, p. 141). Os operários não dispersaram, pelo contrário, se reuniram em assembleia no Paço Municipal de São Bernardo. A aglomeração acaba por converte-se em uma assembleia espontânea na tarde do mesmo dia 25 de março. Djalma Bom e Lula continuam esforçando-se para dispersá-los, Djalma conclama os operários: "não façam rodinhas, fiquem em casa sem ir trabalhar". Seu apelo é

reforçado por Lula: "Todos devem se encontrar em suas próprias casas, fazendo contatos com os companheiros que moram mais perto". (Idem, p. 142).

Todos esses esforços contribuíram para tentar apartar a categoria da construção cotidiana daquelas mobilizações. Intencionava-se desmobilizar a categoria, que sofrendo com o arrocho desde o início da ditadura, decide "ir para o tudo ou nada": "Ainda no dia 26, o Senador Jarbas Passarinho irá elogiar a atitude de Lula reassumindo o comando de greve". (Idem, 143). Embora as oposições políticas e determinações que advinham do operariado fossem diversas, o Sindicato congregava poder decisório. Tornou-se o único autorizado a arbitrar. A Diretoria presidida por Lula reforçava, a cada ato, a estrutura sindical oficial para legitimar a força de sua gestão. Na assembleia geral de terça-feira (27 de março), completados 15 dias de greve, a Diretoria do Sindicato decide suspender a greve. (Confira o documentário *ABC da greve*).

### **A trégua de 45 dias em São Bernardo**

Em assembleia realizada no dia 27 de março, no Estádio Vila Euclides, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo defende a volta ao trabalho como uma "trégua" de 45 dias para que o patronato apresentasse uma nova proposta. De acordo com Rainho e Bargas, estavam presentes 70 mil operários nessa assembleia. (RAINHO E BARGAS, 1983, p. 145). A Diretoria de Lula está determinada a fazer com que os operários voltem para detrás das máquinas colocando fim à greve. Quer convencer a assembleia a abrir mão dos 34,1% que seria somado ao índice oficial de 43%. Também abre mão da defesa dos 21 pontos apresentados na pauta de reivindicação. No lugar daquela pauta, defende a necessidade de devolução do sindicato pela ditadura, o não desconto dos 11% de reajuste conquistado em 1978 e o pagamento dos dias em greve. Segundo a nova proposta, a Diretoria Lula aceitaria a proposta de 63% oferecidos pela FIESP desde que somados aos 11%, perfazendo um total de 73%, considerando que 13,5% desses seria descontado por conta da antecipação salarial. Vislumbrando esse acordo, a Diretoria do Sindicato optava claramente por "jogar a toalha" e desmobilizar os grevistas, Lula afirma:

Existem hoje três coisas fundamentais: a primeira delas é a garantia da volta a normalidade do nosso sindicato, que sempre foi livre e nós vimos essa semana o nosso sindicato tomado por cachorros policiais: existe outra coisa importante que é a reabertura das negociações, o que significa que alguém irá negociar pelos trabalhadores, porque temos 11% em jogo e não vamos abrir mão deles; e há outra coisa a ser feita, que é o pagamento dos dias em que estamos em greve. Nós queremos receber nossos dias. É ponto de honra para gente voltar a trabalhar. E já há

promessas de que no dia 10 do mês que vem não será descontado nada. Já há promessa. (LULA, 1979, p. 227).

Lula justifica a sua proposta dizendo que o movimento grevista está sendo acusado de ser radical e de não querer negociar as pautas estabelecidas e que a forma de sinalizar a disposição em negociar, dando provas concretas de não ser radical ou intransigente, é aceitando as imposições do patronato: "Estão dizendo que nós trabalhadores somos radicais. Que há intransigência da nossa parte e que nós não queremos negociar. Em primeiro lugar, nós queremos negociar. E aí eu peço um voto de confiança para vocês trabalhadores". (Idem, p. 228).

Lula pede à assembleia um voto de confiança para suspender a greve temporariamente para poder negociar por eles durante o prazo de 45 dias, com as máquinas funcionando a todo vapor, assegurando que o Sindicato será devolvido e que os dias de greve serão pagos: "o nosso Sindicato voltará a normalidade dentro de um prazo determinado. Eu acho que não vai demorar nem 45 dias. Segundo, eu tenho certeza absoluta de que as nossas horas serão pagas". (LULA, 1979, p. 227). Acrescenta:

(...) se não vier isso que a gente está discutindo hoje, nós paramos outra vez (...). Pra não dizer que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E eu assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto a greve outra vez. (Idem, p. 228).

Em outro trecho do mesmo discurso Lula apela, garantindo ainda a conquista do reajuste salarial e que firmaria acordo para impedir a demissão dos grevistas: "Agora eu peço a todos os companheiros: me dêem apenas um voto de confiança e nós teremos o nosso sindicato de volta, teremos o nosso aumento de salário, teremos nossas horas pagas e teremos a garantia de que os trabalhadores não serão mandados embora por causa da greve". (Idem). Por fim, promete a garantia da vitória da greve mediante a trégua de 45 dias:

O que eu quero dizer pra vocês é o seguinte: eu prometo a vocês que nós conseguiremos essa vitória. Agora precisamos provar que não somos radicais e que nós queremos negociar. Eu não tenho dúvida nenhuma de que com um novo chamamento, "companheiros, está na hora de parar", todo mundo pára outra vez. Eu queria pedir agora aos companheiros que quiserem dar um voto de confiança à minha diretoria que, por favor, levante a mão. (LULA, 1979, p. 229).

Mesmo com muito descontentamento, vaias e xingamentos, a maioria da multidão operária aceita a proposta de Lula. Os operários dão o voto de confiança, apostando que se as reivindicações não fossem atendidas, a Diretoria de Lula decretaria a greve novamente ao fim

dos 45 dias de trégua. Conforme nos relatou João Paulo de Oliveira, operário na Resil e que compunha a comissão de salários e de mobilização naquela greve:

**Mas esse setor que ficou descontente, era um grande setor, um pequeno setor?**

Ah, a categoria como um todo. A categoria como um todo (...) As primeiras assembleias em 1979 na Vila Euclides, elas tinham muita gente, tinha por volta de 70, 80 mil pessoas. (...) eu lembro de que assembleia de 1979, quando vai para o campo, para a assembleia, Osmarzinho fala pedindo uma trégua, o Alemão também fala, não os Osmarzinho não fala, quem fala é o Alemão, pedindo uma trégua. Alguns diretores falam, depois o Alemãozinho fala e depois o Lula entra para fechar pedindo a trégua. (Entrevista - João Paulo).

**O pessoal estava vaiando né...**

Estava vaiando. Exatamente. E a direção do Sindicato e a comissão, aí já era a comissão de salários, no meio da assembleia sentindo esse clima dos trabalhadores, era um clima de revolta: "não vamos voltar, não vamos voltar. Vamos continuar a greve!". Mas aí, com alguns diretores, algumas pessoas estavam usando da palavra, falando da questão da trégua, até porque não havia possibilidade, houve uma proibição dos militares de que as empresas negociassem. Inclusive da federação, da FIESP na época, de que não podia negociar, não podia negociar: "Só vamos negociar se", qual foi a saída, a Fiesp com os militares, define o seguinte: pede uma trégua, nessa trégua a gente negocia. Aí foi que pediu a trégua de 45 e depois 45 dias não havia mais clima para a greve e aí foi... Acho que foi reposto apenas a questão econômica da inflação e não teve aumento nenhum. (Entrevista - João Paulo).

Ricardo Antunes (que nesse livro posiciona-se favorável à trégua), afirma que: "Apesar de esta proposta ter encontrado pólos de resistência na assembleia (...) foi, entretanto, aceita majoritariamente, pela confiança que os trabalhadores depositavam na figura de Lula". (ANTUNES, 1988, p. 51). Corrêa (1980), afirma que a trégua foi necessária "porque os operários não tinham preparação para muito mais que isso". No entanto, Lula mesmo, em entrevista concedida à Revista Ensaio em 1982, admite que: "a categoria estava bem preparada, em ponto de bala, com 99% de confiança no sindicato, e foi nesse clima que se desenvolveu a campanha de 1979". O próprio presidente daquele sindicato afirma que "é ilusão acreditar que nesse ano nós fizemos um recuo tático. Não foi recuo porra nenhuma. Nós não víamos condições de continuar". Nessa entrevista Lula afirma que frente a uma pressão das massas operárias que "começou a exigir muito da gente", os dirigentes do sindicato não sabiam o que fazer e decidiram descartar qualquer possibilidade de retomar a greve. (C.f. Lula, 1982, p. 20). O ímpeto dos operários pela greve é registrado também por Rainho e Bargas (1983). Havia divisões entre os operários pela manutenção da greve ou pela trégua de 45 dias. Lula apoiou-se no setor indeciso e favorável à trégua para referendar o

desejo da Diretoria, do governo e dos patrões. Betão, que na ocasião era operário na Ford e estava entre os operários que votou contra a trégua de 45 dias:

Aí eu lembro que na assembleia da Vila Euclides, eu mesmo votei contra terminar com a greve. Nós votamos contrários.

### **Foi a trégua de 45 dias...**

A trégua. Nós éramos contra. Muita gente era contra...

### **Muita gente era contra?**

Muita gente era contra, e o Lula defendeu e passou a proposta e... Nossa...

**Mas, por exemplo, o senhor que era contra terminar a greve, não podia ir lá no microfone e fazer uma fala defendendo a continuidade?**

Não, só o Sindicato podia falar, né (...).

### **Porque que o senhor foi contra terminar a greve?**

Ah, porque naquele, aquela coisa de você estar com a greve forte, sabe, você vendo só parar. Porque o negócio da greve, é gostoso demais rapaz e você não estava nem aí. Você vê a peãozada, aquela Vila Euclides com 100.000 peão, pô, sabe, aquele monte de gente igual a eu, mas muita gente contra. Porque, a gente queria continuar com a greve porque a gente estava com a garra né, aí o Lula colocou algumas coisas e tal, a gente não entendia... Eu, por exemplo, eu não entendia. Eu entendia que a greve tinha que continuar para conquistar um acordo melhor. Isso era o que a gente pensava. Então continuava para melhorar a proposta. (Entrevista - Betão).

### **E vocês sabiam que as empresas estavam ganhando muito dinheiro...**

Isso. E a inflação estava muito alta. Você pegava um aumento que na verdade não era nem um aumento. Era uma coisa muito pouca. Isso que incentivava o pessoal porque era difícil. Isso a gente numa montadora, e o companheiro que trabalhava em uma empresa pequena? Autopeças e tal que é outra... Era triste. (Entrevista - Betão).

No documentário *ABC da greve*, de Leon Hirszman, é possível observar setores que votam contra a proposta do Sindicato e pela manutenção da greve. Os operários da Scania e da Ford constituem parte importante do setor que fica descontente com o acordo de suspensão da greve. Estão entre os mais politizados e combativos daquele período. Dentro dessa fábrica havia comissões clandestinas desde a década de 1960, contando inclusive com grupos que se opunham ao sindicalismo praticado por Paulo Vidal e Lula. (BRITO, 1983). A combatividade

dos operários da Ford é relatada também por Elias Stein, que durante aquela greve era operário na Villares de São Bernardo:

A greve de 1979, para mim, mostrou é... Mostrou não, confirmou o Lula que eu já imaginava. A greve estoura né, aquelas assembleia grande lá em São Bernardo e a polícia ocupa o Sindicato, o governo intervém no Sindicato. O Lula foge, se esconde. Se esconde porque... Está certo né, vai saber... Se pegam ele, vai saber o que acontece. E aí fica aquela situação lá, os metalúrgicos correndo para cá, para lá, vai para um lugar está fechado, vai para outro, para igreja, a polícia está lá, vai para o Paço municipal, fica um... Aí, os próprios empresários, acho que falaram assim: "Pô isso aí não pode continuar né", porque tem um canal de comunicação, aí acho que entra, por via assim, indireta, entra em contato com o Lula, com o Marcílio e com o presidente [do Sindicato] de São Caetano, juntam e fecham aquele acordo, que o Lula acha que foi uma maravilha de acordo: devolve o Sindicato... Bom, primeiro: suspende a greve, devolve o Sindicato e vamos negociar durante 45 dias. Aí a peãozada não aceita né... Não todos, mas os mais conscientes... Tinha um grupo da Ford que já estava bem, sabendo o que queria. Aí eles vão nessa assembleia, o Lula que não é besta, ele percebeu que o pessoal não estava a fim de parar a greve. Porque o trabalhador também não é bobo né, ele sabe, bom, se parar, não começa de novo, acabou, acabou. Aí o Lula põe uns 3 oradores, para falar antes dele, pra sentir como é que estava né, e ele sente que a coisa estava brava. (Entrevista - Elias Stein).

### **Fala o Alemão [da comissão de salários]...**

O Alemão, o Osmarzinho [Osmar Mendonça] e acho que o Batista (...) o Alemão estava no MR8. O Osmarzinho era, acho que do MEP e o Batista era do PCdoB. E quando eles falaram né: "A nossa luta, não sei o que...". A peãozada tal e tal. Mas falava: "Precisamos pensar", já vinha: uuuuu [faz som de vaias], "Greve, greve, greve". Aí o Lula, com a esperteza dele, fala assim: "Oh gente, eu não peço para vocês acabar com a greve, eu peço que vocês me dêem um voto de confiança". Aí o Lula fala assim: "Eu peço um voto de confiança para vocês, nós precisamos recuperar aquela arma que nós temos que é o nosso sindicato", aí começa umas vaias (...), você viu no documentário [ABC da greve]: "Quem é que está vaiando aí, esses macacos de auditório". Uma parte sai né, boa parte sai (...). Eles queriam continuar a greve né... E aí, o pessoal apóia né, dá um voto de confiança para ele, eu falei: "Pô, mas não voto de confiança para ele, tem que entrar em votação aqui é se a gente continua ou não a greve né, devia a ser a votação né. A votação era dar um voto de confiança para ele ou não. (...). (Entrevista - Elias Stein).

Durante todo o ano de 1978, Lula havia sido projetado pelos canais de comunicação de massa, pelos principais canais de televisão, jornais e revistas como um mediador dos conflitos em curso. Não apenas entre capital e trabalho, mas também como mediador com a ditadura militar burguesa em sua fase agônica. Em seus pronunciamentos, dizia-se apolítico e dialogava com os interesses de uma transição pactuada. (C.f. LULA, 1981). Além disso, a imagem do dirigente é ligada às conquistas da greve de 1978. Com tudo isso, a argumentação de Lula em defesa da retomada do Sindicato ressoava em setores do operariado. Elias Stein, que atuou naquelas greves no ABC, pondera que mesmo com todo o desgaste sofrido até ali, a

maioria do operariado da região compreendia o Sindicato de São Bernardo como um órgão passível de ser usado na defesa de seus interesses mais elementares:

Ele lutava por "eu não quero ser desrespeitado aqui pelo chefe, eu sou um trabalhador, sou um metalúrgico". E eles viam o sindicato como um órgão que lutava por isso também. Então era uma mão de duas vias: a categoria valorizando o Sindicato, achando que era um instrumento de luta e que valia a pena valorizar, financiar, pagar mensalidade e tal, coisa que em São Paulo [risos], era totalmente oposto. E o Sindicato tentava corresponder a isso né, denunciava, ia para a porta de fábrica, fazia muito material, fazia seminário. Mas sempre dentro dessa perspectiva de luta econômica, que em São Paulo não era bem isso né. Em São Paulo a luta política estava acima da luta econômica. (Entrevista - Elias Stein).

Esses elementos constituem parte importante da explicação do porque a proposta defendida por Lula é aprovada com suspensão da greve e volta ao trabalho por meio da trégua de 45 dias. No entanto, a classe operária não é homogênea, uma parte é contrária ao acordo e a volta ao trabalho. Quer manter a greve, fortalecer-se e continuar lutando contra o patronato e a política salarial da ditadura. Parte desse setor, como forma de protesto, abandona a assembleia. Mas no computo geral, venceu o voto de confiança à Diretoria de Lula. De acordo com Rainho e Bargas, só no primeiro dia de retorno ao trabalho, pós trégua, foram demitidos 350 trabalhadores. Os patrões também tentaram descontar de imediato os dias parados, mas os operários responderam ameaçando novas paralisações, fazendo com que os industriais recuassem.

Ainda, na Villares de São Bernardo, ao resistirem ao desconto, o patronato demite mais 308 operários. (RAINHO E BARGAS, 1983, p. 146). Ou seja, com as demissões, o patronato rompia o acordo que acabava de firmar. Os principais analistas acadêmicos que se debruçaram sobre aquele processo partilharam da opção de Lula pela trégua. (C.f: CHASIN, 2000, ANTUNES, 1988: CORREIA, 1980: MOISÉS, 1982: ABRAMO, 1999).

### **Em meio à trégua, dezenas de milhares de operários comparecem ao 1º de maio de 1979**

O operariado continua mobilizado, mostrando disposição de luta e enfrentamento. Isso pode ser evidenciado pelo número de operários que comparecem à comemoração do Primeiro de Maio de 1979, em meio à trégua de 45 dias, realizando no Estádio Vila Euclides em São Bernardo. De acordo com Antunes, o evento contou com a "presença de 130 mil trabalhadores e constituiu-se numa magnífica manifestação operária". (ANTUNES, 1988, p. 52). Humphrey (1982, p. 190) afirma que 150.000 operários estavam presentes no ato. Ao invés de comparecerem ao Primeiro de Maio convocado pela ditadura no Estádio do Pacaembu, vão para o palco das assembleias que reuniam dezenas de milhares de operários

em luta no ABC. Dialogando com o sentimento de descontentamento pelo fim da greve e pela da trégua de 45 dias, Lula discursa, elogia os presentes por terem optado por se fazerem presentes no ABC e reivindica a combatividade daquele operariado:

Pensaram que iriam acabar com o movimento do ABC intervindo no sindicato, e se esqueceram de que o sindicato não é o prédio, mas o sindicato é o trabalhador dentro da fábrica, é o trabalhador na praça. E os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que nós demos uma trégua até o dia 13. Domingo, dia 13, temos uma assembleia e queremos ter aqui no campo o mesmo tanto de gente que tem hoje aqui. Porque, se não vier o nosso aumento, no dia 14 à zero hora o ABC estará em greve outra vez. Andaram falando por aí, andaram falando em confronto, andaram falando que se nós voltássemos em greve - alguns jornais e algumas revistas andaram publicando isso - que se nós voltássemos à greve iam colocar canhão em São Bernardo do Campo. Para enfrentar os tanques que são colocados em São Bernardo, cada um dos trabalhadores deverá colocar como arma sua esposa e seus filhos na rua para mostrar que nossa luta é algo mais sério do que algumas bobagens que alguém anda falando por aí. (...). (LULA, discurso no 1º de maio de 1979, pp. 232-233).

Ora, agora que já havia vencido os operários que eram favoráveis a manutenção da greve, argumentando que era necessário por fim à mesma para poder recuperar o Sindicato, Lula retoma o discurso que "o sindicato não é o prédio", que o "sindicato é o trabalhador dentro da fábrica, é o trabalhador na praça". Se levasse à prática efetiva essas afirmações, que são corretas do ponto de vista da luta de classes efetiva, Lula haveria confiado na capacidade de organização e de luta daquele operariado e mantido a greve sem recorrer à trégua. No mesmo discurso, em seguida, afirma que sabe que os patrões não estavam cumprindo o acordo da "trégua" de 45 dias. Em meio a este espaço de tempo o patronato continuava descontando os dias parados e demitindo operários que se envolveram e militavam pela greve, operários que organizavam seções ou que se destacavam em piquetes.

Gostaria que os companheiros entendessem que nós estamos discutindo todo o dia com os trabalhadores, e estamos vendo que os patrões não estão cumprindo o acordo; mas eu não estou preocupado com isso, porque mais uma vez nós vamos mostrar que quem tem palavra nesta terra é a classe trabalhadora brasileira. (LULA, discurso no 1º de maio de 1979 - Vila Euclides).

Por fim, era inegável a força da classe operária ali organizada e querendo lutar contra o arrocho salarial e a repressão patronal na fábrica. A todo o momento Lula precisa se reafirmar como um dirigente sindical combativo. Finaliza seu discurso assegurando ao operariado presente que se não conquistassem o reajuste, a greve seria certa.

E vocês devem fazer economia ao máximo, porque se não vier o nosso aumento, nós iremos entrar em greve. Eles tentaram intervir no sindicato pensando que nosso movimento ia acabar, e não acabou. Pediram 45 dias pensando que o movimento ia esfriar, e não esfriou. (...). (LULA, discurso no 1º de Maio, 1979, p. 233).

Outro fator político importante será ainda que, neste Primeiro de Maio de 1979, na mesma assembléia, é apresentada a "Carta de Princípios do PT". Carta que terá influência de setores da esquerda e por isso será renegada em seguida pela corrente de Lula.

**Foto 27 - Lançamento da proposta do Partido dos Trabalhadores**



Extraído do documentário *ABC da greve*

### **O fim da trégua de 45 dias - o Sindicato é contrário a retomada da greve**

Toda a manobra feita por Lula encontrou o ápice de teatralização no dia 13 de maio que marca o fim da trégua de 45 dias para o patronato. Findada a trégua, o Sindicato deveria pronunciar um bom acordo, que justificasse ter posto fim à greve. Lembremos que a pauta de 1979 reivindicava os 34,1% roubados pela ditadura em 1973, o não desconto dos 11% conquistados em 1978, que deveriam ser somados ao índice oficial de 43%, não desconto dos dias parados, além da garantia de emprego após termino da experiência de três meses, delegados sindicais com estabilidade (1 delegado para cada 500 operários), redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajuste salarial trimestral na base de cálculo do DIEESE, entre outros. No final da trégua de 45 dias, cerca de 150 mil operários se comprimem no Estádio vila Euclides. A presença massiva indica disposição em retomar a greve caso não sejam atendidas suas reivindicações. A maior parte do operariado confiou no Sindicato. Esperavam, principalmente, a conquista do reajuste e a certeza de que o patronato não descontaria os dias de greve. Acreditavam nisso porque viam sua própria força coletiva unificada em luta, eram 150 mil operários dispostos ao embate por suas reivindicações.

**Foto 28 - Assembleia no Paço Municipal de São Bernardo - 1979**



Extraído do documentário *ABC da greve*

**Foto 29 - Lula discursa no Paço Municipal de São Bernardo em 1979**



Extraído do documentário *ABC da greve*

Lembremos que o Sindicato, apoiado e pressionado por essa base, havia assegurado que o acordo era certo, e que se não fossem atendidas as pautas: reajuste, manutenção do emprego dos grevistas, pagamento dos dias parados e devolução do Sindicato, o próprio Lula, em compromisso com àquela força objetiva da classe operária, "decretaria a greve". No

entanto, naquele 13 de maio de 1979, novamente no Estádio Vila Euclides, Lula à frente do Sindicato, apresentaria solução muito distinta da esperada pela multidão operária. Defenderá que os operários não retomem a greve, que aceitem os descontos dos dias parados e se contentem com apenas 6% de reajuste. Ao invés de retomar a greve defende que voltem para trás das máquinas. Não era porque a categoria não estava disposta a lutar, mas sim porque a Diretoria do Sindicato não era capaz de corresponder às demandas daquela classe operária. (C.f. LULA, 1982, p. 20).

Assim, centralizada na Diretoria do sindicato, mas apoiada nos setores do reformismo dos partidos e tendências de corte stalinista, PCdoB, MR8, MEP e Prestitas que co-dirigiam a comissão de salários em conjunto com a Diretoria, a decisão foi por impedir que se retomasse novamente a greve naquele 1979. Lula, então presidente do Sindicato, se revezou no microfone com Enilson Simões de Moura (Alemão do MR8), um dos principais dirigentes da comissão de salários, fez a primeira fala naquela assembleia. Alemão, em seu discurso, condiciona todo o movimento à retomada do sindicato, não toca nos índices de reajuste salarial, vejamos como inicia seu discurso:

Companheiros, um minuto antes de começar a assembleia, eu estava correndo todo o campo. E o que eu pude ver, estampado na ideia e no rosto de cada trabalhador, mais uma vez, foi o sentimento de revolta contra a situação de miséria que nos foi imposta, durante todo esse tempo. Cobertos de razão, ouvi diversos companheiros e diversos trabalhadores dizerem que o acordo significava uma derrota para a gente. Eu vi companheiros protestarem contra o acordo que, na verdade, não traz benefícios aos trabalhadores. E todos que protestaram estavam cobertos de razão. (...). (MOURA, E. S. (Alemão). Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 234).

O orador reconhece a atmosfera política no Estádio, reivindica a combatividade da classe operária, fala da exploração vivida nas fábricas, sabe que os trabalhadores entendem o acordo como uma derrota. Então, Alemão re-afirma a importância da luta, mas se posiciona contrário à remada da greve: "A voz [do trabalhador] vai continuar erguida, companheiros, e ninguém vai ser capaz de baixar a nossa voz! Mas nós vamos saber entender que, 15 dias de greve não derrubam 15 anos de exploração" (Idem, 1983, p. 234). Em seguida, dando continuidade a defesa do veto à greve, convoca os trabalhadores a se manterem trabalhando e fazer resistência no posto de trabalho. Ou seja, sua proposta é dissolver a luta conjunta dos operários em uma imaginária resistência individual pulverizada, debaixo dos olhos da chefia nos locais de trabalho. Retira assim, a responsabilidade do Sindicato como organizador da luta coletiva e abandona o operariado à sorte com o patronato e seu despotismo fabril:

Eu tenho certeza de que não tem ninguém aqui dentro que vai permitir que se descontem os dias parados. Eu tenho certeza de que nós vamos fazer greve dentro das fábricas, toda vez que o patrão quiser descontar os dias. E de que nós não vamos permitir que se descontem os dias. Eu tenho certeza de que todo o trabalhador que está aqui, assim como eu, temos um fato importante, de que não vamos abrir mão em hipótese alguma, porque é muito mais importante é o retorno da Diretoria do nosso Sindicato! Nós não vamos abrir mão disso! Nós vamos estar preparados para essa greve, caso a Diretoria não volte ao Sindicato! (MOURA, E, S. (Alemão). Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 234).

Na mesma fala contra a retomada da greve, defende que a greve só deve ser retomada se o Sindicato não for devolvido nos próximos dias. Alemão afirma que a retomada da greve naquele dia poderia comprometer Lula e o Sindicato. Argumenta que se a greve for retomada, Lula pode ser impedido de reassumir o cargo de presidente do Sindicato ou mesmo ser impedido de novas candidaturas sendo "eliminado da vida sindical". Então era necessário desmobilizar a assembleia e aguardar a devolução da gestão sindical. O operariado que vivia a intensa repressão e arrocho salarial durante todos aqueles anos de ditadura, que vivia sobre dura repressão no local de trabalho, que produzia os milionários lucros para as empresas automobilísticas e morava em favelas em São Bernardo e região, elevando o PIB do país, não poderia fazer greve para não "comprometer mais o Lula"!

(...) Mas companheiros, eu acho que agora nos vamos ter que meditar um momento, nós vamos ter que meditar sobre o que diz respeito ao momento de começar a greve. Nós vamos ter que meditar, porque eu acho que não podemos comprometer mais o Lula, nós não podemos comprometer mais a Diretoria. Nós não podemos comprometer e eu acho que, se uma atitude precipitada nossa vai fazer com que, de uma vez por todas, os patrões, que não tem sensibilidade para entender nossa vontade - e nossa vontade tem que ser soberana - vão eliminar o Lula da vida sindical do País. (...). Mas eu acho que antes de a gente votar, a gente tem que pensar uma coisa: se a gente sair para a greve amanhã, nós estamos efetivamente correndo o risco de fazer que o Lula, de uma vez por todas, desapareça da vida sindical. E nós temos que ser responsáveis pelo Lula, nós temos que ser responsáveis por essa Diretoria. (MOURA, E, S. (Alemão). Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 235).

A intenção da argumentação de Alemão naquela assembleia crucial é ajudar a impor o veto à possibilidade de greve naquele dia 13 de maio. O objetivo daquela assembleia era fazer com que o operariado voltasse para trás das máquinas no chão de fábrica e deixasse a Diretoria voltar para suas salas de departamento a salvo da luta de classes efetiva. Alemão, em uma manobra retórica, rapidamente, propõe a consolidação da inversão dos objetivos daquela assembleia, ao invés da retomada da greve pelo pagamento dos dias parados e pelo reajuste dos salários, o único motivo que justificaria a retomada da greve seria pela volta da Diretoria, mas não naquela ocasião é claro, em uma outra data: "Eu acho que nós vamos ter que marcar

uma outra assembleia para deflagrar greve, pela volta da Diretoria". Feita a manobra, em acordo com Lula, Alemão propõem:

Eu estou propondo que, passando desse sábado, agora, no próximo sábado, a gente vai, todos nós aqui vamos ocupar o sindicato! Todos nós aqui, que estamos nesse campo, devemos nos comprometer com isso: ocupar o Sindicato, sem ser nesse sábado, agora, e fazer uma assembleia lá, e sair pela greve e pela volta da diretoria. Eu pediria, e eu tenho certeza, que o Lula não iria pedir isso aqui, de jeito nenhum, mas eu quero que a assembleia aprove isto, nesse momento. Quem concorda com isto, levante a mão! [a maioria levantou os braços]. (MOURA, E, S. (Alemão). Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 235).

A princípio, para alguém que estava presente naquela assembléia, seria correto pensar em decretar uma greve pela volta da Diretoria, não há problema. Seria inclusive uma campanha muito democrática por um direito básico da classe trabalhadora contra a intervenção policial-militar. Mas nesse caso, tratava-se de uma manobra consciente para desmobilizar o operariado ali presente, impedindo a retomada da greve. O poder decisório daquela multidão, com mais de 100 mil operários, é transferido para uma outra assembleia que seria realizada no Sindicato, onde não cabia mais do que 3 mil pessoas. Ainda, com o "enterrar" daquela greve, com a desarticulação e dispersão dos grevistas, não haveria motivos para a Diretoria não ser restituída, pois todas as exigências do patronato e da ditadura estavam sendo atendidas. Então, toda esse "esquete" no palco no Vila Euclides, servia apenas para minar qualquer possibilidade de greve naquele dia. Iniciada a manobra por Alemão, Lula pega o microfone e referenda a não retomada da greve:

(...) O que eu queria dizer - lembrando as palavras do Alemão e que já foram colocadas em votação aqui (se ninguém se lembra, todo mundo votou) - é que o problema de marcar uma assembleia no sindicato. É a melhor forma, é a melhor atitude política que os trabalhadores vão tomar. Eu acho que nós, marcando a assembleia para o sindicato, como foi aprovado aqui, vamos dar uma demonstração pro governo de que ninguém mais nessa terra quer tanto a tranquilidade, quer tanto a paz, quer tanto o sossego, mas também quer tanto o direito de viver como os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema. (LULA, discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 237).

Lula também afirmou: "Em nenhum instante das negociações, em nenhum instante, esteve em jogo a volta da diretoria. Em nenhum instante ela esteve em jogo. Mas ela estará a partir da proposta que o companheiro Alemão fez e que foi aprovada por vocês". Com isso concretiza o desvio daquela assembléia. Será o restante da fala de Lula que enterrará de vez aquela possibilidade de greve e fará com que a classe operária "engula" a punição da ditadura e dos patrões. Defendendo o acordo patronal que ele mesmo já havia assinado, Lula argumenta em defesa da aceitação do desconto dos dias parados:

(...) A minha palavra é que não foi um bom acordo. Entretanto eu gostaria de explicar uma coisa para vocês. Os 13 dias de greve que nós tivemos representam uma perda de 30 dias e meio. Todo trabalhador vai perder no ano, não 13 dias, mas 30 dias e meio. E qual foi o acordo que foi feito? E foi feito atravessado! O acordo foi que nenhum trabalhador terá nenhum dia descontado nas férias; os 13 dias de greve representam 12 dias perdidos nas férias, mas esses nós ganhamos; os 13 dias perdidos na greve representam 3 domingos perdidos, mas esses nós ganhamos também; os 13 dias de greve representam dois dias e meio do 13º salário, mas esses nós também ganhamos. Então vejam: de 30 dias e meio que deveriam ser descontados durante o ano, vão ser descontados apenas 13. E de que forma? Da seguinte forma: 50% dos 13 dias serão descontados em cinco parcelas mensais a partir de junho, e aí eu não posso falar no microfone, mas vocês sabem o que fazer; os outros 50% dos 13 dias serão repostos ou negociados mediante um entendimento entre empregado e empregador. Então vejam que em relação aos dias parados nós não saímos tão mal como algumas pessoas querem apregoar. (LULA, Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 236).

A proposta de Lula, dos patrões e do governo, reafirma toda a lógica da super-exploração sobre o operariado paulista. Representa uma continuidade desconcertante com a política salarial da ditadura militar-burguesa, de penalização daquele setor e a manutenção dos níveis de lucro daquele patronato. Na sequência, LULA deixa clara sua posição contra a retomada da greve:

(...) eu não vou pedir para os trabalhadores fazerem greve segunda-feira. Eu vou explicar por quê. Eu gostaria que vocês prestassem atenção numa coisa: de nada adianta a gente falar às vezes até contra aquilo que a gente está pensando. Uma greve amanhã representa uma derrota da classe trabalhadora. E eu vou explicar por quê. Vai ser exatamente pelo seguinte: nós não vamos ter mais campo para nos reunir, não vamos mais ter o sindicato e não vamos ter mais igreja. Nós vamos fazer uma greve de dois dias e depois de dois dias nós voltamos a trabalhar de cabeça baixa. Essa é a verdade dos fatos e eu gostaria de chamar vocês à responsabilidade para uma coisa, eu gostaria que cada um, na hora de votar, pensasse no amanhã, pensasse nos filhos, na esposa e em si próprio. (LULA, discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979, p. 237).

Feita a proposta de *não deflagração da greve*, sob pretexto de não comprometer a Diretoria do Sindicato, Lula, colocando-se como mediador dos atritos entre o operariado, a patronal e a ditadura, novamente pede um voto de confiança para os presentes: "Eu gostaria de pedir mais uma vez, eu gostaria que vocês aceitasse esse pedido meu. Mais uma vez eu volto a pedir um voto de confiança dos trabalhadores à minha diretoria. Aí vocês é que vão decidir se confirma ou não o que nós fizemos até agora". (Idem, p. 237). Lula diz que os aumentos serão conseguidos a partir do local de trabalho, e que, portanto não é necessária uma nova greve geral do operariado enquanto classe para lutar por melhores condições de salário e de trabalho. Lula é vaiado por parte dos presentes. E, com o microfone na mão, chama os descontentes de "macacos de auditório". Tenta convencer o operariado de que não

há chance de vencer e que a greve para o dia seguinte não é importante, mesmo sabendo que "a categoria estava bem preparada, em ponto de bala". (LULA, 1981), defende que a única coisa politicamente importante naquele momento é a volta da Diretoria. Nessa perspectiva, a greve por reajustes salariais e melhores condições de trabalho, contra o arrocho salarial, contra o despotismo das chefias no local de trabalho e contra a política salarial da ditadura, perde a centralidade:

(...) Somente vocês é que serão soberanos e minha proposta é a seguinte: o nosso aumento de salário, nós conseguiremos ganhar amanhã, dentro da fábrica; a volta da diretoria nós vamos ter que ganhar é agindo politicamente. Então, a minha proposta, mesmo sendo a mais antipática e mesmo tendo alguns macacos de auditório do Silvio Santos assobiando, é que os companheiros aceitem uma coisa. O Alemão foi claro, nós vamos ganhar o nosso aumento a partir da nossa luta nas fábricas. Não tenham dúvidas de que vamos ganhar. (...). Então, o que nós precisamos é não jogar o trabalhador numa luta inglória, e eu, que invoquei vocês a fazerem greve, nós que brigamos aqui durante 45 dias, eu quero dizer a vocês que a greve segunda feira não é importante. Politicamente não é importante. Politicamente, não será importante na segunda-feira. Ela será importante em qualquer outro dia. E em qualquer outro dia, estaremos dispostos a fazer uma greve. Gostaria de pedir ao trabalhador, se quiser me dar um voto de confiança e à diretoria do sindicato: é que aprovasse esse acordo que é péssimo. Mas precisamos brigar pela volta da diretoria do sindicato. (...). Mas, num determinado dia, nós vamos voltar e agir com força total. É isso que eu proponho aos trabalhadores. (...). (LULA, 1979, p. 237-238).

Por fim, Lula e a Diretoria do Sindicato conseguem vencer a assembleia e contornar a possibilidade de um novo enfrentamento entre operários, patrões e governo naquele ano. Com todas as manobras negociativas, o poder político sai das mãos da massa operária e vai para as mãos da Diretoria que reafirma o centralismo sindical. Em meio a tais conflitos, tornou inegável que a categoria metalúrgica de São Bernardo, as bases operárias, estavam à esquerda da diretoria sindical. Lula conclui que "os trabalhadores estavam mais organizados e dispostos à greve do que quando a 'trégua' foi estabelecida". (RAINHO e BARGAS, p. 155). No entanto, a patronal quer descontar os dias de greve, quer imprimir uma derrota marcante ao movimento operário. Quer impedir que se repita a vitória da greve de 1978 quando os dias parados não foram descontados e se conquistou 11% de reajustes com as máquinas paradas. O sindicato concorda com o desconto, a assembleia reluta... Lula apela para o bom senso dos presentes. Explica que a FIESP concederá mais 6% em relação ao que já tinha sido oferecido e que os dias de greve serão descontados em parcelas mensais e não de uma só vez no próximo pagamento. Quanto ao desconto compulsório em folha de pagamento e à reposição dos dias parados, os operários ironizavam aquela penalidade como "o pacote do Lula". Lula justifica sua proposta:

Companheiros eu sei que existem companheiros que gostariam de fazer greve amanhã. Mas, o bom senso, o meu bom senso, mesmo não sendo a medida mais simpática, e sim a mais antipática, e, acredita-se que não aconteça isso, porque eu não quero jogar a classe trabalhadora num poço, num beco sem saída. Aqueles que estão revoltados, irão ver, dentro de pouco tempo, que a medida que nós tomamos, aqui, foi a medida mais acertada. E ela trará a verdade a todos os trabalhadores. E vocês sabem que a nossa luta depende da união. Mantenham-se como se mantiveram até agora, agindo da mesma forma, que nós vamos conseguir tudo aquilo que nós queremos. (Lula, discurso em 1979, apud RAINHO e BARGAS, pp. 156-157).

Lula fez uma manobra transferindo o foco das mobilizações, para ele o mais importante não era a vitória da greve ou o melhor acordo para os operários de cada montadora, mas sim recuperar o Sindicato e exercício de sua Diretoria! Justamente esta diretoria que dizia que: "o sindicato não é a sede, não é prédio, mas sim cada um dos trabalhadores". Em um dos momentos mais agudos da luta de classes, desarticula a maior mobilização operária da década de 1970. Esta manobra política contra a greve também é admitida em Rainho e Bargas:

Mais tarde, vai-se constatar que, realmente, o Governo tinha interesse e necessidade de suspender a intervenção, quando Delfim Netto procura Lula e propõe-lhe o "Pacto Social" (ou seja, os operários não realizariam greve durante um espaço de dois anos e, em troca, obteriam algumas reivindicações). Quer dizer, o Governo precisava que Lula retornasse ao Sindicato oficial, pois, era ele, Lula, a única liderança sindical e nacional conhecida pelos trabalhadores e, por isso, capaz de poder viabilizar a concretização do Pacto. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 158).

Com todos os desgastes, Lula tinha como conquista objetiva um reajuste salarial de 6% para apresentar às massas, que divididas em conceder ou não um novo "voto de confiança" ao sindicalista, acabam por aprovar o acordo. Para Ricardo Antunes, foi acertada a atuação de Lula quando: "propôs uma alternativa politicamente correta e necessária e que, entretanto, deslocava-se daquilo pretendido pela massa operária". (ANTUNES, 1988, p. 60). Para o autor, tratava-se de: "uma vitória possível para o movimento, mesmo que isso implicasse decisões que não estavam, num primeiro momento, no universo da intuição e disposição operária". (ANTUNES, 1988, p. 60). Chasin (2001) assume essa mesma posição. No entanto, os setores do operariado cientes da manobra ocorrida durante a assembléia, não escondem o seu descontentamento. Terminada a assembléia, operários vão até o Sindicato pressionar sua Diretoria. Conforme relatou Elias Stein:

E o Sindicato é devolvido, depois de 45 dias vem aquele acordo que não dava nada, descontava os quinze dias em greve mas parcelado, 2 dias por mês. Quando eu entrei na Toshiba, estava vencendo o penúltimo, a penúltima parcela do "carnê do Lula", a peãozada chamava de "carnê do Lula". Todo mês vinha lá: "Desconto de 2 dias em virtude da paralisação". A peãozada ficou puta. Mas, ao contrário de São Paulo,

quando acontecia isso, os militantes assim, mais combativos, que rasgava a carteirinha e falava: "Eu não tenho nada haver com isso aí!", lá [em São Bernardo] não, eles iam para o Sindicato, iam lá e pegava o Lula: "Pô Lula como é que você aceita um negócio desse?". (...). O pessoal ia lá cara e xingava ele, falavam: "Você é um pelego cara! Como é que você aceita um acordo desse? Nem os dias parados não deram. Não deram reajuste. Deram essa mixaria. O que que você queria, só o Sindicato? Para que?". Pegaram pesado com ele, aí ele, acho que falou: "Opa, ou eu vou junto com eles ou senão eu vou ficar isolado aqui". Aí ele foi junto. (Entrevista - Elias Stein).

Ou seja, setores do operariado do ABC tinham clareza de que a Diretoria do Sindicato havia liquidado a possibilidade de retomada das mobilizações naquele maio de 1979 mesmo havendo condições concretas favoráveis ao movimento grevista. Conforme nos relatou João Paulo, que era operário da Resil e membro da comissão de salários:

Querida voltar para a greve, mais aí não era toda a categoria, eram alguns setores. (...) Tinha um setor da Ford que queria continuar a greve. Tinha um setor da Scania um pouco menor. Eu não lembro [todos], tinha alguns setores... Mas a greve, depois que termina, depois da trégua de 45 dias, quando não chega a um denominador comum, as empresas pequenas, especialmente as de Diadema, voltam a fazer greve. (...) A categoria, a categoria desceu o cassete na Diretoria, chamou o Lula de traidor. (...). Quer dizer, começa a ter uma ascensão em 1978, com um refluxo muito grande em 1979, o Sindicato ficou às moscas. (Entrevista - João Paulo).

### **Ah, o pessoal abandonou o Sindicato por causa da trégua de 45 dias...**

Abandonou, abandonou... Só vinham aqui para fazer homologação, só vinha aqui e tal... O movimento sindical aqui estava às moscas. Que nem nós estamos aqui agora [na sede do Sindicato] olhando para o tempo em 1979. Aí em 1980, começa a atividade toda, aí começa então, em 1980, começa a participar, começa a organização, aí sim há uma nova, um novo salto de qualidade. Nesse período então, em 1979, quando dá a trégua, então ele fica às moscas. Reflexo da negatividade da trégua. (...) isso é reflexo dessa negatividade. Então quando. (Entrevista - João Paulo).

Havia grande disposição de retomada da greve, por isso, Lula é vaiado, setores operários abandonam a assembléia, isso porque, conforme admitem Rainho e Bargas: "Os trabalhadores acreditavam no seu potencial para conquistar muito mais do que o acordo iria propiciar-lhes, por isso estavam dispostos a fazer nova greve". (RAINHO e BARGAS, p. 157). Os militantes da corrente *O trabalho*, que atuaram naquela greve, publicam um balanço intitulado *Lula defende o acordo e esquece suas promessas*, onde apontam os limites da atuação da Diretoria do Sindicato de São Bernardo:

Esgotam-se os 45 dias de prazo, a proposta dos patrões é mínima, os dias parados vão ser descontados, o sindicato continua sob intervenção. No entanto, não vai acontecer uma nova greve, como Lula havia prometido. A assembleia dos 60 mil acabou rapidamente e 15 mil trabalhadores ainda esperam não se sabe o quê. Olhando Lula e o palanque. Por quatro vezes eles foram chamados de "macacos de

auditório de Silvio Santos". Eles ouviram os apelos patéticos de João Monlevade ao general Figueiredo. Eles ouviram o "Alemão" pedir a ocupação do sindicato. Eles ouviram até o Lula dizer que "quando vocês estiverem almoçando hoje com a mamãe, verão que tiveram razão em aceitar o acordo". (O TRABALHO. Lula defende o acordo e esquece suas promessas, 1979, p. 79).

Considerando esses elementos, podemos considerar um certo nível de cisão entre os interesses da Diretoria do Sindicato e o operariado em greve. Conforme observou Marco Aurélio Garcia,

É sem dúvida a valorização específica que a direção faz do instrumento sindicato que a leva a propor aos trabalhadores um acordo salarial onde os ganhos são praticamente nulos, em troca do levantamento da intervenção que Murilo Macedo havia decretado dias antes. O acordo, aceito a contragosto pelos trabalhadores, explica o esvaziamento do estádio antes do fim da Assembléia. As vaias que se fazem escutar estavam a indicar um certo nível de cisão entre direção e bases, cisão que permanecera oculta na unanimidade das assembleias anteriores. (GARCIA, 1982).

Para a Diretoria, a demanda mais importante era manter-se na gestão do Sindicato, não confiava que pudesse reassumir a entidade por meio da força das mobilizações, então aceitou a proposta da ditadura mesmo que ficasse muito aquém das reivindicações dos operários dispostos a uma nova greve. Ou seja, em dois momentos mais importantes daquele processo; a onda de greve de 1978 e a greve de 1979, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo equilibrava-se entre as pressões da multidão operária e as determinações da ditadura militar, sendo que ao invés de romper com as pressões do patronato e da ditadura, optou pela linha de menor resistência. Com isso, mesmo frente à mobilização de milhares de operários grevistas, a Diretoria do Sindicato é incapaz de conduzir aqueles grevistas à conquista de suas pautas. Assim o saldo maior naquele ano não foi em relação às pautas, mas sim em relação às mobilizações da classe operária. Conforme análise de Chasin:

(...) De maio a maio [de 1978 a 1979], num balanço de doze meses, é absolutamente insuficiente dizer que o resultado é franca, global e brilhantemente favorável às massas trabalhadoras, pois se trata de assinalar, acima e para além de tudo, reiteradamente, que tais sucessos são a própria retomada do fluxo histórico brasileiro, no que tem de essencial e ascendente, e que isto se dá pelo único modo através do qual, no caso concreto, era possível: - pela natureza e dinâmica própria das massas operárias e trabalhadoras, fundamento decisivo para a constituição de uma democracia real no país. (CHASIN, 2000, p. 94).

Embora a Diretoria presidida por Lula tenha emergido como uma forma de mediação em meio às tensões daqueles momentos de luta inflamada nos locais de trabalho, a classe operária do ABC dá mostras de formas de descontentamento com a diretoria. No entanto, não encontra canais para expressá-lo politicamente. Uma vez que o sindicato passa a dirigir as

mobilizações por meio de assembleias plebiscitárias, as decisões não dependem mais das determinações diretas dos operários de cada fábrica. Conforme analisou Garcia:

(...) 1978 e 1979 são momentos importantes para a construção deste movimento operário. A passagem de uma greve de fábrica (1978) para uma greve geral, onde o cenário das decisões fundamentais passava a ser o estádio de Vila Euclides e o mecanismo básico de sua tomada, o plebiscitário, (as dezenas de milhares de mãos que se erguem nas votações) teria efeito sobre a configuração do movimento. A massividade das assembleias diminuía a profundidade que o movimento na fábrica apresentava, mas permitia que a classe se descobrisse em sua extensão e força. Outra consequência seria o reforçamento do sindicato e da direção sindical, reforçamento que não se daria sem contradições. A liderança de Lula e da direção do sindicato cresce globalmente neste período, mas as bases se permitem distanciar-se da direção quando esta não parece conduzir a luta da melhor forma, como é o caso do desfecho da greve de 1979. (...). (GARCIA, 1982).

Embora a Diretoria de Lula se localizasse à esquerda da maioria das diretorias sindicais que eram serviços diretas da ditadura, sua gestão conduzia as mobilizações de forma a atenuar e controlar a sua radicalidade mantendo-as nos limites das reivindicações econômicas mínimas que pudessem ser barganhadas e aceitas sem afrontar o patronato e a ditadura militar. Em seguida aceita um reajuste bem abaixo do que era reivindicado e pede ao operariado que volte para as fábricas. Frente às opções da Diretoria do Sindicato, a corrente *O Trabalho* defendia que era necessário a organização de comissões de fábrica para formar direções alternativas:

(...) os trabalhadores terão que organizar em Comissões de Fábricas e, na próxima greve, elegerem um Comando de greve com base nessas comissões. Os trabalhadores já sabem que não é do Lula que virá a orientação de combate até a vitória. Lula se contenta com pouco; ele que agrada os trabalhadores, os patrões e ao governo ao mesmo tempo. (*O Trabalho. Lula defende o acordo e esquece suas promessas*, 1979, p. 79).

De acordo com essa publicação a condução da greve deveria ser organizada pela base, a partir das comissões de fábrica que deveria eleger um comando de greve para atuar em conjunto com a Diretoria do Sindicato. Estava aberta a possibilidade de construção de um movimento mais amplo, que transcendesse as concessões econômicas mínimas. Nessa via de auto-organização por fábricas, os operários de cada fábrica poderiam criar fóruns, discutir globalmente suas demandas, ampliando as bases sociais da greve e pressionando o patronato e o regime. Fortalecendo a organização da greve e a politização daquele importante movimento massivo que surgia no cenário nacional em meio à crise política e econômica da ditadura. Mesmo que apenas nas fábricas maiores (Volkswagen, Ford, Mercedes, Scania, etc.) se conseguisse eleger comissões e delegados para expressar a posição daquelas fábricas nas

assembleias do Estádio Vila Euclides, isso teria ampliado a base organizativa da greve e a possibilidade de tomar decisões com base na democracia operária refletindo de fato a capacidade de luta dos operários de cada fábrica.

No entanto, a fração de Lula, mesmo sabendo da disposição de luta e enfrentamento dos trabalhadores, que saltava a olhos, impressionando inclusive o patronato, optou por conter o movimento, aceitar o desconto dos dias parados... O que por sua vez, na prática, constitui ataque direto ao direito de greve. O balanço admitido por aquela Diretoria, expresso em Rainho e Bargas, embora concordem, logicamente, com o encaminhamento de Lula, é muito instrutivo:

A solicitação do "voto de confiança" e, por conseguinte, a não entrada em greve, tornou-se aspecto mais polêmico da greve de 1979. Isso porque, os trabalhadores foram preparados para nova greve, conforme já demonstramos. Mas, com o término da "trégua", essa greve acabou não acontecendo. O Sindicato propôs aos trabalhadores que aceitassem o acordo. E os patrões perceberam que eles estavam organizados e dispostos à nova greve, tanto que, às vésperas de uma possível deflagração, dispuseram-se a negociar e assinarem o acordo. Apesar de muitos terem criticado essa decisão, devido ao desgaste que ela acarretou (antes de Lula terminar de falar o Estádio já se encontrava parcialmente vazio), embora tenhamos de reconhecer a disposição de grande parte dos trabalhadores de não aceitar o acordo e retornarem à greve, consideramos correta a decisão de não retomá-la. (RAINHO e BARGAS, 1983, p. 157).

Analisando esses processos, fica-nos explícito que a Diretoria do Sindicato, expressa na autoridade máxima do presidente, ficou aquém dos anseios daquele movimento. O desapontamento com a Diretoria de Lula foi expressivo, mas não o suficiente para eliminá-lo da gestão sindical. Essa derrota de 1979, somada a derrota da greve de 1980 levará a formação de uma chapa de oposição à Diretoria do Sindicato em 1981. Conforme relatou João Paulo de Oliveira:

Mas nesse momento era extremamente complicado, volta e ele [o Lula] levou muito pau. Foi a partir desse momento, em 1979, de que em 1981 há uma chapa de oposição ao Sindicato. Reflexo de 1979. Porque nessa de 1979 já havia alguns membros, alguns companheiros da comissão de salários, que eram ligados a organizações já estruturadas, como o PCdoB, o PCB, o MR8, o MEP, O trabalho, e, era Causa Operária na época? Não, outro, era Causa Operária, não lembro aqui, agora. Então havia essas organizações, foi aí então, reflexo desse 1979, é que surge então... Vou lembrar de alguns nomes, sem tentar identificar as suas organizações porque eu não vou lembrar: O João Batista, era do PCdoB, o Alemão do MR8, o Wagner Lino, que era prestista, o Melão e aí tem uns outros companheiros que eu não lembro. Aquele pessoal todo que participava da comissão de salários aqui do Sindicato. Então tem vários desses momentos, desses companheiros nesse momento que participavam, o Jaiminho do PCdoB, o Jaiminho está em Itanhaém hoje, entendeu, Jaiminho do PCdoB, ligado ao João Batista. Aí tinha o Maurício da Polimatic, era do PC do B, tinha a Vera do PC do B. Tinha o Arquimedes do MEP.

Tinha o Drummond que nessa época era metalúrgico, José Drummond. (Entrevista - João Paulo).

Segundo análise publicada por militantes da *Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*, o presidente do Sindicato de São Bernardo teria se mantido como dirigente político e sindical por dois motivos centrais: o primeiro era que a classe operária em ascenso precisava de um dirigente que unificasse as principais reivindicações da classe operária e Lula não era "queimado" como Joaquinão e outros dirigentes sindicais. Estreitamente ligado a essa demanda, a burguesia brasileira identificou nele um canal de mediação com o proletariado radicalizado. Identificando-o como um dirigente moderado, trabalhou em sua promoção para isolar outras direções alternativas:

A greve do ABC em março de 1979 girou em torno da pessoa de Lula. A liderança do Lula é preciso ser vista como atendendo uma necessidade de direção que a classe operária exigia. Dadas as características e formação desse líder sindical, a burguesia viu nele uma possibilidade de encaminhamento do movimento operário em direção às conquistas econômicas, através de formas institucionais, dentro da legalidade burguesa e do sistema capitalista, sem ameaças socializantes. Por essa razão, alguns setores da burguesia procuraram, através de seus jornais, rádios, televisão, criar a imagem de um líder nacional para a classe operária, divulgando quase que diariamente sua pessoa, e realmente atingindo seus objetivos, pois antes que um ano se passasse desde o início dessa campanha promocional Lula já era conhecido na maioria dos lares operários no Brasil. (*Oposição Sindical Metalúrgica - A GREVE DO ABC DE 1979*, p. 83)

Nesse sentido, a Diretoria de Lula foi uma forma de gestão preventiva a serviço do patronato, porque não era o peleguismo clássico do pós 1964 e nem uma forma de sindicalismo combativo de viés classista. Assim, nesse entremeio, essa Diretoria conseguiu conter a radicalização da luta operária. De acordo com a análise da *Oposição Sindical*, a figura de Lula foi identificada como conveniente para a burguesia e para o direcionamento à conciliação de classes ainda em 1978. Nesse sentido, sua figura surgia como uma forma de controle e moderação sobre o movimento operário. Um interlocutor que assegurava a concretização das necessidades dos industriais e do Estado burguês militarizado. Segundo análise da *Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo*:

Após o movimento de maio a julho de 1978 e com a radicalização crescente das lutas operárias, principalmente na greve de novembro em São Paulo, ficou mais transparente para a burguesia a necessidade de um projeto sindical que pudesse ser controlado pelo Estado. Daí a intensificação das entrevistas, reportagens e fotos sobre a pessoa do Lula, na tentativa de faz-lo definir-se em uma fase em que o próprio movimento não tinha ainda condições de radicalizar-se, pela natureza repressiva do regime vigente, o que, aliado às suas características personalistas e economicistas, levou o Lula a definir uma conduta própria e uma política sindical objetivamente dentro das necessidades e projetos do sistema. (Idem, *ibidem*).

Em outro trecho desse balanço, acentuando a ausência de estímulos para a organização de base chega-se a caracterizar a Diretoria do Sindicato de São Bernardo como contra-revolucionária:

A característica contra-revolucionária desse sindicato está em que elimina a organização de classe pela base. Tira a auto-confiança dos operários, para colocá-la em suas lideranças. A classe passa a ser uma espectadora de seu próprio destino. Quanto mais aumenta a confiança dela em uma direção personalista, mais diminui sua capacidade de mobilização independente, destruindo nela a força revolucionária. (Oposição Sindical - A GREVE DO ABC DE 1979, p. 84).

Com base nas análises arroladas até aqui, podemos sumarizar os elementos e mecanismos que possibilitaram que a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC controlasse as greves no ABC: 1) A intensa e ampla projeção midiática conferida ao presidente do Sindicato; 2) A funcionalidade daquela diretoria sindical preventiva aos anseios de mediação do setor industrial e ditatorial; 3) combate à organização nos locais de trabalho, centralmente às comissões de fábrica; 4) monopólio da representação nas negociações, e por fim: 5) exclusividade do direito de expressar propostas nos fóruns de deliberação coletiva, nas assembleias plebiscitárias apenas a Diretoria e os colaboradores da gestão do sindicato é que tinham direito à fala. Somados esses elementos políticos e organizacionais, tinha-se uma blindagem oriunda do poder institucional da "maquina sindical" que garantia grande vantagem àquela diretoria sindical em relação a outras direções alternativas.

A massiva classe operária estava nucleada em poucas fábricas, Volks, Mercedes, Ford, Scania, GM, Toyota e Karmann-Ghia, que juntas somavam dezenas de milhares de operários, conferia importante poder de representatividade à gestão. Esta estruturação garantiu muitas vantagens à Diretoria de São Bernardo. Contando com a base operária concentrada em poucas fábricas, o Sindicato já se fazia uma força muito expressiva no sindicalismo e na interlocução com a ditadura militar.

A base operária concentrada, o monopólio da representação nas negociações e o monopólio das falas nas assembleias plebiscitárias, somado ainda à diferenciação atingida pelos Autênticos em relação ao grupo dos pelegos, garantiam importante blindagem à Diretoria do Sindicato. Nos anos seguintes a 1979, a Diretoria presidida por Lula busca relocalizar à esquerda como forma de recuperar-se daquele desgaste. Tal orientação contribuiu em grande medida para impedir que outras lideranças mais combativas se formassem a partir das fábricas. A força do aparato sindical e a blindagem em relação aos mecanismos de

autodeterminação operária, permitiu à gestão de Lula conquistar a hegemonia dos rumos do movimento grevista.

Ainda assim, a greve geral de 1979 teve importantes avanços organizativos, foi qualitativamente mais intensa e extensa que aquela de 1978, tanto em organização quanto em alcance. As assembleias com milhares foram experimentos da força massiva do operariado. Em 1978 ocorreram uma série de paralisações parciais e greves dispersas e não coesa. Mas em 1979 a greve geral da categoria metalúrgica no ABC articulou amplos setores da categoria metalúrgica e uma significativa base de apoio ao operariado do ABC. O movimento avançou também em sua organização e articulação, demonstrando avanço não só quantitativo, mas também qualitativo, pois suas manifestações paralisaram, só no ABC, mais de 150.000 trabalhadores, e ainda estenderam-se a outras categorias, cidades e estados. Somou-se um total de 436 estabelecimentos em greve no País com mais de 3 milhões de trabalhadores paralisados (ANTUNES, 1988, SADER, 2010). Ainda, a intervenção estatal contra as greves em favor do patronato, acabou por aumentar o descontentamento com o regime militar e estimulava ainda mais a luta operária. Conforme nos relatou Betão que, durante aqueles processos, era operário na Ford de São Bernardo:

**Dentro das greves de 1978, 1979 discutia-se a luta contra a ditadura, acabar com a ditadura?**

Não, o peão, assim, queria desafiar: "É proibido fazer greve? Pára!". Manifestação... Então, o peão começou a entender a questão da ditadura foi de 1979, que ele começou a ver que... Quando afastou a Diretoria, pô, isso... Aí mexe né, porque os caras falam: "Porra, como é que pode?". Ai, eu acho que em 1979 começou a discussão sobre a ditadura, que foi aberta, me parece que foi quando houve a anistia, aí isso fez com que a peãozada fosse entendendo né, o sistema da ditadura, do capitalismo, essa coisa toda. E aí, não era só o nosso Sindicato, porque aí tinha vários outros companheiros, de outros sindicatos, de oposições, começou a falar, já começou também a querer fazer luta, e esse sindicato, outro sindicato, não tinha sindicato e participava com a gente, Sindicato de Santa Bárbara d'Oeste, Sindicato de Monlevade que era de Minas, a oposição metalúrgica de Campinas, Oposição Metalúrgica de São Paulo, tinha... Aí as coisas começam a crescer... (Entrevista - Betão).

**Aí entra em pauta a luta contra a ditadura?**

Aí começa, aí aparece. Aparece a questão de que você vive num regime que você não tem liberdade, e a questão da autonomia e liberdade sindical, porque é proibido fazer greve, você faz uma greve, que é proibida, e o peão está desafiando, e o Sindicato, a ditadura. Aí que o pessoal começa ter essa clareza da ditadura. E aí as muitas besteira que aquele João Figueiredo falou também, e, foi interessante, porque o João Figueiredo tomou posse em 1980, não foi? E ele tomava posse no dia 15, ou no dia 12, nós paramos São Bernardo no dia, acho que foi no dia 12 e ele tomava

posse no dia 15. E aí nós trabalhamos essa greve geral da categoria em 1980... A peãozada estava tudo já... Discutia tudo, autonomia, discutia ditadura, discutia tudo. E aí botamos várias pessoas de fora, inclusive nós fizemos até... Das palestras que nós fizemos, conversando com algumas pessoas e tal. E dentro da fábrica também o clima pegou, porque nisso já tinha a Tribuna Metalúrgica, você tinha peão que estava... Saía muita coisa das greves, porque aí a imprensa publicava, em todos os jornais, em todos os jornais saía lá o pessoal na Vila Euclides, aquela coisa. E aquilo, querendo ou não, incentiva o peão né. Chega à noite Jornal Nacional, greve, São Bernardo, começa aquela coisa toda né. E isso né, o peão está vendo lá, a repercussão que está dando a greve, a repercussão que está dando o movimento. E é pra mudar, para mudar mesmo. (Entrevista - Betão).

Com as paralisações parciais de 1978 e a greve geral metalúrgica de 1979, a correlação de forças altera-se em favor dos trabalhadores e contra o patronato e o Estado burguês-militarizado. A onda proletária insurgente estava em ascensão. Em abril de 1979 é realizado em São Paulo o Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Porém, ainda neste momento não houve articulação orgânica entre os metalúrgicos de São Paulo em luta e os metalúrgicos do ABC. Estes núcleos de mobilização nacional não se entendiam enquanto vanguarda proletária do país, com possibilidade objetiva de re-determinar o desenvolvimento social e político do Brasil.

De forma geral, podemos considerar que de fato o operariado do ABC vivenciou uma série de experiências qualitativas na greve de 1979, já que esta foi organizada de forma mais qualitativa do que as greves e paralisações de 1978. Adentrando massivamente e organizados em uma greve geral, o operariado pôde auscultar-se. Sentir sua própria força potencial. Fez piquetes com milhares de operários e assembleias com mais de 100 mil operários. Tornou-se centro político do país, guia para outros movimentos políticos e sociais. Ainda no plano sindical-organizativo os sindicalistas tentam canalizar também as mobilizações de 1979 em um novo encontro operário, que foi realizado em fevereiro de 1980. Este ficou conhecido como “Encontro de João Monlevade”, realizado em Minas Gerais. Foi sediado no Sindicato dos metalúrgicos. Segundo Rodrigues “Do encontro participaram líderes de pastorais operárias, de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais, além de diretores de sindicatos oficiais”. (RODRIGUES, 1991, p. 17).

Internacionalmente desencadearam-se outros movimentos de trabalhadores contribuindo com o quadro geral de mobilizações. No mesmo período em outros países também eclodiram ações proletárias radicalizadas, como na Nicarágua em 17 de julho de 1979, quando trabalhadores, camponeses e estudantes, acabavam de derrubar a ditadura de

Somoza. Também na Polônia, com a Comuna de Gdanski, os trabalhadores desencadeiam uma grande greve e insurreição política.

Diversos autores (CHASIN, 2000: ANTUNES, 1988: MOISES, 1982: CORREIA, 1980: IANNI, 1980), analisam que aquele movimento massivo no ABC passou a ser o principal protagonista na luta pela democratização do país e pela derrubada da ditadura. Aquele movimento poderia ir muito além das pautas econômicas. Conforme analisa Chasin:

(...) com as greves que realmente vem a se instaurar um efetivo e verdadeiro movimento democrático. Dado que vem à tona um caudal de massas - designadamente massas trabalhadoras, nucleadas pelo movimento operário, que ferem centralmente a questão brasileira. Mudam, assim, pela sua presença, por aquilo que são e representam, e pelas questões que de imediato põem vigorosamente na ordem do dia, a qualidade das lutas políticas em marcha. (CHASIN, 2000, p. 92).

Tomado nesse marco, tornava-se possível que aquele movimento assumisse também pautas políticas, ultrapassando o economicismo subalternizado as determinações ditatoriais. O movimento operário se coloca: "de imediato, remetido a um nível de luta que ultrapassava o plano das contendas delimitadas". (CHASIN, 2000, p. 99). No entanto, aquele movimento será conduzido nos marcos das lutas econômicas mínimas. Mesmo nesse campo, a Diretoria do Sindicato disputa com a assembleia para que aceite os índices menores do que os que constam em sua pauta. Isso atenua as possibilidades de radicalidade daquele movimento, permitindo à Diretoria de Lula aproximar-se e estabelecer alianças com alas da burguesia que buscavam uma transição pactuada que relançasse sua dominação de classe numa nova fase da democracia burguesa. Conforme admitiria Lula em entrevista em abril de 1980, essa opção fará dele o dirigente sindical escolhido pela ditadura como interlocutor para o pacto de abertura pelo alto, em uma forma de auto-reforma do regime militar. Desempenha papel de "pata esquerda" da transição pactuada:

Veja, eu acredito que num determinado tempo a imprensa burguesa tentou me usar. Eles precisavam de uma abertura política e tentaram usar a imagem de Lula como um símbolo até conseguir a abertura que interessava a eles (...). Eu acho que eles achavam que eu não passaria daquilo. Era maravilhoso levantar o Lula lá nas alturas, porque o Lula reivindicava apenas 10% de aumento. (...). (LULA, 1981, p. 271).

Debatidas as ações operárias nas fábricas do ABC e a greve geral metalúrgica naquela região durante o primeiro semestre de 1979 e as ações orientadoras da Diretoria do Sindicato de São Bernardo e Diadema, passaremos à análise das mobilizações e a greve geral metalúrgica de São Paulo realizada no segundo semestre de 1979 em São Paulo.

## **O 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo**

Já com a experiência da greve geral de 1978 e sob os impactos da greve geral metalúrgica realizada em São Bernardo, a classe operária paulistana encontrará um cenário ainda mais efervescente. Os militantes e grevistas a partir de suas experiências auto-organizativas pautadas nas comissões, procuram difundir sua tática principal que era a formação de comissões de fábrica. Nos dias 24 e 25 de março de 1979 foi realizado o 1º Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo "com objetivo de sistematizar sua linha sindical" (GET/Urplan, 1982, p. 16). Participam delegações de Socorro, Santo Amaro, Mooca, Penha, Campo Limpo e Cidade Ademar.

Entre as delegações convidadas para o Congresso, estavam operários das Oposições de Osasco, São Caetano, Guarulhos, Campinas, Vale do Paraíba e Belo Horizonte. Segundo publicação da Oposição: "queríamos uma comissão não para defender esse ou aquele acordo, somente, mas uma comissão que fosse um embrião de algo novo dentro do movimento operário brasileiro. A gente tem condições de dar sangrias violentas na estrutura sindical brasileira". (GET/Urplan, 1982, p. 48). Este congresso será importante para a articulação da greve geral que será decretada no dia 28 de novembro de 1979.

A questão do paralelismo sindical será tema central de debate nesse Primeiro Congresso. Faria (1986) destaca que o central do Congresso é a questão se a Oposição deve ter uma estrutura própria, jornal boletim etc, ou se deveria trabalhar como material do Sindicato. Tem-se uma tendência que defende a tomada do sindicato e outra que defende uma forma de sindicalismo paralelo.

No início do Congresso, 21 delegados favoráveis à luta sindical por dentro da estrutura sindical oficial, abandonam o congresso. Faria (1986), aponta que a visão que defendia a democratização do sindicato, desatrelado do Estado e estruturado sobre as comissões de fábrica fica em minoria. Conforme relatou Cleodon da Silva:

Até nesse momento tivemos a disputa... um negócio impressionante, nós recebemos a visita do Oswaldo Bargas no Congresso. Oswaldo Bargas veio com a proposta articulada com parte do setor da Oposição que não queria, que já estava assim... praticamente abandonando a prática de oposição, que já estava referendando quase 100% o que estava sendo feito em São Bernardo, mas que ainda estava junto da gente. Chegaram a ir lá ao Congresso, mas quando chegaram já foram com a posição de dissolver o Congresso e aí encontrou o mote porque estávamos na véspera da greve do ABC. Em 24 de março começou a greve no ABC, nesse final de semana nós estávamos reunidos, em março de 79, e Oswaldo Bargas veio pra reforçar os companheiros que estavam defendendo parar o Congresso pra ir todo mundo distribuir boletim em São Bernardo. E isso comeu quase meio dia do nosso Congresso, até por fim nós votamos e vinte e um companheiros que estavam

presentes no Congresso se retiraram junto com o Oswaldo Bargas. Até ficou conhecido como o “Racha dos vinte e um, a turma dos vinte e um” que foi o pessoal que saiu junto com o Bargas pra apoiar, entre aspas, ajudar a preparar a greve no ABC. Isso aí é mais pra piada do que pra outra coisa, não tinha nenhum papel decisivo na organização da greve naquele momento, que tudo que tinha pra fazer já estava feito. Ali o papel mais importante era a gente elaborar e sistematizar a experiência desenvolvida em São Paulo e conseguimos manter o Congresso. Isso foi uma vitória, se tivesse ali dissolvido o Congresso não sei o que... nem se daria a greve de 79. Não sei se chegaríamos como nós chegamos, sem uma diretriz. E aí foi quando nós em 79 definimos como seria a comissão de fábrica, a relação que ela tinha que ter com os trabalhadores, a relação que ela tinha que ter com o sindicato, enfim, fizemos todo o Bê-a-bá do que seria a comissão de fábrica a partir das experiências e das lutas concretas que foram desenvolvidas no ano passado de 78. Serviu como orientação geral pra São Paulo e isso foi pro Brasil inteiro, nossas teses viajaram o Brasil inteiro. Em São Bernardo se discutia, era colocada comissão de fábrica ou delegado sindical, Lula já estava disparado falando aos quatro ventos a questão do delegado sindical. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

De acordo com Faria (1986), a *ala majoritária* do Congresso defende que os sindicatos "não são órgãos de luta dos trabalhadores embora possam levar lutas importantes da classe operária", devem ser substituídos por um movimento estruturado sobre as comissões de fábricas e assim criar um novo sindicalismo independente e representativo. Não se negam a participar do Sindicato ou disputar eleições, mas fazem isso apenas para "desmantelar a estrutura sindical". Segundo essa visão o Sindicato pode ser útil em alguns momentos, mas deve ser substituído. Ou seja, venceu a visão do sindicalismo paralelo. (FARIA, 1986). Conforme também analisou Batistoni:

(...) as teses de 1979 idéiam a extinção da estrutura sindical através da ampliação crescente das comissões de fábrica, numa concepção linear e simplista do processo histórico, como se a construção de uma alternativa independente resultasse do que se acumulou previamente nas fábricas, ou na somatória de inúmeros organismos de base. (...) **as teses não tecem referências às condições objetivas do trabalho nas unidades produtivas, "terreno vivo" e determinante, onde o capital impõe limites estruturais à organização e luta do operariado.** (BATISTONI, 2011, p. 265 - grifos no original da autora).

A Ação Popular Marxista-Leninista em seu *Balanço da greve de São Paulo* de dezembro de 1979, aponta que as duas frações daquele congresso nutriam debilidades. A fração que defendia a dissolução da estrutura sindical, mesmo dizendo que atuaria no sindicato, não o fazia de fato. Por outro lado, o "grupo dos 21", que decidira como central a atuação no sindicato, não o fez como oposição que intentava construir um sindicalismo combativo, pois acabou se diluindo em atividades gerais da estrutura do sindicato presidido pelo pelego.

Por um lado, a chamada "oposição estruturada" composta por aqueles que se mantiveram no congresso, permanecia totalmente fechada em torno de si mesma,

negando-se na prática a ocupar o espaço do sindicato a desenvolver um trabalho voltado para o conjunto da categoria. Parte dos companheiros que se retiraram do congresso, reunidos em torno do chamado "grupo dos vinte e um", não saíram da propaganda genérica da necessidade de praticar um sindicalismo unitário e acabaram se diluindo nas atividades gerais do sindicato, que, devido à ausência de uma maior mobilização de massas, só podiam ficar sob o controle da diretoria. Por último, tínhamos os "adesistas", que confundiam uma atuação dentro do sindicato com conchavos com a diretoria [de Joaquinção pelego], o que os levava a abandonar totalmente o trabalho de base junto a categoria. (AÇÃO POPULAR - BALANÇO DA GREVE DE SÃO PAULO. 1979, p. 128).

Conforme apontamos anteriormente, a partir da perspectiva defendida por Lênin, os sindicatos são importantes ferramentas de defesa e auto-organização do proletariado e devem existir não apenas em toda a fase de desenvolvimento do capitalismo, mas também durante o socialismo. Sendo que os revolucionários devem atuar nos sindicatos independentemente dos interesses dos pelegos, conciliadores e reformistas. Tanto na greve de 1978 como na greve de 1979 em São Paulo, o Sindicato funcionou como um pólo de aglutinação geral do operariado que se mobilizava. Nessa perspectiva, a participação nos sindicatos necessitava ser combinada e apoiada pela construção de outros fóruns de unificação dos setores operários em luta, como um organismo unificador como garantia de representação da luta efetiva organizada a partir das fábricas. Nessa acepção a auto-organização deve servir como ferramenta de controle sobre o Sindicato.

Esse "racha" custará caro para o operariado na greve geral em outubro de 1979. Os militantes "anti-sindicato", o grupo que defendia que "os sindicatos não são órgão de luta dos trabalhadores", verão que o operariado novamente comparecerá as assembleias do Sindicato, que vão aderir ao chamado de uma greve geral. Que, portanto o sindicato funcionaria como um órgão de agregação dos trabalhadores, mesmo que tenham que passar por cima das pretensões de sua Diretoria.

O PC do B, PCB e MR8, tendem, por princípio e estratégia, muito mais a compor com a velha estrutura sindical do que a lutar contra o sindicalismo de Estado. Em sua concepção, busca-se conquistar hegemonia dessas entidades e não romper com sua forma de estruturação, não se opondo à estrutura sindical estatal varguista, exemplo disso é sua visão sobre as comissões, que devem ser submetidas ao Sindicato e não serem comissões livres auxiliadas pelo Sindicato. Estas divergências ressurgirão nas eleições sindicais de 1981 quando cada tendência lançará sua chapa, uma do PCB, MR8 e peleguismo, outra do PC do B com Belantani e articulação e a terceira da Oposição.

Trilhando os caminhos do "racha", cada uma das tendências voltam-se para seus interesses imediatos, buscam fortalecer as relações com seus contatos operários em cada fábrica para levar a cabo a política de sua tendência. Para além desses setores destacados, o operariado contornará tais divergências buscando convergir com as tendências que lutem pelas suas demandas e conquiste vitórias. No entanto, observando as disputas, nos parece que nenhuma das três tendências (adesistas à Diretoria, anti-sindicato e os tarefistas) realmente poderia atuar como a direção que o operariado necessitava. O ano de 1978 havia aberto as portas para um dos momentos de maior organização do movimento operário brasileiro, que a partir disso encontra desenvolvimento crescente, articulando cada vez mais operários e parando a produção em diversas regiões do País. Conforme caracterizou Jorge Preto: "aí já vem para o ano de 1979, quando 1978 foi o despertar né e 1979 foi um ano assim, onde já vinha muita força acumulada assim, das greves de 1978". (Entrevista - Jorge Preto).

De acordo com publicação da Oposição: "partimos pra incentivar a formação de grupos de fábrica e reuniões interfábricas. Discutimos o índice de reajuste e os problemas que deveriam entrar nas negociações com os patrões". (GET/Urplan, 1982, p. 56). As interfábricas eram realizadas por regiões: "Foram formadas comissões interfábricas em várias regiões, como Mooca, na Sul, na Penha, no Ipiranga, na Lapa". (Idem, p. 57). Conforme relata Jorge Preto: "Então, a gente já tinha uma puta experiência de greve aqui de São Paulo, por fábrica e a gente já tinha contato com o pessoal do ABC, então, a gente procurou assim, o pessoal captou a ideia de criar núcleos por fábricas, criar comissões, grupos organizados". (Entrevista - Jorge Preto). Conforme relata Stanislaw Szermeta:

Quando estoura em 1979 é que se dá praticamente, assim... As greves, a organização, em 1979 ela explode. Ela toma um formato público, ela se abre. Então de 1978 a 1979 você tem lutas dentro das fábricas, e você tem essa articulação... E a Oposição trabalhava como articuladora de todas essas fábricas. Não tinha esse caráter de centralidade. Assim, alguém decide. Não há uma centralidade partidária. É uma concentração sindical. A Oposição era capaz de unificar todas as fábricas. Ela fazia os encontros da oposição. A interfábricas, a gente tinha uma ideia de que se reunia por região. A interfábricas se reunia por região, por fábricas organizadas na região. Agora, tinha muito... Não era fácil... Você estava trabalhando para o conjunto da construção da resistência, mas você também estava trabalhando já com grupos, com forças organizadas. Então não era fácil assim, 'vamos organizar as coisas'. Essa coisa só começou a ficar um pouco diferente depois da greve de 1979. Tanto a greve de 1978 como a greve de 1979 potencializou o processo de organização dentro da fábrica. Foi o processo onde se viu a possibilidade de poder avançar. E tinha toda uma discussão do processo da abertura... (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Esta onda crescente de auto-organização, luta sindical e política, é coroada com uma nova greve geral dos metalúrgicos deflagrada no dia 28 de outubro, onde se reivindicou um reajuste salarial de 83%. Um índice um pouco acima do reivindicado pelo Sindicato metalúrgico de São Bernardo em março daquele mesmo ano, que tinha ficado em 78,1%.

### **A greve geral em São Paulo em 1979**

Depois da onda de greves de *braços cruzados e máquinas paradas* no ABC e em São Paulo, seguiu-se a greve geral metalúrgica em São Paulo em outubro de 1978. Em meio a tais processos, a Oposição assiste ao aumento de sua influência nas bases fabris. Isso reverte-se em vitórias nas assembleias da categoria durante a preparação das campanhas para a data base. A Oposição Sindical Metalúrgica encontra amplo espaço favorável para sua atuação.

Na construção da greve geral de 1979, junto à Oposição, além do "grupo dos 21", havia militantes metalúrgicos do PCdoB, MEP - Movimento Emancipação do Trabalho, Convergência Socialista, Democracia Socialista, a corrente O Trabalho, POR etc. A zona sul é um espaço habitado por uma ampla variedade de correntes políticas e partidos. Conforme relato de "Chico gordo"<sup>70</sup>: "tinha muitas organizações de esquerda. Quando eu entrei no movimento já tinha... De cara já via... Você percebia que tinha diferença, eu não conseguia entender, depois eu fui entendendo. Então tinha gente do MEP, Ala [Vermelha], DS (...), bordiguistas, posadistas". (Entrevista - Chico Gordo). Essa greve marcará o ponto mais alto de atuação da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Conforme relatou Cleodon Silva:

Ali foi um momento, na greve de 79, que foi uma oportunidade de colocar em prática tudo o que vinha sendo falado, que vinha sendo discutido e tentado dentro das fábricas. Que a gente tentou a experiência em 78, a partir de maio de 78, teve várias greves, várias tentativas de estabelecer as comissões de fábricas e todas essas experiências de maio de 78 até final de 79... até maio de 79... nesse ínterim de maio de 78 a maio de 79, foi assim um momento de muita reflexão, muita discussão e o momento exigia que nós sistematizássemos a nossa prática. Que nós tivéssemos condições de enxergar o que estávamos fazendo e tivemos um consenso nisso, tanto que se começou a pensar um processo de como aglutinar quem estava na linha de frente desse processo pra passar alguns dias refletindo e tirar uma diretriz pra essa nossa prática. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

Conforme relatou Jorge Preto: "Aí, o ano de 1979 foi um ano assim, de acumulação, tinha muita força, a classe já tinha experiência, veio todo aquele movimento, aí depois veio a

---

<sup>70</sup> Francisco Carlos de Souza, conhecido no meio sindical como "Chico gordo", nasceu em São José do Rio Preto, migrou para São Paulo em 1969. A partir de 1979 passou a militar na Oposição Metalúrgica de São Paulo. No início de 1980 passou a integrar também a corrente política *mandelista* Democracia Socialista (DS), onde militou até 1990. Foi presidente da CUT- Regional SP (1987 a 1989) e também Deputado Estadual pelo PT durante o período 1987/1991. Dirigiu uma infinidade de atos públicos, organizou comissões de fábrica clandestinas. Participou ativamente da fundação do PT e da CUT.

eclosão das greves do ABC, com a intervenção nos sindicatos, com a prisão dos dirigentes sindicais. E aí, com essa experiência em 1979 também nós fomos para a greve geral em São Paulo". (Entrevista - Jorge Preto).

### **Em outubro de novo?**

Em outubro de novo. Só que, é, o que que ocorria, o sindicato assumia a greve, pressionado também... Nós usamos a mesma tática: 'Vamos pressionar a categoria, procurar espaço maior para reunir todo mundo. Então, as assembleias, ao invés de ser no auditório dos metalúrgicos de São Paulo, que não dava, foi no Cine-Rox, lá no Brás, que era um espaço bem amplo. Aí nós mobilizamos... A assembleia era feita nos domingos, aí a gente mobilizava o pessoal de todas as regiões e vamos para o Cine-Rox. E a gente mantinha assim... Era pressão assim, ferrenha na Diretoria do sindicato. Praticamente, assim, os militantes da Oposição é que dirigiam a assembleia, só não tinha a máquina. Mas dirigia. Os caras colocavam a tropa de choque lá, a gente passava por cima [risos]. A gente organizava assim, é... O pessoal da linha de frente com bumbo. Começou a fazer enfrentamento, era enfrentamento direto mesmo, assim, com o pessoal de fábrica. Então teve os primeiro enfrentamentos das assembleias [...] que era para decretar greve geral. Aí os caras saíam postergando. Aí, foi decretada a greve geral e o que que a gente exigia, assim, ó: 'Vamos alugar espaço na região, em todas as regiões, que é para reunir o pessoal nas regiões. (...). (Entrevista - Jorge Preto).

De acordo com Batistoni (2001), foram realizadas 11 assembleias gerais preparatórias a partir de agosto de 1979. Essas foram coroadas com a decretação da greve geral em 28 de outubro do mesmo ano. Essas assembleias foram realizadas no Cine Piratininga no Brás/SP, contando com a presença de 3 a 4 mil operários. Segundo a autora, a Oposição passou *ganhar* "sistematicamente todas as assembleias". (BATISTONI, 2001, p. 281). De acordo com publicação de Waldemar Rossi:

(...). Escaldada pela traição à greve no ano anterior, um bloco de sindicalistas paulistanos atuantes oficiou à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo exigindo, conforme estatuto, a convocação de assembleia para tratar das reivindicações anuais da categoria. A primeira assembleia foi muito concorrida, com a sede do sindicato (na Rua do Carmo) literalmente tomada, assim como a própria rua. Feitas as propostas, foi aprovado que seriam realizadas assembleias regionais, norte, sul, leste, oeste e sudeste da capital - a fim de se promover amplas consultas à categoria. Foram realizadas de duas a três dessas reuniões em cada uma das regiões citadas. Na leste, por exemplo, num mesmo dia aconteceram duas (Penha e Tatuapé). Entre esses encontros regionais, aconteceram outras assembleias gerais (num total de três), ocasiões em que as propostas originadas nas regiões foram consideradas, refeitas e retornadas à base. Finalmente, no dia 28 de outubro, num domingo de manhã, aconteceu a assembleia final, no auditório do Cine Piratininga, na Avenida Rangel Pestana, esta também totalmente ocupada pela massa ali concentrada. A decretação da greve foi quase que por unanimidade. Votaram contra apenas os membros da diretoria e alguns militantes do PCB e do MR8, que já vinham se aliando aos pelegos (...). (ROSSI, 2006, p. 75).

A organização da greve contou ainda com as eleições de comandos regionais de greve e formação de uma comissão de salários. No entanto, não se conseguiu formar um Comando Geral que funcionasse de fato e articulasse os comandos regionais de forma orgânica<sup>71</sup>. Antes da decretação da greve, foram realizadas 5 plenárias em diferentes regiões de São Paulo. De acordo com o relato de Waldemar Rossi:

Na interfábrica foi discutido, levou uma proposta para assembleia oficial do Sindicato, propusemos a organização de plenárias nas 5 regiões de São Paulo, na Sub-sede do Sindicato, onde não tivesse tido que alugar e discutir com os trabalhadores qual é que deveria ser a pauta da reivindicação. Impusemos isso numa reunião que lotou aqui [...]. Foi aprovado, aconteceram essas reuniões de 5 regiões, volta uma segunda plenária. Nessa plenária, representantes das regiões apresentaram as propostas, unificamos as propostas, eliminamos alguns pontos e fizemos voltar para a base para ser rediscutido, segunda vez discutida. E aí, o Joaquinão marcou, pela primeira vez na história do Sindicato, uma assembleia geral no domingo de manhã. Sempre era numa sexta-feira à noite. Domingo de manhã, no Cine Piratininga, dentro do Cinema cabia 3.500 pessoas acomodadas. Abarrotou a rua em frente o Sindicato... Pertinho aí da... Do Lago da Concórdia, ficou interrompido o trânsito, abarrotou, greve decidida por *una-ni-mi-da-de* [ênfase], esse foi o processo que nós fizemos. (Entrevista - Waldemar Rossi)

A greve geral inicia-se a partir do dia 28 de outubro. Também em assembleia conseguiu-se aprovar o aluguel de 5 sub-sedes para garantir a organização das fábricas mais distantes do centro de São Paulo. Com isso foi possível descentralizar a atuação militante da Diretoria do Sindicato e fortalecer os comandos regionais. A Oposição trabalhará com material próprio, com o jornal *Luta Sindical*. Também em assembleia deliberou-se pela formação de uma Comissão de Mobilização que foi composta por 260 operários eleitos a partir das diferentes regiões. Os Comandos contavam com maior independência organizativa e dotaram o movimento de maior autonomia, garantindo a implementação das resoluções votadas em assembleia. (BATISTONI, 2001, p. 282). Claro que *ganhar* a assembleia não implica convencer a Diretoria do Sindicato a construir a greve e batalhar para que a luta dos trabalhadores contra os patrões seja vitoriosa.

Na mesma noite da decretação da greve, as forças da ditadura saem em defesa do patronato. Para impedir a concretização da mesma, as forças repressivas são mobilizadas para

---

<sup>71</sup> De acordo com relato de Cleodon Silva: "*Se a organização dos comandos foi um grande avanço, tivemos problemas em relação à negociação durante a campanha salarial e preparação da greve. Não conseguimos estabelecer um comando geral. Ele se dava ainda "dentro" do sindicato, com a representação regional da categoria, militantes das oposições, mas ainda com forte participação da ala do Joaquim e cia, que quando perdia na votação, encaminhava as decisões com atraso, com manobras, levando a um funcionamento bastante precário e capenga. O funcionamento de fato, com a representação direta a partir dos comandos regionais só aconteceu no fim da greve e já não respondia mais às necessidades*" (depoimento de Cleodon Silva, GEP/Urplan, apud BATISTONI, 2001, p. 282). A não existência de um Comando Geral foi uma das principais debilidades organizativas que impediu a articulação orgânica daquele movimento.

prender os operários que estavam reunidos em um comando de greve na zona sul. A intenção era impedir que aquela vanguarda organizada pudesse dar sequência à efetivação da greve. Só na zona sul foram presos 113 operários do Comando de Greve da Região (BATISTONI, 2001, p. 298). Conforme nos relatou Maria do Carmo, operária que participou daquela assembleia e foi presa naquele dia:

Em 1979, a greve dos metalúrgicos. Aí, eu, a gente foi para lá [na sub-sede] depois da assembleia né e na madrugada chegou o camburão lá e levou todo mundo... (...). Então, na verdade a gente estava, assim, tinha bastante gente. A gente, 10 horas a gente... Falamos: "A greve é amanhã, a gente já tem gente entrando as 10 hoje, a gente já vai parar". Então, 10 horas, eu mesmo já tinha ido numa fábrica. Nós paramos duas fábricas, 10 horas e voltamos para lá, para poder sair as 4 da manhã. A gente estava reunido só, mas não estava em reunião. Estávamos no mesmo local né, reunido para poder sair de manhã junto. O comando de Santo Amaro inteirinho, praticamente quase todo mundo estava lá, levou tudo... Ficamos 24 horas acho. (...). Para desmontar a greve de 1979, levou todo mundo. (...). Não adiantou... Não adiantou porque ficaram alguns né... E eles foram prendendo viu... Prendeu muita gente. A gente estava lá no DOPS, a gente só ficava vendo o povo chegando... E a greve continuou, enfraqueceu um pouquinho no primeiro dia, mas depois, quando chegou o outro dia, já estava de novo forte. Um movimento muito importante. (Entrevista - Maria do Carmo).

Ao todo, nesse dia, foram presos 334 operários e operárias. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

(...) na greve dos metalúrgicos da capital, agentes públicos invadiram os Comandos de Greve nas sub-sedes do sindicato. Na zona sul da capital, foram presos centenas de operários, entre a noite de domingo e segunda-feira. A prisão foi feita pela ROTA (uma polícia de enfrentamento a criminosos que utiliza armamento pesado) e os trabalhadores foram levados diretamente para o DOPS, a fim de serem fichados e de se conferir se tinham passagens anteriores pela polícia. Nessa greve, há registro da prisão de 334 trabalhadores. (CNV, 2014, p. 73).

O governo ditatorial sai em defesa do patronato. Identifica os principais dirigentes daquela onda de mobilizações e prende centenas de operários, com intenção de fazer refluir aqueles movimentos e impedir a eclosão de novas greves. Conforme relato de Waldemar Rossi:

(...) a direção do sindicato avisou à repressão que a partir da meia noite eles estariam lá na sede preparando para a intervenção no dia seguinte. Aí quando foi meia noite a polícia chegou lá e prendeu uma porrada de gente. Mas no dia seguinte, na manhã, na madrugada, na manhã seguinte aí, logo em seguida, a grande surpresa: chegando o pessoal lá no começo da Nações Unidas, onde estava a Villares, chega uns ônibus, o pessoal desce e sai fora da fábrica. Ninguém entrou. Estava distribuindo o material, a pessoa ia pegando mas já sabia da greve e mais. Aí ele [o movimento grevista] começa a ir pela Nações Unidas, à medida que eles vão passando onde tinha outras fábricas, tinha turma já esperando. E vai formando aquele piquetão. Quando eles chegam no Largo Treze, segundo a polícia, tinha mais de 10 mil trabalhadores, pacificamente. Bom, eu estava na região aí da Vila Carioca, fui na

primeira fábrica, o pessoal já estava esperando, aí falou: 'oh, tem a segunda que vai entrar agora, vamos lá', o pessoal estava esperando. Aí, juntamos aquelas outras e fomos até terceira maior: o pessoal estava esperando! Aí também formou um piquetão, tranquilo, sem problema. (Entrevista - Waldemar Rossi).

De acordo com Jorge Preto "aí o sindicato fez, alugou sede em todas as regiões, só que essas sedes eram armadilhas".

### **Como assim?**

Quando a gente estava preparando a greve, assim, a meia-noite, para começar a greve, assim, o que é que nós fizemos, a maioria dos militantes, nós reuníamos nesses locais. Aí, antes de a gente sair para a greve aí chegou a polícia e prendeu todo mundo. Aí, simplesmente, quando nós fomos observar o local, parecia que foi previamente preparado, não tinha saída! Só tinha entrada! Então nós caímos numa armadilha geral. E assim, e foi preparada pela Diretoria... Em 1979, né. Então, no dia que ia começar a greve, na noite, a maioria dos dirigentes assim, das regiões foram presos, assim, os principais dirigentes foram presos, foram para o DOPS. Mesmo assim, a gente estava tão organizado que a greve aconteceu. A greve aconteceu, assim, e começou a ganhar corpo. E nesse espaço também, depois, nós ficamos 2 dias lá no DOPS aí foi liberado todo mundo... (Entrevista - Jorge Preto).

### **Quantos foram presos? Tem uma ideia?**

Só aqui na Região foi 380, assim, de uma leva. Foi 380 pessoas. Só aqui da Região Sul, né... Mas, em todas as regiões, eles fecharam, levaram toda a militância de linha de frente, todo mundo. Mesmo assim, os que ficaram fora deram continuidade... (Entrevista - Jorge Preto).

### **Todo mundo era mais de 500?**

Não, acho que na época foi mais... Tem a lista hoje lá no IIEP, tem a lista de todas as prisões, dá mais de 1000 pessoas presas em uma noite. Mesmo assim, com toda essa militância presa a greve aconteceu e ganhou corpo. Aí o pessoal estava se organizando assim... E é tanto que aconteceu a morte do Santo, porque eles foram fazer uma paralisação em uma empresa aqui em Santo Amaro, na Sylvânia onde o Santo foi assassinado, né... E aí onde surgiu a ideia dos piquetões. (Entrevista - Jorge Preto).

Na lista constam 334 presos apenas na primeira noite da greve. Interessante observar que mesmo com uma extensa operação de prisão dos militantes e dirigentes grevistas, torna-se impossível conter a greve. O movimento avança, conquista cada vez mais adesões, ganha auto-confiança e mais coragem para enfrentar-se com os patrões e o regime ditatorial. A militância, setores destacados do operariado, se reorganiza e fazem cumprir as determinações da assembleia. A Oposição será responsável direta por tomar a frente da organização do movimento. Em um balanço publicado pela oposição, *Chega de pelegos* afirma-se que no primeiro dia de greve foi possível paralisar o trabalho em 60% da categoria metalúrgica:

Já no primeiro dia de greve (segunda-feira), exceto na região Sul, cuja situação especial será analisada adiante, a paralisação atinge 60% dos trabalhadores. Na região Oeste pararam a Ibrave, Radio Frigor, Mapri, Siemens, Sofunge, Fresinha, as fábricas do Jaguaré, exceto a Tuiú e Deca, além de inúmeras fábricas pequenas. As principais que não param são Mafersa, Jaraguá, Sharp e Same. Na região Leste e no Ipiranga param Móveis Fiel, Filizola, Fame, Caio, RCN, Tecforjas, Vulcão, Texima, Máquinas Piratininga, Arno, Lorenzetti, Ford, Volkswagen, pado, Fundação Brasil, além de um grande número de fábricas menores. As principais que não pararam são a Matarazzo, Aliperti, Philco, Bosch, Douglas e Motores Brasil. (CHEGA DE PELEGOS! 1979, pp. 11-112).

Segundo publicação da Ação Popular Marxista-Leninista, no segundo dia de greve registrou-se uma baixa na participação dos grevistas: "a participação da categoria no primeiro dia de greve atingiu 60%. Lembrando que a categoria de São Paulo contava com cerca de 400 mil operários os números são significativos. No segundo dia, terça-feira, a participação caiu para 40%, refletindo os efeitos da repressão sobre a organização do movimento". (BALANÇO DA GREVE DE SÃO PAULO. AP-ML, 1979, p. 132). De acordo com a publicação, essa baixa só se reverteria depois do assassinato de Santo Dias, momento em que a adesão operária oscila entre 80 e 90%.

Entretanto, embora a greve de 1979 tenha sido a ação grevista mais importante em São Paulo, a sua construção ainda nutria aquela ambiguidade em sua linha de atuação sindical. De um lado a Oposição e as demais correntes que a apoiavam, de outro a Diretoria do sindicato que intentava boicotar a greve, contando com apoio do PCB e MR8. Também, essa greve não contou com apoio do Sindicato dos metalúrgicos do ABC, que embora vivenciando o crescimento de sua influência desde 1978 e maio de 1979, optou por não se envolver com a greve metalúrgica de São Paulo. Além da falta de apoio, também a ausência de um organismo unificador será o ponto fraco da greve. Ainda assim, sustentada sobre comissões de fábricas, interfábricas, associações de bairros, e reuniões dos comitês regionais, que chegavam a contar com a participação de 300 pessoas, essa greve será o ponto alto da organização do operariado de São Paulo e também do protagonismo da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Conforme relatou Cleodon Silva:

(...) porque se você for analisar a organização da greve de 79, foi uma organização que já se deu, considerando as organizações que conseguimos nos locais de trabalhos e regionalmente. Eu nunca vi depois de 79 uma greve mais organizada, preparada e discutida de uma forma tão democrática. Aliás, eu não vi mais. Depois de 79 ficou uma greve de dirigentes através do aparelho sindical decidindo as greves. Mas a greve de 79 em São Paulo foi discutida ferreamente nas regiões, todas as posições políticas presentes, todos os interesses presentes na categoria participaram, deram opinião, brigavam e chegava à assembleia do sindicato já com as posições discutidas previamente. Na própria assembleia você via que tinha a garantia de todos os oradores tirados nas assembleias regionais falarem na

assembleia geral do sindicato e que às vezes se prolongava, mas se garantia a participação, garantia a representação de base. Depois dessa greve de 79 eu não vi mais, nós não consolidamos essa organização que a gente conseguiu em 79 que já era fruto das lutas de 78 nas fábricas e a experiência acumulada nesse período, mas em 79 não conseguimos consolidar e aí entra uma série de fatores... Nesse momento de luta... Uma série de determinações. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

Observando o relato de Cleodon, ganha evidência o diferencial organizativo dessa greve geral de 1979 em São Paulo em relação a greve do ABC decorrida no mesmo ano. Enquanto em São Paulo as assembleias são fóruns abertos, em que todas as opiniões podem ser expressas e convertidas em propostas, no ABC, por outro lado, aos operários cabia ir à assembleia apenas ouvir a Diretoria do Sindicato falar e vota em suas propostas.

Em São Paulo, foi essa possibilidade de apresentar propostas divergentes às propostas da Diretoria do Sindicato de São Paulo que tornou possível a decretação da greve geral em 1979. Cabe destacar que, embora pudesse se verificar intensa atividade militante, as fábricas mantinham sua prática de convocar o DOPS e as forças de repressão para acabar com greves e mobilizações. É o que podemos verificar pelo relatório do DOPS de 12 de novembro de 1979:

Figura 8 - Relatório do DOPS sobre greve na Tecnoforja.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
- DIVISÃO DE ORDEN SOCIAL - DOPS -

- A Diretoria  
12/11/79  
182

SENHOR DELEGADO TITULAR:

Cumprindo estas resoluções de Vossa Senhoria, dirigi-me até a Metalúrgica de nome "Tecnoforjas" S.A., indústria de auto peças, sítio a Av. Rio das Pedras, nº 552, Jardim Aricanduva, no afim de inteirar-me de uma Greve deflagrada por operários / dessa Indústria, os quais estariam desde cedo promovendo "piquetes", tentando desse modo impedir que outros elementos entrassem para trabalhar.

No local, fui recebido pelo Senhor A. Fontana, Diretor-Superintendente, colocando-me ciente dos eventos, e que passo a expor:

- 1-) No dia 26 de mês proximo passado, deste corrente ano, os Metalúrgicos da "Tecnoforjas", resolveram deflagrar Greve, reivindicando melhoria salarial e condições melhores de trabalho.
- 2-) Em seguida, o Sr. Fontana, alegou ser <sup>em</sup> os Agitadores e Mentores do Movimento, seis operários de nome: JOSE ANTONIO FILHO, ANTONIO DE REZENDE LIMA, ALMIR BAZZI, HAMILTON VIRIHA CAMERON (segue em anexo, fichas pessoais, fornecidas pela própria "Tecnoforjas").
- 3-) Entregou-me também, várias xerox de panfletos, os quais seguem em anexo. Os panfletos, são convocatorias para comparecimento de funcionários às Assembleias. As reuniões, estão sendo realizadas na Rua Marianinha Vicussotto, nº 57, Sede da Igreja Sagrada Face.
- 4-) Diante desses fatos, esta Autoridade dirigi-me até aquele Templo, tentando se inteirar de que realmente ocorria, uma vez que não estava compreendendo muito bem o porquê da paralisação.

Nessa Igreja, conheci o Padre "Irlandês", PATRICK GERARD NAU NAMARA, de R.B. 1.256.272, R.G. 3.968.812/SSP-RJ, o qual apresentou-me o Metalúrgico PEDRO PEREIRA NASCIMENTO, vulgo "Pereirinha", mediador pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, para esta Greve.

continua...

oi	10	10	15
432	0	5.115	

Relatório do DOPS sobre greve na Tecnoforja. 12 de novembro de 1979. In: IIEP, 2014, p. 118.

As comissões de fábrica e seu organismo unificador, a interfábricas, cumpriram papel fundamental naquelas mobilizações. Como complemento das comissões e da Interfábrica, cria-se ainda os Comandos Regionais de Greve, que eram formados nas regiões de maior mobilização operária, e dos quais participavam qualquer força política que atuasse no interior das fábricas. De acordo com publicação da Oposição: "Apoiados nas organizações Interfábrica, que vinham se multiplicando nas diversas regiões de São Paulo, nascem os Comandos Regionais de Greve. Com a presença marcante da Oposição Sindical, estes organismos dirigem toda a mobilização". (GEP/Urplan, 1982, p. 17). Em outro trecho continua:

A experiência dos Comandos foi muito importante. Arrancamos a direção da campanha das mãos da diretoria. Através dos Comandos praticamos nossa democracia, a democracia operária. Ganhamos muito apoio de outras categorias e, principalmente, dos trabalhadores dos bairros que formaram comitês em todas as regiões de São Paulo. (Idem, p. 61).

Stanislaw Szermeta nos relatou sobre o comando regional da greve de 1979 da região de Santo Amaro onde os operários organizaram um comando regional votado pelos operários. Segundo relata, trava-se de representantes eleitos e revogáveis pela sua própria base fabril.

A luta tem uma dinâmica, então você não tem uma verdade na mão. 'Olha, vai acontecer assim'. Não. Os Comandos de Santo Amaro, depois formaram os comandos, eles apareceram de uma reunião em Santo Amaro, que era a ideia dos grupos de fábrica, das interfábricas estarem separadas, apareceu os comandos: 'vamos fazer os comandos'. E o Comando foi assim, foi aparecendo... Como é que apareceram os Comandos primeiro ele foi ganhando essa característica de comando. Ia para as assembleias, aí cada um ia com um bracelete "comandante". Todo mundo comandante, em 1979. Comandante. Na frente de batalha, ninguém entrava numa fábrica para tirar os caras de dentro se não escutar o comandante. Gritava: "Comandante". Ele fazia assim: 'vamos fazer o seguinte, vamos eleger aqui um comandante então, porque eu estou fazendo outros negócios, vamos eleger um comandante aqui'. 'Conhece fulano? Conhece ciclano? Você conhece ele? Então ele vai negociar!'. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Esta forma de organização tendia a valorizar os dirigentes que surgiam a partir dos locais de trabalho em detrimento da Diretoria de Joazeiro, identificado como traidor das mobilizações e anseios da categoria. As experiências auto-organizativas dos operários da região de Santo Amaro são muito ricas, pois mostram como no seio da própria classe são criados e re-criados organismos de auto-determinação para responderem com ações diretas a situações concretas da luta de classe. Conforme relatou Stanislaw Szermeta:

O cara ia para o comando, ele tinha que ter duas coisas, ou uma coisa importante: Ele tinha que ter um trabalho de base, e tinha que ter uma atividade política

representativa. Às vezes ele estava desempregado, mas ele tinha um conjunto de fábricas articulada que o bancava nos encontros. Nos encontros que a Oposição tinha. Então as forças políticas apareciam... Se fazia reuniões com 40 pessoas, 60, 80 pessoas... Já não tenho ideia assim... 20, 30... Mas tinham épocas, no início das preparações das greves, as coisas eram... Os encontros da Oposição eram encontros grandes, entende... O racha da Oposição, acho que saíram 21, era minoria. Então você vê que a Oposição era grande. E a pelegada sabia que nós éramos grandes. Nós tínhamos base, eles sabiam, ah, sabiam. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Foi também em Santo Amaro onde os operários se auto-organizaram em piquetões. Em marcha, os operários conquistam as ruas. Fazem piquetes móveis que vão de fábrica em fábrica parando a produção e convidando mais operários para aderir ao movimento paredista. Eram piquetes multitudinários, independentes, que se auto-denominavam “corrente de trabalhadores” ou “piquetões”. Segundo Giannotti:

(...) Os piquetes, conhecidos como “piquetões”, começavam com um punhado de ativistas que saía em manifestação/passeata convidando e incentivando todas as fábricas a parar. “Piquetões” de 5 a 10 mil pessoas desfilavam pelos bairros de maior concentração operária de São Paulo. Essa experiência se repetiu, de forma mais limitada, em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. (GIANNOTTI, 2007, p. 224).

Em publicação da Oposição Sindical sob o título *Chega de pelegos!* aponta-se que os "piquetões" foram crescendo depois do assassinato de Santo Dias, chegaram a reunir 10 mil operários na zona sul: "O que se viu, a partir daí, foram as grandes manifestações de piqueteiros, com passeatas em várias regiões atingindo até 10 mil grevistas, que transformaram em caráter político o desenvolvimento da greve e deram uma pequena mostra da força e poder da massa operária. E a greve generaliza-se". (CHEGA DE PELEGOS!, 1979). Batistoni registra ainda que nos boletins, atas de assembleia e jornais, chega-se a falar de piquetões formados por uma multidão de 15 mil operários. (BATISTONI, 2001, p. 291).

**Foto 30 - Piquetão na zona sul em 1979**



Apud: IIEP, 2014, p. 151.

"Jorge preto", que na ocasião, foi um dos que propôs o "piquetão" na zona sul, nos relata como eram organizados esses piquetes móveis:

(...) Então o que eu fiz, reunia os pequenos grupos, os caras vinham lá e descia-lhe a porrada, a polícia vinha e dispersava. Como eu ainda trabalhava na Villares, porque eu fui mandado embora depois da greve, depois de outubro [de 1979], eu fui na Villares, assim, nós reunimos 800 pessoas, aí eu peguei o pessoal mais... Aí, cheguei lá o pessoal estava todo mundo lá, meio na porta da empresa, falo assim: 'Agora, nós vamos...' Na Nações Unidas tinham várias empresas de porte (...). Aí começava pela Raister, depois vinha a MWM, a Cartepillar, FAG, é Bras-inter, Instron, hoje não existe mais nenhuma dessas, a Amortex, então, eu falei para o pessoal: 'Nós vamos começar, vamos todo mundo aqui, nós vamos fazer uma marcha aqui, vamos parar todas as empresas da Nações Unidas'. Aí nós começamos, saiu 800 homens e mulheres também... Aí nos começamos pela Raister, depois veio a MWM, depois, subindo os corredores ali, as pequenas empresa, a gente começou a fechar corredores, aí a gente começou a marchar nas Nações Unidas, assim, quando nós chegamos na Amortex, a gente já estava com mais de 10.000 mil pessoas na Nações Unidas, aí era imbatível, que aí foi a ideia dos piquetões. Então o que a gente fez, quando tinha muita gente, a gente começou a deslocar gente para todos os lados, aí pegava as ruas, os corredores fabris, Capela do Socorro, Metal-leve... Aí começou a deslocar gente para todos os lados. (Entrevista - Jorge Preto).

### **Então surgiu daqui de Santo Amaro?**

Surgiu de Santo Amaro. Surgiu da Villares o piquetão. Por isso que a Villares aparece muito, porque tinha um maluco igual a mim. Aí que eu falei: 'Só vai dar certo... Não podemos ficar em pouca gente', porque assim... O enfrentamento. Os caras estavam em muitos, a gente em poucos, então... Então, a partir do momento que começou a ter muita gente, o que que aconteceu? A polícia recuou. Porque tinha muita gente... Assim... Não sei... Aí eles recuaram. No que eles recuaram, abriu o flanco e nós tomamos, assim, literalmente, as empresas. (Entrevista - Jorge Preto).

A tática principal dos "piquetões" era mostrar a força que ganhava o movimento operário em sua mobilização grevista, encorajando novos setores operários de outras fábricas à adesão grevista. Era uma forma de atuação sindical muito distante da praticada pela Diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema. Pois, lembremos que lá, a Diretoria se opunha frontalmente a realização de piquetes. Ainda assim, o operariado daquela região ignorava tal orientação oriunda da Diretoria e ia para as portas das fábricas. O que forçou a Diretoria a aceitá-los. No caso de São Paulo, a Oposição era agente ativo na organização dos piquetes, conforme relato Jorge Preto:

(...) Cada empresa que a gente ia lá, o pessoal estava parado dentro da empresa, então o que que a gente fez, assim: 'Não, ninguém vai assim, se continuar dentro da empresa nós vamos ficar invisíveis. Nós temos que jogar essa gente para rua'. Então a gente ia assim, e chegava, parava na frente da empresa, fazia uma assembleia na empresa, fazia todo mundo sair, que não queria sair, a gente fazia sair, a mesma coisa, 'vai ter que sair'. [risos]. (Entrevista - Jorge Preto).

### **Entrava uma comissão para tirar?**

Não entrava assim, chegava na porta e falava: 'Ou sai ou a gente entra'. [risos]. Aí os patrões babavam né, então os caras falavam assim: 'manda esse pessoal ir embora!' Aí, o que que a gente falava, chegava os seguranças todos armados, porque seguranças eram todos armados, a segurança de empresa era tudo assim, tudo armado e era assim, a repressão... Aí falava assim ó: 'Vocês escolhem, ou vocês mandam todo mundo sair, ou nós vamos entrar e tirar!'. Daí, daqui um pouco, você via todo mundo saindo. [risos]. Aí, a gente parava o pessoal, fazia assembleia e falava: 'Oh, quem quer acompanhar a gente seja bem-vindo, quem não quer vai pra casa, vai fazer qualquer coisa, vai pro boteco, mas não fica na rua, então quem quer acompanhar, vamos!'. Aí foi engrossando, engrossando, engrossando. E aí, chegou uma hora que a gente estava assim, tinha piquetões em todos os cantos da cidade. Então a ideia do piquetão nasceu. Nasceu na porta da Villares. Porque eu vim lá do centro, depois que eu fui... Que eu saí lá do DOPS, daí eu vim e chamei o pessoal assim: 'Vamos mudar o cardápio dessa coisa aqui!'. E aí, a ideia do piquetão começou aí... (Entrevista - Jorge Preto).

Os piquetões são utilizados por outros membros da Oposição em outras regiões do cordão industrial. Conforme relata Anízio Batista:

(...) Nós tiramos greve geral, aí nós coordenamos a greve geral. Aí tinha os piquetões... Os piquetões, os piquetes também já começaram por aí... Em 1979 eu coordenava a Região do Oeste, eu trabalhava numa empresa, ali na Rua Leopoldina, perto do Ceasa, eu coordenei aquela região inteira da Lapa... Toda aquela região ali, eu coordenei a greve daquela região toda ali. Os piquetões saíam de Santo Amaro... Sai da Villares, naquela [Avenida] Nações Unidas ali... E os piquetões saíam por ali... Eu no Jaguaré lá, por exemplo, eu fiz o piquetão... Começou lá [em Santo Amaro], depois nós começamos a fazer os piquetões no Jaguaré (...) Os piquetões mesmo, mais assim, bonitos, organizados mesmo, foi em Santo Amaro né... Tinha muito mais empresa ali né, entendeu... Pegando a Villares, a Carterpillar, a MWM, naquela região toda ali... Então tinha muita gente ali, meu deus do céu... Muitos trabalhadores. Lá [no Jaguaré], nós fizemos piquetões mas não era tão grande assim, mas mesmo assim, devia ter umas 400, 500 pessoas no piquetão... Lá, aí na zona sul não... Na zona sul juntou muita gente né... (Entrevista - Anízio Batista).

A adesão massiva aos piquetes móveis, que se convertiam em grandes marchas operárias, constituem exemplos práticos da disposição de luta de setores do operariado fabril paulistano. Tanto no caso de São Paulo como no caso do ABC abriu-se um debate acerca do caráter espontâneo daquelas mobilizações grevistas. Os movimentos massivos tendem a ser compostos por uma variedade de níveis de compreensão e atuação político-sindical, sempre englobam grande nível de espontaneidade, porque não se pode construir coesão nas atividades de milhares de pessoas em mobilização sem uma longa troca de experiências conjuntas que possa convergir em coesão tática e estratégica. A própria classe trabalhadora não é homogênea em sua constituição, é formada por uma multiplicidade de níveis de consciência e atuação social e política. (ENGELS, 2007).

Dessa forma, não se pode esperar *a priori* a atuação uniforme em mobilizações massivas, sobretudo em momentos de explosão de ânimo ativista, pois a ação política

militante com uniformidade leva tempo para ser construída e coesionada. No entanto, considerando o desdobramento concreto das greves no período 1978-1980, pode-se evidenciar que elas contaram com certo grau de organização. Mesmo a greve de 1978 contou com uma série de mobilizações anteriores nos locais de trabalho e foi influenciada por outras mobilizações que aconteciam fora das fábricas, nas ruas e bairros. Já a greve geral metalúrgica em São Paulo em outubro de 1978, pôde-se verificar que contou com importante grau de planejamento sem eliminar o elemento espontâneo das greves.

Quando pergunto a Stanislaw sobre a caracterização feita sobre estas greves como "greves espontâneas", ele responde que não é correto chamá-las assim, isso por causa da sua organização enraizada a partir do chão de fábrica, mas sobretudo por conta de um trabalho de anos realizado pelos militantes nucleados em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

**Então, na sua visão não se tratavam de greves puramente espontâneas como coloca o Ricardo Antunes?**

Não. Ele pode pegar o conjunto. Porque nós estamos falando de uma categoria específica, metalúrgicos. Agora, se ele está falando do conjunto, sim. Do conjunto sim. Por causa do clima, né. 1978, por exemplo, parou um monte de fábrica, 1979 foi mais ainda. Os piquetões, essa coisa toda, parava a fábrica que nem da categoria não era, foi parando, foi parando, foi parando. Quer dizer, mudança na compreensão, nessa coisa toda, entende? O que a gente tem que entender é o seguinte, o elo central desse processo de organização chama-se Oposição Metalúrgica de São Paulo (...). (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

Antunes, no livro *A rebeldia do trabalho* (1988) colocará grande ênfase sobre o caráter espontâneo das greves do ABC. Em sua análise, esse foi o principal elemento que limitou a potencialidade daquelas mobilizações. No entanto, ao classificar essas ações simplesmente como espontâneas, o autor acaba por contribuir para ocultar a atuação clandestina, de grupos, comissões, correntes políticas, sindicais e partidárias que durante anos prepararam as bases dos processos que eclodiriam durante a década de 1970. Também, encobre as capitulações e a mediação conservadora exercida pela Diretoria de São Bernardo, que trabalhou politicamente para refrear a explosão de ânimo grevista. Essa leitura de Antunes orienta-se segundo a perspectiva de apoio ao grupo nucleado ao redor de Lula. Entendendo que o proletariado brasileiro não pôde ter projeto próprio, Antunes tomou a defesa da tendência Articulação durante toda a década de 1980 e 1990. Esta seria para o autor a corrente que fazia mais

mediações entre as demandas reais da classe trabalhadora e o programa socialista. (C.f. *O novo sindicalismo*. 1991).

Aqui buscamos nos apropriar dos elementos teóricos colocados por Lênin em *Que fazer*, onde analisa que “O ‘elemento espontâneo’ é a *forma embrionária* do consciente”. (LENIN, 2010, p. 88). Lênin afirma que é comum que a espontaneidade (ou *consciência de classe embrionária*) manifeste-se em toda greve na qual não esteja atuando uma organização revolucionária com um programa político claro que seja capaz de aglutinar setores de vanguarda. No seio da classe trabalhadora coexiste uma série de posições políticas que se chocam e se organizam. Se no seu meio não se encontram correntes revolucionárias, capazes de articular as demandas imediatas do proletariado com suas demandas históricas, torna-se muito mais difícil que a *consciência de classe embrionária* desenvolva-se para formas de *consciência de classe revolucionária*.

Para Lênin caberia aos marxistas revolucionários, por meio de exemplos concretos na luta de classes cotidiana, estabelecer mediações entre *consciência de classe embrionária* e a *consciência de classe revolucionária*. Esta mediação se centra na agitação e propaganda do programa revolucionário historicamente constituído. Os momentos de atuação em greves, piquetes e ocupações, nas lutas contra o patronato, o governo e o Estado, são momentos extremamente frutíferos para aprofundar a *consciência de classe embrionária*, convertendo-a em *consciência de classe revolucionária*. (C.f. LÊNIN, 2010). O elemento espontâneo, manifesto na *consciência de classe embrionária*, desdobra-se conjuntamente com os setores mais avançados da mobilização grevista.

Sebastião Neto, em seu relato, destaca a centralidade da organização por fábrica, que produzira uma base militante muito ativa, atribuindo a ela toda a força daquelas mobilizações de 1979. Mesmo com a atuação conjugada das forças repressivas e da burocracia sindical (que atua como secretária do patronato no meio sindical), não se pôde conter aquele movimento massivo:

(...) porque quando teve a morte do Santo é que a Oposição mostra que tem força na base, porque nós fizemos a greve de 1978 com as comissões de fábrica, a greve de 1979 tem um dado fundamental, nós estamos fazendo um trabalho aqui da memória operária, nós conseguimos pegar a lista de 340 presos na madrugada na greve de 1979... Qualquer greve, qualquer lugar do mundo, não importa o tamanho, com 10 mil operários ou com 300 mil, mais de 300 lideranças presas tende a fracassar, a nossa não fracassou. A greve saiu... O Santo [Dias da Silva] é morto na terça-feira, alguns imbecis dizem que a greve ficou forte quando mataram o Santo, não é verdade. O Santo foi morto na greve, uma greve que existia com mais de 300 presos, mais de 300, não são 30 presos, são 300 e tantos presos, sobrou pouca gente para

mobilizar, para organizar os piquetes, a greve aconteceu. Então, como nós saímos com muita força dessa greve... (Entrevista - Sebastião Neto).

### **Isso mostra que tinha um enraizamento...**

Tinha alguma coisa por dentro, por baixo, tá... E tinha uma ideia, você perguntou sobre as comissões, é uma pena que na época não tinha vídeo e tal, assim, os nossos comitês na época da greve, chegavam centenas de operários de dezenas de fábricas: 'Queremos comissão de fábrica', uma loucura, você não sabia... Fazia uma lista mal feita, a mão ali... 'Qual que é a sua fábrica? Vamos fazer uma lista aqui', por que? Porque sabia que a greve acabaria um dia e você manter... Perdeu essa porra toda, não tinha organização para isso. Quer dizer, foi uma onda, uma onda assim... Comissão de fábrica, estou falando de 1978 para 1979... (Entrevista - Sebastião Neto).

A classe operária novamente mostra coesão e combatividade, organizando-se de forma extensiva e orgânica. A formação das comissões de fábrica colocam-se como alternativa na prática cotidiana da greve. Ao mesmo tempo, o governo continua avançando contra as mobilizações. No segundo dia de mobilizações, dia 30 de outubro, enquanto a repressão dissolve com pancadas e tiro um piquete na frente da Indústria Sylvânia, o soldado da Polícia Militar Herculano Leonel atira e assassina Santo Dias da Silva<sup>72</sup>. Este foi o quarto operário da Oposição metalúrgica de São Paulo assassinado pela ditadura na década de 1970. Também foram assassinados: Olavo Hanssen, em 1970; Luiz Hirata, em 1971; Manoel Fiel Filho, em 1976. O operariado, que vinha impondo-se se contra as determinações da ditadura, já atuando em massa, responde ao assassinato de Santo dias com um protesto no dia 31, que reúne 30 mil operários. A greve continua a crescer e chega a paralisar 80% da categoria.

Na missa de 7º dia de Santo Dias, dia 5 de novembro, foi realizada uma assembleia com a presença de 20 mil operários que votaram pela continuidade da greve. No dia 6 de novembro o TRT declara a greve ilegal. Com isso, as incursões das forças repressivas, atenuadas por conta do impacto do assassinato de Santo Dias, conseguem o alvará para reprimir duramente os grevistas. De acordo com publicação da Oposição:

A greve é declarada ilegal pela Justiça do Trabalho e a polícia volta com violência brutal, espancando os operários e invadindo a Igreja do Socorro. Na região de Santo Amaro ocorre verdadeiro cerco militar, com cavalaria, carros blindados e mobilização do corpo de bombeiros. É nessa circunstância que a greve refluíu e acabou pondo a nu uma vez mais a debilidade da direção política dos operários, que não soube, no calor da luta, elevar o nível de organização e consciência política dos grevistas, preparando a greve para o contra-ataque patronal. Não faltaram coragem e abnegação a milhares de companheiros. Porém isso não basta. (CHEGA DE PELEGOS! 1979, p. 113).

---

<sup>72</sup> Confira imagens do velório, acompanhando por uma multidão de trabalhadores, no documentário *A luta do povo* (1980) - dirigido por Renato Tapajós: <https://www.youtube.com/watch?v=fg6WbDwLS6s>

As forças repressivas invadem a Igreja do Socorro na zona sul no momento em que realizam uma reunião do Comando da zona sul com 300 pessoas. Repetem o mesmo procedimento na Igreja da Penha onde se realiza a reunião do Comando da zona leste. Fazem o mesmo em Itaquera e na zona oeste. (BATISTONI, 2001, p. 295). As incursões repressivas conseguem impor um refluxo na greve. Desta forma, a repressão e as prisões dividiram os grevistas, parte significativa optava por voltar ao trabalho, outros setores defendiam o enfrentamento com a repressão. Parte dos operários que compunham os piquetões queriam pegar em armas e formar piquetes de auto-defesa. De acordo com Cleodon Silva:

Na quarta-feira a maioria já tinha voltado ao trabalho. Quem estava na rua eram só os piqueteiros e que não estavam se importando com polícia, emprego, com nada mesmo [...]. Aconteceu naquele momento algo difícil para uma greve, e nós não tiramos a lição disto: a parcela avançada se descolou totalmente da massa [...]. Esta parcela havia aderido à greve e veio para a ação representando parte da disposição objetiva da massa; ela avançou na luta radicalizada e queria ir até o fim [...]; estava até disposta a partir para a auto-defesa, inclusive, com armas, mas a nossa política de enfrentamento não era esta, nunca foi e sequer havia possibilidade desta orientação [...] eu mesmo tive que desarmar vários grevistas que chegavam armados!?. (Cleodon Silva ao GEP/Urplan, apud: BATISTONI, 2001, p. 296).

O movimento havia se estendido do dia 28 de outubro ao dia 08 de novembro. Após 11 dias de greve realiza-se uma assembleia para definir os rumos do movimento. Nessa assembleia ocorrerá um choque entre um Comando Regional e o Comando Geral de greve formado em conjunto com a Diretoria do Sindicato. O Comando Geral entendia que era necessário encerrar a greve na assembleia do dia 7 de novembro. O comando da zona sul queria continuá-la. Instala-se uma crise entre os setores favoráveis e contrários ao fim da greve. A Oposição, embora tivesse organizado uma série de organismos pela base, com dificuldade na coordenação entre base e vanguarda, não conseguia realmente unificar-se organicamente e dirigir aquele movimento. Até Lula compareceu a uma das assembleias para defender o fim do movimento, foi vaiado e lhe atiraram ovos. Ao invés de encerrar a greve, setores dos piqueteiros radicalizados queriam passar por cima da polícia, "estavam dispostos a matar ou morrer" (BATISTONI, 2001, pp. 297-298). O *Balanço da greve da greve de São Paulo*, publicado em dezembro de 1979 pela Ação Popular, expressa aquele debate:

(...) O comando de greve soube perceber bem esse fato e resolveu propor o fim da greve no momento exato: quarta-feira, 7 de novembro, quando a categoria ainda mantinha uma moral elevada, embora a participação na greve já houvesse começado a cair. Entretanto, ele acabou fazendo de maneira profundamente infeliz. Embora o Comando Regional da zona sul houvesse apresentado uma proposta de "trégua", dando um prazo para os patrões se posicionarem diante de um elenco de reivindicações (pagamento dos dias parados, estabilidade para as lideranças, etc.), o

Comando Geral [onde também atuava a diretoria do Sindicato], talvez um pouco convencido das poucas possibilidades de voltar à greve diante de uma recusa dos patrões ao fim desse prazo, resolveu enfatizar muito mais o lado do fim da greve em si, procurando capitalizar as vitórias já obtidas e apontando poucas perspectivas de continuidade. Resultado: a parcela altamente radicalizada presente na assembléia, insuflada pelos libelus (com argumentos do tipo: "não existe trégua na luta de classes"), optou por continuar a greve, sem qualquer perspectiva, no dia seguinte, o fim da greve era aprovado em nossa assembléia, de forma certamente menos organizada. (BALANÇO DA GREVE DE SÃO PAULO, AP-ML. 1979, p. 135).

A greve chegou ao seu fim no dia 8 de novembro, após 12 dias de greve, sem nenhuma conquista de fato. Certamente, conforme admitia o balanço da Oposição Sindical, o núcleo dirigente teve alta responsabilidade no fracasso da greve. Interessante considerar o balanço da própria Oposição, arrolado anteriormente, segundo o qual, seus próprios militantes não foram capazes de preparar os grevistas e coordenar a greve. Faltava articulação dos comandos regionais em um Comando Geral independente da Diretoria, que articulasse as bases radicalizadas e os núcleos mais destacados. Mesmo a Oposição existindo a mais de 10 anos, não tinha experiência e nem um programa coeso que possibilitasse a direção daqueles movimentos massivos. No mesmo balanço, apontando as falhas do processo, admite-se que faltou também, durante a preparação para a greve, fazer uma campanha contra as horas-extras para que as fábricas não fizessem estoques, faltou orientar os operários para que estocassem alimentos e para fazer um fundo de greve. Ainda na avaliação dos erros aponta que:

Dentre eles, a falta de um Comando Geral que unificasse os comandos regionais é apenas um dos aspectos da *política espontaneísta obreirista* que orientou nossa ação nessa campanha. Caminhamos sempre atrás dos acontecimentos. Não houve uma preocupação, que pelo menos fosse constante das lideranças, em se reunir para avaliar e sistematizar as informações colhidas nas reuniões, analisar as falhas de organização e a possibilidade concreta de greve, elaborar propostas mínimas que fossem enriquecida, incorporadas a novas propostas ou até mesmo modificada no debate democrático com as bases. (CHEGA DE PELEGOS! 1979, p. 115).

Durante todo o processo, encontraram setores operários dispostos à continuidade do movimento e dispostos inclusive ao enfrentamento armado com as forças repressivas. No entanto a Oposição Sindical, mesmo reconhecida pela base operária, não soube como articular os diversos trabalhos das fábricas, como preparar a campanha, articular as comissões, interfábricas, comandos regionais, comandos gerais e comissões da greve. Além disso, não foi capaz de buscar uma articulação orgânica para além de sua própria base de atuação sindical e romper com o auto-isolamento. Assim acabou aprofundando-se no isolamento por não ter atuado como sujeito ativo na articulação com os grevistas de Osasco e Guarulhos. Por fim, o

reajuste acordado em Osasco é estendido para São Paulo e Guarulhos, com a faixa mais baixa ficando na casa dos 67%.

Embora se admita os erros da Oposição, isso não implica convergir com as análises do PCB e MR8, para os quais a greve nem deveria ter existido. Esses setores estavam muito mais preocupados em colocar o movimento operário e sindical na cauda da Frente Democrática que construía a transição pactuada para a saída transada da ditadura.

Entre os erros e acertos da atuação da Oposição Sindical Metalúrgica como direção alternativa daquele movimento, Batistoni aponta ainda que: "a OSM por sua vez, parecia acreditar que pudesse isoladamente derrubar a política salarial vigente. Não procurou uma articulação mais organizada e direcionada com a própria categoria dos metalúrgicos da base sindical de Guarulhos e Osasco o que poderia ter ampliado a paralisação". (BATISTONI, 2001, p. 303). O isolamento será o grande ponto fraco das greves, tanto de São Paulo como do ABC paulista. Certamente, a articulação desses dois movimentos, por meio de um comando estadual, teria fortalecidos as greves. Embora liderando um movimento muitíssimo mais amplo a Oposição não conseguiu articular uma ampla rede de apoio à greve com outras categorias (semelhante ao que se passou com a greve de Osasco de 1968). As mobilizações em torno da morte de Santo Dias não foram revertidas em articulação orgânica pela estruturação da greve. De acordo com Batistoni:

Aquele [momento dos protestos pelo assassinato de Santo Dias] foi o único momento em que o movimento esteve unificado, contando com o apoio e participação de amplos setores sociais, além da adesão do operariado metalúrgico. As lideranças da OSM, mesmo tendo assumido a direção política das manifestações e da própria greve que havia se alastrado, todavia, não conseguiram estender o protesto contra a repressão em apoio à continuidade da greve. (BATISTONI, 2001, p. 304).

Cabe considerar ainda que a greve poderia ter sido fortalecida se o PCB e MR8 tivessem apoiado efetivamente a greve. Ao invés disso, aliaram-se a Joaquinzão pelego para enfraquecê-la, pactuado com aquela Diretoria e atacando a Oposição Sindical. A greve de 1979 é analisada no documento conjunto do PCB e MR8: *Chega de aventuras* (1979, p. 97), onde acusam a Oposição de ter lançado a classe operária em uma aventura irresponsável: "uma Oposição Sindical que tem na irresponsabilidade, no divisionismo, no anarquismo e no descompromisso com a classe trabalhadora a razão de sua existência". (CHEGA DE AVENTURAS!, 1979, p. 97). Ao mesmo tempo em que ataca os militantes da Oposição, defendem a Diretoria de Joaquinzão pelego: "a Oposição Sindical na sua prática divisionista,

centralizou seus esforços em desgastar e desmoralizar nosso sindicato, a diretoria e todos aqueles companheiros que se empenharam na defesa da unidade na luta contra os patrões". (CHEGA DE AVENTURAS!, 1979, p. 100).

O documento do PCB explicita a opção do Partido por juntar-se ao setor mais conservador do sindicalismo paulistano. Ao invés de unificar-se com o setor combativo representado pelas correntes sindicais e políticas nucleadas em torno da Oposição. Nesse aspecto confluímos com a análise de Nogueira quando pondera que: "naquele momento o Sindicato e seus aliados [PCB e MR8] foram omissos e divisionistas e por isso os principais responsáveis pelas derrotas sofridas pela greve de 1979". (NOGUEIRA, 1997, p. 41).

Ainda de acordo com o autor, os militantes da Unidade Sindical, PCB e MR8: "em vez de apontarem para uma aliança pela esquerda com os mais radicais e fortalecerem a possibilidade de desenvolvimento do novo sindicalismo em São Paulo, nascido dos movimentos de fábrica, optaram por modernizar o velho". (NOGUEIRA, 1997, p. 44). Assim, estamos de acordo com análise do autor quando afirma que após os movimentos de 1978 e 1979 "era possível forjar um campo de alianças entre as oposições - moderadas [PCB e MR8] e radical [Oposição]- com base nos problemas essenciais e unificadores dos metalúrgicos, que isolasse ou subordinasse o 'peleguismo' reeditado pelo Estado militar no sindicalismo brasileiro". Essa possibilidade foi recusada pelo PCB e MR8, o que por sua vez contribuiu sobremaneira para a derrota daquele movimento de base e de sua direção alternativa representada pela Oposição.

A greve de 1979 mostra que, além de sustentar-se sobre comissões de fábrica, articular essas comissões em interfábricas, criar comandos regionais, era necessário ainda construir um comando geral que unificasse os comandos regionais dispersos, unificando o trabalho de base independente dos imperativos da Diretoria do Sindicato. Mostra que faltou também uma ampla rede de solidariedade nos bairros, mas principalmente com o operariado de outras regiões fabris, como Osasco, Guarulhos e ABC paulista. As interfábricas e comandos regionais acabaram não sendo articuladas nesse sentido. Nem mesmo puderam formar um Comando Geral que articulasse os comandos regionais e pudesse assumir a direção absoluta da greve, com delegados revogáveis e assim ultrapassar de vez a Diretoria do Sindicato de São Paulo.

O Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, representando o operariado mais concentrado da Grande São Paulo, teve a possibilidade de fazer-se sujeito ativo na busca por

essa articulação, mas optou por não fazê-lo. Em cada região que se via em meio ao ascenso operário, São Paulo e ABC, a militância buscava organizá-la de forma isolada para poder garantir sua hegemonia, isso sem levantar uma campanha pública, enraizada no chão de fábrica, pela unificação da categoria metalúrgica do Estado na luta contra o patronato e a ditadura militar. Assim, desperdiçou-se a oportunidade histórica de formação de um Comando Estadual de greve que unificasse estadualmente as mobilizações operárias. Comparando a greve geral do ABC março de 1979 com a greve geral de São Paulo de outubro de 1979, a Ação Popular, no texto *Balanço da greve de São Paulo*, publicado em dezembro de 1979, aponta as diferenças entre as duas formas de construção da greve, destacando um nível de politização mais desenvolvido em São Paulo:

Esse tipo de agitação [de São Paulo] foi bastante diferente do desenvolvido por exemplo, no ABC, durante a campanha salarial deste ano. Afinal, enquanto lá a campanha foi dirigida por Lula ainda bastante corporativista, que evitava a todo custo colocar o significado político, aqui ela foi conduzida por uma Oposição Sindical composta basicamente por independentes de esquerda que possuem uma formação política bem mais avançada. Resultado: no ABC, depois da intervenção no sindicato, a massa tinha que forjar espontaneamente palavras de ordem que expressassem o conteúdo político de sua luta (exemplo: "ministro de Brasília/só veio atrapalhar"), enquanto Lula e a diretoria do sindicato continuavam insistindo no microfone que "a nossa luta não é contra o governo e sim contra os patrões". (BALANÇO DA GREVE DE SÃO PAULO. AP-ML. Dezembro de 1979, p. 141).

Divididas em suas zonas de influência, ambas as direções, Oposição e Autênticos de São Bernardo, sofrem importantes derrotas no campo de batalha da luta de classes. Nas duas regiões se pôde verificar a intensa radicalização de suas bases. Nos dois casos verificou-se que parcelas dos metalúrgicos queriam enfrentar-se com as forças de repressão e "passar por cima" da polícia. Nas duas bases foi praticada uma política de isolar os setores mais combativos, identificados como "radicais". A Diretoria de Joazeiro fez tudo o que pôde para isolar a Oposição e acabar com as greves. Também a Diretoria de Lula fez de tudo para isolar a iniciativa operária no chão de fábrica e as forças políticas que estavam a sua esquerda. Dessa forma, queria que as idéias e propostas da Oposição ficassem longe da base operária de São Bernardo.

Uma organização unificada das bases operárias do ABC e São Paulo, poderia ter lançado alicerces para o desenvolvimento de uma ação mais equilibrada para o fortalecimento do operariado em seu conjunto, trazendo vitórias econômicas mais significativas e ao mesmo tempo aprofundando os laços de solidariedade e complexificação dos organismos de auto-organização do operariado na Grande São Paulo. E, como os "Autênticos" de São Bernardo

estavam na gestão de um dos sindicatos mais importantes do país, nesse processo de unificação, recaí-lhes maior responsabilidade. No entanto, os Autênticos do Sindicato de São Bernardo em nenhum momento daqueles anos, tiveram qualquer intenção de colocar-se como sujeito ativo na unificação daquelas bases, ou organizar comissões independentes, fóruns inter-comissões ou comandos de bairro. Todo seu peso de atuação era centrado na luta para pressionar por pequenos percentuais de reajuste salarial.

Por outro lado, a Oposição sindical não conseguiu adentrar as bases operárias do ABC para conquistar a solidariedade daquelas bases. A Oposição tinha alcançado êxito em sua luta histórica em organizar as fábricas a partir das comissões, interfábricas e comandos. Criou e dirigiu organismos de massas. Dirigiu os piquetões com até 15 mil operários. Foi reconhecida pelo operariado como direção de fato. Uma vez atingida essa meta primária, não pôde dar um salto de qualidade com a organização de um comando geral coeso que desse organicidade ao movimento grevista, ligar-se aos outros centros operários. Em nossa análise, a divisão do sindicalismo em zonas de influência prejudicou em larga medida o desenvolver de uma ação unificada da classe operária. Na greve geral de 1979 a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo teve seu programa basista assimilado pelo operariado de São Paulo. Seu programa foi aceito, testado, avaliado e por fim, mostrou-se insuficiente para garantir a vitória daquele proletariado.

Mesmo com a intensa combatividade das bases operárias e da Oposição Metalúrgica de São Paulo, aquele gigante coletivo simbolizado por cerca de 400 mil operários, é conduzido ao abatedouro patronal e ditatorial. A derrota dessa greve geral metalúrgica redundou em refluxo das atividades militantes na cidade. Tal refluxo seria aprofundado ainda mais depois da derrota da greve no ABC paulista no ano seguinte. Com isso o peleguismo da Diretoria do Sindicato de São Paulo, compondo-se com o PCB e MR8, ganhará tintas no "sindicalismo de resultados" e o modelo de *sindicalismo resistente às pressões das bases* protagonizado pelo ABC encontrará campo livre para desenvolverem-se ao longo da década de 1980.

Em 1979, de acordo com depoimento de Cleodon Silva, o PCB, que em 1978 havia disputado eleições sindicais com a chapa encabeçada por Candido Hilário, tendo recebido uma quantidade pequena de votos, decide colocar maior força na construção de alianças para chegar à Diretoria daquela importante entidade sindical que era o Sindicato Metalúrgico de São Paulo:

Em 79 acho que se chegou a um clímax de vários processos que estavam vindo. Primeiro assim... Em 79 se deu a volta... Pode-se dizer, não é a volta porque eles nunca saíram, mas teve uma presença mais marcante que seria uma participação mais decisiva do Partido Comunista dentro do movimento operário metalúrgico aqui em São Paulo, inclusive articulando o Luis Antonio [Medeiros] e toda equipe que depois veio a florescer e foi quando se deu o acordo com o Joaquinção. Que ele chegou a tentar, antes mesmo de 79 um pouco antes da greve, ele tentou fazer uma aproximação. Ele mapeou todas as assembleias recentes do sindicato dos metalúrgicos, mapeou todos os oradores da assembleia e fez um convite a todos os oradores pra uma conversa, pra uma aproximação pra trazer todo mundo pra dentro do sindicato, um grande acordo, trouxe essa proposta e acirrou a divisão dentro da Oposição, que tinha gente querendo aceitar a proposta do Joaquim de compor com a Diretoria. Mas foi muito duro o processo e a maioria da Oposição recusou a proposta porque a gente tinha como nítido e certo que não tinha como trabalhar as questões nossas de independência política de classe junto com a diretoria do sindicato. Toda a prática, o cotidiano da organização, o pouco que a gente fazia iria deixar de fazer ou então iria fazer já em função de uma articulação da diretoria do sindicato. Se já era difícil o trabalho de educação política, se já era difícil a ligação do elemento que a gente chamou... de fazer com que se produzisse um conjunto de trabalhadores que retomasse a luta histórica dos trabalhadores ali mundial, que conhecesse a experiência da revolução russa como uma questão de maior importância pro destino dos trabalhadores do mundo, tudo aquilo, todas as coisas que levávamos, junto com o sindicato seria impossível, a pedagogia que levávamos era impossível. Mas houve uma pressão muito grande, já se entendia que a única forma de nos controlar ou era trazer pra dentro do sindicato e domesticar ou aniquilar. Não tinha outra coisa e na medida em que nós não aceitamos a linha foi muito clara, foi muito dura, foi a aniquilação. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

A Oposição enfrentaria ainda fortes ataques do peleguismo da Diretoria de Joaquinção que é agora aliado do PCB e do MR8. Essa composição política conservadora tem clareza do espaço conquistado pela Oposição Sindical Metalúrgica e decide fazer de tudo para derrotá-la. Chega inclusive a formar um grupo de "bate-paus", um grupo de choque denominado Décio Malho (ou desce o malho). Em 1979 no Cine Roxy houve uma batalha com enfrentamento físico entre os "desce o malho" e os militantes organizados em torno da Oposição Sindical. O "desce o malho" funcionou como uma espécie de guarda para-sindical que perseguia os militantes que desenvolviam trabalho na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Conforme relatou "Chico gordo", operário e militante da oposição durante a década de 1980:

Os pelegos tinham criado um negócio chamado Desce o Malho, era um jornalzinho e uns caras tudo fardados né. Uniformizado "Desce o Malho"... Não era só um jornal. Era uma gangue, estimulada pelo MR8... (Entrevista - Chico gordo).

### **Mas como o MR8 estava junto com esse pessoal para...**

Não, o MR8, em 1980, já estava com os pelegos. Em 1978 eles foram com os pelegos eu acho. Ou em 1978 ou em 1979, logo depois da greve de 1978. Acho que depois das eleições de 1978 eles foram para os pelegos. (Entrevista - Chico gordo).

### **Aí eles formaram esse "Décio Malho".**

"Desce o Malho", então "Desce o Malho" é uma criação mista né, do pelego, mais os reformistas, e eram uns caras que eles saíam... Como começou a ter movimentação dentro das fábricas, o pelego teve que dar uma resposta. Aí ele começou a organizar também dentro das fábricas, os puxa-saco, os bate-pau. No meio dos "Décio Malho" tinha muito bate-pau, por isso é que o pau foi feio. (Entrevista - Chico gordo).

### **Os bate-pau eram caras contratados para descer porrada...**

É... Isso. Tinha muito operário no meio do "Desce o Malho", mas tinha muito cara que tocava porrada no meio da gangue. E deu briga muito feia no Cine Roxy. Eles participavam no Sindicato. Na assembleia da campanha salarial, porque as nossas brigas se davam na assembleia da campanha salarial, em 1980 já isso aí. As brigas se davam na assembleia porque a Oposição tinha uma posição e o pelego tinha outra, e aí o pau cantava. (Entrevista - Chico gordo).

A violência dos Desce o Malho contra os militantes que se opunham ao sindicato é registrada também por Batistoni (2001):

A violência física contra os militantes da OSM passou a ser sistemática e era praticada pelos "Desce o malho" - "uma verdadeira guarda e segurança," - grupo de trabalhadores que concordava com a orientação da diretoria, funcionários do sindicato, engrossado por lutadores profissionais contratados e "voluntários" de alguns partidos. Estes grupos iam para as assembleias, porta de fábrica onde havia bases das oposições, em geral armados com cacetes e correntes para impedir a ação dos "divisionistas", ou seja a manifestação de quem discordasse da proposta da diretoria. Além disto, nas assembleias, os discordantes eram barrados e proibidos de se inscreverem e intervirem; boletins distribuídos pela OSM eram arrancados das mãos dos metalúrgicos, etc. Outra prática comum contra a OSM foi o lançamento de inúmeros boletins falsos forjados e "assinados" pelo *Luta Sindical*, caluniando seus próprios líderes. Todos estes fatos foram divulgados na grande imprensa e alternativa, denunciados em boletins e manifestos da OSM, além de abertura de processos jurídicos. (BATISTONI, 2001, p. 312).

A Oposição será atacada em São Paulo e também no ABC paulista. No ABC, os Autênticos nucleados em torno da Diretoria de Lula, atacavam as posições programáticas da Oposição, materializada sobretudo no combate contra a formação das comissões de fábrica independentes. Conforme relata Cleodon:

Na medida em que se acirrou o confronto, que entra pra disputa de uma forma mais pesada o Partido Comunista, e assumiram juntamente com o MR8 como tropa de choque que se aliou ao Joaquim e partiram pra cima da gente com uma violência organizada, com a organização dos Desce o Malhos, e com acusações sérias que vocês são... Os famosos divisionistas né. Já se colocava aí, já surgia a palavra de ordem do Joaquinção que era: "Joaquinção pra acabar com a divisão" bateram muito tempo isso e essa palavra de ordem veio com os comunistas, do Partido Comunista e juntamente a isso está se consolidando a liderança do ABC que concretamente disputava em muitas posições com a gente aqui, tivemos divergências serias com o movimento sindical do ABC e era um momento que estava gestando uma liderança operária pro país, pro conjunto dos trabalhadores, e nós estávamos na disputa, nós estávamos no ringue e nós fomos enfrentados tanto pelo sindicalismo do ABC que claramente também nos colocava como irresponsáveis quando a gente defendia a comissão de fábrica e não o delegado sindical e o Lula dizia com todas as letras:

“Vocês estão jogando os trabalhadores na rua da amargura porque vocês estão fazendo com que eles assumam a direção das lutas e das greves e não tem como sustentar essa direção. Aqui não, aqui no ABC o sindicato assume as lutas e tira dos trabalhadores na fábrica a responsabilização da organização e da direção da luta.” Então o que estava se fazendo? Avançando na verticalização, consolidando a verticalização e a estrutura sindical atual. As coisas tinham que ser feitas pelo sindicato que era a única forma de desenvolver a luta sem submeter os trabalhadores ao risco da demissão, ao risco da prisão, ao risco disso e daquilo. Quando se tira o risco tira a responsabilidade, tira a responsabilidade e você não gesta o movimento sindical novo, o movimento operário enraizado dentro das fábricas. Então estava dado aí o confronto que se refletiu inclusive em tese pra congressos e brigas feias em debates em várias disputas né. Mas estava colocada aí a posição de São Bernardo. Com relação ao PC, ao Partido Comunista, entrava também com o mesmo viés além de sermos irresponsáveis éramos inimigos da classe, era tratado como Stalin tratou Trotski e todas as divergências na União Soviética, era tratado como inimigos de classe. Quem queria o pluralismo sindical, quem queria a divisão do movimento pra beneficiar os patrões, enfim, toda a pecha jogaram pra cima da gente né. Então a disputa foi ferrenha, além da perseguição policial e patronal direta e reta, quer dizer, onde tinha um trabalhador que se identificava com as propostas da Oposição era demitido, não tinha nenhum tipo de...vacilação em relação a isso. Era demissão, demissão, demissão. (Entrevista - Cleodon Silva, concedida ao IIEP, 2007).

Batistoni (2001), aponta que no II Congresso da Oposição, realizado em julho de 1980, a Oposição se via em um claro conflito, se devia centrar sua atuação nas fábricas, com formação de comissões ou se concentrava suas energias na disputa pelo Sindicato. Momento no qual optara pela disputa pelo sindicato. A luta pelo sindicato passou a ser encarada como indispensável para o fortalecimento dos organismos de base. O setor de Santo Amaro, contrário à concentração de forças na participação na estrutura sindical nem sequer apresentou tese nesse congresso. (BATISTONI, 2001, p. 318).

Frente ao ascenso, que combina-se com uma profunda crise econômica do regime, pressionada pelas lutas operárias massivas, a ditadura busca auto-reformar-se em uma transição pactuada, tramitando vagarosamente de *ditadura militar burguesa* para uma fase nova fase da *democracia burguesa*. No segundo semestre de 1979 é decretada a Lei da Anistia e também é redefinida uma nova política salarial como tentativa de esvaziar as mobilizações operárias. Os salários passariam a ser reajustados semestralmente, as menores faixas teriam reajuste maior de acordo com o Índice Nacional de Preços. Em seu artigo 1º definia<sup>73</sup>:

O valor monetário dos salários será corrigido, semestralmente, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor, variando o fator de aplicação na forma desta Lei: I - até três vezes o valor do maior salário mínimo, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1.1 da variação semestral do Índice Nacional de

---

<sup>73</sup> Confira: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6708-30-outubro-1979-365965-publicacaooriginal-1-pl.html>

Preços ao Consumidor; II - de três salários mínimos aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 1.00; III - acima de dez salários mínimos aplicar-se-ão, as regras dos incisos anteriores até os respectivos limites e, no que exceder, o fator 0.8. (LEI Nº 6.708, 30 DE OUTUBRO DE 1979).

A nova Lei de Salários entraria em vigor ainda em 30 de outubro de 1979, em meio à data base dos metalúrgicos de São Paulo. Essa seria uma das formas de minorar os efeitos do arrocho salarial e fazer refluir as greves. No entanto, a Lei não é suficiente. Conforme vimos, não impediu que eclodisse a greve mais importante dos metalúrgicos de São Paulo. Todos os piquetes, prisões de centenas de grevistas e até mesmo o assassinato de Santo Dias da Silva se dão sob a nova Lei de salários. Também não sanou os anseios da classe operária do ABC que em 1980 fará a sua greve mais longa.

Fazendo concessões àquela ampla mobilização operária que crescia sobretudo em São Paulo e no ABC, o governo ditatorial viu-se obrigado também a fazer uma concessão parlamentar eleitora: em dezembro de 1979 modificou a legislação eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo partidário, com isso o ARENA (partido do governo Ditatorial-burguês) tornou-se Partido Democrático Social (PDS). E o MDB tornou-se PMDB. As lideranças sindicais do ABC, aliadas com setores da igreja católica, sindicalistas e intelectuais lançam o “*movimento pró-PT*”, que objetivava criar o Partido dos Trabalhadores (PT). Além destes, outros partidos foram criados, como o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Popular - PP e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Já os partidos que se reivindicavam socialistas ou comunistas continuaram sendo considerados ilegais.

### **Sobre a greve de 1980 no ABC paulista**

A Diretoria do Sindicato presidida por Lula buscava recuperar-se do desgaste que havia sofrido, tanto de seus erros cometidos em 1978 como da derrota de 1979. Desde as greves de *braços cruzados*, a Diretoria da entidade conseguiu canalizar as lutas para dentro da entidade sindical, mas seguia pressionada por suas bases. Lembremos que as assembleias de milhares realizadas de forma inaugural naquela região em 1979, foram impostas à Diretoria do Sindicato, que, por sua vez, organizou-as de forma que se pudesse garantir a exclusividade da representação. No entanto, esse monopólio das falas, das análises e da possibilidade de encaminhar proposições no microfone, não impedia os descontentamentos da base. Com a negativa em retomar a greve após a “trégua” de 45 dias, bem como a mal sucedida campanha de 1979, desgastou politicamente a Diretoria. Frente a isso, a Diretoria do Sindicato buscará se auto-reformar para não cair em descrédito com sua base. Conforme nos relatou João Paulo

de Oliveira: "então já com o histórico de 1978, 1978 positiva, de 1979 negativo, então buscase as experiências dessas duas e discute-se e trabalha-se um movimento diferenciado em 1980". (Entrevista - João Paulo). Assim, a Diretoria faz um giro à esquerda, conforme relatou Elias Stein:

E aí meu amigo, nesse período que vai de maio de 1979 até maio de 1980, o Lula muda 180 graus. Ele é muito inteligente, Lula é um cara muito inteligente, ele percebeu onde é que ele estava. (...) "Opa, ou eu vou junto com eles ou senão eu vou ficar isolado aqui". Aí ele foi junto. (Entrevista - Elias Stein).

A Diretoria de Lula entendia que na campanha de 1980 precisava "correr atrás de suas bases", colocar-se à frente da greve para poder dirigi-la. A classe operária da grande São Paulo - Guarulhos, Osasco, São Paulo e ABC -, havia entrado no cenário político nacional com grande capacidade de pressão por suas demandas, havia se colocado ofensivamente contra o patronato e a política econômica do governo nos anos 1978-1979. O Sindicato de São Bernardo tinha especificidades em seu favor, pois representava a classe operária mais concentrada da Grande São Paulo, que conseguiu unificar-se em lutas massivas, tivera seu poder de pressão multiplicado. Conforme analisou Corrêa:

O que é específico para São Bernardo, e de certa forma para São Caetano e Santo André, mas também para toda a categoria metalúrgica hoje em dia, é o seu poder de pressão, que é maior do que qualquer outra categoria. No ABC isso é mais específico porque a organização da produção social na área é mais homogênea, ou seja, as empresas estão mais ligadas entre si pela dependência, e essas empresas são, juntamente com as demais indústrias *de ponta*, aquelas de que mais depende o modelo econômico selvagem. Além disso, a profundidade nesse setor é maior que a maioria dos outros e a concentração operária facilita o processo organizativo. Assim, o que temos de específico no ABC, especialmente em São Bernardo, é o seu maior poder de pressão. A diferença e a diversificação das reivindicações específicas é fenômeno que existe em todos os ramos e setores da economia, e isso tanto para os trabalhadores, quando discutem com os patrões, quanto para os patrões quando discutem com o governo. (CORRÊA, 1980, pp. 32-33).

Frente à pressão cotidiana da classe operária mais concentrada e expressiva do país naquele momento (que fabricava produtos de alto valor agregado) e tendo conduzido a campanha de 1979 de forma insatisfatória, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo tinha que reverter a situação de desgaste instalada nos setores mais combativos do movimento operário, pois enfrentava severas críticas de sua base. Isso obrigou a Diretoria do Sindicato a buscar colocar-se à esquerda em uma atuação que desconsiderava a dinâmica real da organização operária. Intentando reverter aquela situação, a Diretoria do Sindicato decide fazer a greve mais longa do que a do ano anterior realizada no ABC e em São Paulo. Mesmo sem alterar

qualitativamente sua forma de atuação e organização no interior das fábricas, a Diretoria volta para as portas das principais fábricas de São Bernardo. Conforme nos relatou João Paulo:

(...) era um período de campanha [salarial], porque o Sindicato volta para as fábricas, volta para as fábricas prevendo a questão da campanha salarial, porque naquela época a data base era 1º de abril, a data base da categoria era abril, 1º de abril. Na campanha salarial, quer dizer, a trégua em 1979 a greve termina, final de 1979 começa a direção do sindicato e ainda alguns remanescentes da comissão de salários, voltam a discutir a rediscutir os próximos passos para 1980, na questão da organização e tal. E aí nesse período, quando começa a retomar e tal, os trabalhadores das pequenas empresas, em especial das pequenas e médias empresas, começam a vir para o Sindicato e o seguinte: "Olha, nós estamos aqui também, a categoria dos metalúrgicos não é apenas a montadora Volkswagen, que era o alvo, que era o foco. (Entrevista - João Paulo).

Embora fossem imprescindíveis as panfletagens, a busca de contato com os operários nas portas das principais montadoras e assembléias, isso não seria suficiente para garantir a vitória para a greve radicalizada que se pretendia.

**Foto 31 - Lula durante a campanha salarial de 1980<sup>74</sup>**



<sup>74</sup> <http://jornalgn.com.br/blog/luisnassif/o-papel-das-greve-na-redemocratizacao-brasileira>

Não se buscou uma preparação à altura do desafio. Não se organizou o movimento pela base, com comissões em cada fábrica e um comando estadual que organizasse os principais setores combativos em uma campanha unificada. Lula afirma em entrevista de 1982 que na greve de 1980: "Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC". (LULA, 1982, p. 27). A mesma debilidade foi apontada por Enilson Simões de Moura (Alemão) e Osmar Mendonça (Ormarzinho) no *Documento de São Bernardo* (1980): "A essência desse baluartismo consistia em supervalorizar nossas forças, desprezando as outras forças do sindicalismo". (MOURA e MENDONÇA, 1980, p. 151). Para Alemão e Osmarzinho as "outras forças do sindicalismo" deveria excluir a Oposição Sindical Metalúrgica e reforçar o sindicato oficial: "A força dessa unidade está em que seja construída através dos sindicatos, das entidades sindicais e não de "supostos representantes dos trabalhadores". (MOURA e MENDONÇA, 1980, p. 153).

A greve isolada e sem enraizar-se no chão de fábrica, conduziu a greve de 1980 até o seu desgaste total e a derrota mais significativa do operariado daquela região, por isso, Chasin, analisou que a greve de 1980 "foi rusticamente concebida como uma espécie de bizarro concurso de resistência". (CHASIN, 2000, p. 117). Esse aspecto dialoga com um elemento importante, pois para a Diretoria do Sindicato era urgente buscar recuperar-se do desgaste sofrido em 1979. Conforme relatou Betão, que no ascenso das lutas do ABC era operário na Ford:

E eu lembro que o Lula, ele foi muito esperto, eu lembro que ele falou assim na assembleia, uma das primeiras assembleias: "No ano passado vocês falaram que a Diretoria abriu as pernas, eu quero ver esse ano quem vai abrir as pernas, se é a Diretoria ou se é vocês". Olha... Sabe... [risos]. E isso mexe com o peão. Pro pau até com a Lei... Eu não estava nem aí não. E aí meu, foi 1980, foi uma das greves assim mais forte, mais gostosa. E aí todo mundo para São Bernardo e a greve... Prendem a Diretoria do Sindicato, os caras continuam em greve, morre a mãe do Lula, o Lula vem no enterro da mãe e volta para a cadeia de novo... Puta, isso vai mexendo, vai mexendo. E é claro que, com a Diretoria do Sindicato presa, com as empresas demitindo, a imprensa toda... (Entrevista - Betão).

Intencionando realizar a greve mais longa daquele período, foram realizadas assembleias com 80 mil operários no Estádio Vila Euclides para decretar a greve. (ANTUNES, p. 66). Formou-se uma comissão de mobilização composta por 446 operários, chamada *comissão dos 400*, onde se discutia as tarefas que deveriam ser realizadas. Conforme nos relatou João Paulo de Oliveira, que compôs essa comissão, e foi membro da Diretoria do Sindicato em 1981, essa comissão não tinha poder decisório. Apenas um pequeno núcleo dela,

que se reunia separadamente com os membros efetivos da Diretoria para assessorá-la em alguns encaminhamentos. Mas a maioria da comissão apenas executava as tarefas previamente decididas pela Diretoria e seu núcleo de apoio. Conforme nos relatou:

### **E cresceu mais a comissão de salários...**

(...) Essa comissão de salários, chegou uma época aqui [em São Bernardo], que tinha mais de 200 pessoas. Chegou. Teve uma época aqui, no auge mesmo, essa comissão de salários tinha mais de 200 pessoas, o salão era lotado para discutir tarefas, entendeu. Mas que aparecia, a comissão de salários mesmo, que trabalhava junto com a direção do Sindicato, que dava as coordenadas, era um número menor. Era em torno de 50, 45, 50 companheiros e tal. (Entrevista - João Paulo).

### **Ah, então tinha um núcleo menor que...**

Isso. Era um grande aglomerado, discutia-se, entendeu. Nem todos podiam ter as tarefas, tempo livre nem todos tinham, aí designava então um grupo menor, na fazia de 70, 80, que tinha essas tarefas de ir para determinadas empresas e desses 70, 80, tinha uma comissão que era a comissão estruturada, de que... É o que a gente diz, podemos chamar, que assessorava, que trabalhava junto com a direção do Sindicato. Mais ou menos 40 companheiros, 40 e poucos companheiros nesse processo. Então nesses 40 é que estão esses companheiros que eu estou dizendo para você, que participava. Então nessas tarefas que tinham disponíveis, por exemplo, o João Paulo trabalhava na Resil, por exemplo, então ele não podia entregar material na região da Resil, ele tinha que entregar material aqui na outra área de Diadema, pra ele não ser visto. Então as pessoas que trabalhavam na Comander, por exemplo, iam para a Resil. O pessoal da Resil vinha para Comander. O pessoal da Conforja ia para a Fibam, o da Fibam ia para porta... Entendeu... Para evitar isso. (Entrevista - João Paulo).

Embora fosse totalmente subordinada às diretivas da Diretoria do Sindicato, a comissão constituía, na prática, uma forma de ampliar a capacidade de ação sindical. Na pauta de reivindicações constava um reajuste de 39,9% para cobrir as perdas inflacionárias e mais 15% de produtividade que deveria ser somado aos índices de reajuste definidos pelo Índice Nacional de Preços, reajustes trimestrais, piso salarial, estabilidade no emprego, 40 horas semanais, delegados sindicais, entre outros. (IANNI, 1980: ANTUNES: 1988: CORRÊA, 1980: MOISÉS, 1980). A FIESP ofereceu 5% de reajuste acima do INPC, ignorando as outras pautas.

**Foto 32 – assembleia do dia 30 de março de 1980 – Estádio Vila Euclides**



Fonte: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>

Com tal devolutiva, após deliberação em assembleia geral realizada no dia 30 de março, os operários iniciam a greve a partir do dia 1º de abril de 1980. O movimento articulava o Sindicato de São Bernardo, de Santo André e de São Caetano. Conforme apontou Moisés: "a greve de 1980 se converteu no foco central da crise social e política que, nos últimos anos, vem marcando a evolução do regime de 1964". (MOISÉS, 1982, p. 148). De acordo com Ianni, para fazer com que os operários recuem é concedido um reajuste de 7% de produtividade, ao que combina-se a preparação de um esquema de repressão via ditadura militar:

A 30 de março, em assembleia no estádio Vila Euclides, os metalúrgicos de São Bernardo decidem pela greve, a iniciar-se à zero hora do dia 1º de abril. Em 2 de abril o Tribunal Regional do Trabalho se declara incompetente para julgar sobre a legalidade ou ilegalidade da greve; e concede 7% de produtividade para quem ganha até 3 salários mínimos e 6% para que está acima desse nível. No mesmo dia dois helicópteros militares, com soldados armados com metralhadoras, sobrevoam o estádio da Vila Euclides, no qual mais de 50 mil metalúrgicos estão em assembleia; nesse dia a ameaça da tropa de ocupação já está no ar; depois ela se torna efetiva no chão, no sindicato, Paço Municipal, estádio, pátio da Igreja, ruas e praças de São Bernardo do Campo. (...). (IANNI, 1980, p. 17).

O TRT se declara incompetente para o julgamento porque a greve envolve regiões distintas, no entanto, em São Caetano a greve foi encerrada em seu oitavo dia. De acordo com Corrêa: "as coisas não ocorreram como em 1979, quando os sindicatos entraram em greve e

dela saíram juntos. Em São Caetano, a greve terminou no oitavo dia, em uma assembleia de 700 operários". (CORRÊA, 1980, p. 12). No caso da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos dessa cidade, Antunes analisa que: "Estando o Sindicato sob controle de uma burocracia sindical dócil e subserviente ao Ministério do Trabalho - *e que tudo fez para impedir a continuidade da greve* -, os metalúrgicos de São Caetano acabaram voltando ao trabalho". (ANTUNES, 1988, p. 72, grifos no original). Mantiveram-se em greve São Bernardo e Santo André. De acordo com dados apresentados por Antunes:

Dos 287 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC e interior, continuavam em greve cerca de 170 mil operários, dos quais 127 mil eram de São Bernardo e Diadema. Na base territorial do Sindicato de Santo André, dos 60 mil, cerca de 70%, ou seja, 43 mil, permaneciam em greve. Em São Bernardo, dos 73.300 trabalhadores da indústria automobilística, 68 mil continuavam em greve: no setor de autopeças, 25.900 operários, 20.590 continuavam paralisados. Dos 42.800 metalúrgicos de outros setores, 39 mil mantinham-se em greve. (ANTUNES, 1988, p. 72).

Novamente, assim como ocorrera em 1979, as assembleias serão plebiscitárias, tendo a Diretoria a exclusividade para realização dos discursos e propostas, o que contribui, em larga medida, para hegemonizar a rumos das assembleias. Não se pratica a democracia operária consubstanciada nas deliberações oriundas das células produtivas. A Diretoria do Sindicato, mesmo já tendo planejado uma greve de resistência mais longa do que a do ano anterior, em defesa de sua hegemonia, continua bloqueando outras formas organizativas em suas bases. Utilizando-se da estrutura sindical oficial em detrimento da organização pela base, mantém as assembleias plebiscitárias com monopólio da fala e contra as comissões em cada fábrica. Para nós, poderia se ter um movimento organizado pela base a partir da realização de assembleias constantes com os operários da Scania, Volkswagen, Mercedes, Ford, no Sindicato e com isso deliberar resoluções e encaminhamentos que seriam apresentados nas assembleias plebiscitárias. Assim, se poderia estimular e envolver maiores contingentes de operários em cada fábrica na construção daquele movimento desde as bases fabris.

A intensa mobilização permitia formar dezenas de comissões que se unificassem com o sindicato e construindo um vigoroso movimento organizado pela base em uma campanha militante que formasse novos quadros operários combativos. Por exemplo, o comando de greve formado pelo Sindicato era composto por 16 operários. Em São Paulo em 1979 o comando de greve contava com mais de 90 operários... Em São Bernardo, as assembleias plebiscitárias com mais de 100 mil operários, passam a impressão de que tratava-se de um amplo movimento democrático de massas organizado pela base com democracia operária.

Mas não era. Era um movimento massivo hegemônico por uma diretoria sindical composta de 24 membros, que ainda era centralizado nas mãos de 7 diretores efetivos liberados do trabalho nas fábricas. A Diretoria centrava-se no trabalho com nas fábricas maiores e demandava para o restante da comissão de mobilização a mobilização das fábricas menores. Conforme nos relatou João Paulo:

(...) a Diretoria, era apenas 24 diretores. Dos 24 diretores, não eram os 24 que iam para a porta de fábrica, ou às vezes, quando os 24 da Diretoria, o que que a Diretoria determinava: a direção do Sindicato, essa era uma outra crítica que nós fazíamos na época, que a direção do Sindicato, em especial a Diretoria, efetiva, que era chamada na época, que eram 7 membros, eles só queriam ficar nas 4 empresas, nas maiores. Entendeu. Que era o peso da categoria. E tinha uma razão naquele momento e que nós não entendíamos. Nós não entendíamos. Nós achávamos que esse pessoal tinha que estar nas empresas pequenas, tinha quer rodar tudo, mas eles diziam: "Não, para fazer uma boa coisa eu preciso arrancar primeiro de quem tem". Depois, mais tarde é que a gente veio a entender isso. Mas antes era pau em cima deles. Porque que eles não vão para a porta da Resil, porque que eles não vão para a porta da Refenhauser, porque que eles não vão para a porta da Comander, entendeu. Então havia, dos 24 diretores, 7 eram desligados, ficava 17 na base. Não podia desligar todo mundo da base senão dentro da empresa ficava descoberto também. Então eram poucos diretores para fazer esse trabalho dentro da categoria, para atingir a categoria. Papel da comissão de mobilização, da comissão de salários, que depois virou comissão de mobilização, era o papel de ajudar a direção do Sindicato nesse processo. Então, nem todo mundo tinha carro, nem todo mundo tinha carro, tinha isso, nós tínhamos que pegar o ônibus. Nós tínhamos que pegar o ônibus para ir para a empresa, então a gente chegava sempre em cima da hora. Então esse era um conflito. Então a [greve] de 1980 teve mais sucesso por causa dessa... Porque a gente atingiu a grande maioria da categoria, entendeu. (Entrevista - João Paulo).

Mesmo ampliando-se em escala crescente, a greve foi considerada ilegal e no dia 17 de abril de 1980, foi determinada a intervenção ditatorial nos sindicatos grevistas. As direções dos Sindicatos de São Bernardo e Santo André foram cassadas. As classes dominantes e suas bases de apoio unificam-se contra os grevistas. Conforme analisou Ianni:

O governo, os militares, os policiais, a burguesia estrangeira, a burguesia nacional, a tecnocracia, alguns setores do clero mais retrógrados, certos setores das classes médias, as forças da repressão, os donos e beneficiários da ditadura, em síntese, o bloco de poder, esses, assustam-se esbravejam, ameaçam e passam a reprimir. (IANNI, 1980, p. 31-32).

No dia 19 de abril é realizada a prisão de dirigentes dos sindicatos. Os suplentes são acionados para dar continuidade à política da Diretoria do Sindicato. Octavio Ianni, analisa que a mobilização estatal para reprimir as greves mostrava, na verdade, qual era o principal inimigo da ditadura militar:

Em abril e maio de 1980, por ocasião da greve dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Diadema, mais uma vez, a ditadura militar mostra que sua principal

preocupação é o controle e subordinação da classe operária que demonstra que a ditadura está condenada. A principal vítima da ditadura, precisamente a classe operária - conforme já havia feito nos últimos anos - impõe a essa mesma ditadura uma clara e exemplar lição política. A atuação dos metalúrgicos, como parte importante da vanguarda da classe operária, indica a todas as outras classes oprimidas, e ao conjunto das oposições, o caminho a seguir. E provoca, ao mesmo tempo, o desmascaramento da ditadura, da farsa da "distensão lenta e gradual", da "abertura política". Sob vários aspectos, em abril e maio de 80, a classe operária indica a grande maioria do povo a direção política das lutas a serem travadas. (IANNI, 1980, p. 11).

Ainda de acordo com a análise de Ianni: "Os helicópteros militares, os brucutus, os cães, os próprios policiais, os espiões, os cercos, as proibições, as agressões, as prisões, tudo isso é jogado contra os operários" (IANNI, 1980, p. 33-34). Assim, evidenciava-se que a classe operária afirmava-se como um importante sujeito político coletivo na luta pelo fim da ditadura militar burguesa. De acordo com Moisés: "Na verdade, o movimento operário do ABC - do qual a greve apenas é expressão mais visível - se constitui no único ponto de ruptura real no esquema de 'abertura' controlada que foi montado pelos atuais dirigentes do Estado". (MOISÉS, 1982, p. 149). Considerando tais fatores, tratava-se então construir aquela greve de forma sólida, de forma mais representativa possível. Compreendendo-a de fato como um sujeito político poderoso em relação à ordem de dominação imposta. No entanto, o Sindicato de São Bernardo mantém controle férreo sobre aquele movimento e não o alicerça sobre bases sólidas de sustentação intra-fábrica e nem para além do ABC. Continua contrário à formação de comissões independentes, assim, não trabalha em um sentido que estimule auto-organização pela base. Também, a ausência de uma organização estadual que unificasse as mobilizações e fortalecesse as greves, acabou por colaborar para manter a mobilização do ABC isolada.

A construção da greve separada das mobilizações em São Paulo, Osasco e Guarulhos enfraquecia o movimento operário de conjunto. Como admite Antunes: "não havia atentado para a necessidade imperiosa de articular a ampliação da base social e política da Greve - não obteve respaldo político efetivo nem conjunto do movimento sindical (e nem mesmo dos que se vinculavam ao novo sindicalismo) e nem dos partidos políticos de oposição". (ANTUNES, 1988, p. 75). Desta forma, a Diretoria do Sindicato desconsiderava que: "a derrota daquele movimento grevista não seria *exclusivamente* uma derrota dos metalúrgicos do ABC, *mas de toda a classe operária em sua luta contra a base de sustentação da política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial e contra a superexploração do trabalho*". (ANTUNES, 1988, p. 76, grifos no original). O governo proíbe a realização de assembleia

plebiscitárias no Estádio Vila Euclides, e, por meio de seu aparato armado, busca impedir as aglomerações operárias, assembleias, plenárias, etc. É nesse clima que se realizará o Primeiro de maio em São Bernardo, evento em que participam mais de 100 mil operários e operárias.

Nesse Primeiro de Maio, o operariado faz uma marcha pelas ruas de São Bernardo, centenas de milhares de trabalhadores concentrando-se no centro da cidade<sup>75</sup>. Conforme registrou Ianni: "No dia 1º de maio realiza-se uma monumental passeata, da Igreja da matriz de São Bernardo ao Estádio da Vila Euclides, com mais de 100 mil pessoas". (IANNI, 1980, p. 18). A determinação militar é que não se permita que os operários se concentrem para realização do ato. Isso porque a ditadura queria impedir que o operariado desse demonstração de força para toda a sociedade que acompanhava o dia a dia daquelas greves. No entanto, mesmo com as forças repressivas ocupando o centro da cidade, os operários começam a se concentrar e acabam ocupando toda a região central de São Bernardo. De acordo com Moisés:

De todos os lados e cantos, onde estavam estrategicamente concentrados, milhares de manifestantes se juntaram ao cortejo encabeçado por duas filas de homens, mulheres, velhos e crianças portando ramos de flores. Logo, a multidão congregava 120 mil pessoas. Foi o primeiro desabafo dos trabalhadores após uma sucessão de pequenas derrotas. Naquele dia, como diz o poeta, a praça foi literalmente do povo. Houve um enorme esforço e, mais do que isso, muita coragem. Mas valeu a pena porque, invocando a racionalidade de sua estratégia, as forças repressivas formadas por 5 mil soldados armados abandonaram a cidade sem que se tenha registrado qualquer incidente, os manifestantes reconquistaram o famoso estádio de futebol de Vila Euclides onde, desde 1979, a partir das grandes greves os metalúrgicos da região industrial do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), realizaram-se as assembleias diárias de 70, 80 e, as vezes, até 90 mil trabalhadores. Assim foi o 1º de maio de 1980 em São Bernardo do Campo (...). (MOISÉS, 1982, pp. 161-162).

---

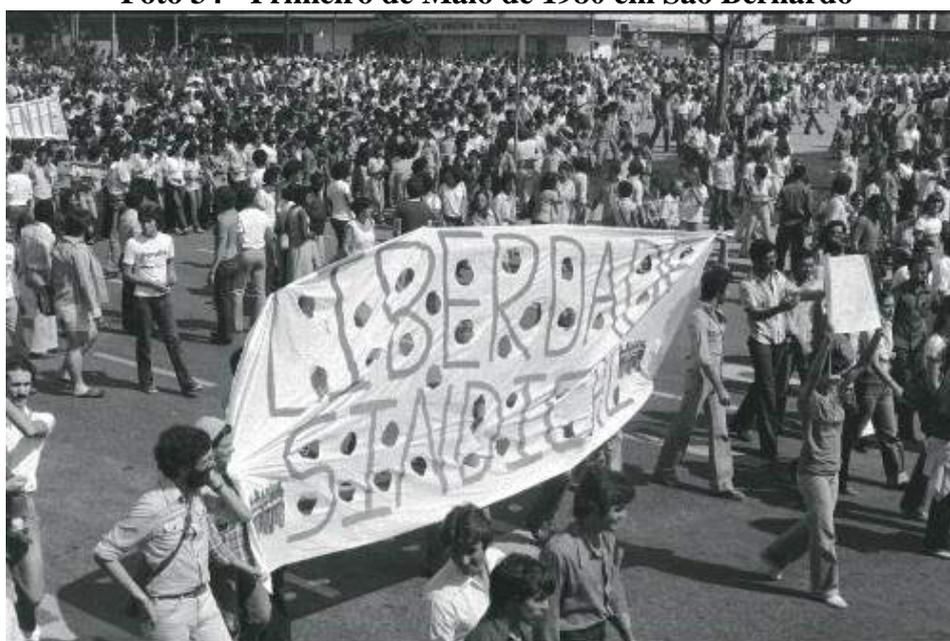
<sup>75</sup> Imagens dessa marcha podem ser vistas no documentário *A luta do povo* (1980) - dirigido por Renato Tapajós: <https://www.youtube.com/watch?v=fg6WbDwLS6s>

**Foto 33 - Trabalhadores no paço municipal de São Bernardo no 1º de maio de 1980**



Ricardo Alves. Acervo IIEP/Projeto Memória OSM -SP. In: IIEP. 2014, p. 54.

**Foto 34 - Primeiro de Maio de 1980 em São Bernardo**



Ricardo Alves. Acervo IIEP/Projeto Memória OSM -SP. In: IIEP. 2014, p. 59.

O Primeiro de Maio de 1980 é um desses momentos onde se evidencia a radicalidade acumulada pelo operariado do ABC, conforme recordou Betão, que na ocasião do ato era operário da Ford de São Bernardo:

(...) o Primeiro de Maio de 1980, foi um Primeiro de Maio que ninguém esquece, sabe. Porque a polícia tinha cercado a Igreja com corda. Então você não podia ficar na Praça, a corda você não podia passar. E a polícia, aquele batalhão de polícia. Eu

lembro que tinha um Senador, Teotônio Vilela, ele esteve nas nossas lutas em São Bernardo, e o povo estava disposto a invadir a Praça, foi quando eu lembro que ele conversou... (Entrevista - Betão).

### **Eles cercaram a Praça para não aglomerar gente?**

Para nós não fazermos a assembleia na Praça, em frente à Igreja. Polícia, corda, polícia...

### **Vocês ficaram para trás da corda?**

Isso. Então aí foi juntando gente. Porque foi chegando gente...

### **E foi cercando eles?**

Isso, [gente] do Estado todo. Aí o pessoal falou: "Oh, vai sair morte aqui". Porque você não conseguia segurar a peãozada. Aí já não tinha aquela liderança para segurar, ali, meu, era o povo. E aí, eu lembro que o coronel chamava-se Arnaldo Braga, da polícia, um alemão estúpido pra caramba, e foi aí que, a gente estava naquela aglomeração para invadir a Praça na frente da Igreja, e aí, daí a pouco os caras começaram a tirar a corda e ir embora. Puts, mais uma vitória pra gente. A peãozada: "Aeee". A gente cantava aquela música do Vandré, *Caminhando e cantando*, sabe... Nossa. Teve uma passeata das mulheres, que teve 4.000 mulheres na passeata, quando os companheiros estavam presos, saiu da Igreja Matriz e foi até o Paço Municipal. (Entrevista - Betão).

O relato de Betão conflui com o depoimento que Lula concede à *Revista Caros Amigos*. Como relata Lula em entrevista sobre o Primeiro de Maio de 1980:

O que eu sei é que durante muitos momentos, entre 78 e 80, não aconteceram coisas maiores no ABC porque a gente da diretoria não deixava acontecer (...). Uma vez tive que segurar um trabalhador entrando com bombas dentro da calça, a gente tinha que pegar o cara, convencer que aquela não era a maneira correta naquele momento (...). Outra vez, o pessoal queria tocar fogo na Brastemp, e a gente tinha que convencer as pessoas politicamente que não era necessário fazer aquilo. Eu digo pra você que, se alguém dá um tiro naquele 1º de maio, teria uma carnificina em São Bernardo, não sei se estouraria uma guerra civil, mas tinha muito trabalhador preparado, muitos trabalhadores que a gente passava semanas tentando mostrar para eles que esse caminho é o fim do que a gente está pensando em fazer, nós não temos como resistir se começar uma coisa dessas. (LULA. Revista Caros Amigos, 2000).

Pós Primeiro de Maio, o comando de greve aprofunda seu desgaste. Não sabe como conduzir aquele movimento: "Nesse momento o comando de greve deu sinais de absoluto desgaste, inconsciência e mesmo desespero, ao propor a "mediação" do general Figueiredo, visando a obter uma saída para a greve". (ANTUNES, 1988, p. 81). Assim, no dia 11 de maio, após 41 dias de paralisação, a greve é encerrada mesmo sem ter suas pautas atendidas. Antunes analisa que o principal fator problemático da greve foi ela não ter terminado antes, no seu ponto máximo que foi o Primeiro de maio. Embora acrescente que: "acreditou-se ainda

que o ABC, particularmente São Bernardo pudesse separadamente derrubar a política econômica vigente. E esse isolamento político não foi detectado pela liderança como um sério obstáculo que urgia ser superado". (ANTUNES, 1988, p. 91). Conforme analisou Chasin:

O problema do isolacionismo expressou-se nas duas principais mobilizações operárias massivas daquele período 1978-1980. Tanto em São Paulo como no ABC as greves ficaram restritas às bases institucionalizadas do sindicato. As greves de São Paulo não foram estendidas em mobilizações até o ABC. As greves no ABC também não são unificadas com São Paulo. (CHASIN, 2000, p. 117).

Segundo a análise de Chasin, esse foi o principal limite da Diretoria do Sindicato do ABC. Diretoria que estava à frente de um dos principais sindicatos do país e liderando a classe operária mais concentrada daquele momento. Ainda de acordo com o autor:

A suposição de que, circunscritos a São Bernardo ou no máximo ao ABC, seria possível abalar aspecto tão fundamental para sistema econômico vigente. A terrível incompreensão de que, restritos à própria faixa de categoria dos metalúrgicos em greve, jamais representariam uma força suficiente para um objetivo tão amplo. O que desorienta, é óbvio, toda a tramitação da greve e leva ao desperdício as forças acumuladas, mobilizadas e postas em luta, como, de fato, veio a ocorrer. Quando se adiciona, à desproporção apontada, a afirmação de que o isolamento político é fatal num processo de greve, enormidade esta tão grande quanto a primeira, temos a dolorosa comprovação de que a campanha de 80 estava impedida de possuir uma formulação política de condução. Que foi rusticamente concebida como uma espécie de bizarro concurso de resistência, que teria a propriedade de quebrar as forças econômicas do capital e as energias políticas do estado que engendra. E o pior é que Lula, ao longo de toda a entrevista, não se mostrou capaz de compreender tais aspectos, revelando, em síntese, bloqueamento para a questão fundamental das greves em geral: a necessidade, tanto maior quanto mais importante a greve for, de preparar e desenvolver a ampliação de sua base social e política. (CHASIN, 2000, p. 117).

O que se passou foi que a Diretoria do Sindicato de São Bernardo, mesmo tendo maior responsabilidade política que a Oposição metalúrgica de São Paulo, temia perder a espaço no movimento grevista e reforçava a estrutura sindical oficial herdada do varguismo. Havia variadas lideranças sindicais e políticas em São Paulo que eram reconhecidas nas bases operárias, isso preocupava a Diretoria do ABC, pois afinal colocava-se a questão: quem iria capitalizar aquele movimento massivo oriundo das fábricas.

Antunes argumenta que a Diretoria e o comando de greve: "Não procurou efetivamente alargar a base social e política do movimento, visando a ampliação da paralisação (não só para os metalúrgicos do interior, mas também para outras categorias, especialmente aquelas comprometidas com o *novo sindicalismo*)". (ANTUNES, 1988, p. 91). Corrêa aponta que: "A liderança não se preocupou em articular com as forças democráticas oposicionistas uma alternativa conjunta para enfrentar a questão social, num plano mais geral.

Ao contrário, resolveu enfrentar a situação social apenas com a greve, isolando-se, de saída, do movimento democrático". (CORRÊA, 1980, p. 108).

O saldo da greve foi uma derrota da classe operária, pois além de não conquistar as demandas reivindicadas, ainda registrou-se a demissão de 4 mil operários ao término da greve (CHASIN: 2000: ANTUNES, 1988, p. 95: CORRÊA, 1980). Correia aponta que ao fim do movimento grevista, os operários ainda tiveram os dias de greve descontados: "os operários perderam, no caso de São Bernardo, 41 dias de greve, 18 dias de férias e 2 dias e meio do 13º salário, perfazendo um total de 61 dias e meio de salário". (CORRÊA, 1980, pp. 13-14). A Diretoria não soube como organizar a resistência aos ataques da patronal. Dessa forma, segundo Antunes: "houve lamentavelmente uma violenta derrota a que se seguiram demissões em massa. Não houve greve para coibir estas demissões. E, em uma ou outra fábrica em que se tentou a paralisação, esta foi incapaz de conter a repressão patronal". (ANTUNES, 1988, p. 94). Por fim conclui que:

O desfecho da Greve Geral metalúrgica de 1980, sem que nenhuma das suas reivindicações essenciais tivessem sido atendidas - e que teve ainda como resultantes negativos a quebra da dinâmica organizacional obtida durante a paralisação, o esgotamento da resistência operária, bem como as demissões generalizadas, atingindo praticamente todas as lideranças de base nas fábricas - acabou por se configurar em *inegável derrota política para o movimento operário*. (ANTUNES, 1988, p. 96, grifos do original).

De acordo com Antunes e Correia, apenas encerrando a greve anteriormente, com recuo organizado, garantir-se-ia a diminuição do sentimento de derrota. Segundo essa análise, a responsabilidade pela derrota da greve recai principalmente sobre a Diretoria e o comando de greve que não souberam contornar o espontaneísmo do operariado. Assim, divide a responsabilidade da derrota entre a Diretoria e as bases operárias. A corrente política OSI - *Organização Socialista Internacionalista*, de orientação lambertista (dirigida internacionalmente por Pierre Lambert) que atuou nessa greve destacava que o principal fator da derrota da greve foi não se ter construído organismos de unificação entre a greve do ABC e outros centros grevistas, centralmente as greves no interior paulista e na capital de São Paulo. Segundo o balanço dessa organização, sob o título: *A greve do ABC e a Situação nacional*, publicado em 02 de maio de 1980, a responsabilidade maior da não unificação recairia sobre os Autênticos de São Bernardo e de seu partido recém criado o PT:

(...) a unidade não foi realizada, um comando Estadual de greve não foi formado, embora a OSI desde o antes de greve propusesse reuniões e encontros estaduais dos organismos que iam sendo criados, visando exatamente o comando Estadual.

Boicotada pelo PCB, menosprezada pelos centristas, essa iniciativa não se completou e nenhum tipo de centralização estadual pôde ser erguido, basicamente pela recusa do PT, que tinha autoridade para isso, em assumir o papel de partido operário - centralizar a força dos trabalhadores contra os patrões. Aqui, a greve recebeu o seu primeiro golpe - não houve unidade entre os metalúrgicos - e logo o movimento passou a refluir, porque lhe faltava uma direção estadual e porque a nível local, na maioria, também lhes faltava uma direção reconhecida estruturada em comando de greve. No interior, onde o processo, estimulado pelos trotskistas, de construção dos comandos mais avançou (Campinas e Sertãozinho) foi onde mais tempo a greve resistiu (cerca de uma semana). (OSI - A GREVE DO ABC E A SITUAÇÃO NACIONAL, 1980, p. 199).

Dessa forma, inexistindo a busca pela unidade das greves metalúrgicas, a potencialidade política daquele movimento foi esvaziada. A *Organização Socialista Internacionalista* analisava que a unificação era indispensável porque "na verdade o que está em jogo não é apenas a política de Delfim, ou a cabeça de Macedo, e sim (...) a ordem social, isto é, a ditadura e, em última instância, o Estado burguês (a ordem social)". (Idem, p. 202). Também Chasin (2000), analisou que aquele movimento impunha-se como o principal sujeito político daquele momento, sua significação política transcendia em muito uma luta por reajuste salarial. Ianni (1980) vai ainda além, considerava que aquele movimento, por conta da "força da greve e vulto das suas repercussões políticas, em âmbito nacional e internacional, colocaram outra vez a ditadura e o Estado burguês em questão". (1980, p. 82). Complementando sua análise sobre o significado político daquelas mobilizações, afirma que:

A luta pela democracia, passando pela derrubada da ditadura militar, passando por uma assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana, aponta além da mera e estreita democracia burguesa que os vários setores da burguesia, militares e policiais tentam impor. A luta pela democracia aponta para o socialismo; para uma nova forma de poder político. Trata-se de encontrar uma forma de organização democrática do poder da sociedade na qual todos possam expressar-se livremente, por seus sindicatos e partidos; na qual todos participem amplamente do produto do trabalho coletivo. (IANNI, 1980, pp. 82-83).

No entanto, mantidas nos marcos das pautas econômicas específicas e circunscritas ao ABC, levou-se ao desperdício daquele impulso transformador que vinham das bases operárias. Para a ditadura burguesa interessava derrotar a classe operária, tanto em termos econômicos, quanto em termos políticos, uma vez que a classe operária avançava em passos largos em auto-consolidar-se como sujeito político capaz de influenciar qualitativamente naquele processo de abertura política que se delineava. Era necessário derrotar tal processo para dispersar aquele movimento que se formava e assim eliminar o sujeito político que realmente poderia encaminhar a transição para fora dos eixos da distensão "lenta e gradual".

A derrota do ciclo de greves causou um refluxo nas bases operárias do ABC. Conforme nos relatou João Paulo, que participou daquela greve:

### **Qual foi o impacto daquela derrota de 1980?**

Com o impacto de 1980, há o refluxo que é natural. A história se repete, de 1979. Mas com um outro caráter (...). Quer dizer: "Nós lutamos, brigamos, perdemos emprego, fomos demitidos sem direitos, levamos fubecada violenta, qual é o caminho". Então o pessoal passou a não ver o Sindicato como uma solução do seu problema. Então houve um recuo muito natural. Não um recuo no sentido de que o Sindicato não presta, não. É um recuo que é o seguinte: "O Sindicato não correspondeu às minhas necessidades, não correspondeu às minhas expectativas. Então eles recuam. Então há um fluxo menor. Isso em São Bernardo. Que é diferente de Diadema. (Entrevista - João Paulo).

Em face ao ascenso operário, crise econômica ao longo dos anos 1970, com esgotamento do padrão de acumulação interno, agravado pela crise do petróleo, não restava às classes dominantes brasileiras outra saída senão a abertura política e a volta dos militares à caserna. Mas, antes disso, era preciso derrotar a classe operária da Grande São Paulo. Com a derrota do ascenso, a auto-reforma do regime desejada pelas classes dominantes, conseguiu-se repor a ordem de dominação sobre a classe trabalhadora brasileira. Desta forma, a abertura militar burguesa e consolidação da dominação via democracia burguesa seguiu o caminho da transição "pelo alto", por dentro das determinações e necessidades da burguesia e das forças armadas. Tratou-se, de acordo com Antunes, de uma: "'democratização por dentro da ditadura', isto é, uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político com os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem". (ANTUNES, 1988, p. 126).

### **De 1978 a 1980: o peso do Sindicato de São Bernardo sobrepõe-se à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo**

Nesta sessão debateremos o surgimento de dois projetos no seio do movimento operário paulista. O projeto que se constrói ao longo de 1967 a 1978, pelo grupo organizado em torno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e o projeto levado a cabo pelo grupo dos Autênticos do ABC, nucleado em torno da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A questão central passa por fazer ou não um sindicalismo político independente dos interesses das classes dominantes e do Estado. Ao que a Diretoria do Sindicato de São Bernardo opta por um sindicalismo que resguarde a estrutura sindical oficial, valendo-se do *peso da máquina sindical*, pratica um sindicalismo economicista, que atua rebaixando inclusive as pautas econômicas para ser aceita pelo patronato e pela ditadura. Claro que a luta

econômica era na prática uma luta política contra a ditadura militar, mas a gestão de Lula operava no sentido de manter a luta operária nos limites das lutas econômicas consentidas.

Durante o ascenso dos anos 1978-1980, se por um lado a Oposição assiste ao desabrochar vigoroso de seu trabalho desenvolvido ao longo de anos, possibilitado por uma nova fase da luta de classes no país, por outro lado, é justamente nesse processo que ficará exposta a sua principal debilidade estratégica: a falta de uma superestrutura política para ampliar o alcance de suas proposições. A Oposição constitui-se como um movimento e não como uma entidade. Esta debilidade soma-se a uma característica de sua base, que era composta por fábricas de médio e pequeno porte espalhadas por um amplo espaço geográfico. Frente a estas debilidades, foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema que se projetou como interlocutor do regime, revestindo-se da representação daquela onda grevista e de enfrentamento. Esse desdobramento supervalorizou a estrutura sindical oficial e acabou por desvalorizar a luta contra a estrutura sindical.

O Sindicato de São Bernardo tinha outro ponto forte, representava o operariado das montadoras, empresas de grande porte como a Ford, Scania, Mercedes-Benz e Volkswagen. As montadoras chegaram a somar mais de 80 mil operários em 1980. Além disso, apoiou-se em setores com pouca experiência na luta de classes organizada, um setor mais receoso à repressão e que foi contraposto aos setores mais combativos. Diferentemente de São Paulo, no ABC tinha-se uma classe operária nova, recentemente formada, que não contava com um pólo de esquerda politicamente desenvolvido, com uma oposição sindical combativa e bem estruturada. Isso contribuiu em larga medida para isolar as vias mais democratizantes e questionadoras. Para o Regime Militar, a Diretoria do Sindicato de São Bernardo era a interlocutora perfeita, pois afirmava-se como uma gestão moderada que não professava nenhuma ideologia, aceitava as determinações do governo e imposições do patronato, rebaixando inclusive as pautas econômicas, queriam apenas os reajustes para a categoria, afastando-se do problema das "greves políticas". Conforme relata Jorge Preto:

(...) o ABC já estava muito, já estava bem no ar. Assim, ele já estava ofuscando São Paulo, São Paulo já não aparecia, porque São Paulo não tinha sindicato só tinha Oposição. Então aparecia bem mais os metalúrgicos do ABC, greve nas montadoras, aí já vinha toda questão das reivindicações gerais, eleições assim... Aí já veio o pessoal do ABC, que já... Já estava com a ideia de criação de partido, criação do PT. Aí já entra para os anos 1980. (Entrevista - Jorge Preto).

A concentração de poucas fábricas de grandes dimensões, com dezenas de milhares de operários, dirigidos pelo Sindicato de São Bernardo, conferia-lhe um poder de representação e

negociação muito maior com o patronato e a ditadura. Esse Sindicato acaba por assumir grande importância naquela conjuntura. Isso possibilita um relativo descolamento daquela Diretoria em relação às bases operárias. Conforme nos relatou Stanislaw Szermeta:

O Lula veio por cima. O que acontece é que ele vem com um aparato... Porque as grandes greves é que acabaram tendo a centralidade, a greve de 1980. Centenas, 100 mil. Na greve [geral] de 1978 nós colocamos 30 mil, no dia da decretação da greve, 30 mil debaixo de chuva. Mas eles colocavam mais de 100 mil. (Entrevista - Stanislaw Szermeta).

### **Mas então, porque a tradição do Lula saiu vitoriosa? Vocês tinham base e tudo...**

Então, mas nós éramos oposição. (risos). Nós não tínhamos o que eles tinham. Eles vêm desde sempre de dentro do aparato. Ele constrói com o Joaquim [dos Santos Andrade], ele constrói (...). O Lula nessa época era um olho no peixe e outro no gato. Ele era veloz nessa questão toda. Por exemplo, na greve de 1979, no Primeiro de Maio de 1979, um dos oradores foi o Joaquim no Estádio da Vila Euclides. É a tradição do Lula né... Está falando da estrutura sindical. A história é a dos vencedores (...). A Oposição não ganhou... Esteve na boca pra ganhar o Sindicato, mas não ganhou, entende como é que é? Pela situação criada em São Paulo. Então isso também deve ter sido um dos elementos que não permitiu e fez com que o avanço da ideia da construção paralela, que a oposição era quase um partido (...). São Paulo estava enfrentando... Osasco, São Paulo e Guarulhos, estavam enfrentando o inimigo central, que era o centro mesmo do capital. Claro, depois foi diminuindo a importância, mas São Paulo era muito importante nesse processo. Então uma das coisas que possivelmente... Que a vitória do Lula tenha sido, vamos dizer assim, que ficou na história que começa lá entende? É que ele conseguiu fazer essa capacidade... De unir não as oposições, mas o movimento sindical. Mesmo na formação da CUT, vai formar em cima da Oposição. Inclusive a Oposição é praticamente, não dentro da CUT, mas na construção do processo que lutava contra os pelegos, praticamente foi varrida. Porque nós estávamos lidando aqui com um sindicato pelego, então tinha que ter abertura para as oposições, para aqueles que participaram das eleições, então você tinha que aferir coisas, como é que se dava. (Entrevista - Stanislaw Szermeta)

A perspectiva de Stanislaw converge com o relato de Elias Stein, militante que integrou a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e que militou no ABC paulista durante a segunda metade da década de 1970. Quando pergunto a Elias por que os Autênticos saíram vencedores, se a organização pela base era em SP, ele responde que:

Porque eles tinham o aparelho na mão e aqui não tinha. Um sindicato dá muita força cara. O sindicalismo ajudou o PT a crescer muito. Criou a CUT... Tudo bem, a Oposição, tanto de São Paulo como de outros lugares deram uma puta força para a CUT, mas quem criou, quem financiou, quem pagou viagem para cá e para lá, era a máquina sindical. Outro motivo pelo que a Oposição foi escanteada, pô, você não tem sindicato. Infelizmente, foi uma pena, foi uma pena. O que eu mais senti foi não ter chegado a um acordo, tanto a Oposição como os Autênticos. (Entrevista - Elias Stein).

A maior fortaleza da Oposição era o programa de militância fabril de base com as comissões de fábricas e interfábricas. O que dava coesão para a Oposição era justamente não ter um programa político para além do sindicalismo combativo. Existia inclusive em seu seio divergências em relação à chegada na direção do Sindicato, setores que queriam substituir o sindicato pelas comissões de fábrica. Mesmo que esse não tenha sido o fator principal das derrotas eleitorais da Oposição Sindical, foi um erro hesitar em chegar à Diretoria do Sindicato, pois a conquista da entidade confere força material às idéias políticas. Ainda, em termos objetivos, as cassações das comissões de fábrica e demissões, levaram ao enfraquecimento das bases da Oposição, pois ela não tinha um sindicato para se apoiar em meio aos ataques e manter-se sólida mesmo com as investidas patronais contra às suas células nas fábricas.

Também, a saída dos partidos e tendências políticas das bases da Oposição Metalúrgica a partir de 1978, será elemento importante que lhe impedirá de conquistar o Sindicato. A Oposição de São Paulo, mesmo sendo a expressão mais avançada das esquerdas dentro das fábricas no pós-golpe militar burguês, por conta de suas limitações estratégicas, não pôde assumir desafios maiores. Embora levasse adiante a luta pela organização do operariado nas fábricas, desenvolvesse a interfábricas e a luta contra o sindicalismo de Estado, não chegou a acrescentar elementos de transição às propostas do sindicalismo combativo que haviam sido retomados pelas greves de Osasco. A Oposição não conseguiu articular um programa para derrubada da ditadura, em defesa da Constituinte, das Diretas, controle das remessas de lucro, não pagamento da dívida externa e atuação organizada para a construção de uma fração e revolucionária que transcendesse o sindicalismo combativo. Sem conseguir chegar ao Sindicato de São Paulo e ter a chance de colocar a prova o seu programa, a Oposição esbarrou nos limites do sindicalismo e assim, se verá em larga desvantagem frente à política levada a cabo pelos Autênticos de São Bernardo.

Nesse sentido, nem a Oposição e nem os Autênticos de São Bernardo tinham um projeto que transcendesse o sindicalismo, embora o Sindicato do ABC apresentasse proposta mais atrasada ao não permitir a organização por fora do sindicato. A Oposição focava seus esforços na fomentação da auto-organização intra-fábrica, os Autênticos do Sindicato de São Bernardo focavam na força social e política da estrutura sindical apoiada no ascenso operário massivo, buscando conseguir maiores parcelas de participação salarial no lucro que o operariado produzia.

Embora as duas tendências, a de São Paulo e a de São Bernardo, defendessem reivindicações legítimas, frente ao ascenso de 1978-1980 era possível ligar-se a um projeto mais amplo de sociedade, abordando os limites do capitalismo e a inevitabilidade das crises de acumulação e o conseqüente embate no campo da produção, pautando o enfrentamento contra a atuação violenta do Estado burguês que sai em defesa dos lucros patronais. Frente aos limites do sindicalismo, deixou de ser ocupado um espaço que comportava o desenvolvimento de um projeto de saída da ditadura que previsse a derrubada dos militares. Como a Oposição não desenvolveu um programa para além do sindicalismo de base, acabou deixando vago um excelente espaço de construção político-programático, que acabou sendo ocupado pelo PT. Ainda, até 1984, abriu mão da possibilidade de entrar como um bloco dentro do PT e disputar suas bases operárias com um programa alternativo ao dos Autênticos.

Os Autênticos dividiram, a partir de 1979, a atuação sindical e a atuação política partidária. Com isso conseguiram capitalizar, como nenhum outro partido da esquerda, os resultados daquela maré montante que vinha das fábricas. O saldo dessa disputa é que, ao invés de consolidar-se a alternativa sindical praticada pelos militantes da Oposição, emerge, com a Diretoria de Lula e os Autênticos no ABC. Filhos da velha estrutura sindical, os Autênticos de São Bernardo optaram pela prática de um sindicalismo por dentro da estrutura oficial, economicista, reivindicatório e com tintas de apolítico que buscava imiscuir-se dos embates frontais da luta de classes<sup>76</sup>, um sindicalismo que era aceito pela ditadura militar.

Atuavam como árbitros da luta de classes, na intermediação entre uma base operária radicalizada e as determinações patronais e da ditadura militar-burguesa bonapartista, primando pela manutenção da ordem que estruturava o capitalismo no país.

Em meio ao ascenso das lutas operárias, a Oposição fazia reuniões em fóruns coletivos e por fábricas. Os Autênticos por sua vez, faziam assembleias plebiscitárias em 1979 e 1980 e ganhavam cada vez mais espaço na superestrutura política do país como interlocutor da

---

<sup>76</sup> Para colocar-se efetivamente como organização que opta pelo enfrentamento de classe, nos termos de Marx (2007: 1986: 2004: 2006), Engels (1982: 1981: 2004: 2008), Lênin (1978: 2007: 1979: 2010) e Trotski (2014: 2011: 2010: 2008: 2007: 1979), caberia organizar o proletariado para o combate frontal ao patronato e a ordem capitalista estabelecida. Organizá-lo, não apenas pelo reajuste salarial (como finalidade última), mas sim, em primeiro lugar para que se fortaleçam as relações de confiança e solidariedade entre os próprios trabalhadores em relação a sua capacidade de ação coletiva. Articular os interesses comuns do proletariado contra interesses sociais e políticos do patronato e da burguesia. No entanto, essa perspectiva passava muito longe das proposições do grupo de Lula. Não podemos nem se quer dizer que a fração de Lula pautava-se efetivamente pelo enfrentamento na luta de classes. Porque praticava um sindicalismo econômico-corporativo em espaço consentido pela ditadura e os patrões, que não questionava a manutenção da ordem burguesa.

ditadura militar-burguesa em crise. A Oposição ficava para trás nessa corrida de velocidades determinada pela luta de classes.

### **A desintegração da Oposição Sindical Metalúrgica durante a década de 1980**

A Oposição, no seu II Congresso, realizado em junho de 1980 constituiu o *Movimento pró-chapa única* que deveria articular os setores oposicionistas em uma chapa unificada contra Joaquinão pelego. Incorporaram esse movimento a Alternativa Sindical, Pastoral Operária, um setor oriundo do PCB (dissidência Prestista do PCB), PC do B e Libelu. De acordo Batistoni, no eixo programático do movimento de unidade contra o peleguismo constava:

1- as bandeiras políticas e econômicas já consagradas no recente movimento sindical, com questões relativas à luta contra o arrocho salarial, contra o desemprego, contra qualquer forma de pacto social, pela jornada de 40 horas semanais, pelo direito de greve, liberdade sindical, pelas comissões de fábrica independentes. 2- bandeiras da democratização do sindicato. Pretendia-se uma campanha para apresentar à categoria uma proposta de sindicalismo alternativo, democrático e independente. (BATISTONI, 2001, p. 353).

No entanto, as vésperas da eleição o movimento pela chapa única dividiu-se. O PC do B exige os cargo mais importantes da chapa para manter-se na articulação conjunta. Como suas exigências não foram atendidas, resolveu disputar as eleições com chapa própria. Conforme nos relatou Anízio Batista:

(...) O PC do B, ele tinha uma minoria dentro do coletivo nosso, eles queriam, para fazer a composição conosco, eles queriam o [cargo] de presidente, o secretário e o tesoureiro da chapa. Ai meu, é muita imposição na verdade, por ser um grupo pequeno dentro do coletivo nosso ai... (Entrevista Anízio Batista).

Assim, nas eleições sindicais de 1981 formaram-se três chapas: a Chapa 1, liderada por Joaquinão e militantes do PCB e MR8, tendo entre seus membros Cândido Hilário Garcia (o Bigode do PCB) e Ubiraci Dantas (O Bira do MR8). O PCB mantinha a sua estratégia de colaboração de classes via reformismo. Apoiava a transição pactuada e a saída negociada da ditadura por meio de um programa de alianças com "setores democráticos da burguesia". Assim, a composição com o peleguismo era uma forma de se chegar ao aparato sindical e poder utilizá-lo em favor da transição pactuada isolando os setores mais combativos que influenciavam nas lutas operárias. De acordo com documento *O que conseguimos e o que queremos* publicado em abril de 1981 pelo Partido:

Nossas alianças nos metalúrgicos realizam nosso esquema principal de alianças na sociedade [...] Um dos elementos positivos da campanha será o *fortalecimento da nova diretoria na estrutura sindical vigente*, melhorando suas condições na intervenção na Federação e Confederação, nos processos unitários de organização da classe operária que visam a criação da Central Única dos Trabalhadores. [...]. A vitória deverá ser esmagadora, de modo que a eleição se converta em um momento de unidade da categoria em redor da plataforma de lutas e da diretoria eleita; buscaremos a vitória em primeiro escrutínio (PCB, abril/1981, apud BATISTONI, 2001, p. 355, grifos da autora).

Contra essa chapa da situação apresentaram-se a Chapa 2 - *Oposição Sindical Metalúrgica Santo Dias*, encabeçada por Waldemar Rossi. Também compunham a chapa outros militantes históricos da Oposição, como Hélio Bombardi, Fernando do Ó Velozo, Cloves Castro, Sebastião Neto, Pedro Pereira (Pererinha) e José Prado de Andrade (Zico).

**Foto 34 - Chapa da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo**



Apud, IIEP, 2014, p. 74.

A terceira chapa foi encabeçada por Aurélio Peres do PC do B, que acabara de eleger-se como deputado estadual pelo MDB. O PC do B buscava alavancar sua reconstrução naquele momento, assim, entendia como viável uma campanha própria ancorada sobre a nova posição pública de Aurélio. No plano das relações partidárias, o Partido atuava dentro da "Tendência popular" no MDB, buscando compor-se com setores da burguesia nacional na transição pactuada. Opta por tentar chegar a superestrutura sindical por meio de um golpe de força, em separado da Oposição sindical que compunha até então. Isso enfraquece as

possibilidades de vitória eleitoral da Oposição. Conforme relatou Jorge Preto, operário que fazia parte do círculo de influências do PC do B naquele ano:

Então, aí foi uma decisão política do PC do B... Na época eu era muito próximo do PC do B, tinha muita interação com o pessoal do PC do B, até que todo mundo achava que eu era militante do PC do B, eu era área de influência. Aí, a decisão que eles tiraram era que só aceitava com o Aurélio na cabeça de chapa, não aceitava o Waldemar Rossi, não aceitava o Fernando Ó, assim, começou a vetar pessoas, porque eles achavam que eles eram os... Aí, um dia, a gente com a nossa política de trabalho de base, que a gente... 'Tudo bem, aceito, mas, só que tem que ir para uma convenção, ganhou na convenção leva'. Só que eles: 'Não queremos convenção, queremos a cabeça da chapa. Então não adianta ir para convenção porque chegar na convenção vocês ganham'. E logicamente a gente ia ganhar porque a gente tinha muito trabalho de fábrica. E eles: 'Não, a convenção é só para legalizar'. Aí, aí limou... (Entrevista - Jorge Preto).

A manobra do PC do B causa indignação na Oposição. Conforme relatou Jorge Preto, que naquele período era próximo desse Partido:

Eu bati de frente mesmo porque eu achei aquilo uma sacanagem, assim, que vem contra todos os princípios, aí aí eu falei: 'Vocês não querem negociar, vocês querem impor a política de vocês'. Se a partir de um momento senta à mesa para se negociar, os dois lados têm que ceder e o lado de cá já cedeu, o lado de cá está muito claro, é o pessoal assim, que está aqui com o Waldemar Rossi, tudo bem, vai para a cabeça quem a convenção decidir, então assim, se vocês, que se dizem os donos da democracia operária, precursor da luta do... Que porra que é essa, que luta de classe, que democracia operária que vocês estão defendendo? É a democracia de vocês ou é a democracia da classe? Porque aí vocês estão privilegiando a democracia da porra do partido de vocês. Então o que que prevalece? Aí foi paulera véi... E aí naquele dia rachou. A Oposição rachou, o pessoal do PC do B foi e montou a chapa deles em 1981 e nós montamos a nossa. Aí nós montamos a chapa com o Waldemar Rossi na cabeça, fomos para... Fizemos a convenção normalmente como estava programado. Ainda abrimos espaço para assim, se eles quisessem participar da Convenção o espaço estava aberto. E nós fomos para a convenção, tiramos a chapa, a chapa foi muito bem votada nas empresas (...). (Entrevista - Jorge Preto).

A Oposição enfrentaria fortes ataques do peleguismo por via da Diretoria de Joaquinzão que agora tem como aliados e escudeiros o PCB e MR8. Essa composição política conservadora tem clareza do espaço conquistado pela Oposição Sindical Metalúrgica e decide fazer de tudo para derrotá-lo. Chega inclusive a formar um grupo de choque (bate-paus) denominado Décio Malho para reprimir fisicamente os operários organizados em torno da Oposição.

A Chapa do PC do B dividiu o eleitorado e possibilitou a vitória de Joaquinzão. Se não tivesse ocorrido o racha, a Oposição teria vencido aquelas eleições com facilidade. No entanto, para o PC do B, naquele momento, não interessava vencer as eleições junto com a Oposição sem ter plenos poderes na gestão do Sindicato. Para empreender o seu projeto

estratégico, o PC do B precisava ter poder absoluto na entidade, acreditando que, na nova conjuntura de lutas operárias, teria chance de vencer as eleições com um programa parecido com o da Oposição, porém mantendo o sindicato atrelado ao Estado. Conforme analisou Hélio Bombardi em seu relato:

Em 81 uma longa e exaustiva discussão, noites e noites e mais noites pra ver se fazia uma chapa com PC do B e não se chegou nessa chapa e o PC do B acaba saindo com uma chapa própria. Se somar a chapa de 81 da Oposição e a chapa do PC do B, se somar as duas dá mais que os votos dos pelegos do segundo turno, mas em política dois mais dois não são quatro. O que acaba acontecendo é que o PC do B declara formalmente seu apoio só que o que interessa é mais o processo, quer dizer, era possível haver uma chapa única se não fosse a intransigência do PC do B na época. Primeiro vetando alguns companheiros. Depois quando o veto de alguns companheiros em tese pudesse ser aceito, aí eles queriam a presidência, a secretaria, a tesouraria, quer dizer, a todo o momento era colocado de tal forma que inviabilizava uma chapa única. Isso é importante porque vários dos companheiros que não negociaram em 81, colocam em vários momentos: “Não, mas a Oposição tinha que ter feito a unidade,” ao contrário, a Oposição foi até o último momento defendendo a unidade. Só que assim, era unidade de uma coisa de quem não queriam uma unidade. Quem quer unidade não vai pedir pra tirar esse e esse companheiro fora da chapa, quero a presidência, quero a secretaria e a tesouraria, então o jogo era muito duro. Lembro-me que alguns companheiros que participaram na época da negociação foram até o limite e quando não deu mais acabou saindo a chapa da Oposição em 81 e o pelego ganhou. (Entrevista - Hélio Bombardi. Concedida ao IIEP)

Com o ascenso das greves e das mobilizações durante a década de 1970, mas sobretudo com a onda grevista pós 1978, momento em que surgia um movimento operário com ações massivas contra o patronato e a política econômica da ditadura, expressam-se os rachas mais significativos que influenciarão nos rumos da Oposição Sindical Metalúrgica. As correntes oriundas do stalinismo (PCB, PC do B e MR8), buscam em distintos momentos, testar suas forças com candidaturas próprias ou em composição com o peleguismo.

O PCB, PC do B e MR8 preferiram romper a unidade como a Oposição, por conta da disputa pelo aparato sindical como ferramenta de replicação de sua estratégia política, do que fortalecer a luta de classes via uma nova composição política com as alas esquerdas do sindicalismo. Conforme relatou Sebastião Neto, que compôs a Chapa da Oposição:

(...) optaram por não compor com a gente, se juntasse nós [da Oposição], o Partidão, o 8 [MR8], tinha ganhado aquela eleição do Joaquinzão. Aí só ficava os velhos pelegos (...). Não, e não só isso, construíram uma outra imagem do Joaquinzão, botaram... o Oboré botou o Joaquinzão na capa do Pasquim, botou como cidadão simpático, que gostava de mulher, frequentava a noite, cantava bolero... foi limpando, limpando, limpando o cara né... Eu não sei se é só esse o nosso problema não, devemos ter cometido muita cagada no dia-a-dia entendeu (...). (Entrevista - Sebastião Neto).

O aparato sindical dá projeção ao grupo, partido ou corrente política que o controla frente a outras instituições sociais e ao governo. Torna-os mais visíveis, colocando-os ainda como uma opção organizativa para o proletariado. Tratava-se então de uma disputa por posições políticas, pois o Sindicato Metalúrgico de São Paulo era o maior da América Latina, com altos recursos financeiros e respondia por um setor considerável da classe operária brasileira, que também era a maior da América Latina. Uma vez na direção dessa entidade, tem-se muito mais infraestrutura para pôr em prática seus objetivos estratégicos na superestrutura política. Nenhuma dessas correntes queria desmontar a estrutura sindical brasileira atrelada ao Estado. Apenas a Oposição tinha esse ideário.

A divisão da Oposição favorece a coalizão liderada por Joaquinção que vence no primeiro e segundo escrutínio:

**Tabela 9 - eleições de 1981**

	1º escrutínio			2º escrutínio	
	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Chapa 1	Chapa 2
Voto nas fábricas	15.354	13.901	6.303	16.698	18.525
Voto na sede	5.949	1.555	791	5.999	1.768
<b>Total</b>	<b>21.303</b>	<b>15.456</b>	<b>7.094</b>	<b>22.697</b>	<b>20.293</b>

Fonte: Morais (1986: 103), apud Batistoni, 2001, p. 356.

Se o PC do B não tivesse se separado da Oposição, juntos teriam conquistado o Sindicato. Também, se o PCB e MR8 não tivesse composto com o peleguismo, teria se fortalecido o pólo oposicionista anti-peleguismo e levado Joaquinção à derrota. No entanto, os projetos estratégicos do PCB, MR8 e PC do B não convergiam com os da Oposição. As forças políticas oriundas do stalinismo optaram por um sindicalismo de composição com o peleguismo para prática de uma via reformista na atuação sindical. Isso por conta de sua opção estratégica de composição com setores da burguesia brasileira em prol da transição democrática com a burguesia nacional.

Para além da unificação do PCB e MR8 com o peleguismo e o racha com o PC do B, a Oposição considerou que também havia cometido erros importantes durante o pleito eleitoral de 1981, entre eles: o trabalho nas fábricas foi limitado e desarticulado, falhou na sindicalização de sua própria base, onde setores resistiam à sindicalização e por isso não puderam votar, também registrou-se a ausência de uma tática eleitoral no segundo escrutínio. (C.f. Oposição Sindical. Relatório de Avaliação da eleição, 1981, apud BATISTONI, 2001, p.

358). Conforme podemos observar, permanecia em setores da Oposição, a dualidade entre os que realmente queriam vencer as eleições e setores que entendiam o movimento eleitoral apenas como momento para propagandear o seu programa de organização por fora do sindicato via comissões de fábrica. Essa eleição reafirmava a dificuldade da Oposição Sindical Metalúrgica em articular o trabalho realizado nas fábricas com o trabalho de luta pela entidade sindical. (FARIA, 1986: BATISTONI, 2001). Para os militantes da Oposição, a responsabilidade maior daquela derrota recaía sobre o PC do B. De acordo com relato de Cloves Castro, que compôs aquela Chapa:

Eu culpo, nós não termos ganho essa eleição, ao PC do B. Porque eles saíram com uma chapa também, dividiu, aí no segundo turno o apoio foi só na garganta... entendeu... Não foi aquele apoio mesmo de... entendeu... de transferir os votos que eles tiveram para a nossa chapa e tal. Perdemos... (Entrevista - Cloves Castro).

Nas eleições de 1984 o quadro fica ainda menos favorável para a Oposição Metalúrgica de São Paulo. Hélio Bombardi encabeçará a Chapa da Oposição. Nessa eleição o bloco das organizações stalinistas se compõem em sua formação clássica, pois o PC do B também junta-se com Joaquinzão pelego. PCB (com Medeiros), PC do B (com Vital Nolasco) e MR8 (com Bira) articulam-se com os pelegos ex-interventores e derrotam a Oposição (C.f. IIEP, 2014: NOGUEIRA, 1997). Ao final, essas tendências políticas possuíam a mesma perspectiva em relação ao papel da burguesia nacional e em relação ao sindicato atrelado ao Estado, defendiam a unicidade sindical e o imposto sindical. Assim, decidem isolar a Oposição Sindical. No segundo turno, a Chapa 1 (Joaquinzão e stalinismo) recebeu 22.462 votos, a chapa 2 (Oposição) recebeu 19.346.

A seguir, os votos na sede do sindicato, onde se inclui os votos dos aposentados e os votos nas fábricas:

**Tabela 10 - resultado das eleições sindicais de 1984**

Votos 1º Turno		
	Chapa 1	Chapa 2
	Situação	Oposição
Nas fábricas	15.106	16.737
Na sede	7.410	2.178
Total	22.516	18.915
Votos 2º Turno		
	Chapa 1	Chapa 2
	Situação	Oposição
Nas fábricas	14.546	17.320
Na sede	7.916	2.168
Total	22.462	19.348

Apud IIEP, 2014, p. 76.

A Oposição sairá novamente derrotada de mais um pleito eleitoral. No entanto continuará articulando-se nas fábricas e com importante atuação no interior da recém formada CUT. A partir dessas eleições sindicais que a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) passará a autodenominar-se Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM-SP), colocando-se como uma força político-sindical nas disputas pela construção da regional da CUT em São Paulo por meio da tendência *CUT pela base* em *colaboração conflitiva* com os Autênticos do ABC (Articulação-CUT) que construíam a CUT por cima, centrando-se nos aparatos sindicais. Será na esteira dessa nova fase que se dará as eleições de 1987.

### **Os pelegos vencem a Chapa da CUT pela base e a Chapa da CUT-Articulação**

Nas eleições de 1987, a Chapa 1 foi encabeçada por Medeiros (ex-PCB), apoiado por Joaquinção e pelo MR8. A Oposição novamente se divide. Desta vez sairá uma chapa mais próxima das orientações da ala majoritária da CUT (Articulação), representada por Lúcio Belantani da comissão de fábrica da Ford Ipiranga (que contava com cerca de 3.500 operários), também nessa chapa havia militantes do PC do B e PCB. Conforme registrou-se em publicação da Oposição: "A chapa encabeçada por Lúcio é resultado de composição com a corrente majoritária do PT, os diretores do PC do B, que foram afastados da Diretoria do Sindicato, e pelos que tinham sido do PCB e que foram diretores até 1987". (IIEP, 2014).

Com isso, "A unidade cutista, diante do adversário comum, estava despedaçada. A luta interna se sobrepunha à luta contra o sindicalismo conservador". (IIEP, 2014, p. 77).

Conforme relatou Sebastião Neto:

Era isso, essa era a nossa força, de repente fomos minguando. Depois tem um outro problema, 1987, por que que não ganhamos? Porque de dentro do PT surge uma chapa que quebrou a gente, do Lúcio Belantani, que muito rapidamente, após a eleição, migra para onde? Para a Força Sindical, bem feito! Como é que você ganha desse jeito? (Entrevista - Sebastião Neto).

A Chapa 3 será a chapa da Oposição Sindical Metalúrgica e terá a frente Carlúcio Castanha, cipeiro da Arno, ligado a tendência *CUT pela base*. Em tese, tanto a Chapa de Belantani como a Chapa de Castanha contavam como apoio da CUT, mas quem teria de fato recebido apoio material do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e da ala majoritária da CUT teria sido Belantani. (BATISTONI, 2001, IIEP, 2014). Conforme relatou Hélio Bombardi: "vai a CUT, o PT, o lançamento da candidatura do Lúcio Belantani que era da Ford, que representava uma fábrica onde eles tinham um trabalho considerado muito bom, uma concepção muito diferenciada da nossa, mas tinha um trabalho lá dentro, tinha uma comissão de fábrica lá dentro". (Entrevista - Hélio Bombardi). Ainda de acordo como Bombardi:

(...) por mais que São Bernardo me ajudou, São Bernardo sempre deixou claro que se fosse o Lucio ajudaria muito mais e isso não é uma queixa, é uma constatação. Isso é política e política é implacável. Se não ganhou o candidato deles, ganhou um candidato legítimo, a Oposição era legítima e eles iriam apoiar, mas não esperem o mesmo fervor, o mesmo trabalho, o mesmo desprendimento deles se fosse o Lucio. Vieram, fizeram o trabalho. Uns mais outros menos, mas a CUT como um todo, São Bernardo como um todo que hoje nós chamamos de a maioria, poderiam ter jogado muito mais do que fizeram, disso não tenho a menor dúvida. (...). (Entrevista - Hélio Bombardi. Concedida ao IIEP).

No primeiro escrutínio, a Chapa de Medeiros recebeu 30.086 votos (46,9%) e a Chapa 2 de Belantani 19.171 votos (29,9%), enquanto que a Chapa 3 registrou 14.879 votos (23, 19%). A definição ficou para o segundo escrutínio com as duas chapas mais votadas, onde a chapa da situação, encabeçada por Medeiros contou com 33.790 votos (56,6%) e a Chapa 2 obteve 25.858 votos (43,36%). (BATISTONI, 2001, p. 440). Esse processo gerou desgastes mais profundos na Oposição, pois "Dessa vez, a OSM-SP foi derrotada inclusive nas fábricas, indicando que o trabalho cotidiano nas empresas estava cada vez mais fragilizado". (IIEP, 2014, p. 79).

Com a derrota das duas chapas da CUT, a Central perdeu importante espaço no sindicalismo de São Paulo. Espaço que será ocupado pela Força Sindical e seu "sindicalismo de resultados" representado por Medeiros. Além disso, o próprio Belantani aderiu à Força Sindical e vai presidir a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos da Força Sindical. De acordo com relato de Chico gordo:

Em 1987, nós dividimos, saiu o Lúcio com uma chapa e nós com outra... Nós fomos... Falando isso porque eu tenho culpa nisso porque eu podia ter forçado mais uma unificação, nós tínhamos mais quadros políticos do que o Lúcio... Se nós tivéssemos proposto, mesmo com minoria nós dirigiríamos o Sindicato, sem dúvida, pela capacidade...

### **Mesmo cedendo os cargos que ele queria?**

Mesmo em minoria. Se nós ficássemos com 6 ou 7 cargos nós... A consequência era que na próxima gestão nós... Então nós não ganhamos... Nós erramos, o Lula incentivou um pouco a cada um seguir por um lado. Ele foi e falou com o Lúcio, falou com o pessoal do Oboré, estimulou cada um por um lado, e nós entramos. E eu tenho culpa nisso, porque eu podia ter... Eu tinha peso suficiente para impor um pouco mais. Eu tinha influência o suficiente para poder impor uma outra condição. Eu abriria a discussão internamente, dentro da Oposição, com a outra perspectiva, eu não abri. (...). É que no meio do caminho, em 1985, no Congresso da CUT, o Lúcio rompeu e foi compor com a Articulação, aí deu problema, aí deu problema interno. Mesmo assim, era possível ter... A gente não pode desconhecer os fatos. Se nós tivéssemos ganhado o Sindicato naquele momento, a realidade era outra, e a história do PT era outra porque muita gente ia entrar para o PT, (Entrevista - Chico gordo).

### **Então você acha que essa derrota na eleição sindical de 1987 foi uma derrota da esquerda?**

Foi uma derrota da esquerda. Foi nossa e foi deles também né, porque o Lúcio também se fodeu... O agrupamento da Alternativa também se fodeu, nós também nos fodemos (...). foi importante isso daí. Porque a chapa de 1987 foi o ápice, porque nós tivemos acho que 17, 18.000 votos, o Lúcio 25.000 e o pelego 31.000, o Medeiros trinta e poucos mil. Se tivesse juntado nós teríamos ganhado. Agora, é uma década rica de movimento, 1980. Porque depois, já há um declínio né. E aí, o Sindicato vai consolidando a sua posição com os reformistas dentro do Sindicato, mais os pelegos... E aí, esse grupo que foi do Oboré, mas depois também, e hoje, por exemplo o Miguel... Ele é até meu amigo, o Miguel, mas ele era o Oboré, ele era de uma outra posição... O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos hoje. o Juruna foi da JOC, Secretário Geral da Força [Sindical]... Militou na Oposição. (Entrevista - Chico gordo).

### **Você acha que foi um erro não ter composto? Olhando hoje?**

(...). Em 1987 sim, acho que nós tínhamos que ter juntado para ganhar. Em 1984 não tinha um acúmulo de discussão ainda e existia possibilidade real de ganhar via Oposição. Tanto é que nós ganhamos em todas as fábricas, né... Faltou pouquinho. Nós perdemos a eleição. Nós ganhamos em todas as fábricas, depois veio 5.000 votos dos aposentados e virou. Pouco antes dos aposentados votar, acho que nós estávamos por 2000 votos 3.000 votos na frente. (Entrevista - Chico gordo).

Nas eleições de 1990, a Chapa 1 foi novamente encabeçada por Medeiros com apoio do MR8. A Chapa 2 foi encabeçada por Chico Gordo, da Convergência Socialista, que na ocasião era deputado pelo PT. Na vice presidência da Chapa estava Eustáquio Vital Nolasco, do PC do B. Novamente a vitória foi de Medeiros.

Nas eleições de 1993 Medeiros lança novamente a Chapa 1. A Oposição apresenta a Chapa 2, encabeçada por Mauro Farabotti, da Articulação, e militantes do PC do B via Corrente Sindical Classista. O MR8 lança Chapa própria encabeçada por Ubiraci Dantas (Bira). Medeiros vence novamente, desta vez com 54.013 votos. A Chapa 2 recebeu apenas 5.946 votos, a Chapa 3, recebeu 2.819 votos. Essa foi a ultima eleição sindical da qual participaram os militantes da Oposição.

### **A Oposição e a formação do PT**

Além dos erros cometidos pela Oposição no campo do sindicalismo, outro erro de maior magnitude foi na sua atuação no processo de formação do Partido dos Trabalhadores. Antes mesmo da formação do PT, setores da Oposição debatiam a viabilidade de formação de um partido. No entanto, ao mesmo tempo surgiu a proposta do PT, que impulsionado a partir do Sindicato de São Bernardo, propagandeado nas assembleias operárias das greves de 1979 em diante, rapidamente ganha expressão concreta. A Oposição se recusou a integrar o recém criado Partido. Assim, deixou de influenciar nesse partido operário independente que era constituído pelo proletariado fabril. De acordo com o relato de Anízio Batista:

Não teve nenhuma influência da Oposição Sindical na formação do PT, porque a formação do PT, ela se deu no congresso dos metalúrgicos que foi em Lins, congresso estadual, onde o Lula apresentou (...). Nós da Oposição e os movimentos clandestinos da época, das lideranças, nós estávamos discutindo um partido operário, entendeu, nós dávamos o nome de... Isso já estava bem avançado... Essa discussão aí. Quando lançou realmente o Partido dos Trabalhadores, o PT, por exemplo, e nós não avançamos mais, na época, com o partido operário, um partido mais socialista, por exemplo na época, porque as divisões que os trotskistas e o PCB no meio, as lideranças e os movimentos, os partidos clandestinos pequenos, era uma divergência muito grande de como você fazer uma plataforma nessa área... Entendeu... Aí era muito difícil... Nós, por exemplo, foi enes, mil reuniões se você quer saber... Quem participou dessa discussão aí, por exemplo, na época: era o Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, o Skromov, o pessoal que tinha vindo do exílio, Paulo de Tarso Venceslau, se eu não me engano o Zé Dirceu passou... Zé Dirceu eu não sei se passou por aí... Não me lembro do Zé Dirceu, Paulo Vanucc, Paulo Maldus... Todo esse pessoal aí... Entendeu... Então, a gente não conseguiu. Quando surgiu o PT por exemplo (...) esse bloco dividiu, o que aconteceu com esse bloco aí... Uma parte grande, de quase imediato, optou já pela formação do PT. Nós da Oposição Sindical, mais organizados, nós não optamos no começo, a gente não fez essa opção logo no começo aí... Foi lançado em 1979 o PT, 1980... 1979 aquelas puta greve nossa, tudo, esse negócio todo aí 1980... E eu entrei no PT, fui um dos fundadores também, na verdade, eu fui o primeiro da Oposição Sindical a entrar no

PT se você quer saber... O pessoal, quase me mataram se você quer saber... Porque que eu entrei no PT na época né? Porque eu entendia, por exemplo, como o grupo nosso tinha rachado todo e não ia dar certo aquele bloco e o PT com a liderança do Lula, basicamente ia proliferar mesmo, como proliferou mesmo, entendeu... Eu entendia que realmente o trabalho aberto, um partido aberto para os trabalhadores era mais viável do que aquele partido que a gente estava tentando fazer assim, muito focado. Ainda muito inexpressivo ainda. Tinha lideranças mas ainda não tinha expressão e o Lula já se destacava como uma expressão nacional e mundial no movimento sindical. E aí eu fui um dos primeiros a entrar no PT por exemplo, me filiar, o pessoal, me criticaram muito na época, depois de muito tempo nós fazendo uma avaliação mais precisa do nosso pessoal, nós achamos que foi um erro. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Foi um erro ter entrado ou não ter entrado? O que foi um erro?**

Foi um erro não entrar logo no começo. Foi um erro não ter entrado no começo. A avaliação nossa depois foi [de que foi] um erro... nós devíamos... entrar como bloco, nós tínhamos um peso maior naquela época e estaria talvez como maior projeção, mas a gente não fez, demorou (...).

### **Depois foi entrando todo mundo individualmente?**

Foi individualmente... Sem força, foi entrando muito individualmente... Ai foi entrando individualmente, por exemplo, eu entrei no PT e sai candidato em 1982 e não tive um apoio da Oposição Sindical, da coordenação, não tive apoio da coordenação sindical da Oposição de São Paulo, não tive apoio.... O meu apoio foi ligado à Pastoral Operária e todo um trabalho que eu tinha das comissões de fábrica clandestinas, depois, todo um trabalho que eu desenvolvi nas eleições que eu participei, sindical por exemplo, nos bairros, este negócio todo aí, foi o que me deu projeção né, na verdade. E a força, por exemplo, da Igreja que foi fundamental na época, fundamental. Mas, enquanto o nosso pessoal... O Neto depois passou pelo PT, o Vito passou pelo PT, o Waldemar Rossi... O Waldemar Rossi chegou a sair candidato na época do... foi em 1986 o Waldemar saiu candidato por exemplo, pela Constituinte né... O Chico Gordo também veio um pouquinho depois e acabou ficando Primeiro Suplente Deputado e depois assumiu como Deputado, entendeu... Então foi ... não foi em bloco no começo e foi, acho que um erro na verdade nosso. (Entrevista - Anízio Batista).

### **Ai acabou não influenciando na direção do Partido**

Não... Não tivemos [influência]... Foi um erro. Mas, foi uma experiência, assim, para você fazer uma avaliação depois de muito tempo, depois de muito tempo nós fizemos umas avaliações (...). (Entrevista - Anízio Batista).

Conforme relatou Maria do Carmo, ao invés de somar-se à construção do PT, durante o período 1981-1983, a coordenação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo continuou articulando-se politicamente por meio de um grupo denominado de Ativo Sindical, que era um espaço para se discutir as principais questões políticas para além do sindicalismo:

(...) A Oposição, não sei se alguém já te falou isso, teve um período que a gente fazia umas discussões mais clandestinas do que as normais, então, tinha um nome, que chamava ATIVO, já te falaram do ATIVO? Era uma... E a gente acreditava muito, principalmente a gente da Zona Sul, tinha eu, tinha o Elmo, o Paulinho Camadeo, então a gente era como se fosse o segundo... Aquela base ali, e, a gente

acreditava muito nisso, que a gente era aquela vanguarda, então tinha algumas discussões que tinha que fazer assim, meio por fora. E essa discussão foi feita, que a gente não devia, na verdade era uma discussão meio sectária de que não se toma o poder através do parlamento. Não se muda né. (...). O Parlamento é uma máquina de corrupção né, que difícil, se você propor a entrar, você tem que entrar com um firme propósito de denunciar e trazer à tona tudo o que está acontecendo. Então eram essas as discussões que a gente fazia. Não era nem questão de ser o Lula ou não ser o Lula, tinha aquele monte de divergência muito grande entre, lá (...) Era os autênticos e a gente né, (...). O MOMSP era o terror, não sei porque, não tinham nem tanta coisa de diferente assim. Mas era terror no movimento. Então a gente tinha decidido que não ia, não ia entrar, não ia se filiar. (...) E foi uma bobagem nossa não ter se filiado no início, porque a gente tinha discutido tanto a questão de um partido operário... A idéia é um partido operário, porque não podia ser o do Lula né, o PT? Mas a gente, não sei... Uma bobagem. Deveria ter entrado no começo. (Entrevista - Maria do Carmo).

De acordo como o relato de Anízio Batista, entre os elementos que levaram a não somar-se ao movimento operário na construção do PT, estava a perspectiva de que o movimento sindical era mais importante do que a construção de um partido para a revolução:

### **Porque o PT foi e aproveitou esse espaço que estava sobrando...**

É, aproveitou, aproveitou o espaço, por que que a Oposição não entrou, porque a Oposição ela tinha uma visão, mesmo quando eu militei intensamente, mesmo quando eu era, fui Deputado e militava dentro da Oposição, que nós acreditávamos por exemplo, que uma revolução por exemplo, um movimento sindical era mais expressivo do que o partido, entendeu... Isso se você imaginar, é uma realidade, porque você tem realmente um movimento sindical na mão é expressivo né, entendeu... Então você pode fazer uma greve geral, você pode fazer um auê, você pode tumultuar, você pode fazer um monte de coisas e com o sindicato na mão, você tem como barganhar com os partidos políticos o governo, e é uma realidade, você tem mesmo na verdade. Só que a proposta do Lula, do PT, o Lula defendia o seguinte: 'Se nós temos um sindicato forte, nós também temos que ter um partido forte'. E ganhou na verdade o espaço por aí. Porque nós acreditávamos mais nisso. Só que a nossa proposta partidária dentro da Oposição, que tinha todas essas divergências partidárias, não era o PT a formação da Oposição... Era um outro partido, socialista mais ligado ao trabalhador mais ligado ao operariado mesmo [ênfase], que seria, por exemplo, um partido operário como tinha na Espanha por exemplo, um partido operário, você entendeu, então era mais nessa linha, mais... Então o PT não era a saída da Oposição em termos partidários, era a saída [...] outro partido socialista diferente do PT que estava formando... essa era a divergência. (Entrevista - Anízio Batista).

Mesmo a Oposição não se organizando para adentrar ao novo Partido como um bloco organizado, com uma estratégia delimitada, muitos de seus militantes se filiaram individualmente ao Partido e atuavam de forma pulverizada, em meio às diversas correntes que o compunham. Conforme relatou Jorge Preto:

Assim, pela questão institucional a Oposição pecou muito, porque a gente foi muito sindical e menos assim... Tivemos pouca influência na criação de partido... Na criação do Partido dos Trabalhadores a atuação foi individual, não foi uma atuação coletiva, não houve uma discussão coletiva. Assim, a maioria dos militantes nossos

foi, se filiou ao partido, atuou, mas tudo em posição individual. (...). A gente, assim, se a gente tivesse uma política organizada hoje o quadro poderia ser outro. Porque, como a gente não tinha posição fechada, então cada qual dispersou nessa, assim em nível de eleição cada qual fez o que quis. Não tinha uma posição fechada a respeito de partido, a respeito assim da Constituinte, a respeito de eleição para o Parlamento. Então, não havia uma posição a esse respeito, sabe? Havia, assim, posições em relação a questão sindical, a gente se voltou muito para o sindical e esqueceu a política institucional, a política partidária. (...). (Entrevista - Jorge Preto).

### **Acabou deixando o espaço para o pessoal do ABC?**

É. Exatamente. Que capitalizou... Uma das coisas que a gente nunca discutiu entre nós, até para fazer uma crítica ou autocrítica, foi uma falha histórica. Nós tivemos muitos acertos, mas também tivemos muitos erros. Esse da questão político-partidária foi um. Nós voltamos muito para o sindical, para central única do sindicato, para central única dos trabalhadores, para central geral, só que nós esquecemos um detalhe muito importante: sindicato, central não muda. Não muda o Estado, não muda o Regime. Elas influenciam, mas que tem projeto político de mudança, são os partidos. E nós, em nível de Oposição, não discutimos isso e nem interferimos. E o pessoal, nessa aí, o pessoal do ABC capitalizou assim... geral, a questão do partido e a gente correu por fora. Se filiamos, ou filiamos vários dirigentes, mas assim individual, não foi um coletivo. Então foi isso que deu. Aí a situação mudou, a democracia mudou, mudou... aí... E nos anos 1990 a Oposição acabou dispersando e foi o último suspiro... (Entrevista - Jorge Preto).

O relato de Jorge Preto converge com a perspectiva de Anízio Batista na avaliação sobre a não entrada organizada no interior do PT para influenciar na formação desse Partido:

Num ponto o Jorge [Preto] está super certo, nós temos nossa avaliação hoje, na verdade, nós podíamos ter entrado em bloco dentro do PT na época e poderia ter ganhado espaço lá dentro e a gente não o fez, a gente não fez. Como o Lula tinha essa proposta de entrar no sindicato também e ganhar o sindicato por dentro, nós não tínhamos espaço em São Paulo para fazer isso. Nós não tínhamos espaço. Mas é uma realidade, o Jorge... Essa postura é real. Mas só que, politicamente, dentro do quadro revolucionário, não era o PT que nós apostávamos. Não era. Portanto, eu saí candidato pelo PT e me elegi, e não tive apoio nenhum da coordenação da Oposição Sindical e, ajudei a formar todo esse negócio aí... Ajudei a formar a Oposição Sindical, a CUT, o PT, esse negócio todo aí, entendeu... Mas, infelizmente foi isso aí... (Entrevista - Anízio Batista).

Enquanto dentro da CUT a Oposição, em conjunto com outras correntes políticas (Convergência Socialista, Democracia Socialista etc) impulsionou a corrente *CUT pela base*, no PT não se deu o mesmo. Ainda seguindo o relato de Jorge Preto:

Principalmente aquele fato que eu te coloquei... na participação... A partir da constituinte, não só na constituinte... mas, assim, na questão institucional, é... assim... Nós demos pouca importância para eleger militantes operários para o parlamento. É tanto que hoje você não vê militantes operários, só tem pouquíssimos. (...). E nas decisões política, assim, em nível institucional, em nível de parlamento, nós não definimos assim: 'olha, nós vamos criar, preparar núcleos de operários que vão ser eleitos e atuar dentro do parlamento, nós vamos atuar nas direções do partido, nós vamos, assim, assumir e disputar direção política dentro do partido político', ou... dentro das... principalmente nos partidos, na Central [Única dos

Trabalhadores] nos disputamos, tinha muitos dirigentes nossos que era dirigente da Central, na criação da Central eu fui eleito secretário geral da Central (...). Eu fui um dos dirigentes, fui secretário geral da Central Única dos Trabalhadores da CUT grande São Paulo. Na Central nacional, nós tínhamos vários dirigentes nossos, da Oposição, dentro da Central Sindical, como direção mesmo. E dentro do PT nós não fizemos isso. Nós tínhamos muitos militantes aí, que poderia ser colocado, assim, o Anísio Batista foi Deputado, mas assim, nós demos muito pouca importância... (Entrevista - Jorge Preto).

O mesmo prognóstico foi feito por Chico gordo quando relata que essa opção: "Foi um erro. A Oposição deveria ter disputado a Direção do PT. Eu acho isso. Eu tive bastante peso sendo... não sendo do agrupamento... Eu tinha a DS, mas não tinha um agrupamento operário dessa envergadura". (Entrevista - Chico gordo).

Ao longo da década de 1980 a fração majoritária do PT, hegemonizada pelos Autênticos do ABC, ganha cada vez mais espaço na direção do Partido. A derrota na disputa presidencial de 1989 confere maior legitimidade a fração de Lula (a Articulação) para operar mudanças mais à direita no Partido. Diagnosticando que perderam a eleição por conta do programa ser muito radical, essa corrente consegue legitimidade para atenuar e enfraquecer as correntes e tendências internas que pautavam demandas e elementos programáticos de aspecto transformador: De acordo com relato de Chico gordo:

### **A força de esquerda que vinha da base, ela teve presença forte no PT até quando?**

Acho que até 1988. É. Ela começa a mudar.. Não, ela foi até... O programa do Lula de 1989, é um programa à esquerda. Ele começa a mudar depois. Já de 1994, 1998 e 2002. Mas em 1994 eu me afastei. Já em 1991, fiquei até o final de 1991, depois eu já fui diminuindo a minha participação. Em 1994 eu disputei eleição mas, mais para marcar posição. (...). Começou a mudar. Começaram a mudar já as coisas dentro do PT. Nós perdemos a eleição, eu tinha perdido a eleição do sindicato e perdido a eleição parlamentar. E aí começou... Começou a mudar para o programa de 1994 (...). (Entrevista - Chico gordo).

Nos principais momentos políticos do país durante a década de 1980 a Oposição era atingida pela mesma debilidade. Não atuava como um bloco. De acordo com o relato de Chico gordo: "Nessas questões, acho que é sempre as mesmas falhas. Quando chega nos momentos de disputa política ela não age". (Entrevista - Chico gordo). O mesmo se passou na campanha pelas *Diretas já*. Conforme relato de Waldemar Rossi:

### **E nas *Diretas*, a Oposição...**

Nas diretas houve uma participação espontânea. Nós não... Enquanto Oposição Sindical nós não discutíamos isso não. (Entrevista - Waldemar Rossi).

### **Não fecharam uma posição?**

Não, a gente era favorável, mas, não que houve uma deliberação do conjunto. Isso, mais, era próprio dos movimentos que a gente participava. Nas Comunidades todo mundo achava que tinha que fazer, lutar pelas Diretas mesmo (...). (Entrevista - Waldemar Rossi).

### **Mas vocês chamaram os atos, aquele ato no Anhangabaú, os atos pela direta?**

A militância, por participar do partido, por participar de CUT e tal, participou. Mas não que a Oposição tivesse feito isso. Não fez material para chamar. Defendia mas não fez material para chamar. Nem era, nem estava na nossa cabeça estar entrando por aí. Nós não dávamos conta do nosso trabalho de base. [risos]. (Entrevista - Waldemar Rossi).

Ainda que tenha furtado-se da atuação organizada na construção do PT e abster-se da atuação organizada nas *Direta já*, a Oposição, organizada a partir da base metalúrgica de São Paulo, com influência no chão de fábrica, conseguiu disputar os rumos da CUT que foi fundada em 1983. Nesse momento surgem outras divergências. A Oposição defendia uma Central em que todos os filiados pudessem ter direito a voz e voto, enquanto que, por outro lado, a Articulação defendia que a CUT deveria ser uma central dirigida apenas pelos sindicatos. De acordo com Maria do Carmo:

(...) E outra questão, quando você pega representação por sindicato, as oposições ficam fora, porque oposição não é sindicato. Você entendeu? Então uma das grandes brigas era essa... Nessa luta (...) lembro que o Chico Mendes veio várias vezes discutir também essa questão. Então as oposições tinham uma forte briga com São Bernardo, São Bernardo defendia a CUT-Sindical, com representação sindical. Então só os sindicatos poderiam ter representação... Depois se conquistou, depois se conquistou algumas... A Oposição de São Paulo conseguiu algumas representações, mas não tinha a mesma conotação de quando você tem uma *CUT pela base* que a representação não é sindical, a representação é por categoria. Essa era a diferença. (Entrevista - Maria do Carmo).

A Oposição organizou-se como outras forças à esquerda dos Autênticos para fortalecer a luta pela forma de representação da CUT e foi temporariamente vitoriosa. De acordo com o relato de Maria do Carmo: "Então eu acho que nesse aspecto as propostas da Oposição foram para a CUT de certa forma, algumas deve ter sido aproveitadas, mesmo que eles não dêem o braço a torcer para dizer que era proposta da Oposição, mas deu" (Entrevista - Maria do Carmo). Conforme relato de Waldemar Rossi, a Oposição teve importante influência no interior da CUT:

Ah, ela foi fundamental. Se você pega as deliberações da CUT no início, você vai encontrar ali os ideais da Oposição sindical, só que aos poucos foi sendo desviado. Por isso que no ano de 1986, no encontro do Rio de Janeiro, se cria o *CUT pela Base*. Por que? Porque eles estavam transformando a CUT num aparelho dominado pela cúpula, né, de vaquinhas de presépio. Assim como vinha acontecendo no PT, tudo subordinado aos interesses eleitorais. (Entrevista - Waldemar Rossi).

De acordo com o relato de Jorge Preto, a Oposição conseguia adentrar em outros sindicatos em São Paulo. Assim, teve influência considerável na formação da CUT a partir de São Paulo:

A articulação [em São Paulo] foi toda feita pela Oposição. Foi toda feita pela Oposição. Como a gente tinha muita influencia no sindicato dos químicos, dos plásticos, dos coureiros, foram diretorias criadas por nós dentro das categorias para ganhar esse sindicato, foram todos militantes metalúrgicos que foram para outras categorias... Aí, a gente pegou todo esse pessoal, pressionando as outras categorias que estava com os metalúrgicos, para entrar na greve geral unificada e teve um bom resultado naquela época... (Entrevista - Jorge Preto).

De acordo com o relato de Chico gordo: "A Oposição tinha, em 1985, no Congresso [da CUT], nós tivemos quase 30% do Congresso. Não a Oposição, mas aqueles que se alinhavam a com as ideias da Oposição. Não é?! Nós tivemos 29%, acho. (Entrevista - Chico gordo). Ainda de acordo com Chico, o ideário da Oposição continuava a repercutir em outros sindicatos:

(...) Fechavam conosco alguns sindicatos daquela época: vidreiros, coureiros de São Paulo... Setores de outras categorias... Porque até Minas Gerais, não era por número de sindicalizados, era por número da categoria. Então a Oposição tinha mais peso. Era a discussão do *sindicalismo horizontal*. Eles propuseram esse negócio do delegado sindical em Minas Gerais, no Congresso de Minas, em 1987. Nós resistimos, mas nós perdemos. (Entrevista - Chico gordo).

Acrescenta ainda que em 1987: "A Articulação era maioria em tudo quanto era lugar, mas não era maioria na Capital". (Entrevista - Chico gordo). Com isso, para estender a sua influência em São Paulo durante a fase de criação da CUT, os Autênticos se viam obrigados a buscar acordos políticos com a Oposição. De acordo com o relato de Chico:

(...) Tinha sua organização específica por ramo de atividade, as oposições, mas tinha uma discussão coletiva dos problemas. E isso ajudou muito a proliferar outras oposições, fundar outros sindicatos. E, no Estado de São Paulo, era uma coisa gozada, porque eles [da Articulação] dirigiam a estadual, eles dirigiam a CUT ABC, mas nos dirigíamos a Regional, a CUT São Paulo, a CUT Campinas, que era interior 1 e a de Franca que era interior 2. Então, nós dirigíamos três regionais e eles uma. Mas eles tinham maioria no Estadual, por conta desse negócio do Sindicato e tudo. Mas tinha muito peso. Nós organizávamos o Primeiro de Maio da CUT, naquela época na Praça da Sé, nós demarcávamos. (Entrevista - Chico gordo).

Ainda, segundo relato de Chico: "A partir da votação por núcleo sindicalizado e da mudança do critério de participação. Aí passou a valer mais os sindicatos". (Entrevista - Chico gordo). Isso reduz drasticamente o poder de pressão que a Oposição tinha no interior da CUT. De acordo com Sebastião Neto, o Congresso de 1988 ratificará os novos rumos da entidade:

E 1988, é um congresso muito ruim, que é o congresso de Belo Horizonte, que é o congresso onde começa a elaborar, vai piorar muito depois que o Lula perde em 1989, mas começa a elaborar uma mudança na crítica à CUT-movimento, que a CUT tem que ser estrutura, tem que ser organização.... É uma espécie de encantamento com o sindicalismo europeu... Então começa... Aquela CUT que era mais ou menos a nossa cara aqui, começa a virar uma CFTT, uma TISLI, né, inclusive os amigos nossos do exterior, que eram muito mais próximos de nós do que da Articulação, meio migram da nossa amizade para a amizade... Porque nós somos os caras resistência... eles migram para a relação com o poder da época que já era... Claro, puxar particularmente para São Bernardo... (Entrevista - Sebastião Neto).

Dessa forma, durante a segunda metade da década de 1980, a Oposição Sindical Metalúrgica, já reivindicando-se como MOSM-SP, perde o espaço que ocupava no sindicalismo paulista. Não conseguiu chegar ao Sindicato. E como não constituiu um bloco articulado para atuar no Partido dos Trabalhadores, com poder de pressão, a partir de 1990, derrotada no campo sindical e no campo da política partidária, a Oposição dissolve-se.

## **Considerações finais**

Por meio das entrevistas e bibliografia especializada, foi possível apreender os principais projetos no seio do sindicalismo na Grande São Paulo no período 1968-1980. Evidenciaram-se contribuições importantes advindas das experiências de Osasco: comissões, grupos clandestinos e frente de trabalhadores. Experiências que culminam na chegada à Diretoria do Sindicato em 1967. Sua prática sindical não ficou circunscrita à sua base territorial, colocou-se em enfrentamento com outros modelos sindicais vigentes naquela conjuntura. Essa disputa com o sindicalismo conciliador expressou-se no MIA na atuação no Primeiro de Maio na Praça da Sé em 1968. Dentro do MIA, propagandeou a necessidade do sindicalismo desatrelado dos interesses do Estado e da ditadura militar, reforçou a necessidade de combate aos pelegos. Entre os elementos mais ricos deixados pelas ações do movimento operário de Osasco durante a década de 1960 e incorporados pela Oposição Metalúrgica de São Paulo, está a experiência das comissões de fábricas, auto-organização, a luta contra a estrutura sindical e os interventores da ditadura no Sindicato.

Assim, em São Paulo, o movimento operário e sindical incorpora qualitativamente as experiências de Osasco. Cria comissões e grupos clandestinos que realizarão paralisações, operação tartaruga, greves parciais e disputa a gestão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A Oposição forma organismos de base, constrói uma rede de interligação das comissões e atua nas disputas das eleições sindicais, a interfábricas. Durante a segunda metade da década de 1970, com a mudança da conjuntura da luta de classes no país, premida pelo esgotamento do "milagre" econômico e crise da dominação burguesa militarizada de caráter bonapartista, o movimento operário encontra terreno mais fértil para se desenvolver e expandir. As fábricas onde a Oposição desenvolve trabalho estarão entre as mais ativas daquele novo ciclo de atividade política do operariado.

Em sua atuação semi-clandestina, enfrentando a perseguição patronal, prisão e tortura, a Oposição formou importantes quadros operários na luta contra o patronato, a ditadura e o peleguismo. A atuação da Oposição durante toda a década de 1970 contra a Diretoria do Sindicato presidida por Joaquinção, fortaleceu a formação de um pólo anti-burocracia sindical e anti-pelego, que impôs importante desgaste à figura de Joaquinção, figura que só pôde auto-reformar sua imagem aliando-se com o reformismo do PCB, PC do B e MR8. Quando eclodem as lutas massivas em 1978-1980, a ditadura busca um interlocutor

no meio sindical para operar a transição pactuada, que deveria ser lenta e gradual, Joaquinção pelego tornou-se de pouca ajuda, isso por conta do desgaste sofrido durante toda a década.

Em 1978 a Oposição, que se fortaleceu desde 1975, será a responsável pela decretação da primeira greve geral pós-golpe militar. Organizando sua base de apoio, em uma assembleia com cerca de 20 mil operários na Rua Do Carmo, consegue aprovar a decretação da greve em 27 de outubro de 1978. Formou-se uma Comissão de Salários, que chegou a contar com 100 operários. A greve geral, realizada em 30 e 31 de outubro, colocou-se como um grande desafio para a Oposição, que estava adaptada aos trabalhos miúdos no chão de fábrica. Em apenas dois dias, a greve envolveu cerca de 300 mil operários, englobando São Paulo, Guarulhos e Osasco. Essa greve influenciará objetivamente as bases operárias do ABC e na decisão da Diretoria de São Bernardo para a decretação da greve geral em 1979.

Entre 1978-1979, surgiram centenas de comissões autônomas, dispersas, muito além da iniciativa e capacidade de organização e construção da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. No entanto, as comissões e as correntes que compunham a Oposição não podiam formar um todo orgânico e a partir disso "bater com um punho só". Embora pudessem chegar a impor a dualidade de poderes na fábrica, não eram parte de um todo orgânico articulado.

Em 1979, a Oposição organiza a segunda greve geral metalúrgica em São Paulo. Essa será sustentada sobre comissões de fábricas, interfábricas, associações de bairros, e reuniões dos comitês regionais, que chegavam a contar com a participação de 300 pessoas. Será o ponto alto da atuação da Oposição.

Assim como a greve geral de 1978, essa greve geral de 1979 não contou com apoio do Sindicato dos metalúrgicos do ABC, que embora vivenciando o crescimento de sua influência desde 1978, optou por não se envolver com a greve metalúrgica de São Paulo, centralmente por suas divergências com a Oposição Metalúrgica de São Paulo. Além da falta de apoio, a ausência de um comando geral, será o ponto fraco da greve. Na véspera de início da greve, o governo ditatorial prende 343 operários dos Comandos de Greve. Mesmo assim, foi impossível contê-la. O movimento avança, conquista cada vez mais adesões, ganha autoconfiança e mais coragem para enfrentar-se com os patrões e o regime ditatorial. Em marcha, os operários conquistam as ruas, formam os "piquetões", piquetes móveis que vão de fábrica em fábrica parando a produção e convidando mais operários para aderir ao movimento paredista, chegam-se a organizar 15 mil operários em marcha na zona sul. Todo o processo grevista dura 12 dias, encerrando-se apenas no dia 10 de novembro.

O principal limite da Oposição foi não ter se buscado estabelecer articulação com o operariado de outras regiões, notadamente o operariado de Guarulhos, Osasco e ABC. Acreditava que pudesse derrotar o patronato e as forças repressivas apenas a partir de sua base em São Paulo. Durante o ascenso grevista, não conseguiu colocar-se como sujeito ativo por uma greve unificada que pudesse parar as máquinas na Grande São Paulo. Certamente, a responsabilidade maior pela unificação cabia à Diretoria do Sindicato de São Bernardo, pois era, naquele momento, o Sindicato mais importante do país. A Diretoria de São Bernardo, a partir de um comando estadual, poderia ter optado pela construir uma greve unificada com a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, Guarulhos e Osasco, tornando possível uma greve geral naqueles anos 1978-1980. Uma articulação desse nível tornaria possível uma atuação qualitativa de grande envergadura naquela conjuntura e imporiam outro ritmo na transição pactuada que decorreu de forma lenta e gradual.

A Oposição tinha alcançado êxito em sua luta histórica em organizar as fábricas a partir das comissões de fábrica, interfábricas e comandos. Criou e dirigiu organismos de massas. Dirigiu os piquetões com milhares de operários. Foi reconhecida pelo operariado como direção de fato. Uma vez atingida essa meta primeira, não pôde dar um salto de qualidade organizacional e ligar-se de maneira orgânica aos outros centros operários.

A grande debilidade da Oposição expressou-se na incapacidade de construir-se fóruns de superestrutura política. Na greve geral de 1978, atuou sem conseguir diferenciar-se da Diretoria do Sindicato de São Paulo frente ao movimento fabril massivo. Embora fosse *oposição* durante a greve, não conseguiu expressar seu ideário para a massiva mobilização operária. Na greve geral de 1979, embora atinja maior êxito nessa diferenciação, formando os comandos regionais onde podia aplicar e testar seu ideário político, no momento de expressar-se ao conjunto da classe operária, o faz sem distinguir-se da Diretoria de Joazeiro no comando hegemônico pelo Sindicato. Nesse momento, evidenciou-se o prejuízo de não ter-se formado um comando geral independente da Diretoria e pudesse dar coesão aos comandos regionais.

Tanto a combativa Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo como a Diretoria moderada do ABC, atuavam divididos em zonas de influência sindical e política. Não construíram formas de unificação naquele importante ascenso de 1978-1980 onde predominava a radicalidade operária. A não unificação enfraqueceu a luta operária e trouxe derrotas significativas para o operariado em seu conjunto. A organização unificada das bases

operárias do ABC e São Paulo, poderia certamente conduzir ao desenvolvimento de uma ação mais equilibrada que fortaleceria o operariado, aprofundando os laços de solidariedade e complexificação dos organismos de auto-organização no Estado. No entanto, os Autênticos do Sindicato de São Bernardo, valendo-se da estrutura sindical oficial, em nenhum momento daqueles anos, tiveram qualquer intenção de organizar comissões independentes ou fóruns inter-comissões.

A última e mais longa greve daquele ciclo de lutas operárias, foi a greve geral dos metalúrgicos do ABC realizada a partir de março de 1980. A greve foi decretada a partir de assembleias que reuniam cerca de 80 mil operários. A Diretoria do Sindicato presidida por Lula buscava recuperar-se do desgaste que havia sofrido, tanto de seu desempenho negativo em 1978 como da derrota de 1979. Essa greve também será realizada sem se buscar uma articulação para além das bases sindicais do ABC. Lula, em entrevista concedida em 1981, afirma que: "Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC" (LULA, 1982). Isso teria levado a condução da greve de 1980 até o seu desgaste total e a derrota. A ditadura militar burguesa, poucos meses antes, havia conseguido derrotar a greve geral dos metalúrgicos de São Paulo. A derrota da greve do ABC em 1980 influenciou na inviabilidade de uma nova greve geral em São Paulo no mesmo ano e no refluxo das lutas operárias no período 1980-1982 na grande São Paulo.

Assim, a greve de 1980 no ABC tornava-se o ponto decisivo da crise social e política instalada no país. A classe operária afirmava-se como um importante sujeito político coletivo na luta pelo fim da ditadura militar burguesa e capaz de romper com a perspectiva de abertura pactuada realizada de forma lenta, gradual e segura.

O Sindicato de São Bernardo manteve controle estrito sobre aquele movimento. Além de não articular-se com outros setores operários combativos, continua contrário à formação de comissões independentes e não trabalha em um sentido que estimulasse a auto-organização pela base. Dessa forma reforçava a estrutura sindical. As assembleias plebiscitárias dão a tônica ao movimento.

Com a derrota do ascenso e auto-reforma do regime, as classes dominantes conseguem repor sua ordem de dominação sobre a classe trabalhadora brasileira. Dessa forma, a *abertura militar burguesa* e consolidação da *dominação por via da democracia burguesa* seguiu o caminho da transição "pelo alto", por dentro das determinações e necessidades da burguesia e das forças armadas.

Ao longo de sua existência a Oposição Metalúrgica de São Paulo nutriu em seu seio muitas contradições estratégicas e políticas, como em relação o papel dos sindicatos e dos partidos políticos revolucionários. No processo de formação do PT, que de início era um partido operário independente, a Oposição absteve-se da atuação como um bloco organizado que pudesse exercer influência sobre outros setores que compunham o partido.

Com as derrotas nas eleições sindicais, derrotas no interior da CUT e sem conseguir construir-se no interior do PT, a Oposição entra em acelerado processo de dissolução a partir de 1987.

Assim, aquele processo de formação política que se desenvolvia desde 1967 e ganhou força ao longo da década de 1970 em São Paulo, chocou-se com o projeto sindical e político moderado oriundo dos Autênticos de São Bernardo que atuava reforçando a estrutura sindical oficial e ocupando o espaço de moderação entre o massivo operariado radicalizado e os interesses de transição da ditadura e das classes dominantes.

A batalha entre esses dois modelos de ação sindical entendeu-se durante 10 anos, de 1978 a 1988, com a vitória dos autênticos que conquistaram a hegemonia sindical e política no País.

O bloco constituído pelos Autênticos do ABC, Articulação Sindical e Articulação-PT, adaptando-se ao refluxo da esquerda em nível mundial e assimilando propositivamente a onda neoliberal da década de 1990 no Brasil, chegou ao governo federal em 2002 com um programa de governo convergente com as necessidades das classes dominantes brasileiras.

## Referências

- ABRAMO, L. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas SP. EDITORA da UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial, 1999.
- ALMEIDA, M. H. T. *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. In SORJ, B., e ALMEIDA, MHT (orgs). Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312.
- ALMEIDA, M. T. *Liga Comunista Internacionalista – teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*. Dissertação de mestrado. PUC/SP. 2003.
- ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ANTUNES, R. *A Rebeldia do trabalho*. Campinas: Ed. Ensaio/Editora Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo*. Editora Brasil Urgente. São Paulo. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. 6ª edição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- ANUNES, R.: NOGUEIRA, A. *O que são comissões de fábrica*. São Paulo. Editora brasiliense. 1982.
- ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL - ALN. O papel da ação revolucionária na organização. 1969. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.
- AÇÃO POPULAR - AP. Documento-base. 1963. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.
- \_\_\_\_\_. Greve parcial na Mercedes: vamos aumentar a luta contra o arrocho da ditadura! Março de 1969. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. I. Novos Rumos. São Paulo. 1987.
- \_\_\_\_\_. A AP e a luta contra o arrocho. Fevereiro de 1969. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. I. Novos Rumos. São Paulo. 1987.
- AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA - AP-ML. Balanço da greve de São Paulo. 1979. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. III. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1990.

- \_\_\_\_\_. Programa básico. 1971. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.
- ARAUJO e OLIVEIRA, Na hora certa. In: História imediata. Nº2. Oboré. 1979.
- ARRUDA SAMPÁIO, P. *Brasil: as esperanças não vingaram*. Em publicacon: OSAL, Observatório Social de América latina, ano VI nº 18. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina, enero. 2006.
- BAER, W. A economia brasileira. Editora Nobel. São Paulo. 1996.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1977.
- \_\_\_\_\_. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. Editora brasiliense. São Paulo. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Brizola e o trabalhismo*. Ed. Civilização brasileira, 1979b.
- BARBOSA, M. S. *Sindicalismo em tempo de crise: a experiência na Volkswagen do Brasil*. Alpharrabio edições. 2003.
- BENEVIDES, M.V. *PTB e o trabalhismo - partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. Brasiliense, 1989.
- BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP. São Paulo. 1991.
- BELUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (orgs). *O desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Brasillense.1983.
- BIANCHI, A. Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira. In: *Marxismo Vivo*. Dezembro de 2001. pp. 106-116. Disponível no site: <http://pensamentopolitico.com.br/mv4p-21b.pdf>
- \_\_\_\_\_. Brasil. A greve dos petroleiros. Uma lição de luta. 1995. In: *Correio Internacional*. Disponível no site: <https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mf=9959>
- Boito, A.; Galvão, A.; Marcelino, P. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, octubre.
- \_\_\_\_\_. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 28, junho de 2007.
- \_\_\_\_\_. Classe média e sindicalismo. In: *Estado, Política e Classes Sociais* (São Paulo: UNESP).
- \_\_\_\_\_. A crise do sindicalismo. In: Santana e Ramalho (orgs.) *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo. 2003.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo e corporativismo no Brasil*. In: ARAÚJO, A. (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. SP: Boitempo, 2002, p. 59-87.

*Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.

BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Coimbra: Edições 70, 2012.

BRENNER, R. *O boom e a bolha - os Estados Unidos na economia mundial*. Editora Record, 2003.

BRITO, J. C. A. *A tomada da Ford - o nascimento de um sindicato livre*. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1983.

BOUÉ, P. *História da Internacional Comunista*. São Paulo. Editora Sundermann. 2007.

CANDIDO, J. B. *Pioneira no Brasil - a comissão de fábrica da Cobrasma*. In: *Revés do Averso*. São Paulo, 2006.

CANDIDO, H. G. A (PCB) et.al. *CHEGA DE AVENTURAS!* 1979. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo horizonte. 1991.

CAMARGO, C. F. et.alli. *Crescimento e pobreza*, São Paulo. Loyola. 1981.

CARCANHOLO, M. D. *Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula*. In: MAGALHÃES, J. P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.

*CARA A CARA*. Os operários tomam a palavra. Revista do Centro de estudos Everardo Dias. Ano I. Nº 2, junho a dezembro de 1978.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Ed. da UNESP: UNICAMP/IE, 2002.

CASTRO, S. *Apogeu e crise do populismo (1945-1964)*. In: LÖWY, M. (et ali). *Movimento operário brasileiro - 1900/1979*. Editora Vega. Belo Horizonte, 1980.

CHASIN, J. *A miséria brasileira, 1964-1994: do golpe militar a crise social*. Santo André. Estudos e edições Ad Hominem, 2000.

\_\_\_\_\_. *As máquinas param, germina a democracia*. Revista Escrita/Ensaio nº 7. Escrita, São Paulo, 1980. Disponível no site: [http://www.verinotio.org/publicacoes\\_asmaquinasparam.htm](http://www.verinotio.org/publicacoes_asmaquinasparam.htm). Visitado em 25/04/2015.

COELHO, M.N.G. *O movimento sindical metalúrgico na zona sul de São Paulo: 1974 a 2000*. São Paulo. Tese de doutorado. USP. 2007.

COGGIOLA, O. Sobre as origens do PT: uma anti-história. In: *Revista Contra a Corrente – Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea*. Ano 2. N. 4. DF. 2010.

COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL - COLINA. Concepção da luta revolucionário. 1968. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.

CNV - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Violação de direitos humanos dos trabalhadores*. GT 13. 2014.

CORRÊA, H. *O ABC de 1980*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980.

CORSI, F. L. A crise estrutural do capitalismo. In: *Revista Aurora*. Marília, SP, 2011.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: ALVES, Giovanni e \_\_\_\_\_. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. In: *Revista Política & sociedade*, nº 12. Abril de 2008.

\_\_\_\_\_. Capitalismo global; crise, bolhas especulativas e periferia”, em Tumolo, Paulo. S. e Batista, Roberto. L. *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Praxis/Massoni, Londrina. 2008.

\_\_\_\_\_. Economia do Capitalismo Global: um balanço crítico do período recente. In: *Trabalho e Educação*. Org. BATISTA R. L. e GONZALES, J. L. C. Maringá: Praxis, 2006.

\_\_\_\_\_. *A economia Brasileira na Década de 1990: Estagnação e Vulnerabilidade Externa*. In: “Desafios do trabalho” (Org.) R. Leme Batista e R. Araujo, Londrina: Praxis ; Maringá: Massoni, 2003.

\_\_\_\_\_. Caio prado Jr. E a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, A. C.: LAGOA, M. I. (orgs) *Corações vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. Editora Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

COUTO, A. M. M. *Greve na Cobrasma – uma história de luta e resistência*. Annablume, 2003.

D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J; L. A. N. Delgado (orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DANTAS, G. Três teses sobre o PT das origens. In: *Revista Contra a Corrente – Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea*. Ano 2. N. 4. DF. 2010.

DELGADO. L. N. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 145-177.

- DEUTSCHER, I. *Trotsky - o profeta armado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Trotsky - o profeta desarmado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Trotsky - o profeta banido*. Civilização Brasileira. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Stalin - uma biografia política*. Civilização Brasileira. 2006.
- ENGELS F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Boitempo. 2007.
- \_\_\_\_\_. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Globo, 2000.
- \_\_\_\_\_. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K., ENGELS. *Obras escolhidas*. Tomo I. Edições avante. Portugal.1982.
- \_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Editora Global, São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_. Os sindicatos. Parte I. The Labour standart. 1881. In: MARX, K. e ENGELS, F. *O marxismo e os sindicatos*. Editora Sundemann. São Paulo. 2008.
- \_\_\_\_\_. Os sindicatos. Parte II. The Labour standart 1881. In: MARX, K. e ENGELS, F. *O marxismo e os sindicatos*. Editora Sundemann. São Paulo. 2008.
- ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. Editora brasiliense. São Paulo. 1979.
- ESPINOSA, A. R. *Abrços que sufocam*. Ed. Viramundo. São Paulo. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dois relâmpagos na noite do arrocho*. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. Editora Aparte. 1978. Disponível no endereço: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)
- \_\_\_\_\_. *Dois relâmpagos na noite do arrocho*. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário*. Vol. I. Editora Novos Rumos. São Paulo 1987.
- FARIA, J.B.H. *A experiência operária nos anos da resistência: a oposição metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)*. SP. Dissertação de mestrado. PUC. 1986.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo. Ed. globo. 2009
- \_\_\_\_\_. *O PT em movimento*. SP: Cortez: Autores associados, 1991.
- FILGUEIRAS, L: GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

- FIORI, J.L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro : Insight, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. III. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1991.
- \_\_\_\_\_. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990.
- \_\_\_\_\_. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. 1. São Paulo. Editora Novos Rumos. 1987.
- FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo. Editora Ática. 1979.
- \_\_\_\_\_. *A vanguarda operária*. São Paulo. Edições Símbolo. 1979.
- FRENTE NACIONAL DO TRABALHO. *Cadernos de formação*. Série Vinte anos de luta. 1º Caderno, Fundação da FNT, março de 1980.
- FONTES, P. *Trabalhadores e Cidadãos Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias*. São Paulo. Annablume. 1997.
- GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro* (São Paulo), v. 14, p. 131-150, São Paulo. 2006.
- \_\_\_\_\_. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro*. São Paulo, v. 18, p. 175-197, 2009.
- \_\_\_\_\_. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 27, p. 121-126, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*, Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas. 2003.
- \_\_\_\_\_. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. In: *Idéias*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp) Vol. 9, Nº 1. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas. 1999.
- \_\_\_\_\_. Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 10/11, p. 83-101, 1998.
- GADOTTI, M.: PEREIRA, O. *Pra que PT – origens, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores*. São Paulo. Editora Cortez.1989.

GARCIA, M. A. São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário. Revista *Desvios*, nº 1, de novembro de 1982, p.10-27.

GIANNOTTI, V; NETO, S.B. *CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCURTO*. São Paulo. Vozes, 1991.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Editora Mauad, 2007.

GET/URPLAN. *Nas raízes da democracia operária - a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo*. Cadernos do Trabalhador, nº 4. PUC. São Paulo, 1982.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas - verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. LCT, 2013.

\_\_\_\_\_. *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1999.

GONZÁLES, J. L. C. e Batista, R.L. (Orgs). *Trabalho e Educação*. Maringá: Praxis, 2006.

GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Ática, SP, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cadernos 12, 13, 18, 19, 22, 25 e 27.

\_\_\_\_\_. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A.: BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1981.

HUMPHREY, J. *Fazendo o milagre - controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Editora Vozes. 1982.

\_\_\_\_\_. *Operários da indústria automobilística no Brasil: Novas tendências no movimento trabalhista*. CEBRAP. São Paulo, nº 23. 1979. Disponível: [http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/operarios\\_da\\_industria\\_automobilistica.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/operarios_da_industria_automobilistica.pdf). Visitado em 17/07/2015.

HISTÓRIA IMEDIATA. Nº 2. *A greve na voz dos trabalhadores - da Scania a ITU*. São Paulo. Oboré/Alfa-Omega, 1979.

IANNI, O. *O ABC da classe operária*. Editora Hucitec. São Paulo. 1980

\_\_\_\_\_. *O colapso do populismo*, de 1967. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.1968.

IIEP - OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA. *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. 2014 – São Paulo. Projeto Memória, 2014.

IBRAHIM, J. *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. Editora Global. 1986.

- \_\_\_\_\_. História do movimento de Osasco. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. Editora Aparte. 1978. Disponível no endereço: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)
- \_\_\_\_\_. História do movimento de Osasco. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. I. Novos Rumos, 1987.
- \_\_\_\_\_. Entrevista à Unidade e Luta. 1972. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. I. Novos Rumos, 1987.
- IBRAHIM, J, e BARRETO, J. Manifesto de balanço da greve de julho. 1968. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. I. Novos Rumos, 1987.
- JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas?* Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1962.
- LEAL, M. *A reinvenção da classe trabalhadora - 1953-1964*. Campinas. Editora Unicamp. 2011.
- \_\_\_\_\_. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Editora paz e terra. São Paulo. 2004.
- \_\_\_\_\_. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Ideias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *Cad. AEL*, v.12, n.22/23, 2005.
- LEITE, L,J. História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro. *Revista Theomai/Theomi jornal*. 2009. Disponível: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtLopes.pdf>. Acesso: 21/08/14.
- LENIN, V. I. *Sobre os sindicatos*. São Paulo. Editora Polis. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Que fazer? – problemas candentes do nosso movimento*. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Editora Centauro. São Paulo. 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Estado e a revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Editora Expressão Popular. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Às portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917*. Rio de Janeiro: Boitempo. 2005.
- \_\_\_\_\_. Cartas de longe. In: *As portas da revolução*. Slavoj Zizek. Boitempo. 2005.
- \_\_\_\_\_. Teses de abril. In: *As portas da revolução*. Slavoj Zizek. Boitempo. 2005.

- \_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980-1982.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. Editora Brasil Debates. 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Programa agrário da social-democracia na revolução russa de 1905-1907*. Editora Ciências humanas. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Editora Símbolo. São Paulo. 1978.
- \_\_\_\_\_. *Ilusões constitucionistas*. São Paulo: Kairós, 1979. Págs. 83 – 87.
- \_\_\_\_\_. La bancarrota de la II Internacional. In: *Obras Escogidas*. Moscú: Progreso. Tomo V, 1976b.
- \_\_\_\_\_. Relatório sobre a revolução de 1905. *Lenine, Oeuvres, tomo 23, pp. 259-277. Éditions du Progrès, Moscou, 1974*. Tradução Fernando S. A Araújo. Maio de 2007.
- LÖWY, M. *Teoria da revolução no jovem Marx*. 2002.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento de Che Guevara*. Expressão popular. São Paulo. 1999.
- \_\_\_\_\_. Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado (1930-1945). In: LÖWY, M. (et.alii). *Movimento operário brasileiro - 1900/1979*. Editora Vega. Belo Horizonte, 1980.
- LULA, L. I. Lula: Retrato de corpo inteiro. Entrevista concedida a Revista Ensaio. In: *Escrita ensaio*. Nº9. São Paulo, janeiro de 1982.
- \_\_\_\_\_. *Entrevistas e discursos*. Ed. O repórter de Guarulhos. 2ª ed. 1981.
- \_\_\_\_\_. São Bernardo - uma experiência de sindicalismo "Autêntico". 1978. In: *Cara a Cara*. Ano I. Nº 2. 1978.
- \_\_\_\_\_. As greves se alastrarão por todo o Brasil. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. Editora Aparte. 1978. Disponível no endereço: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)
- \_\_\_\_\_. Discurso de posse da presidência do Sindicato de São Bernardo. 1975. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

- \_\_\_\_\_. Manifesto dos Associados. 1978. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- \_\_\_\_\_. Discurso em assembleia no dia 23 de março de 1979a. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- \_\_\_\_\_. Discurso que aprovou a trégua de 45 dias. 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- \_\_\_\_\_. Discurso no 1º de Maio, 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- \_\_\_\_\_. Discurso ao fim da trégua de 45 dias. 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- MAGALHAES, J.P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.
- MANDEL, E. *A crise do Capital - os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo. Editora Ensaio. 1990.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo tardio*. Nova cultura. 1985. São Paulo.
- MARIGHELLA, C. A Crise Brasileira. In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979. Versão digital: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>
- MARONI, A. *A estratégia da recusa*. Brasiliense. São Paulo: 1982.
- MARTINS, H. H. S. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1979.
- MARX, K. *Sobre a questão judaica*. Editora Boitempo: São Paulo, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano*. Editora expressão Popular. 2010b.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Centauro editora. 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Editora Boitempo: São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. *Raízes*, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 110–123, jan./dez. 2005b. Disponível no site: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_103.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_103.pdf). Visitado em 13/08/2014.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Editora Boitempo: São Paulo, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Crítica ao programa de Gotha. In: *A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels*. Org. Ricardo Antunes. São Paulo. Expressão Popular 2004b.
- \_\_\_\_\_. Anotações ao livro Estatismo e anarquia de Bakunin (extrato). In: *Revista Margem Esquerda*. São Paulo. Boitempo. 2003.
- \_\_\_\_\_. Capítulo VI Inédito de O Capital. LECH: São Paulo. 1988a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand. L I. vol. I e II, 1989.
- MATTOS, B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo. Expressão Popular. 2009.
- MAZZEO, A. C. O partido comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. (orgs) *Corações vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. Editora Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Sinfonia inacabada – a política dos comunistas no Brasil*. SP. Editora Boitempo, 1998.
- MENEZES, G. A surpresa. In: História imediata. nº 2. OBORÉ. 1979.
- MIGLIOLI, J e SILVA, S. Redistribuição: Um problema de salários e lucros. In: Belluzzo e Coutinho. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Nº2. São Paulo. Brasiliense. 1983.
- MIRANDA, O. *Obscuros heróis de capricórnio – contribuição a memória brasileira*. Global editora. São Paulo. 1987.
- MOISES, J. A. *Greve de massas e greve política - estudo da greve dos 300 mil em São Paulo: 1953-1954*. São Paulo. Editora Polis. 1978.
- \_\_\_\_\_. *Lições de liberdade e de opressão - o novo sindicalismo e a política*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. Protesto urbano e política - o quebra-quebra de 1947. In: Movimentos sociais urbanos. minorias étnicas e outros estudos. MACHADO DA SILVA et ali. Brasília. Ciências Sociais Hoje nº 2. ANPOCS. 1983.
- MONTEIRO, J. B. Primeiro de maio de 1968. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. Editora Aparte. 1978. Disponível no endereço:

[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)

MOURA, A. O partido dos trabalhadores durante a década de 1980. In: Anais do Seminário In: *90 ANOS DO MOVIMENTO COMUNISTA NO BRASIL*. Disponível no endereço:<http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=NTc4Mw==>

\_\_\_\_\_. O movimento operário brasileiro durante a década de 1980. In: Anais do VIII Seminário do Trabalho. 2012. Disponível no endereço:[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/o\\_movimento\\_operario.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/o_movimento_operario.pdf)

\_\_\_\_\_. Movimento operário no ABC e na Volkswagen (1978-2010). Dissertação de mestrado defendida na Unesp-Marília. 2011. Disponível no endereço: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/moura\\_a\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/moura_a_me_mar.pdf)

\_\_\_\_\_. Movimento operário do ABC paulista (1978-2010): contestação, intermediação e colaboracionismo. In: *Revista Aurora*. Vol. 3. nº2. Disponível no endereço: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1230>

\_\_\_\_\_. Movimento operário no ABC: o caso da Volkswagen ABC. 2010. Disponível no endereço: [http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alessandro\\_de\\_Moura\\_MOVIMENTO\\_OPERARIO\\_NO\\_ABC\\_O\\_CASO\\_DA\\_VOLKSWAGEN\\_ABC.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alessandro_de_Moura_MOVIMENTO_OPERARIO_NO_ABC_O_CASO_DA_VOLKSWAGEN_ABC.pdf)

\_\_\_\_\_. Movimento operário e partido revolucionário em Gramsci. In: *Revista Filosofia e educação*. Vol. 2. Nº 1. Disponível no endereço:<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/978>

\_\_\_\_\_. Toyotismo, desemprego e refluxo da classe operária no Brasil 1990-2005. In: *Revista de economia política e história econômica*. nº 14. 2008. Disponível no site <http://sites.google.com/site/rephe01/anteriores>

\_\_\_\_\_. O processo de construção da classe trabalhadora brasileira durante a Primeira República: rebeldia, organização e enfrentamentos. *Revista Rede de Estudos do Trabalho*. n.º 1. vol. 2 2008. Disponível no endereço: [http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs\\_rret2/Artigo5\\_2.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs_rret2/Artigo5_2.pdf)

MOURA, E, S. Discurso ao fim da trégua de 45 dias, 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

- MOURA, E. S. e MENDONÇA, O. Documento de São Bernardo, 1980. In: FREDERICO (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. III. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1991.
- MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO - MR8. Linha política de orientação para a prática. 1971. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.
- NEGRO, L. A., *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- NETO, M. L. P. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *Cad. AEL*, v.12, n.22/23, 2005.
- NOGUEIRA, A *modernização conservadora do sindicalismo brasileiro*. São Paulo. Educ. 1997.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 1980. In: BOITO, J. (Org) *O sindicalismo brasileiro nos anos 1980*. São Paulo. Paz e Terra. 1991.
- O ARROCHO TREME NAS BASES DO ABC. Debate com operários dirigentes de São Bernardo. In: *Revista Ensaio*. nº 7, São Paulo. Ed. Escrita. Abril de 1980.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- \_\_\_\_\_. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. Edições graal. Rio de Janeiro. 1977.
- \_\_\_\_\_. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes em coedição com o CEBRAP, 1981.
- OLIVEIRA, S, L, S. *O grupo (de esquerda) de Osasco – movimento estudantil, sindical e guerrilha (1966-1971)*. Dissertação de mestrado. USP, 2011.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALURGICA DE SÃO PAULO. *Comissões de fábrica – uma forma de organização operária*. Editora Vozes. Petrópolis. 1981.

\_\_\_\_\_. As greves de 1978. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo horizonte. 1991.

\_\_\_\_\_. A greve do ABC de 1979. (1979). In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo horizonte. 1991.

\_\_\_\_\_. CHEGA DE PELEGOS! 1979. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo horizonte. 1991.

ORGANIZAÇÃO COMUNISTA 1º DE MAIO. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado. 1971. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

ORGANIZAÇÃO DE COMBATE MARXISTA-LENINISTA - POLÍTICA OPERÁRIA - OCML-PO. Declaração política. 1970. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA - POLÍTICA OPERÁRIA - ORM-POLOP. Programa socialista para o Brasil. 1967. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA - OSI. A greve do ABC e a situação nacional. 1980. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo Horizonte. 1991.

O TRABALHO. Lula defende o acordo e esquece suas promessas. 1979. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário - 1964-1984*. Vol. III. Oficina de livros. Belo Horizonte. 1991.

PARANHOS, K. R. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Editora da Unicamp. 1999.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB. Resoluções Políticas da Conferência Nacional de 1962. In: VINHAS, M. *O partido - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo. Editora Hucitec. 1982.

\_\_\_\_\_. Reportagem sobre o IV Congresso do PCB, dezembro de 1954. 1954. In: VINHAS, M. *O partido - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo. Editora Hucitec. 1982.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR. Linha política. 1968. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA - POC. Problemas de organização do movimento operário brasileiro. 1977. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1990.

\_\_\_\_\_. Por uma prática partidária. 1968. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCdoB. Manifesto-programa. 1962. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

\_\_\_\_\_. União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. 1966. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - ALA VERMELHA - PCdoB-AV. Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista". 1967. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

\_\_\_\_\_. Os 16 pontos. 1969. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO-PCR. Carta de 12 pontos aos comunistas universitários. 1966. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES - PRT. Projeto de programa. 1969. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

PASSARINHO, J. Eles queriam fazer uma greve geral no Brasil. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. 1978. editora Aparte. Disponível no endereço: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)

PEDROSA, M. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1966.

PENÃ, M. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires. Emecé. 2012.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

- PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *A Classe operária no Brasil – documentos (1989 a 1930)*. São Paulo. Ed. Alfa Omega. 1979.
- POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo. Editora Cortez. 2010.
- \_\_\_\_\_. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, vol. 23 - n. 66, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Sindeepres 15 Anos - A superterceirização dos contratos de trabalho*. S.E. 2007. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo editorial. 2001.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. Editora brasiliense. São Paulo. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora brasiliense. São Paulo. 1997.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. Editora brasiliense. São Paulo. 1976.
- PRATES, M. D. e RAGO, M.A.P. O dia a dia das greves. *Revista Ensaio*. N.º 7. Abril de 1980.
- PRESTES, L. C. Discurso no Estádio de São Januário (RJ). 1945. In: VINHAS, M. *O partidão - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo. Editora Hucitec. 1982.
- \_\_\_\_\_. Discurso no Parque 13 de Maio (Recife- PE). Novembro de 1945. In: VINHAS, M. *O partidão - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo. Editora Hucitec. 1982
- RAGO, A. O ressurgimento das greves operárias no ABC Paulista e o ardil do politicismo da autocracia burguesa bonapartista (1978-85). In: *Revista Verinotio*. n.º.10. 2009. Disponível: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.54562141238304.pdf>.
- \_\_\_\_\_. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. In: *Proj. História*. São Paulo. 2004. Disponível: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9950>
- RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

- REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. (Orgs.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. São Paulo. Expressão popular. 2007.
- RENNER, C. O. *Dois estratégias Sindicais - Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e o de São Bernardo do Campo - 1978-1988*. São Paulo. Letra à margem. 2002.
- REVISTA ESCRITA ENSAIO. *Movimento operário: novas e velhas estruturas*. nº 6. 1980.
- \_\_\_\_\_. *O arrocho treme nas bases do ABC*. nº 7. Abril de 1980.
- \_\_\_\_\_. *Lula, greve da FIAT, El Salvador, Guatemala*. nº 9. 1982.
- REVISTA CARA A CARA. *Os operários tomam a palavra*. 1978.
- REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- REZENDE, C, C. *Suicídio revolucionário - a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. Editora UNESP, Cultura Acadêmica. 2010.
- RICCI, R. *Lulismo - da era dos movimentos sociais à ascensão da Nova classe média*. Contraponto. Brasília, 2010.
- RODRIGUES DE SOUZA, J. No pé da máquina. In: História imediata. Nº2. Oboré, 1979.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo. Brasiliense. 1974.
- \_\_\_\_\_. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1966.
- \_\_\_\_\_. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO, J. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991.
- RODRIGUES, I. J. As comissões de fábrica e o movimento sindical. In: BOITO, J. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991b.
- ROSSI, W. A greve de 1979 - o assassinato do Santo Dias e o filme Eles não usam black tie. In: *Revés do Averso*. 2006.
- SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas. Editora Unicamp. 1992.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2010.
- SALLES, E., MATOS, D. O processo revolucionário que culmina no golpe militar de 1964 e as bases para a construção de um partido revolucionário no Brasil. In: *Revista Estratégia*

*Internacional Brasil*, nº 2. Ed. ISKRA, setembro de 2007. p. 108-188. Disponível em: <http://www.ler-qi.org/spip.php?rubrique288>. Visitado em 27/06/2014.

SANTANA, M. A. *Homens Partidos*. São Paulo. Boitempo. 2001.

SERGE, V. *O ano I da revolução russa*. São Paulo. Boitempo. 2008.

SILVA, R. A. *Osasco 1968: história de um movimento*. Mimeo. 2008.

SILVA, S. C. *As Experiências das Comissões de Fábrica da Ford e da Volkswagen durante a reestruturação produtiva da Autolatina*. In: *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 2. 1997.

SILVA, J. J. As greves de 68 - intervenção de Osasco. In: *Revés do Avesso*. São Paulo. 2006.

SILVA, E. Derrubando o arrocho. In: *História imediata*. nº 2. Oboré. 1979.

SINDICATO METALÚRGICO DE SÃO BERNARDO. Declaração do I Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, setembro de 1974. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

\_\_\_\_\_. Pauta de reivindicações da campanha salarial de 1979. 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

\_\_\_\_\_. Resposta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo à proposta da FIESP de conceder aumento de 63%, formulada logo após o TRT ter declarado a ilegalidade da greve. 1979. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

\_\_\_\_\_. Declaração do I Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Setembro de 1974. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

\_\_\_\_\_. Resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgico de São Bernardo do Campo e diadema. 15 de outubro de 1978. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.

- \_\_\_\_\_. Resoluções do II Congresso Metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema. 1976. In: RAINHO e BARGAS. *As lutas operárias e sindicais os metalúrgicos em São Bernardo - 1977-1979*. Associação Benficiente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. São Bernardo. 1983.
- SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos*. 2010a.
- \_\_\_\_\_. O lulismo e seu futuro. *Revista Piaui*. 2010.
- \_\_\_\_\_. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. 2009. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 85. 2009.
- SINGER, Paul. *A crise do milagre – interpretação crítica da economia brasileira*. Paz e terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e crise*. São Paulo. Editora Difel. 1967.
- \_\_\_\_\_. Movimentos de bairro. In: *São Paulo: o povo em movimento*. Org: SINGER e BRANT. Petrópolis. Editora Vozes. 1983.
- SINGER e BRANT. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis. Editora Vozes. 1983.
- SINGER, P. *A raiz do desastre social: a política econômica de FHC*. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org) *O desmonte da nação*: Petrópolis : Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O dia da lagarta*: São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SODRÉ, Abreu. A posição do governo era a defesa da propriedade. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. 1978. editora Aparte. Disponível no endereço: [http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)
- SCHNEIDER, A. *Los setentistas -izquierda y clase obrera, 1969-1976*. Buenos Aires. Eudeba, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Los companheiros. Trabalhadores, izquierda y peronismo (1955-1973)*. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi. 2006.
- SOUZA, C. R. *Comissões de fábrica: oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1978-1984)*. SP. Dissertação de mestrado. USP. 2005.
- STEIN, E. Seis anos de aprendizado - uma oposição sindical e um sindicato combativo. I. *Revés do Avesso*. 2006.
- SZERMETA, S. A esquerda e a Oposição - a influência da esquerda na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. In: *Revés do Avesso*, 2006.
- \_\_\_\_\_. Clareza do passado, consciência do presente. In: *Cadernos do Presente*. nº 2. 1978. editora Aparte. Disponível no endereço:

[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro. 1975.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROTSKY, L. *A revolução espanhola*. 2014. Edições Iskra. 2014.

\_\_\_\_\_. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo. Editora Sundermann. 2011.

\_\_\_\_\_. *Stalin: o grande organizador de derrotas - a III Internacional depois de Lênin*. São Paulo. Editora Sundermann. 2010.

\_\_\_\_\_. *O programa de transição – documentos da IV Internacional*. Editora Iskra. São Paulo. 2008.

\_\_\_\_\_. *História da Revolução Russa*. II volumes. São Paulo. Editora Sundermann. 2007. Ed Shademann. 2007.

\_\_\_\_\_. *Los sindicatos y las tareas de los revolucionarios*. Buenos Aires. CEIP. 2010.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo. Kairós Livraria e Ed. 1979.

TRÓPIA, Patrícia. *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. SP. Editora Expressão Popular, 2009.

TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação – a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Editora Unicamp. 2002.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA - VPR. *A vanguarda e as massas na primeira fase da revolução*. 1969. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. Ed. Expressão Popular. 2007.

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES - VAR-PALMARES. *Programa*. 1969. In: REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. (Org). *Imagens da revolução*. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

VENÂNCIO LUZ, L. Tudo preparado. In: *História imediata*. nº 2. OBORÉ. 1979.

VIEITEZ, C. G. *Reforma nacional-democrática e contra-reforma: a política do PCB no coração do ABC paulista - 1956-1964*. Santo André. Cultura dos trabalhadores. 1999.

VINHAS, M. *O partidão - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo. Editora Hucitec. 1982.

VOZ OPERÁRIA. Os trabalhadores paulistas lutam por seus direitos. Setembro de 1969. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1987.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores e a luta contra a ditadura. 1966. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1987.

\_\_\_\_\_. O proletariado e a política da ditadura. Junho de 1973. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1990.

\_\_\_\_\_. Greves em São Paulo. Dezembro de 1974. In: FREDERICO, C. (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. II. Oficina de Livros. Belo Horizonte. 1990.

WEFFORT, F. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. Publicado em 1969. Disponível no endereço: <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/200>.

WERNER, R.; AGUIRRE, F. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976 - classismo, coodinadoras interfabriles y estraterias de la izquierda*. Buenos Aires. Ediciones IPS. 2007.